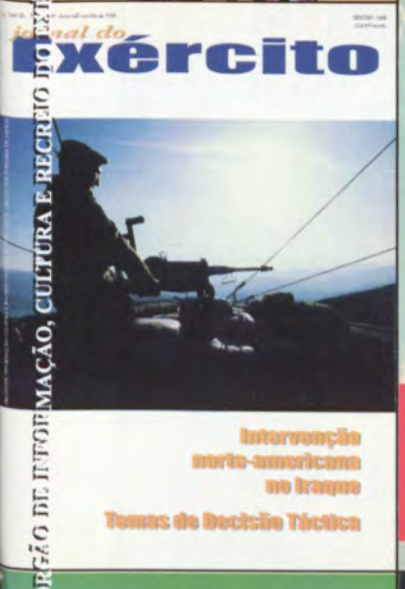


ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 4 DE JANEIRO DE 1960

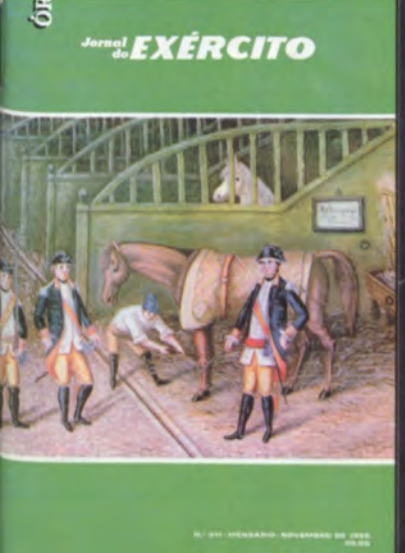
Intervenção norte-americana no Iraque

Temas de Decisão Táctica

JORNAL DO EXÉRCITO

Cerimónias do Dia do Exército

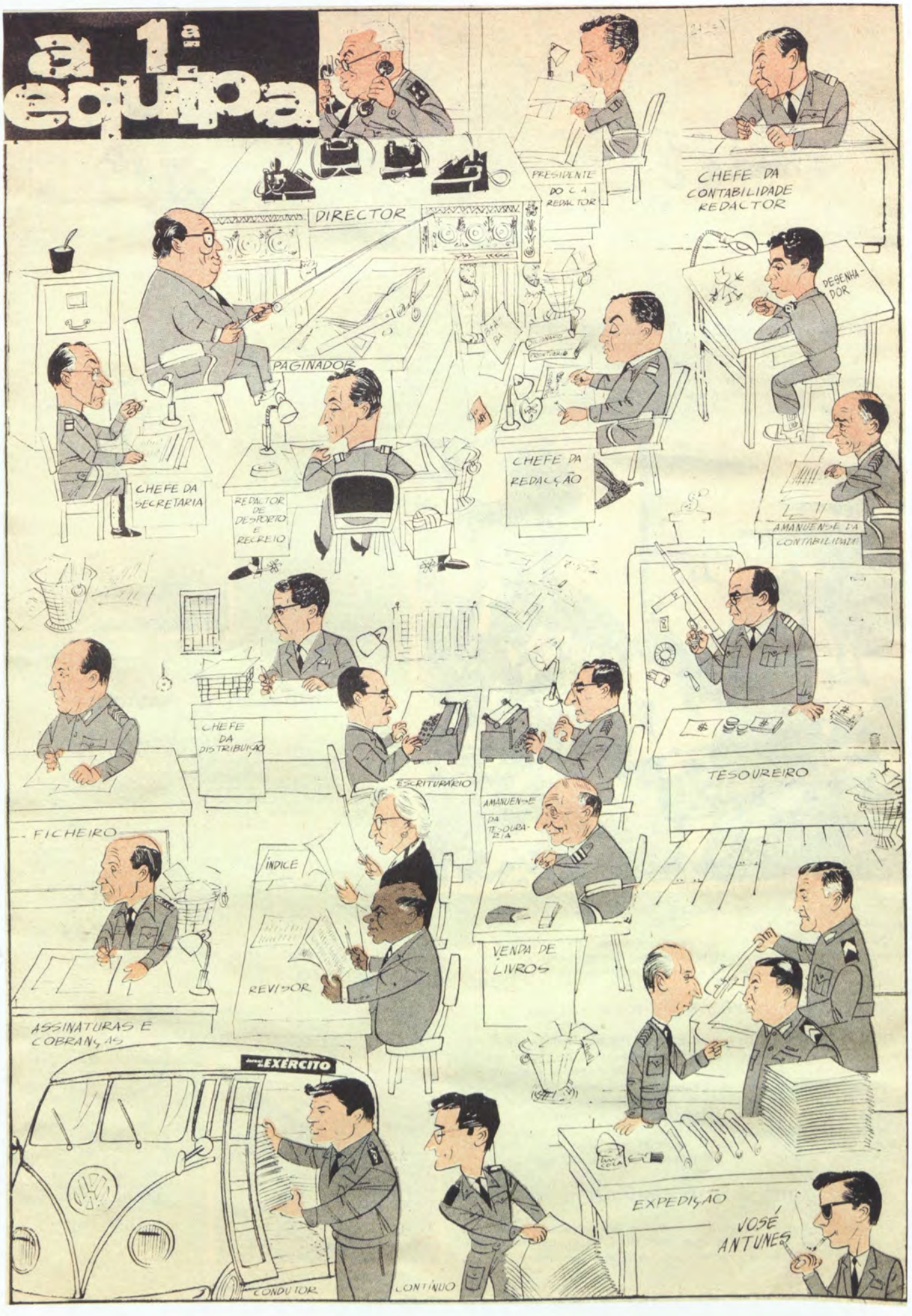
Exercícios de Prontidão Operacional



Número Especial: 40 Anos

NATO - 50º Aniversário

Há 25 de Abril anos


a 1ª equipa
DIRECTOR
PRESIDENTE DO C A REDACTOR
CHEFE DA CONTABILIDADE REDACTOR
DESENHADOR
PAGINADOR
CHEFE DA SECRETARIA
REDACTOR DE DESPORTO E RECREIO
CHEFE DA REDACÇÃO
AMANUENSE DA CONTABILIDADE
CHEFE DA DISTRIBUIÇÃO
ESCRITURÁRIO
TESOUREIRO
AMANUENSE DA TESOURARIA
FICHEIRO
ÍNDICE
REVISOR
VENDA DE LIVROS
ASSINATURAS E COBRANÇAS
EXÉRCITO
EXPEDIÇÃO
JOSÉ ANTUNES
CONDUTOR
CONTÍNUO

jornal do
Exército

sumário

Ano XLI - Nº 481 - Janeiro de 2000

A 1ª Equipa 2

Jornal do Exército
40 Décadas de Publicação ininterrupta 4

Por ocasião do 40º Aniversário do *Jornal do Exército*
Mensagem do General CEME 5

Editorial 6

JE na Década de 60 7

JE na Década de 70 18

JE na Década de 80 28

JE na Década de 90 38

Figuras e Factos 50

Mensagem do General CEMGFA 54

40 Anos depois - A Equipa actual 55

PROPRIEDADE
DO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94 1170-165 LISBOA
Telef 21 887 03 55 — Fax 21 888 44 57
ENDEREÇO NA INTERNET: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
DIRECTOR
Coronel Tirocinado
Manuel Rio Carvalho

REDACÇÃO
CHEFE
Major F.Marques Fernando
REDACTORES
Capitão António M.S. Ribeiro
Mauro Matias
ORIENTAÇÃO GRÁFICA
Inês Galvão
REVISÃO
Sargento-Ajudante Ventura Cunha
OPERADORES INFORMÁTICOS
Sargento-Ajudante Ceita da Silva
Assistente Administrativa Principal Elisa Pio
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Capitão Joaquim Santos
BIBLIOTECA
Capitão Alberto Braz

SERVIÇO ADMINISTRATIVO
CHEFE
Major Moura Duarte

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Centro de Audiovisuais do Exército

EXECUÇÃO GRÁFICA
EUROPRESS
Editores e Distribuidores, Lda
Praceta da República, Loja A-1
2675 Póvoa de Santo Adrião
TIRAGEM
6 000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL
Nº 1465/82
ISSN 0871/8598

TABELA DE PREÇOS PARA 2000

PREÇO DE CAPA ..... 315$00

ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE
— Portugal Cont. Madeira e Açores ..... 3 100$00
— Países europeus ..... 6 200$00
— Restantes Países ..... 6 600$00

VIA AÉREA
— Macau ..... 7 850$00
— Países europeus ..... 7 500$00
— Restantes Países ..... 11 000$00

NÚMEROS ATRASADOS
— 1960 a 1969 ..... 720$00 — 1970 a 1979 ..... 670$00
— 1980 a 1989 ..... 520$00 — 1990 a 1995 ..... 450$00

Os preços para Portugal Continental, Madeira e Açores incluem IVA à taxa de 5%

NOTA: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente

ENCADERNAÇÕES
Preço da Encadenação do *JE* do ano de 1998 ... 3 510$00 (C/IVA incluído)

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais:

1000/2000	3000/4000	5000/8000	Açores	Madeira
610$00	750$00	880$00	2.155$00	1.770$00

Jornal do Exército
Quatro Décadas de Publicação Ininterrupta

Sob a presidência do Tenente-General Gonçalves Aranha, Vice-CEME, o *Jornal do Exército* comemorou, em 11 de Janeiro, o seu Dia Festivo que, este ano, coincidiu com o quadragésimo aniversário da sua publicação. Recorda-se que a escolha do Dia Festivo do *Jornal do Exército* está associada ao despacho do então Ministro do Exército, Tenente-Coronel Almeida Fernandes, que aprovou, em 11 de Janeiro de 1960, a proposta de um grupo de oficiais, no sentido de ser criado "um jornal para o Exército".

A cerimónia comemorativa, que se desenrolou na Messe de Oficiais de Santa Clara, contou com a presença do Tenente-General Algéos Ayres, antigo Director do *Jornal do Exército*, do Tenente-General Baptista Pereira, Director da Revista *Mais Alto*, Major-General Tavares de Figueiredo, decano dos fundadores do *JE*, Major-General Rodrigues da Graça, Director do Museu Militar, Padre Duarte Barros da Cunha, Prior de S. Vicente-de-Fora, laureados com os prémios "Jornal do Exército 99" e III Concurso de Fotografia do *JE*, membros do Júri, colaboradores antigos e actuais, além do pessoal militar e civil que serve no *Jornal do Exército*.

Depois dos cumprimentos ao Vice-CEME, os presentes participaram numa missa de sufrágio pelos militares e civis já falecidos que serviram no *Jornal do Exército*, celebrada pelo Prior de S. Vicente-de-Fora. Deu-se, depois, início à Sessão Comemorativa, em que o Director do *JE*, na sua alocução, salientou: *Comemora o Jornal do Exército este ano 40 anos de publicação ininterrupta.*

*Como já vão longe os tempos em que numa dependência do Colégio Militar um grupo de oficiais, de que faziam parte os então Brigadeiro David dos Santos, os Majores Pinto Coelho, Balula-Cid, Eduardo Fernandes, Tavares de Figueiredo e o Capitão José Marques, se reuniu para discutir as "*directivas para a execução do primeiro número de um Jornal do Exército*" cuja proposta iria ser aprovada, com entusiasmo, pelo então Ministro do Exército, Tenente-Coronel Almeida Fernandes.*

A estes pioneiros e a todos que se lhe seguiram, mantendo, por vezes com dificuldades, a publicação do Jornal do Exército e os seus objectivos estatutários, rendemos preito da nossa homenagem e admiração na pessoa do Sr Major-General Tavares de Figueiredo com cuja presença temos a felicidade de poder contar. E a concluir disse: *Por último, algumas palavras quanto ao actual Jornal do Exército. São simples. Temos tido a confiança do Comando do Exército. Temos tido instalações minimamente funcionais. Temos tido equipamentos modernos e adequados. Temos sido apoiados com oportunidade. Temos colaboradores entusiastas e de bom nível. Temos uma equipa reduzida mas coesa, motivada e trabalhadora. Temos, então, obrigação de fazer bem. É esse o nosso desígnio, é essa a nossa vontade.*

De seguida, foram entregues os diplomas e respectivos prémios aos galardoados com o "Prémio Jornal do Exército 1999" e no "3.º Concurso de Fotografia do *JE*".

Quanto ao primeiro, depois de decisão do Júri homologada pelo Tenente-General Vice-CEME, foi desta forma distribuído:

Prémio Jornal do Exército 1999

1.º Prémio, atribuído ao artigo *Recolher dos Balcãs. Os frutos da neoguerra*, da autoria do Major Art Francisco José Bernardino Leandro.

2.º Prémio, atribuído ao artigo *25 de Abril há 25 Anos. Uma visão necessariamente incompleta*, da autoria do Capitão QTS António Manuel dos Santos Ribeiro.

3.º Prémio, ao artigo *As empresas militares privadas (private military companies)*, da autoria do Coronel Cav Nuno António Bravo Mira Vaz.

O Prémio Especial de Colaboração "Tenente-Coronel Balula-Cid"

Foi atribuído ao Senhor Luís Afonso Pereira da Costa, pelo conjunto da sua já longa colaboração na secção "Modelismo".

Ao "3º Concurso de Fotografia do *Jornal do Exército* 1999" nos referimos desenvolvidamente no *JE* nº 474 de Junho de 1999.

A sessão comemorativa prosseguiu com a entrega da Medalha Comemorativa do *Jornal do Exército* ao Major-General Tavares de Figueiredo e com a condecoração da Assistente Administrativa Principal Elisa Maria Ferrão Evangelista Pinheiro Pio com a Medalha D. Afonso Henriques, de 4.ª classe.

Antes de os presentes se dirigirem para o Restaurante da Messe de Oficiais, onde houve lugar a um almoço de convívio lembrando a efeméride, o Vice-CEME, no uso da palavra, evocou os quarenta anos de vida do *JE* e todos aqueles que contribuíram para a sua realização, ao mesmo tempo que estimulou a actual equipa a prosseguir no cumprimento dos objectivos que sempre nortearam a edição do *Jornal do Exército*. JE

Mensagem do General CEME

Na sua mensagem "Missão a cumprir" publicada no primeiro número do Jornal do Exército de Janeiro de 1960, o então Ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes, definia a missão do jornal nos seguintes termos:

"Além da missão de difundir no meio militar e fora dele, ao serviço permanente da Nação, informação simples, acessível e atraente, sobre as diversas actividades do Exército, manifestadas desde Timor ao Portugal europeu; além da divulgação de noticiário de interesse geral, para todos os componentes do Exército, merece também ser especialmente focada a contribuição que este Jornal pode dar para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de compreensão e de solidariedade acima referidos."

Estava-se então no limiar de anos difíceis para Portugal e para o seu Exército, o qual, mantendo um dispositivo desde o Minho a Timor, se viu envolvido em combate em três Teatros de Operações.

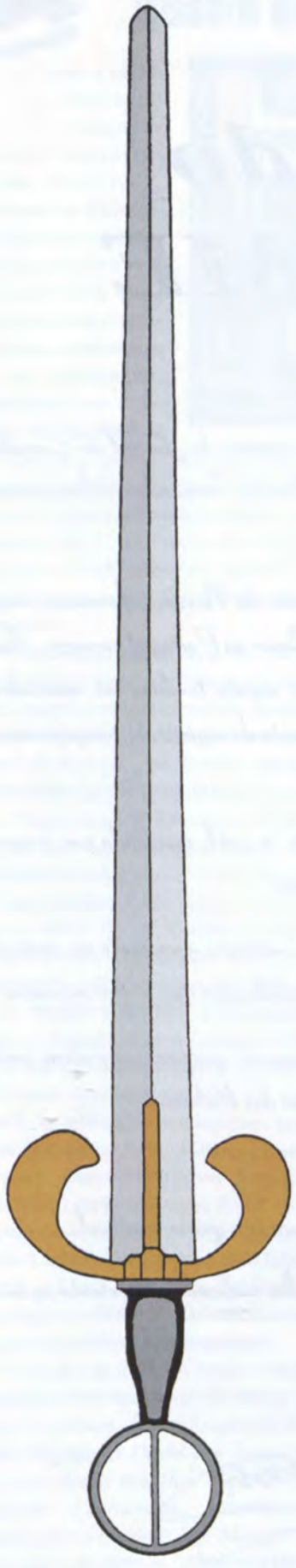
Durante esses difíceis anos, o Jornal do Exército cumpriu e cumpriu bem. Continuou a cumprir no conturbado período que se iniciou em meados dos anos 70; continuou a cumprir nos anos de estabilização que se lhe seguiram.

Hoje, num contexto totalmente diferente, o Exército prepara-se para nova "Diáspora" que bem nos poderá conduzir à presença militar do Minho a Timor, passando agora pelos Teatros de Operações dos Balcãs.

Estamos tranquilos e confiantes pois sabemos que o Exército cumprirá.

Igualmente o fará o Jornal do Exército, cuja missão definida há 40 anos se mantém quase imutável.

Nesse sentido, exorto os seus responsáveis e colaboradores a prosseguirem o trabalho realizado e apresento as minhas felicitações pessoais por este 40º aniversário.



Quarta Década

Há momentos na vida das pessoas e das organizações em que é legítimo fazer uma avaliação retrospectiva daquilo que realizaram ou produziram, não como contemplação saudosista mas sim como alicerce para a continuidade futura.

Ao apresentar este número comemorativo do 40º Aniversário do *JE*, onde inserimos, cronologicamente, alguns aspectos significativos do seu conteúdo, não podemos deixar de constatar que, ao longo destes anos, têm sido permanentemente atingidos a finalidade e objectivos que estão na génese da sua criação em 11 de Janeiro de 1960.

Determinava-se, então, a criação de um "órgão de informação, cultura e recreio" com os objectivos de "fomentar o conhecimento das diversas actividades do Exército, promover o intercâmbio de informações de carácter geral respeitante às Armas e Serviços e desenvolver na população civil o melhor espírito de compreensão dos problemas e das sagradas missões cometidas ao Exército de modo que este receba da Nação, em todas as circunstâncias, o apoio moral e respeito de que carece".

Com a passagem dos anos e a evolução sofrida pela Sociedade Portuguesa e, naturalmente, pelas suas Forças Armadas, houve que dar maior ênfase ao primeiro e terceiros objectivos, pois na chamada "Sociedade da Informação" ou, talvez melhor, da "Comunicação" quem não se afirma e dá a conhecer... não existe!

Sendo assim, e porque é ainda pelos militares que, em todo o mundo, passa muito da visibilidade externa dos Estados e a manifestação da sua soberania, (como bem demonstram, entre nós as missões na Bósnia-Herzegovina e Kosovo e a presença militar nas cerimónias de Macau), há que manter, por todos os meios ao nosso alcance, em particular os mais modernos e de maior difusão, a ligação com os cidadãos em geral até porque a acção dos militares terá de ser sempre entendida como um acto de cidadania.

Será essa, então, uma das grandes Missões do *Jornal do Exército* que, lembrando respeitosamente os que nos antecederam e garantiram, ao longo dos anos, a sua existência procurará, com determinação, continuar a cumprir.

R.C.

JORNAL DO EXÉRCITO

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

DIRECTOR

Redacção e Administração
Rua da Escola Politécnica, 61

Brigadeiro DAVID DOS SANTOS
Chefe da Redacção—*Major BALULA CID*

Composição e Impressão
Rua dos Caetanos, 26

Distribuição: Continente, Madeira, Açores, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor

ANO I - N.º 1 | JANEIRO DE 1960 | 2 ESCUDOS

MISSÃO A CUMPRIR

O aparecimento do JORNAL DO EXÉRCITO materializa uma velha ideia, que há muito acalentávamos, mas que as circunstâncias só agora permitiram tornar uma realidade.

Surge ele no limiar do novo ano, como um verdadeiro brado de fé e de entusiasmo, a cimentar a solidariedade entre os militares, a despertar, no Exército, novos alentos e novas dedicações na hora em que afanosamente se procede à revisão e ao aperfeiçoamento da nossa máquina militar, com vista a conferir-lhe aquela eficiência de que tanto carece, nos tempos difíceis que o Mundo atravessa.

Bem árdua é essa tarefa, que exige, a par de uma estreita colaboração dos principais Comandos e Chefes responsáveis, a mais total compreensão por parte de todos os militares e mesmo da população, directa ou indirectamente afectada pelas correspondentes medidas.

Além da missão de difundir no meio militar e fora dele, ao serviço permanente da Nação, informação simples, acessível e atraente, sobre as diversas actividades do Exército, manifestadas desde Timor até ao Portugal europeu; além da divulgação de noticiário de interesse geral, para todos os componentes do Exército, merece também ser especialmente focada a contribuição que este Jornal pode dar para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de comprensão e de solidariedade acima referidos.

Mais do que nunca, é indispensável que esse espírito esteja bem vinculado nos militares, a quem cumpre ter sempre gravado na alma, mais profundamente do que quaisquer outros portugueses, as nobres palavras há dias proferidas pelo Chefe do Estado, na sua mensagem do Ano Novo: «precisamos de estar permanentemente atentos, atentos e unidos, cônscios da força dos nossos iguais direitos em todo o território nacional».

Para poder cumprir cabalmente a sua missão, deverá este Jornal:

— ser motivo permanente de interesse para todos os militares, indo ao encontro da sua natural curiosidade e dos seus mais nobres sentimentos e procurando atrair, em estilo fácil e conciso, a sua atenção para os mais palpitantes problemas da carreira militar;

— pugnar, sem tréguas, pelo fortalecimento das mais altas virtudes militares e pela valorização e prestígio das forças terrestres;

— finalmente tornar o Exército mais conhecido da Nação, tendo sempre presente que ele é o maior reservatório de energias e de ideais com que esta pode contar, na defesa dos seus mais sagrados objectivos.

Trata-se, como se disse, de um elemento de informação geral, sem a preocupação de versar problemas militares de natureza demasiadamente técnica e especializada, os quais interessam fundamentalmente às publicações das respectivas especialidades.

É com a inteira certeza de que a missão cometida a este Jornal será plenamente vivida por todos os que meteram ombros a tão relevante tarefa, que lhes dirijo as minhas saudações.

Importa que tenham sempre plena consciência do sagrado sentido de responsabilidade que recai sobre os militares, perante a Nação.

ALMEIDA FERNANDES
Ministro do Exército

NOTA DE ABERTURA

POR decisão de Sua Ex.ª o Ministro do Exército é dado à luz da publicidade, no presente mês de Janeiro, o primeiro número do mensário «Jornal do Exército», órgão de Informação, Cultura e Recreio das Forças Terrestres e que se destina também a uma difusão que se deseja tão larga e profunda quanto possível, no seio da população civil.

Tal decisão levanta um problema ligado, em grande parte, às actividades específicas do Serviço de Pessoal; não se estranhará, portanto, que Sua Ex.ª o Ministro tivesse determinado — não por méritos próprios, antes, em certa medida, por inerência de funções — que a Direcção da referida publicação fosse atribuída ao Director dos Serviços de Pessoal.

Nesta qualidade, lhe compete e lhe é sumamente agradável dizer duas palavras, à laia de «Nota de Abertura».

O sucesso de uma publicação periódica assenta, em primeiro lugar, no pressuposto de que os elementos do seu corpo redactorial ponham toda a capacidade, entusiasmo e calor, no desempenho das suas atribuições, fazendo dela, por esta forma, um órgão vivo, ligeiro, dinâmico, sugestivo e pleno de interesse. Onde tais requisitos falharem logo aí se abrirá uma brecha insanável.

Estou sinceramente convencido — porque conheço os homens designados para este sector do jornal — que neste ponto podemos ficar descansados.

Em segundo lugar, todo o jornal ou, mais geralmente, toda a publicação periódica corresponde sempre a necessidades comuns de uma certa massa de indivíduos, tanto na ordem material, como na ordem espiritual, moral ou profissional. No caso vertente, este traço de união é garantido e vinculado, em prioridade, pela evidente comunhão de interesses, de toda a ordem, dos elementos do ramo terrestre das Forças Armadas, se bem que se possam formular reservas naturais quanto à eficácia e profundidade da penetração do jornal no elemento civil, eficácia e profundidade que dependerão, sobretudo, da forma como os problemas militares forem apresentados ao seu livre exame e para sua inteira compreensão.

A comunidade de interesses, anseios e aspirações militares que pressupõem a excelência das respectivas Instituições existe porém e primàriamente, «em potência».

O seu desenvolvimento «em acto» será iniludìvelmente favorecido com a publicação deste jornal, se cada militar, qualquer que seja a sua graduação ou grau de responsabilidade, for efectivamente um agente da sua propaganda e expansão. Neste domínio todo o Comandante ou todo o Chefe deve considerar como ponto

(Continua na 20.ª pág.)

DAVID DOS SANTOS
Brigadeiro

A 6.ª Companhia de Caçadores EM OPERAÇÕES NO NORTE DE ANGOLA

Fotografias gentilmente cedidas pela Rádio Televisão Portuguesa

Sarg. Francisco José Ribeiro

Cap. Abílio Enrico Castelo da Silva

Cap. Jofre Ferreira dos Prazeres

1.º Cabo Francisco Agostinho Luís

1.º Cabo José Martins Silvestre

Sold. Manuel Serafim Lavado

Sold. Aníbal Gonçalves de Almeida

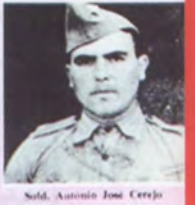
CAIRAM como bravos, na luta contra os inimigos da Pátria, em defesa de uma das suas mais importantes parcelas.

Do seu espírito de sacrifício e heroicidade nunca ninguém duvidou. O Exército cumprirá a sua missão, sejam quais forem as dificuldades que o inimigo traiçoeiro ponha no seu caminho.

Saibam os que ficam cumprir a sua, mantendo-se firmes no apoio moral e material aos que na frente de combate arriscam nobremente as suas vidas.

PELA PÁTRIA
EM DEFESA DE ANGOLA

Sold. Manuel dos Santos Moreira



Sold. António José Cerejo

ANGOLA

A BAT. 120 EM ACÇÃO

PELO ALF. MIL. ART. J. FILIPE CARVALHOSA

ACÇÃO PSICO-SOCIAL

BATALHÃO DE CAÇADORES 92

Pormenor da embalagem das bolachas

Linha de embalagem de bolachas das rações de combate

Aspecto do fabrico de embalagens de rações de campanha

Fardo automático da ração individual de combate

RAÇÕES DE CAMPANHA

A força moral contere ao Soldado Português a boa disposição de que esta foto é eloquente testemunho
(De «O Colégio Militar» N.º 111)

O Mateus é um português de cor negra, que vivia sossegadamente na sua sanzala. Tinha a sua mulher, os seus filhos. Tinha também a sua profissão de carpinteiro com a qual ganhava honestamente a vida. Sabia ler e escrever e, se bem que vivendo na sanzala, compreendia bem o significado da civilização e tinha consciência da sua nacionalidade portuguesa.

— O vemos de um pouco, começou a infiltrar-se pelas sanzalas. Explorando a credulidade das nossas boas gentes, meteu-se a criar o ambiente de desordem. E um dia começou a «confusão».

Homens gritavam ódios sem saber porquê.

Matava-se bàrbaramente sem haver razão para isso. Por vezes só porque se bebera uma certa água.

E o nosso Mateus sentia que a coisa estava errada mas não podia dizer nada, pois a morte seria o prémio da sua defesa em prol da razão e da justiça. E uma noite, ele soube que daí a dois dias iria ser atacada a Vila. Ele não podia consentir nisso mas não tinha meios de o impedir.

E então tomou a única resolução possível:

Iria avisar os brancos da Vila e ficaria ao lado deles a esperar o ataque da loucura.

E na escuridão da noite, ao longo dos vinte quilómetros que distava da Vila, o corpo negro do Mateus era sombra ténue que deslizava veloz. Era a esperança da vida num ambiente onde se respirava a morte. Era a consciência triunfando do vento de demência que varria a terra.

Para trás ficavam a sua casa, a família, as suas ferramentas, os seus haveres, talvez o coração.

Na frente, ele tinha sòmente o dever de português consciente. E fora este que ele escolhera.

Chegara! E o seu aviso foi decerto a salvação daquele punhado de homens que ali permaneciam fiéis à terra que amavam.

E o ataque fizera-se mas não teve êxito. E houve outros ataques e todos se desfaziam contra a valentia de uns poucos.

O gesto do Mateus fora recompensado por ordem superior com a admissão dele num serviço público.

Os dias foram passando. Na vila, meio despovoada, tinham de ser vazios, monótonos, de cansativa vigilância. E o Mateus tinha ar de náufrago atirado à praia. A insegurança, a preocupação constante, não eram propícias a que os outros homens se debruçassem sobre a aflição do Mateus.

Pràticamente não havia trabalho e uma sensação de inutilidade tomava posse da alma daquele homem jovem e forte.

Mas um dia a tropa chegou. Breve os soldados souberam da história do Mateus. E era vê-los à volta dele a perguntar-lhe coisas, ouvindo as suas mágoas e confidenciando-lhe as suas saudades.

E o que tornava mais feliz o Mateus era ver entrar na Repartição onde trabalhava um soldado a dizer-lhe:

— O Senhor Mateus como é que eu hei-de fazer este registo?

E logo o Mateus, pressuroso, ensinava como era, ajudava no que podia, partilhava da vida dos soldados, era útil, não estava sòzinho.

E no dia em que ele foi numa coluna militar que passava na sua sanzala, a coluna parou junto à cubata do Mateus que, como as outras, estava abandonada. O Mateus entrou nela e o seu olhar ficou fixo, abstracto, talvez pensando na família que andaria pela mata, sem saber dele. Mas logo um soldado lhe disse da porta, respeitosa e amigàvelmente:

— Posso entrar Senhor Mateus? Para o ajudar a arranjar as suas coisas?

E outros vieram e, cuidadosamente, pegavam nas ferramentas, nas roupas do Mateus e iam depô-las na viatura em que ele vinha. E o Mateus voltou para o meio da tropa, depois de deixar na palhota um bilhete que o Comandante da coluna escreveu a dizer que ele estava bom e que a família podia ir ter com ele.

Um dia o Comandante da Unidade cruzou-se com o Mateus e vendo o ar feliz dele, observou-lhe:

— Então Mateus, você tem-se dado bem com os soldados?

— Oh! Senhor Comandante, muito bem!

E, num ar de satisfação irreprimível, em que se denunciava a avidez de consideração que afecta todo o homem e cuja satisfação poderia ser resposta adequada aos que, mantendo uma sociedade de castas, se atrevem a injuriar o colonialismo português, acrescentou:

CARTAS DO ULTRAMAR

«O Senhor Mateus»

— Eles até me tratam sempre por senhor Mateus!

E quando veio a ordem para aquela Unidade se deslocar, o Mateus despediu-se saudoso dos seus amigos, dos soldados simples como ele, que debaixo da pele branca que contrastava com a sua, bem negra, tinham, igual ao dele, um coração de português.

Lembro-me ainda que, numa das viaturas que partia, dois soldados acenavam um amistoso adeus ao Mateus e um deles disse, meio surpreendido, ao outro:

— Eh pá, reparaste que o Senhor Mateus estava com os olhos cheios de lágrimas?

E o outro, baixando a cara para não mostrar os seus também humedecidos, respondeu:

— Ora! São pieguices de preto!...

Cap. J. FELGAS

O ESQUADRÃO DOS MORCEGOS
NA ACÇÃO DE NAMBUANGONGO

149

VAMOS recordar hoje a acção de uma Unidade à qual coube o encargo de romper as linhas inimigas através das matas, em Angola, até à então chamada capital do Estado Livre do Congo — Nambuangongo.

Referimo-nos ao Esquadrão de Cavalaria n.º 140, que juntamente com os Batalhões de Caçadores n.º 95 e n.º 114, reabriram, entre Janeiro e Julho de 1961, a missão de marchar até àquela povoação, destruída pela onda de terroristas, arrasando todas as construções, mas erguida bem alto psicologicamente, ao ponto de ser tratada nas primeiras linhas dos jornais, que anunciavam ao mundo o movimento de libertação em Angola. Em pouco tempo vamos transformar-se Nambuangongo, local de trabalho pacífico, ao labor das colheitas de café, com objectivo de grande interesse táctico, estratégico e até político. Com que rapidez tudo evoluiu e quantos sacrifícios, tenacidade e energia, foi custar aos nossos soldados alcançarem o objectivo.

Situemo-nos no ambiente da guerra revolucionária para melhor entendermos a acção executada pelo Esq. Cav. 149, pois de outra forma seria loucura utilizar uma Unidade de tão pequeno efectivo em tão longa marcha, cheia de mais surpresas, zona sobderrada, mata densa, obstáculos contados pelas centenas, inspirando enbuscada, traição em toda a parte, bolsas de fogo em que poderiam destruídas e lá no objectivo final o módico total de 20 000 terroristas!!! Isto é tudo Nambuangongo. A propria missão dada pelo Quartel General, era prudente: atingir Zala, se possível Nambuangongo.

Saiu o Esq. Cav. 140 em 25 de Julho de 1961, de Ambriz, seguindo o itinerário Caxinga-Quicabo-Zala-Nambuangongo, actuando numa profundidade de cerca de 250 km e reforçado com elementos de engenharia, artilharia, morteiros e, a partir de Quicabo, com um pelotão de reconhecimento. Esse Esquadrão ia ser o nos bastiões de fogo, sem saber onde. Ia acasionar baixas ao inimigo, sofrer as primeiras baixas, comer pouco, dormir menos, trabalhar muito, criar conjunto, sofrer, sacrificar-se, esquecer-se, enfim, ira ser constituido por soldados (bons Portugal branco, preto, amarelo, mestiço, mas indivisível).

Estava reservado para esse dia o baptismo de fogo, quando um pelotão a cerca de 50 km de Ambriz, na região de Caxinga, sitiado um quartel da U. P. A. (União dos Povos de Angola) no qual travou luta com o inimigo surpreendido, cerca de 300 terroristas, constando um número de baixas difícil de apreciar perante a debandada total. Destruiu-se todo o acampamento de construção rudimentar, mas onde se podiam destacar as instalações disminuídas dos postos de vigia, porta de armas, casa de oficiais, caseratas, entrincheiramentos, aproveitou-se vário material de guerra, de construção tosca (machangules), granadas de mão (de paxo), sortido delonante, abundante documentação, uma barraca de campanha um lona, de boa qualidade fino um espólio que só valorizar só viria a ter paralelo mais 2 vezes em todo o tempo que iria seguir-se.

Contaram-se as baixas do pelotão: alguns feridos, que foram tratados, um do certa gravidade.

Dia inesquecível na vida de uma Unidade. Começara nesse dia a vida do Esq. Cav. 149, como força de combate, elemento de acção, bloco bem ligado. Começava nesse dia a aplicação dos conhecimentos militares até então estudados, desde a soldado que aprende a observar, disciplinar-se, atirar, até aos Oficiais que os constituem, impulsionam e manobram tomando uma atitude ofensiva que ocorreu ao inimigo reforços, desgastá-lo, fustiga-o e, por fim, a queda da capital do "Estado Livre do Congo".

Impunha-se não repetir nas baixas do Esquadrão, impunha-se explorar o sucesso, impunha-se aproveitar a sorte. Atitude simples, porem muito difícil, pois que obrigou a fazer entrar em acção à 1 da madrugada de 26 de Julho, o mesmo pelotão que tinham combate, reabastecido em alimentação e gasolina, remuniciá-lo, voltar a atacar psicológica dos bastidos dar-lhe segurança com o acção de todo o Esquadrão. Essas poucas horas em que tudo se preparou, acompanhado de estado dos documentos apreendidos,

Inválido, não! — O 1.º Cabo Alfino utiliza a sua nova mão correctamente

O Soldado Lima, natural de Angola — um sorriso cheio de optimismo

Na sala de instrução primária, o Soldado Lima aproveita o tempo. — Uma recuperação total

RECUPERADOS

É [illegible] crente e reconfortante verificarmos que, numa época em que cada homem procura assegurar outro horizontes, como naquela em que vivemos, surge algo a mostrar-nos que nem todos os valores estão subvertidos e que se palavras Humanidade e Dever não foram especiais. Assim, uma iniciativa a todos os títulos digna de louvor e do mais alto interesse para todos os que, especialmente neste momento, defendem a nossa integridade em terras do Ultramar, foi tomada pelo Ministério do Exército no sentido de prestar a todos os defensores da Pátria a mais ampla e completa assistência, a qual, neste caso, vai muito para além do que até agora tem sido feito. Bem hajam todos os que concorreram para a fundação do que será em breve: O Centro Militar de Recuperação.

INVALIDOS? — NÃO!

No velho edifício do antigo RAL 1 encontra-se instalado a título provisório, um departamento da mais alta e humanitária finalidade: O Centro Militar de Recuperação. Destina-se, como o seu nome indica, a tornar aptos para a vida todos os militares, sem distinção de raça, que, por acidente ou em combate, tenham sofrido amputações de membros superiores ou inferiores e que, por este motivo, sejam considerados inválidos.

A fim de saber concretamente o que é o Centro Militar de Recuperação aventámo-nos, numa rápida visita, com o Sr. Major médico Sousa Pereira, Director destes Serviços que amàvelmente nos prestou todos os esclarecimentos:

— A nossa missão é como se depreende, recuperar todos os homens possíveis para os reintegrar no Exército. O momento presente não permite que seja diminuído o número de homens de valiante de defesa da Pátria e, assim, impõe-nos o dever de recuperar senão na totalidade, o maior número possível de diminuídos motores; isto é, de unidades que tenham perdido qualquer dos membros essenciais para o desempenho da sua missão — braços ou pernas. Aqueles que pelo grau atingido no amputação não possam regressar às suas actividades militares serão integrados na vida civil, mas em condições de retornarem os seus lugares nas ocupações antes desempenhadas ou noutras para as quais procuremos adaptá-los.

Em síntese, estava dado o esclarecimento. Queríamos saber mais.

Há, evidentemente, projectos para gozar eficácia do Centro. Embora a instalação provisória nos ofereça já uma perspectiva bastante lisonjeira, procurámos saber o que será no futuro, uma vez realizadas todas as aspirações do seu Director:

— As obras para alargamento estão no seu início. Não só pretendemos amplas enfermarias como uma infinidade de outras instalações de absoluta necessidade para o bom funcionamento do Centro de Recuperação. Precisamos de tudo — o confessou ele — e num futuro próximo muito se terá conseguido —, Oficinas onde os recuperados poderão exercitar-se em várias profissões, desde que o seu estado não lhes permita a reintegração no Exército, serão indispensáveis, bem como material adequado, matéria-prima para os diversos géneros de trabalho, etc. Projectemos, ainda, entrar em contacto com empresas, quer comerciais quer industriais, a fim de cooperarem com o Centro no sentido de colocarmos os homens, após a sua cura completa, nos diversos sectores de actividade, o que, dito não nos parece difícil, e a provar a nossa convicção está o exemplo que podemos apresentar...

Sob a forma de divertimento, exercícios musculares

OS NOSSOS COMPANHEIROS DE ÁFRICA

QUANDO uma tropa se encontra em campanha, entre outros problemas de capital importância, surge a necessidade absoluta de ocupar o espírito dos homens em tarefas que distraiam, eduquem e acima de tudo mantenham o moral. Se as manifestações desportivas são de primordial importância, não é menos necessária a existência dos «Jornais» que estão considerados como elementos impares nas medidas de ordem psicológica para as tropas.

Desde o início do reforço militar das nossas Províncias Ultramarinas, têm chegado até nós os mais variados e interessantes exemplares de «Jornais» de Unidades, onde o Humor se encontra paredes meias com os «contos», com os últimos acontecimentos locais ou da Metrópole, com Recreio e Charadismo, com Exortações patrióticas, etc., etc.

Numa homenagem muito sentida, «Jornal do Exército» publica hoje uma amálgama das capas dos seus mais jovens camaradas, lamentando não poder reproduzir, por falta de espaço, muitos dos interessantíssimos assuntos neles inseridos.

Aproveitamos, no entanto, esta ocasião para a todos pedirmos o envio da sua colaboração que será sempre muito e muito apreciada e publicada dentro das nossas modestas possibilidades.

Parabéns a todos por tão útil obra realizada em prol dos camaradas.

CAMPO MILITAR DO GRAFANIL EM ANGOLA

Vista duma área de bivaque de Batalhão de Caçadores

Aspecto duma bivaque de Companhia de Caçadores

Abastecimento de munições por helicóptero

É [illegible] Calete, numa área superior a 2 500 000 m², calete o Campo Militar de Grafanil, um dos padrões mais significativos da capacidade realizadora, espírito de iniciativa e poder de adaptação do nosso Exército.

Após os trágicos acontecimentos de Março de 1961, fez-se sentir a necessidade premente de uma zona capaz de aquartelar, adaptar e facilitar o movimento dos contingentes chegados da Metrópole. Os primeiros militares que desembarcaram em Luanda e desfilaram pela marginal, sentiram sobre si o carinho e o prévio reconhecimento do povo, numa amálgama de raças e entusiasmo que era o primeiro e grande desmentido às ufanadas dos inimigos, foram instalados, em condições deficientes. Instalações de fortuna, impostas pelas circunstâncias, face à aguda necessidade de resolver o problema de acomodação temporária das tropas acabadas de desembarcar e às quais, após um período muito curto de organização e equipamento, cabeira a dura e gloriosa tarefa de iniciar a luta que o inimigo e aqueles que se haviam esquecido de quem são os Portugueses nos julgavam incapazes de sustentar e vencer.

Quando da sua chegada a Angola, o General Silva Freire, essa figura de homem e militar invulgar que o destino roubou ao País, com a sua grande capacidade de percepção dos problemas, a sua visão e qualidades de organização, apercebeu-se imediatamente da necessidade absoluta de arranjar algo que servisse de verdadeira plataforma giratória para receber e encaminhar os contingentes militares em trânsito. Face a esta idéia básica, com a firmeza característica deste grande Oficial, iniciou-se imediatamente, com os meios disponíveis, o Campo Militar do Grafanil. Estamos numa pausada, nessa data, do cue passa o pacífico bem sentido a Carreira de Tiro da Guarnição de Luanda. Unidades sucessivas passaram, então, por ali a transitar, quer a caminho das ensanguentadas terras do Norte, quer de regresso a Luanda após lutas inenarráveis que o inimigo externo se obrigara a travar à cada momento das suas ânsias de defesa da Pátria. Não era, então, como já dissemos, o CMG o Campo bem apetrechado e capaz de satisfazer plenamente os fins para que foi criado, que é, agora, digno exemplo duma capacidade de realização que nunca será de mais exaltar. Não houve tempo para planear, discutir, corrigir. E, contudo, um ano volvido, um curto ano volvido, durante o qual

«Berliet»

CAMIÕES «BERLIET» MONTADOS EM PORTUGAL

O camião anulado é retirado da difícil situação por outro «Gazelle» que o reboca para terreno enxuto

Os veículos automóveis são hoje tão importantes para o equipamento eficiente de uma força militar, como o cavalo para as hostes medievais.

Todas as acções militares estão directa, ou indirectamente, subordinadas a um apoio motorizado, em que o terreno e o clima já não contam praticamente.

As grandes empresas industriais que se dedicam à construção de veículos a motor não pôem restrições aos problemas que lhes sejam apresentados, por mais complexos.

Tanto para o kiskiso como para o deserto, o motorizado prima apoio às tropas, assegurando as linhas de reabastecimento humano e material, sujeito a quaisquer condições meteorológicas de terreno ou meio de progressão. Os cursos de água são vencidos pelos anfíbios que, até já o pantano ultrapassam, com um sistema propulsor original e experimentado, recentemente, pelo Exército dos Estados Unidos.

Os mais recentes conflitos armados demonstram como o motor se tornou auxiliar indispensável das forças armadas, tornou quando as circunstâncias obrigam à localização das acções.

Veículos ligeiros, camiões ligeiros e pesados de diversos tipos e blindados, tractores de rodas e lagartas e toda a espécie de atrelados, são material posto ao serviço das forças armadas pelo engenho dos técnicos das grandes unidades industriais que ao ramo automóvel se dedicam.

Por disposição legal recente estão a ser instaladas no nosso país linhas de montagem de algumas das principais fábricas de veículos automóveis do Mundo, entre elas a «BERLIET», de França.

Porque o assunto pode interessar ao Exército, não quis o JORNAL DO EXÉRCITO afastar-se e, por gentil convite da Metalúrgica Duarte Ferreira, do Tramagal, visitou as instalações onde foi iniciada a montagem de camiões pesados, em associação com a «BERLIET».

A inauguração oficial desta importante unidade industrial efectuou-se no passado dia 19 de Fevereiro, com a presença do Chefe do Estado, membros do Governo e outras altas individualidades que se deslocaram de Lisboa, em comboio especial.

A «BERLIET» é, hoje, na Europa, a segunda unidade industrial do seu género, e a sexta no Mundo, produzindo diàriamente 64 tipos de camiões, com tonelagens que vão de 4 a 110 mil quilos, quais.

Das suas instalações sóis o célebre T. 100, veículo com 250 toneladas de peso bruto e pneus de dois metros e meio de diâmetro, o qual representa um esforço inteligente de adaptação a regiões que só agora começam a ser exploradas.

A «BERLIET» fornece actualmente, com veículos tácticos adaptáveis a todos os terrenos e resistentes às piores condições de trabalho, o Exército Francês e a NATO.

O Exército Português também tem ao seu serviço unidades «BERLIET», nomeadamente o «Gazelle» — GBC 8 × 8, o qual actua eficientemente em Angola.

A nova linha de montagem do Tramagal, embora produzindo durante o período de adaptação unicamente 140 camiões por ano, está previsto para uma produção anual de 600 unidades.

A DEFESA DA POVOAÇÃO DO BEMBE

Pelo CAP. INF. CERQUEIRA ROCHA

ÀS 5.20 da manhã do dia 6 de Fevereiro de 1962, o Comdt. da C. Caç. 128/B Caç. 155 com base no Bembe, acaba de ser informado pelo Comdt. da ronda, que o In. atacava de todos os lados com grande efectivo e forte poder de fogo.

A informação não causou grande surpresa. Indícios anteriores permitiram concluir que o In. poderia tentar uma acção dessa natureza. As providências estavam tomadas para fazer face, com êxito, ao ataque In. O desenrolar da acção poria à prova a capacidade do dispositivo da defesa...

1. — SITUAÇÃO GERAL NA Z. A. DO BEMBE NO PERIODO DE NOVEMBRO-61 A 6 DE FEVEREIRO-62

a. — *Características da Z. A.*

(1) — *TERRENO:*

— Na região do Bembe o terreno apresenta-se cortado, principalmente junto da povoação e existem grandes áreas densamente arborizadas (florestas).

— A povoação era servida por uma estrada que podia considerar-se em regular estado de conservação, permitindo os movimentos mesmo na época de chuvas; para oeste conduz ao Toto, para leste à povoação de Lucunga.

— Uma extensa e numerosa rede de caminhos gentílicos permitia a fácil deslocação de grupos de terroristas.

(2) — *HABITANTES:*

— Os povos indígenas da região, que existiam em grande número, estavam totalmente abandonados e na povoação residiam alguns europeus e naturais.

(3) — RECURSOS:

— A região apresentava muitas lavras indígenas com capaci-

...btenção de

...ES:

...a 1.ª Zona

...itia-se, por

...que gozava

...o o arma-

...se instalou

...2.

...Bembe-Lu-

...Metr. e Es-

...distância,

...tamente à

...as sobre a

...localizado

...er de uma

...ação nocturna, foi atacado um acampamento do In. onde se concentrava um efectivo grande e de valor.

No regresso dessa operação o In. atacou fortemente as NT, quase à entrada da povoação, tendo sido estimado, pelo volume de fogos desencadeados, um efectivo de cerca de 150/200 terroristas, bem armados e municiados.

c. — *Contactos com as populações fugidas no período anterior a 6Fev62.*

(1) — Desde Dez61 tentava-se entrar em contacto com as populações indígenas, que tinham abandonado as suas aldeias sob pressão dos terroristas, com vista à sua recuperação. Esse contacto conseguiu-se, havendo constante troca de cartas. Numa delas, deixada no itinerário Bembe-Toto, e recolhida pouco tempo depois

Piadas DE caserna

POR JOÃO BENAMOR

— Querida, apresento-te um amigo meu, que esteve dois anos no Norte de Angola, sem ver uma mulher branca!

CONSELHOS AOS SOLDADOS NO ULTRAMAR

CAMAS (continuação)

D — HUMIDADE

É este um dos problemas nas regiões tropicais durante a estação chuvosa. Deves evitar dormir sobre o solo. Constrói um leito seco, como o da figura, cobrindo-o depois com folhas, ervas, juncos ou pequenos ramos, o que lhe dá maior isolamento e conforto.

Com um pano de tenda ou lianas, podes fazer uma plataforma ou uma rede.

E — INSECTOS

F — IMPERMEABILIZAÇÃO

É essencial conservares-te seco, bem como o equipamento. Podes obter um material bastante impermeável utilizando as folhas largas das bananeiras novas.

Faz uma fogueira sobre uma pedra achatada e quando esta estiver bem quente, tira os carvões e coloca as folhas, uma de cada vez, bem espalmadas sobre ela.

Ficarão escuras e brilhantes, isto depois de 1 minuto ou 2 sujeitas ao calor, e absolutamente impermeáveis.

Podem servir para construção de abrigos, vestuário, tapete, saco para fósforos ou comida, etc.

Uma fumarada espessa, produzida ao queimar madeira molhada ou verde, folhas ou ervas, ajudar-te-á a matar as moscas e os mosquitos.

...Mas o melhor ainda é o mosquiteiro!...

Uma boa gabardina será, no entanto, o ideal...

INSTANTÂNEOS DE ANGOLA

ISTO TAMBÉM TE DIZ RESPEITO!

Se é certo que determinadas águas, são bacteriològicamente puras ou apresentam poucos microbios ou impurezas macroscópicas, em suspensão, outras há que possuem uma flora bacteriana extraordinàriamente rica.

O papel da água na transmissão de certas epidemias, é importantíssimo, especialmente para a febre tifóide, cólera e disenteria. Outras doenças provocadas por parasitas, como helmintíase, distomíase, oxiuros, etc., podem igualmente ser transmitidas pela água.

As águas que as nossas tropas têm necessàriamente de utilizar nas Províncias Ultramarinas, sobretudo quando em operações, se bem que por vezes não se encontrem contaminadas, possuem regra geral grandes quantidades de impurezas, detritos das mais variadas proveniências e sobretudo matéria orgânica, quer de origem animal, quer principalmente vegetal, devido às enormes e densas matas que cobrem grandes zonas do nosso Ultramar.

Daí surgiu a necessidade de se preparar um sistema, prático, económico, leve, fácil de transportar e eficiente, e assim nasceu o «Filtro Individual L. M.» ou mais propriamente o «Equipamento Individual L. M. para depuração de água».

Este Equipamento, utiliza dois processos para a potabilização da água: um processo químico para a destruição das bactérias e outros microrganismos e um processo mecânico, para eliminação das impurezas macroscópicas existentes em suspensão. O conjunto permite, muito fàcilmente, dentro de meia a uma hora, transformar uma água de qualquer origem ou proveniência, em água bebível, sem se correr o risco de contrair qualquer doença.

O «Filtro L. M.» é assim um dispositivo filtrante, fabricado com materiais nacionais, o que o torna bastante económico e permite produzi-lo em qualquer quantidade necessária.

Contém uma matéria filtrante impregnada de um anti-séptico, que conserva esta imputrescível, a qual só por si, elimina as matérias em suspensão tais como insectos, algas, alguns protozoários, e, de um modo geral, todas as sujidades visíveis a olho nu.

Para esterilizar a água e garantir a eficácia da filtração, seja lançado Esterili- Clari- se apre- os Com- tológica- conjunto o — pode filtração, ção de ns muito de asseio, nselha-se, tubo de

LEGENDA

1 — Filtro (corpo e tubo de aspiração)
2 — Balde de lona para captação de água
3 — Cargas filtrantes de reserva
4 — Comprimidos anti-séptico
5 — Comprimidos clarificadores
6 — Comprimidos esterilizadores
7 — Instruções para uso do filtro
8 — Bolsa

«O Equipamento individual L. M. para depuração de Água» ou «Filtro individual L. M.», foi concebido tomando por base o modelo de um filtro Militar Japonês, largamente utilizado no Pacífico, durante a última guerra.

Destina-se a ser utilizado por todas as Forças Armadas, mas o seu estudo foi especialmente orientado atendendo à sua utilização no Ultramar, onde o problema de abastecimento de água potável, às tropas em operações nas matas e em patrulhas, se reveste de particular acuidade.

Com efeito, quando integrados em grandes ou médias unidades, as Forças Armadas dispõem de Serviços próprios, encarregados do tratamento da água necessária às tropas. No entanto, há muitos casos em que o militar é obrigado a deslocar-se sòzinho ou em pequenos grupos operacionais, sem possibilidade de apoio de tais Serviços, e por isso tem necessidade de transportar tudo o que seja fundamental à sua manutenção.

Em condições normais, o «Equipamento» deve ser usado do seguinte modo:

1. Captar para o balde de lona a água do manancial, nascente, poço ou charco, de modo a encher-lo quase até ao bordo superior, evitando as sujidades que possam existir à sua superfície;
2. Adicionar à água contida no balde 4 Comprimidos Esterilizadores L. M., se possível esmagados, e agitar bem com uma vareta, colher ou qualquer outro utensílio limpo, até os comprimidos se dissolverem completamente;
3. Uma vez bem dissolvidos, deixar a água em repouso durante meia hora.

EQUIPAMENTO INDIVIDUAL L. M. PARA DEPURAÇÃO DE ÁGUA

Pelo Major Farmacêutico ESTEVES ROSA

INSTANTÂNEOS DE ANGOLA

HONRA E GLÓRIA

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a MEDALHA DE PRATA DE VALOR MILITAR, COM PALMA, nos termos do artigo 8.º com referência ao parágrafo 1.º do artigo 51.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o

CAPITÃO DE INFANTARIA
MÁRIO FIRMINO MIGUEL

pela forma excepcionalmente valorosa como comandou a sua Companhia em operações no Norte de Angola. Servido por uma inteligência brilhante, muito trabalhador e dotado de um carácter íntegro, soube elevar a preparação da sua Companhia ao mais alto grau de eficiência, o que lhe permitiu obter os maiores êxitos nas operações em que se empenhou na região do vale do Loge e na difícil região de Quipedro, durante as quais deu as maiores provas de desembaraço físico e mais uma vez palmilhou a sua bravura, abnegação, energia, serenidade e desprezo pelo perigo, acorrendo aos lugares mais difíceis, com risco da própria vida.

As suas qualidades de comando tornaram-no muito estimado pelos seus subordinados, sendo, também, considerado pelos seus superiores um Oficial excepcionalmente valoroso, que honra a Arma e o Exército, que tão abnegadamente serve.

OS MAIORES ÊXITOS NAS OPERAÇÕES EM QUE SE TEM EMPENHADO...

SERVIÇO POSTAL MILITAR

SÃO quase decorridos quatro anos desde que o SPM iniciou, a nível ultramarino, a sua missão. Antes, e de modo esporádico, já o SPM esteve presente nas grandes manobras anuais do CIM de Santa Margarida, testes magníficos para se avaliar da capacidade do SPM, quando chamado a cometimentos de maior vulto. Acontece, agora que a Nação Lusitana repete em terras do Império a gesta que imortalizou a Raça, defendendo bravamente nos planos africanos da Guiné e Angola — já empapada em generoso sangue de heróis — o seu ancestral direito à herança até às remotas províncias do Extremo Oriente, o SPM vive, lado a lado, como os nossos bravos rapazes, soldado também, a singular aventura de transcender o amigo que se não nota, mas que a tempo e horas está presente, pregoeiro de novas que todos apetecemos sejam as mais alegres, as mais felizes.

Com a publicação do gráfico que ilustra o movimento das unidades de tráfego manipuladas desde o início do SPM a nível ultramarino, até ao final do ano de 1964, vão os desejos que pelos seus canais de tráfego circulem as mais felizes notícias e a certeza do triunfo do Bem sobre o Mal, o mesmo que dizer a vitória das armas portuguesas.

A EMBAIXADA DA SAUDADE — dias inesquecíveis!

A sua figura alta e elegante, os seus olhos expressivos, o rosto bonito, a voz inconfundível, tudo se conjuga em Simone de Oliveira para fazer dela uma artista de raro e vincado talento. As grandes vedetas são assim, como ela é! Simone, com a sua vincada personalidade, atrai o triunfo como chama a si a admiração do público que aprecia uma artista de valor.

As canções simples e banais ganham, na sua voz maravilhosa, a interpretação que para elas ambicionaram os seus autores. A complicada e exigente técnica da rádio, do cinema, da televisão, do disco não encontram complicados problemas a resolver perante a voz de Simone. Nela tudo é simples e fácil, como tudo o que tem real valor e categoria.

«Canto porque gosto...»

SIMONE DE OLIVEIRA RECORDA...

IMAGENS
DUM
ESTACIONAMENTO
IMPROVISADO

INSTANTÂNEOS DO ULTRAMAR

HONRA E GLÓRIA

CAPITÃO MILICIANO MAURÍCIO LEONEL DE SOUSA SARAIVA

Condecorado com a medalha de Ouro de Valor Militar com palma e promoção a Cap. por distinção — Ten.-Mil.º Maurício Leonel de Sousa Saraiva, do Centro de Instrução de Comandos, pela sua muito prestimosa colaboração na presente conjuntura que tem dado ao Comando Territorial Independente da Guiné e em especial, ao Exército, com a sua proficiente actuação.

«Como instrutor dos quadros de comandos comandou um grupo constituído por instrutores e monitores no final do primeiro curso realizado neste C. T. I. G., com o qual foi efectuada uma operação de combate que resultou excelente prova irrefutável de que os seus instruendos tinham sido cuidadosamente preparados, mercê das inegáveis qualidades excepcionais do instrutor.

Como comandante do Grupo de Comandos «Fantasmas» executou vinte e uma acções em curto período de tempo, sempre culminadas por retumbantes resultados, indubitàvelmente devidos à técnica perfeita empregada pelos seus componentes, nos quais imprimiu, pelo exemplo, o seu cunho pessoal de combatividade e outros atributos e virtudes militares que deram ao Grupo uma tão notável eficiência que pode afirmar-se ser ela a razão primordial dos constantes sucessos alcançados; e tudo isto graças às invulgares qualidades de combatente corajoso, valente, destemido e munificente do seu chefe, que tão inteligentemente o soube mentalizar, e criar no conjunto espírito de corpo.

Em Novembro de 1964 o seu Grupo sofreu perdas elevadas em combate; não obstante, transcorridos poucos dias, levava a efeito uma nomadização com óptimos resultados.

É de salientar que este brioso e valente oficial se encontra no termo do prolongamento, por oferecimento, da sua comissão normal por imposição, não obstante o precário estado de saúde em que por vezes se tem apresentado ao serviço.

Na última operação realizada, tendo o Grupo sob o seu comando sido detectado pelo inimigo com forte poder de fogo, assaltou valorosamente a posição e apreendeu grande quantidade de material, incluindo algumas das armas dos bandoleiros; não só dos abatidos como também daqueles que, precipitadamente, abandonaram a luta, perante o ímpeto do ataque.

Pelos seus actos brilhantes e extraordinários de firmeza, audácia rara decisão, coragem moral e física, desprezo pelo perigo e desmedido arrojo em frente do inimigo, considero valorosos e distintos os feitos de armas praticados pelo Ten.-Mil.º Saraiva, e que dos mesmos resultaram lustre e glória para o Exército.»

CARTAZ ELABORADO PELO BTM 3

F. A. V.

FORÇA AÉREA VOLUNTÁRIA 201

Ao serviço das Forças Armadas, dia após dia, a FAV 201 leva a todos os cantos onde o soldado está a consoladora presença do exterior, o correio tão desejado, os artigos de mais urgente necessidade e o apoio que nos momentos de infelicidade pode significar a salvação duma vida.

Desinteressados, valentes, aprumados, são os elementos da FAV 201 estimados, admirados e... invejados.

Piadas de Caserna

CAPACETES ESPECIAIS!

MISSÃO CUMPRIDA

O já costumado ambiente de entusiasmo, onde se misturam as manifestações de carinho, gritos de incontida alegria, lágrimas e abraços, acenos de lenços das mais variadas cores e cartazes com nomes que identificam entes queridos ou terras das suas naturalidades, regressaram à Metrópole mais alguns contingentes de tropas que terminaram as suas missões de soberania em terras de Angola.

No cais da Rocha do Conde de Óbidos aguardavam-nos milhares de pessoas, seus familiares, amigos e curiosos, e o general Moura dos Santos, Governador Militar de Lisboa, que em nome do Ministro do Exército ali se deslocou para apresentar a todos os elementos regressados palavras de boas-vindas e de exaltação pelo seu exemplar comportamento ao serviço da Pátria.

Os camaradas agora chegados não escondiam a sua alegria de feliz regresso aos lares, mais fortificada ainda pela consciência que se lhes reflectia nos rostos endurecidos, como que gritando sem palavras: «MISSÃO CUMPRIDA».

As Forças que, após as cerimónias oficiais realizadas no cais, seguiram para as respectivas Unidades de mobilização, foram:

CARTA

FILHO:
Hoje, ao meio-dia, o correio
Trouxe-me notícias tuas.
A carta que, há vinte luas,
Esperava e, por fim!, veio.

Li-a de um fôlego. Depois
Fui rezar junto da imagem
Da Senhora da Coragem
Pedindo bênçãos por dois:

Por ti que, longe, trabalhas
Por defender a Nação,
Desprezando do ladrão
Ardis, e tramas, e malhas.

Por mim, que sou tua mãe
Mas uma Mãe Portuguesa,
Onde a dor e a incerteza
Poisara arraiais também.

Em resposta à tua carta
Digo que tudo vai bem.
A gente, quando não tem,
Com muito menos se farta.

Não te tenho, e sou contente
Só por ter lido o que escreves
Afastaram-se-me as neves
E liquefez-se a corrente!

Fiques renovada, nova.
Com as notícias que dás.
Herde rezar pela Paz
Que, do Mal, já chega a prova.

Mas, se Deus vir que é preciso
Continuar esta luta
Até que a cruenta astúcia
Dos homens ganhe juízo;

Então, meu filho, p'rá frente!
Quero te ver a meu lado.
Mas, primeiro, sê Soldado.
E um Soldado valente.

Não te vingues, que a vingança
É nódoa, vil que enxovalha.
Mas não deixes que a canalha
Te roube a Pátria e a Herança.

Sê corajoso e valente,
Mas amigo e cumpridor.
Eu vou pedir ao Senhor
Que te amparo guarde e guarde sempre

Pronto, filho. Vai. Adeus.
Vai lutar, vencer a guerra.
Se não nos virmos na terra
Herde abraçar-te nos céus.

— «Cadete de Cavalaria» de Silva Araújo.

HONRA E GLÓRIA

CAPITÃO ABNA NA ONÇA

O Capitão de 2.ª linha Abna na Onça, promovido por distinção, como já o tinha sido a Tenente, pelos seus feitos em combate, constituiu um exemplo de bravura e de fidelidade à Pátria, morrendo a lutar, no passado dia 14 de Abril, em defesa da tabanca de Biná.

Comandava uma Companhia de Polícia Administrativa e era regedor do posto de Enxalé. Foi ferido três vezes em combate e em circunstâncias que se revestiram sempre de grande mérito: na abertura do itinerário Porto Gole-Enxalé; na destruição de um acampamento na região de Dembel, capturando diverso material e infligindo pesadas baixas ao inimigo; e na reacção a uma emboscada, em 30 de Setembro de 1964, de que resultou ter sido abatido o chefe do bando inimigo.

É ainda de salientar a acção em 8 de Abril de 1965, na região de Sibe, através da qual logrou capturar pesado armamento inimigo.

Prémio «Governador da Guiné», visitou a Metrópole em Julho do ano transacto.

Morés era «lugar sagrado e inviolavel»... mas o 490 lá chegou!

"Esta operação terá por finalidade ... e vai desenrolar-se...

A região de CANJAMBARI, localizada numa área do Sector de difícil acesso em determinadas épocas do ano, consequência da configuração do terreno (no período das chuvas e para além dele, o terreno apresenta-se alagado e com o itinerário impercavel ao trânsito de viaturas), só em 22MAR65 passou ao controle das NT, com a ocupação da posição de CANJAMBARI MORÉS CUNDA, na operação «FEBRO», culminando esta operação, em que o In sofreu pesadas baixas, principalmente com o desmembramento da sua organização. Na sua parte do Sector onde as tropas do Batalhão actuaram.

Não somente ao esforço operacional desenvolvido se deve a sensível melhoria da situação geral do Sector, a acção psicossocial foi garantida e não menta de sacrifícios morais e materiais da parte das NT.

O fluxo de navios, rebocadores que para vizinhos aprovisionados as nossas autoridades, principalmente a partir de MAR65, cinco mil 1076 indivíduos (homens, mulheres e crianças, quando o Comando do Batalhão deixou o Sector

B. CAV. 490

SEMPRE EM FRENTE

LOUVOR ATRIBUIDO PELO COMANDANTE MILITAR EM 16FEV65

«Batalhão de Cavalaria n.º 490, porque, encontrando-se na Província há mais do 18 meses e tendo iniciado a sua missão de quadrícula após um período de intervenção nas regiões mais afectadas pelo In (Ilha do Como e Morés) tem mantido uma actividade operacional profícua à custa dos seus próprios efectivos em quadrícula, enfileirando sempre ao lado de outras Unidades mais modernas na Província.

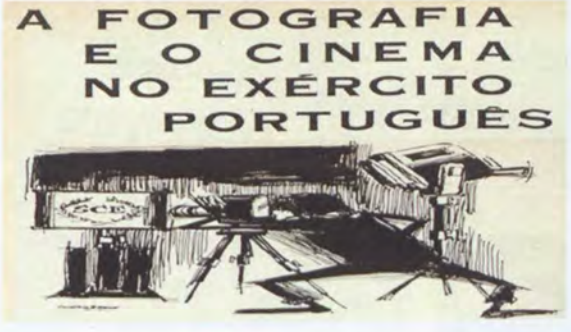
Não obstante as alterações que tem havido nos principais colaboradores do Comando e no Comando das suas Companhias orgânicas, tudo por força de promoções ocorridas após o início da sua comissão de serviço, e apesar do elevado número de elementos inoperacionais, como consequência de factores vários a que não são estranhos os períodos vividos em verdadeiro ambiente de contraguerrilha, tem o B. Cav. 490 sabido manter um elevado espírito combativo que honra a Arma de Cavalaria e o Exército.

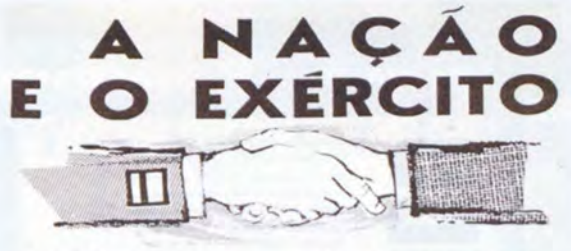
Unidade dotada de elevado moral, tem-no fortificado nos duros momentos de luta vividos e que ficam a atestar o alto valor militar de todos os seus componentes — Oficiais, Sargentos e Praças — irmanados como estão no mesmo sentimento do Dever que os trouxe à Guiné Portuguesa.»

MAJOR RAUL BRANDÃO

AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO

A comemoração de Raul Brandão vai ser entusiasticamente vivida e participada pela alma inteira Portugal, que nunca esqueceu os grandes valores espirituais de Mestres desaparecidos e desaparecidos, sempre lhe vão dever e lhe dispensam que tal condição exige. Foi em 1895 que Raul Brandão atingiu a plena maturidade, tendo já publicado «Impressões e Paisagens» (1890), «Os Pescadores» (1891), «Os Pescadores» (1892), «Humbertos» (1893), «Os Pescadores» (1894), «Humbertos» (1895), «Os Pescadores» (1896), «Humbertos» (1897), «Os Pescadores» (1898), «Humbertos» (1899), «Os Pescadores» (1900), «Humbertos» (1901), «Os Pescadores» (1902), «Humbertos» (1903), «Os Pescadores» (1904), «Humbertos» (1905), «Os Pescadores» (1906), «Humbertos»





EM SINTRA: Romagem ao local onde morreram os militares que combateram o incêndio em Sintra

ELES... E A TROPA

DO EXÉRCITO E DOS OUTROS

O Exército não é, apenas, uma máquina de guerra. Por isso os soldados não serão apenas aqueles que levam armas de fogo e combatem o inimigo, buscando-o e aniquilando-o. O Exército é, também, nesta maneira diferente e actual de fazer a guerra que é a luta contra a subversão e a guerrilha, um factor de civilização e progresso.

No entanto, nem todos o compreendem ou lhes importa entendê-lo assim. Muitos olham-nos como se fôramos personagens de teatro animado, jogando cenas num cenário de árvores pintadas e caminhos fingidos. Há quem se confesse desiludido porque não proclamamos todos os dias brilhantes acções do combate, porque não tomamos grandes quartéis e repetimos Teixeira de Sousa em cada assalto. Compreendemos: a multidão é um animal acéfalo e impulsivo, que satisfaz as suas próprias frustrações na violência que não é capaz de executar. Por isso o gáudio das lutas livres nas feiras e o sensacionalismo barato das revistas. Simplesmente, nós, soldados, não fazemos a guerra com a preocupação de dar espectáculo. Somos como o icebergue, se é permissível a metáfora: mostramos apenas uma parte de nós mesmos e, mesmo essa, para ser vista, quase sempre é necessário que se cheguem a nós de perto e saibam ver. O resto, é preciso então adivinhá-lo, não chega que nos olhem com os olhos de quem pagou bilhete e espera sentado.

Quando um dia, inexperientes e expectantes, desembarcámos em Angola, o que mais nos chocou foi a tão frequente separação profunda entre o estatuído e o praticado, isto é, entre o de direito e o de facto. A esmagadora maioria de nós não tem aqui outros interesses a defender que os de cumprir lealmente uma missão. Não é por prazer ou exaltação fácil que embarcamos e deixamos pais, irmãos, noivas, mulheres, filhos. E, no entanto, há por aí uns que dizem, mas sem coragem de o fazerem às claras, que «mais morto, menos morto» pouco importam já, porque a guerra estagnou, «não se passa disto». Mais morto, menos morto já não é importante?... Talvez. Certamente para aqueles que estão bem instalados nas cidades que nós protegemos do saque e do isolamento e vão roçando as calças pelas esplanadas e beberricando bebidas estrangeiras. Mas nós, soldados, cada um que cai, sentimo-lo na nossa carne, sofrêmo-lo na nossa alma. Era nosso irmão, nosso companheiro há muito tempo, jogávamos juntos o sacrifício, a saudade e a esperança. Mas a multidão, essa, não sabe. Não tem memória. Os nossos olhos, esses, vêem e não esquecem.

Viemos descobrir que, por detrás dos cadáveres do Norte, existiram muitos erros e muitos pecados. A guerra não nasce dos ventos da história, é verdade, nasce dos homens. Fácil foi exigir vingança. Difícil é resgatar. Por isso o Exército não é só um instrumento de morte mas um ser dedicado à construção e ao futuro. Somos capazes de praticar a autocrítica, mas não admitimos a crítica ingénua ou mal intencionada dos que procuram atingir-nos porque não procedemos à sua imagem e semelhança. O Exército, hoje, não é mais o corpo prestável cumprindo as rotas dos partidos e dos grupos. Cumpre, aplicando-a aos seus fins, a vontade da Nação.

Não admitimos a luta senão de um lado — os que não são por nós, são contra nós. Porque guardamos as fazendas e a tranquilidade das ruas, há quem pense que servimos os donos das fazendas e os comerciantes das ruas. Não. Nós servimos para além de todos e tudo. Servir, para nós, é cumprirmos inabalàvelmente quanto for justo e necessário para a defesa nacional e dos valores que nos regem e herdamos. Por isso protegemos os que trabalham na colheita do café como os que buscam o petróleo nas entranhas do solo, guardamos as lavras dos humildes, erguemos escolas onde antes ninguém sabia ler, rasgamos estradas esforçadamente por onde nem picadas corriam. Lançamos pontes. Fizemos hospitais. Criamos aldeias e fontes e jardins. E sabemos que em tudo estamos a fazer o combate que devemos. Há anos que combatemos, longos anos. Abriram-se os braços quando chegámos. Quantos deles cobardemente nem cá estavam quando chegámos. Mas isso foi ontem. Hoje, passada a primeira fase de explosão fácil e emocional, garantida a nossa permanência, consolidadas as nossas posições, a guerra não alastrou mais. Então, apareceu quem quisesse de nós fazer uma rotina. Não o sabendo ou sabendo-o mas levianamente, ajudam os interesses do inimigo. Tudo quanto nos divide diminui-nos.

É uma acusação que fazemos. A guerra continua. Nós somos os soldados mas todos são combatentes. Não se justifica que defendamos a terra e a terra negligencie a nossa defesa. Estamos a apontar os boateiros. Os intelectuais baratos. Os espíritos mesquinhos e estreitos. Os efeminados. Os que ouvem fanàticamente as emissoras de propaganda inimiga. Os que escondem capitais no estrangeiro. Os que nos recusam informações. Os que exploram os ignorantes e pobres. Os injustamente ricos e os culposamente estagnados. Todos os que escrevem falsidades. Os comodistas. Os néscios. Os aduladores. Os incompetentes.

Porque a nossa guerra não é só das armas, os nossos inimigos não serão só os que perseguimos no mato.

(Do «Jornal da R. M. A.»)

C. M.

CURSO AUDIO-VISUAL DE PORTUGUÊS

PARA SOLDADOS MACUAS

TENENTE-CORONEL BALULA CID

MAIS PROVAS IRREFUTÁVEIS

Guiné

MATERIAL APREENDIDO

Na parada da fortaleza de S. José esteve patente a cerca de 15 000 visitantes uma exposição de material apreendido ao IN.

A maior parte das 1300 armas expostas foram capturadas no decorrer da «Operação Grande Colheita» e quanto à sua origem não restam quaisquer dúvidas.

MOÇAMBIQUE

HONRA E GLÓRIA

CAPITÃO DE CAVALARIA

Duarte Manuel de Amarante Rocha Pamplona

Considerando as qualidades de coragem, desembaraço, firmeza, sangue-frio e abnegação demonstradas pelo Capitão de Cavalaria DUARTE MANUEL DE AMARANTE ROCHA PAMPLONA quando, no dia 7 de Fevereiro de 1966, a Companhia que comandava foi emboscada;

Considerando o absoluto desprezo pelo perigo e pela própria vida, de que deu provas, quando, já depois de haver perdido um Oficial e duas praças e ele próprio ter sofrido vários ferimentos graves provocados por estilhaços de granadas, se lançou, por três vezes e sob forte e violento fogo, com toda a audácia e valentia, contra as posições inimigas, não só dirigindo o ataque, como fazendo fogo com a própria arma;

Considerando que a notável acção deste Oficial, como chefe militar em combate, foi extraordinário exemplo de heroísmo para os seus soldados, que o consideraram inultrapassável em valor;

Considerando que, estando ainda em tratamento dos ferimentos recebidos, voltou voluntàriamente ao comando da sua Companhia, na zona de acção, revelando uma vez mais as suas excepcionais qualidades militares;

Considerando que durante um ano de intensa actividade operacional no Niassa, ao transmitir à Força do seu comando elevada eficiência e dando sempre o exemplo, na condução dos seus subordinados, em muitos e variados combates, revelou, mais uma vez, as suas altas qualidades de militar;

Considerando esta atitude heróica e destemida e a elevada noção dos seus deveres, como actos excepcionais de abnegação e sacrifício pela Pátria e pela humanidade:

Américo Deus Rodrigues Tomás, Presidente da República e grão-mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas, faz saber que, nos termos do Decreto-Lei n.º 44 721, de 24 de Novembro de 1962, confere ao Capitão de Cavalaria Duarte Manuel de Amarante Rocha Pamplona, sob proposta do Presidente do Conselho, o grau de Oficial com palma, da ORDEM MILITAR DA TORRE E ESPADA, do Valor, Lealdade e Mérito.

56

QUANDO

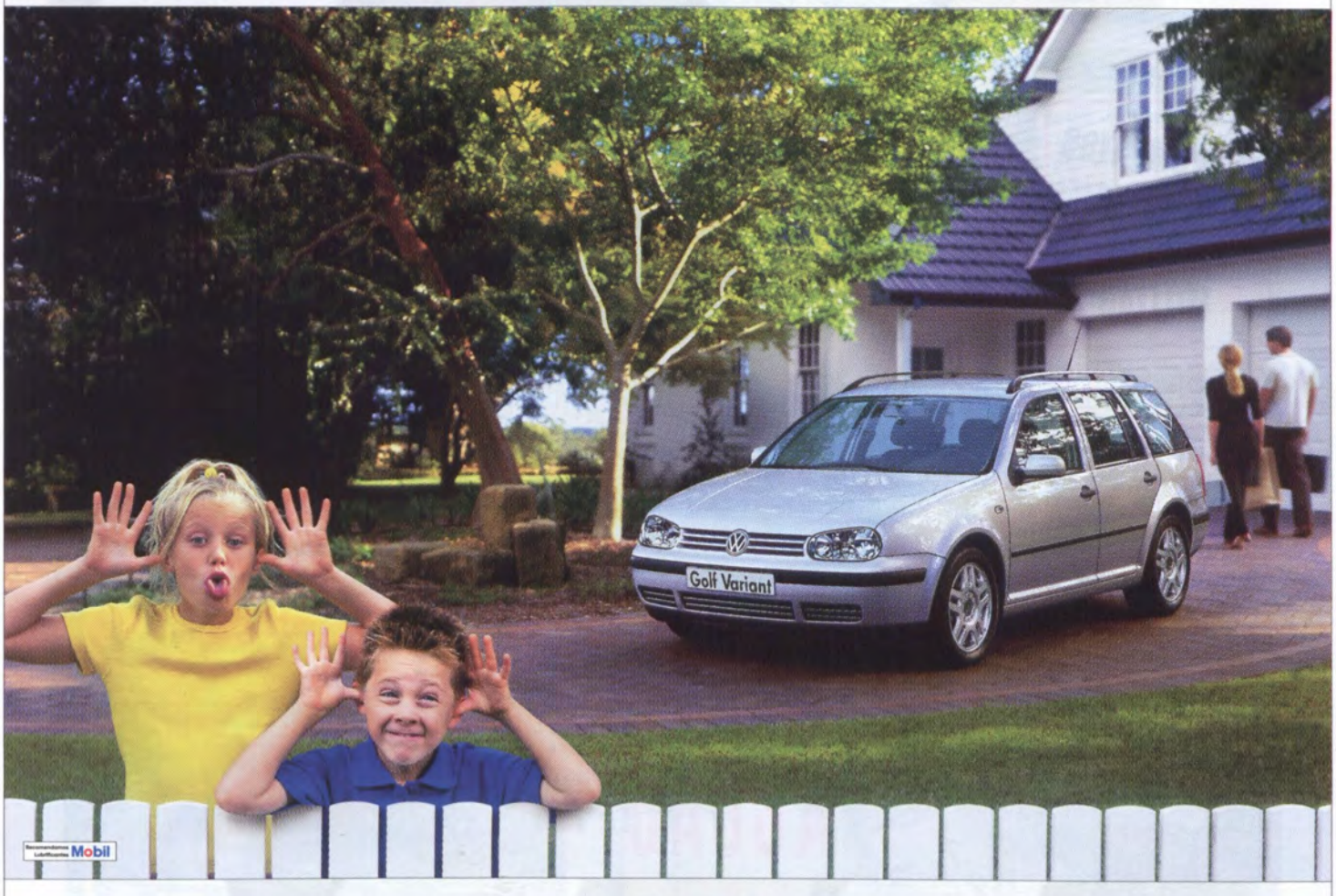
Quando em marchas longas tu te vais cansando
E o corpo te diz que podes ir andando,
Quando a saudade teu peito vai minando mais
E tu a suportas sem lágrimas nem ais;
Quando a dor te fere a carne maltratada
E ela suportas e a fazes desprezada;
Quando à mais flagrante e vil injustiça
Tu respondes com mais trabalho e não preguiça;
Quando no mais total e hostil isolamento
Tu reages e te sentes como em florido aldeamento;
Quando na contrariedade e enorme desventura
Tu podes ainda manter a tua alma pura;
Quando à praga e terrível maldição
Tu respondes com a grandeza do teu perdão;
Quando, na igreja, à Santa Missa, feliz, assistes
E a pedir a DEUS graças para todos não resistes;
Quando o inimigo ao teu País impõe horas amargas
Tu sentes desejos de pegar em armas em vez de rogar pragas;
Quando ao veres num mastro a Bandeira verde-rubra
Tu queres que, na morte, um dia, ela te cubra;

Se tudo o que foi escrito representar o teu passado
És um PORTUGUÊS, um CRISTÃO e um SOLDADO!

Cap. Art.ª Silva Marques
(Escola Central de Sargentos)

DDB International

"O nosso Golf é maior que o teu!"



• Sorria, em nome da boa vizinhança, e aproveite para satisfazer a sua curiosidade. O novo Golf Variant tem muito para ver, desde o espaço amplo, acolhedor e confortável aos diversos pormenores de equipamento. Pormenores tão inteligentes como os múltiplos espaços de arrumação, com destaque para o compartimento adicional (e oculto) sob o piso da bagageira, além do ABS e dos airbags frontais e laterais. Afinal, entre vizinhos, imitarem-nos é o melhor dos elogios.

Novo Golf Variant. A espreitar ao lado ou no seu Concessionário Volkswagen.

Novo Golf Variant

RÁDIO ALTITUDE DE MAUBISSE

UMA EMISSORA MILITAR AO SERVIÇO DE TIMOR:

A única voz feminina da Rádio Altitude surge no programa das quartas-feiras, apresentado pelo capitão Henrique Maurício e pela Sra. D. Flávia Maurício

B. CAÇ. 1929

ANGOLA

Quartel no Cuito

As populações começaram a pender para onde estava a maior força — as nossas tropas, apresentando-se em quantidades consideráveis às autoridades militares e administrativas. O inimigo deixou, então, de contar com o indispensável apoio da população neste tipo de guerra, acabando por se desorganizar com as consecutivas surtidas dos nossos militares em acções heli-transportadas.

Entre um consideravel número de operações realizadas pelas forças do Bat. Caçadores 1929 destacam-se: «Recepção», «Milho Verde», «3 Zés», «Diamante», «Concentração», «Encontro», «Buraco», «Vampiro» e «Pega», não só pelos resultados obtidos como também pelas dificuldades encontradas.

Material capturado na Operação «Buraco»

Durante uma acção nas margens do rio Cubis

No Quanza Sul

Os últimos meses de comissão do Bat. Caçadores 1929 foram passados no Distrito do Quanza Sul, zona propícia ao reîemperamento das forças e a um relativo repouso bem merecido. No entanto, as forças do Batalhão continuaram a actuar, reforçando unidades fora do seu sector, nomeadamente nas operações «Grande Salto» e «Tripla».

Acção psico-social

«Difícil se torna historiar a vida de um Batalhão com tantas facetas na sua complexa actividade. Detenho-me em referir a sua acção psico-social. Mas por nós falarão muitas crianças, que aprenderam a ler com os nossos militares, e muitas milhares de elementos da população civil, que aprenderam connosco hábitos de higiene e civilização e não podem esquecer o carinho dos nossos rapazes em múltiplas ocasiões. Multirracialidade não será jamais um termo inútil, inventado por qualquer teórico, mas uma realidade portuguesa, que ninguém conseguirá suprimir e que vamos estruturando cada vez mais solidamente.»

FORTALEZA DE CAMBAMBE-ANGOLA

MONUMENTOS DE EVOCAÇÃO MILITAR

HASTOR MOREIRA
Coronel

A campanha iniciada em 1575 pelo grande capitão navegador, neto de Bartolomeu Dias, Paulo Dias de Novais, tomando como principal linha de penetração o traçado do rio Quanza, tinha por finalidade a conquista das imaginárias minas de prata de Cambambe.

A expedição foi dura e muito agreste. Em 1583 as forças portuguesas travaram em Cambambe violenta batalha contra as mamas indígenas do rei de Angola as quais, segundo reza a tradição ou a lenda, dispunham de cerca de um milhão de homens. Apesar de tudo, os indígenas foram infligindo-lhe pesada derrota.

No tempo do governador D. Francisco de Almeida (1593) e no do governador João Rodrigues Coutinho (1602) novas expedições se encaminharam para o reino da prata; estas expedições foram, porém, mal sucedidas devido especialmente a doença.

Mais tarde, o governador Manuel Cerveira Pereira marchou contra o soba Cafuxe infligindo-lhe pesada derrota.

Foi então construída a fortaleza de

A PISTA

OU COMO SE GANHA UM CERTO DESEMBARAÇO

NATO
CONFERÊNCIA EM LISBOA

ERA UMA VEZ...

ERA uma vez... Das histórias contadas à lareira, nas noites frias de Inverno, algumas pertencem já ao domínio do passado. Mas todas começavam do mesmo modo. Indiferentes ao conteúdo. E muitas encerravam um passado e uma vida que a simplicidade do povo desejava mais irreal. Algumas eram mesmo a história pessoal, contada em fascículos e escondida na humildade da inidentificação. Verdadeiros retalhos duma História que se escreve diàriamente. Pessoal ou colectiva, mas sempre História ainda que ninguém repare ou recorde.

PODER-SE-IA também começar assim um bocado da História dum povo. Mas talvez seja melhor situá-la no tempo e no espaço. Foi há dez anos. No Norte de Angola. Um punhado de jovens partia ao encontro do desconhecido. Chamáva-os o dever de «continuar Portugal» em África. Foram e lutaram. Outros se seguiram... São dez anos de vida oferecida, muitas vezes, sem palavras. A História os olhará na dimensão duma luta que não escolhe raças nem distingue cores.

ERA uma vez... E a vida continua, «Jornal do Exército» saúda-os, em preito de homenagem e de gratidão. E continua em cada número a pensar neles. Nada mais deseja ou aspira do que ajudá-los a escrever melhor esse bocado de História sem histórias, mas com vida, suor, lágrimas, doação e amor. É também com amor que se escreve cada página de cada número e cada número de todos os meses.

BATALHÃO DE CAÇADORES 2832

ELES CUMPRIRAM MAIS QUE A SUA OBRIGAÇÃO

— Há uma coisa que desejo sobretudo recordar, com muito agrado, foi o espírito de companheirismo que sempre existiu no Batalhão — comenta o Comandante do Batalhão de Caçadores n.º 2832 que, durante dois anos cumpriu missão em Angola.

— Todos trabalhávamos com vontade e entusiasmo e, nos momentos difíceis, mostrávamos que estávamos à altura da situação — conclui.

SEGUE

MOCAMBIOUE

ALDEAMENTOS EM AUTODEFESA

NÃO é difícil encontrarem-se referências publicadas na Imprensa diária nacional e até estrangeira, de que, ao serem atacadas por elementos terroristas, as populações das nossas Províncias Ultramarinas têm-se defendido de armas na mão. De facto, é completamente impossível às nossas Forças Armadas possuírem destacamentos em cada aldeamento do interior de Angola, Moçambique ou Guiné, nas sanzalas perdidas no mato, nas tabancas que existem, um pouco por todo o lado, no interior desses territórios.

A solução era só uma: instruir e armar convenientemente as populações, independentemente da cor da pele e grau educacional.

Assim, não é difícil encontrar hoje, armados, os habitantes autóctones de diversas aldeias no Leste e Norte de Angola, Norte de Moçambique e em toda a Guiné. Eles estão prontos a repelir qualquer ataque terrorista, a recusar pela força, se necessário, qualquer aliciamento estranho à sua vontade; enfim, a defender o que é seu, o que é de todos nós.

CABORA BASSA

REALIDADE NO CORAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

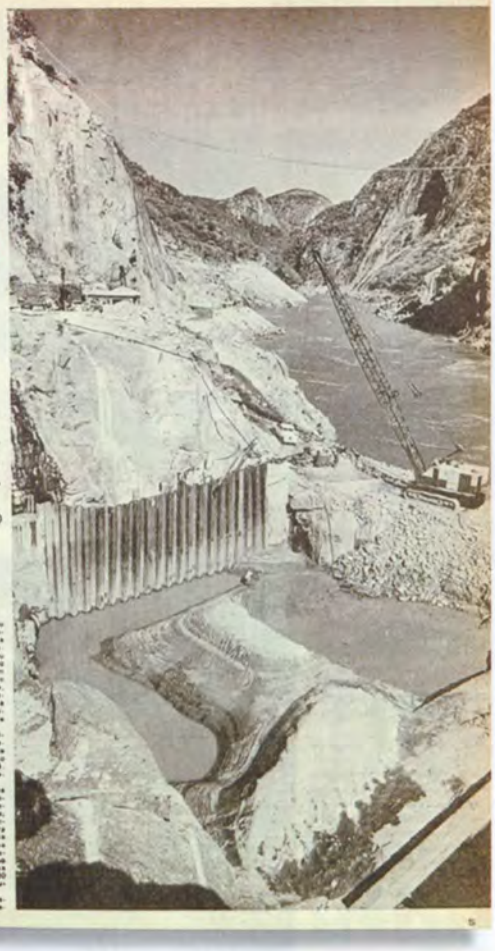
Por COSTA CARNEIRO

Quando, em 1969, o Presidente do Conselho anunciou em Lourenço Marques, perante o Conselho Legislativo da Província, que Cabora Bassa seria em breve uma realidade implantada no coração de Moçambique, poucas pessoas se teriam apercebido (mesmo no nosso país) de que se não tratava tão-sòmente de uma grande barragem hidroeléctrica — a maior de África e a quinta do Mundo. Na verdade, Cabora Bassa é já hoje, acima de tudo, um ponto de partida para a sistemática valorização da terra e do homem, numa vasta área da bacia do Zambeze, com uma população de milhão e meio de almas e uma área de 220 000 km2.

Será também oportunidade (magnífica oportunidade), oferecida aos países vizinhos, de colaboração válida, pela utilização de energia abundante e barata, no seguimento da política de cooperação que tradicionalmente se pratica em Portugal. Será ainda prova indesmentível de confiança nos destinos de África. Da África portuguesa.

Há 65 anos, mais concretamente, nos últimos meses de 1905, o então Capitão-Tenente Carlos Viegas Gago Coutinho terminava os trabalhos de demarcação de fronteira de Tete. De motu próprio, enquanto aguardava instruções superiores, empreenteu nova missão. Com o Comandante Vieira da Rocha, efectuou o reconhecimento de uma parcela do rio Zambeze, entre Tete e Chicoa, na região por ele designada Kahoura-Bassa, designação que na língua local queria dizer o trabalho acabou. Gago Coutinho fez detido relato dessa sua operação, que viria a ser publicado, em 20 e 27 de Agosto de 1906, na Illustração Portugueza.

«Foi assim que ficou concluído o primeiro estudo regular da geografia daquela parte desconhe-



HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL: ONDE O PRESENTE É FUTURO

Dezembro foi dia de festa para a medicina militar (e portuguesa). No Hospital Militar Principal, Lisboa assistiu à inauguração da mais moderna aparelhagem para diagnóstico e tratamento das doenças cardíacas e cardiovasculares. Dois mil contos, pagos inteiramente pelos Serviços de Saúde Militar, colocam aquele estabelecimento hospitalar na esteira da mais moderna técnica, ao serviço duma doença que a velocidade e dinamismo da vida moderna «foram capazes» de aumentar.

«É grande o esforço que o Serviço de Saúde vai realizar em 1972, pois espera-se que, durante o próximo ano, estejam concluídas as novas instalações do Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas, o importante edifício da Família Militar, anexo ao Hospital da Estrela, e os novos edifícios do anexo do Hospital, em Campolide», afirmou o Ministro da Defesa Nacional e do Exército, Gen Sá Viana Rebelo,

EM GUERRA PARA A CONQUISTA DA PAZ

MOÇAMBIQUE

«O presente comunicado tem por objectivo, no que respeita à guerra em curso no Norte e no Oeste de Moçambique, referir a evolução verificada, no ano de 1971, e sintetizar a actividade desenvolvida e os resultados obtidos nesse último ano», pode ler-se no comunicado n.º 2/72 do Comando-Chefe das Forças Armadas de Moçambique. «Tem, igualmente, por finalidade, relativamente à mesma guerra, caracterizar a situação no início de 1972.»

Segundo o comunicado, as nossas Forças [illegible] o emprego dos meios de contra-subversão e aperfeiçoaram, no máximo possível, os correspondentes métodos. Puseram em vigor uma estratégia, não só defensiva, tendente à anulação das incursões inimigas, mas [illegible] ofensiva, com objectivos próprios. O esforço das operações militares e psicológicas, sem prejuízo e até com intensificação da pressão em Cabo Delgado e no Niassa, foi transferido para o distrito de Tete. Igualmente, o trabalho de extensão do sistema de autodefesa e de multiplicação de aldeamentos, sem deixar de ser considerado em Cabo Delgado e no Niassa, incidiu especialmente no mesmo distrito de Tete. E cuidámos ainda da construção de estradas importantes e da finalização de uma rede bastante de aeródromos em todo o Norte e Oeste de Moçambique.»

Depois de referir a actividade no Norte de Moçambique, [illegible] o comunicado afirma que tal como sucedera à sua estratégia militar de 1970, a Frelimo [illegible] a sua estratégia psicológica de 1971, [illegible]

RESULTADOS OBTIDOS PELAS NOSSAS TROPAS EM 1971

Acampamentos e refúgios inimigos destruídos	[illegible]
Armas apreendidas (pesadas e ligeiras)	[illegible]
Elementos inimigos abatidos ou gravemente feridos (confirmados)	[illegible]
Elementos inimigos capturados ou apresentados	[illegible]
Chefes da Frelimo capturados ou apresentados	[illegible]
Baixas totais do inimigo	[illegible]
Elementos da população [illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible] Contra-subversão progredindo [illegible], em Cabo Delgado. d. Contra-subversão progredindo rápida e [illegible], no Niassa. e. Subversão [illegible] e em início de regressão, no distrito de Tete.»

ACTIVIDADE DAS NOSSAS OPERAÇÕES MILITARES E PSICOLOGICAS EM 1971

Operações militares	[illegible]
Missões aéreas	[illegible]
Saídas de aviões	[illegible]
Horas de voo	[illegible]
Missões navais	[illegible]
Horas navegadas	[illegible]
Panfletos lançados (acção psicológica)	[illegible]
Horas de difusão sonora aérea (acção psicológica)	[illegible]
Elementos transp. via aérea por motivos operacionais	[illegible]
Carga transp. via aérea por motivos operacionais (Ton)	[illegible]
Elementos transp. via aérea por motivos logísticos (Ton)	[illegible]
Carga transp. via aérea por motivos logísticos (Ton)	[illegible]
Elementos transp. via marítima lacustre ou fluvial	[illegible]
Carga transp. via marítima lacustre ou fluvial (Ton)	[illegible]

LANCES DE "CAVALO" NO "XADREZ" ANGOLANO

Algures em Angola voltou a Cavalaria a contar com o seu mais antigo e fiel companheiro — o cavalo!

Considerada até aqui como uma tropa [illegible] para o tipo de guerra que presentemente se enfrenta naquela região, foram finalmente demonstradas a sua capacidade, quer como processo de transporte, quer como meio de manobra e, por vezes até, de combate!

O que importa, tal como no jogo do xadrez, é saber colocar a «pedra» convenientemente no local adequado...

Constituindo Unidades de Reconhecimento a Cavalo torna-se possível à Cavalaria deslocar-se através de zonas impenetráveis aos meios motorizados e atingir áreas inacessíveis a elementos apeados, dada a grande distância a que as mesmas se encontram.

Progredindo em largas frentes sobre terrenos mais ou menos alagadiços e normalmente cortados por inúmeros cursos de água ou ao longo de [illegible]

... o seu mais antigo e fiel companheiro

... de farda de campanha aproveita uma pausa para consumir a sua ração de combate...

... deslocando-se em largas frentes...

A MÚSICA LIGEIRA MILITAR

As pequenas festas que se organizam no ambiente militar vêem sempre surgir os seus artistas ligeiros. Músicos ou intérpretes, eles desenvolvem-se ou apenas começam a mostrar as suas «habilidades» nesses momentos de alegria e descanso. No entanto, se a maior parte dos animadores saem do meio amador, outros há que aproveitam experiências já profissionais ou semiprofissionalizadas.

Qualquer dos ramos das Forças Armadas dispõe dos seus conjuntos ligeiros, executantes da mais simples música regional ou do mais actual «pop». É que, entre o numeroso contingente de jovens que anualmente iniciam o seu serviço militar obrigatório, se incluem os que já foram comercialmente lançados na vida civil.

Quem tem assistido às festas referidas, por vezes circunscritas ao pessoal de uma unidade, não poucas vezes tem notado a presença de autênticos valores que, geralmente [illegible]

INSTRUÇÃO NO EXÉRCITO NO IMPÉRIO DA IMAGEM

REPORTAGEM DO ASP OF MIL JORGE SCHNITZER E 1.º CABO LUIS SARAIVA

Desde sempre a Instrução tem sido uma das preocupações dominantes do Exército Português. Formar, educar, instruir e mentalizar os futuros soldados para que a sua acção na defesa da causa comum seja cada vez mais eficiente, tem custado muitos esforços às Forças Armadas. A constante melhoria das instalações, a reforma das estruturas e a actualização dos métodos vão contribuindo, ano após ano, para uma instrução cada vez mais perfeita.

6

A CONQUISTA DA PAZ

MOÇAMBIQUE

O Comando-Chefe das Forças Armadas de Moçambique distribuiu um comunicado, no qual se afirma:

«1 — No dia 15 de Março corrente, foi destacado, por forças terrestres, um grupo inimigo que, numa ilha do rio Revuma, se preparava para, a coberto da noite que se aproximava, se infiltrar no distrito de Cabo Delgado. Logo alertada a Força Aérea, aviões de ataque ao solo bombardearam a referida ilha, tendo aniquilado o grupo terrorista. Este não reagiu e teve numerosos mortos e feridos.

«2 — No dia 19 do mesmo mês, um grupo de mais de uma centena de terroristas, bem armados e vindos da Zâmbia, atacou, por duas vezes, às zero horas e 45 e às 4 horas, e, simultaneamente, em três frentes, o posto militar de Vila Gamito, localizado mesmo junto da fronteira com aquele país.

«O ataque visava a penetração e destruição daquele posto, chegando os terroristas a aproximar-se até algumas dezenas de metros. A guarnição do posto naquele dia apenas constituída por dois grupos de combate reduzidos, houve-se brilhantemente, tendo-se mantido calma, repelindo firmemente o inimigo à granada de mão e provocando-lhe numerosas baixas. O inimigo refugiou-se na Zâmbia.

«As nossas forças não tiveram qualquer ferido ou morto e as instalações não sofreram dano algum.

«3 — Os factos referidos em 1 e 2 integram-se nas acções inimigas preparadas em território estrangeiro, com a reunião livre dos maiores efectivos possíveis e com a travessia nocturna, por surpresa, da fronteira.

«Sempre tais acções, apesar das facilidades que lhe concede a sua organização em território estrangeiro, têm falhado, embora o inimigo possa fugir à nossa reacção, a coberto da noite, e dada a proximidade da fronteira e possa transportar, pelas mesmas razões, a maior parte dos seus mortos e feridos.»

GUINÉ

O Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné divulgou um comunicado assinalando a evolução da luta naquela Província:

«No quadro das missões de segurança destaca-se a operação «Gente Valorosa» levada a efeito por unidades da força africana sobre um grupo inimigo infiltrado na região do Mores, o qual sofreu pesadas baixas, tendo ainda sido recuperados 21 elementos da população que, coercivamente, acompanhavam o referido grupo. Além desta acção e, na sequência da actividade de vigilância de fronteiras e vias de comunicação fluvial, salienta-se a intercepção de um grupo inimigo que tentava a travessia do Rio Cacheu, na área do Jagali, utilizando, para o efeito, um barco de borracha de origem russa, o qual sofreu importantes baixas e a captura de material diverso, incluindo o próprio bote.

«No quadro da participação activa da população na defesa do seu chão terminou, durante o período, a instrução de mais 5 pelotões de milícias destinados à autodefesa das populações.»

Esteve na Metrópole, em gozo de férias, por ter sido distinguido com o Prémio Governador-Geral de Moçambique o Soldado n.º 70309770 — Januário Cancissa do Grupo de Integração n.º 52/BCAÇ 17, adido à CCAV 2787, natural da freguesia de Zumbo, concelho de Zumbo e distrito de Tete.

Este militar foi premiado porque «no decorrer de uma operação, fazendo parte de uma força que foi [...] por um grupo inimigo numeroso e com gra[...] fogo, não obstante o facto de ter sido atin[...] esquerdo logo no primeiro contacto, revelou e[...]pírito de combatividade e sangue-frio, reagind[o] e com agressividade, mantendo-se até ao fi[m] bater com o tiro da sua arma a zona em q[ue] actuava, exemplo valoroso que contribuiu par[a] tude dos seus camaradas.

«O inimigo, que obtivera surpresa e superio[...] acabou por retirar para território estrangeiro. [...] aguardou com a maior resignação e espírito [...] a evacuação, tendo ainda ânimo para dirigi[r] encorajamento aos outros camaradas feridos. O[...]ciesa, com a sua actuação plena de bravura, [...] preso pelo perigo e arrojo em frente do inimigo, a par da mais seren[idade] patenteou qualidades e virtudes militares que o tornam digno de [...] como «exemplo do soldado que sabe honrar o Exército e a Pátria.»

Esteve na Metrópole, em gozo de férias, [...] distinguido com o Prémio Governador-Geral d[e ...] o Soldado n.º 09260671 da CCAÇ. 3466 — An[...] Gouveia, natural da freguesia de Santa Cruz d[...]celho de Batão.

Foi distinguido pela «forma dedicada, e[...]mada como tem servido nesta CCAÇ durante ce[...] de comissão nesta Província. Ferido gravement[e] quando a secção em que seguia integrado sof[reu em]boscada no dia 12 de Junho de 1972, revel[ou nessa] altura, dotado de excepcionais qualidades de [sere]nidade e sangue-frio, conseguindo mesmo assin[...]tamente, o que contribuiu para que o grupo [...] rapidamente em fuga. Excelente camarada, [...] primeira hora granjear a estima e admiração [...]riores, estando sempre pronto a desempenhar [...] das horas de serviço, qualquer tarefa que se [...] Militar muito educado e de excelentes qualidades pessoais é o Sol[dado] digno de muito apreço e merecedor da presente distinção.»

HONRA E GLÓRIA

SOLDADO DANIEL MORAIS

CONDECORADO com a medalha de Cruz de Guerra de 3.ª classe.

«Do salientar as suas qualidades de bravura demonstradas numa operação em que o seu Comandante de Grupo foi ferido aos primeiros tiros. Encontrando-se sozinho a enfiar um trilho por onde o In tentava a todo o custo lançar-se ao assalto, primeiro a tiro e depois à granada, conseguiu travar o ímpeto do adversário e vir depois atrás auxiliar o camarada que tratava o seu Comandante. Vendo que o In voltava a carregar, sozinho inicialmente e, depois, ajudado por 2 camaradas, novamente conseguiu travar o seu avanço, que decerto traria consequências graves para as nossas tropas.»

C.T.I. MACAU

VISITA DE IMPRENSA

A esquerda: «OÁSIS», do Fur. Mil. João L. Lopes Machado, menção honrosa de Tema Militar, a preto e branco; em cima: «ORAÇÃO», do Fur. Mil. João L. Lopes Machado, 1.º prémio de Tema Militar a preto e branco; à direita: «FORÇAS», de João A. da Conceição Carvalho, 3.º prémio de Tema livre, a preto e branco; em baixo: «MISSÃO», do Fur. Mil. João Lopes Machado, 1.ª menção honrosa de Tema Militar, a preto e branco

FORÇAS ARMADAS

I SALÃO DE ARTE FOTOGRÁFICA

Nas páginas 38/39 do nosso número do mês passado, publicámos, acompanhada de várias ilustrações, uma notícia sobre a realização, em Luanda, do I SALÃO DE ARTE FOTOGRÁFICA DAS FORÇAS ARMADAS, «aberto a todos os elementos das Forças Armadas, Militarizadas e Auxiliares, bem como à população civil», e que constituiu um acontecimento de relevo na capital do Estado de Angola, tendo merecido a atenção de toda a população.

Porque são, também, dignos de interesse, como o leitor pode verificar, reproduzimos, neste número, mais alguns dos trabalhos distinguidos naquele certame.

14

A OE DIZ

Uniforme n.º 2

Uniforme n.º 1

Uniforme n.º 1 com capa

Uniforme n.º 2 com capa

PÁGINA DO CAPELÃO — Por A. L. AMADOR

UM TRÍPTICO UM LEMA UM CAMINHO

EDITORIAL

ESTRADA ABERTA

Portugal está atravessando uma época de profundas alterações. E, como sempre acontece em situações semelhantes, nascem esperanças, surgem receios, tomam-se atitudes. O 25 de Abril abriu as comportas de todas as barragens há muito cerradas e as ideias atropelam-se num anseio de encontrarem o seu espaço próprio.

O que é salutar, desintoxicante, reconfortante. Porque a vida é movimento, morto está tudo o que não se move.

O país ressuscitou nessa madrugada de Abril.

O Movimento das Forças Armadas não fez uma revolução.

Quem faz uma revolução pretende governar em nome dos princípios que defende e o Movimento não pretendeu governar.

O Movimento das Forças Armadas não fez um golpe de Estado.

Quem faz um golpe de Estado pretende substituir um governo por outro, de características bem definidas. O movimento não o fez.

O Movimento das Forças Armadas não promoveu um pronunciamento.

Um pronunciamento, incidente próprio da vida política dos povos ibero-americanos, centra-se numa figura política. O Movimento não é uma figura política, é um grupo de homens que nem sequer são conhecidos em toda a sua identidade.

O Movimento das Forças Armadas não fez correr sangue, não exerceu represálias nem vinganças, não prolongou o seu poder mais do que as escassas horas necessárias à consumação dos seus objectivos imediatos.

O que é notável, o que é único na história de qualquer época e em qualquer transformação política e social que se tenha processado.

O Movimento das Forças Armadas apenas abriu o caminho dum Portugal livre e consciente. O que possa ser esse caminho será obra do povo português e nele se inclui o próprio Movimento que apontou a direcção mas não lhe definiu outros limites que não fossem a harmonia, o progresso e a justiça social. Por meio do trabalho e da convivência pacífica.

Mas é preciso não esquecer que o franquear do caminho da liberdade e da concórdia foi obra do Movimento. E o Movimento foi, e é, um punhado de militares sustentados pela força duma juventude sem mácula e temperados pelas cicatrizes duma vida intensa e perigosamente vivida, em busca dum ideal que não era só o deles mas de todos nós. Orgulhosamente poderiam reclamar do País o pago do serviço que lhe prestaram. Preferiram recolher-se à sombra do anonimato e compartilhar com todos os frutos da sua dedicação.

As Praças, os Sargentos e os Oficiais que realizaram o 25 de Abril actuaram como um bloco e a sua união, a sua determinação, fizeram vingar o que se afigurava logicamente impossível. A disciplina demonstrada, o entusiasmo indesmentível, a confiança nos chefes, todos os predicados que os manuais militares antigos e modernos consagram como condições de vitória, foram os factores do sucesso de Abril.

Mas a obra não está concluída. O Programa do Movimento não se poderá cumprir em poucos meses — é todo o destino de um povo que está em causa e, para que seja construído com materiais duráveis, muito haverá ainda que fazer, muitos combates se hão-de travar, muitas palavras serão necessárias, muito suor, algumas desilusões serão inevitáveis.

O que não pode deixar de existir é a fé num Portugal melhor, livre e próspero.

Alguns quererão, movidos pelos seus interesses, pelos seus ódios ou pela sua incapacidade de pensar ou de amar, travar a marcha pelo caminho que o Movimento abriu. Tentarão tudo para o semear de obstáculos e armadilhas. As emboscadas suceder-se-ão, alguns tombarão pelo caminho atingidos pelo desalento ou pelo medo. Mas a maior parte há-de querer atingir o final da caminhada, há-de querer alargar e alisar a estrada que outros percorrerão em direcção ao futuro. Uma só condição é indispensável — a disciplina que torna as forças coesas, que representa uma vontade colectiva, forte e inabalável.

Tal como foram disciplinados, fortes e inabaláveis os que construíram, projectaram e realizaram o Movimento das Forças Armadas. E que são garantia de que o povo de Portugal terá um dia — que se adivinha próximo — a vida que merece e que sempre lhe regatearam.

MFA, POVO

POVO, MFA

FIGURAS E FACTOS

Seis dias após a intentona contra-revolucionária tomou posse no Palácio de Belém, o Conselho Superior da Revolução.

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO TOMOU POSSE EM BELÉM

OPERAÇÃO NORTADA

O povo e as suas Forças Armadas em confraternização: uma legenda que se repetiu em todo o Nordeste Transmontano.

O reencontro e identificação do povo com as suas Forças Armadas é objectivo que só uma prática comum poderá esclarecer e levar às últimas consequências. No Nordeste Transmontano quatrocentos homens, do Batalhão de Co-

face a qualquer manobra que atente contra a ordem democrática".

Seguindo o plano previamente traçado, a "Operação Nortada" deslocou-se posteriormente, para a zona de Mirandela, aonde o bri-

FIGURAS E FACTOS

TOMADAS DE POSSE DE ALTOS CARGOS DO EXÉRCITO

Tomaram posse, no passado dia 6 de Dezembro, o novo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Ramalho Eanes, e o novo Comandante da Região Militar de Lisboa, Brigadeiro Vasco Lourenço. As cerimónias decorreram respectivamente no EME e no Quartel-General da RML.

O General Ramalho Eanes foi empossado no seu cargo pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Presidente da República, General Costa Gomes, o qual, no discurso que então proferiu, lembrou o empenho do primeiro na neutralização do 25 de Novembro e

CARLOS FABIÃO AO NOSSO JORNAL

O POVO TEM O DIREITO DE EXIGIR DO SEU EXÉRCITO UMA ABSOLUTA ISENÇÃO PARTIDÁRIA

N.V. — Em nossa opinião o Conselho Superior do Exército é um dos órgãos mais importantes do novo Exército. Quererá V.Exa. tecer algumas considerações sobre este assunto e referir quais os elementos que, por inerência dos cargos, dele fazem parte?

"Fartos de polícia política estávamos nós todos e bastaram-nos 48 anos de fascismo. O COPCON — Comando Operacional do Continente, é uma Força Militar que existe para fazer

No Conselho Superior do Exército são membros natos os componentes da J.S.N., da Comissão Coordenadora do Programa do M.F.A., os Generais do Estado-Maior do Exército, os Comandantes das Regiões Militares e dos Comandos Territoriais Independentes, continuam *são reaccionários, embora, naturalmente, existam casos em que o são. Todavia o problema não pode, de modo algum, pôr-se em termos absolutos, pois é evidente que ao lado dos pa-*

mas o mesmo vai ser com certeza moroso dado o seu melindre.

Vamos procurar classificar e promover o rápido acesso dos mais competentes mas, de modo algum, enjeitar os menos dotados. A estagnação destes resultará de si próprios e não de um sistema impla-

NOVO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O DISCURSO DO PRESIDENTE

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Portugueses

Este acto de investidura de um Presiden
deve este cargo ao sufrágio dos seus concid
penoso caminho de resistência do povo portugué
decisivo na institucionalização da democracia.

Ao mesmo tempo, este acto de investidura
blica que acaba de jurar a Constituição livremen
representantes do povo, consagra a derrota das
às transformações políticas, económicas, sociais
num projecto de vida colectiva baseada na justiç
pelas liberdades e no progresso partilhado por

Foi um duro e difícil caminho de resist
em que as Forças Armadas restituíram a este
a este país o seu lugar no Mundo e a si próp
social.

Foi um movimento de juventude e de re
de meio século, que não cedeu à tentação
proveito próprio, antes soube devolver aos c
destino e a definição do seu futuro. Arredad
democrática, inexperientes no campo da activi
condicionados por um sistema totalitário que
de organização e nos comportamentos individua
experiências na construção difícil da democracia
dois anos, aos processos e às metas definidas p
e por quantos se bateram para que Portugal
efectivamente livres.

Mas a firmeza com que o povo portugué
as situações ditatoriais, a sua determinação de
demonstraram a justeza do programa do MFA
português à sua mensagem, que em 25 de Nove
claramente expressa.

LEI CONSTITUCIONAL PARA AS FORÇAS ARMADAS

BASE I — Nas Forças Armadas Portuguesas (F. A. P.) poderão ser integrados todos os portugueses considerados aptos para desempenhar as tarefas que lhes competirão no âmbito da missão das F. A. P., baseando-se, portanto, no serviço geral, pessoal e obrigatório.

Os elementos integrados nas Forças Armadas Portuguesas acatarão os princípios aqui estabelecidos e as normas que, em conformidade com elas, vieram a ser definidas, obrigando-se a cumpri-los e a fazê-los cumprir.

BASE II — As F. A. P. são parte do Povo e assegurarão o prosseguimento da Revolução Portuguesa.

Juntamente com as forças militarizadas, são as únicas organizações armadas a quem o povo português concede autoridade para o defender.

As F. A. P. têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo, estão em condições de, em qualquer momento, desenvolver as operações militares necessárias a que se garante uma verdadeira independência nacional e colaboram nas tarefas de reconstrução nacional.

BASE III — Os quadros permanentes (Q. P.) das Forças Armadas Portuguesas (oficiais, sargentos e praças), garantem a continuidade da existência das próprias F. A. P., ocupam nelas as funções de maior responsabilidade, ministram as instruções aos contingentes recrutados e enquadram as tropas activas.

No desempenho das suas tarefas, os Q. P. deverão ser um exemplo a seguir no cumprimento das missões patrióticas que cabem às F. A. P.

BASE IV — As F. A. P. constituem o suporte último de autoridade de que o Poder político necessita para conduzir o
via de transição pacífica e plur
a democracia e o socialismo.

Até à entrada em vigor da D
as F. A. P., obedecem ao Conselh
lução, por intermédio do C. E. M
Depois da entrada em vigor da C
as F. A. P. obedecem, por inte
C. E. M. G. F. A. aos órgãos de
consagrados, tendo em conta as
da plataforma de acordo coraline
os partidos políticos.

MFA DO PACTO MFA/PARTIDOS

anedota

25 DE NOVEMBRO 1975-1976

OS MILITARES NO ACTUAL PROCESSO DE MUDANÇAS

DISCURSO DO CHEFE DO E.M.E.
GEN. RAMALHO EANES
NA AMADORA
(REGIMENTO DE COMANDOS)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA CIMEIRA DA O. T. A. N.

O GENERAL LOUREIRO DOS SANTOS EMPOSSADO VICE-C. E. M. G. F. A.

DEFESA NACIONAL:

UM ANO DE ACTIVIDADE

Por NUNO VASCO

Não obstante a quantidade e qualidade das actividades cometidas ao departamento da Defesa Nacional, o Coronel Firmino Miguel, ao dinamizar as estruturas ali existentes, por um lado, e ao imprimir aos trabalhos a fazer as directrizes que lhe pareceram mais ajustadas, conseguiu em apenas um ano apresentar o saldo — a nos-

so ver pos

ORION 77

ue nos foram
a Defesa Na-
go do texto
ctividades le-
lepartamento

tho da Revo-
o político-le-
, é a quem
mentos sobre
nto e a disci-
, ainda, apro-
nternacionais
ilitares.

acional, atra-
rmino Miguel
outros os se-
permanência
a Assembleia

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO CARRO DE COMBATE - XIV

JAPÃO — OS BLINDADOS

Até ao ano de 1925, nenhum "tank" (ou SENSHA), puramente japonês, tinha ainda sido construído e os poucos blindados do Mikado criados em 1918 tinham-se contentado, até então, com engenhos de origem britânica, pesados e médios, e de alguns pequenos RENAULT F.T.

Entre as duas guerras, os engenheiros japoneses tiveram tempo disponível para estudar e observar as criações dos principais beligerantes no combate e (conceberam) o seu primeiro blindado, que saiu em

RECREIO

POR JOPRA

PROBLEMA NO. 2

PALAVRAS CRUZADAS

TORNEIO EXÉRCITO DEFESA — 2a ETAPA

DAMAS

CHARADISMO

CHARADAS COMBINADAS

VER AS SOLUÇÕES NUMA DAS PÁGINAS DO JORNAL

O 1.º FESTIVAL DE BANDAS MILITARES

FIGURAS E FACTOS

TOMADA DE POSSE DO NOVO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Em cerimónia realizada no passado dia 4 de Abril no gabinete do CEME, o Presidente da República e CEMGFA, General Ramalho Eanes, conferiu posse ao novo Chefe do EME, General Pedro Cardoso, que neste cargo substitui o General Rocha Vieira.

O General Pedro Alexandre Gomes ...undo da arma de Cavalaria, ...u, entretanto, as funções de ... da Academia Militar e che... da nomeação para o presente ...po de trabalho encarregado da ... do Serviço de Informação da ...SIRI.

...o, o General Ramalho Eanes, ... palavra, proferiu importante ... qual salientamos: "Não há ...ico que possa existir e subsis... ...citos. Há, no entanto, regimes políticos legítimos e regimes políticos ilegítimos. A legitimidade reside na identificação permanentemente fiel e sensível do regime com a nação, aferida através do sufrágio universal directo e igualitário."

"A legitimidade — frisou o CEMGFA — é sinónimo de democracia quando esta significa que, quaisquer que sejam as maiorias, devem ser aceites no poder, quaisquer que sejam as minorias, devem ser respeitadas na oposição; e que as minorias podem tornar-se maiores mediante sufrágio. O regime político legítimo tem o direito e o dever de se fazer obedecer pelas forças armadas. Aliás, os exércitos apenas têm sentido quando praticam essa obediência: só assim se assumem como nação em armas. De outro modo os exércitos não passam de quadros pretorianos, contra a Nação ou contra parte dela."

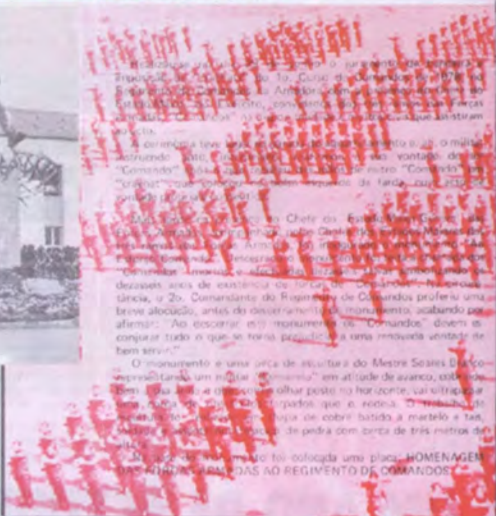
E, mais adiante, acentuou o General Ramalho Eanes: "Em 25 de Abril, a intervenção militar foi a consequência necessária da ilegitimidade e do fracasso dos dirigentes políticos (...) e, porque não queriam continuar a ser suporte material de um regime ilegítimo e incapaz, as forças armadas realizaram uma intervenção militar que visa a instauração de um sistema democrático."

"Mas até esse projecto foi desvirtuado, pela incapacidade de alguns militares que (...) não souberam resistir à instrumentalização."

"(...) Temos de continuar a defender a dignidade da condição de militar, — prosseguiu — que impõe a aceitação dos princípios da especificidade e da independência relativa das instituições". E, a concluir, acentuou o Chefe do EMGFA

JURAMENTO DE BANDEIRA NO REGIMENTO DE COMANDOS

INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO AO "ESFORÇO COMANDO"



O EXÉRCITO BRASILEIRO DE HOJE

Por NUNO VASCO

Desde os tempos coloniais que o Exército brasileiro se encontra entre os propulsores do progresso social, económico e cultural do Brasil. De facto, a sua acção foi pioneira no País-irmão, em vários campos: na construção de estradas e caminhos de ferro no interior, na montagem de linhas telegráficas, no ensino de engenharia especializada, na formação de especialistas em educação física, na colonização de áreas fronteiriças, nas técnicas de selecção de pessoal e, até, no surto do desenvolvimenro industrial brasileiro dos últimos anos.

Depois, à medida em que se consolidava o progresso em cada área, o Exército ia conscientemente abandonando a sua posição de vanguarda, deixando o caminho aberto à acção dos órgãos estatais específicos e da própria iniciativa privada.

Actualmente o esforço do Exército brasileiro concentra-se na tarefa de integração das áreas mais subdesenvolvidas do território, como o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazónia. Trata-se de um trabalho de interiorização da cultura bra-

O SER E O ESTAR NO EXÉRCITO

sopa de pedra

Adaptação e desenhos de BAPTISTA MENDES

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E O ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

1979

"A preocupação pela criança não é pr
um ano. Esta iniciativa das Nações Uni
deve, no entanto, permitir que todos n
remos mais profundamente os direitos
filhos e o mundo em que os fazemos viver.

Na nossa tradição cultural, que tem raíz
criança é o símbolo da pureza e da inocê
também uma pessoa humana, na plenitud
direitos naturais.

Por isso, a vida e o futuro de cada cria
sabilizam os pais, as famílias e a colectivida

Sendo mais fácil compreender as obri
cidas dos laços de sangue, não podemos ig
compete à comunidade nacional. As socied
organismos vivos, são corpos que se forman
mente pelo agrupamento de novos seres,
panham o ciclo da vida humana. As cria
sentam, em cada instante, a promessa e a
seu futuro.

Construir uma sociedade justa é, assi
mais nada, projectar o futuro nas crianç
homens de hoje fazer com que os homens
sejam capazes e felizes. E levar a criança a
homem é integrá-la num corpo social
Significa, portanto, muito mais que levá-la
conhecimentos, a desenvolver aptidões,
regras de moral, a aperfeiçoar o carácter
conduzir-se, a enriquecer as qualidades de
adaptabilidade e sociabilidade que lhe perm
com os outros. Significa mostrar-lhe, pr
aquilo que a sociedade espera dela co
Significa preparar-lhe, ao menos os caboui
sociedade em que ela possa viver com felic
harmonia com os seus semelhantes.

Neste sentido, o respeito pela criança e
direitos implica que a fraternidade seja um
no dia-a-dia e não apenas um instrumento d
Só a fraternidade obterá da criança uma
luntária à autoridade, ganhando-a para a n
berdade, que se traduz na obrigação mor
aquilo que devemos. Só a fraternidade
criança a plena expansão da sua persona
consciência de que não pertence a ninguém
mesma.

Esta fraternidade tenderá necessariam
rantir à criança o direito a uma aliment
priada, a uma habitação digna, a uma instrução igual, a
cuidados sanitários permanentes, a condições que lhe
permitam desenvolver todas as suas capacidades in-
dividuais. E, sobretudo, assegurará a cada criança uma
afeição e um amor constantes, para que todas as

FIGURAS E FACTOS

CADETES DA ACADEMIA MILITAR VÍTIMAS DE ACIDENTE

Durante os exercícios finais da AM, realizados de 18 a 25 de Julho de 1979, na região de Santa Margarida e quando os alunos assistiam a uma fase dos exercícios "MARTE 79", em que participaram forças do Exército e da Força Aérea, foram atingidos por projectis de metralhadora de aviões a jacto, os Cadetes do 1o. Ano Graúl LUÍS FILIPE RODRIGUES DE ALMEIDA e LUÍS AGNELO LOPES DA GAMA MINAS.

Do acidente, resultaram ferimentos graves nos dois alunos, que motivaram a sua pronta evacuação por helicóptero para o Hospital de Santa Maria, onde foram operados de urgência, vindo a falecer no dia 26 de Julho o Cadete MINAS.

O corpo esteve depositado na Capela da Academia onde foi velado por oficiais, professores e alunos da AM, por deputações de oficiais e de alunos da Escola Naval e da Academia da Força Aérea, e por oficiais da Base Aérea no. 6.

O funeral realizou-se no dia 27JUL79 em Elvas, cidade da naturalidade do Cadete MINAS, para onde seguiu a urna em carreta funebre, depois de missa de corpo presente na Capela da Academia Militar, em que participaram o Vice-Chefe do EMGFA, o Chefe do EME, o Ministro da Defesa Nacional, representantes do CEM da Força Aérea e do CEM da Armada, deputações de oficiais e cadetes da Escola Naval e da Academia da Força Aérea, grande número de familiares de militares e muito público.

As honras funebres foram prestadas pelo aluno da Academia Militar e no cortejo tomaram parte todos os alunos da companhia a que o cadete MINAS pertencia, e deputações das respectivas Companhias.

Aos actos fúnebres em Elvas, associou-se um expressivo número da sua população, numa ex-

Luís Agnelo Lopes

Luís Filipe Rodrigues de Almeida (falido)

MEDALHA DE OURO DE SERVIÇOS DISTINTOS PARA O GENERAL ALTINO DE MAGALHÃES

O General Altino Amadeu Pinto de Magalhães ascendeu a Vice-CEMGFA deixando, por tal razão, de exercer as funções de Vice-CEME. Figura de grande prestígio pessoal e invulgar brilho profissional os notáveis serviços prestados ao Exército, no desempenho deste último lugar levaram a que, pelo CEME, lhe fosse concedida a medalha de ouro de Serviços Distintos.

(EUME-JUN79)

NA ROMÉNIA, UMA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Na Roménia, os meios de Comunicação Social que são as publicações de carácter militar gozam de particular importância, como elemento aglutinadores e de formação das Forças Armadas e, também, como factor de contributo para a defesa dos valores essenciais de um Povo, como um são nacionalismo e a vida da independência de uma Pátria.

Foi assim pois que uma delegação militar portuguesa, constituída por representantes das revistas militares "MAIS ALTO (F. Aérea), "NAÇÃO E DEFESA" (EMGFA), "Revista DA ARMADA" (Marinha), "BALUARTE" (EMGFA) e "JORNAL DO EXÉRCITO" (EME), se deslocou, a convite das Forças Armadas da Roménia, dentro de um espírito de intercâmbio entre órgãos de comunicação social congéneres dos dois países.

AS FORÇAS ARMADAS NO AUXÍLIO ÀS POPULAÇÕES

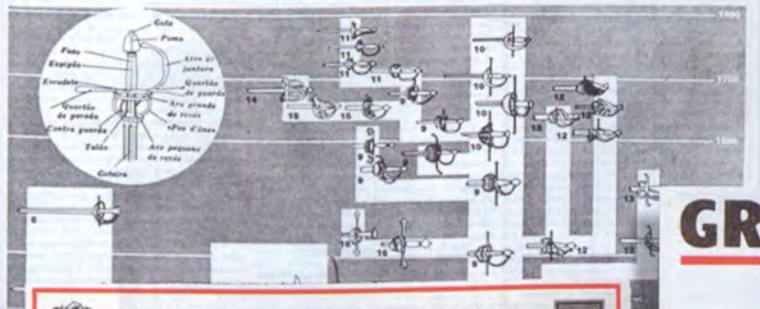
Pelo CAP. ENG. EDUARDO GONÇALVES

DIQUE DOS VINTE. Outra fase da reintegração de uma parte por pessoal da E.P. Engenharia.

A EVOLUÇÃO DA GUARDA DA ESPADA

EVOLUÇÃO DA GUARDA DA ESPADA

1/ Espadas medievais
2/ Espada de mão e meia
3/ Clay More
4/ Espadas de duas mãos
5/ Espadas suíças
6/ Espadas dos alanzequeteros
7/ Espadas schiaponeses (Itália do Norte e Veneza)
8/ Aparição de espadas d'âmes
9/ Espadas do cutelaria
10/ Espadas de copos ou em cesta
11/ Espadas de côrte
12/ Schiavonnas (italianas)
13/ Espadas bastardas
14/ Forte espada escocesa
15/ Espadas de cidade
16/ Estoques d'armas germânicos



PRIMEIRA BRIGADA MISTA INDEPENDENTE

GRANDES FIGURAS

ABEL BOTELHO

MILITAR, ESCRITOR E DIPLOMATA

PELO TEN. ANTÓNIO RIBEIRO

Abel Botelho representa o ponto extremo até onde chegou entre nós a ficção naturalista da escola de Zola.
(Antônio José Saraiva e Óscar Lopes, in *História da Literatura Portuguesa*)

A TERRA TREMEU NA ILHA TERCEIRA..

O RIAH MANTEVE-SE FIRME!

Por JOÃO MANUEL ARANDA

O C.E.M.E.

NO INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL

QUE EXÉRCITO NO FUTURO?

UM APELO AO ESTUDO E REFLEXÃO

"Isto compete ao Exército, que deve dispor de forças adequadas para o efeito. Não se trata de mera dedução no âmbito OTAN, mas sim de imperativo nacional, pois não faria sentido entregar à priori tal missão, quase exclusivamente a forças não portuguesas."

AFEGANISTÃO UM AVISO MUITO SÉRIO

Escreve NUNO VASCO

Sem dúvida que o facto mais relevante, do ponto de vista político-militar internacional, do primeiro mês deste ano, foi a intervenção da U.R.S.S. no Afeganistão. Por isso mesmo iremos abordar este tema ao longo do artigo que se segue, ainda que, naturalmente, condicionados pelas informações de que dispomos à data da sua redacção (14 de Janeiro) e tendo em conta que este mesmo texto será publicado algum tempo depois.

EM S. JULIÃO DA BARRA O C.E.M.G.F.A. AO COMANDANTE DAS F.A. DA REPÚBLICA POPULAR DE CABO VERDE

Também por isso, senhor Comandante, lhe posso dizer com alegria que nos reencontramos depois de muitos anos de separação.

Reencontro que, sendo um abraço de amizade, tem, como sempre teve, a marca inequívoca da honestidade.

A cooperação do povo português com os povos africanos é um valor demasiado importante para ser usado em negociações políticas de qualquer tipo.

Assim, pela nossa parte defendemos que estas relações devem ser estabelecidas na base de uma rigorosa transferência, nunca escondendo as diferenças de regimes políticos, de compromissos e alianças internacionais que nos separam ou nos distinguem das concepções e modelos que os povos africanos escolheram para a sua organização e orientação políticas.

É essa plena aceitação das diferenças, coexistindo com a vontade de cooperação, que constitui a linha realista de desenvolvimento das relações entre a Europa e África.

Assim se consolidam as condições de compreensão mútua e de entreajuda, ao mesmo tempo que se afastam todas as modalidades, mais ou menos directas, de ingerência ou de desejo de ingerência em estados que são soberanos e souberam lutar com determinação pela sua independência.

SENHOR COMANDANTE
SILVINO DA LUZ

A determinação da política de abertura e cooperação com a África é a consequência natural da vocação de Portugal como País integrado na Europa e no projecto da Unidade Europeia, mas que reconhece a importância que a África terá na vida Europeia das próximas décadas.

Mas é, também, consequência natural de tudo o que Portugal conhece da África, e da convicção, que os últimos anos têm reforçado, de que o desenvolvimento dos povos africanos poderá ser mais rápido e mais livre se puder contar com a solidariedade Europeia.

Desta cooperação sem ingerências nem só os nossos povos beneficiarão, pois ela é condição essencial da paz mundial.

É a esta luz que me congratulo com a fraternidade dos laços que hoje ligam Portugal, à Guiné-Bissau e Cabo Verde, e convido todos os presentes a acompanharem-me no voto que formulo pelo progresso do vosso povo, pelas relações cada vez mais estreitas entre as Forças Armadas dos nossos países, e ainda pelas prosperidades pessoais do Comandante Silvino da Luz e pela felicidade do Presidente Aristides Pereira.

anedota

A ENGENHARIA MILITAR EM VALADA DO RIBATEJO

CAP. ENG. EDUARDO SANTOS

5 DE MARÇO DE 1981

POSSE DO NOVO CEMGFA GENERAL NUNO VIRIATO TAVARES DE MELO EGÍDIO

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em primeiro lugar, e ao saudar respeitosamente Vossa Excelência, quero testemunhar-lhe o meu profundo agradecimento pela confiança com que me distinguiu e que, mais uma vez, me concede e afirmar-lhe, ao assumir o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, que dedicarei, com total empenhamento e a maior determinação, todas as minhas faculdades ao cumprimento de mais uma missão de serviço extremamente honrosa e importante.

Senhor Presidente da Assembleia da República

EM MAFRA UM MONUMENTO AO INFANTE PORTUGUÊS

O C.E.M.E. ESPANHOL NA 1ª BMI

Com a finalidade de visitar a 1a. Brigada Mista Independente esteve em Portugal o Chefe do E.M. do Exército de Espanha, Ten. General D. José Gabeiras Montero.

Transportado directamente daquele país em avião militar e fazendo-se acompanhar de uma comitiva de Oficiais, dos quais se destacava o Maj. General D. José Bonal Sanchez, aquela alta individualidade militar chegou à Base Aérea de Tancos na manhã do passado dia 4 de Fev. Entre outras personalidades, era aguardado pelo Brigadeiro Lopes Cavalheiro, que em nome do

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DE SARGENTOS DO EXÉRCITO (CALDAS DA RAINHA)

anedota

EM SANTA MARGARIDA

ORION - 81

Nome de código dos exercícios militares que decorreram na primeira metade de Julho no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida e que visaram aperfeiçoar a preparação dos Quadros e melhorar a eficiência e a prontidão operacional das Unidades, orientados, especificamente, para o Exército.

O ORION 81, que envolveu importantes efectivos provenientes das diversas Regiões e Zonas Militares do País, compreendia uma situação de táctica de combate defensiva, incluindo eventuais acções de defesa móvel.

O "cenário" que enquadrou o exercício era, resumidamente, o seguinte:

Desembarque no litoral português e consequente progressão segundo o eixo RIO MAIOR – SANTARÉM, de um hipotético inimigo a que se opunha a Divisão de Infantaria (2a.), constituída para o ORION, por 2 Brigadas de Infantaria, das quais uma, a 1a. B.M.I., com cerca de 7.000 homens, e outra, a 6a. Brigada de Infantaria, organizada com base em elementos cedidos pelas diversas RM/ZM, encabeçada pelo Comando Militar de Santa Margarida, com a

A NOSSA ENTRADA NA CEE
JUSTIFICA QUE SE CONHEÇAM MELHOR OS DIREITOS E LIMITES À INFORMAÇÃO

Muitas vezes o leitor se terá interrogado de quais são os limites da informação e do direito à informação numa sociedade moderna e democrática como é a nossa. No artigo que se segue tentaremos dar a resposta a estas interrogações, e a outras, que dia a dia, com maior acuidade, se colocam mesmo perante o cidadão comum.

A tese da proprietária do Washington Post, jornal que esteve na origem do escândalo Watergate, que levou à demissão de Nixon, é simples: *nunca publicar uma informação com o fim de prejudicar seja quem for; também nunca guardar segredo de uma informação com receio de prejudicar seja quem for. Se houver que estabelecer limites à divulgação da informação, compete ao legislador fazê-lo e não ao jornalista. Os jornalistas não são eleitos e não lhes cabe, portanto, missões que são da competência dos poderes públicos. Os jornalistas têm de relatar o que se passa.*

PORTUGAL NA OTAN
ELEMENTO ESSENCIAL NA DEFESA DO OCIDENTE

Pelo Cap. José M. Diniz

"A Organização do Atlântico Norte é, essencialmente e antes de tudo, uma aliança defensiva que mantém o estado de preparação militar com o fim único de prevenir a guerra. Trata-se de uma Organização intergovernamental e não supranacional, no seio da qual os seus membros conservam inteira e plenamente a sua soberania e independência."

(In Manuel de l'OTAN – 1980)

No último número, no artigo em que traçamos uma retrospectiva histórica da OTAN, dissemos que Portugal foi convidado a integrar-se na Aliança Atlântica no início de 1949, quando decorria a fase decisiva das conversações que culminaram com a assinatura do Tratado em 4 de Abril do mesmo ano.

A 1ª B.M.I. VOLTOU AO NORDESTE DE ITÁLIA

NOVO CAMIÃO MILITAR DE FABRICO NACIONAL

Empresa industrial já com larga experiência na concepção e fabrico de viaturas militares — as várias versões da "Berliet-Tramagal" que equipam desde 1960 as nossas Forças Armadas são disso prova positiva — a Metalúrgica Duarte Ferreira apresentou recentemente aos órgãos da Informação o protótipo de um novo veículo militar: o camião táctico todo-o-terreno, Tramagal TT13/160 6x6 TURBO, concebido para o transporte de pessoal ou carga e próprio para operar nas mais diversas e difíceis condições.

À excepção do motor, da caixa de velocidades e de alguns outros órgãos de origem Renault, todos os demais componentes são fabricados em Portugal, numa percentagem da ordem dos 60% de incorporação nacional, do que resulta uma importante economia de divisas e redução de custo por unidade.

... logís- ... /160 ... gado ... l de ... mião ... ticas: ... dros, ... com ... xima ... com ... Pode ... o de ... a de ... uma ... idade para 4 lugares;

— Caixa de 6 velocidades com "rapports" adequados para todos os tipos de utilização.

Tendo em vista o equipamento das Forças

COMANDO PORTUGUÊS NA ÁREA IBERO - ATLÂNTICA

Em 18 de Setembro teve lugar nas instalações do Q.G. da Área Ibero-Atlântica, em Oeiras, uma cerimónia de profundo significado.

Assinalava que o COMIBERLANT foi elevado à condição de Comando-Chefe, passando a designar-se CINCIBERLANT, simultaneamente com a nomeação do Vice-Almirante Ilídio Carlos Rodrigues Elias da Costa, actual Comandante Naval do Continente, para suceder, naquele Comando, ao Contra-Almirante Tyler Dedman, que o exercia desde Março de 1980.

Para o efeito deslocou-se a Portugal o Almirante Harry Train II, actual Comandante-Supremo Aliado do Atlântico, estando, também, presente o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, General Melo Egídio, que a convite pessoal do Almirante H. Train, presidiu à cerimónia.

Pela primeira vez desde a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, um Oficial General português assume o Comando da Área Ibero-Atlântica, com a categoria de Comandante-em-Chefe.

O estatuto do CINCIBERLANT está equiparado ao das duas outras áreas de comando, dependentes do Comando Aliado do Atlântico: O CINCEASTLANT, situado em Northwood, na Inglaterra, e o CINCWESTLANT, situado em Norfolk, nos Estados Unidos. É responsável pela jurisdição militar, no âmbito da OTAN, de cerca de 600.000 milhas quadradas.

Qualquer destas duas alterações na estrutura e comando da Área Ibero-Atlântica correspondiam a velhas aspirações do nosso país, na sua condição de Nação Fundadora da Aliança, desde 1949.

Na circunstância e durante a cerimónia da tomada de posse do Comando pelo Vice-Almirante Elias da Costa, produziram-se importantes ... o General Melo ... Tyler Dedman e o

O REALTRAIN
NO REGIMENTO DE CAVALARIA DE SANTA MARGARIDA

O Regimento de Cavalaria de Santa Margarida tem aplicado na instrução de aperfeiçoamento de quadros e tropas o método do REALTRAIN o qual, pelos resultados já obtidos, é merecedor da melhor atenção dos Quadros responsáveis pela instrução do Exército, julgando-se, portanto, dever ser divulgado a nível mais vasto.

O método do REALTRAIN tem por objectivo obter um maior realismo na instrução e permite simular o combate real pondo em confronto armas e unidades de forças opositoras. Dispondo de um número de identificação facilmente referenciável, cada carro de combate transporta um controlador que através de um sistema óptico adicional, montado na peça, verifica, no momento do disparo, se as operações de tiro foram devidamente executadas, transmitindo de imediato através de uma rede de rádio própria, para o controlador da viatura/arma visada, a eficiência do seu tiro. Para um maior realismo, o disparo é simulado por um artifício (granada, petardo, etc.) bem como a destrui-

O SERVIÇO DE MATERIAL DO EXÉRCITO FEZ 25 ANOS

Desde o dia 22 até 31 de Julho, foi aberta ao público, nos pavilhões da FIL, na Junqueira, a EXPOSIÇÃO "EXÉRCITO PORTUGUÊS".

MACAU, O EXÉRCITO E A CULTURA

BEATRIZ BASTO DA SILVA

Nasceu em 1944. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, defendeu Tese sobre O CONCEITO DE HISTÓRIA EM ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, com o Prof. Dr. M. Lopes de Almeida.

Professora efectiva do ensino secundário, exerceu a função docente em Anadia, Aveiro, Coimbra e Macau, onde foi também Directora da Escola do Magistério Primário (1972-1974).

Tem-se empenhado profundamente na vida cultural de Macau, quer através de conferências, quer investigando e colaborando em jornais e revistas, desde a sua chegada ao Oriente, em 1970.

Pertence à Comissão Coordenadora das Actividades Culturais. É vogal do Conselho Geral do Instituto Cultural de Macau. Foi membro da Comissão do Dia de Portugal em 1977 e da Comissão Executiva da Lusíada de Macau em Lisboa, em 1979. Actualmente está colocada no Quadro Técnico da Direcção dos Serviços de Educação e Cultura de Macau e é Directora do Arquivo Histórico.

O presente trabalho foi palestra proferida no Leal Senado de Macau, em 21 de Julho de 1982, durante a Semana do Exército.

ARTILHARIA PORTUGUESA NA DINAMARCA

O RASP NO EXERCÍCIO "AMPLE EXPRESS 83"

PORTUGAL: ANO 855, 10 DE JUNHO

D. AFONSO HENRIQUES
A GUERRA E OS OBJECTIVOS NACIONAIS

Se as leis são apenas leis, esperemos que os homens a quem compete a chefia das instituições não sejam apenas homens — sejam transparentemente portugueses.

JOGOS DE GUERRA E MODELISMO

PRESENTES NA EXPOSIÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

POR J. Freitas/J. Ventura/M. Belo

DE GUERRA

MODELISMO

PRIMEIRO COLÓQUIO DA IMPRENSA MILITAR

(12, 13, 14 DE ABRIL DE 1983)

O EXÉRCITO E O BEM PÚBLICO

O REGIMENTO DE ENGENHARIA DE ESPINHO E A SUA ACTIVIDADE OPERACIONAL

A actividade do Regimento de Engenharia de Espinho em apoio das autarquias e das populações mais carecidas tem sido referida com frequência na imprensa. Efectivamente, no cômputo da sua actividade anual, o apoio que tem prestado no âmbito do desenvolvimento nacional tem sido precioso e dele têm beneficiado, sobretudo, populações que vivem em zonas pouco acessíveis do norte e centro do País.

É desse trabalho, olhado com enorme apreço a nível local, que damos a seguir uma retrospectiva, baseados no Relatório dos Trabalhos Realizados no Plano de Actividade Operacional relativo ao ano de 1983.

NOVO CEMGFA VISITA O CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

Poucos dias após a sua tomada de posse do cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o General José Lemos Ferreira visitou, no dia 16 de Março, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Jorge Salazar Braga. Neste encontro de cortesia estiveram presentes os oficiais generais que prestam serviço no E.M.E..

...viço de Saúde Militar tiveram lugar em Évora, conjuntamente com as cerimónias que assinalaram o Dia do Hospital Militar Regional n.º 4 instalado naquela cidade.

A sessão comemorativa que foi presidida pelo Comandante da R.M. Sul, contou com uma alocução do Director daquele Hospital, imposição de condecorações, a que se seguiu uma homenagem ao Capitão Médico Joaquim Vieira Lopes cuja memória ficou perpetuada num busto descerrado na ocasião. Uma missa por alma dos militares falecidos encerrou as comemorações.

A FACE OCULTA DAS FORÇAS ARMADAS MOSTROU-SE AO POVO

Colaboração de Raul

Eram quinze horas do dia 1 de Julho, quando no auditório do luxuoso Hotel D. Pedro, em Braga, o General Comandante da R.M.N. inaugurava uma exposição fotográfica "Forças Armadas, Hoje".

Embora não fosse esta a primeira vez que tal evento se realiza, este ano ele primou. Este ano foi original! Original na verdade, não pelas fotografias apresentadas, — autênticas obras de arte, — não pela luz, cor e motivos tão felizmente escolhidos e tão oportunamente captados, mas pela feliz sequência das obras expostas e ainda, pela [illegible], a que o luxuoso ambiente, ganha um toque de bom gosto e elegância.

Os três Ramos das F. Armadas, ali represen-

DISPLAY DETERMINATION 84

A 1.ª BRIGADA MISTA INDEPENDENTE DE NOVO NO NORDESTE DE ITÁLIA

"UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA DEFESA MILITAR DE PORTUGAL"

Brigadeiro JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS

O REGIMENTO DE COMANDOS

DO «GRUPO DE NOQUI» AO REGIMENTO DE COMANDOS DA AMADORA

As referências mais longínquas a grupos de "Comandos" parecem ser aquelas que encontramos na história do Batalhão de Caçadores n.º 280 que em 1962 se encontrava em actividade operacional na zona de Noqui, localidade do extremo norte de Angola. Este primeiro núcleo que ficou conhecido por "Grupo de Noqui" foi formado por voluntários daquele Batalhão e o seu aparecimento deveu-se à necessidade do emprego de grupos mais restritos do que o convencional pelotão que se verificou ser uma formação demasiado pesada, pouco fluída e manejável para a execução de acções de surpresa ou reacção pronta a qualquer ataque na guerra de guerrilha que então se enfrentava e no terreno difícil que era o daquela zona. O "Grupo de Noqui" surge, pois, como todas as unidades Comandos de todos os exércitos do Mundo: necessidade de penetrar no cerne da estrutura militar do adversário com meios não convencionais, surpreendendo-o com a inovação táctica que este desconhece ou não [illegible]

SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Colaboração do Gabinete de Estudos dos SSFA

NATUREZA, MISSÃO E ESTRUTURA

Centro de Internamento e Centro Médico do Complexo Social das F. Armadas (Oeiras)

LAR DOS VETERANOS MILITARES DE RUNA

CONSIDERAÇÕES À VOLTA DE UM ANIVERSÁRIO

A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR E O DIREITO COMUM

Durante as comemorações do DIA DO TRIBUNAL MILITAR TERRITORIAL DE COIMBRA que teve lugar em 21 de Dezembro de 1984, o Juiz Auditor Dr. MANUEL JUDACK GOMES FIGUEIREDO teve uma intervenção que, pela sua importância e actualidade, julgamos merecer o interesse dos nossos leitores.

Eis, pois, na íntegra, a transcrição deste trabalho.

O trabalho que, hoje e aqui, vos apresentamos nada mais pretende ser que uma abordagem, necessariamente perfunctória e lacunar, da temática do relacionamento entre o direito penal e processual penal militar e a correspondente jurisdição comum, em Portugal.

Fazendo abstracção dos particularismos próprios de outros ramos das Forças Armadas, no Exército, e ao nível de cada uma das Regiões Militares em que o País se reparte, é o respectivo Comandante, o chefe da Administração da Justiça militar, até à introdução do feito em juízo, através da produção do libelo acusatório pelo Promotor, sob sua ordem. A partir daí, é ao

mas segundo as normas do processo criminal ordinário e com aplicação das penas do direito comum. O fôro militar era, então, dimensionado no plano pessoal: "militum delicta aut propria sunt aut cum coetris communia; unde et persecutio aut propria aut communis est".

Entre nós, e a partir da criação dos Conselhos de Guerra, por alvará régio de 18-2-1763, passou a jurisdição castrense a imperar, tão só, quanto aos delitos específicos da disciplina militar, transitando para as justiças ordinárias o conhecimento dos crimes comuns cometidos por militares.

Todavia, com a publicação do nosso primeiro Código de Justiça Militar em 1875, na esteira do movimento codificador europeu, voltou a adoptar-se o princípio do fôro pessoal o qual foi também acolhido nos códigos de 1895 e 1925.

A publicação da Constituição da República arrastou como consequência, a produção de um novo C. J. M. e, também, de um novo R.D.M. que vieram a ser publicados em 9-4-77 e operaram profunda remodelação em preceitos militares até então vigentes.

A jurisdição militar veio a ser recolocada no plano do fôro material.

Há que reconhecer que os tipos de competência, ao menos tendencialmente, têm a ser

25 ANOS: UM LONGO CAMINHO

REPORTAGEM DAS COMEMORAÇÕES DAS BODAS de PRATA DO «JORNAL DO EXÉRCITO» (11 A 18 DE JANEIRO DE 1985)

SUPLEMENTO DO N.° 302 DO J. DO EXÉRCITO, FEV. 85

PORQUÊ FORÇAS ARMADAS?

Pelo Ten.-Coronel Inf.
ÓSCAR GOMES DA SILVA

"As Forças Armadas são o poder executivo da consciência nacional, o braço da Pátria, a Nação em atalaia, a vigilância dos berços, o resguardo dos túmulos, a segurança do presente e do porvir. Nobreza não há maior que a da sua missão".

(Baptista Pereira, em "Directrizes de Rui Barbosa", 1938)

MENSAGEM DO GENERAL C. E. M. E. AO EXÉRCITO

Ao aproximar-se o final deste ano de 1984 e, por coincidência, completando-se também agora um ano sobre a data em que tive a honra de assumir a responsabilidade do Comando do Exército, é-me muito grato dirigir-me a todos quantos, militares e civis, dão corpo à Instituição que servimos.

Antes do mais, desejo apresentar a todos as minhas saudações, enquanto que me obriga a justiça que também exprima, pelo Exército e por mim, o reconhecimento que a todos é devido pelo esforço, a colaboração e mesmo os sacrifícios dispensados nesta jornada que comigo percorreram em prol da vitalidade da organização eminentemente nacional que constituímos.

O ano que chega agora ao fim, foi, mais

EXERCÍCIO "ARDENDT GROUND"

filatelia

PELO CAP. VASCO MOURA

FILATELIA MILITAR

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos comunicou o seu programa

– capitão com adarga-besteiro: 1.ª metade do séc. XVI

reacção das províncias contra as presidências dos Estados que lhes eram impostas pelos governos federais da época: ...lução da Cabanagem, na província do Pará; e a Revolução Farroupilha ou ...ra dos Farrapos, iniciada na província ...io Grande do Sul e que se estendeu a ... Catarina.

...mos também notícia da Filatelia ...nhola. Àqueles que se dedicam à ...ática militar, informamos que se ...ntra completo e à venda o álbum de ... de Uniformes Militares, em dois ...es, editado por Emilio Pastor More... de Madrid. Contém 140 folhas, com a ...dução a preto de todos os selos diferentes e uma anotação para os que pertencem ao mesmo tipo ou desenho. Por ...n bastante interesse, é de referir o ...logo de Uniformes Militares e o ...logo Mundial de Billetes Militares.

COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

Em 9 de Abril teve lugar nas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento a cerimónia de entrega simbólica ao Senhor Embaixador da República da Guiné-Bissau, de uniformes militares fabricados por este Estabelecimento Fabril do Exército, os quais foram oferecidos pelo Governo Português no âmbito das relações de cooperação que têm vindo a ser desenvolvidas entre os dois países.

A entrega foi feita pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Dr. Rui Machete, tendo também estado presentes, além doutras entidades, o Secretário de Estado da Cooperação e o General Vice-CEME, em representação do General CEME.

Entretanto, e dentro do mesmo espírito de cooperação, visitou aquele país africano de expressão portuguesa, entre 25 de Março e 1 de Abril, a convite do respectivo Ministro da Saúde, uma delegação do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos chefiada pelo seu Director, Coronel Ernesto Augusto Enes. Esta visita teve como objectivo o a... fundamento dos laços de cooperação já ... tentes, designadamente, no que se refere ao ... necimento de medicamentos e ao apoio téc... e formação de quadros.

As entidades presentes à cerimónia de entrega de uniformes às Forças Armadas da República da Guiné-Bissau, quando percorriam a fábrica de confecções das OGFE.

SEGURANÇA NACIONAL

IMPERATIVO SOCIAL, HISTÓRICO E CONSTITUCIONAL

...sua localização sobre a Estrada 64, Pistoia – Bolonha era fundamental para o futuro desmantelamento da linha de defesa alemã nos Apeninos e progressão para o Norte, rumo ao Vale do Pó.

O EXÉRCITO E O PATRIMÓNIO CULTURAL DO PAÍS

O CEME, General Salazar Braga, e o Presidente do IPPC, Dr. João Palma-Ferreira, assinam o protocolo para a salvaguarda do nosso património histórico-cultural, ladeados por altas patentes do Exército e por entidades civis ligadas à preservação e restauro do património, dentro e fora do IPPC

PRÉMIO
JORNAL DO EXÉRCITO
1986

Pretendendo estimular a colaboração entre os seus leitores para temas de História Militar Portuguesa Contemporânea, «Jornal do Exército» promove um Concurso Literário que se regerá pelas seguintes normas:

1 — O objectivo fundamental do Concurso Literário «PRÉMIO 'JORNAL DO EXÉRCITO' 86» será a recolha e divulgação de pequenos trabalhos, de investigação ou de memórias, sobre a História Militar Portuguesa Contemporânea, com especial incidência para o período 20 a 1985.

· Poderão concorrer todos os militares, de qualquer posto ou si-o, e civis.

· Os trabalhos apresentados deverão ser originais inéditos. A sua são não deverá ser inferior a 4 nem superior a 10 páginas dactifadas a dois espaços, em papel A4 e à razão de 28 linhas por a.

· Haverá duas fases de selecção dos trabalhos: na primeira fase a ção do Jornal decidirá da publicação dos originais que ali derem da até 31JUL86. A selecção final para apuramento do trabalho ado será feita apenas entre aqueles que forem publicados no «JE» Janeiro e Dezembro de 1986, e se enquadrem na temática referida.

· O júri de selecção final será constituído por elementos do Serviço rico-Militar.

· O valor do prémio será de 25 000$00.

esultado do concurso será conhecido nos primeiros dias de Ja-de 1987.

ntrega do prémio terá lugar em 11JAN87, «Dia do 'Jornal do Exér-

· O «Jornal do Exército» não se obriga à devolução dos originais

A JUVENTUDE E A DEFESA MILITAR DO PAÍS

(I)

Pelo Brig. JOSÉ DE SOUSA LUCENA

O trabalho que ora oferecemos aos nossos leitores, o qual, pela sua extensão, concluirá no próximo número, é da autoria do Brigadeiro José do Nascimento de Sousa Lucena, actual Director do Departamento de Instrução do Estado-Maior do Exército e nosso antigo colaborador. Constituiu uma das conferências proferidas no Seminário «A JUVENTUDE E A DEFESA NACIONAL» que decorreu no Instituto da Defesa Nacional no início de Novembro do ano findo, onde despertou o mais vivo interesse.

Agradecemos ao autor e ao IDN as facilidades concedidas para a inserção deste trabalho no nosso Jornal. A revista «NAÇÃO E DEFESA» daquele Instituto irá também fazer a sua publicação no primeiro número deste ano.

INTRODUÇÃO

Pediu o IDN a minha colaboração para a abordagem do tema «A JUVENTUDE E A DEFESA MILITAR DO PAÍS», reservado para hoje, no contexto deste Seminário.

Não é novidade para ninguém que se trata de um assunto sensível. Muito menos novidade é para um militar naturalmente atento às variadas opiniões que constantemente lhe chegam sobre a instituição militar e sobre toda a problemática que a envolve.

Por isso, uma iniciativa como esta do IDN de procurar estabelecer uma ponte de diálogo constitui uma oportunidade à qual, pessoalmente, não me poderia eximir.

Nesta altura do Seminário foram já expostos e debatidos os conceitos básicos de estratégia, a importância de Portugal no contexto internacional, a defesa militar como componente indispensável da defesa nacional, da r

VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO AO CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA

O Primeiro-Ministro, Professor Aníbal Cavaco Silva, efectuou, no dia 6 de Junho, uma visita de trabalho ao Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, acompanhado pelo Ministro da Defesa Nacional, Eurico Ribeiro de Almeida.

...ada era aguardado pelo Chefe do ...do-Maior do Exército, General ...alazar Braga, pelo Vice-Chefe do ...eral Mário Fonseca Miguel, e pelo ...tante da 1ª Brigada Mista Inde... Brigadeiro Francisco Cabral ...

...de ter recebido as honras milita... ...heiro-Ministro tomou parte numa ...no Quartel-General da 1.ª BMI. ...ita uma exposição sobre os va... ...ectos da vida do Exército. ...ar da palavra no decorrer desta ... Prof. Cavaco Silva começou por ...finalidade da sua presença em ...argarida: «manifestar a minha ...ação e apreço pelas Forças Ar... ...informar-me mais de perto quanto ...emas militares».

...É de justificar os apertados orça... ...ais, nos últimos anos, têm sido ...gido as Forças Armadas, por v... ...considerar prioritário na actual ...nha concentração de esforços

RECORDAÇÕES DE ÁFRICA
CONDUTORES E MECÂNICOS NA GUERRA

Pelo Ten.-Cor. RUI DE FREITAS LOPES

Na África das estradas não alcatroadas, das picadas sem fim de mato, são ambas más as duas estações do ano para quem guia: a época das chuvas, que vai de Setembro a Abril, e a época seca, que dura os quatro meses restantes.

Na época das chuvas, as estradas de mato, já de si más, tornam-se um purgatório ou mesmo um inferno, porque ao macadame descarnado, aos buracos, já de si a provocarem uma condução dura, a darem cabo dos rins e da coluna das pessoas, se junta uma terra lamacenta onde as viaturas escorregam, patinam, navegam, como sobre neve ou manchas de óleo. Nas regiões acidentadas, sobretudo, com curvas e contra-curvas, subidas e descidas constantes, vai-se sempre com o credo na boca porque, quando as rodas patinam ou deslizam — e isso acontece a cada passo — nunca se sabe o que vai acontecer: ora numa subida o carro pára, porque os pneus não aderem, e começa a andar para trás, ora numa curva ou numa descida ele escorrega para o lado da berma

A MOURA ENCANTADA

OS CIVIS FACE AOS MILITARES

PELO CAP. JOÃO PINTO BESSA

EXERCÍCIO DISPLAY DETERMINATION 87

Imagens da Participação dos Militares Portugueses

Conforme noticiámos no número de Outubro, tropas portuguesas da 1.ª Brigada Mista Independente participaram, no mês de Setembro, no Exercício "Display Determination 87" que teve como cenário a região do Nordeste de Itália. Nestas manobras militares, conduzidas pelo Comando Aliado do Sul da Europa (COMLANDSOUTH), tomaram parte, além do contingente português, forças italianas e dos EUA.

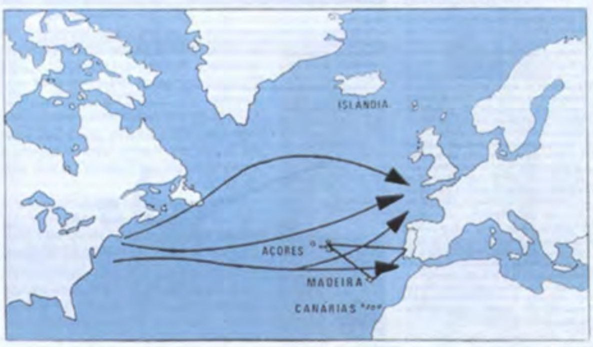
Na "nota de abertura" do n.º 29 do Boletim Informativo do Batalhão de Infantaria Mecanizado (BIMec), — Unidade orgânica da 1.ª BMI que foi um dos principais actores nestes exercícios — encontramos caracterizado o que foi o comportamento do militar português em terras italianas: "profissional competente e dedicado, militar aprumado e disciplinado, cidadão correcto e educado".

Do que foi essa participação de Portugal no "D.D.87" apresentamos esta pequena retrospectiva fotográfica.

GENERAL FIRMINO MIGUEL TOMOU POSSE DO CARGO DE CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

PORTUGAL E A ALIANÇA ATLÂNTICA

Pelo Cor AMADEU DA SILVA CARVALHO



TIMOR-LESTE

AS CONSTANTES HISTÓRICAS

Pelo Cor FERNANDO ALVES ALDEIA

— OS MILITARES DE 1ª E 2ª LINHAS
— O CULTO PELA BANDEIRA
— A INSUBMISSÃO AOS INVASORES

um grave erro da história preten- as reacções dos timorenses às ocupações, incursões e invasões, às próprias lutas intestinas e até ções, sejam um mero circunstan- de autodefesa.

permanente inadaptação aos ocu- e invasores, situa-se como agora espírito de não submissão e de nação como Povo, que se transfor- séculos de contacto com os por- numa identidade histórico-cultural tente.

a todos combat- s até actualme- passando pelos holand

A CONFERÊNCIA DE HELSÍNQUIA

Pelo Maj Inf MANUEL MARTINS LOPES

INTRODUÇÃO

A Conferência de Helsínquia que se realizou entre 30 de Julho e 01 de Agosto de 1975, pode ser considerada um marco significativo nas relações Leste-Oeste, com especial incidência na Europa.

Culminando um período de desanuviamento internacional, a Conferência de Helsínquia retrata a realidade europeia emergente do pós-guerra, as contradições dos vencedores já visíveis nas Conferências de Teerão, Ialta e Potsdam e ainda a lenta caminhada que conduziu à superação da guerra fria e à aproximação Leste-Oeste:

— Normalização da situação de Berlim e Ostpolitik, traduzida na melhoria do rela-

O presente estudo sobre a Conferência de Helsínquia terá em consideração as suas origens, as reuniões preparatórias que a antecederam, a análise pormenorizada da Acta final e uma apreciação global dos resultados alcançados.

No estudo da Conferência de Helsínquia optámos por um sistema conjunto de análise que tem por base o próprio sistema político internacional e a existência do Estado-Nação e o processo de decisão dos actores (¹).

§ 1.º
AS ORIGENS

A ideia de uma grande conferência inter-

das fronteiras existentes na Europa, e nomeadamente da linha Oder-Neisse; renúncia do governo de Bona à posse de armas nucleares, sob qualquer forma.

Em Abril de 1969, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da Aliança do Atlântico Norte aceitaram a proposta do Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Nenni, para se procurarem os domínios de interesse comum que poderiam ser objecto de negociações frutuosas. Esta reacção, a primeira que não foi inteiramente negativa, resultou em parte da conclusão recente (em 1968) do Tratado sobre a não proliferação das armas nucleares, que se esperava o governo de Bona assinasse, preenchendo assim a terceira das

SERÁ A CARREIRA MILITAR UMA PROFISSÃO ALICIANTE?

Pelo Cap JOÃO PINTO BESSA

Todos os dias somos confrontados com anúncios vários nos muitos jornais enunciando ofertas de emprego tentadoras e com um denominador comum — aliciante. Até aqui um facto normal da sociedade de consumo onde estamos inseridos. Mas quando surgem na TV anúncios sobre concursos às várias Instituições Militares ou evidenciando pormenores aprazíveis, faz-me pensar se não se estará a induzir as pessoas a tirarem conclusões apressadas ou de certo modo enganadoras, que as irão influenciar determinantemente na opção desta ou daquela carreira, conforme esta ou aquela seja mais "aliciante".

Ora, a meu ver, isso está profundamente errado, porquanto está a levar o indivíduo a pensar que tudo será bom e agradável; e quando confrontado com a realidade então aparecem os sintomas da desmotivação, do cansaço e mais tarde da deser

CLASSIFICAÇÃO E SELECÇÃO MILITAR

A CARREIRA MILITAR
A REFORMA

OS MILITARES E AS ARTES

OS UNIFORMES MILITARES PORTUGUESES NAS AGUARELAS DO CORONEL RIBEIRO ARTHUR

Pelo Maj JOSÉ M. DINIZ

Foi nos anos sessenta que o nosso Jornal iniciou a publicação, em postal, da colecção de aguarelas da autoria do Coronel Ribeiro Arthur, as quais representam de forma magistral os uniformes militares usados pelo Exército Português ao longo dos séculos XVIII a XIX. Esse trabalho acaba de ser concluído com o lançamento da edição das últimas 72 aguarelas (ver anúncio na pág. 45).

A OPERAÇÃO "CORPORATE"

UM BREVE ESBOÇO HISTÓRICO

Pelo Cor ÓSCAR GOMES DA SILVA

E como a água não tem uma forma constante, também não há na guerra condições constantes.

SUN TZU

A operação denominada "Corporate" foi lançada pelo Reino Unido em Abril de 1982 com a finalidade de recuperar as ilhas FALKLANDS (MALVINAS) que haviam sido ocupadas pela Argentina em 02Abr82.

O VALOR ESTRATÉGICO DE PORTUGAL (I)

Pelo Ten SAM JOSÉ SIMÕES
(Transcrito da revista da EPAM "Instruir para Bem Servir" nos 17/18 - SET-OUT/87)

O "Valor Estratégico de Portugal" resulta fundamentalmente da sua atlanticidade, das características do seu território e situação geográfica relativamente ao Teatro de Operações do Atlântico; este, pela sua posição geoestratégica, constitui, quer em tempo de paz quer em tempo de guerra, uma via vital de comunicações aero-navais indispensável e fundamental para a ligação entre o continente euro-africano e Novo Mundo.

Pelo Atlântico, no que se refere à navegação marítima, transita cerca de 70 por cento do total mundial, o que lhe confere um intenso movimento de tráfego, absorvendo 85 por cento da tonelagem das frotas mercantes do mundo.

Este tráfego agrupa-se numa série de rotas, de grande densidade, cujas principais são as seguintes:

– Rota do Atlântico Norte: a mais importante das rotas oceânicas, une as maiores regiões industriais e comerciais do mundo (Europa Ocidental e América do Norte) nela transitando nove décimos da tonelagem total.

– Rota da Europa-África: de características costeiras, passando ao largo do território continental português.

– Rota da Europa-América Central e do Sul: passa ao largo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

– Rota da América do Norte - bacia mediterrânica: atravessa o triângulo estratégico português.

– Rota do Petróleo (figura 1): estas rotas de navegação concretizam as seguintes orientações de tráfego:

a) América do Norte-Canal da Mancha e/ou estreito de Gibraltar.

b) Canal do Panamá-Canal da Mancha e/ou Estreito de Gibraltar.

c) Canal da Mancha-Estreito de Gibraltar e/ou Costa Ocidental Africana.

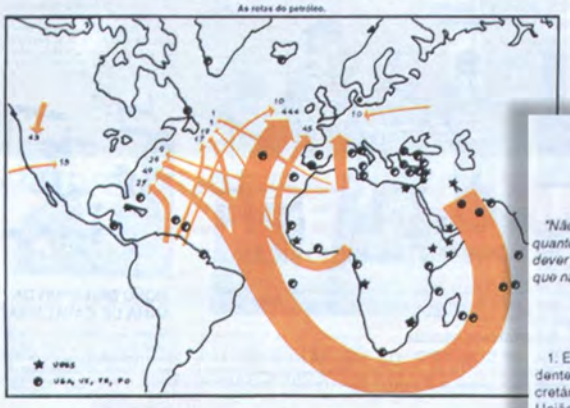
De salientar que é tão vital e importante este tráfego, sobretudo o que se refere ao que tem lugar no Atlântico Norte e Central, que se calcula que se cessasse totalmente, durante 24 horas, a vida dos países atlânticos (principalmente os europeus), sofreriam um tal golpe que se faria sentir durante muitas semanas as suas consequências.

Para além das rotas marítimas, referência à densa rede aérea existente. Similarmente às rotas marítimas também as rotas aéreas se apoiam numa densa rede de aeroportos estabelecidos em ilhas que pela sua localização prestam importante serviço à navegação aérea como são os casos do arquipélago dos Açores, Islândia, Bermudas e ilhas de Fernão de Noronha e Ascensão.

Quer relativamente às rotas marítimas quer às aéreas, surgem regiões costeiras com extraordinária importância para aquelas como base de apoio: na costa oriental, as ilhas britânicas, a Península Ibérica e a Serra Leoa; na costa ocidental, a Terra Nova, Nova Iorque e Natal (Brasil). Todavia o arquipélago dos Açores, pela sua localização central, assume uma importância vital para a maior parte do tráfego marítimo e aéreo que transita pelo Atlântico Norte e Central.

Por tudo o que atrás se expôs, a importância estratégica deste Teatro de Operações advém do facto do Atlântico

As rotas do petróleo.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FALA AOS MILITARES

UMA TRÉGUA NO CONFLITO LESTE-OESTE?

Pelo Coronel ÓSCAR GOMES DA SILVA

"Não revelarei um segredo se lhes disser que a União Soviética está a fazer tudo quanto é necessário para manter defesas actualizadas e seguras. É esse o nosso dever para com o nosso povo e os nossos aliados. Devo dizer, simultaneamente, que não é esta, decididamente, a nossa escolha. É a que nos foi imposta."

MIKHAIL GORBATCHOV

1. Em 8 de Dezembro de 1987, o Presidente dos EUA, Ronald Reagan, e o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbatchov, assinaram, em Washington, o Tratado

ra o Partido em alturas cruciais. É oportuno recordar como Lenine lutou pelo Tratado de Paz de Brest nos anos conturbados de 1918. Estava-se em plena Guerra Civil e nessa altura surgiu uma ameaça extremamente grave por parte da Alemanha. Assim, Lenine sugeriu a celebração de um Tratado de paz com este país.

Os termos do Tratado de paz que a Alemanha estabeleceu peremptoriamente ao nosso país eram, nas palavras de Lenine, "vergonhosos, insultuosos". Incluíam a anexação de uma grande parte do território com uma população de cinquenta e seis milhões de habitantes. Parecia impossível aceitá-los. No entanto, Lenine insistiu no Tratado de paz. Até alguns membros do Comité Central se opuseram, afirmando que os próprios trabalhadores exigiam que os

IMPRENSA REGIONAL

Por amabilidade da Cooperativa Cultural "A Folha", o Jornal do Exército esteve representado no Seminário "A Imprensa Regional e a Construção Europeia", que decorreu em Aveiro nos dias 5 e 6 de Novembro.

A iniciativa, promovida por aquela Cooperativa e pelo Gabinete de Informação e Imprensa do Parlamento Europeu, contou com a participação de inúmeros órgãos da Imprensa Regional do Distrito de Aveiro que, de uma forma interessada

O programa incluiu ainda uma visita a Oliveira de Azeméis onde os participantes no Seminário foram obsequiados com um almoço na Estalagem S. Miguel, implantada na deslumbrante paisagem de

1ª BRIGADA MISTA INDEPENDENTE NO EXERCÍCIO "ROSA BRANCA 88"

O "Rosa Branca 88" iniciou-se com a transposição do Rio Tejo por algumas unidades da 1ª BMI na madrugada de 6 de Junho, tendo utilizado trens de navegação e barcos de assalto. Nessa fase inicial, foram executados fogos reais de artilharia, em proveito da manobra táctica.

Este exercício teve por finalidade a prática do planeamento e conduta de operações tácticas e ainda o treino de acções de apoio de serviços.

Entre 6 e 8 de Junho, a 1ª Brigada Mista Independente (1ª BMI), levou a efeito, na região de Santa Margarida, o seu exercício anual, sob o nome "Rosa Branca 88".

Passatempo

Por PEDRO DE QUENTAL

2– Quantos cães?
Em que casa vos deveis colocar para, sem mudar de lugar, ver o maior número de cães. Quantos cães podereis ver? Marque na casa o ponto de onde vê esses cães e trie as linhas que passam pelos cães. Não se esqueça que é um homem e que tem de contar com a perspectiva e com os obstáculos.

4 – Oceanos
Diga, de cima para baixo, quais os oceanos que na gravura estão representados?

6 – O Monumento
Nesta fotografia duma vila portuguesa vê-se um grande monumento. Como se chama? Castelo de Almourol, Torre de Belém, Castelo da Pena, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Cristo em Tomar ou Castelo dos Mouros em Sintra?

REGIÃO MILITAR DE LISBOA

ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA RECEBE VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO...

Em 13 de Dezembro, o Primeiro Ministro, Professor Doutor Cavaco Silva, fazendo-se acompanhar pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Engenheiro Eurico de Melo, visitou a Escola Prática de Infantaria, em Mafra, onde foi recebido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Mário Firmino Miguel.

Após as honras militares e cumprimentos protocolares, assistiu a uma cerimónia de homenagem aos mortos pela Pátria, a que se seguiu uma exposição sobre a EPI e suas actividades e uma visita às suas instalações.

À tarde o 1º Ministro assistiu a um exercício táctico na Tapada, durante o qual foram demonstradas as possibilidades do Sistema de Simulação de Instrução de Tiro e de Instrução Táctica de Pequenas Unidades utilizando "LASER" (SITPUL).

NOVO CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Tomou posse, no dia 29 de Março, do cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o General António da Silva Osório Soares Carneiro que substituiu o General Lemos Ferreira cujo mandato terminara em 7 do mesmo mês.

Na cerimónia de posse usaram da palavra o Presidente da República e o empossado, cujo discurso transcrevemos na íntegra.

As minhas primeiras palavras são para agradecer a confiança que mereci aos julgadores que participaram no processo que culmina nesta tomada de posse.

A V. Exª. Senhor Presidente da República e, por inerência de funções constitucionalmente atribuídas, Comandante Supremo das Forças Armadas, o meu reconhecimento pela honrosa nomeação.

A V. Exªs. Senhor Primeiro-Ministro e Senhor Ministro da Defesa Nacional, que subscreveram a proposta apresentada ao Governo, a minha afirmação solene de que procurarei ser digno da distinção da escolha feita.

Aos meus camaradas, Chefes de Estado-Maior do Exército, da Armada e da Força Aérea, iniciadores do processo e que me incluíram na lista de seis nomes considerados mais adequados para o desempenho do cargo, a minha afirmação de que procurarei corresponder a tal juízo, à luz do interesse nacional.

Desejo ainda agradecer a quanços me honram aqui com a sua presença que con-

O General António da Silva Osório Soares Carneiro nasceu a 25 de Janeiro de 1928 em Matosinhos.

Depois de concluído o curso de Infantaria na Escola do Exército prestou serviço em várias Unidades da sua Arma e cumpriu três comissões de serviço em Angola.

No ex-Ultramar ocupou também diversos cargos de âmbito civil, nomeadamente o de Chefe do Gabinete do Governador de Timor, Governador do Distrito da Lunda, Secretário-Geral de Angola e encarregado do Governo-Geral de Angola.

Após a sua promoção a oficial general, em 1978, exerceu as funções de Director do Departamento de Instrução do Estado-Maior do Exército, de vogal do Supremo Tribunal Militar e, desde 1987, as de Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Além de inúmeros louvores, o Gen Soares Carneiro possui as seguintes condecorações: Medalha de Ouro de Serviços Distintos, duas Medalhas de Prata de Serviços Distintos com palma, Medalhas de Mérito Militar de 1ª e 3ª classes, oficial da Ordem Militar de Avis, Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, comendador da Ordem do Império e medalhas comemorativas das campanhas de Angola.

O COMPUTADOR NO C3I

— Uma perspectiva

Pelo Maj Engª Tm DARIO MORAIS CARREIRA

É do conhecimento geral que os modernos aperfeiçoamentos tecnológicos transformam a natureza do combate. Hoje, os comandantes têm de responder decisivamente e tomam a iniciativa numa "arena" deveras acelerada e sujeita a grandes caudais de informação, por vezes em sobreposição e/ou contradição.

O problema que cada vez mais se coloca no campo de batalha moderno é a capacidade de manipular (conhecer, processar, aplicar, transferir e comunicar) INFORMAÇÃO, sendo certo que só assim se conseguirá o êxito no combate.

Essa capacidade de gerir a INFORMAÇÃO passa por um elemento básico na batalha, constante ao longo da história da guerra — e do próprio homem — que é a possibilidade do comandante poder comandar, controlar, comunicar e obter informações sobre o Inimigo.

forma a obter-se uma cooperação harmoniosa e construtiva.

Demais, a necessidade da existência de uma capacidade militar dissuasora autónoma, com uma credibilidade razoável, implica, por certo, a existência de equipamentos e infraestruturas, mas também pressupõe interdisciplinaridade, racionalização de recursos e, obviamente, elevados níveis de disciplina e eficiência.

Os dinheiros públicos, o tempo, a capacidade de realização, as expectativas não podem ser malbaratadas em propósitos mal medidos, nem em iniciativas que não se inscrevam em planos perfeitamente coordenados sob o denominador comum dos supremos interesses da Nação.

Recreio

RECREIO

Por RAIUGA

CHARADISMO — a prémio

Charadas protéticas

1 — *Prepara o que dizes, não vás empregar qualquer palavra ambígua.* (2,3)

2 — *Juízo é coisa que não tem o diabo.* (2,3)

3 — *Se troças, no teu espírito há bonança.* (1,2)

4 — *Cara foi a caça do leão.* (2,3)

5 — *Creme é a linguagem do namorado.* (2,3)

6 — *Fazer troça dos outros é indirectamente gabar-se.* (1,2)

7 — *Ele supõe que eu tenho uma sacana.* (1,2)

8 — *Causam mal estar os achaques ao valetudinário.* (1,2)

9 — *Compassiva deve ser a repressão.* (2,3)

10 — *Amplo é nos hospitais, o recurso ao sangue.* (2,3)

Envie a solução, em qualquer papel, para a redacção do Jornal, até 31 de Março, indicando o nome e morada e, se for militar, o posto e situação ou colocação e número mecanográfico. Os assinantes deverão indicar o respectivo número.

Haverá um prémio a sortear entre os totalistas.

ADIVINHAS PORTUGUESAS

1 — Corre serros e baixuras
Sempre com a casa às costas.

2 — Qual é a palavra de três sílabas que, lida às avessas ou às direitas, significa sempre voltar à vida?

3 — Parada faz rasto,
A andar apaga o rasto.

PERGUNTAS DE ALGIBEIRA

1 — Quem reinava em Portugal quando Vasco da Gama chegou à Índia?

2 — Qual é o ordinal de 89?

3 — Que nome se dá ao corredor flexível de comunicação entre duas carruagens de comboio de passageiros?

4 — Como se designa um parafuso que, girando, desloca sem ser deslocado?

5 — Em que povoação das Linhas de Torres Vedras instalou Wellington o seu Quartel-General durante a 3ª Invasão Francesa?

6 — Várias plantas asteráceas têm o nome vulgar de perpétua. Qual a razão?

7 — Como se chamava a parte da armadura que cobria os braços?

8 — Que ângulo convexo faz a direcção O-E com a direcção ONO-SSE?

9 — Que nome têm os naturais ou habitantes de Vila Viçosa?

10 — Quem foi a mãe de D. Sancho I?

HIEROGLIFOS COMPRIMIDOS

1 — UU X tapar quiabos

2 — Pio te 7ª igrejas

3 — Produzem D tempo

Nota — As soluções destes hieroglifos, tomadas seguidamente, formam uma frase.

PASSATEMPO LITERÁRIO

Texto — Onde deixas a bouda
E as vacas, Mofina Mendes?
— Mas que cuidado vós tendes
Em me pagar a soldada
Que há tanto que me retendes.

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS

1 — Luis. 2 — Fusão. 3 — Passagem. 4 — Menciono; "Mulher". 5 — Ramo; "Homem"; unidade. 6 — "Para cima"; sem miolo; a. 7 — Peneira; alas. 8 — Curas. 9 — Essências. 10 — Naves.

VERTICAIS

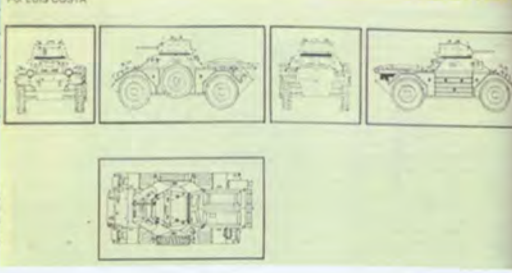
1 — Ervas. 2-

OS ÊXITOS DA ORQUESTRA LIGEIRA DO EXÉRCITO CHEGAM ALÉM-FRONTEIRAS

Modelismo

RECREIO

Por LUÍS COSTA



"DOSSIER" REGIÃO MILITAR DO NORTE

Para treinar e simultaneamente testar a sua capacidade operacional, a Região Militar do Norte promove e executa anualmente vários exercícios de âmbito regional, sendo o mais importante o "FRENTE NOVA". Participa também no "MERCÚRIO", exercício conjunto do Exército e da Força Aérea e, naturalmente, no "ORION", exercício de âmbito nacional.

Texto e Coordenação: Cap MARQUES FERNANDO
Fotos: QG/ RMN e ARQUIVO/ JE

RELAÇÕES INTERCULTURAIS

Pelo Maj PIRES ANDRADE

O objectivo essencial deste encontro visou a implementação da cooperação entre instituições dos países que usam o português como língua oficial.

A Academia Militar já está a desempenhar um papel importante no contexto da cooperação com os novos países africanos de língua oficial portuguesa.

V COLÓQUIO DA IMPRENSA MILITAR

De 13 a 15 de Dezembro de 1988, decorreu o V Colóquio da Imprensa Militar, este ano organizado pela Revista "BOINA VERDE", publicação trimestral de informação do Corpo de Tropas Pára-quedistas, cujo director é o Coronel Paraq Nuno Bravo Mira Vaz.

O Colóquio teve por objectivo propor- ... sáveis pelas publica- ... as Forças Armadas e ... urança a oportunidade ... conhecimentos e ex- ... r reflectir em conjunto ... s questões caracte- ... a militar, entendida co- ... sclarecimento da opi- ... o reforço da unidade

... rtura foi presidida pelo ... Maior da Força Aérea, ... o e Silva.

... lio Gonçalves proferiu ... ubordinada ao tema "A ... sino universitário de ... al"

INFORMAÇÃO

Reportagem

Coord. Cap MARQUES FERNANDO

O EXÉRCITO NO APOIO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS PELAS CHEIAS

DISCURSO PROFERIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO NO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES

Como referimos numa das páginas de "Figuras e Factos", o Primeiro-Ministro presidiu, em 25 de Maio, às comemorações do dia do Instituto de Altos Estudos Militares.

Na ocasião o Professor Cavaco Silva proferiu um importante discurso cujo conteúdo tem o maior interesse em ser divulgado às Forças Armadas. Segue na íntegra.

VISITA DO PRESIDENTE DE MOÇAMBIQUE À ACADEMIA MILITAR

3ª CONFERÊNCIA DOS EDITORES MILITARES IBERO-AMERICANOS

I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

Por iniciativa da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), os organismos representativos dos antigos combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estiveram reunidos em Lisboa nos dias 19 a 24 de Maio na sua 1ª Conferência.

Angola esteve representada pela Associação dos Antigos Combatentes de Angola, Moçambique pela Associação dos Combatentes de Libertação Nacional de Moçambique e a Guiné pela Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau. Estiveram ainda presentes delegações da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra e do Congresso Mundial de Cegos de Guerra.

EXERCÍCIO "ORION 90"

Na Defesa dos Interesses Nacionais e da Soberania

Tendo o Exército por missão específica aprontar e manter as forças necessárias para a execução das tarefas da componente terrestre da defesa integrada do território nacional, surgem, assim, vários exercícios locais e regionais que culminam com o "ORION", exercício conjunto, envolvendo todos os sistemas de forças do Exército e a participação de órgãos da Força Aérea Portuguesa, destinados à cooperação aero-terrestre, bem como de Comandos e Unidades da Guarda Nacional Republica.

Este ano, de 6 a 20 de Julho, o Exército testou a operacionalidade das suas forças num contexto de crise capaz de evoluir para a declaração do estado de sítio; teve, deste modo, lugar, em todo o território nacional continental, o "ORION 90", exercício que não incluiu fogos reais.

O "ORION 90" dividiu-se em 3 fases: na 1ª fase procedeu-se ao aprestamento de forças; na 2ª fase actuaram no terre-

MENSAGEM DO GENERAL CEMGFA ÀS FORÇAS ARMADAS EM 25 DE ABRIL

PROJECTO VIDA
VIDA INTELIGENTE, DROGA AUSENTE

Pelo Dr. JOAQUIM DOS VULTOS

A toxicodependência é um dos mais graves problemas que atinge a nossa juventude e que, consequentemente, se sente dentro dos quartéis. Com este trabalho de divulgação do que é o Projecto VIDA, o Dr. Joaquim dos Vultos inicia uma série de pequenos artigos sobre esta problemática, pretendendo com isso ajudar os jovens militares a evitar ou a libertarem-se de tão grande mal e os comandos e quadros das Unidades e Estabelecimentos Militares a lidarem com os casos de toxicodependência que lhes apareçam.

OS MILITARES NA ENCRUZILHADA DA VIDA NACIONAL

Pelo Cor MIGUEL PINTO

1. "Subsiste e fomenta-se um pouco por todo o lado uma atitude negativa orientada contra as Forças Armadas abrangendo as formas mais diversas, consoante as oportunidades que o acaso vai proporcionando ou que são possíveis de ser fabricadas em cada momento concreto".

(Da "Mensagem do General CEMGFA às F.A." - 25 Novembro 88)

A única break com a suavidade da suspensão hidropneumática auto-ajustável dispõe agora do motor Diesel mais avançado do mundo. Com 110 cv às 4000 rpm, o novo motor HDi destaca-se pelo elevado binário a baixos regimes e pelo baixíssimo nível de ruídos e vibrações produzidos. Graças à tecnologia de injecção directa de alta pressão "common rail" que permite o controlo óptimo da mistura de carburante e ar, o motor HDi de 1997 cc. proporciona à nova Xantia Break HDi prestações e consumos sem paralelo entre os mais avançados modelos turbo-diesel. Visite o seu Concessionário ou Agente Citroën e experimente a sensação exclusiva de viajar no espaço de uma Citroën Xantia Break HDi.

Nem a tecnologia mais avançada dispensa um espaço exclusivo.

Citroën prefere TOTAL

CITROËN Xantia BREAK HDi

CADA VEZ MAIS SEGURO DE SI.

CRÉDITO CERTO

CITROËN FINANCE

Mais 32% de binário às 1500 rpm ■ Mais 25% de potência a baixa rotação ■ Redução do consumo em 21%
Menos 22% de emissões poluentes ■ Menos 6% de vibrações ■ Redução do ruído em 50%

EXÉRCITO DE LUTO

Vitimado por um trágico acidente de viação ocorrido na noite de 9 do corrente mês na estrada marginal Lisboa-Cascais, faleceu o General Mário Firmino Miguel, Chefe do Estado-Maior do Exército. Foi, assim, brutalmente interrompida uma carreira militar das mais distintas do nosso Exército.

MENSAGEM DO NOVO CEME AO EXÉRCITO

No momento em que assumo as responsabilidades, que sei serem grandes, de vos comandar, as minhas primeiras palavras são para recordar o General Mário Firmino Miguel que nos comandou durante cerca de 4 anos com a elevação e a grandeza moral própria dos chefes militares de eleição. Roubado brusca e tragicamente do nosso convívio, perdura a sua memória e o seu exemplo que irá constituir baliza de referência à minha actuação como seu substituto.

Esta singela homenagem lembra não só o chefe militar, mas acima de tudo o homem cuja estatura e estilo marcaram gerações e em todos nós deixou inesquecível saudade.

Início as minhas funções consciente dos problemas e dificuldades que nos esperam mas con-

... s tropas ... os desa- ... da adop- ... do Ser- ... moderni- ... ficiente, ... ções de, ... nais em ... e militar- ... Nação e, ... Exército ... tima sal- ... mpenhar ... içoar ao ... qualida- ... , e darei

PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA MISSÃO DE MONITORES DA CEE NA JUGOSLÁVIA

Pelo TCor Inf. JOSÉ EDUARDO MASCARENHAS *

1. INTRODUÇÃO

A abertura política verificada no ... europeu acabou por se estender à Jugoslávia onde as Repúblicas da Eslovénia e da Croácia promoveram a realização de eleições livres em ... de 1990, e os respectivos resultados vieram pôr em evidência toda ... unidade da Federação como unidade política.

... forças comunistas, até então ... antes, sofreram uma pesada ... eleitoral e as duas repúblicas ... çaram de imediato a reclamar ... autonomia.

... ntretanto, as tensões étnicas ... çaram a vir ao de cima e, em ... mbro de 1990, o parlamento ... eno anunciou que proclamaria ... ependência (num prazo de seis ...), o mesmo acontecendo à ...

Uma pausa durante uma das inúmeras missões na Eslovénia: uma equipa da CEE foi fiscalizar a devolução ao Exército Federal de material que havia sido capturado pela Força Territorial da Eslovénia (TDO). O TCor Mascarenhas é o 2.º a contar da esquerda.

SERVIÇO MILITAR

Pelo Brig LEMOS PIRES

Um dever de cidadão ou uma opção profissional?

A Guerra do Golfo veio trazer, subitamente, para a ribalta um manancial de motivos para reflexão que, para muitos, por menos precavidos ou por ânsia de mudança, suscitou de imediato opiniões definitivas que, até sendo úteis para uma fase de debate, são, no entanto, perigosas se formalmente assumidas e transformadas em decisão.

Assim, como na sequência do fim da guerra fria e da queda do muro de Berlim, em Portugal se levantaram vozes de que era urgente reduzir as nossas Forças Armadas e ...

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E FORÇAS ARMADAS

Pelo TCor LUÍS SEQUEIRA

O presente trabalho constituiu a «Lição Inaugural» da abertura solene das actividades escolares do corrente ano lectivo do Instituto de Altos Estudos Militares.

Pela importância e oportunidade do tema decidimos publicá-lo depois de devidamente autorizado pelo seu autor e pelo Boletim daquele Instituto que o inseriu no último número.

Tropa profissional sim, mas não em exclusivo

Julgo que os países ocidentais que participaram directamente na guerra, os EUA, a Inglaterra, a França e a Itália enviaram para operações ...

dos ocidentais intervieram no Golfo, aconselham e até exigem o empenhamento de tropas voluntárias; de realçar, também, a liberdade política que os respectivos governos assim auferem em termos de uma potencial diminuição da crítica interna. Se Portugal intervier em acções deste tipo ...

A Defesa nacional diz respeito à defesa dos valores que identificam o nosso passado, presente e futuro, à nossa opção de identidade nacional. São valores como a independência, a soberania, a integridade do território e do património nacional, a segurança ... e dos seus bens ... principalmente, os ..., da política e da religião, da tradição e dos ..., no seu conjunto, ... temos querido ser ... continuar a ser, a ... uma identidade ... gerada e vivida. ... militar é um serviço ... que a todos os cidadãos ... assumir e de forma ... são chamados ao ... vem da obrigação ... todos colectivamente ... obrigação de defender ... valores, a nossa ... prosseguir como ... As Forças Armadas ... objectiva para mostrar ... mesmos, à Nação

EXERCÍCIO DA FORÇA MÓVEL DA NATO DECORREU EM SANTA MARGARIDA

TEATRO DE GUERRA DO MÉDIO ORIENTE

Factos, dados e reflexões

Pelo Brig Inf ARTUR PIRA MONTEIRO

1. Antecedentes imediatos da Guerra — A CRISE

As causas imediatas da guerra que se desenvolveu no Golfo Pérsico, opondo o Iraque à coligação de países liderada pelos Estados Unidos, têm a ver com a conduta adoptada por aquele país até 2 de Agosto de 1990 e que culminou com a invasão do Kuwait. E a situação desencadeou uma grave crise internacional a partir do momento em que foi anunciada a intervenção dos EUA enviando tropas para a Arábia Saudita ...

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

... CARVALHO RODRIGUES

P-SAT 1

... tugal tem projectado para breve o lançamento do seu primeiro satélite de telecomunicações. É o P-SAT1, ... cto do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, que abre largas perspectivas à indústria ... sa da especialidade e constitui o primeiro passo para a nossa auto-suficiência na utilização das tecnolo- ... ciais da informação.

Após a guerra do Golfo ficou a saber-se que os E.U.A. têm o ...

A localização de equipamentos no espaço para todos os aspectos de ...

O satélite português P-SAT 1 ladeado pelo autor (à esquerda) e pelo Eng.º Lopes Rodrigues, Director-Geral da Indústria.

PORTUGAL NOS CAMINHOS DA PAZ EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Militares portugueses integram Comissões Militares de Verificação

Por J. D.

Ainda está bem presente na memória de todos o sucesso da diplomacia portuguesa nas negociações de paz entre o MPLA e a UNITA que culminaram com a assinatura dos Acordos do Estoril em 31 de Maio, que deram, finalmente, por terminada a guerra civil em Angola.

Se o caminho foi longo e difícil até se chegar à aceitação do cessar das hostilidades, a concretização, no terreno, da letra dos acordos também não estará livre de escolhos, apesar do ambiente e das declarações de grande optimismo que se têm ouvido dos principais responsáveis angolanos.

Para garantir o cumprimento dos acordos estão já a funcionar os vários mecanismos previstos, nos quais Portugal tem um papel de relevo a desempenhar.

Mas não é só em Angola que Portugal e os militares portugueses estão empenhados na consolidação da paz. Também em Moçambique têm estado presentes na difícil missão de verificação do acordo parcial de cessar-fogo assinalado no final do ano passado. E, por serem menos conhecidas, vamos começar por referir as tarefas que Portugal está a desempenhar na procura da paz para Moçambique.

A EXONERAÇÃO DO GENERAL CEME

Como já é do conhecimento público, o General José Alberto Loureiro dos Santos pediu a exoneração das suas funções de Chefe do Estado-Maior do Exército em 14 de

rência, a apresentação do seu pedido de exoneração, somente nesta data, para não perturbar importantes compromissos de ordem interna e externa cuja altera-

MENSAGEM DO GENERAL CEME AO EXÉRCITO

Oficiais, sargentos, praças e pessoal civil do Exército,

Assumo o honroso cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército na sequência da exoneração, a seu pedido, do meu antecessor, General Loureiro dos Santos.

As minhas primeiras palavras são para expressar a minha elevada consideração aos meus antecessores, pela grande dedicação, eficiência e espírito abnegado com que serviram o País e o Exército.

Sem pretender distinguir as qualidades ou a acção de um ou outro em particular, para não correr o risco de ser injusto, por omissão, compreender-se-á que individualize, pelo particular vínculo pessoal e profissional que com eles mantive, o General Mário Firmino Miguel, insigne figura de homem e de militar, a cuja equipa, tenho a honra de ter pertencido. A sua acção e exemplo perdurarão no historial do Exército. E o meu antecessor imediato, General José Alberto Loureiro dos Santos de quem fui Vice-CEME e cujas qualidades pessoais, militares e culturais justificam a consideração em que é tido. À sua acção como Chefe do Estado-Maior se ficam a dever, especialmente, aprofundados estudos e decisões relativas à reorganização do Exército e à execução da Lei do Serviço Militar. O seu exemplo de dignidade, nobreza e coerência de atitudes perdurará. Estou certo que a Instituição Militar e o País continuarão a beneficiar das suas altas qualidades, conhecimentos e diversificada experiência.

Inicio as minhas funções com uma clara consciência da difícil con-

empenhada dedicação para, juntos, ultrapassarmos os escolhos da hora presente e conquistarmos o futuro que desejamos.

Está praticamente definido o desenho do Exército do futuro, na sua estrutura orgânica, dos níveis, qualificações e quantitativos dos seus quadros de pessoal, nas condições que regulam as suas carreiras, nos regimes de prestação do serviço efectivo normal e na composição das Unidades operacionais e territoriais. Restará estabelecer o dispositivo territorial e definir a forma de transição das actuais para as novas estruturas.

Em face das carências existentes e cuja superação se não prevê a curto prazo, torna-se imperativo concentrar meios e racionalizar

Ministro da Defesa Nacional e Chefes Militares visitaram, em Vila de Rei, as obras da Engenharia Militar de Tancos

Do nosso assinante Sr. José Pires de Melo recebemos esta apontamento de reportagem da visita que o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Fernando Nogueira, efectuou à sua terra, no dia 17 de Janeiro, para observar os trabalhos que a Escola Prática de Engenharia desenvolve na área daquele concelho.

Louvamos a iniciativa do Sr. Pires de Melo e agradecemos igualmente as fotos que ilustram esta reportagem. Seria interessantíssimo que este tipo de colaboração com os nossos assinantes e leitores frutificasse.

Aqui reproduzimos algumas palavras proferidas pela Sr.ª Presidente da Câmara de Vila de Rei, D. Irene Baixia, na sessão de boas vindas efectuada no Salão Nobre dos Paços do Concelho:

"Senhor Ministro, é impossível demonstrar toda a alegria que sinto com a presença de V. Exa. por quem tenho a maior admiração e carinho.

Em nome de todos os vilarregrenses, começo por dizer que saudamos com muita simpatia e amizade V. Exa., Senhor Doutor Fernando Nogueira, bem como todas as Exmas. Autoridades aqui presentes: Militares, Civis e Religiosas, com uma especial saudação.

Permita-me Senhor Ministro que manifeste a minha alegria e agradecimento por também nos honrar com a sua presença Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Narciso Mendes Dias, pois trata-se de

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL ANUNCIOU O PROGRAMA DE REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Em conferência de imprensa, que teve lugar no dia 21 de Fevereiro, o Ministro da Defesa Nacional deu a conhecer o programa de reorganização do Exército cuja execução terá lugar a curto, médio e longo prazo.

Este programa implica alterações na estrutura territorial do Exército. As que foram agora anunciadas constam de uma proposta apresentada pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército que mereceu o deferimento do Ministro da Defesa Nacional.

Dado que o anúncio público deste programa deu azo aos mais díspares tratamentos nos órgãos da comunicação social, susceptíveis de criar alguma confusão, damos a seguir, de forma clara e objectiva, o essencial das referidas alterações, com repercussões a curto e médio prazo.

nificativas alterações em relação ao projecto que lhe merecera uma posição da qual houve público conhecimento, considerou o General-Chefe, por razões de coe-

Entretanto, até a tomada de posse do novo CEME, o cargo está a ser exercido interinamente pelo C

Rocha, actual Vice-Chefe do Estado-Maio

EXERCÍCIO "CRUZEIRO SUL 92"

Rastreio cardiovascular (microrradiografia).

Exposição fotográfica sobre monumentos de evocação militar.

EXERCÍCIO "FIR-91"

Realizou-se, no período de 25 a 30 de Novembro passado, o Exercício "Força de Intervenção Rápida-91", que esteve a cargo da Brigada de Forças Especiais, grande unidade operacional especialmente vocacionada para operações de intervenção rápida.

O exercício, que envolveu operações aeromóveis e operações especiais, teve lugar na

A AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

Helicópteros

Pelo Cor Cav FERNANDO SILVA RAMOS

O MAGREBE - AMEAÇA OU COOPERAÇÃO?

Pelo Brig HÉLIO FELGAS

Durante a "guerra fria" a ameaça para a Europa Ocidental vinha do Leste.

Mas desaparecida a "cortina de ferro", derrubado o muro de Berlim, minimizado o comunismo e desintegrada a própria União Soviética, de onde passará a vir a ameaça?

Porque é sempre necessário haver uma ameaça, quanto mais não seja para manter (ou fomentar) o espírito gregário europeu.

Talvez por isso, o General John Galvin, comandante supremo das forças da NATO na Europa, dizia em 1990 que a "região sul se convertera numa zona crítica na defesa da Aliança".

Por outras palavras: a ameaça passou a vir do Sul, isto é, da África, como há treze séculos atrás.

PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NA PREVENÇÃO E DETECÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Balanço das actividades de 1991

Tendo em vista colaborar no esforço nacional tendente a minimizar os efeitos negativos dos fogos florestais na economia do País, na protecção dos seus recursos vegetais e preservação do ambiente e na recuperação de pessoas e bens, o Exército realizou no ano de 1991 acções de patrulhamento em todo o território continental e na Região Autónoma da Madeira.

À semelhança de anos anteriores, esta actividade esteve a cargo das Regiões Militares, Zona Militar da Madeira e 1.º BMI, em coordenação com a Direcção-Geral de Florestas (DGF), o Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), o Serviço Nacional de Parques (SNP), o Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), as Autarquias e as Forças de Segurança. Foi essencialmente voltada para a prevenção e detecção de incêndios florestais durante a época estival (01JUN/30SET), prorrogada excepcionalmente em 1991 até 15 de Outubro, utilizando para o efeito acções de patrulhamento e vigilância em zonas florestais.

Registamos alguns dados de empenhamento do Exército no ano de 1991, nas actividades desenvolvidas e a com-

O BIRT RECEBEU AS PRIMEIRAS VOLUNTÁRIAS INCORPORADAS NO EXÉRCITO

Como referimos no Suplemento editado com o número de Março, foi incorporado no Exército, no dia 30 daquele mês, o primeiro grupo de jovens soldadas que se ofereceram para prestar serviço militar em regime de voluntariado que engloba um período inicial de oito meses de Serviço Efectivo Normal (SEN) seguido de um ano como contratadas.

Do que foram os primeiros contactos com a vida interna do Batalhão de Informações e Reconhecimento das Transmissões (BIRT), aquartelado na Trafaria, Unidade que acolheu estas jovens recrutas, é testemunho a reportagem fotográfica que apresentamos.

O EXÉRCITO NA COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Em Moçambique, preparando a criação da Escola Prática de Infantaria de Boane.

CEME ACOMPANHA MDN EM VISITA A MOÇAMBIQUE

APOIO MÉDICO-CIRÚRGICO A BATALHÃO DE INFANTARIA FRANCÊS NA BÓSNIA-HERZEGOVINA

Turanj (Karlovac), em 13 de Julho 92. (Foto: Cap Reis)

Instalações sanitárias de Pleso (Zagreb) em 13 de Julho 92. (Foto: Cap Reis)

NOVOS MEIOS BLINDADOS DO EXÉRCITO

ROQUE ESTEVES

...ra e a ratificação do Trata-... países signatários do Pac-... e da OTAN conduziram ... sensível do potencial de ... material destinado à guer-... nal, nomeadamente em ... dados de Infantaria e de ... m como em algum mate-... aria.

...ão equilibrada impunha a ... a destruição de exceden-... retirada da Europa Central. ... ações nestas condições ... se os EUA que perante os ... tos de repatriamento do ... ram pela cedência aos ... para substituição de equi-... ais antigos, de modo a que ... lectar o Tratado, pudessem ... eu potencial.

... da OTAN, tais como a

A metodologia de trabalho para a transferência dos veículos ficou assim estabelecida:

1.ª Fase: Inspecção local por uma Equipa do Dador e outra do Receptor com arbitragem pela NAMSA (NATO MAINTENANCE AND SUPPLY AGENCY).

Para os materiais atrás indicados foram fixadas as seguintes datas de inspecção / recepção:

— M 113 .... Fev./Jun.93
— M60A3 .... Ago./Set.93

vês dos vários processos habituais, desde a aquisição à negociação bilateral, para só então os veículos ficarem completos do ponto de vista operacional.

Tendo em conta das datas de inspecção, atrás indicadas, pode constatar-se que neste momento estão a chegar ao nosso país os M113 e prevê-se que o mesmo venha a acontecer com os M60 durante o último trimestre do ano corrente.

O grande desafio que se coloca ao Exército com a chegada deste material, que no caso dos CC é substancialmente mais evoluído do que o existente em St.ª Margarida, consiste na sua sustentação logística.

A crescente falta de recursos para manutenção não parece compatível com a duplicação dos meios operacionais existentes. ■

ACÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DO EXÉRCITO

APOIO DO LABORATÓRIO MILITAR AOS SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE*

Espectrofotometria de absorção atómica

"Rim artificial" em funcionamento

PoSAT-1: MISSÃO E EXPLORAÇÃO

Prof CARVALHO RODRIGUES*

Em Outubro de 1992, o Professor Fernando Carvalho Rodrigues, Director do Instituto de Electromecânica e Tecnologia de Informação/INETI, publicou no JE (nº 393/394-Setembro/Outubro92), um artigo intitulado "PoSAT E COMUNICAÇÕES TACTICAS".

Um ano volvido, o PoSAT-1 foi lançado, com êxito, para o espaço.

Portugal e as Forças Armadas Portuguesas ganharam com o importante evento.

O Professor Carvalho Rodrigues dá-nos, agora, a conhecer as características técnicas fundamentais do satélite e do sistema PoSAT-1, de modo a permitir a expressão de manifestações de interesse na sua utilização pelas diversas comunidades nacionais.

O consórcio PoSAT, responsável pela aquisição de tecnologia e pela construção do PoSAT-1, pretende desta maneira criar condições para que o acesso a serviços e experiências científicas seja alargado ao maior número possível de utilizadores, de modo a configurar, adequada e atempadamente, a exploração do satélite que, agora, é já uma realidade no espaço.

Sendo os programas C3I (Comando, Controlo e Comunicações e Informações) vectores fundamentais em que se apoiam numerosos sistemas de armas, o PoSAT-1 integra tecnologia adequada para ser encarado como um laboratório especial experimental, que, colocado à disposição das Forças Armadas, pode potenciar quer os conhecimentos, quer a utilização das comunicações tacticas e estratégicas, em uso nas Forças Armadas.

Assim, o EMGFA, no âmbito do Programa SICOM (Sistema Integrado de Comunicações Militares), entendeu acompanhar de perto este projecto, por forma a estar em condições de decidir, quando oportuno, um maior empenhamento na sua utilização. Para o efeito, após análise da situação, considerou que a instalação de duas estações fixas em Estações Navais (ERN), sendo uma no Continente e outra nos Açores, e, ainda, de uma estação móvel em unidade naval, constituirá a solução mais aconselhada para efectuar o acompanhamento deste projecto.

O Projecto PoSAT-1 consubstancia um esforço pioneiro a nível nacional, no sentido de se criarem condições para um acelerado contacto da Indústria e da Universidade portuguesas com as tecnologias espaciais, cujo desenvolvimento se processa actualmente a um ritmo extremamente elevado.

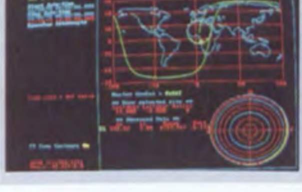
Neste sentido, o Ministério da Indústria e Energia dinamizou a constituição do Consórcio PoSAT, no qual se encontram representadas unidades nacionais empresariais e universitárias interessadas neste domínio tecnológico e de serviços.

A fim de rentabilizar ao máximo o esforço em curso é fundamental que o satélite PoSAT-1 possa proporcionar condições operacionais flexíveis à experimentação dos vários tipos de serviços e tecnologias emergentes, assumindo-se, deste modo, como uma plataforma eficaz e pluridisciplinar ao nível de I&D aplicado às Ciências e Tecnologias de Informação, Telecomunicações e Electrónica.

Missão

O satélite PoSAT-1 foi lançado, com êxito, pelo foguetão europeu Ariane, usando a sua estrutura para cargas auxiliares (ASAP), juntamente com outros satélites da mesma categoria: o EYESAT e o ITAMSAT (Itália), o HealthSAT (Satellife), o KITSAT-B (em construção

Órbitas do PoSAT-1, entrando em linha com estações terrestres, nos Açores (foto da esquerda) e em Angola (foto da direita)



QUEM SOMOS NÓS, MILITARES?

Cor Eng M. FANGUEIRO

AS COMPANHIAS DE CAÇADORES ESPECIAIS

Cor Tir Inf Rio Carvalho

Oficiais das 1ª, 2ª e 3ª CCE, na chegada à Régua, a caminho de Lamego, para o início da instrução de Aperfeiçoamento. Estão presentes os Cap Teles Grilo (1ª CCE) e Sola Ramos (2ª CCE); o Cap Soares Carneiro (3ª CCE) ficara retido em Lisboa por motivo de serviço. Ao centro, o Director de Instrução do BC 5, maj Portugal

FIGURAS E FACTOS

General Soares Carneiro despede-se do Exército

O General Soares Carneiro, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, visitou, no passado dia 20 de Janeiro, o Estado-Maior do Exército para apresentação de cumprimentos de despedida.

No seu gabinete, o General Chefe do Estado-Maior do Exército, na presença de todos os oficiais generais do EME e, ainda, dos comandantes das regiões Lisboa e dos directores do Instituto de Altos Estudos Militares e da Academia Militar, proferiu palavras alusivas ao acto, das quais se realçam as seguintes: **"O meu general desempenhou ao longo da sua vida militar praticamente todas as funções, de entre as mais importantes, que um militar legitimamente pode ambicionar, mas que nem todos podem concretizar. (...) O meu gene-**

ções das Forças Armadas Portuguesas; deu um decisivo contributo e impulso à renovação da legislação e dos conceitos enquadrantes, da problemática da Defesa

tituição mil XXI".

A noite, Messe de Pe tar de hoj

CONSTITUÍDA EM LISBOA A ASSOCIAÇÃO DOS EDITORES IBERO-AMERICANOS DE PUBLICAÇÕES MILITARES

Realizou-se em Lis- de 24 a 29 de Ju- 1994, nas insta- do Instituto de Estudos Militares, Conferência dos es Ibero-america- e Publicações Mi-

esentes 17 dele- representando ises, a saber: ina - Tcor Carlos - Cor DEM Ru-

Associação dos Edito- res Ibero-americanos de Publicações Milita- res, o que foi aprovado por unanimidade.

O Brasil foi eleito como primeiro presi- dente da Associação, ficando o secretariado a cargo dos EUA e sendo o Peru outro vo- gal eleito.

Além das sete ses- sões de trabalho, que decorreram num exce-

INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

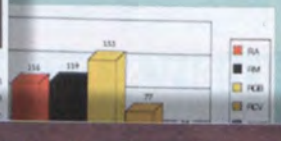
A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

UMA IMAGEM PARA O EXÉRCITO DO ANO 2000

O EXÉRCITO NA FORMAÇÃO DE PESSOAL DOS PALOP EM PORTUGAL

Cor NUNO ROQUE

Além dos projectos de Cooperação Técnico-Militar, que têm sido desenvolvidos com sucesso nos PALOP, o Exército tem-se empenhado na valorização do factor humano daqueles países, através da disponibilidade para ministrar cursos/estágios em Portugal, dotando os militares dos PALOP com conhecimentos técnicos e científi- assíveis de potencializar as capacidades as das suas Forças Armadas.



BRIGADA LIGEIRA DE INTERVENÇÃO

Na sequência da aprovação do Sistema de Forças a Médio Prazo pelo CSDN, em 12 de Julho de 1991, que consagra a existência de uma Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), foi a mesma oficialmente criada em 1 de Junho de 1992, por Despacho do General CEME, de 7 de Maio do mesmo ano. Paralelamente a este diploma, outro saía na mesma data

transferência para o Forte do Alto do Duque, até que, em 1 de Julho de 1993, e por força do Despacho 24/ /93/VC, de 7 de Maio, do General Vice-Chefe do EME, se transfere para Coimbra.

A BLI forma com a BMI e a BAI uma tríade de Grandes Unidades opera-

suas congéneres, enfrentará acrescidas dificuldades que se reflectem sobretudo nas áreas dos recursos humanos e materiais. Tal circunstância, que se espera vir a ser ultrapassada, constituirá, por enquanto, uma limitação às suas possibilidades.

Tendo herdado da BFE

do QG da ex-RMC. Com eles reconstruiu um núcleo permanente daqueles órgãos, cujo q tinha sido, en vado.

Todavia, mensão des que se pode as dificulda dispersão g encargos op sua dupla d comando, nã a que, com lho e notáv corpo, se nã passos sign bretudo nas nização e da no, afinal aq mais consen dispersão te

Deste es sultado a elab rios documentos normati-

BRIGADA AEROTRANSPORTADA INDEPENDENTE

O Comando de Tropas Aerotransportadas (CTA) foi criado, oficialmente, a 30 de Dezembro de 1993, em cerimónia presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. Fernando Nogueira, na Base Escola de Tropas Pára-quedistas, actual Escola de Tropas Aerotransportadas (ETA) em Tancos.

Este Comando, órgão de implemento territorial do Exército, formado a partir das estruturas de pessoal e material dos extintos Corpo de Tropas Pára-quedistas, da Força Aérea, e Regi-

gal está inserido, nomeadamente a OTAN e UEO, designadamente às que exigem unidades altamente treinadas, bem equipadas e com um grau elevado de prontidão operacional.

Como força pertencente ao *Ace Rapid Reaction* (ARRC), integrada numa divisão italiana, foi considerado o

As estações de rastreio do Po Sat-1 e as comunicações estratégicas das Forças Armadas Portuguesas a nível planetário

F. CARVALHO RODRIGUES
J. CABRITA FREITAS

DIA DO EXÉRCITO 1995

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA FORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE NO ÂMBITO DO ACORDO GERAL DE PAZ (1993-1994)

Brig Albuquerque Gonçalves

Breve Referência ao Acordo Geral de Paz

Após treze anos de conflito armado, entre as forças da FRELIMO (partido do Governo) e as da RENAMO, foram encetadas, em Roma, negociações formais com vista à cessação das hostilidades, sob os auspícios da comunidade internacional e, principalmente, da Igreja Católica de Moçambique, da Comunidade Católica de Santo Egídio, em Itália, e do Governo Italiano.

O Chefe da MMPM troca impressões com o general Ngonhama, chefe da delegação da RENAMO, durante a cerimónia da assinatura de Directivas, pelo Presidente da Comissão e representantes das Partes.
Ao alto: Cerimónia do encerramento da instrução no 1º Batalhão de Forças Especiais.

participar no Processo de Paz em Moçambique e, designadamente, na formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

O AGPM integra vários protocolos: Protocolo IV (Das Questões Militares) e o Anexo IV (Composição das Comissões).

A supervisão e controlo da implementação do Processo de Paz, em harmonia com o estabelecido no AGPM, coube a uma Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), presidida pelo Representante Especial das Nações Unidas em Moçambique.

Portugal esteve representado na CSC, pelo seu embaixador em Maputo, e ainda em três comissões dependentes da CSC:

- Comissão de Cessar-fogo (CCF);
- Comissão de Reintegração (CORE);

Cooperação Técnico-Militar e Língua Portuguesa*

Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE)

Coord.: TCoR/ BELVA PINTO

décadas, tentado manter uma actualização de metodologias e técnicas e um relacionamento institucional com as escolas de Psicologia do País, cujo resultado se materializa no prestígio de que actualmente desfruta, e que se considera essencial manter como um dos vectores do prestígio do próprio Exército Português.

Em termos históricos, pode-se dizer que o CPAE entronca as suas origens nas conferências que o Prof. Dr. Faria de Vasconcelos proferiu no anti-

Centros de Classificação e Selecção) de Coimbra, em 1978, posteriormente extinto, de Lisboa, em 1982 (primeiramente localizado em Setúbal), e do Porto, em 1990.

Para dar resposta a uma filosofia de base, que assenta

dotado de quatro secções (Tratamento de Dados, Análise de Funções, Avaliação e Reclassificação e Documentação), assumindo o seu chefe, um tenente-coronel licenciado em Psicologia, as funções em regime de acumu-

entidades envolvidas nos processos de classificação e selecção. Para além disto, elabora relatórios e comunicações decorrentes da actividade desenvolvida, conclusa com os outros gabinetes a supervisão técnica sobre os Centros de Classificação e Selecção, define normas orientadoras referentes à avaliação e reclassificação nas diversas funções militares e procede aos estudos necessários sobre as exigências das especialidades militares, tendo em vista a ela-

ORGANIGRAMA

CPAE

GAB PLAN COORD | GAB PSICOLOG | GAB ESTUDOS | SEC APOIO GERAL

CINTURA EXPLOSIVA DE LISBOA

seu desmantelamento

Coord: Cap SMat INÁCIAS ESCALEIRA PIRES

EXERCÍCIO ORION 95*

Voluntariado e Contrato

Convite a praças

vista a atrair efectivos para as unidades o Militar de Santa Margarida, no âmbito ntariado, foram expressamente criados tes incentivos que, a par de incluírem remunerações, contemplam ainda van- speciais do ponto de vista da aquisição tações literárias e profissionais.

JE publica, no quadro seguinte, o essencial do convite que o EME dirige às praças do SEN, ou em RC/RV, que se encontram actualmente ao serviço do Exército, bem como às que passaram à disponibilidade no ano transacto.

O Exército Português possui no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM) um conjunto de unidades operacionais, de grande importância para Portugal, nas quais poderão prestar serviço como Voluntário ou Contratado, alcançando uma **actividade operacional** aliciante e enriquecedora à possibilidade de **completarem os seus estudos e prepararem o seu futuro.**

Se estás a cumprir o Serviço Militar em qualquer Unidade do País, independentemente da especialidade que já possuís, podes requerer a prestação de serviço no Campo Militar de Santa Margarida, onde, de acordo com o seu perfil psicotécnico, poderás optar por uma nova especialidade.

Estas são algumas das especialidades que podes escolher (como outras, cuja imagem podes solicitar na Unidade):

- Condutor de carro de combate M60 A3
- Condutor de VBTP M113
- Operador de artilharia Chaparral
- Mecânico de equipamento de Engenharia
- Operador de Transmissões
- Operador de Radar

Se decidires tomar esta opção, tenho:

* Possibilidades de permanecer no **CMSM** em **diligência** durante o período em que decorrer a Instrução da Especialidade, com direito às ajudas de custo correspondentes, regressando à anterior situação se não te sentires adaptado.

* **Remuneração especial** para o pessoal em Regime de Voluntariado no CMSM.

* Possibilidade de frequentar em horário pós-laboral (em simultâneo com a prestação de serviço) a **Escola CoS**, instalada no Campo Militar, ou efectuar inscrição nos dos **Cursos de Formação Profissional**, na sequência do cumprimento do Contrato, obtendo no final um Certificado de Qualificação Profissional do nível 2 ou 3 da União Europeia.

MARECHAL SPÍNOLA (1910-1996)

João Paulo Marques

O marechal António de Spínola morreu na madrugada do dia 13 de Agosto de 1996, no Hospital Militar de Belém, onde, há longo tempo, se encontrava. O seu último acto público ocorreu em Março passado quando aí recebeu o Presidente da Guiné-Bissau.
António Sebastião Ribeiro de Spínola, nascido a 11 de Abril de 1910, ingressou aos 10 anos no Colégio Militar para subir todos os degraus da carreira militar e receber o bastão de marechal a 6 de Novembro de 1991. A sua biografia, actos marcantes, reacções à morte de um referencial ético, de uma personalidade que sempre olhou para Portugal e para o seu futuro, eis o que, de seguida, apresentamos.

No cumprimento do dever

1º Cabo Mouta

1º Cabo Tavares

Em 24 de Janeiro, em Sarajevo, foram vítimas de um lamentável acidente, motivado pelo rebentamento de um engenho respectivamente em Mogadouro e Peso da Régua, terras de onde eram naturais, após uma cerimónia militar que teve lugar no

Novo Comandante da "MINURSO"

Serviço Militar em Debate Nacional

Bósnia

Tropas Aerotransportadas intensificam actividade operacional

Cap MIGUEL MACHADO

Nos primeiros 60 dias de actividade operacional, o 2º Batalhão de Infantaria Aerotransportado efectuou mais de 194 missões. Este número demonstra bem, não só um enorme volume de trabalho de planeamento como um grande esforço para a concretização d missões. Estas têm si cumpridas, independentemente das condições atmosféricas, da hora do dia ou noite e dos meios disponíveis.

Reconhecimento público

De tal modo assim é o toda a hierarquia militar IFOR desde o Almiran Leight Smith, comandan da Força de Implem

boa verdade constituir treino útil, que demonstraram às forças locais um modo muito particular e eficaz de fazer cumprir rigorosamente o previsto nos acordos de paz para a zona de acção do batalhão. Esta,

UNAVEM III
Companhia de Logística nº 6

Participação do Exército no "Cooperative Adventure Express 96"

Maj Inf JOÃO ALEXANDRE GOMES TEIXEIRA

Língua Portuguesa

SargAjd VENTURA CUNHA

Português assaltado pelo "Ing"

"Briefing"

Reunião, durante a qual são dadas informações e breves directivas; resumo; síntese; sinopse; ponto de situação; sumário. Felizmente, alguns órgãos superiores militares começaram a utilizar, e muito bem, o substantivo **exposição**, já por várias vezes registado neste mensário, vocábulo que engloba todos aqueles significados e mais alguns, o que torna desnecessário o uso do anglicismo.

"Doping"

Estupefaciente dado sobretudo a desportistas. Também se usa "dopagem", do francês "dopage". Curiosamente, existe o Conselho Nacional Anti-Dopagem (CNAD), mas os controlos são sempre "antidoping". Há

Legislação

Coord: SargAjd VENTURA CUNHA

Criação do Gabinete de Estudos de História do Exército

Despacho nº 348/95, de 05 Dez, do GenCEME

Dada a importância e a vastidão das tarefas cometidas à Direcção de Documentação e História Militar (DDHM) na área da História do Exército e os reduzidos meios humanos que, organica-

IAEM;
- Professor de História Militar da AM;
- Professor de História Militar da ESE.

d. Vogais eventuais:
- Militares e civis que pela sua reconhecida competência se entenda dever

recção, nomeadamente estudos e trabalhos de investigação realizados nas Academias e Estabelecimentos Militares, nas Universidades e outros Organismos de Investigação Civis, por individualidades militares e civis de reconhecida competência;

c. Dar parecer sobre a aquisição de

Vertente Militar da Política Externa do Estado

Suplemento

PR reconhece empenhamento das Forças Armadas nas Missões de Paz

© LUSA

O Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, procedeu no passado dia 14 de Fevereiro, no Comando das Tropas Aerotransportadas, em Tancos, à condecoração, com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, do Estandarte Nacional da Brigada Aerotransportada Independente, pela participação dos seus 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aerotransportada no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina, integrando as forças da IFOR/96.

Na ocasião, teve lugar uma sentida Homenagem aos Mortos, a que se seguiria uma alocução do CEME, General Cerqueira Rocha, que reproduzimos neste *Suplemento* do *JE*.

Antecedendo o desfile das Forças em Parada, constituídas pelos militares dos 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aerotransportada, do Destacamento de Apoio de Serviços e do Destacamento de Ligação, que prestaram serviço na Bósnia-Herzegovina no ano de 1996,

Pernadas, 1SAR Conceição Neves, 1CAB Bragança Bomba e SOLD Clara Monteiro.

De realçar a condecoração, com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, dos Comandantes dos 2º e 3º BIAT, TCOR Moço Ferreira e Fernando Saraiva.

A cerimónia de condecoração terminaria com o lançamento aéreo dos Estandartes Nacional e do Exército, por pára-quedistas do CTAT.

General Espírito Santo Novo Chefe do Estado-Maior do Exército

Perante o Presidente da República, e numa cerimónia a que assistiram as mais altas entidades representativas dos órgãos de soberania nacional, das chefias militares, bem como altas ... militares e civis, o ... iel Espírito Santo ... de Abri ... de Ch...

da independência nacionais impõem a existência de umas Forças Armadas eficientes, altamente profissionalizadas, preparadas e treinadas para a utilização de equipamentos de tecnologia, cada vez mais sofisticada, e capazes de cumprir com dignidade, fora do nosso território,

às acções humanitárias e ao diálogo e cooperação técnico-militar.

Destaco-as pela sua relevância e actualidade e porque, num sistema de segurança moderno, como se deseja que seja o que ambicionamos para Portugal, a tónica não deve estar na

EUROFOR

Um contributo para a concretização de um projecto europeu de segurança e defesa comuns

Defesa e Serviço Militar Obrigatório

7

P Cid Saldanha

A Defesa e o discurso político

Da análise do discurso político através da História, é possível concluir que em cada momento de tempo a instância do poder político, militar ou ambos, tende a tornar como realidade efectiva e imutável, aquilo que é conceptualmente um desejo, uma aspiração, um objectivo.

A paz é celebrada, assim, em cada época, como uma conquista definitiva, adquirida; como um produto directo do esforço dos actores desse momento histórico, que potenciaram as condições ...

Missões de Interesse Público do Exército

O Papel do COFT *

"Um pedaço de terra defendida"
Miguel Torga
(Divisa do COFT)

BÓSNIA 96

O Almirante Smith (COMIFOR) e o General Walker (COMARRC) dão uma conferência de imprensa conjunta no CPIC do Holiday Inn (foto Miguel Machado)

(Parte I)

A Informação Pública na IFOR

CAP Miguel Silva Machado

Pela primeira vez na sua história, o Exército Português entrou em operações ...

gras gerais e impôs algumas limitações, mas contava com o 4º poder para atingir os objectivos da operação "Joint Endeavour".

Não somos os primeiros a afirmar ...

"Deliberate Force" [1]. As ordens de operações dos diferentes escalões de comando continham sempre um anexo relativo à Informação Pública.

Cada unidade, além de dar ...

Projecto RRING distinguido com o Prémio Descartes

A aplicação RFW - Recursos Financeiros para *Windows*, desenvolvida no Centro de Informática do Exército, no âmbito do Projecto RRING, foi a vencedora do Prémio Descartes 1996.

Estabelecido pelo Instituto de Informática (Ministério das Finanças), aquele prémio destina-se a "galardoar anualmente trabalhos originais ...

A equipa vencedora *

Por ocasião das cheias, Exército apoia Populações

...m decisivas as máquinas e o pessoal ...tos às obras do porto da Ribeira ...nte, cujo estaleiro se encontrava na ... sinistrada. Nesta operação de apoio ...MA ao SRPCA participaram forças ...cios do QG/ZMA, RG 2, CTP, ...IL e EPE, podendo considerar-se, ... tempo de resposta e o tipo de apoios ...tados, quatro fases distintas:

A primeira fase foi de resposta ...iata aos pedidos do SRPCA, com ...ência de rações de combate e água, ... distribuição às equipas dos ...beiros e pessoal médico a colocar ...ocal por meios "heli" da Força ...

no local dos seus familiares angustiados. Participaram nesta fase uma força do RG2 (cerca de 40 homens), uma equipa sanitária (com ambulância *todo-o-terreno*) e 2 equipas de Polícia do Exército, em apoio à PSP, para garantir a segurança da operação das má...

...turas. Foram feitas as ligações provisórias necessárias para garantir iluminação e água corrente no edifício, o que contribuiu para a qualidade do apoio prestado. O efectivo presente foi reforçado em 15 homens e os trabalhos incidiram na consolidação de

Tomada de Posse do General Chefe do Estado-Maior do Exército

Tomada de posse do General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Exército Português no *Strong Resolve* - 98*

Formação Profissional, Incentivo ao RV/RC*

As Mulheres no Serviço Militar

NATO/PfP
Cooperative Determination 97

Centro de Comunicações Destacável

Seminário

O Emprego das Forças Terrestres no Século XXI*

Avaliação Psicológica dos Militares em Acções de Paz

Tenente-coronel Art.ª Andrade da Silva

Introdução

O CPAE, em 1995, face à presença de um número considerável de militares portugueses em África em condições difíceis, considerou oportuno propor a avaliação psicológica e o acompanhamento daqueles militares

Actualmente, pretende-se que os batalhões sejam avaliados (psicologicamente) antes, durante e depois do cumprimento da missão (Porta de Armas do Campanhã em Vilkovici)

Macau

Na Hora Derradeira, uma Varanda Lusa para o "Grande Oceano"

Timor

Exercícios Anuais de Prontidão Operacional

"Moliço 992"

XII Conferência de Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares

Suplemento

25 DE ABRIL HÁ 25 ANOS

Uma visão necessariamente incompleta

Visita do General CEME a Angola

A Implementação do Conceito das Forças Operacionais Conjuntas e Combinadas

Curso de Saúde Militar

desporto

II Jogos Mundiais Militares

Internacionalização das Políticas de Segurança e Defesa

Segurança e Defesa em Ambiente Nacional e Transnacional

O Novo Conceito Estratégico da NATO

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Medicina Dentária e Prótese Dentária

- Médicos Dentistas Especializados
- Instalações Modernas e Máxima Higiene
- Laboratório de Prótese Dentária Próprio

Preços Especiais para a ADME

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Lisboa - Rua Gomes Freire, 183 - 1º - 1150 Lisboa • Telefs.: (01) 353 46 55/70 - Fax: (01) 354 56 40
Sintra - Av. Miguel Bombarda, 27 - 4º B - 2710 Sintra • Tlef.: (01) 924 34 02 (Em frente à estação dos Caminhos de Ferro-CP)
Alverca - E.N. 10 - N.º 8 (Edifício Cinema) - Sala 108 - 2615 Alverca • Tlef.: (01) 957 36 40

Primeiro-Ministro no Kosovo com o Agrupamento BRAVO/BAI

Em 28 de Dezembro, o Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Espírito Santo, deslocou-se ao Kosovo, com o objectivo principal de se encontrar com os nossos militares ali destacados no âmbito da força multinacional da OTAN (KFOR).

O Primeiro-Ministro, depois de se ter avistado com o General alemão Klaus Reinhardt, Comandante da KFOR, que sublinhou o «grande trabalho das forças portuguesas» em Kline, nomeadamente no que respeita aos contactos com as populações, visitou o aquartelamento «Mouzinho de Albuquerqu»", assim designado pelos militares portugueses que o aguardavam.

Depois de tocado o Hino Nacional e colocada a Bandeira Portuguesa nas forças em parada, o Primeiro-Ministro passou revista aos militares do Agrupamento BRAVO/ BAI e participou num almoço volante com os soldados portugueses a quem dirigiu uma saudação e um "abraço solidário" de todos os portugueses.

Conforme o *Jornal do Exército* então referiu, o Agrupamento Bravo da Brigada Aerotransportada Independente encontra-se no TO do Kosovo desde o princípio do mês de Agosto do ano transacto.

Cerimónia de Transferência de Poderes em Macau

A Declaração Conjunta Luso-Chinesa, assinada pelos dois países em Abril de 1987, representou o início do processo de transição, cabendo a Portugal a responsabilidade de deixar consolidado um quadro de valores, direitos e liberdades que preservariam a singularidade do território de Macau.

Este processo culminou à meia- noite de 19 de Dezembro de 1999, com a passagem do território de Macau a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China (RPC), terminando assim um período de mais de 400 anos de administração portuguesa, abrindo assim um novo ciclo.

A cerimónia de Transferência de Poderes (que teve início cerca das 23h30 de 19 de Dezembro e terminou cerca das 00h15 do dia 20) foi antecedida da Saída do Governador da Residência Oficial de Santa Sancha, do comovido arriar da Bandeira no Palácio da Praia Grande, Sessão Cultural, *Cocktail* e Recepção, no Jardim Marginal, com Espectáculo de Fogo de Artifício e Banquete Oficial.

A cerimónia pautou-se pela sua simplicidade, dignidade, gerando na comitiva portuguesa presente momentos de grande emoção, levando mesmo muitos deles a ficarem de lágrimas nos olhos.

A instauração da RAEM ocorreu pelas 01h30, à qual se seguiu a cerimónia de celebração do seu estabelecimento.

Na preparação e realização da cerimónia de Transferência de Poderes estiveram envolvidos efectivos dos três ramos das Forças Armadas, num total de 95 militares, sendo 15 da Marinha, 65 do Exército e 15 da Força Aérea.

MDN visitou Forças Nacionais Destacadas no Kosovo e Bósnia

Acompanhado pelo CEMGFA, General Espírito Santo, pelo CEME, General Martins Barrento, CEMFA, General Alvarenga de Sousa Santos, bem como por uma delegação de altas personalidades civis e militares, o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio Castro Caldas visitou, em 22 e 23 de Dezembro, os TO do Kosovo e Bósnia-Herzegovina, onde confraternizou com os militares portugueses destacados na KFOR e na SFOR.

No decurso da visita, além de reuniões com os chefes militares, os militares portugueses participaram numa missa celebrada pelo Vigário-Geral Castrense, D. Januário Torgal Ferreira.

O Ministro da Defesa Nacional encontrou-se, no Kosovo, com o Comandante da KFOR, General Klaus Reinhardt, e com os representantes das comunidades albanesa e sérvia e, na Bósnia-Herzegovina, com o Comandante da SFOR, General Ronald Adams.

Hermes 99

O *Agrupamento Conjunto ALFA* da Brigada Ligeira de Intervenção entra na fase final da preparação para a missão na Bósnia-Herzegovina.

Decorreu, entre os dias 13 e 17 de Dezembro de 1999, na região de Beja e Campo Militar de Mértola, o exercício "**Hermes 99**" da Brigada Ligeira de Intervenção.

Este exercício foi o culminar da preparação do Agrupamento para a missão que vai desempenhar no Teatro de Operações da Bósnia a partir de finais de Janeiro de 2000.

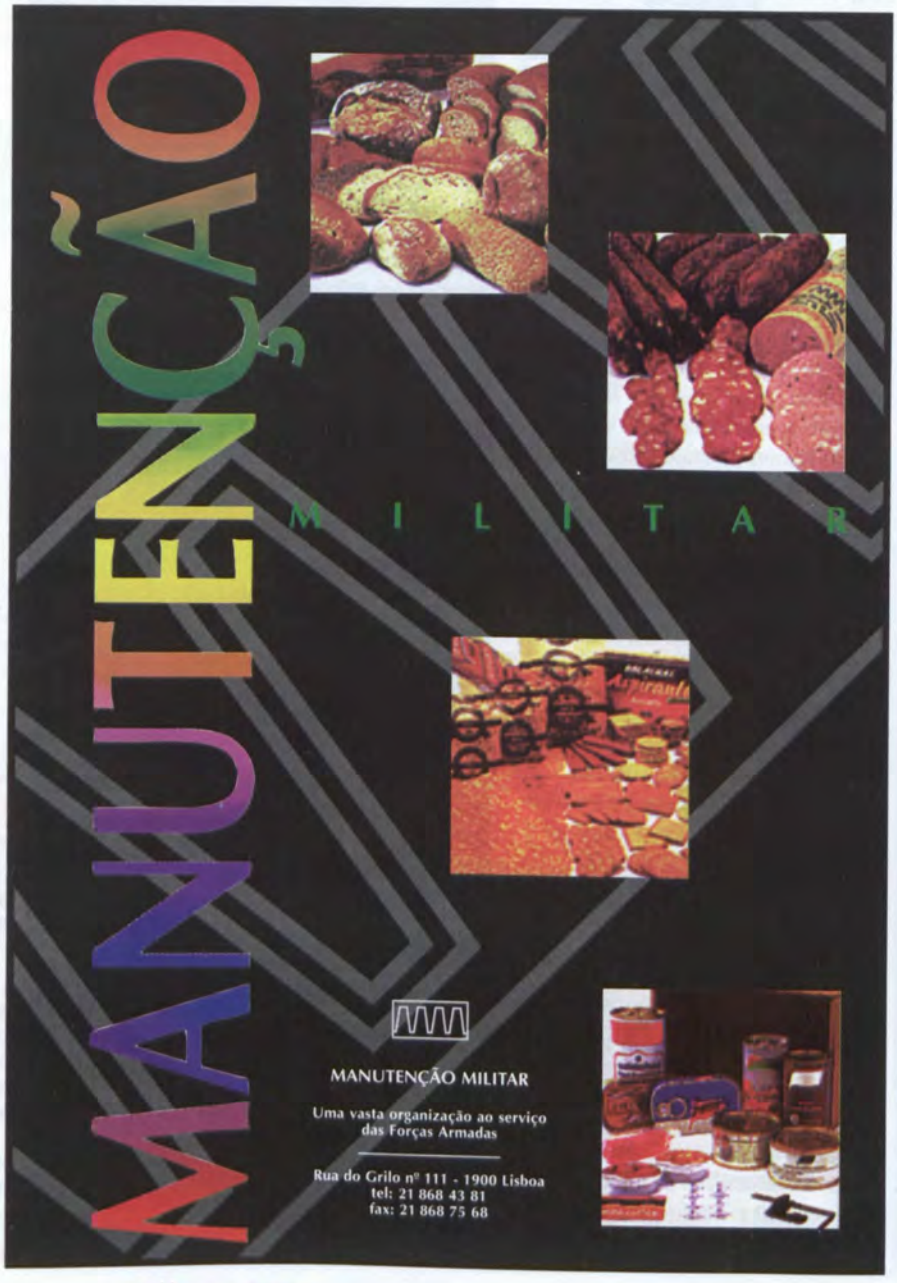
No dia 14 de Dezembro, o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. Júlio Castro Caldas, visitou o Regimento de Infantaria n.º 3, unidade onde está concentrado o Agrupamento, e o Campo Militar de Mértola, onde assistiu a uma exposição sobre a força e a uma das fases do exercício. O MDN foi acompanhado pelo GEMGFA, General Espírito Santo, CEMA, Almirante Vieira Matias, e CEME, General Martins Barrento, e ainda pelo CEM das FALINTIL, Comandante Taur Matan Ruak, o qual aproveitou a oportunidade para se inteirar do modo como Portugal prepara os seus contigentes para as missões de apoio à paz, que decorrem nos Balcãs.

O Agrupamento Conjunto ALFA/BLI é constituído por Comando e Estado-Maior, Destacamento de Ligação, Companhia de Comando e Serviços e duas Companhias de Atiradores, sendo uma pertencente ao Corpo de Fuzileiros da Armada, num total de 323 militares.

No decurso do exercício que contou com a colaboração da Força Aérea, através da esquadra AL III da Base Aérea n.º 11, foram treinadas operações com helicópteros, tendo em vista a futura missão do Agrupamento como Força de Reserva Operacional do Comandante da SFOR (RESOP). Neste exercício a BLI empenhou ainda meios e pessoal do seu QG (Coimbra) e do Regimento de Artilharia 5 (Gaia).

Esta nova missão atribuída ao Agrupamento significa que o "sector português" (Rogatica, Visegrado, Gorazde, Vitkovici, Rudo) será entregue à Divisão Multinacional de comando francês, encerrando, assim, um período de quatro anos consecutivos durante os quais oito batalhões do Exército Português cumpriram a sua missão de modo a receberem os maiores louvores da mais alta hierarquia da Força Multinacional e, reconhecidamente, terem granjeado a confiança das populações sérvias e muçulmanas que habitam a região.

A partir de Fevereiro 2000, o Agrupamento Conjunto terá como "sector" toda a Bósnia-Herzegovina, podendo o Comandante da SFOR utilizar a força portuguesa para cumprir um vasto leque de missões que vão das manobras destinadas a mostrar a determinação da força multinacional, em locais onde a situação político-militar o aconselhe, ao reforço de algum contingente nacional que se esteja a deparar com dificuldades inesperadas, aos necessários reconhecimentos um pouco por todo o TO. A força portuguesa poderá utilizar não só os seus meios auto-orgânicos como uma unidade de aviação (helicópteros) do Exército dos EUA, atribuída a esta missão. **MM**



Novas Instalações para o Comando Superior do Exército*

Os elementos da Organização Superior do Exército, apesar das acções de concentração já efectuadas, encontram-se dispersos por vários prédios militares e civis alugados, em zonas centrais da cidade de Lisboa, com acesso a estacionamento muito difíceis.

Esta situação dificulta e onera o seu funcionamento, multiplicando as necessidades em pessoal, serviços de apoio, transportes e comunicações, que uma maior concentração certamente obviará.

Face a este dispersão, determinou o General Chefe do Estado-Maior do Exército que fosse elaborado o estudo da concentração destes órgãos num só Quartel-General, nos terrenos adjacentes ao antigo Regimento de Comandos, na Amadora, e que as novas instalações sejam um exemplo da imagem de racionalidade, modernidade e funcionalidade que deve caracterizar as infra-estruturas militares do futuro.

Com este propósito, o Exército lançou um concurso de "ideias", ao qual se candidataram dezasseis gabinetes técnicos, e quis reconhecer publicamente o mérito das cinco melhores propostas através de um acto simbólico da entrega de prémios, manifestando também, desta forma, o grande interesse que tem neste empreendimento.

Assim, no Museu Militar de Lisboa, no dia 29 de Novembro do ano findo, em cerimónia presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior, Tenente-General Gonçalves Aranha, foram entregues três prémios e duas menções honrosas às empresas: Gestécnica, Lda; Gabinete Miguel Viseu Coelho, Lda; Atelier José Vaz Pires, Lda, Atelier do Chiado, Lda; e Gitap-SA.

O Estudo Prévio da Concepção Geral das Novas Instalações, com arquitectura da autoria do Prof. Arqº Troufa Real, foi adjudicado à firma vencedora do concurso, Gestécnica, Lda.

A sua concepção procura comprometer ao mínimo a zona de intervenção, com a implantação do complexo utilizando apenas os terrenos militares do concelho da Amadora e contíguos ao Comando de Instrução, quartel onde virá a ser instalada a Unidade de Apoio, com forte ligação funcional às novas instalações, designadamente no que se refere ao alojamento e alimentação de praças, infra-estruturas desportivas, parqueamento e manutenção de viaturas militares, libertando-se, desta fase, os terrenos militares situados no concelho de Sintra.

Neste contexto e tendo em atenção o Plano Director Municipal da Amadora, o acesso principal à zona de intervenção será feito pela via designada Eixo Longitudinal L1, eixo parcial Norte-Sul situado a Poente, através de um nó concebido para o efeito, permitindo a ligação directa a todo o complexo constituído por três sectores individualizados espacialmente e diferenciados respectivamente em: área para as instalações dos órgãos do Comando Superior do Exército; área para alojamento de Oficiais e Sargentos; e área para alimentação e serviços.

Planta Geral

O Sector 1 é constituído por um edifício contínuo e "linear" de três pisos, que comportará o Comando do Exército, Estado-Maior e Chefias das diversas áreas funcionais, de grande impacto pela sua singeleza e pureza de forma, que procura sugerir ou recuperar a imagem de uma antiga muralha ou de um edifício público de grande dignidade (Palácio da Justiça de Lisboa, Cordoaria Nacional, Convento de S.ta Engrácia, Hospital da Marinha, Escola de Comunicação Social (2ª Circular), Centro Cultural de Belém, etc.).

Este edifício só aparentemente sugere percursos longos, pela sua dimensão. Trata-se da aplicação de um conceito de racionalidade de dimensões funcionais e acessibilidades internas, já que contempla relações possíveis entre núcleos autónomos que em determinadas circunstâncias se interligam.

Deste corpo principal (edifício muralha), desenvolvem-se transversalmente corpos mais pequenos (como dedos) destinados aos serviços correspondentes às diferentes áreas (Instrução, Pessoal e Logística). É como se tratasse de uma nave-mãe com os seus apêndices, que poderão constituir blocos de dimensão diferente, dando flexibilidade e até linguagem arquitectónica diversa.

O Sector 2, área para Alojamento e Vestiários de Oficiais e Sargentos, situa-se a sul do parque de estacionamento, em zona recatada.

É constituído por um conjunto de blocos de dois pisos, entre jardins, e nas proximidades do parque de jogos.

O Sector 3, área de Serviços, tem espaços destinados à alimentação em restaurante no sistema *cattering* e *fast food*, banco, correio, barbearia, florista e lojas de conveniência com possibilidade de serem utilizados por civis não pertencentes à organização militar.

Localiza-se próximo da portaria de entrada e será constituído por um edifício de um só piso, com pátios.

Em vez dos arruamentos convencionais e estreitos, optou-se por integrar e diluir as faixas de rodagem em corredores de alamedas mais amplas e representativas, enquadradas por árvores de alinhamento e pelas fachadas dos edifícios, obtendo-se, assim, uma circulação mais fluida, orientada por marcações no pavimento e pela própria lógica do desenho dos espaços exteriores.

Os parques de estacionamento, com capacidade para 2000 viaturas, são pavimentados e arborizados com expressão aparentemente informal, para evitar uma leitura monofuncional associada ao parqueamento.

A solução inclui ainda um heliporto localizado na proximidade do Comando e equipamentos desportivos na área dos serviços, podendo estes ser utilizados também por utentes civis.

Os projectos têm conclusão prevista para o final do ano de 2000 e as obras decorrerão entre 2001 e 2006.

* Texto do GTNICSE (Gabinete Técnico para as Novas Instalações do Comando Superior do Exército).

CASA BUTULLER
– Miguel Butuller, Lda. –
37 – Rua Barros Queirós – 39
1100 LISBOA - Telef. 21 346 93 50
ESPECIALIZADA EM:
Todos os artigos militares para as Forças Armadas e Militarizadas, assim como:
Bonés, Fardas militares e civis, Botões, Cordões, Dragonas, Galões, Divisas, Charlateiras, Camisas, Emblemas, em metal, Bordados, Plásticos e em alumínio anodizado.
Condecorações, Espadas, Cintos e Fiadores. Bandeiras, Estandartes, Galhardetes, Guiões, Varões e Hastes.
Taças, Medalhas e Troféus, etc..
CASA BUTULLER LISBOA

Timor-Leste
Dados sobre a UNTAET

Portugal participa com meios militares dos três ramos das FA, em conjunto com mais 33 países, nas forças militares de Manutenção de Paz a enviar para Timor-Leste no âmbito da UNTAET, para garantia da segurança, estabilidade e condições materiais necessárias à transição para a independência de Timor-Leste.

A participação de Portugal na Força, de acordo com os elementos existentes, terá uma duração prevista de três anos. A participação do Exército é materializada através de um comando de sector, um Batalhão de Infantaria Pára-quedista e elementos para o Comando da UNTAET.

A Força de Manutenção de Paz deverá ser constituída por um efectivo da ordem dos 9000 militares e, genericamente, por um QG, dois Comandos de Brigada e sete Batalhões de Infantaria dos quais um é português (participação portuguesa com um efectivo significativo no quadro do número de países participantes na missão internacional), Unidades de Apoio de Combate, Transportes Aéreos e Terrestres (uma Companhia de transportes terrestres portuguesa – EPAM).

A UNTAET tem como missão manter um ambiente seguro, apoiar/completar o desarmamento e desmilitarização dos grupos armados, garantir a segurança directa do pessoal das Nações Unidas, Organizações Internacionais e equipamento envolvido, apoiar a manutenção da integridade de território e prestar apoio em actividades humanitárias.

Face ao planeamento realizado pelas Nações Unidas relativo ao envio das Forças Portuguesas, devem estar presentes no território, em 7 de Fevereiro do corrente ano, 500 militares. Em 10 de Fevereiro de 2000, o Comando do Sector atribuído a Portugal assume a responsabilidade do mesmo.

Cumprimentos de Natal na ZMM

No passado dia 20 de Dezembro de 1999, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr Alberto João Jardim, acompanhado de todos os Secretários Regionais que compõem o seu Executivo, dirigiu-se ao Palácio de S. Lourenço para retribuir cumprimentos de Natal ao Comandante Operacional e da Zona Militar da Madeira, Major-General Fernando Governo Maia.

Nas declarações que proferiu, o Presidente do Governo Regional agradeceu toda a colaboração que a população da Madeira tem recebido da Instituição Militar e elogiou o empenho que as Forças Armadas colocam na defesa da floresta Laurissilva e da reserva natural da Madeira, recentemente premiadas pela UNESCO, com o estatuto de "Património Mundial".

Em resposta, o Comandante Militar retribuiu os elogios e os votos de Boas Festas afirmando que as Forças Armadas apenas cumprem a sua missão, utilizando os meios de que dispõem, da melhor forma possível.

Campo de Santa Clara 1147-651 Lisboa . Portugal
T.: 21 884 58 00 - F.: 21 887 61 04

Porto: reabertura a 22 de Novembro de 1999

Morada: Rua da Boavista, nº 216, 4050 - 102 Porto
Telefone 22 2004504, Fax 22 2003943

O.G.F.E.
Centro Comercial

Lisboa

Piso 1
Perfumaria
Ourivesaria
Agência de Viagens Halcon

Piso 2
Alfaiataria
Artigos Militares
Livraria Militar
Espaço Soldiers

Piso 3
Gangas
Desporto
Artigos Criança
Brinquedos

Piso 4
Confecção Senhora
Confecção Homem
Lingerie
Camisaria
Sapataria
Marroquinaria

Piso 5
Panos e Atoalhados
Espaço Tapetes Tricana
Rádio Fotocine
Electrodomésticos
Utilidades/Peças Decorativas
Snack bar

Porto
Secções a funcionar já no Natal 99:

Electrodomésticos, TV e Hi-Fi, Cristais, Loiças e Utilidades Diversas, Móveis, Panos e Atoalhados, Informática, Perfumaria, Lingerie, Camisaria, Marroquinaria e Sapataria, Gangas e Desporto, Brinquedos, Livraria de âmbito militar.

Horário de Funcionamento de Natal:
(Lisboa e Porto)

De 22 de Novembro a 24 de Dezembro estamos abertos de 2ª a Domingo das 10h00 às 19h00, inclusive nos feriados de 1 e 8 de Dezembro.

Mensagem do General CEMGFA

Aproxima-se o Natal e o final de 1999.

Assim, através dos Chefes de Estado-Maior, desejo expressar a todos, civis e militares, homens e mulheres, da Marinha, do Exército e da Força Aérea que, servindo as Forças Armadas, serviram abnegadamente Portugal, o meu agrado e gratidão pelo trabalho desenvolvido.

Uma palavra de especial apreço para aqueles que participaram ou participam em missões no exterior do território nacional, pelo elevado espírito de missão, profissionalismo e espírito de cooperação que, sendo reconhecidos pelas chefias das alianças em que Portugal participa ou dos países com os quais se coopera, dão visibilidade e prestígio às Forças Armadas Portuguesas.

Internamente, desejo também realçar o trabalho de todos os que servem nos Comandos e Estados-Maiores, nas Unidades, Órgãos e Estabelecimentos, proporcionando, apesar das dificuldades com que muitas vezes se defrontam, resposta pronta às solicitações feitas, conseguindo manter um sistema de forças com graus de prontidão e de sustentação exigentes, mas necessários para missões que se prolongam no tempo.

Esta é também altura para um balanço, embora breve, do conseguido durante o ano de 1999, no campo operacional e legislativo. No campo operacional, este foi um ano particularmente activo, tendo sido duplicada a participação portuguesa em Missões Internacionais de Apoio à Paz.

Continuamos a participar na SFOR, participamos nas operações "Eagle Eye" e "Allied Force", no Kosovo, e passamos a contribuir para a operação "Joint Guardian", também a decorrer naquele território.

Além destas missões internacionais, no âmbito do cumprimento de compromissos assumidos pelo Estado Português, continuamos a cooperação com os países de Língua Oficial Portuguesa, respondendo às solicitações do Governo e de acordo com interesses nacionais próprios. Neste campo, destaca-se o apoio aos esforços diplomáticos portugueses para a resolução da crise governamental na Guiné-Bissau. Acrescem a estas, todas as acções e operações em apoio de outras estruturas do Estado, interna e externamente, na busca e salvamento, apoio a catástrofes, melhoramento das condições de vida das populações que, por se efectuarem dia-a-dia, ao longo do tempo tendem tantas vezes a cair no esquecimento daqueles que não sentiram os seus efeitos directos.

No campo legislativo foram publicados diplomas de alto interesse para a Instituição Militar, nomeadamente o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, um ajustamento ao Sistema Retributivo das Forças Armadas e a Lei do Serviço Militar. Com o primeiro, concluiu-se um ciclo de quase uma ano de preparação, tendo-se conseguido garantir expectativas dignas de fim de carreira bem como o reequacionamento das próprias carreiras; o segundo daqueles diplomas constitui o primeiro passo para uma efectiva revalorização das carreiras militares. De salientar que a aprovação destes diplomas só foi possível com a participação activa e empenhada de todos os Ramos. O último, embora ainda em fase de regulamentação, vai fazer repensar a participação de todos na Instituição Militar.

Sabe-se que do conseguido nem tudo correspondeu às expectativas inicialmente previstas. Por isso, é minha intenção prosseguir esforços, em consonância com as chefias militares, conhecedoras das necessidades, e diálogo com a decisão política, conhecedora das limitações, para o contínuo melhoramento das condições de todo o pessoal que serve tão dedicadamente as Forças Armadas Portuguesas e merece o respeito de todos os Portugueses. A forma de dignificar a condição militar terá de ser encontrada no processo democrático que é, portanto, com espírito de trabalho continuado que encaro o ano de 2000, na certeza do apoio de todos, por forma a conseguirmos um Sistema de Forças Nacional Permanente credível e eficiente, permitindo a Portugal respeitar os seus compromissos internacionais e continuando, internamente, a apoiar os que dele necessitam no campo do interesse público.

É com este sentimento de esperança no futuro e com louvor e gratidão pelo trabalho desenvolvido que desejo Boas Festas a toda a Família Militar, Civis e Militares, no activo, na reserva e na reforma, com um sentimento especial de solidariedade e camaradagem para com aqueles que se incapacitaram ao serviço da Pátria e no cumprimento de obrigações militares.

JE

40 anos depois

A equipa actual

Director

Chefe da Redacção

Secretária da Direcção

Redactor

Redactor

Documentação

Bibliotecário

Operadora Informática

Orientação Gráfica

Operador Informático

Revisor

Chefe dos Serviços Administrativos

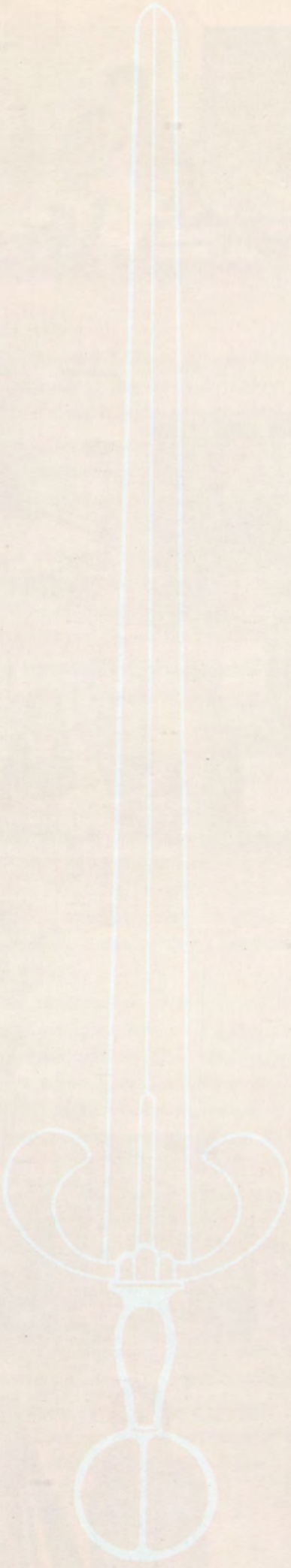
Assistente Administrativa

Expedição

Expedição

Chefe da Secretaria

Condutor



ISSN 0871-8598
00481 >
9 770871 859809

Ano XLI - Nº 482 - Fevereiro de 2000

315$ (IVA incluído)

jornal do Exército

ÓRGÃO DE CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Instituto de Odivelas Um Século a Ensinar

efeméride

Acabou a "Traulitânia"

Derrotada a Monarquia do Norte

13 de Fevereiro de 1919

Foto: Arquivo *JE*

Em 19 Janeiro de 1919, o capitão Paiva Couceiro restaurava a monarquia. A bandeira azul e branca era hasteada no Monte Pedral, na Torre dos Clérigos, na Bolsa, nos principais edifícios. Tocou-se o Hino da Carta e aclamou-se o rei D. Manuel II.

Numa sala da Junta Geral do Distrito tomou posse a Junta Governativa do Reino, sob a presidência de Paiva Couceiro.

A "Monarquia do Norte" foi reconhecida em Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu e Lamego. Chaves não aderiu.

Aquele movimento vinha sendo preparado desde há algum tempo por Paiva Couceiro, Faria Machado, Martinho Cerqueira, Costa Alemão, D. Luis Alcáçovas, entre outros.

Três dias depois, Aires d'Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel II e comandante das forças monárquicas de Monsanto, enviava o seguinte radiograma para a Junta do Porto:

Monsanto, 10 horas e 55 minutos. Situação óptima. Bandeira azul e branca acaba de ser içada em todos os quartéis. Temos 30 bocas de fogo e três batalhões de infantaria, toda a cavalaria, muita polícia e inúmeros civis. As adesões continuam.

Viva a Monarquia!

Não duraria muito a chamada "Revolta de Monsanto". No dia 24 de Janeiro, as forças governamentais armadas atacaram a serra, forçando os monárquicos a renderem-se.

Salvava-se a República na Capital e no Porto preparava-se o seu restabelecimento.

Contra-revolução

Às 11 da manhã do dia **13 de Fevereiro de 1919,** o capitão Sarmento Pimentel dirigiu uma operação militar que pôs fim à "Monarquia do Norte". O Quartel-General e o Governo Civil foram ocupados e a Junta do Reino dissolvida.

Foto: Arquivo *JE*

Os apoiantes da reimplantação da monarquia no norte, conhecidos como traulitteiros por andarem armados, espalhando o medo e o desassossego, eram derrotados pela contra-revolução republicana e o seu domínio, a "Traulitânia", eliminado. A "Monarquia do Norte" foi efémera. Não durou um mês.

O esmagamento da tentativa de restauração da monarquia em muito se deve ao papel desempenhado pelos populares. Tanto em Lisboa como no norte do País responderam ao apelo do Governo formando corpos de voluntários que auxiliaram decisivamente o Exército, fiel à República, no combate aos revoltosos. *JE*

M.M.

dias festivos

Fevereiro

7 – Presídio Militar de Santarém
7 – Regimento de Lanceiros nº 2
16 – Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
18 – Escola de Serviço de Saúde Militar
21 – Centro de Finanças/ZMA
21 – Centro de Finanças Geral

Março

1 – Direcção de Administração do Serviço de Pessoal
3 – Colégio Militar
7 – Centro de Recrutamento do Funchal
8 – Hospital Militar Regional nº 4
8 – Direcção do Serviço de Saúde
8 – Centro de Finanças da Logística
13 – Regimento de Cavalaria nº 4
19 – Direcção de Documentação e História Militar
19 – Hospital Militar Regional nº 2
19 – Oficinas Gerais de Material de Engenharia
19 – Regimento de Infantaria nº 14
20 – Estado-Maior do Exército
21 – Batalhão de Serviço de Material
21 – Museu Militar do Porto
24 – Arma de Transmissões
24 – Escola Prática de Transmissões
25 – Regimento de Infantaria nº 19
31 – Batalhão de Informações e Segurança Militar

jornal do Exército

sumário

Ano XLI - Nº 482 - Fevereiro de 2000

As Forças Armadas e a Transferência de Poderes de MACAU 11

CTM do Exército com Angola 12

Cooperative Determination 99 14

Brava - A Última Ilha de Cabo Verde no Périplo Topográfico do IGeoE 18

Rússia Endurece Doutrina de Defesa 22

Instituto de Odivelas 100 Anos ao Serviço da Educação 26

Infante Dom Pedro Patrono da Brigada Ligeira de Intervenção 30

Exército Recupera Património 34

HMR 2 Trata Crianças Vítimas da Guerra em Angola 39

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94 1170-165 LISBOA
Telef 21 887 03 55 — Fax 21 888 44 57
INTERNET: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
DIRECTOR
Coronel Tirocinado
Manuel Rio Carvalho

REDACÇÃO
CHEFE
Major F. Marques Fernando
REDACTORES
Capitão António M. S. Ribeiro
Mauro Matias
ORIENTAÇÃO GRÁFICA
Inês Galvão
REVISÃO
Sargento-Ajudante Ventura Cunha
OPERADORES INFORMÁTICOS
Sargento-Ajudante Ceita da Silva
Assistente Administrativa Principal Elisa Pio
Assistente Administrativa Guiomar Brito
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Capitão Joaquim Santos
BIBLIOTECA
Capitão Alberto Braz

SERVIÇO ADMINISTRATIVO
CHEFE
Major Moura Duarte

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Centro de Audiovisuais do Exército

EXECUÇÃO GRÁFICA
EUROPRESS
Editores e Distribuidores, Lda
Praceta da República, Loja A-1
2675-183 Póvoa de Santo Adrião

TIRAGEM
6 000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL
Nº 1465/82
ISSN 0871/8598

TABELA DE PREÇOS PARA 2000

PREÇO DE CAPA ..... 315$00

ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE
— Portugal Cont. Madeira e Açores ..... 3 100$00
— Países europeus ..... 6 200$00
— Restantes Países ..... 6 600$00

VIA AÉREA
— Macau ..... 7 850$00
— Países europeus ..... 7 500$00
— Restantes Países ..... 11 000$00

NÚMEROS ATRASADOS
— 1960 a 1969 ..... 720$00 — 1970 a 1979 ..... 670$00
— 1980 a 1989 ..... 520$00 — 1990 a 1995 ..... 450$00

Os preços para Portugal Continental, Madeira e Açores incluem IVA à taxa de 5%

NOTA: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente

ENCADERNAÇÕES
Preço da Encadenação do *JE* do ano de 1998 ... 3 510$00 (C/IVA incluído)

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais:

1000/2000	3000/4000	5000/8000	Açores	Madeira
610$00	750$00	880$00	2.155$00	1.770$00

2 — Efeméride
4 — Língua Portuguesa
5 — Editorial
6 — Figuras e Factos
37 — Uniformes Militares
38 — Livros
42 — Monumentos de Evocação Militar
45 — Legislação
46 — Modelismo
47 — Jogos de Guerra
48 — Desporto

● Língua portuguesa

"Ler Jornais é saber mais". Mas nem sempre!

Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Está provado que ler jornais é um hábito que incute nos leitores o conhecimento de tudo que lhes pode ser útil e de interesse, mas também, por vezes, isento de qualquer valor ou agrado. E se os responsáveis pelo que, em letra de forma, colocam perante os olhos dos leitores, não tiverem o mínimo cuidado para que seja apresentado um texto isento de erros gramaticais, livre de vocábulos espúrios e de estrangeirismos desnecessários, então podemos dizer que "ler jornais é saber menos". Vem esta lengalenga a propósito do que se pode encontrar de errado em órgãos de comunicação social.

"Concerteza"

Numa entrevista a conhecida actriz do teatro, do cinema e da televisão, publicada num suplemento de importante diário de referência, verificámos que duas perguntas feitas à entrevistada obtiveram as seguintes respostas: "Há **concerteza**, mas também não vou dizer mais (...)". "Ela achava que eu me levantava **concerteza** já com uma boquilha e um robe (...)". Ora, o correcto é **com certeza**. Se assim não fosse, teríamos também **acerteza**, **decerteza**, etc. O artigo incluía, ainda, dez estrangeirismos, sem aspas ou em itálico, como se fossem vernáculos, e também os erros seguintes: côr de rosa, hoteis, expôr, impôr, polos, higiéne, à posteriori, à priori, em vez de: cor-de-rosa, hóteis. expor, impor, pólos, higiene, *a posteriori*, *a priori*. Assim, os leitores não aprendem, só desaprendem.

Constatar

Este "neologismo" com quase 60 anos, surgiu nos anos 40, ainda andávamos no liceu. Aportuguesamento brasileiro do galicismo "constater" não teve boa aceitação quando apareceu em Portugal. O filólogo Prof. Vasco Botelho do Amaral, no programa radiofónico "Palestras da Língua Portuguesa", chamou-lhe "galicismo grosseiro e inútil". Os dicionaristas não o quiseram registar nos seus dicionários, o mesmo sucedendo ao "companheiro", o pretenso substantivo "constatação". O termo **constatar** lá conseguiu um lugar no dicionário, mas acompanhado de uma advertência: "Galicismo escusável que pode ser substituído por: (...)". Mais tarde foi esquecido.

Recentemente, talvez porque a juventude, e não só, julgou tratar-se de um neologismo, o verbo **constatar** aparece pela mão de intelectuais, jornalistas, articulistas, cronistas, etc., e leitores, como que enleados pela "novidade", num lamentável uso repetitivo.

A linguísta Dra Edite Estrela colaborou no livro "Falar Melhor, Escrever Melhor", da Editora Selecções do *Reader's Digest*. No capítulo "Dificuldades da Língua Portuguesa", a propósito do verbo **constatar**, escreveu: "É considerado "galicismo grosseiro". Apesar da abundância de sinónimos vernáculos - *verificar*, *comprovar*, *documentar*, *autenticar*, *certificar*, *ver*, *concluir*, ap*reciar*, *provar*, *acentuar*, *avaliar*, *atentar*, *averiguar*, *testemunhar*, etc. - o termo ganhou raízes e tende a impor-se até no discurso científico".

Recentemente, a mesma ilustre senhora, agora autarca, "confirmou" o que dissemos acima, quando apareceu publicada, no *Diário de Notícias*, de 4 de Agosto passado, uma carta dirigida ao jornalista Vicente Jorge Silva, da qual extraímos, com a devida vénia, as seguintes passagens: "Quando pensei escrever-lhe esta carta ainda não tinha lido a sua crónica (...). É que, face ao teor das diversas notícias (...), a propósito da referida conferência, relacionada com o comício do PSD da Madeira, **constatei** que (...)". Mera distracção, claro!

Impacte e Impacto

Em carta enviada ao *Jornal do Exército*, um leitor, médico, insurge-se de forma inditosa contra o facto de usarmos o vocábulo "impacte", dando como exemplo a frase "estudos de impacte ambiental", referindo desconhecer se "resulta de má tradução do inglês ou de defeito de dicção (...)". "A forma "impacte", embora se utilize com ares de (pseudo) erudição, é um erro crasso (...)". Considera, ainda, que "traduz uma clara degradação da linguagem porque não corresponde a um neologismo necessário, ou sequer útil (...)".

Para provarmos que não tem razão no que afirma, vamos dar um esclarecimento, sem qualquer espírito professoral, que terminará com extractos de dois conhecidos dicionários.

O vocábulo *impacte* apenas tem ligação com o inglês, dada a sua origem no latim. Não é defeito de dicção, nem foi usado com "ares de pseudoerudição". Não é neologismo, nem poderia ser. Não é, portanto, um erro crasso. Os dois vocábulos citados "nasceram" do mesmo termo latino: *impactu*. O resto não passa de evolução linguística.

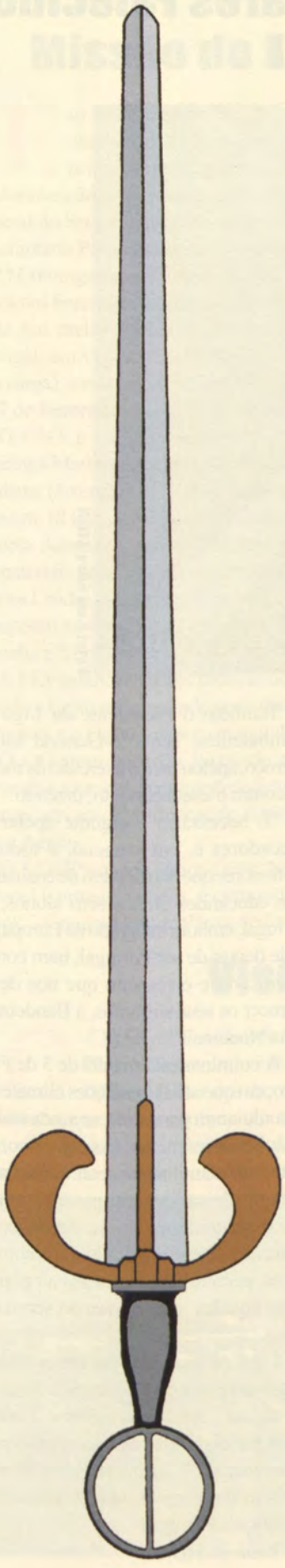
Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora) "**Impacte**, *s.m.* o mesmo que *impacto*.

Dicionário Universal da Língua Portuguesa (Texto Editora) "**Impacto** (Lat. *impactu*), *adj.* metido à força; impelido ou chocado contra: *s.m.* choque; colisão; embate de dois ou mais corpos, abalo psicológico ou moral causado por um acontecimento; impressão profunda."

Assim, a frase criticada poderia escrever-se, entre outras, da maneira seguinte: "Impacte, impacto, ou abalo psicológico ambiental ou do ambiente". E vice-versa.

Máfia e mafioso

"Mafia", nome dado a uma sociedade secreta fundada em Itália, no séc. XIX, deu origem ao neologismo "máfia" (conforme a pronúncia italiana), com sentido algo diferente. Alguns meios de comunicação social teimam em escrever o termo em italiano, o que é um erro, dado que existe o substantivo "mafioso" (indivíduo sem escrúpulos). Estes vocábulos já estão dicionarizados.



TIMOR (II)

As Forças Portuguesas participantes na UNTAET (Administração de Transição das Nações Unidas para Timor-Leste) assumiram já a responsabilidade do seu Sector em Timor. São cerca de 1000 militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea que a cerca de 17000 Km das suas bases irão, no âmbito daquela Força Internacional, contribuir para a garantia da segurança, estabilidade e condições materiais necessárias à transição para a Independência de Timor-Leste.

É, pois, uma operação de apreciável envergadura e dilação no tempo (três anos), cuja sustentação Logística e em Pessoal apresenta dificuldades de monta, quer pela distância a que irão operar das suas bases, quer pelo apreciável volume percentual empenhado em relação aos efectivos actuais dos ramos das Forças Armadas.

Tratando-se de uma decisão política apoiada, aliás, pela generalidade da opinião pública, nem por isso deixa de evidenciar, mais uma vez, a necessidade da adequação dos meios disponíveis às missões desejáveis e torna mais premente, sem sombra de dúvida, a obrigatoriedade de conseguir, em tempo cada vez mais reduzido, os efectivos qualificados e os meios materiais modernos e adequados sem os quais todo o esforço, determinação e espírito de sacrifício dos Militares será improficuo.

As verbas atribuídas à Defesa no próximo Orçamento do Estado serão, certamente, esclarecedoras do caminho trilhado.

R.C.

Cerimónia de Homenagem aos Militares Falecidos ao Serviço de Portugal

Foto: Luís Silva MDN

"Tudo o que é grande expõe-se à tempestade"

Platão

O dia 5 de Fevereiro do ano 2000 ficará certamente presente no imaginário de todos os que tiveram o privilégio de assistir à Cerimónia de Homenagem aos militares falecidos ao serviço de Portugal.

A cerimónia, cujo universo temporal se referiu ao espaço compreendido entre 1958 e 1975, era uma velha aspiração da Liga dos Combatentes, que viria a encontrar no ex-Ministro da Defesa, Prof. Veiga Simão, a receptividade necessária para a prossecução deste verdadeiro imperativo de consciência nacional.

O forte do Bom Sucesso, sobranceiro a um Tejo simbolicamente associado às inúmeras demandas dos Portugueses, acolheu generosamente, nas suas vetuscas paredes, os nomes dos nove mil cento e noventa e seis militares que, ao serviço de Portugal, tombaram com a generosidade que só os heróis podem e sabem ter.

Mas foi só no início do Milénio, que esta Cerimónia acabou por ser possível, graças desde logo ao apoio forte e empenhado das Forças Armadas, do Ministro da Defesa, Dr. Júlio Castro Caldas e do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Dr. Jorge Sampaio.

O Presidente da República que foi saudado à chegada por uma companhia de cadetes dos três ramos das Forças Armadas, percorreu depois, acompanhado pelo Ministro da Defesa, o imenso mural onde estão inscritos os quase dez milhares de nomes dos que, nos vários Teatros de Guerra, caíram ao serviço de Portugal. Foi depois descerrada pelo Presidente da República uma lápide comemorativa desta Cerimónia, plena de significado.

Na sua alocução, o Dr. Jorge Sampaio, perante as autoridades civis, militares e religiosas, salientou a necessidade de se ultrapassar o contraditório de sentimentos que a Guerra em África sempre provoca, cumprindo a obrigação que é a de prestar homenagem a todos os Portugueses que souberam servir o seu País. Disse então o Presidente da República: "Só é possível estimular os portugueses a saber servir Portugal, se todos soubermos devidamente homenagear aqueles que o serviram e por ele morreram.

Apelo por isso a, aos portugueses para que saibam servir e amar o seu país e aos poderes públicos para que saibam sempre elevar-se acima das polémicas e homenagear devidamente aqueles que o serviram".

Também o Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Morais Barroco, apelou para o exercício da memória contra o esquecimento, dizendo:

"É necessário e urgente apelar aos educadores e, em especial, a todos os professores que não deixem de ensinar aos seus educandos ou aos seus alunos, que Portugal, embora integrado na Europa, não pode deixar de ser Portugal, bem como o significado e o respeito que nos devem merecer os seus símbolos, a Bandeira e o Hino Nacionais".

A culminar esta manhã de 5 de Fevereiro, em que até as condições climatéricas se conluiaram para aquecer ainda mais os corações de inúmeras pessoas, ex-combatentes, seus familiares e gente anónima que não quis deixar de estar presente, o mais alto magistrado da Nação depôs, com o toque de silêncio em fundo, uma coroa de flores, perante o Monumento alegórico a todos aqueles que caíram ao serviço do País.

Com os aparelhos da Força Aérea a rasgar os céus, e com a presença dos meios navais no Tejo, a enquadrar o Forte do Bom Sucesso, viveram-se então longos momentos de emoção, sentindo-se também que, como disse o Poeta, se estava a "cumprir Portugal".

Texto do MDN

Timor-Leste
Missão do Exército Português na UNTAET- PKF

Em 9 de Fevereiro, pelas 09h57, hora de Díli, chegaram ao aeroporto da capital timorense os primeiros militares do Exército integrados na Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas: Comando e Quartel-General do Sector Central do dispositivo da PKF e 1.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista da Brigada Aerotransportada.

O Contingente Nacional para Timor integra militares dos três ramos das Forças Armadas e começou a ser deslocado para Timor-Leste em meios aéreos fretados pelas Nações Unidas e por Portugal, em vagas sucessivas, desde 30 de Janeiro (Aeronave com carga), tendo sido o primeiro transporte de pessoal efectuado em 7 de Fevereiro e o segundo passadas 24 horas.

O CNT é constituído por Comando do Sector Central (Exército-Marinha-Força Aérea), 1.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (Exército-Marinha), Destacamento de Helicópteros *Allouette* III (Força Aérea), Destacamento de C-130- em Darwin - (Força Aérea) e Fragata " Hermenegildo Capelo"[2] (Marinha). Os materiais pesados serão transportados em navio fretado pelas Nações Unidas, com chegada prevista a Timor no início de Março. Compõem-no 971 militares, sendo 579 do Exército, 340 da Marinha e 52 da Força Aérea.

A PKF estabeleceu três sectores no território de Timor-Leste, ficando o Leste sob comando australiano, o Central sob comando português e o Oeste sob comando tailandês.

O QG português foi instalado em Díli e assumiu o seu comando o Coronel pára-quedista Eduardo Lima Pinto, às ordens do qual servem 12 militares do Exército, 5 da Marinha e 5 da Força Aérea.

O 1.º BIPara, em Timor-Leste, sob o comando do Tenente-Coronel Cordeiro Simões, é composto por Comando e Estado-Maior, 2 Companhias de Pára-quedistas, 1 Companhia de Fuzileiros Navais (integrada do 1º BIPara desde a fase do aprontamento no RI 15 em Tomar), 1 Companhia de Comando e Serviços e 1 Companhia do Exército do Quénia, a qual já se encontrava em Timor ao serviço da INTERFET[3].

Foto: Luis Chaves

A 14 de Fevereiro, deu-se a transferência de autoridade da INTERFET para o Sector Central esperando-se, assim, que gradualmente os militares portugueses comecem a ocupar posições não só em Díli como em Liquiçá, Ermera e Manufahi, entre outras localidades.

A missão atribuída ao 1.º BIPara inclui a execução de operações destinadas a criar condições de segurança, não só através de patrulhamentos como de presença militar permanente, cooperar com as Organizações Não-Governamentais a operar no sector e fornecer apoio humanitário.

[1] Peace Keeping Force da United Nations Transitory Administration East Timor.
[2] Em substituição da "Vasco da Gama" que integrou a INTERFET.
[3] International Force East Timor.

Visita do General CEME à ZMA

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Martins Barrento, efectuou uma visita de trabalho à Zona Militar dos Açores, no período de 25 a 27 de Janeiro, que teve por objectivo o contacto e a observação "in loco" do estado de prontidão das unidades do Exército, em especial da sua componente operacional.

Foto: QG/ZMA

Esta visita iniciou-se pela ilha Terceira, com a visita ao Regimento de Guarnição nº 1, onde o CEME foi recebido pelo Major-General Garcia Lopes, comandante da ZMA, e apresentou cumprimentos ao Bispo de Angra e ilhas dos Açores; no dia seguinte, a comitiva deslocou-se, em meio aéreo da FAP, à ilha do Faial, onde o General CEME apresentou cumprimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional e visitou o Destacamento do Faial/RG1. Na tarde desse dia, efectuou-se o deslocamento para S. Miguel. Nesta ilha, o General Comandante do Exército apresentou os cumprimentos protocolares aos Ministro da República, Presidente do Governo Regional e Vice-Almirante Comandante Operacional dos Açores.

No dia 27, o General CEME visitou o Comando e Quartel-General da ZMA e o Regimento de Guarnição nº 2, tendo oportunidade de contactar com o Pelotão de Atiradores da ZMA que vai integrar as forças no 2ºBIMec, na Bósnia, a partir do 2º semestre deste ano.

No final da visita, o General CEME agradeceu formalmente a organização da mesma, afirmando ter colhido uma excelente impressão da forma de servir das Unidades e do pessoal do Exército nos Açores.

Comandante Supremo da Junta Militar da Guiné-Bissau Visitou o CIOE

Em 23 de Outubro, visitou o Centro de Instrução de Operações Especiais o Brigadeiro Ansumane Mané, Comandante Supremo da Junta Militar da Guiné-Bissau, que se fez acompanhar pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chefes dos Estados-Maiores da Armada, Exército, Força Aérea e Guarda Fiscal, pelo Adido de Defesa e pelo Secretário de Estado do Tesouro, da Guiné-Bissau.

Foto: CIOE

O visitante e sua comitiva foram recebidos e acompanhados pelo Comandante do CIOE, Coronel Feijó de Andrade Gomes, participaram na cerimónia de Homenagem aos Mortos e dirigiram-se depois ao Salão Nobre, onde lhes foram apresentados cumprimentos e assinaram o Livro de Honra da Unidade. Seguidamente foi apresentado um *briefing* sobre o CIOE, no Salão de Conferências, findo o qual foi efectuada uma visita ao Quartel de Santa Cruz. Terminada esta, deslocaram-se para a Messe de Oficiais, onde foi servido o almoço, após o que regressaram a Lisboa.

O Brigadeiro Ansumane Mané deixou exarada, no Livro de Honra, esta mensagem: «Com grande apreço pela disponibilidade em reforçar os laços de amizade e cooperação técnico-militar entre as Forças Armadas de Portugal e Guiné-Bissau».

Tomada de Posse do 2º Comandante da ZMA

O Coronel Inf Pára-quedista Manuel da Ascensão Tavares tomou posse, em 17 de Novembro, das funções de 2º Comandante da Zona Militar dos Açores, a qual lhe foi conferida pelo Major-General Comandante da ZMA, num acto a que presidiu, no seu Gabinete, na presença dos Comandantes das Unidades e Chefes dos Órgãos daquela Zona Militar.

O novo 2º Comandante da ZMA foi promovido ao actual posto em 5 de Dezembro de 1996 e possui, além da licenciatura em Gestão de Empresas, vários cursos de índole militar de que se destacam , entre outros, os de Infantaria da Academia Militar, Pára-quedismo, Instrutor e Monitor de Pára-quedismo, Transmissões das Armas e Aperfeiçoamento de Guerra Electrónica. Da sua folha de matrícula constam oito louvores e diversas condecorações individuais e colectivas, nacionais e estrangeiras.

Ao longo da sua carreira, o Coronel Tavares prestou serviço em várias Unidades da organização pára-quedista e,

Foto: ZMA

a partir de Janeiro de 1994, quando os pára-quedistas foram integrados no Exército, desempenhou as funções de 2º Comandante da AMSJ, Comandante do RI15 e Inspector do GML. Cumpriu ainda duas comissões de serviço no ex-ultramar português, em Moçambique e Angola.

Em Évora, Seminário "Profissões e Profissionais"

Destinado aos alunos do 9º ano, altura em que estes têm de fazer escolhas e tomar decisões para definir o percurso escolar, realizou-se, em 25 de Novembro, na Escola 2,3 André de Resende, de Évora, um Seminário subordinado ao tema "Profissões e Profissionais".

A convite do Presidente do Conselho Executivo daquela escola, uma delegação de dois oficiais, um sargento e um praça do Centro de Recrutamento de Évora participou no referido Seminário, onde efectuou uma palestra para cerca de 120 alunos, visando a materialização do tema "Regime de Voluntariado e de Contrato". Na ocasião foram exibidos dois filmes e um conjunto de diapositivos produzidos no Centro de Audiovisuais do Exército.

Os alunos mostraram grande interesse e fizeram algumas perguntas sobre as actividades do Exército.

Foto: CREvora

Promoções a Tenente-General e a Major-General

O Conselho Superior de Defesa Nacional, na sua reunião de 19 de Janeiro do ano corrente, confirmou as promoções a Tenente-General do Major-General Cipriano Sousa Fernandes Alves e a Major-General dos Coronéis Tirocinados Armando de Almeida Martins, Carlos Manuel Costa Lopes Camilo e Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar.

Cooperação Técnico-Militar em Angola e S. Tomé e Príncipe

O projecto de Apoio à Organização e Funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar (ISEM) das ***Forças Armadas Angolanas*** que se desenvolve desde 1995 no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, realizou, no decurso do ano transacto, vários cursos orientados essencialmente para as matérias de Táctica.

Assim, o ISEM teve a seu cargo a realização do 9º Curso de Comando e Direcção (Actualização) que, frequentado por 14 oficiais generais e superiores das FAA e da Polícia de Angola, viria a ser interrompido por decisão das FAA, não sem que antes tivesse havido oportunidade de promover instruções de vária índole.

Em Janeiro do ano a que nos referimos, iniciou-se o 1º Curso de Comando e Estado-Maior, frequentado por 29 oficiais superiores das FAA e da Polícia de Angola, que durou um ano lectivo e foi seguido de seis meses de estágio em funções de Estado-Maior. Entretanto, na sequência do 9º CCDA, iniciaram-se dois novos cursos com a finalidade de qualificar oficiais em funções de comando e estado-maior nos escalões Batalhão e Brigada. Por tal motivo, em finais de Maio, iniciou-se o Curso de Comando e Estado-Maior de Batalhão com 54 oficiais do Exército, destinados ao desempenho das respectivas funções a nível de Batalhão e, em Novembro, o Curso de Comando e Estado-Maior de Brigada (Actualização), com 10 oficiais do Exército, para constituição de postos de comando de Brigada.

No final houve, na primeira quinzena de Dezembro, um exercício sob a forma de Postos de Comando, em que se procurou aplicar os conhecimentos adquiridos na resolução de situações tácticas de ofensiva, praticar as acções de Comando e Estado-Maior, no âmbito das operações ofensivas, nos escalões Brigada e Batalhão/Agrupamento e efectuar a conduta de um Exercício CPX/MAPEX.

Já no que concerne a ***S. Tomé e Príncipe***, que, militarmente, possui Exército e Guarda Costeira, é neste âmbito que se desenvolvem com Portugal alguns projectos de cooperação técnico-militar, tais como os de Apoio à Organização da Guarda Costeira, Apoio na Área da Engenharia Militar e o subprojecto para Reestruturação do Centro de Instrução Militar (CIM). Foi neste último, à responsabilidade da Escola Prática de Infantaria, que, no ano transacto, foram levadas a cabo acções de assessoria nos Cursos de Formação de Sargentos, de Formação de Praças, Estágio de Dactilografia, Promoção a Cabo e Funcionamento da Secretaria do CIM, bem como fornecimento de diverso fardamento e material necessário aos cursos e outro material necessário ao funcionamento do CIM.

Para o efeito, a EPI destacou o Capitão Inf Silva Fernandes, Tenente Inf Gaspar da Costa, Sargento-Ajudante Inf Luís Margaça e 1º Sargento Inf Janelas Ferreira que, constituídos em Unidade Móvel de Instrução (UMI), cumpriram as acções referidas que se traduziram na realização de um Curso de Formação de Sargentos, outro de Formação de Praças e ainda um Curso de Promoção a Cabo. Do primeiro, com a duração de 12 semanas (de 20 de Abril a 9 de Julho de 1999), resultaram 24 novos Furriéis para o Exército Santomense; do segundo, 261 mancebos incorporados, após seis semanas de instrução levada a efeito por instrutores santomenses, terminaram, na sua totalidade, o curso com aproveitamento e Juraram Bandeira numa cerimónia bastante participada não só por familiares mas também por altas entidades do Estado Santomense e ainda de países amigos, cerimónia que, aliás, decorreu durante os festejos do 24º Aniversário das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.

A missão da UMI só foi concluída com a realização do Curso de Promoção a Cabo e do Estágio de Dactilografia, que terminaram em 24 de Setembro com o descerramento da Placa Alusiva à Cooperação Militar de 1999.

Agrupamento Conjunto Alfa/BLI Parte para a Bósnia

Teve lugar, no passado dia 28 de Dezembro, no Regimento de Infantaria nº 3, em Beja, a cerimónia de entrega do Estandarte Nacional ao Agrupamento Conjunto Alfa da Brigada Ligeira de Intervenção.

Esta unidade é composta por Comando e Companhia de Comando e Serviços, uma Companhia de Atiradores do Exército e uma Companhia do Corpo de Fuzileiros da Armada, com um efectivo total de 322 militares.

Foto: RI 13

O Agrupamento Alfa/BLI vai ficar instalado em Rogatica e Vitkovici, numa primeira fase que se prevê terminada em Fevereiro e, no final deste mês, início de Março, será deslocado para Visoko (25Km a Noroeste de Sarajevo), onde iniciará uma nova missão.

A força portuguesa passará a constituir a componente terrestre da Reserva Operacional do Comandante da SFOR e, assim, actuar, quando necessário, em toda a Bósnia-Herzegovina.

Exercício "Hermes 2000"

Decorreu, de 5 a 15 de Janeiro, na região das serras da Falperra e Padrela, o exercício "Hermes 2000" da Brigada Ligeira de Intervenção, o qual constitui o culminar da preparação do Agrupamento *Charlie*/BLI, para integrar a missão KFOR (Kosovo).

O Agrupamento *Charlie*/BLI é contituído por subunidades de Infantaria e Cavalaria, com militares oriundos na sua maioria do Regimento de Infantaria nº 13 e do Regimento de Cavalaria nº 6, concentrados em Vila Real a partir de Outubro de 1999.

Foto: BLI

Neste exercício participaram outras forças da BLI, nomeadamente elementos do seu Comando e Estado-Maior, do Regimento de Artilharia nº 5 e da Escola Prática de Transmissões.

Em 11 de Janeiro, o General CEME visitou a área do exercício e assistiu a parte dos incidentes "injectados", os quais foram planeados com base na experiência obtida da unidade que actualmente se encontra no TO.

O Agrupamento *Charlie*/BLI deslocou-se para o Kosovo entre 22 de Janeiro e 14 de Fevereiro, indo ocupar as posições do Agrupamento Bravo/BAI em Klina, no sector da Brigada Multinacional Oeste da KFOR.

Dia da Escola Prática e da Arma de Artilharia

Presididas pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio de Castro Caldas, decorreram, em 4 de Dezembro, em Vendas Novas, as cerimónias comemorativas do aniversário da Arma e da Escola Prática de Artilharia.

As cerimónias, além de outras entidades civis e militares, contaram com a presença do CEMGFA, General Espírito Santo e do CEME, General Martins Barrento; General Loureiro dos Santos, Tenente-General Garcia Leandro, Director Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Martins Cavaleiro, Comandante da Região Militar do Sul, Tenente-General Júlio Oliveira, Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, Tenente-General Matias do Amaral, Comandante da Instrução do Exército, Tenente-General Tito Bouças, Comandante da Região Militar do Norte e Tenente-General Themudo Barata; Vigário-Geral da Diocesse de Évora, Dr. Eduardo Pereira da Silva em representação do Arcebispo de Évora, Governador Civil de Évora, Presidente da C.M. de Vendas Novas e Presidente da C.M. de Mora.

Foto: EPA

As celebrações alusivas à efeméride incluíram uma missa na Capela da EPA, Guarda de Honra ao Ministro da Defesa Nacional, cerimónia de Homenagem aos Artilheiros Mortos em Combate a que se seguiu a continência das Forças em Parada, alocuções pelo Coronel José Ruaz, Comandante da EPA e pelo Tenente-General Garcia Leandro, imposição de condecorações, atribuição de prémios aos vencedores do troféu Stª Bárbara e desfile das Forças em Parada. Após estes actos, o Ministro da Defesa Nacional inaugurou uma exposição iconográfica sobre Artilharia de Campanha respeitante ao período de 1806 a 1911 e outra de Materiais que entraram ao Serviço da Artilharia Portuguesa no Séc. XX.

Depois do almoço-convívio e antes de regressar a Lisboa, o Ministro da Defesa Nacional assinou o Livro de Honra da EPA, tendo as cerimónias comemorativas sido encerradas com um concerto pela Banda do Exército, que decorreu com particular brilho no Auditório Municipal de Vendas Novas.

Dia do Quartel-General da ZMA

Com um conjunto de actividades, de que se salienta a realização de torneios desportivos, uma missa de sufrágio pelos militares falecidos da Unidade, uma cerimónia militar e um almoço de convívio, foi comemorado, em 30 de Novembro, o Dia do Quartel-General da Zona Militar dos Açores.

O Dia do QG/ZMA, que naquela data se comemorou pela quarta vez, prende-se com a evocação da criação da 10.ª Divisão Militar, por decreto de 30 de Novembro de 1836, que tinha o seu Quartel-General sediado em Ponta Delgada.

Foto: QG ZMA

A cerimónia militar, comemorativa da efeméride, foi presidida pelo Comandante da Zona Militar dos Açores, Major-General Luciano António de Jesus Garcia Lopes e estiveram presentes diversas entidades civis e militares, bem como antigos oficiais e sargentos que prestaram serviço na Unidade e que actualmente se encontram na situação de reserva ou de reforma. O CEM/ZMA, Tenente-Coronel "Cmd" José António Silva Conceição, proferiu uma alocução alusiva à data, após o que foram impostas diversas condecorações e entregues os prémios relativos aos torneios desportivos.

As Forças Armadas e a Transferência de Poderes de Macau

Tenente Inf Telmo Lau Hing*

Foto do Autor

Passavam poucos segundos das 23H58 do dia 19 de Dezembro de 1999 quando se iniciou em Macau o arriar da Bandeira Nacional e da Bandeira de Macau, que foi presidida pelo Presidente da República, Dr Jorge Sampaio, e pelo Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin. Cerca de dois minutos depois, já as Bandeiras da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Macau estavam hasteadas, ocupando o lugar dos símbolos portugueses, que durante 442 anos permaneceram hasteados e desfraldados naquele território, consumando deste modo a transferência de poderes de Macau de Portugal para a República Popular da China.

Participaram nesta cerimónia, por parte de Portugal, além do Presidente da República, elementos do Governo e outros convidados, um Pelotão de Guarda de Honra e uma escolta à Bandeira Nacional constituída por cadetes dos três ramos das Forças Armadas e, ainda, a Banda Militar do Exército.

Durante o período que antecedeu a cerimónia, foram efectuadas várias coordenações com as diversas delegações chinesas, presentes no local, sobre os mais variados aspectos referentes à mesma, coordenações estas sempre em ambiente de grande profissionalismo, total empenhamento, vontade de bem-fazer e na parte final, até poderemos dizer, em clima de franca amizade.

Toda a comitiva portuguesa que se deslocou a Macau para tomar parte neste evento, teve oportunidade de contactar, com uma cultura, costumes, mentalidade e maneira de estar na vida, a todos os níveis surpreendente, facto que não impediu que, através da nossa capacidade de coabitar com as mais diversas pessoas, nas diversas situações, rapidamente nos integrássemos em todo aquele sempre surpreendente cenário, vinculadamente oriental, mas que aqui e ali, deixava transparecer a sua longa ligação a Portugal; estávamos num local onde dois mundos opostos partilhavam a sua existência, sem no entanto deixarem de perder as suas características e particularidades.

O dia 20 de Dezembro de 1999 vai ficar certamente na recordação de muitos portugueses e macaenses, pois não foi com certeza a "hora da despedida aquela que mais encanto teve". Embora tenha sido com alegria e orgulho que participámos no crescimento e desenvolvimento de um território e de um povo que decerto se orgulha de ter sido Português, também é certo que alguns rostos não conseguiram reter uma última lágrima que, lentamente e em liberdade, comungava decerto os mesmos sentimentos de muitos milhares de portugueses e macaenses que ali viveram ou por ali passaram. JE

* Comandante da Guarda de Honra Portuguesa durante a Cerimónia de Transferência de Poderes de Macau.

Biografia

O Tenente de Infantaria Telmo Lau Hing nasceu em 7 de Maio de 1973, em Lourenço Marques, Moçambique.

Concluiu o Curso de Infantaria da Academia Militar em 1996. Esteve colocado na Escola Prática de Infantaria e actualmente está na Academia Militar a desempenhar funções no Gabinete Disciplinar de Preparação e Treino Militar.

Cooperação Té
do Exército c

Com a assinatura dos Acordos de Paz para Angola, em Lisboa, a 31 de Maio de 1991 entre o Governo da República Popular de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), foram dados os primeiros passos para a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Pretendeu-se nestes acordos, que o início do processo de criação das FAA coincidisse com a entrada em vigor do cessar-fogo e ficasse concluído à data das eleições, realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de1992, conforme previstas nos Acordos de Paz para Angola, em Bicesse (31 de Maio de 1991).

Devido à crise pós-eleitoral e apesar dos esforços da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas (CCFA), não se conseguiu concluir uma estrutura funcional para as FAA.

Com a tentativa de se estabelecer uma reconciliação nacional, foi assinado o Protocolo de Lusaka (Zâmbia) a 15 de Novembro de 1994, com a mediação da Organização das Nações Unidas(ONU), representada pelo senhor Alioune Blondin Beye como Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, e na presença dos representantes dos Estados Unidos, Rússia e Portugal, que participaram na qualidade de observadores.

Neste Protocolo foram definidos os princípios a respeitar para a cessação das hostilidades entre o Governo da República de Angola e a UNITA, pretendendo-se conseguir a conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas, incluindo a desmobilização, assim como o restabelecimento do cessar-fogo, a retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA e o desarmamento de toda a população civil.

Foto: EME

Visita do Gen CEME ao Exército Angolano, em 26Set99

Para a Cooperação Técnico-Militar (CTM) das Forças Armadas Portuguesas com Angola, iniciada a partir dos Acordos de Bicesse para o apoio da formação das Forças Armadas Angolanas, foi delineado um hipotético Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar em Fevereiro de 1992, por ocasião da visita oficial do Ministro da Defesa Nacional a Angola.

Com o reacender do conflito, só em 24 de Maio de 1993, por despacho do Ministro da Defesa Nacional, é que foi aprovado e sancionado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, num Programa-Quadro Específico de Cooperação, onde são inscritos um conjunto de Projectos a serem executados no âmbito dos ramos.

O Programa-Quadro Específico teve como objectivo permitir a indispensável flexibilidade e ajustamento das acções às necessidades decorrentes do consignado no Protocolo de Lusaka, designadamente no que se refere às questões militares. Este Programa Específico constituiu-se inicialmente em 5 Projectos e 13 Subprojectos, tendo sido estabelecido, nas negociações do Programa-Quadro mais 1 Projecto e 6 Subprojectos, cuja execução técnica permite a intervenção ao nível do: apoio directo e permanente à organização superior da Defesa e das Forças Armadas; apoio directo e permanente à organização de Unidades e Estabelecimentos de Formação Militar e do apoio directo e permanente à organização de estruturas militares (Serviços e Unidades).

cnico-Militar
om Angola *

Os Projectos, numerados, foram atribuídos aos ramos para execução dentro da sua especificidade ficando assim definidos:

Projecto 1 e 2 – Apoio à organização e funcionamento dos órgãos e serviços do Ministério da Defesa Nacional e do EMGFA;

Projecto 3 – Apoio à organização e funcionamento do Estado-Maior da Marinha de Guerra e Bases Navais;

Projecto 4 – Apoio à organização e funcionamento do Estado-Maior do Exército e Comandos Funcionais;

Projecto 5 – Apoio à organização e funcionamento da Força Aérea, do Estado-Maior e Comandos Funcionais.

Projecto 6 – Apoio às acções de desenvolvimento dos Serviços de Saúde das FAA (a implementar)

Ao Exército foi atribuído o apoio na execução do Projecto 4, que tem associados dois Subprojectos 4A, que se inscreve no âmbito do apoio à reestruturação do Centro de Instrução da Polícia Militar, e 4B, que se inscreve no âmbito do apoio ao levantamento da Banda de Música e da Fanfarra das FAA. Do Projecto 1 e 2 , também foi atribuído ao Exército o apoio na execução dos Subprojectos 1E, para o apoio na definição da política de informatização do MDN e do EMGFAA, 2A, para o apoio à organização e funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar, e o Subprojecto 2B, para a reestruturação do Centro de Instrução de Comandos.

O apoio do Exército Português, através da assessoria do Projecto 4, iniciou-se a 10 de Maio de 1995 com o apoio à organização e funcionamento do Estado-Maior, colhendo uma excelente aceitação da parte angolana e sendo sujeita de imediato a uma diversidade de solicitações, no sentido de reabilitar o Exército Angolano, que face às conturbações na criação das FAA a partir das FAPLA (forças militares afectas ao Governo) e das FALA (forças militares afectas à UNITA) e, cumulativamente, fazer frente ao conflito militar interno com forças armadas da UNITA, debatia-se com dificuldades em activar os seus órgãos.

Com uns períodos mais profícuos que outros, muito em função da situação político-militar, o percurso até à presente data permitiu criar uma estrutura de organização funcional, sujeita contudo a alguns acertos, o que tem permitido a preparação dos oficiais nas diferentes funções do Estado-Maior Coordenador e Comandos Funcionais, assim como paralèlamente se tem colaborado na elaboração do suporte legislativo da orgânica do Exército e Estatuto dos Militares.

Os Subprojectos 4A e 4B foram iniciados, respectivamente, em 10Mai95 e 24Jul95, com a formação de pessoal militar das respectivas especialidades, o que permitiu, num curto prazo, apresentar resultados satisfatórios nos desempenhos das actividades para que foram solicitados, tendo vindo a registar uma progressiva melhoria na qualidade e um aumento no número de formandos.

Fruto da guerra civil, que tem mobilizado o maior número de pessoal para as frentes de combate, tem-se evidenciado uma dificuldade na preparação dos quadros intermédios de oficiais e sargentos para integrar o Exército Angolano, o que tem reorientado as preocupações da assessoria para o apoio que é necessário implantar ao nível das escolas de formação, prevendo-se a activação do Subprojecto para a reestruturação e funcionamento da Escola de Sargentos (Lubango) e a constituição de outros Projectos/Subprojectos, mesmo extra Programa-Quadro para apoio das Escolas de Oficiais (Lobito) e Administração Militar (Benguela).

	Projecto 4	Subprojecto 4 A	Subprojecto 4 B
Oficiais	13	9	7
Sargentos	4	7	10
Praças	2	-	-
TOTAL	19	16	17

Quadro dos efectivos do Exército Português empenhados no período entre 1995 a 2000

Esta necessidade, que tem vindo a ser equacionada, com um aumento da cooperação nestas áreas, através da criação de mais Projectos/Subprojectos, foi recentemente abordada no decorrer da visita do Gen CEME Português ao Exército Angolano, em 26Set99, pelo Gen CEME Angolano, na qual foi demonstrada vontade em o Exército Português apoiar estas iniciativas, dentro das suas possibilidades.

Com a perspectiva da resolução militar do conflito, começam-se a criar condições mais favoráveis para se proceder aos arranjos de organização e funcionamento, a fim de se efectivar uma estrutura do Exército à medida das necessidades de Angola e que sirva os interesses do povo angolano. JE

* Elaborado pelo Director Técnico (DT) e Assessores do Projecto nº 4 - Apoio à Organização e Funcionamento do EME de Angola, Cor Inf Coutinho Viana; TCor SAM Bastos Martins; Major Inf Lopes Beleza e Sarg Chefe Gonçalves Correia.

Delegação Portuguesa na cerimónia de abertura

Foto: do Autor

Cooperative D

Major Miguel Machado

Portugal participou no exercício da Parceria para a Paz *(PfP) Cooperative Determination 99*, o qual se desenrolou em Bucareste, na Roménia, de 26 de Novembro a 5 de Dezembro passados.

Passo importante no desenvolvimento da interoperabilidade entre as Forças Armadas dos diferentes países que constituem a *NATO e a PfP*; exercícios como este mostram que o Exército Português, para se manter no "pelotão da frente" destas organizações, deve continuar a participar nestas actividades. Só assim poderá tomar contacto com as inovações tecnológicas (e outras) que aí são postas a funcionar bem como manter e aprofundar os contactos com os militares dos países aliados, hoje empenhados, como Portugal, em missões de apoio à paz em diversos teatros de operações.

Portugal e a *PfP*

Desde 1994 que o Exército participa em exercícios da Parceria para a Paz, tendo, inclusive, acolhido parte significativa do maior exercício *NATO/PfP* até então realizado, o *Strong Resolve 98*.

Ao mesmo tempo, o Exército Português mantém em Mons, junto ao *SHAPE*, na *Partnership Coordination Cell (PCC)*, um oficial de ligação e outro num dos sectores, ligado à programação de exercícios.

Com quadros e tropas ou apenas em *CPX*, o Exército já participou nos seguintes exercícios da *PfP*: *Cooperative Dragoon 96*, na República Eslovaca, *Cooperative Determination 97*, na Roménia, *Cooperative Demand 97*, na Turquia, e o já referido *Strong Resolve*, em Portugal e Espanha.

Seminário *CD 99* no COFT

Após as habituais reuniões preparatórias, que decorreram no Azerbaijão e Roménia, teve lugar em Portugal, no Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT), um seminário para os militares do Exército, que iriam participar no exercício, oriundos de subunidades das Brigadas Mecanizada e Ligeira de Intervenção, do Hospital Militar Principal, do Gabinete do CEME e do COFT.

Este seminário, que contou com algum apoio do EME e IAEM e de oficiais ligados à preparação do exercício, permitiu o esclarecimento de vários aspectos menos claros na documentação já anteriormente fornecida, além da tomada de conhecimento de questões práticas que os conhecedores "do terreno" forneceram.

Logotipo do exercício

Como curiosidade, refira-se que os Pára-quedistas (Comando e 3 Brigadas) pertencem á Força Aérea e Defesa Aérea, estando neste momento em estudo a possibilidade de se proceder à sua transferência para o Exército. Só após o estudo será divulgado se a transferência se efectuará e, em caso afirmativo, qual o calendário.

No Estado-Maior General das Forças Armadas funciona um Centro de Operações de Emergência que exerce o comando e controlo da Força de Reacção Rápida, unidade que começou a ser levantada em 1997 e prevê-se totalmente operacional em 2001. Esta unidade é composta por 1 brigada mecanizada do Exército, 1 esquadrão da Força Aérea e Defesa Aérea, 2 fragatas e 1 batalhão de fuzileiros navais da Marinha e 1 batalhão de Transmissões.

Roménia

Após a queda do regime comunista em Dezembro de 1989, a Roménia juntou-se à *PfP* no seu início, em 1994, e tem feito um grande esforço no sentido de aderir à *NATO*, objectivo declarado do seu empenhamento crescente nas actividades da Parceria para a Paz.

As Forças Armadas da Roménia atravessam neste momento um lento processo de reorganização com redução de efectivos, que para uma população de quase 23 milhões de habitantes, andará por cerca de 200000 militares no activo.

O Exército tem ao serviço 70% deste efectivo e os números do material, ainda em uso, são enormes para os nossos padrões (por exemplo, 1253 carros de combate e 2241 peças de artilharia). Este ramo é composto por Infantaria e Tropas de Montanha, Artilharia, Transmissões, Engenharia, Defesa Aérea, Transportes e NBQ.

No decurso do exercício pareceu-nos haver boa integração e colaboração entre o pessoal dos três ramos das Forças Armadas Romenas (Exército; Força Aérea e Defesa Aérea; Marinha).

Cooperative Determination 99

O exercício decorreu no quartel do Comando do 1º Exército, em Bucareste, que, para o efeito, foi totalmente desocupado e renovado.

A Roménia assume estes exercícios como algo de muito importante e empenha-se na sua organização, disponibilizando meios humanos e materiais em grande quantidade para apoiar todas as actividades. Apesar das dificuldades orçamentais com que as Forças Armadas Romenas vivem, embora parte significativa das despesas sejam suportadas pela *NATO* e alguns aspectos pontuais sejam suportados pelos próprios militares participantes.

Só para dar uma ideia, as Forças Armadas Romenas convocaram para apoiar este exercício cerca de 150 oficiais de todo o país, conhecedores da língua inglesa, e várias unidades de Bucareste estavam, neste período, só a apoiar o exercício, isto além dos militares romenos que participavam no exercício propriamente dito.

O *CD 99* teve como finalidade desenvolver uma compreensão comum das operações de apoio à paz, incluindo

ajuda humanitária e promover a interoperabilidade entre as diferentes Forças Armadas, treinando os comandos e pessoal de estado-maior dos países da *NATO* e *PfP*, nos procedimentos a adoptar durante a conduta de operações ao nível de brigada multinacional.

Para isso, foi criado um Quartel-General de Brigada Multinacional no qual uma operação de apoio à paz ia ser conduzida.

O exercício foi determinado pelo Comandante-Chefe das Forças Aliadas no Sul da Europa e atribuído para execução ao Comando Conjunto Sub-Regional Sudeste de Izmir (Turquia), cujo General Comandante, General de 4 estrelas do Exército Turco, Tamer Akbas, esteve presente, em permanência, em Bucareste

O *CD 99* tinha dois co-directores, o Brigadeiro-General Petre Botezatu, do Exército Romeno, e o Brigadeiro-General Rifki Durusoy, do Exército Turco.

Tratando-se de um exercício *CPX/CAX* (exercício de postos de comando, assistido por computador), apenas algumas linhas, antes de descrever muito sumariamente o cenário criado.

Assim, todo[1] o equipamento informático – *hardware* e *software* – foi fornecido e montado pelos Estados Unidos. Mais propriamente por duas entidades, uma ligada directamente ao "jogo", a firma norte-americana *Logicon*, e o comando NATO, de Izmir, que forneceu *PC's*, todos eles utilizados no exercício e oferecidos ao Exército Romeno no seu final. Os meios da *Logicon*, utilizados, quer na simulação e avaliação, quer pelos diferentes países nas suas células de resposta, foram naturalmente recolhidos para próxima utilização num outro exercício.

Foto: do Autor

O Brig-Gen do Exército Romeno Petre Botezatu (que várias vezes recordou com muito apreço a colaboração com os portugueses da UNAVEMIII em Angola), visita a célula de resposta do 2º BIMec

Logo no primeiro dia, uma primeira e agradável surpresa. No *briefing* inicial de apresentação do cenário criado para o exercício. A exposição foi a mais "não-convencional" possível, tendo, inclusive, os oficiais encarregues da exposição, comunicado com a audiência, ilustrando as suas declarações com filmagens vídeo, onde eles próprios, transfigurados em actores, assumiam os papéis intervenientes na acção. Foi assim possível explicar o cenário (operação sempre fastidiosa) de modo agradável e compreensível para uma plateia composta por militares de 19 países.

Cenário

Problemas de ordem vária, numa região algures na Alemanha, Grafenfels, originam tensão entre dois países imaginários: Norlandia e Sudland. A *NATO/PfP*, sob mandato de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas intervêm e é criada uma força multinacional, a *PFORGRAF* que entre outras unidades inclui uma Brigada Multinacional.

Esta brigada é constituída por :

Comando e Estado-Maior, onde o 2º comandante da brigada é um coronel português (da Brigada Mecanizada Independente), dispondo de vários oficiais e sargentos (Brigada Ligeira de Intervenção e COFT)no estado-maior;

Batalhões de infantaria (células de resposta) de 9 países, entre os quais Portugal (Brigada Mecanizada);

Um batalhão médico (célula de resposta) luso-americano de comando português, e no estado-maior da brigada, alguns oficiais e sargentos portugueses prestam serviço.

Estado-maior e células de resposta trabalham (recebem ordens e transmitem-nas aos seu escalões subordinados), através de 3 sistemas em paralelo: Telefone, radio e *intranet*. A simulação de toda as actividades das unidades é feita através do sistema informático montado pela *Logicon*. Esta empresa, constituída na sua quase totalidade por militares norte-americanos na reserva, fez deslocar à Roménia 50 funcionários para montar todo o equipamento (mesmo sistemas alternativos de fornecimento de energia eléctrica – e que até foram necessários!), instruir os militares na sua utilização, acompanhar o exercício e apresentar no fim as suas conclusões e ensinamentos.

O sistema utilizado é, na opinião de quem "jogou" este exercício, semelhante ao *Vigreste* português, dispondo, no entanto, de maior capacidade, nomeadamente por permitir a simulação até aos baixos escalões e mesmo até com um soldado isolado.

Após as apresentações iniciais, dois dias foram ocupados no planeamento das operações e adaptação ao equipamento informático, um dia para levar a cabo um mini-exercício de treino e finalmente o exercício.

Três dias de muita actividade em que o caudal de informação que chegava às células de resposta e as necessidades de "fazer sair" informação criava um ritmo de trabalho bastante "acelerado", e isto apesar dos portugueses (entre outros) disporem de meios informáticos próprios para aumentar a capacidade de resposta.

Tudo isto num ambiente internacional, onde militares com culturas muito diferentes – desde os aspectos doutrinários aos disciplinares, passando pelos conhecimentos técnicos – se viram obrigados a levar a cabo as tarefas que lhes eram atribuídas, com rapidez e eficiência, tendo em vista alcançar os exigentes objectivos parcelares que iam sendo traçados.

Informação Pública

Neste, como em outros exercícios *NATO* e *PfP*, foi montado, à margem do exercício (no qual também se "jogava" a informação pública no estado-maior da brigada multinacional[2]), um Centro de Informação Pública.

Chefiado por um Tenente-Coronel turco, tinha como subchefe

um TCor romeno. Só para dar uma ideia da importância dada a esta componente, neste CIP, exclusivamente dedicado ao contacto com os órgãos de comunicação social – o protocolo era tratado no *Visitor Observer Bureau*, o qual dispunha de 58 militares – trabalhavam 22 militares e 5 civis[3]. Deste efectivo, 20 eram romenos que, aliás, controlavam todos os contactos com os OCS. Dispunham de todos os meios técnicos à sua disposição, incluindo dois *PC's* só para a *Internet*. O TCor romeno é, aliás, na Direcção de Relações Públicas do Ministério da Defesa da Roménia, chefe do Gabinete de *Internet* (este gabinete tem 7 pessoas só a trabalhar este assunto) , talvez por isso, pela primeira vez num exercício PfP foi criado um *Site* específico só para o exercício.

Casualmente cruzámo-nos no CIP com uma visita de oficiais romenos, provenientes de várias unidades, os quais estavam a frequentar no Ministério da Defesa um curso de informação pública , e ali tomavam contacto, pela mão do Tenente-Coronel George David (subchefe), com o "modo *NATO*" de conduzir os contactos com os OCS. Refira-se que cerca de 30 jornalistas acompanharam cada um dos eventos/visitas proporcionadas aos OCS.

Numa apreciação muito geral do modo como os romenos conduziram a informação pública – porque foram eles que realmente o fizeram —, julga-se que o fizeram muito "à ocidental", quer do ponto de vista técnico, quer da cordialidade e simpatia. Talvez o controlo de movimentos dos jornalistas fosse rígido e excessivo. Mas também é verdade que todo o exercício esteve sujeito a regras "antiterroristas" muito rígidas.

Balanço

O *CD 99* teve para o Exército Português a vantagem de colocar muitos dos quadros, que em breve vão partir para missões operacionais no estrangeiro, ou podem vir a nelas participar (o 2º BIMec na Bósnia em Julho 2000 e a BLI tem actualmente 2 unidades no exterior), em contacto com um ambiente típico das operações multinacionais.

Novas tecnologias, língua inglesa, doutrina e procedimentos *NATO*, não necessariamente por esta ordem, são a "chave" para o sucesso.

Parte dos militares portugueses que participaram no *CD 99*, quer das brigadas, quer da componente sanitária, tinham experiência de operações reais integrados em forças das Nações Unidas ou da *NATO*. Tal facto, como aliás foi comprovado neste exercício, é sempre um "valor acrescentado". Mas não haja ilusões, tirando o inglês que é sempre igual, tudo o resto está em evolução constante e a necessidade de actualização exige a participação de Portugal neste tipo de exercícios, como factor potenciador de cada vez melhores desempenhos nas novas missões das Forças Armadas. JE

[1] Excepto naturalmente alguns portáteis que, por exemplo, os portugueses e outros transportavam para apoiar o seu trabalho.

[2] Numa das comunicações que o responsável da LOGICON (Coronel do US Army na Reserva) fez aos participantes no exercício, disse a este propósito: ***...nunca se esqueçam que os jornalistas também vão participar nas operações. Algumas vezes agradam, outras não, mas vão lá estar onde vocês estiverem e não os podem impedir de cobrir as operações.***

Têm grande capacidade para influenciar a opinião pública e as decisões dos países e das organizações internacionais...

[3] Na SIPRP/GabCEME, que apoia todo o Exército Português, trabalham 15 (1 TCor; 3 Maj; 1 Cap; 2 Ten RC; 1SAjd; 1 2º Sarg RC; 1 Fur RC; 1 CAdj. RC; 1 Sold SEN; 3 Civis)

Regulamento do "Prémio *Jornal do Exército*"

O *Jornal do Exército (JE)* promove anualmente o concurso para o prémio em epígrafe, que se rege pelas seguintes disposições:

1. Finalidade

O concurso visa estimular a reflexão e a criatividade de militares e civis para tratarem assuntos com particular interesse para o Exército, nos múltiplos aspectos de que a Instituição Militar se reveste e que, de alguma forma, enriqueçam o seu património ou contribuam para a sua própria valorização profissional e pessoal.

2. Trabalhos

Ao concurso serão admitidos os trabalhos inéditos que:

2.1 Abordem temas de natureza científica, cultural, histórica ou artística de qualquer forma ligados ao Exército ou às Forças Armadas;

2.2 Possuam nível literário que, no entender da Direcção do *JE*, permita a sua publicação;

2.3 Não excedam 10 páginas de formato A4 dactilografadas a 2 espaços;

2.4 Sejam indicados, pelos seus autores, para concorrerem ao prémio *JE*, ou para tal seleccionados pela Direcção do *Jornal do Exército*.

3. Publicação

Os trabalhos, que satisfaçam às condições dos números anteriores, serão publicados quando tal seja possível, considerando as conveniências decorrentes do estatuto editorial do *JE*.

4. Prémio

O "Prémio *Jornal do Exército*" é pecuniário e compreende três graus: 1º, 2º e 3º classificados, sendo os respectivos valores estipulados, anualmente, por despacho do General Vice-CEME, sob proposta do *JE*.

A sua entrega aos contemplados deverá ser efectuada, em princípio, no dia 11 de Janeiro, dia festivo do *Jornal do Exército*.

5. JÚRI

Para apreciação e classificação dos trabalhos admitidos a concurso, será nomeado, por despacho do General Vice-CEME, um júri que:

5.1 Será composto por:

1 oficial a designar pelo Estado-Maior do Exército;

1 oficial a designar pelo Instituto de Altos Estudos Militares;

1 oficial a designar pelo Serviço Histórico-Militar;

5.2 Será secretariado por um oficial do *JE*;

5.3 Poderá decidir não atribuir qualquer grau do prémio, se entender que a qualidade dos trabalhos assim o exige.

Nota de redacção:

Para o corrente ano de 2000, o prémio a que se refere o nº 4 foi fixado em:

1º Classificado ..... 150.000$00
2º Classificado ..... 100.000$00
3º Classificado ..... 75.000$00

Brava - A Última I
no Périplo Topogr

Tenente-Coronel Inf Esteves Grilo

RTK ajuda no levantamento topográfico

Com a realização do apoio topográfico da ilha da Brava, em Out99, terminou uma das fases mais cruciais da cadeia de produção de uma carta topográfica . Esta tarefa, a cargo do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), visando a actualização de toda a cartografia 1/25000 do Arquipélago de Cabo Verde , foi executada em conformidade com os objectivos propostos em planeamento, no Projecto Nº 6 do Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde.

Nesta ilha, a Equipa de Assessoria do IGeoE utilizou, pela primeira vez em Cabo Verde, o método cinemático que permite a visualização, em tempo real, das coordenadas dos pontos fotogramétricos necessários ao apoio topográfico, consubstanciando desta forma, uma melhor rentabilização da missão. Este processo, designado por RTK (*Real Time Kinematic*) utiliza a técnica diferencial GPS, que se baseia numa estação de referência colocada num ponto, cujas coordenadas são conhecidas com rigor. Esta estação fixa recebe a informação proveniente dos satélites GPS e, com base nas diferenças calculadas entre as coordenadas correctas e as obtidas pelo sistema, determina as correcções diferenciais. Por sua vez, estas correcções podem ser difundidas a partir de qualquer sistema de comunicações e recebidas pelos receptores móveis (*rovers*) que as aplicam à informação recolhida, corrigindo desta forma os erros comuns aos receptores da estação de referência e das equipas móveis.

Deste modo, em toda a ilha e respectivos ilhéus, foram observados, coordenados e materializados 38 pontos, sendo quatro correspondentes a vértices do futuro referencial geodésico e seis respeitantes a vértices da antiga rede geodésica.

Os pontos fotogramétricos materializados no terreno por cruzes brancas, tendo no meio um pequeno marco de cimento, para além de servirem para a actualização da cartografia 1/25 000, vão constituir, por si só, um adensamento da rede geodésica de Cabo Verde, que irá permitir e facilitar o futuro cadastro das ilhas e apoiar o levantamento de outras infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do território.

Características de uma ilha duplamente isolada

O apoio topográfico da ilha da Brava, por motivos de ordem logística, foi realizado somente este ano. Esta ilha vive actualmente um duplo isolamento face à falta de ligações marítimas e aéreas. A pista de aviação local, apesar de ter sido construída recentemente, foi interdita aos voos devido à inconstância dos ventos dominantes.

Chegar à Brava, por via marítima, tornou-se um sofrimento e, ao mesmo tempo, uma grande aventura para aqueles cujo destino obrigatório seja

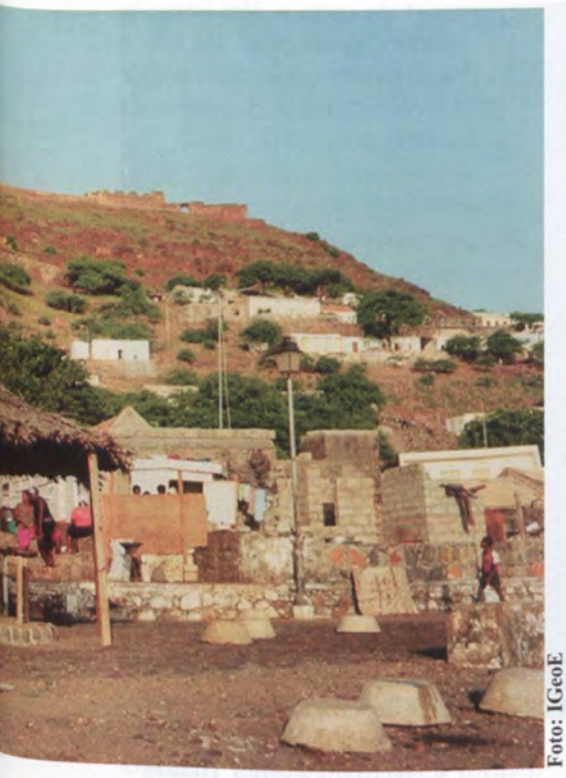


Foto: IGeoE

Vista Parcial da ilha de Santiago - Cidade Velha

ha Cabo-Verdiana

áfico do IGeoE *

essa ilha. O navio que, normalmente, duas vezes por semana, faz a ligação entre Santiago, Fogo e Brava não reúne as condições mínimas para fazer essa travessia, devido ao limite da sua idade operacional. Por não dispor ainda de um porto marítimo, o desembarque de pessoas e material é feito por transbordo em barcaças a remos, com todos os seus inconvenientes.

Está previsto que estas dificuldades deixem de existir a partir do início do ano 2000, com a entrada ao serviço de um novo *ferry boat* e a conclusão dos trabalhos do porto marítimo, em adiantado estado de construção, na baía da Furna.

A ilha Brava, considerada o jardim de Cabo Verde, onde os turistas se podem deliciar com o manto colorido de raras fragrâncias (jacarandá, jasmim, etc.), encontra-se situada na extremidade do grupo sotavento do Arquipélago de Cabo Verde. Com uma superfície de 64 Km2 apresenta uma configuração elíptica.

Desta ilha avistam-se quatro ilhéus, bastante próximos uns dos outros e desabitados, que ficam a cerca de 10 Km da costa da Brava.

Foto: IGeoE

Pessoal que tomou parte na 1ª Formação de Reconhecimento e Completagem no SNCC/RCV

É a ilha mais montanhosa do arquipélago. Contrastam os cumes elevados com vales profundos e abruptos. A costa é acentuadamente recortada, com várias baías lindas e aconchegantes: Furna, Fajã d'Água e Sorno são as mais visitadas pelos turistas.

É também a mais húmida e mais verde de todas as ilhas. Nova Sintra, a capital, faz lembrar a Sintra portuguesa, com uma agradável disposição das ruas, o casario e jardins floridos. As paisagens são pitorescas e maravilhosas. Os miradouros oferecem vistas panorâmicas extasiantes e tranquilizantes, se não

Foto: IGeoE

Audiência com o Ministro da Defesa da República de Cabo Verde

houver nuvens. Na falta de água das chuvas, as culturas fazem-se, engenhosamente, em terraços irrigados pela água da fonte, rica em flúor e em bicabornato. Os pássaros são exóticos, de asas azuis e bico vermelho.

A economia da ilha baseia-se, essencialmente, na agricultura e pesca. Os apreciadores da pesca serão bem sucedidos nesta ilha. O peixe fresco e variado constitui a base da gastronomia da Brava.

Formação sobre reconhecimento e *completagem*

Após a conclusão do apoio topográfico da ilha da Brava, a Equipa de Assessoria do IGeoE regressou à ilha de Santiago onde durante oito dias, nas instalações do Serviço Nacional de Cartografia e Cadastro da RCV, foi ministrada a 10 técnicos superiores cabo-verdianos uma instrução teórica sobre reconhecimento e *completagem* de campo, seguida de uma instrução prática das mesmas técnicas, nas ilhas de S.Vicente e Sal.

Esta instrução teve como principal objectivo tornar os técnicos cabo-verdianos autónomos, na execução da 3ª fase da cadeia de produção de uma carta topográfica.

Para a execução de cartas topográficas por processos fotogramétricos, com base na fotografia aérea, é necessário que o operador fotogramétrico não tenha dúvidas em relação a todo e qualquer pormenor planimétrico, o que se consegue através de um reconhecimento prévio e cuidado, efectuado no campo. O reconhecimento consiste na recolha sistemática de informações que irão servir para completar a fotografia com aqueles pormenores que ela não pode apresentar. Com a *completagem,* o topógrafo deve ter sempre presente a finalidade do trabalho que executa, estando por isso em constante observação, comparando o que detecta com o que está no *plot,* corrigindo os erros, inserindo as omissões ou eliminando o que não tem interesse. O cadastro e reconhecimento de vértices são processos que reúnem um conjunto de dados recolhidos no campo, ou junto de entidades competentes, que visam enriquecer a informação cartográfica da carta.

Dirigentes cabo-verdianos recebem assessoria do IGeoE

Durante o período de permanência da Equipa de Assessoria do IGeoE em Cabo Verde, foram feitos alguns contactos com dirigentes da RCV, ressaltando pela sua importância o encontro com o Ministro da Defesa daquele país, Dr. Ulpio Napoleão Fernandes que, após ter sido informado sobre o estado actual do projecto de actualização da cartografia 1/25 000 da RCV, reiterou o seu agrado e interesse em que o processo evolua rapidamente, se possível com maior intervenção e apoio do sector militar cabo-verdiano.

Na ilha da Brava, o Presidente da Câmara, Sr. José Maria Gonçalves de Barros, recebeu a Equipa do IGeoE, tendo oferecido os seus préstimos para apoiar o projecto. A sua acção permitiu a contratação de pessoal auxiliar, duas viaturas auto e dois barcos de pesca para efectivação do apoio topográfico da ilha e ilhéus adjacentes.

Considerações finais

No total das missões de apoio topográfico realizadas desde 1996, por Equipas de Assessoria do IGeoE, nas dez ilhas e sete ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde, foram materializados, observados e coordenados 702 pontos.

Paralelamente, foram ministrados conhecimentos teóricos e práticos a técnicos cabo-verdianos, sobre as restantes fases da cadeia de produção de uma carta topográfica, que lhes permitam efectuar, de um modo autónomo, a actualização da cartografia 1/25 000 daquele país.

Prevê-se que as primeiras três folhas actualizadas da ilha do Sal, no âmbito deste projecto, sejam publicadas em formato digital e em papel, no 1º trimestre do ano 2000. A partir desse momento, estará satisfeito um dos pressupostos fundamentais para tomada de decisões relacionadas com o planeamento e gestão dos recursos naturais, a conservação do ambiente, o ordenamento do território e a gestão de actividades económicas ou sociais.

Finalmente, com a devida humildade e merecida justiça, resta-me salientar o notável profissionalismo, verdadeiro espírito de equipa, alto sentido do dever e missão demonstrados pelo pessoal integrante das diversas Equipas de Assessoria do IGeoE responsáveis pelo apoio topográfico de todo o Arquipélago

Foto: IGeoE

Baía da Furna -Partida do barco transportando a Equipa do IGeoE para os ilhéus adjacentes à ilha da Brava

de Cabo Verde. Actuando num país de parcos recursos logísticos locais, onde as características orográficas e aridez de algumas ilhas penalizam e tornam complexo todo o trabalho topográfico, revelaram em permanência uma enorme capacidade de adaptação e reacção às mais inesperadas situações, um elevado espírito de abnegação e sacrifício e uma forte força anímica que os ajudaram a ultrapassar as limitações e dificuldades conjunturais com que, quotidianamente, foram confrontados. Desta forma cumpriram cabalmente as missões consignadas, honrando e dignificando o quadro da Cooperação Técnico-Militar implementado no seio das Forças Armadas e prestigiaram o Exército Português e Portugal. JE

* O Autor é Director Técnico do Projecto

Vértice Geodésico "Monte Gratão" Vista Parcial da ilha da Brava - Nossa Senhora do Monte

Foto: IGeoE

COLÉGIO MILITAR

CONCURSO DE ADMISSÃO PARA O ANO LECTIVO 2000/01

2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(5.º e 6.º ANOS)
3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(7.º ANO)

CONDIÇÕES GERAIS DE ADMISSÃO

São condições gerais de admissão, o ser cidadão português, possuir condições físicas, psicotécnicas e os conhecimentos literários indispensáveis à frequência do Estabelecimento de Ensino, comprovados em provas do Concurso de Admissão.

AO 5.º ANO

Ter menos de 12 anos de idade até 31DEZ00.
Aprovação no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

AO 6.º ANO

Ter menos de 13 anos de idade até 31DEZ00.
Aprovação no 5.º Ano com frequência de Inglês.

AO 7.º ANO

Ter menos de 14 anos de idade até 31DEZ00.
Aprovação no 2.º Ciclo do Ensino Básico com frequência de Inglês.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO

O período de inscrição (documental) dos candidatos decorre de **29MAI00 a 27JUN00.**

Rússia Em Doutrina

Santos Pereira *

Uma percepção mais defensiva de um quadro internacional julgado agora potencialmente hostil e um claro endurecimento da doutrina do uso da arma nuclear – eis os traços mais marcantes do novo "Conceito de Segurança Nacional" da Rússia, assinado no passado dia 10 de Janeiro pelo sucessor de Ieltsin, Vladimir Putin, e publicado quatro dias depois pelo jornal *Nezavissimaia Gazeta*.

O novo "conceito" admite o recurso à arma nuclear numa situação de crise, "no caso de todos os outros meios para resolver a situação terem sido esgotados e se tenham mostrado ineficazes". A nova doutrina de segurança russa entende, assim, responder àquilo que o documento considera um "aumento do nível de ameaça no domínio militar", citando especificamente entre os novos riscos que a situação no mundo coloca à Rússia "o reforço das alianças militares e, em particular, o alargamento da NATO a leste".

O "conceito de segurança", em vigor desde Dezembro de 1997, invocava em termos mais reservados o eventual recurso à arma nuclear apenas na emergência de "repelir uma agressão armada" e numa situação em que a própria integridade da Rússia se visse ameaçada.

A "doutrina militar" russa, ainda em vigor, data de Novembro de 1993. Desde então, o Kremlin e o Ministério da Defesa anunciaram várias vezes a publicação de uma nova doutrina "tão cedo quanto possível". Ao mesmo tempo arrastavam-se os debates sobre a prometida reforma militar, com diversos ramos do Governo e do Kremlin a digladiarem-se em torno da questão. E ao sabor deste duelo surdo assistia-se a um contínuo rolar de cabeças nas cúpulas da Defesa e do Conselho de Segurança.

A elaboração de uma nova "doutrina de segurança" foi anunciada em Abril do ano passado, em pleno ataque da NATO à Jugoslávia, como resposta à nova atitude estratégica da Aliança Atlântica. Tudo indica que o documento estaria já concluído em Outubro do ano passado. O Ministro da Defesa, Igor Sergueiev, não fez, aliás, segredo da nova doutrina de "segurança", lançando-se mesmo numa espécie de campanha de relações públicas para divulgar os principais pontos da nova doutrina.

Aposta no nuclear

Discursando em meados de Outubro, em Pequim, perante a Academia da Defesa Nacional Chinesa, Igor Sergueiev referiu que "na eventualidade de uma ameaça directa à soberania e à integridade territorial da Rússia como resultado de um acto de agressão, Moscovo considera possível e legítima a utilização de todos os meios disponíveis de defesa, incluindo armas nucleares".

Vladimir Putin era, desde Agosto, primeiro-ministro, o ocaso de Boris

Ieltsin era cada vez mais notório e o Conselho de Segurança – uma emanação directa do presidente – já quase não exercia qualquer papel real. O facto de o documento ter vindo a público, antes de Boris Ieltsin o assinar, era aliás sintomático da pressão dos militares para uma rápida ratificação do documento e da nova correlação de forças vigente no Kremlin.

durece de Defesa

Foto: © LUSA

(...) na eventualidade de uma ameaça directa à soberania e à integridade territorial da Rússia (...) Moscovo considera possível e legítima a utilização de todos os meios disponíveis de defesa (...)

O novo "conceito de segurança" consagra, sem dúvida, uma evolução notória da doutrina de uso da arma nuclear na Rússia e nele se reconhece, aliás, a mão do próprio ministro Sergueiev. Recorde-se que em 1981 o então secretário-geral do PCUS, Leonid Brejnev, declarou que a URSS jamais seria a primeira a utilizar as armas nucleares. No final dos anos 80, Mikhail Gorbatchov reiterou esse princípio do não-uso da arma nuclear em primeiro lugar.

Em 1993 a nova doutrina de defesa adoptada por Boris Ieltsin admitia já o recurso a armas nucleares no caso de a Rússia se ver atacada por outra potência nuclear – ou de um país aliado a uma potência nuclear - e ainda no caso de ataque, mesmo por meios convencionais, a "instalações de importância vital", como centrais atómicas. O "conceito", ora aprovado, alarga substancialmente a panóplia de situações que poderão "legitimar" o recurso ao armamento nuclear.

A crise das forças armadas russas é conhecida. As turbulências políticas que o país tem atravessado, a multiplicação de pólos de poder e a escassez de recursos financeiros afectaram profundamente a capacidade de combate do exército russo, como bem o ilustram as dificuldades experimentadas na Chechénia. O atraso tecnológico em relação aos EUA cava-se continuamente e, face a esta situação, a "dissuasão nuclear" surge cada vez mais como o recurso mais credível. Igor Sergueiev, antigo comandante das Forças Estratégicas, não tardou a promover o nuclear como trave-mestra da defesa do país. O recém-aprovado "Conceito de Segurança Nacional" reconhece explicitamente que o exército russo está em profunda crise, que a economia está em destroços, pelo que o arsenal nuclear é ainda o único argumento com alguma credibilidade de que o país dispõe.

Arsenal de teatro

No início de Maio do ano passado, o então Secretário do Conselho de Segurança, Vladimir Putin, revelou que o

presidente Boris Ieltsin tinha assinado um conjunto de três decretos sobre «o desenvolvimento do complexo de armas nucleares» e um novo conceito de «desenvolvimento e emprego de armas nucleares não-estratégicas». A ideia era fundamentalmente recuperar parte do antigo arsenal nuclear táctico da URSS (mísseis de curto alcance, bombas aerotransportadas, granadas de artilharia pesada, minas terrestres nucleares).

Foto: © LUSA

(...) a Rússia tem de estar preparada para responder adequadamente a quaisquer ameaças que possam surgir no século XXI

O Ministério da Energia Nuclear vinha já desde há algum tempo a desenvolver uma nova geração de armas nucleares "de teatro" – caso do "Iskander", um novo míssil táctico com um raio de acção de 450 km, várias vezes testado, mas cujo desenvolvimento, à míngua de meios financeiros, manteve em suspenso.

O então titular da pasta do Nuclear, Viktor Mikahilov, desenvolveu mesmo uma doutrina de emprego das armas nucleares tácticas como resposta possível à "ameaça" da NATO. Para deter a Aliança – escreveu Mikhailov em 1994 – "a Rússia podia desenvolver uma nova geração de arsenal de teatro com uma capacidade relativamente baixa e efeitos colaterais reduzidos". A ideia era produzir um arsenal táctico da ordem das 10 mil ogivas, com uma carga explosiva correspondente a um leque entre as poucas dezenas e as poucas centenas de toneladas de TNT.

A percepção de uma ameaça externa e o recurso ao nuclear como recurso mais credível agravaram-se, enfim, fortemente com a crise jugoslava. "Muita gente dizia em Moscovo aquando do ataque à Jugoslávia: Ontem Bagdad, hoje Belgrado, amanhã Moscovo, diz Alexandre Pikaiev, da antena moscovita da Carnegie Foundation. "As mesmas pessoas pensam que hoje a NATO não bombardeia Moscovo para pôr termo à guerra na Chechénia simplesmente porque a Rússia tem um escudo nuclear.

A nova doutrina de emprego da arma nuclear confirma, enfim, as previsões emitidas desde 1994, nomeadamente por peritos norte-americanos alertando que a expansão da NATO a leste teria por consequência inevitável uma aposta reforçada da Rússia no nuclear e novas dificuldades no processo de desarmamento.

Será essa, aliás, a par com os jogos políticos domésticos, uma das razões das resistências da Duma a ratificar o START II e a instransigência das posições russas face às pretensões de Washington de rever parcialmente o tratado ABM (defesas antimísseis), de 1972. Mesmo se muitos peritos dizem que a Rússia devia acolher como uma benesse o START II (e o futuro START III), apontando como exemplo das dificuldades do país em manter a paridade nuclear estratégica, o fracasso do ensaio do míssil balístico *Topol-M ICBM*, em Outubro de 1998.

Um mundo de ameaças

Mas é sobretudo no plano político que o novo "conceito de segurança" parece significativo, ao revelar uma atitude mais crispada e defensiva da Rússia, sobretudo perante o Ocidente. A anterior doutrina de segurança, aprovada em Dezembro de 1997, evocava sobretudo ameaças de carácter não-militar, e em particular as "dores de parto" da transição económica e social em curso na Rússia. O novo documento evoca abertamente uma série de ameaças externas (e internas) à segurança do país, inclusive no plano bélico.

O documento reconhece como ameaças potenciais à segurança da Rússia uma série de debilidades de ordem interna, nomeadamente na esfera económica. "A falta de inovação e investimento, um sector agrícola estagnado, o desequilíbrio no sector bancário, o peso da dívida externa e interna e o contraste entre a exportação de matérias primas e a importação de bens acabados" – eis o diagnóstico do novo "conceito de segurança" que reconhece nas dificuldades económicas da Rússia um sério *handicap* à segurança interna e externa do país.

O documento reconhece ainda como "ameaças" à Rússia a degradação ambiental, o fosso entre pobres e ricos, a "desigualdade na aplicação das leis", a corrupção e a criminalidade organizada. A "tensão entre Moscovo e as regiões" e as "tensões separatistas" merecem igualmente destaque, reafirmam o recurso às forças armadas russas "no quadro da Constituição", cobrindo assim operações como as que estão em curso na Chechénia.

Note-se, porém, que oficialmente a intervenção na Chechénia continua a ser descrita como uma acção "antiterrorista", correspondendo assim ao preceito da luta contra o "terrorismo internacional" estipulado no documento.

Mas é sobretudo no domínio externo

que a nova doutrina de segurança russa percebe novas ameaças. O documento parte do postulado de que a Rússia continua a ser uma potência com peso e influência no quadro internacional. Mas agita ao mesmo tempo a ameaça de um mundo "unipolar" dominado pelos Estados Unidos e fala de estados que "tentam opor-se ao reforço do papel da Rússia como centro de influência num mundo multipolar, impedir os esforços para proteger os seus interesses nacionais e enfraquecer o seu papel na Europa, Médio Oriente, Transcaucásia, Ásia Central a Ásia Pacífica".

Os problemas começam na própria área da CEI (Comunidade de Estados Independentes), reconhecendo dificuldades nos esforços de integração dos estados ex-soviéticos, alguns dos quais tentam "jogar com as dificuldades actuais da Rússia". Mas as grandes ameaças à segurança do país prendem-se com factores como "a redução do papel das Nações Unidas" e sobretudo "o alargamento da NATO" e o facto de a Aliança actuar "fora das fronteiras dos estados-membros". Uma ameaça que assume uma dimensão especificamente militar, nomeadamente ao instalar "bases estrangeiras perto das fronteiras da Rússia".

"Paz-fria"

Um conjunto de ameaças que deverão ter, segundo o "conceito de segurança" russo, respostas políticas através da acção no Conselho de Segurança das Nações Unidas, do desenvolvimento das relações no quadro da CEI, da defesa dos cidadãos russos no estrangeiro, da cooperação nas organizações internacionais, da participação em missões de paz, do controlo das armas nucleares, da adaptação dos tratados existentes às circunstâncias actuais" – referência óbvia ao processo de revisão do CFE (armas convencionais).

Mas que exigem igualmente respostas "na esfera militar", onde "a Rússia tem de estar preparada para responder adequadamente a quaisquer ameaças que possam surgir no século XXI".

Naturalmente que, na Rússia como na generalidade dos países, os "conceitos estratégicos" e "doutrinas de segurança" correspondem a um conjunto de princípios políticos de base, sem aplicação directa na gestão dos *dossiers* de segurança em concreto. Mas o novo "conceito de segurança" não deixa de ser mais um sinal dos sentimentos antiocidentais que se vão instalando nas cúpulas militares, e em geral na sociedade russa, sobretudo desde o ataque da NATO à Jugoslávia.

"No início dos anos 90 havia uma atmosfera completamente diferente na Rússia, muito pró-ocidental" – observa Pavel Felgenhauer, conhecido analista russo de questões de defesa. "A expansão da NATO veio alterar a atitude geral face ao Ocidente".

O ocaso de Boris Ieltsin, a crise financeira do Verão de 1998, e sobretudo o ataque da NATO à Jugoslávia e os conflitos no Daguestão e na Chechénia vieram alterar substancialmente os dados do *dossier* da defesa na Rússia no último ano. As dificuldades económicas constituíram um travão a aspectos cruciais das anunciadas reformas militares.

O Ministério da Defesa russo diz que a primeira fase da reforma militar ficou concluída no final de 1998 com a redução dos efectivos das Forças Armadas de 420 para 350 mil homens. Mas os planos de profissionalização das Forças Armadas, anunciados em decreto presidencial de 1996, estão para já congelados. Um novo decreto emitido em Dezembro de 1998 autoriza as Forças Armadas a convocarem conscritos em caso de conflito armado.

Por outro lado, mesmo se os observadores detectam algumas melhorias na organização das operações em curso na Chechénia, a Rússia continua a debater-se com uma dramática falta de recursos para adquirir e manter novos equipamentos, para treinar – e mesmo para alimentar e remunerar – os seus soldados. Neste quadro, é de crer que a aposta no reforço da "prontidão" nuclear se reforce nos próximos tempos.

Note-se, enfim, que o Chefe de Estado, interino, Vladimir Putin, deverá ratificar a nova "doutrina militar" actualizada, de acordo com o novo "conceito de segurança". A nova doutrina, que deverá vir a lume em meados deste mês de Fevereiro, deverá fornecer algumas indicações adicionais sobre as concepções dos generais russos. Mas, para já, a atitude da Rússia em matéria de Segurança parece marcada por um perfume– senão a uma "guerra-fria", pelo menos a uma "paz-fria", para retomar a expressão de Boris Ieltsin.

* Jornalista

Foto: © LUSA

(...) oficialmente a intervenção na Chechénia continua a ser descrita como uma acção "antiterrorista", correspondendo assim ao preceito da luta contra o "terrorismo internacional" estipulado no documento

Instituto de
100 Anos ao Serviç

No Instituto Infante D. Afonso, em Odivela

Ao centro o Infante D. Afonso, rodeado pelo Coronel A Conde de Nova Gôa, Conselheiro António Cabral, General e Engenheiro Vasconcelos Porto

Foto: IO

Origens

O Instituto de Odivelas, "Infante D. Afonso", foi fundado pelo Infante D. Afonso, Duque do Porto, em 14 de Janeiro de 1900, tendo como objectivo, e, citando o termo de inauguração, a «educação de órfãs, filhas de Oficiais da Armada e dos Exércitos do Reino e do Ultramar».

Em 14 de Janeiro de 1900, no Palácio do Conde de Sobral, à Luz, o Rei D. Carlos, acompanhado pela Família Real, procedia à inauguração do então Instituto Infante D. Afonso, onde ingressaram 17 alunas.

Esta escola nasceu de um acto de solidariedade de alguns elementos das Forças Armadas que queriam proporcionar às filhas de oficiais, cujos pais tivessem morrido em combate ou por doença, no Continente ou no Ultramar, uma educação condigna e completa.

O Instituto que, só em 1902, começou a funcionar no Convento de S. Dionísio de Odivelas, privilegiou, desde logo, os cursos de formação prática, sem descurar a cultura geral, as línguas estrangeiras Francês e Inglês, a Ginástica, a Religião e Moral. Os cursos do Magistério Primário, de escrituração comercial, de telegrafia, modista e outros permitiam que as alunas ingressassem no mercado de trabalho. Após a implantação da República, o Instituto sofre modificações nos cursos e nos respectivos currículos. Designa-se, durante um ano, por Instituto de Torre e Espada e, em 1911, passa a designar-se por Instituto Feminino de Educação e Trabalho.

Em 1942, sofre modificações de fundo e recebe a designação de Instituto de Odivelas, desaparecendo alguns cursos. Em 22 de Abril de 1988, por Despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército, passa a designar-se Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso). É considerado Liceu Nacional e Comercial, pelo que passam a funcionar os Cursos Geral e Complementar do Liceu e os Cursos do Ensino Téc-

Odivelas
o da Educação

lbuquerque,
febastião Teles

nico-Profissional. Entre 1945-1950, o edifício sofre grande remodelação tornando-se mais confortável e mais bem adaptado ao seu funcionamento.

A reforma educativa, após a revolução de 1974, eliminou o Ensino Técnico-Profissional, pelo que, actualmente, as alunas frequentam os Cursos do Ensino Básico e Secundário.

ano, em regime de voluntariado) e nele podem ingressar, após a prestação de provas de aptidão, filhas de elementos das Forças Armadas, das Forças de Segurança, de civis e alunas oriundas dos PALOP.

Os planos curriculares respeitam os cursos, objectivos de ensino e conteúdos programáticos, definidos pelo Ministério da Educação, do 5º ao 12º anos de educação.

Além dos Cursos Secundários, predominantemente orientados para o Prosseguimento de Estudos: Agrupamento 1 - Dominante: Científica e Natural; Agrupamento 3 - Dominante: Económica e Social; Agrupamento 4 - Dominante: Humanidades.

Foto: IO

O IO recebeu o seu Estandarte Nacional

O Instituto, Hoje

Decorridos 100 anos, O Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso) funciona, hoje, nas modalidades de internato e semi-internato (a partir do 10º

O Fundador do IO

Foto: IO

O Infante D. Afonso, Duque do Porto, nasceu em Lisboa, em 1865, e morreu no exílio, em Nápoles, em 1920. Este príncipe da Casa de Bragança, filho do rei D. Luís I e da Rainha D. Maria Pia, recebeu a sua educação conjuntamente com a de seu irmão, o futuro Rei D. Carlos I.

Foi alistado, ainda criança, como Cabo na Arma de Artilharia e chegou a General de Brigada e Condestável do Reino. Cumpriu com êxito uma missão na Índia, ao comandar uma expedição, destinada a resolver uma revolta de maratas em 1895. Foi-lhe então concedido o título honorífico de Vice-Rei da Índia.

Foi escrita pelo seu punho a carta que dirigiu ao Ministro da Fazenda, em 1898, a solicitar a cedência do espaço do extinto Convento de S. Dinis para a instalação do Instituto Infante D. Afonso, dedicado à educação de filhas e órfãs de oficiais. Como presidente dos Conselhos Administrativos, desta instituição, contribuiu para o seu progressivo desenvolvimento, organizando várias campanhas de angariação de fundos e festas com a mesma finalidade. Estas festas contavam com o apoio de toda a Família Real e nelas participavam os artistas mais conceituados da época. Quando é implantada a República, em 5 de Outubro de 1910, vai para Inglaterra com a Família Real, exilando-se em Nápoles.

Foto: IO

Exibição de actual classe de ginástica do IO

Funciona ainda o Curso Tecnológico predominantemente orientado para a vida activa, Agrupamento 2 - Dominante: Artes: Curso Tecnológico: *Design.*

No Instituto de Odivelas, são ainda consideradas curriculares as disciplinas de Puericultura, Culinária, Drama Educativo e Higiene; Francês prático e Inglês prático, leccionadas por professoras da respectiva nacionalidade.

A puericultura, criada em 1911, funciona num pequeno edifício próprio, na quinta, e permite às alunas do 8º ao 11º anos observar e acompanhar o desenvolvimento das crianças desde os 4 meses até aos dois anos.

De salientar as actividades Circum-Escolares e de Complemento Curricular das quais se destacam várias modalidades desportivas.

Em 1982-83 foi introduzida a modalidade de Esgrima, em regime voluntário.

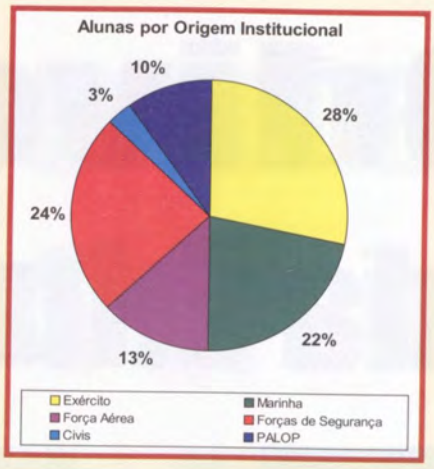
A Ginástica, aquando da inauguração do ginásio, no ano lectivo de 1924-25, apresentou-se em exercícios de ginástica rítmica, pela primeira vez em Portugal, sendo as aulas, então, orientadas por uma professora vinda do Instituto Dalcroze de Genève.

A aulas de equitação funcionam desde o ano lectivo de 1983-84.

No mês de Julho, as alunas, que o desejem, têm a possibilidade de permanecer, em turnos de 15 dias acompanhadas por professoras e monitoras, no Forte de S. António da Barra situado em S. João do Estoril. Esta fortaleza data do século XVI e sofreu obras de adaptação para receber os grupos de alunas.

Verificam-se elevadas taxas de sucesso escolar, nomeadamente no acesso ao Ensino Superior. No ano lectivo de 1998/99, todas as alunas que terminaram o 12.º ano foram colocadas nos estabelecimentos de ensino superior, de acordo com as suas opções.

Espera-se que as alunas continuem, como desde há 100 anos, a exaltar o lema do Instituto *DUC IN ALTUM,* levando bem alto o nome da Casa onde se educaram.



Instrução Militar

Em regime de voluntariado, a partir do 10º ano, as alunas praticam a Instrução Militar assistidas por um instrutor do Colégio Militar.

Há alunas que seguiram a carreira militar. Uma delas foi a primeira mulher que atingiu a patente de oficial da Força Aérea, distinguindo-se em todos os cursos de especialização, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Em 1975, a Escola Náutica "Infante D. Henrique" permitiu o ingresso de mulheres e, nesse mesmo ano, duas alunas do Instituto de Odivelas

Instrução Militar

Foto: IO

Foto: IO

Classe de volteio

concorreram a vagas para o Curso de Radiotécnia, ingressando, concluído o curso, na tripulação de navios da Marinha Mercante.

Intercâmbios

O Instituto de Odivelas tem mantido ainda intercâmbios com escolas estrangeiras em Itália, na Alemanha, no Reino Unido, no Brasil e na França. É digno de nota o intercâmbio escolar com a Légion d'Honneur, escola francesa fundada por Napoleão em 1807. Esta célebre escola, para filhas e netas de agraciados com a Legião de Honra, foi modelo de inspiração para o Instituto Infante D. Afonso em 1900. Neste momento, estão em projecto intercâmbios com a Alemanha e com o Brasil em colaboração com o Colégio Militar.

Comemoração do Centenário do Instituto de Odivelas

Presidida pelo Ministro da Defesa Nacional em representação de Sua Excelência o Presidente da República, realizou-se, em 14 de Janeiro, a cerimónia comemorativa do centenário da fundação do Instituto de Odivelas. Estiveram presentes, entre outras altas entidades: o General Chefe do Estado-Maior do Exército, a Dr.ª Ana Benavente, Secretária de Estado da Educação, em representação do Ministro da Educação, o General Inspector-Geral do Exército, o Governador Militar de Lisboa e o Comandante da Instrução do Exército.

No Ginásio, a cerimónia teve início com as alunas a cantarem o hino do Instituto, e algumas palavras da Directora do IO, Dr.ª Maryse Antolin y Moura, seguindo-se uma alocução, pela Dr.ª Maria Noémia Leitão, subordinada ao tema *Instituto de Odivelas, Cem anos a Formar e Educar.*

Ponto alto da cerimónia foi a entrega do Estandarte Nacional ao IO e a sua condecoração, pelo Ministro da Defesa Nacional, com a Medalha da Ordem Militar de Avis. A cerimónia foi encerrada com o Hino Nacional.

O Fundador do Instituto de Odivelas, Infante D. Afonso, foi recordado com a inauguração do seu busto, da autoria do escultor José João de Brito.

No final da cerimónia foi servido um Porto de Honra a todos os presentes.

O Mosteiro de Odivelas

Foto: IO

O Instituto de Odivelas funciona no antigo Mosteiro de Odivelas cuja edificação remonta ao tempo de D. Dinis. As obras da sua construção duraram cerca de dez anos (1295-1305) e a sua fundação está envolta no "maravilhoso", pois, segundo a lenda, o Mosteiro é o cumprimento de um voto feito por D. Dinis quando, numa caçada, foi atacado por um urso. Nesta situação perigosa, D. Dinis invocou os seus Santos Protectores, S. Dinis e S. Luís, e prometeu fundar um mosteiro se saísse ileso daquela situação. Assim aconteceu: cravou no coração do urso o punhal que trazia à cinta e venceu-o.

Apesar da devastação causada pelo terramoto de 1755 subsistem alguns restos da primitiva traça gótica cisterciense: a cabeceira da Igreja, muito bem conservada; algumas arcarias cobertura e pormenores decorativos dos dois claustros; o célebre túmulo do Rei D. Dinis, cuja estátua jacente é tida como um dos mais antigos retratos do Monarca Português, pois é citado já no seu testamento de 1322.

São ainda de salientar alguns espaços do antigo mosteiro que, não sendo góticos, constituem exemplares interessantes da evolução do gosto ao longo da História: a cozinha, cujas paredes são revestidas a azulejos de figura avulsa do séc. XVIII; o refeitório revestido por painéis de azulejos azuis e brancos, do séc. XVII, e cujo tecto é constituído por um belíssimo conjunto de painéis de madeira pintada com cenas do Antigo e do Novo Testamento.

O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas foi dotado pelo seu fundador com inúmeras propriedades e por isso se transformou num senhorio religioso rico e poderoso, que albergou muitas religiosas e leigas, originárias da aristocracia nacional, que muito contribuíram para que este convento tivesse sido também um importante centro de cultura, ao longo da sua história, que terminou com o Decreto de Extinção das Ordens Religiosas, em Maio de 1834.

Infante Dom P
Pat
da Brigada Li
de Interve

Alfredo Pinheiro Marques **

É uma figura nobilíssima da *História de Portugal* – homem de acção e homem de pensamento, estadista, militar, homem de cultura – o patrono da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), o Infante Dom Pedro (1392-1449), Duque de Coimbra e Regente de Portugal (1439-1448), incentivador dos Descobrimentos, viajante das Sete Partidas (1424-1428), autor do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (c.1431), promulgador do primeiro código de leis escritas portuguesas (1446).

Nesta ocasião em que ocorre o aniversário dos 550 anos da Batalha de Alfarrobeira e do momento tão trágico, significativo e simbólico, que foi o seu desaparecimento, é de justiça serem prestados os devidos louvores a quem não o esqueceu e ser chamada a atenção para o exemplo dado desde há alguns anos pelas Forças Armadas, nomeadamente pelo Exército Português - exemplo através do qual esta mais generosa das figuras históricas portuguesas foi elevada à condição de figura tutelar da unidade, cujo comando, se localiza na sua cidade (Coimbra). Pode, na verdade, dizer-se que o Infante Dom Pedro voltou a Coimbra pela mão das Forças Armadas Portuguesas.

Infelizmente, este exemplo meritório não tem sido seguido em outros sectores da sociedade portuguesa, nos quais continua votada ao mais injusto dos esquecimentos a memória histórica do Infante de Coimbra e de Alfarrobeira. E a verdade é que essa memória histórica poderia e deveria agora ser paradigmaticamente apresentada e eficazmente utilizada, no presente e no futuro da sociedade portuguesa, para a sempre necessária actualização da identidade nacional.

A acção do Infante Dom Pedro, Duque de Coimbra e Regente de Portugal, materializou-se em vários e importantes aspectos, que fizeram dele uma figura decisiva da História de Portugal.

Na sua juventude e formação, havia sido significativa a sua ligação à região centro do País, onde na Beira Litoral tinha o seu Ducado de Coimbra (1415), que veio a incluir Montemor-o-Velho, Penela, Tentúgal, Aveiro, Ílhavo, Mira, Buarcos, etc. Aqui promoveu o progresso e o desenvolvimento económico, mandou secar pântanos no Baixo Mondego, criou feiras e actividades económicas, instalou comunidades marítimas e piscatórias (Buarcos, ria de Aveiro, etc.). Por demais importantes na formação do Duque de Coimbra foram sobretudo as suas viagens das *Sete Partidas*, pela Europa, entre 1424 e 1428. Esteve na Inglaterra e na Flandres, na Alemanha e nas ricas cidades italianas (espaços que eram então os principais centros económicos da época), recebeu do Imperador Segismundo a marca de Treviso na fronteira de Veneza. Acompanhado de alguns dos seus cavaleiros portugueses da Casa de Coimbra, chegou até aos confins do mundo conhecido da Cristandade de então, nos Balcãs e nas já então chamadas "guerras da Bósnia" (episódio que impressiona... quando se constata que, tantos séculos depois, no século XX, veio a ser a "sua" BLI, com comando em Coimbra, que forneceu um contigente militar português para uma missão de manutenção de paz na Bósnia de novo destroçada pela guerra...). Essas viagens foram tão extensas (para a época) que vieram mesmo a dar origem a um mito popular e espontâneo, com alegadas aventuras longínquas até Jerusalém e à Índia, etc. *Partiu um homem medieval e regressou um homem do Renascimento*, como muito bem viria a sintetizar o historiador Veiga Simões. O Infante de Coimbra foi, de facto, um precursor do "europeísmo", um exemplo de modernidade. Foi em tudo um homem notável para o seu tempo - como depois mostraria na sua regência da Coroa. Mas não

edro
rono
geira
nção*

Foto: Arquivo *JE*

(...) espoletou o ódio dessa grande nobreza feudal e por isso veio a ser por ela assassinado em 1449, em Alfarrobeira

somente através do seu período de governo (1439-1448) deu mostras disso mesmo, na prática cultural e cívica. Ele foi também um grande escritor, mecenas, etc.

Na prática política, no governo e administração do país, foi o Regente durante cerca de nove anos (com autoridade equivalente à de um Rei), usou o poder de forma equilibrada, moderna e progressiva, do que é significativo exemplo a preparação e promulgação, que promoveu, da primeira verdadeira colectânea global de legislação geral do Reino de Portugal: as chamadas "Ordenações Afonsinas", de 1446, assim designadas devido a terem sido naturalmente atribuídas ao jovem Rei Dom Afonso V, em nome de quem foram decretadas, como era normal na época (mas que na verdade foram inspiradas e redigidas pelo Infante Dom Pedro e pelos legistas da época, de que estava rodeado e que protegia). Consegue-se hoje em dia, no século XX, imaginar o que seria um país onde quase não havia leis escritas e gerais? Era sem dúvida um campo de batalha(social) particularmente favorável ao feudalismo e à nobreza senhorial.

Este esforço legislativo, moderno e pioneiro, foi significativamente feito sob a égide de um nobre e governante esclarecido como foi o Infante Dom Pedro, o príncipe que havia escolhido como símbolo das suas armas – símbolo da Casa de Coimbra – precisamente o desenho de uma balança. Os símbolos que hoje em dia conhecemos começavam então a ser codificados e é extremamente curioso que um grande Senhor como era o Duque de Coimbra escolhesse um emblema assim, cujo significado naturalmente evocava a equidade, o comércio e o direito, os valores modernos da Justiça e da Liberdade, fundamentos do que há de melhor na nossa civilização.

Juntando a teoria à prática, paralelamente à sua efectiva e generosa acção na vida pública e no governo, o Infante Dom Pedro foi também o primeiro teorizador político e social de Portugal, verdadeiro *politólogo* e sociólogo em sentido moderno: autor do primeiro tratado

de teoria e ciência política escrito na língua portuguesa, o *Livro dos Ofícios*, uma tradução livre e adaptação do *De Oficiis* do autor Marco Túlio Cícero.

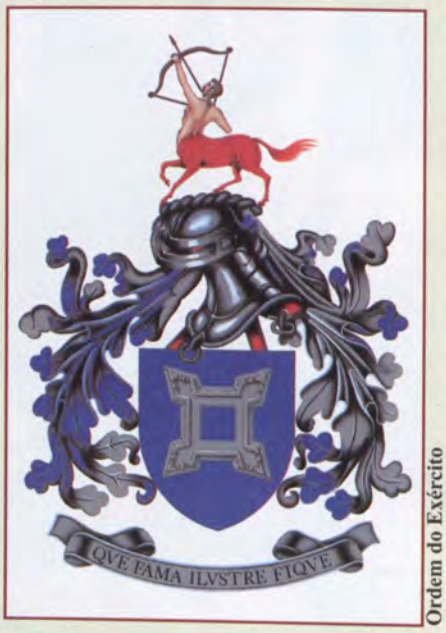
Noutras áreas ainda se manifestou o papel cultural que o Duque Dom Pedro teve, nomeadamente como autor literário e como divulgador do pensamento de grandes autores da antiguidade grega e latina, duas facetas inseparáveis, e que implicaram um extraordinário pioneirismo na redacção e formação da Língua Portuguesa (que então, de forma definitiva, se autonomizava literalmente do latim). Neste campo, foi o primeiro autor de prosa doutrinal e filosófica em português, o que significou que teve um papel decisivo na criação de vocabulário e na fixação da linguagem e dos conceitos abstractos. A expressão desse pioneirismo está no seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, obra notável, uma das primeiras do seu género em qualquer língua europeia, criada a partir da influência do *De Beneficiis* do filósofo estóico Séneca. Assim se deu um passo de excepcional importância para o nascimento e autonomização da língua portuguesa. Assim se criou o vocabulário abstracto , instrumento da expressão de sentimentos, de ideias, de afectos e de fórmulas culturais.

São coisas como esta que criam uma Nação e dão identidade a um Povo.

Em 1439 o Infante Dom Pedro tomou o poder da Regência em Portugal, não devido a quaisquer suas alegadas ambições pessoais (que, como depois se viu claramente, nunca alimentou), mas sim devido a um imperativo nacional de pacificação interna, de equilíbrio e de necessidade de evitar uma explosão de guerra social (entre a grande nobreza senhorial-feudalizante e a burguesia ascendente). E por isso o seu poder veio a ser um poder moderado, conciliador e bem intencionado. Durante a sua regência, praticou esse equilíbrio, mas defendeu a Justiça, o que significou proteger os povos, os concelhos municipais, os mercadores, os pescadores e os camponeses, contra os abusos feudalizantes da grande nobreza territorial. Defendeu a Nação e preparou o futuro contra o Feudalismo.

Por isso, espoletou o ódio dessa grande nobreza feudal e por isso veio a ser por ela assassinado em 1449, em Alfarrobeira (quando já nem sequer estava no poder). Mas, apesar da maldição da sua memória (que começou logo depois do seu assassínio e que continuaria durante séculos), ninguém conseguiu verdadeiramente apagar e silenciar para sempre a grandeza da sua obra. Deixou sementes de modernidade, que viriam a florescer pela mão do seu neto e herdeiro que veio a ser o "Príncipe Perfeito", Rei Dom João II, o maior de todos os governantes da Terra e da Gente Portuguesa, do qual os cronistas viriam a escrever um dia: *próprio e verdadeiro coração da república, dos seus povos mui querido e dos grandes mui temido.*

Um campo em que até hoje ainda continua muitas vezes sendo injustamente esquecida a importância da obra do Infante Dom Pedro é o que se pretende com o incentivo dos Descobrimentos Geográficos, das navegações e da colonização dos



Ordem do Exército

Armas

da Brigada Ligeira de Intervenção

espaços ultramarinos. Desde há muito, todo o pioneirismo e toda a importância vinham sendo, neste campo, tradicionalmente atribuídos ao Infante Dom Henrique. Mas os historiadores têm obrigação de saber, hoje em dia, que essa visão tradicional não corresponde à realidade. Não pode, nem deve, continuar a ser mantida. Nos Descobrimentos a acção do Infante Dom Pedro foi bem mais importante do que a do seu irmão mais novo e colaborador, Infante Dom Henrique. Isto manifestou-se, quer na sua obtenção de informações geográficas (enquanto na juventude viajou pelo estrangeiro, por quase toda a Europa e Mediterrâneo, nos anos de 1425 a 1428), quer, depois, na sua acção política, enquanto deteve o Poder, entre 1439 e 1448, quer na acção directa (colonização das ilhas atlânticas, instalação de povoadores flamengos nos Açores, etc), quer no controlo e incentivo geral de todos os empreendimentos ultramarinos (incluindo os que possam ter sido executados com intervenção do Infante Dom Henrique).

Nos decisivos anos de 1439 a 1448 o Infante Dom Pedro fez certamente mais para os Descobrimentos do que aquilo que foi transmitido para a posterioridade pelo cronista Gomes Eanes de Zurara (o qual, mesmo no seu afã de atribuir tudo ao seu patrono Infante Dom Henrique, não consegue silenciar totalmente, e, pelo contrário, deixa mesmo perceber nas entrelinhas muito do que deve ter sido devido ao antigo regente). Sobre isto tem havido muitas discussões entre os historiadores, pois escasseiam as fontes coevas, mas não pode deixar de ser aplicada uma crítica histórica à "Crónica" de Zurara, apologética de Dom Henrique e naturalmente suspeita. Como mostrou o Prof. Joaquim de Carvalho, Zurara chegou ao ponto de plagiar os textos de capítulos inteiros do "Livro da Virtuosa Benfeitoria", de Dom Pedro, para os incluir na crónica apologética do irmão mais novo que havia sobrevivido à batalha de Alfarrobeira e a partir daí havia sido trombeteado como sendo o responsável único e maior dos Descobrimentos! O cronista do Infante Dom Henrique é o plagiador do Infante Dom Pedro. O morto de Alfarrobeira foi silenciado e roubado até do que havia escrito, pensado e sentido.

Mas a verdade insofismável – que nenhum silenciamento para o futuro conseguiu esconder totalmente (e nunca conseguirá) – é que o Duque de Coimbra deteve efectivamente o Poder Real durante muitos anos e foi precisamente nesses anos que os descobrimentos atlânticos foram decisivamente impulsionados. Ninguém poderá ter dúvidas – e muitos indícios existem – de que esse importante papel foi silenciado mais tarde, quando Dom Pedro, traído e abandonado por quase todos, foi morto em Alfarrobeira e a sua memória banida. Como já dissemos, mesmo aquilo que o Infante Dom Henrique possa ter feito, é óbvio que o fez por ordem do seu irmão mais velho, então Regente. Também por isso é muito injusto o esquecimento que se instalou à volta da figura de Dom Pedro, no seguimento da maldição do seu nome.

O momento decisivo em que se jogou o destino de Portugal – o triunfo da vocação atlântica do país, que levou aos Descobrimentos e que iria mudar a História do Mundo – foi o tempo do Infante Dom Pedro, de Coimbra. E certamente ele teve nesse processo uma intervenção decisiva.

A conclusão é clara e as continuidades dos homens e das suas proveniências regionais demonstram-na indubitavelmente. Também no projecto dos Descobrimentos – quer nas suas componentes teóricas (com o mapa de Fra Mauro, a conceptualização do "Plano da Índia", etc), quer nas suas componentes práticas (a origem dos homens e navios que efectivamente fizeram as navegações) – o "Príncipe Perfeito" Dom João II foi o herdeiro e continuador do Infante Dom Pedro de Coimbra e de Alfarrobeira. O "Príncipe Perfeito" Rei Dom João II foi, no seu tempo, o "Duque" de Coimbra: o senhor das terras e dos homens que deram um contributo decisivo para os Descobrimentos. Ele foi o vingador, e continuador, do seu avô assassinado em Alfarrobeira.

Pela sua obra e pelo seu exemplo, o Infante Dom Pedro ficou para sempre como uma das mais significativas e simbólicas figuras da História de Portugal: culto, viajado, ilustrado e modernizador, beneficiente e conciliador, justo e bem intencionado, protector dos povos e dos municípios, amante e agente da Justiça, frontal inimigo do Feudalismo. No aspecto metropolitano português, ele foi o defensor da unidade nacional perante os perigos vindos de Castela e das "práticas de Castela": as operações senhoriais e feudalizantes da grande nobreza terra-tenente (a grande nobreza encabeçada pela Casa de Bragança, aliada da Coroa de Castela).

No aspecto da definição de uma política de Defesa, foi o conceito estratégico do Infante Dom Pedro – um verdadeiro conceito estratégico global para a defesa e o futuro de Portugal – aquele a que o futuro veio a dar razão: *sim* aos comércios e navegações de descobrimento ultramarino (incluindo as colonizações de novas terras insulares atlânticas como os Açores e a Madeira) e *não* às conquistas territorias e feudalizantes em Marrocos (que interessavam sobretudo à Nobreza e não a todo o Povo português). Digamos tudo nas próprias palavras do Infante Dom Pedro, num seu texto de c. 1436: *(...) não faço dúvida em ser bem, e serviço de Deus, os mouros inimigos da fé serem guerreados, contando que este bem não traga consigo danos e males muito maiores (...) Mas, posto caso que passásseis e tomásseis Tânger e Alcácer e Arzila, queria, Senhor, saber que lhe fareis, porque povoá-las com reino tão despovoado e tão minguado de gente como é este vosso, é impossível: e, se o quisésseis fazer, seria torpe comparação, como de quem perdesse boa capa por mau capelo, pois era certo perder-se Portugal, e não se ganhar África (...) Pelo qual, Senhor, concluo que meu parecer é que agora nem em algum tempo Vossa Mercê se não deve entremeter nesta guerra de África (...)a meu juízo não é serviço de Deus, nem proveito, nem honra de alguém; antes o contrário disto nela se oferece a todos mui manifestamente (...).*

Desenvolver, valorizar e defender, antes o nosso próprio país – um país europeu, moderno e modernizável. O Infante Dom Pedro recusou as aventuras cavaleirescas e feudais em Marrocos pela mesma razão por que incentivou e promoveu as navegações comerciais, a colonização de novas terras desabitadas e o desenvolvimento da burguesia comercial–marítima (o que incluiu os Descobrimentos Geográficos). Sensata estratégia, que infelizmente nem sempre depois foi seguida em todos os períodos da História de Portugal (com os tristes resultados posteriormente visíveis em Alcácer-Quibir, etc.), mas à qual o tempo, com o seu julgamento infalível, haveria de dar razão.

Desenvolver, valorizar e defender, antes de tudo o nosso próprio País. JE

Foto: Arquivo JE

Coimbra. Quartel-General da Brigada Ligeira de Intervenção

* Texto correspondente a excertos da alocução proferida em 1 de Junho de 1999, em Coimbra, no Quartel-General da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI), no âmbito das cerimónias do *Dia* dessa Grande Unidade Operacional do Exército Português.

** O autor é Director do Centro de Estudos do Mar (Figueira da Foz) e docente do Departamento de História da Universidade de Coimbra.

Exército Patrim

Em inícios de Novembro do último ano, em consequência de novas obras executadas no edifício principal do RC3 "Dragões de Olivença" com o objectivo de melhorar as instalações do pessoal de serviço, nomeadamente, Casa da Guarda e Casernas do Reforço, foram descobertas novas pinturas a fresco, nos tectos e paredes interiores, descoberta que vem proporcionar, sem dúvida, uma maior riqueza do Património Histórico que esta Unidade nos oferece.

São estes factos que fazem do RC3 uma das mais interessantes preciosidades arquitectónicas de índole Histórico-Militar que, no contexto da cidade de Estremoz e da zona cultural onde se insere, o tornam das mais conceituadas unidades do Exército Português, conservando, os seus militares, o corolário da Virtude e da Nobreza no bem servir.

Facto a realçar, é a extraordinária componente histórica que estas instalações nos apresentam. Nos últimos anos, foram iniciados alguns trabalhos de índole arqueológica que puseram a descoberto vestígios de construção gótica (outro convento do séc. XV) e algumas das marcas religiosas, nomeadamente, pinturas a fresco que decoram as paredes do piso inferior do Claustro, nichos e confessionários que desde a ocupação militar se encontravam submersos em espessas camadas de cal e entulho.

Foto: RC 3

Convento de Estremoz, onde está aquartelado o RC 3, desde 1875

Recupera ónio

Foto: RC 3

Foram descobertas novas pinturas a fresco nos tectos e paredes interiores

O Convento de Estremoz, das mais antigas fundações portuguesas dos religiosos Claustrais da Ordem de S. Francisco, no ano de 1541, e por decisão do Cardeal D. Henrique, foi entregue aos seráficos padres da regular observância da província dos Algarves e teve os seus primórdios históricos em data imprecisa do séc. XIII pelos reinados de D. Sancho II – D. Afonso III (1239-1255).

O Templo foi erguido sobre a protecção da Rainha D. Beatriz de Gusmão, filha de Afonso X, o Sábio, de Castela.

No período arcaico do Convento, nada escapou a uma profunda transformação levada a cabo no tempo de D. Manuel I e concluída na época avançada do séc. XVIII. A segunda fase foi iniciada em 1698 e abrangeu as fachadas, dormitórios e varandas do edifício, arruinado pela violenta explosão do paiol de pólvora do castelo.

Foi expropriado em 1834, com o Decreto da Expulsão das Ordens Religiosas (Convenção de Évora Monte). A partir desta data, a administração dos conventos e mosteiros passou a pertencer ao Estado.

A maioria destas instalações foi entregue ao Exército que assim pôde alojar a quase totalidade dos seus regimentos. Isto veio trazer às tropas portuguesas melhores condições de vida, aliadas à estabilidade e a uma melhor preparação militar e operacional.

A partir de 1842, o Convento de S. Francisco, da Ordem de S. Francisco de Assis, em Estremoz, passa a ter como ocupante o Regimento de Lanceiros Nº 1. Em 1875 é instalado, até aos nossos dias, o 3º Regimento de Cavalaria Portuguesa, os "Dragões de Olivença",

Foto: RC 3

Aguarda-se o desbloqueamento de verbas com vista à recuperação destas pinturas

Aguarda-se o desbloqueamento de verbas, que desejaríamos tão breve quanto possível, com vista à recuperação destas pinturas murais, datadas do Séc. XVII. Para o efeito foram contactadas várias entidades competentes na matéria, nomeadamente o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. JE

hoje denominado de Regimento de Cavalaria Nº 3.

Foram efectuadas grandes obras, nomeadamente, nos telhados da Igreja e nas abóbadas das naves, entre os anos de 1879-1880.

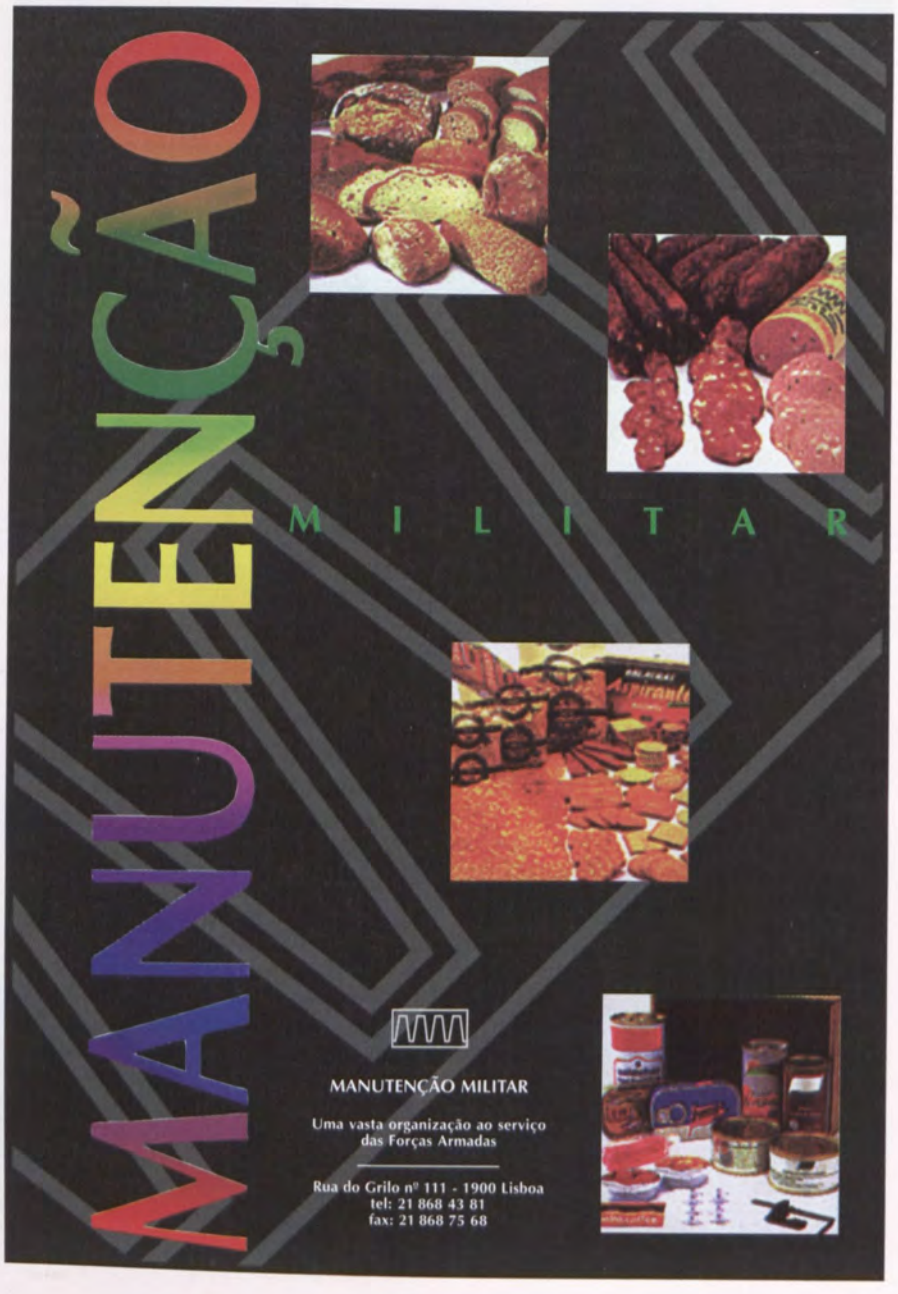
De 1940 a 1963, o notável templo sofreu beneficiações importantes na desobstrução, limpeza e restauro, conduzidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Sacrificada a primitiva portaria monástica do Convento de S. Francisco, a actual entrada militar passou a efectuar-se pela antiga Porta do Carro, devidamente rectificada e reconstruída em 1745. O túnel que comunica directamente com a quadra realizou-se no ano de 1746.

O monumental Claustro, obra dos últimos anos do reinado de D. Manuel, inícios de D. João III, possuía dois pisos diferenciados na concepção arquitectónica: o térreo e o alto (este último foi obstruído no século passado por necessidades militares).

As mais nobres e antigas dependências correm na linha térrea, ao norte, de acesso directo com o claustro, excluindo a Sala Capitular, que é a última do mesmo lado, de exterior contrafortado para a parada militar.

Ao longo de quase 150 anos de presença militar, o Convento continuou a sofrer inúmeras alterações, nomeadamente, obras de adaptação às novas necessidades de modo a permitir novos espaços para casernas, arrecadações, refeitórios, cavalariças e gabinetes.



Os Uniformes da Guerra Peninsular (1806-1813)

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Conforme o prometido no número anterior, dedicado à Guarda Real da Polícia de Lisboa, vamos analisar algumas fontes iconográficas relativas à Infantaria.

Fig. 1

Trata-se, que eu conheça, da fonte iconográfica mais fidedigna existente no Arquivo Histórico-Militar, observando que a casaca tem no peito sete alamares em vez de oito, quanto ao resto encontra-se correcto.

Fig. 2

É uma aguarela do Coronel Ribeiro Artur e as observações a fazer sobre esta ilustração são: a barretina deveria ter os cordões em azul-ferrete e vermelho e os canhões das mangas no lugar de carcelas deveriam ter dois alamares nos canhões, conforme a fig. nº 1.

Fig. 3

É um trabalho de Carlos Ribeiro, publicado na revista "Defesa Nacional". Efectivamente, esta ilustração peca pela quantidade de erros, assim: a barretina deveria ter dois cordões e não um; as suas cores não deveriam ser amarelo e encarnado, mas sim azul-ferrete e encarnado; não tinha francaletes e muito menos de escama de metal, que são característicos da cavalaria.

Na casaca a gola não tem vivo amarelo, os alamares no peito são em número de oito e não de seis; o forro da farda é azul-ferrete e não vermelho; os canhões das mangas não têm vivos, mas sim dois alamares cada. As platinas são em forma de dragona de pano e o vivo é da cor da farda e não amarelo; as calças não têm vivos. As polainas poderão estar correctas se tivermos em consideração a utilização das do m/806.

São manequins pertença da Guarda Nacional Republicana e que facilmente se verifica que foram executados a partir da estampa da figura nº 3; além dos erros acima apontados ainda apresenta os seguintes:

Fig. 4

A barretina com borlas dos dois lados; a elipse deveria ter as Armas de Portugal, em relevo, tendo em aberto as iniciais GRP; a chapa de latão, logo acima da pala, é que deveria ter em aberto as

Fig. 5

iniciais acima indicadas. A canana é de Cavalaria, assim como o cinturão, e não deveria calçar botas. Confesso que este manequim, além de ter a barretina colocada "às três pancadas" é um misto de Infantaria com Cavalaria e um pouco de não sei mais o quê...

JE

CASA BUTULLER
– Miguel Butuller, Lda. –
37 – Rua Barros Queirós – 39
1100 LISBOA - Telef. 21 346 93 50
CASA BUTULLER LISBOA
ESPECIALIZADA EM:
Todos os artigos militares para as Forças Armadas e Militarizadas, assim como:
Bonés, Fardas militares e civis, Botões, Cordões, Dragonas, Galões, Divisas, Charlateiras, Camisas, Emblemas, em metal, Bordados, Plásticos e em alumínio anodizado.
Condecorações, Espadas, Cintos e Fiadores. Bandeiras, Estandartes, Galhardetes, Guiões, Varões e Hastes.
Taças, Medalhas e Troféus, etc..

Virgílio de Carvalho

Elementos de Cultura Histórica, Política, Estratégica e Militar

Lisboa, Edição da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, 15x22 cm, 181 págs.

Ao tratar de Cultura (Histórica, Política, Estratégica e Militar) e ao orientar o seu trabalho para a "opinião pública nacional, nomeadamente a geração mais jovem", procura o Cmdt Virgílio de Carvalho, mais uma vez, colmatar uma enorme e perigosa brecha da cultura nacional actual.

Na realidade e infelizmente, são raras as instituições e os intelectuais que se dedicam, entre nós, ao estudo de assuntos tão essenciais como estes à condução de uma política de defesa da Individualidade do nosso país, mesmo atendendo aos novos desafios e riscos, a que a natural integração na Europa dá origem ou que a inevitável Globalização comporta.

Daí a dificuldade de caracterização dos objectivos nacionais permanentes, cujo conjunto constitui a Grande Estratégia Nacional e, até, a conceptualização do Interesse Nacional e sua identificação clara.

Assim e para, mais uma vez, chamar a atenção para questões essenciais que urge tratar e divulgar, em particular, como diz, junto da juventude, para que possa vir a participar de forma efectiva, esclarecida e democrática em decisões fundamentais para o futuro do País, escreveu o Cmdt Virgílio de Carvalho este livro, refe-

rência essencial para quem queira, com honestidade intelectual, verdade científica e, por que não, sentido patriótico, entender as traves mestras do que deve ser a grande Política Nacional nesta matéria.

Foi acompanhado, nesta quase cruzada, pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal que entendeu, julgamos que muito bem, caber no seu âmbito Estatutário a edição deste livro que consideramos muito oportuno e esclarecedor.

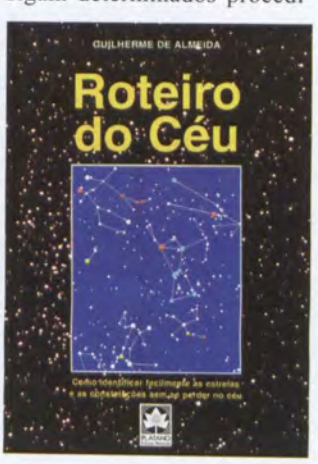
Guilherme de Almeida

Roteiro do Céu

Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 1996, 17x24 cm, 176 págs.

Quem, numa noite límpida e serena, quis alguma vez contemplar o firmamento repleto de estrelas, identificar algumas pelos seus nomes, localizar determinadas constelações e não conseguiu, tem agora, com a presente brochura, a possibilidade de o realizar.

De facto, contrariamente ao que pode parecer à primeira vista, isso não requer conhecimentos prévios especiais e é acessível a qualquer pessoa, desde que se sigam determinados procedi-



mentos que são indicados neste livro. Também não é necessário utilizar instrumentos de observação sendo os olhos suficientes. O ***Roteiro do Céu*** permite ainda interpretar os diferentes aspectos do céu de acordo com a hora da noite, a época do ano e o local de observação. Com este livro, o leitor aprenderá a orientar-se no firmamento (em qualquer dos hemisférios terrestres) com a mesma facilidade com que procura uma localidade num mapa de estradas. A técnica dos alinhamentos sucessivos levá-lo-á a utilizar as estrelas brilhantes como marcadores que conduzirão a novas descobertas.

Obra destinada genericamente a todos os que se interessam pela Astronomia, sejam professores, alunos, já iniciados ou amadores em fase de iniciação, bem como aos cépticos que afirmam não conseguir reconhecer "nada" no céu nocturno, ela inclui vários mapas de identificação, uma carta celeste especial que mostra lado a lado mapas legendados e mapas mudos que se destinam ao treino do leitor.

Interessante a todos os níveis onde se realça a importância do conhecimento do céu como base indispensável para a (posterior) utilização proveitosa de binóculos e telescópios, ***Roteiro do Céu*** dá ainda informações suplementares sobre todas as estrelas legendadas e sobre as condições de visibilidade de todas as constelações.

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

300 Anos de Uniformes Militares do Exército de Portugal 1660-1960

Lisboa, Co-Edição do Exército Português e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1998, 22,5x31,5 cm, 286 págs.

O aparecimento desta obra, da autoria do nosso colaborador Manuel Ribeiro Rodrigues, vem, finalmente, dar a conhecer a evolução do uniforme militar em Portugal nos últimos 300 anos, ou seja, desde que em 1660 o Conde de Schoemberg introduziu entre nós o "hábito de uniformizar o grosso do Exército".

A qualidade e rigor do texto, bem demonstrativo dos vastos conhecimentos do autor, a variedade de uniformes, resultantes, quer dos muitos locais espalhados pelo mundo onde foram utilizados,

quer das aculturações locais, e as preciosas gravuras reproduzidas fazem desta obra uma referência no domínio da iconografia militar.

De salientar, ainda, a co-edição pelo Exército Português e pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal que, esclarecidamente, compreenderam o seu valor e interesse cultural.

Impressão cuidada de "Madeira e Madeira".

Nota: Os exemplares disponíveis desta edição encontram-se à venda no Museu Militar e na livraria da secção comercial das OGFE.

HMR 2 Trata Crianças Vítimas da Guerra em Angola

Tenente-Coronel Médico Silva Santos

Foto: HMR 2

Crianças e jovens amputados, vítimas da guerra em Angola, recebem próteses no Hospital Militar Regional n.º 2, em Coimbra.

Ao abrigo do 6º Quadro de Apoio da Cooperação Técnica e Militar, da Direcção-Geral de Política e Defesa Nacional, foram recebidas as primeiras dez crianças angolanas com amputações de membros, vítimas da guerra, para serem tratadas no Hospital Militar de Coimbra. Trata-se do primeiro grupo de crianças e jovens integrados no projecto AFICRA – Apoio Fisiátrico às Crianças Angolanas Amputadas Vítimas da Guerra que serão tratadas no HMR2, em Coimbra, onde farão correcções cirúrgicas aos cotos, reabilitação fisiátrica e aplicação de próteses, no âmbito do programa de cooperação técnico-militar entre Portugal e Angola.

O programa, com 12 meses de duração, abrange quarenta crianças angolanas com idades entre os 6 e os 16 anos, vítimas da guerra e em especial da explosão de minas. É financiado pelo Ministério da Defesa com cerca de 40 milhões de escudos e prevê, por um período de um ano, o alojamento e tratamento, trimestral, de grupos de dez crianças de cada vez.

A equipa técnica que se deslocou a Luanda, em inícios de Outubro, para estudar e seleccionar as crianças, constituída pelo TCor Médico Silva Santos (Cirurgião), Med QPCE Jorge Fontes (Fisiatra) e SAjd Neves (Enfermeiro de Reabilitação) esteve a recebê-los no Aeroporto da Portela, no dia 7 do pretérito mês e tem vindo a acompanhar todos os trabalhos de instalação, estudo médico e ocupação de tempos livres inerentes à sua presença em Portugal. Sob a supervisão do Director do HMR2 e perante a necessidade de tornar a estada destas crianças, desprovidas da sorte, isoladas do seu mundo do dia-a-dia, foram criadas algumas condições de apoio para mitigar as agruras da distância, as diferenças climatéricas e as saudades dos seus entes queridos.

E, se a época natalícia é propícia à solidariedade, ao espírito de família e à ajuda entre os homens, não haveria melhor altura para o demonstrar. E foi demonstrado. Desde os nossos jovens soldados, voluntários e contratados, que, num assomo de voluntarismo e dedicação cristã, acompanharam estas crianças desde o momento da sua chegada a Lisboa – abra-se um parêntese para salientar a forma espontânea como um dos nossos soldados transportou uma das crianças, biamputada dos membros inferiores, desde a sala de desembarque até à viatura de transporte que as aguardava no exterior do aeroporto, tendo uma às suas costas e conduzindo outra na única cadeira de rodas disponível – até à

grande massa anónima de cidadãos deste País que, em gestos de elevado altruísmo, criaram uma cadeia de ofertas, das mais singelas às mais caras e sofisticadas. Foram as ofertas de roupas, são as ofertas de brinquedos, os convites para as festas de Natal, as guloseimas e os jantares. São rádios, gravadores, aparelhagens de som, vídeo e TV, são óculos de sol, blusões de cabedal, gorros e cachecóis, parcas e botas, livros cadernos e lápis. E também a presença de crianças das nossas escolas que, com a sua vivacidade, as suas brincadeiras e as conversas espontâneas enchem de alegria o quotidiano destes meninos. E que dizer da generosidade e contínua entrega dos nossos soldados que, quer em serviço, quer nas suas horas de ócio e descanso, sempre acompanham, brincam e ajudam as crianças.

E hoje temos a noção exacta que, sem substituirmos o insubstituível, tornámos este Natal a recordação mais tangível destas sofridas crianças. Possamos nós também vincar na nossa recordação a causa primária das suas mazelas, físicas e psíquicas, para que se saliente em nós o espírito da paz e da concórdia entre os homens.

São dez estas crianças, sedentas de carinho, repletas de esperanças, expectantes ao nosso apoio. Algumas mal falam a língua portuguesa, poucos a sabem escrever, mas a vontade de viver e de conviver obram milagres. Dividem o seu tempo entre os exercícios de fisiatria e as aulas de ensino básico ministradas por uma professora cedida, graciosamente, pela Direcção Regional de Educação do Centro. Nos intervalos recreiam-se com os múltiplos jogos e livros oferecidos, sempre sob a carinhosa, dedicada e profícua presença da assistente social, que, na forma de estágio profissional pedido para o efeito (esperamos que subsidiada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional), as tem acompanhado desde o primeiro dia de permanência em Coimbra.

Foto: HMR 2

(...) tendo uma às suas costas e conduzindo outra na única cadeira de rodas disponível (...)

Futebol é espectáculo, é desporto-rei não só aqui como na sua terra e as crianças adoram-no. Quer sejam as nossas crianças, quer sejam estas. E estas também o jogam e gostam de o jogar. É vê-las correndo com as suas canadianas e cadeiras de rodas, deambulando pelo campo polivalente, jogando ao ataque ou à baliza, chutando com a sua única perna ou utilizando a canadiana como se de um pé próprio se tratasse. E como vibram quando vão assistir as jogos da Académica. Não conheciam, são do Benfica, do Sporting ou do Fê Quê Pê, não interessa. São jovens e gostam do desporto, da prática física e de desafios. E as suas vidas são autênticos desafios talvez desde o dia em que nasceram mas, de certeza, desde o dia do seu infortunado acidente. E assim será até ao final dos seus dias.

"Esperar é preciso, viver não é preciso". Esperar o momento de viajar, de conhecer a terra que os acolheu e viver. Viver conhecendo a vida, a terra e os costumes. Esperam ansiosamente por esses momentos, tal como aquilo que são, crianças ávidas de conhecer coisas novas, sempre atentas ao cumprimento das promessas dos adultos. Preparam-se várias deslocações às cidades mais próximas de Coimbra pelo que se têm feito contactos com os Comandantes das U/E/O sediados nessas cidades solicitando o seu apoio para alimentação e alojamento. O apoio tem sido pleno e em breve vão iniciar-se as tão esperadas viagens a terras de Portugal. Também aqui a semente da mensagem está lançada. Que os mensageiros a levem bem longe e a dispersem aos quatro ventos. JE

Novo motor HDi
injecção directa de alta pressão.

A única break com a suavidade da suspensão hidropneumática auto-ajustável dispõe agora do motor Diesel mais avançado do mundo. Com 110 cv às 4000 rpm, o novo motor HDi destaca-se pelo elevado binário a baixos regimes e pelo baixíssimo nível de ruídos e vibrações produzidos. Graças à tecnologia de injecção directa de alta pressão "common rail" que permite o controlo óptimo da mistura de carburante e ar, o motor HDi de 1997 cc. proporciona à nova Xantia Break HDi prestações e consumos sem paralelo entre os mais avançados modelos turbo-diesel. Visite o seu Concessionário ou Agente Citroën e experimente a sensação exclusiva de viajar no espaço de uma Citroën Xantia Break HDi.

Nem a tecnologia mais avançada dispensa um espaço exclusivo.

Citroën prefere TOTAL

CITROËN Xantia BREAK HDi

CADA VEZ MAIS SEGURO DE SI.

CRÉDITO CERTO

CITROËN FINANCE

Mais 32% de binário às 1500 rpm ■ Mais 25% de potência a baixa rotação ■ Redução do consumo em 21%
Menos 22% de emissões poluentes ■ Menos 6% de vibrações ■ Redução do ruído em 50%

Coronel Bastos Moreira

Nota da Redacção

Tal como o fizemos anteriormente ao presente número, reproduzimos hoje, na secção ***Monumentos de Evocação Militar*** um *fac símile* do texto dedicado ao Castelo da Lousã. JE

SE seguirmos pela estrada que parte de Coimbra em direcção à vila da Lousã, e continuarmos pela que, desta povoação, nos conduz através da serra do mesmo nome, podemos admirar um dos muitos belos panoramas de Portugal.

Ao longo dessa estrada que serpenteia pela acidentada serra de enormes vertentes densamente arborizadas, existem miradouros que constituem como que paragens obrigatórias a que não podemos resistir, perante o que nos é dado observar.

É numa dessas zonas ravinadas, perto do rio Arouce, e no meio de deslumbrante paisagem, que se ergue o Castelo da Lousã, de característica medieval, que constituiu, ao tempo, uma boa posição militar que permitia a defesa contra as incursões através da serra.

A sua origem deve ter sido numa primitiva obra dos Lusitanos, possìvelmente ocupada e melhorada mais tarde pelos Romanos, Visigodos e Mouros.

Atribui-se a D. Sisnando a fundação do Castelo, no século X, sendo provàvelmente ali, que se formou a primeira povoação da Lousã, conhecida por Castelo de Arouce.

No século XII, deve ter sido D. Teresa, que tendo conhecimento de estar o Castelo em abandono, o mandou reparar e ocupar.

Mais tarde, quando a Corte se encontrava em Coimbra, D. Mafalda mulher de D. Afonso Henriques, atraída pela beleza do local, deve ter ali passado algum tempo, acompanhada de suas damas.

Da interessante obra que é o Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, consta uma lenda, referente ao Castelo, baseada numa obra de Leitão Andrade, Comendador da Ordem de Cristo, que viveu na segunda metade do século XV, e começos do século XVI.

Passamos a resumir o que se insere no Boletim citado.

Na época das lutas travadas pelos Romanos para a posse da Península, existiu, no local onde actualmente se encontra a vila de Condeixa, um poderoso reino chamado CONIMBRIGA, cuja capital, do mesmo nome, era um porto de mar.

Esse reino era governado pelo Rei Arunce que tinha uma filha, a Princesa Peralta, de formosura rara, cujos amores e desditas muito a fizeram sofrer.

Sertório, chefe Lusitano, tendo construído um castelo junto da fronteira com o reino do Rei Arunce, levou este Rei a construir outro castelo, para lhe fazer frente, num local ravinado e cheio de arvoredo.

Certo dia, grande quantidade de barcos transportando cruéis guerreiros invadiram o reino, tendo saqueado e destruído tudo que encontraram.

El-Rei Arunce não dispondo de meios para repelir os agressores, resolveu, acompanhado da Princesa e de sua Corte, abandonar Conimbriga e retirar-se para o interior.

Não se dando por vencido o Rei Arunce deslocou-se então a África para pedir reforços que lhe permitissem recuperar o reino perdido.

Dando a entender que levava consigo a Princesa, encerrou esta no Castelo que havia construído e que mandara agora reforçar, juntamente com pessoal escolhido e de confiança, de sua Corte, e uma grande parte dos seu tesouros.

Conta-se que, ainda para maior segurança, o Rei fez transformar o Castelo num castelo encantado, com todos os tesouros que lá tinha deixado.

A infeliz Princesa acabou por, algum tempo depois, abandonar aquela segura residência.

Tendo passado por muitos trabalhos, foi mais tarde transformada numa ribeira de forte caudal, para que ficasse também Princesa das outras ribeiras.

Mais se conta que Vénus, sua inimiga, assim tinha castigado a sua arrogância e altivez, fazendo-a perder o nome de ALTA e ficando só o de PERA.

Existe realmente no concelho de Pedrógão Grande um rio com este nome, sendo a origem de tal designação fruto da fantasia e imaginação.

Diz-se que o nome Lousã, provém da palavra Aloçan que era o modo como os Mouros chamavam à povoação de Arunce.

Conta-se também que a origem da palavra está nas lousas empregadas em grande quantidade na construção do Castelo.

Maj. Eng. BASTOS MOREIRA

MONUMENTOS DE EVOCAÇÃO MILITAR

O CASTELO DA LOUSÃ

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Medicina Dentária e Prótese Dentária

- Médicos Dentistas Especializados
- Instalações Modernas e Máxima Higiene
- Laboratório de Prótese Dentária Próprio

Preços Especiais para a ADME

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Lisboa - Rua Gomes Freire, 183 - 1º - 1150 Lisboa • Telefs.: (01) 353 46 55/70 - Fax: (01) 354 56 40
Sintra - Av. Miguel Bombarda, 27 - 4º B - 2710 Sintra • Tlef.: (01) 924 34 02 (Em frente à estação dos Caminhos de Ferro-CP)
Alverca - E.N. 10 - N.º 8 (Edifício Cinema) - Sala 108 - 2615 Alverca • Tlef.: (01) 957 36 40

IV Concurso de Fotografia do *Jornal do Exército*

REGULAMENTO

O *Jornal do Exército* organiza um concurso de fotografia tendo por principal objectivo a obtenção de trabalhos fotográficos para publicação no *JE*, principalmente para as suas capas, ao qual poderão concorrer todos os amadores e profissionais de fotografia (militares ou civis) à excepção dos militares e funcionários do *JE*.

1. TEMA DO CONCURSO

Ao concurso podem ser apresentados trabalhos fotográficos em papel a preto e branco ou cores e em diapositivos a cores, alusivos ao seguinte tema: «As Forças Armadas, a sua Vivência e o seu Património.»

Deverão ser abordados aspectos relacionados com a vida militar, privilegiando-se os trabalhos que valorizem o ramo Exército, embora se admitam trabalhos que foquem acções conjuntas do Exército com os outros ramos das Forças Armadas.

2. QUANTIDADE DE TRABALHOS E FORMATO

Cada participante pode apresentar até 4 trabalhos que deverão ter o formato mínimo de 15X20 e o máximo de 24X30. Por razões de enquadramento serão aceites ainda formatos com outras proporções, desde que não sejam inferiores à área do formato mínimo nem superiores à área do formato máximo.

Dado o objectivo principal do concurso - Obtenção de fotografia para a capa - deverá privilegiar-se a foto "ao alto".

3. IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS

a) No verso de cada trabalho deverão constar em letra bem legível:
- Nº e Título do trabalho (de acordo com o boletim de inscrição)
- Pseudónimo do autor

b) Juntamente com os trabalhos deverá ser entregue um envelope fechado contendo no exterior apenas o pseudónimo do autor e no interior o boletim de inscrição devidamente preenchido.

4. ENVIO E DEVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

a) Os trabalhos poderão ser entregues em mão ou enviados por correio para:

JORNAL DO EXÉRCITO
"IV Concurso de Fotografia"
Largo da Graça 94
1170-165 Lisboa

(Este boletim poderá ser fotocopiado)

b) Os concorrentes terão 30 dias, após a divulgação dos resultados, para fazer o levantamento dos trabalhos nas instalações do *JE*.

5. JÚRI DO CONCURSO

a) Os trabalhos recebidos serão apreciados por um júri, a designar pela organização.

b) As decisões do júri são inapeláveis.

6. PRÉMIOS

a) Serão atribuídos os seguintes prémios:

1º 50.000$00
2º 40.000$00
3º 30.000$00

b) Os trabalhos premiados ficam na posse da organização.

c) O júri poderá decidir a não atribuição de quaisquer dos prémios ou a sua atribuição *ex aequo* e, ainda, as menções honrosas que entender.

7. DIVERSOS

a) O *JE* poderá utilizar trabalhos seleccionados mas não premiados para efeitos de publicação, sendo devida, nestes casos, remuneração por colaboração.

b) Será tomado o maior cuidado com os trabalhos recebidos, mas a organização não se responsabiliza por danos ou extravios que eventualmente venham a ocorrer.

c) A participação no concurso implica a aceitação integral deste regulamento.

d) Os casos omissos no regulamento serão analisados e esclarecidos pela organização de cuja decisão não há recurso.

e) Com os trabalhos premiados e seleccionados poderá vir a ser efectuada uma exposição em local e data a comunicar, caso a quantidade e qualidade dos trabalhos o justifique.

8. CALENDÁRIO

- Recepção dos trabalhos até **2 de Maio de 2000**
- Reunião do Júri: **10 de Maio de 2000**
- A comunicação dos resultados aos premiados será feita no primeiro *Jornal do Exército* após a reunião do júri.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Pseudónimo _____

Nome _____

Morada _____

Telefone civil _____ **Telefone militar** _____ **Unidade** _____

Posto/Profissão (riscar o que não interessa) _____

Nº.Foto	Título	Local/ Descrição sumária
1		
2		
3		
4		

Coord Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Missões de Cooperação Técnico-Militar e Humanitárias e de Paz; Competência Disciplinar e Responsabilidade de Avaliação

Despacho nº 11/CEME/00

Refª: Directiva nº 323/CEME/97, de 19 de Novembro de 1997

Considerando:

1. A necessidade de ser adoptada uma estrutura hierárquica habilitada a funcionar como cadeia de comando com capacidade de processar e homologar avaliações, louvores, referências elogiosas e todas as questões disciplinares em geral:

2. A necessidade de uniformizar os procedimentos relativos aos assuntos de natureza disciplinar (louvores, punições, referências elogiosas, etc.) e à avaliação individual, respeitantes aos militares que continuam na dependência do Exército, quer em Missões de Cooperação Técnico-Militar, quer isolados, no desempenho de Missões Humanitárias e de Paz, integrados em forças de natureza multinacional;

3. A necessidade de estabelecer regras para se efectuar a avaliação dos militares no desempenho de funções no âmbito dos projectos de Cooperação Técnico-Militar da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional;

4. A necessidade de ser nomeado um representante dos militares portugueses em Missões Humanitárias e de Paz, quando esses militares não são uma força constituída, junto dos países onde decorre a missão;

Determino:

1. Que, no âmbito das Missões de Cooperação Técnico-Militar, cujos projectos sejam da responsabilidade do Exército, seja adoptada a estrutura hierárquica constante do organigrama em anexo ao presente despacho;

2. Que os militares, Directores - Técnicos (DT) e Assessores (ASS), nomeados para Missões de Cooperação Técnico-Militar, sejam colocados, na situação de diligência, nas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos, nomeados como Entidades Técnicas Responsáveis (Directiva n.º 323/CEME/97), enquanto durar a missão em que participam;

3. Que sejam adoptados os seguintes procedimentos, relativamente aos militares que continuam na dependência do Exército:

a. Missões de Cooperação Técnico-Militar:

(1) As avaliações individuais seguem a cadeia hierárquica definida no organograma em anexo:

(2) Os assuntos de natureza disciplinar devem ser remetidos à Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do CEME, que, após ter procedido à recolha de dados estatísticos e informações pertinentes, os enviará à ETR onde esté colocado o militar, dando conhecimento ao respectivo Comando Territorial e ao Comando de Pessoal.

b. Missões Humanitárias e de Paz (Militares isolados):

(1) O ***Relatório Individual de Avaliação,*** informação padronizada para este tipo de missões e internacionalmente adoptado, é preenchido pelo superior hierárquico estrangeiro do militar português e enviado à Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do CEME, que, por sua vez, remeterá á U/E/O a que pertence o militar, dando conhecimento ao respectivo Comando Territorial e ao Comando do Pessoal. O militar será objecto de uma informação periódica seis (6) meses após o seu regresso;

(2) Os assuntos de natureza disciplinar devem ser remetidos à Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do CEME, que, após ter procedido à recolha de dados estatísticos e informações pertinentes, os enviará à U/E/O a que pertença o militar, dando conhecimento ao respectivo Comando Territorial e ao Comando do Pessoal.

4. Que as U/E/O, a que pertencem os militares no desempenho de funções no âmbito dos projectos de CTM da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional, enviem as FAI, com a antecedência devida e de acordo com as datas definidas no RAMME para a avaliação periódica de cada posto, à Secção de Cooperação Militar e Alianças do Gabinete do CEME, a fim das mesmas serem remetidas à DGPDN para preenchimento. Depois de preenchida a FAI será enviada à U/E/O do militar, seguindo o percurso inverso, para tratamento em conformidade com o disposto no RAMME;

5. Que em futuras Missões Humanitárias e de Paz integrando militares portugueses, não se constituindo estes uma força, deverá ser nomeado um "Representante Militar na Missão", cujas funções serão essencialmente as seguintes:

– Proporcionar um conhecimento actualizado sobre a situação do contingente nacional;

– Tornar possível canalizar informações de carácter administrativo - logístico nos dois sentidos;

– Permitir o acompanhamento do desempenho e do grosso das actividades desempenhadas pelos militares portugueses;

– Tornar possível o acompanhamento das grandes questões da situação político-militar com interesse para o Exército;

– Permitir fornecer às famílias, em caso de necessidade, um conjunto de informações da maior importância do ponto de visita psicológico;

– Desempenhar as funções de representante português da missão em cerimónias de carácter oficial, quando tal se venha a revelar necessária.

6. A revogação da alínea b) do n.º 1 da Circular n.º 2/96, da Direcção de Justiça e Disciplina, de 21 de Junho de 1996;

7. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Pintura de Modelos de Viaturas do Exército Português
Uma Reflexão Sobre as Tonalidades das Cores

Luís Costa

Quebrando um pouco a rotina dos nossos artigos sobre modelos de viaturas do Exército Português, gostaríamos de falar um pouco sobre os tons de verdes que podemos utilizar para se pintarem modelos de viaturas do Exército Português. Falamos em verdes, pois esta é a cor mais utilizada na pintura de viaturas no Exército Português. Em diversas ocasiões temos sido confrontados com questões de diversos modelistas sobre este assunto. As dúvidas acerca de qual o tom verde correcto para a pintura de um modelo existem, e não é fácil estabelecer-se uma regra para dizer qual é o tom de verde mais exacto. Não é nosso intuito referir qual a cor mais correcta, mas sim indicar apenas alguns factores que contribuem para a diversidade de tonalidades de verdes.

Modelo de João Duarte

Fotos do autor

Falando da pintura das viaturas reais, que pretendemos representar com as nossas miniaturas, deveremos ter em consideração que muitas viaturas foram entregues ao Exército Português já pintadas, tendo muitas já servido em outros exércitos, como foram os casos das viaturas recebidas nos anos quarenta, provenientes do Exército Inglês, nos anos cinquenta dos Exércitos dos EUA e do Canadá. Mais recentemente, nos anos setenta e oitenta, foi recebido muito material dos Exércitos dos EUA e da Alemanha. Em certas ocasiões, algum material chegou a ser recebido com camuflagens, com as quais foi mantido em serviço no Exército Português. As condições em que as viaturas são mantidas também influenciam as pinturas das mesmas. Existem viaturas que numa unidade são recolhidas em parques cobertos e existem outras que noutra unidade são guardadas em parques descobertos, sujeitas aos efeitos do sol, chuva e outras condições adversas do tempo, que provocam alterações nas tonalidades das cores das pinturas. Certa ocasião tivemos oportunidade de observar no Campo Militar de Santa Margarida, onde a maioria das viaturas se encontram em parques descobertos, uma Viatura Blindada de Transporte de Pessoal M113A1 com uma pintura nova. Passados dois anos encontrámos a mesma viatura com a pintura totalmente esbatida, com o tom de verde mais "queimado", mais claro, consequência dos efeitos do clima anteriormente descritos.

Outro factor determinante são os fabricantes das tintas que abastecem o Exército. A tinta fornecida por um fabricante varia, em tonalidade, de outra tinta fornecida por outro fabricante.

No que se refere à documentação que o modelista possui para o auxiliar na pintura do seu modelo, as fotografias a cores são o melhor auxiliar, mas elas próprias são um factor de alteração das tonalidades das cores. Uma fotografia a cores, revelada num determinado estúdio, não apresenta as mesmas tonalidades de outra cópia da mesma fotografia revelada noutro estúdio.

Em conclusão, e pelos factores que aqui demostrámos, não é possível dizer concretamente quais os tons de verdes correctos, bem como os incorrectos, para a pintura dos nosso modelos. O que recomendamos é que se escolha, entre as fotografias de que dispomos, uma que servirá de base à pintura do nosso modelo, tentando-se representar o mais fielmente a viatura.

Modelo de António Salreta

A ilustrar este artigo ficam as fotografias de dois modelos de uma única viatura Ford que, nos anos setenta, estava no Depósito Geral de Material de Guerra ainda com a pintura original com que foi recebida do Canadá, nos anos cinquenta, uma cor verde bastante queimada que já estava em tom amarelo. Mais tarde, nos anos oitenta, foi colocada no Museu da mesma unidade e foi pintada em verde escuro semibrilhante. Os modelos de João Duarte e de António Salreta representam esta viatura nas duas situações.

A Batalha do Ameixial Adaptação para Jogo de Guerra IX - Definição dos Tipos de Tropa

Jorge Freitas

Fotos do autor

Soldados do exército de Carlos I durante a Guerra Civil Inglesa (1642-51), numa reconstituição da English Civil War Society. É visível o uso da bandoleira com os "doze apóstolos", doze frascos de madeira cada um com a pólvora necessária para um tiro.

Atiradores: representa a infantaria armada com mosquete ou arcabuz. O mosquete tinha maior alcance do que o arcabuz e o seu projéctil penetrava mais eficazmente as armaduras. Não obstante o arcabuz ser uma arma obsoleta em meados do século XVII, os exércitos português e espanhol continuaram a utilizá-lo em números consideráveis durante todo o período das campanhas da Restauração, a par dos vários tipos de mosquete. O treino e a motivação, bem como o tipo de armamento, definem os tipos de Atiradores nas regras DBR. Assim, pode haver Atiradores Comuns, Sh (O), soldados armados de mosquete, experientes e moralizados; ou Inferiores, **Sh (I)**, soldados armados com arcabuz, ou mosqueteiros bisonhos ou com pouca confiança nas suas capacidades. Dimensões dos elementos de Atiradores: 40mm x 20mm. Número de figuras por elemento: 4.

- **Artilharia**: representa uma bateria de até 4 peças de calibre médio (sacres, meias colubrinas, etc.) ou grosso (colubrinas e outras grandes peças). A pouca mobilidade e a falta de treino formal por parte da maioria dos artilheiros limitavam a efectividade da artilharia no campo de batalha, embora a sua presença pudesse agir sobre o moral das tropas. As peças de calibre médio presentes em ambos os exércitos na batalha do Ameixial são consideradas pelas regras como Artilharia Comum, **Art (O)**. Por razões que se prendem com o cenário específico da batalha, só é necessário representar os animais de tiro para os elementos de artilharia do exército espanhol. Dimensões dos elementos de Artilharia: 40mm x 40mm. Número de modelos por elemento: 1, com duas ou três figuras de artilheiros. Dimensão dos elementos de animais de tiro: 40 mm (frente) x 80 mm (profundidade).

- **Bagagem**: não é propriamente um tipo de tropa, mas uma definição que engloba todo o tipo de apoio logístico de um exército. Na adaptação para jogo de guerra da batalha do Ameixial a sua presença é imprescindível, não do lado português, cujo trem estava seguro em Estremoz, mas do espanhol, pois representa o imenso conjunto de carroças, carretas e coches que D. João de Áustria procurava evacuar pela estrada do Canal. A bagagem espanhola é móvel e Inferior, **Bg (I)**, pois não estava protegida por fortificações. As condições de vitória que envolvem a evacuação com sucesso da bagagem espanhola ou a sua captura pelo exército português são específicas ao cenário e não correspondem inteiramente ao estipulado pelas regras. Em capítulo próprio serão explanadas estas e outras pequenas alterações às regras DBR. Dimensões dos elementos de Bagagem: 40mm x 40mm. Número de modelos por elemento: 1, podendo acrescentar-se uma ou mais figuras por elemento.

A partir do próximo número serão publicadas as ordens de batalha (adaptadas para o jogo) de ambos os exércitos. Posteriormente, concluindo a série de artigos, serão explicadas as condições de vitória para cada um dos lados.

Uma informação útil para quem tem acesso à Internet: existe na *Web* um "site" para os entusiastas dos jogos de simulação deste período, e em particular para os que utilizam as regras DBR; pode ser visitado a partir de www.byzant.demon.co.uk.

Campeonato de Corta-Mato/99 do GML

Coord Coronel Henrique Maurício

Nos terrenos anexos ao Regimento de Infantaria n.º 1, unidade organizadora, realizou-se no passado dia 22 de Outubro o Campeonato de Corta-Mato do Governo Militar de Lisboa, disputada nas modalidades de curto e longo por um total de 166 atletas (38 femininos) distribuídos por três escalões (Seniores, Veteranos e Femininos), em representação de dez UEO, e que forneceu os seguintes resultados e classificações:

Classificação Individual Absoluta da prova de Corta-Mato curto

Class.	Peitoral	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	176	Maj Henriques	DJD	12:36
2	008	Cadj Sousa	CMEFED	13:08
3	053	2º Cabo Sousa	RAA1	13:12

Classificação Individual Absoluta da prova de Corta-Mato longo

Class.	Peitoral	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	109	Sold Bruno Santos	CM	42:00
2	112	Sarg Luís Mateus	EPI	42:08
3	113	1º sarg Jorge Cruz	EPI	43:50

Classificação Individual Absoluta da prova de Corta-Mato Feminino

Class.	Peitoral	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	214	2º Cabo Crist. Coelho	CMEFED	16:00
2	200	1º Sarg Carla Lavado	BST	17:33
3	231	2ª Fur Vânia Geadas	EPI	18:35

Por escalões as classificações foram as seguintes:

Classificação Individual do Corta-Mato curto (Seniores)

Class.	Peitoral	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	008	Cabo J Sousa	CMEFED	13:08
2	053	2º Cabo Sousa	RAA1	13:12
3	026	Sold Tiago Cruz	EMEL	13:30

Classificação Individual do Corta-Mato curto (Veteranos)

Class.	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	Maj Henriques	DJD	12:36
2	Maj Mário Sousa	CMD Inst	13:17
3	Maj Mota	RAA1	13:23

Classificação Individual do Corta-Mato longo (Seniores)

Class.	Peitoral	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	109	Sold Bruno Santos	CM	42:00
2	112	Sarg Luís Mateus	EPI	42:08
3	113	1º sarg Jorge Cruz	EPI	43:50

Classificação Individual do Corta-Mato longo (Veteranos)

Class.	Posto/Nome	Equipa	Tempo
1	1º Sarg Rodrigues	QG/GML	48:17
2	Sarg Rui Mendonça	EME	51:18
3	TCor António Martins	EME	53:36

Classificação Final Colectiva

Class.	Equipa	Pontuação
1º	EPI	902 Pts
2º	RI 1	653 Pts
3º	CMD Inst	587 Pts
4º	RAA1	568 Pts
5º	BST	536 Pts
6º	DGMG	529 Pts
7º	EMEL	411 Pts
8º	CM	342 Pts
9º	EME	301 Pts
10º	CRL	63 Pts

88.º Aniversário do CMEFD - Competições Desportivas

No passado dia 16 de Novembro de 1999 comemorou-se o 88.º Aniversário do Centro Militar de Educação Física e Desporto. O programa das comemorações incluiu duas provas desportivas (Corta-mato e ponte hípica) que fornecem os seguintes resultados e classificações:

Corta-Mato

Classificação Individual/I Escalão

1º), Sajd Mateus (EPI); 2º), Cadj Joaquim Sousa (CMEFD); 3º), 1º Sarg Cruz (EPI)

Classificação Colectiva/I Escalão

1º), EPI; 2º), EMEL; 3º), RAA1

Classificação Individual/II Escalão

1º), Jorge Paulino (Civil, CD-MAFRA); 2º), Adérito Monteiro (Civil, AAMAFRA); 3º), Cap Teixeira (BA)

Classificação Colectiva/II Escalão

1º), CDMAFRA; 2º), AAMAFRA); 3º), EME.

Femininos/Classificação Individual

1ª), 1.º Cabo Coelho (CEMEFED); 2ª), 1º Sarg Esteves (RAA1); 3ª), 2ª Sarg Lurdes Teixeira (EMEL)

Femininos/Classificação Colectiva

1ª), RAA1; 2ª), CMD INSTR EXE

Poule Hípica

Saiu vecedora a equipa do CEMEFED, constituída pelo Tenente-Coronel Portela Ribeiro, montando *Little Classic*, pelo Capitão Marianito, montando *Mandil* e o Esp J. Carvalho montando *Luxo da Pousada*.

Classificaram-se a seguir os conjuntos da AM, EPC, RC/GNR e RC4. A equipa do RL2 foi eliminada.

Campeonato de Corta-Mato do Exército/1999

A Área Militar de S. Jacinto (Aveiro) foi palco, nos passados dias 11 e 12 de Novembro, da última edição de 1999, do Campeonato de Corta-Mato do Exército, disputado nas modalidades de curto e longo por um total de 198 atletas (29 femininos) distribuídos por cinco escalões masculinos e um único escalão feminino, em representação de todas as RM/ZM, CTAT e CMSM, e que forneceu os seguintes resultados e classificações:

. Curto/I Escalão

1º), CAdj Luís Sá (RMN); 2º), Sold J. Rodrigues (RMN); 3º), 1º Cabo M. João (GML).

. Curto/II Escalão

1º),1º Sarg Neves (CMSM); 2º), 1º Sarg Reis (GML); 3º), Ten Pimentel (GML).

. Curto/III Escalão

1º), Sajd J. Machado (ZMM); 2º), Maj Lopes (CTAT); 3º), Maj P. Nunes (ZMM).

. Curto/IV Escalão

1º), Maj A. Fernandes (GML); 2º), Sajd Figueiredo (CTAT); 3º), Sajd C. Cruz (RMN).

. Curto/V Escalão

1º), Sajd F. Eleutério (ZMA); 2º) 1º Sarg J. Gomes (GML); 3º), 1º Sarg Damasco (GML).

. Curto/Classificação Geral Colectiva

1º), GML; 2º), RMN; 3º), CTAT; 4º), ZMM; 5º), CMSM; 6º), ZMA; 7º), RMS.

. Longo/I Escalão

1º), Sold S. Assunção (RMN); 2º), Sold Ferreira (CTAT); 3º), Fur António (GML).

. Longo/II Escalão

1º), Sajd A. Pereira (GML); 2º), Sajd Mateus (GML); 3º Sajd Mota (GML).

. Longo/IV Escalão

1º), SCh J. Carvalho ZMM); 2º), SMor Maltez (RMN); 3º), SCH Dias (RMN)

. Longo/V Escalão

1º), SMor Silva (CTAT); 2º), Maj Santos (CMSM); 3º), 1º Sarg Sanzola (CTAT)

. Longo/Classificação Geral Colectiva

1º), GML; 2º), RMN; 3º), CTAT; 4º), ZMM; 5º), CMSM; 6º), RMS; 7º), ZMA.

. Femininos/Classificação Geral Colectiva

1º), 1.º Cabo C. Coelho (GML); 2º), Sold Soares (CTAT); 3º), Sold Fernandes (ZMM).

Femininos/Classificação Colectiva

1º), GML; 2º), RMN; 3º), CTAT; 4º), CMSM; 5º), ZMM; 6º), RMS; 7º), ZMA.

Desporto e Natureza na Zona Militar da Madeira

No momento em que as condições são favoráveis à implementação e divulgação da modalidade da Orientação, a ZMM reassume publicamente, através do lançamento de um ***Mapa de Orientação de uma zona da ilha da Madeira,*** à escala de 1/15000, a sua postura de liderança naquele âmbito.

A acompanhar a edição do referido mapa, foram divulgados alguns eventos, a realizar pela ZMM no decurso deste ano, tais como acção de formação sobre o mesmo mapa, já ocorrida em Janeiro, um campeonato militar de Orientação da Zona Militar da Madeira, de 29 de Fevereiro a 3 de Março, campeonato de Orientação da Região Autónoma, em Maio, e outras acções, a decorrer em Julho por ocasião do *Dia do Exército e das Forças Armadas*. Este conjunto de actividades vem pôr

em destaque a capacidade da ZMM nesta área, ao mesmo tempo que contribui, de forma inequívoca, para a valorização e enriquecimento da sociedade em que está inserida.

A desigualdade de condições a nível do treino e da técnica para as equipas representativas da Região Autónoma (militares e civis) em campeonatos nacionais e internacionais; a inexistência de mapas de orientação da ilha da Madeira e a crescente evolução e procura da modalidade no nosso País e em especial naquela Região (Montado do Pereiro, Poiso e Chão dos Balcões); o uso constante da orientação na maioria de eventos ligados aos desportos de aventura e da natureza, bem como as permanentes solicitações na área da formação sobre a modalidade, ligadas à necessidade de normalização em relação à realidade que se vive, quer no Continente, quer na Europa e mesmo a nível mundial, foram razões ponderosas que motivaram a iniciativa a que se vem aludindo.

De facto, atendendo àquela realidade, e porque a ZMM assumira, com algum pioneirismo, uma posição de relevo na área da Orientação, ao enquadrar e formar equipas representativas com reconhecido mérito público, o Comando daquela Zona Militar sentiu a necessidade de equacionar o problema no sentido de se elaborar o mapa.

Complementarmente, também se tornava imperioso organizar aqueles eventos, atrás referidos, para o corrente ano, com o tríplice objectivo de ***permitir***, por um lado, que os atletas da Região Autónoma, tanto militares como civis, tenham ao seu alcance uma ferramenta actual e universal que lhes proporcione as condições necessárias de treino e técnica para que, em igualdade de circunstâncias, concorram com os seus congéneres e representem condignamente a Região. Por outro lado, ***dotar*** a RAM com um mapa de orientação que é reconhecido oficialmente, potenciando e criando condições para que possa integrar o universo das regiões habilitadas e disponíveis à realização de eventos, quer ao nível nacional, quer internacional, assumindo-se como alternativa de "peso". Finalmente, ***oferecer*** a quem visite a Região a hipótese de conjugar a orientação como desporto ou simples lazer com a natureza.

Campo de Santa Clara 1147-651 Lisboa . Portugal
T.: 21 884 58 00 - F.: 21 887 61 04

Porto: reabertura a 22 de Novembro de 1999

Morada: Rua da Boavista, nº 216, 4050 - 102 Porto
Telefone 22 2004504, Fax 22 2003943

O.G.F.E.
Centro Comercial

Lisboa

Piso 1
Perfumaria
Ourivesaria
Agência de Viagens Halcon

Piso 2
Alfaiataria
Artigos Militares
Livraria Militar
Espaço Soldiers

Piso 3
Gangas
Desporto
Artigos Criança
Brinquedos

Piso 4
Confecção Senhora
Confecção Homem
Lingerie
Camisaria
Sapataria
Marroquinaria

Piso 5
Panos e Atoalhados
Espaço Tapetes Tricana
Rádio Fotocine
Electrodomésticos
Utilidades/Peças Decorativas
Snack bar

Porto
Secções a funcionar já no Natal 99:

Electrodomésticos, TV e Hi-Fi, Cristais, Loiças e Utilidades Diversas, Móveis, Panos e Atoalhados, Informática, Perfumaria, Lingerie, Camisaria, Marroquinaria e Sapataria, Gangas e Desporto, Brinquedos, Livraria de âmbito militar.

Horário de Funcionamento de Natal:
(Lisboa e Porto)

De 22 de Novembro a 24 de Dezembro estamos abertos de 2ª a Domingo das 10h00 às 19h00, inclusíve nos feriados de 1 e 8 de Dezembro.

NET 24. ABERTO DE SEGUNDA A DOMINGO, DAS 00:00 ÀS 24:00.

www.montepiogeral.pt. Neste endereço encontra o Net 24, o Balcão virtual do Montepio Geral.

Com um simples código pessoal pode ter acesso às suas contas, onde quer que esteja. Na sua casa, no trabalho ou em qualquer outro lugar onde exista acesso à Internet.

Pelo Net 24 pode efectuar pagamentos, consultar saldos, subscrever fundos, consultar os movimentos dos cartões MG VISA e Multibanco, entre muitas outras operações bancárias, sempre de forma segura, simples e gratuita.

Net 24. Enquanto os outros esperam pelo futuro, pode sempre contar com o Montepio Geral.

Chave24+ Net24

UM DIA TODOS OS BANCOS SERÃO ASSIM.

MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

www.montepiogeral.pt

Instituto de Odivelas

— Escudo de vermelho, um livro aberto de ouro com dois fitilhos do primeiro e uma lucerna do segundo, um sobre a outra; chefe de ouro carregado de quatro rosas de vermelho, abotoadas também de ouro.
— Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra.
— Correia de vermelho, perfilada de oiro.
— Paquife e virol de vermelho e de ouro.
— Timbre: Um voo abatido rematado por uma estrela de oito raios, tudo de ouro.
— Condecorações: circulando o escudo o Colar da Ordem Militar de Santiago de Espada de que é Membro Honorário.
— Divisa: Num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir DVC IN ALTUM.

Simbologia e alusão das peças:

— O LIVRO apresenta-se aberto para melhor simbolizar a universalidade da Ciência e da Sabedoria à investigação e à meditação.
— A LUCERNA, símbolo da luz do espírito, da fé viva e da força do conhecimento, fogo que alimenta a esperança da juventude em formação rumo à Vida..
— O CHEFE —Rainha Santa — simboliza o exemplo sublime da Mulher virtuosa, maternal, generosa, pacificadora, mas cheia de firmeza. As rosas, evocando o milagre da Rainha Santa, simbolizam a perfeição e o amor puro.
— O VOO associação ao lema simboliza a elevação para o sublime.
— A ESTRELA, fonte de luz o farol que atrai a mente insegura das jovens e lentamente, ao longo de oito anos, as vai iluminando no caminho da aprendizagem e do saber.
— A Divisa DVC IN ALTUM é um convite ao aperfeiçoamento consciente das educandas e das educadoras, é um apelo irresistível à realização dos ideais mais sublimes, conduzindo à mais elevada ascenção espiritual e intelectual, rumo ao Infinito.

Os esmaltes significam:

— O OURO : a nobreza o ideal fonte dos valores perenes que alimentam a juventude: generosidade e fortaleza de ânimo.
— O VERMELHO : a força e o ímpeto das jovens realizando-se na firmeza e na magnanimidade.

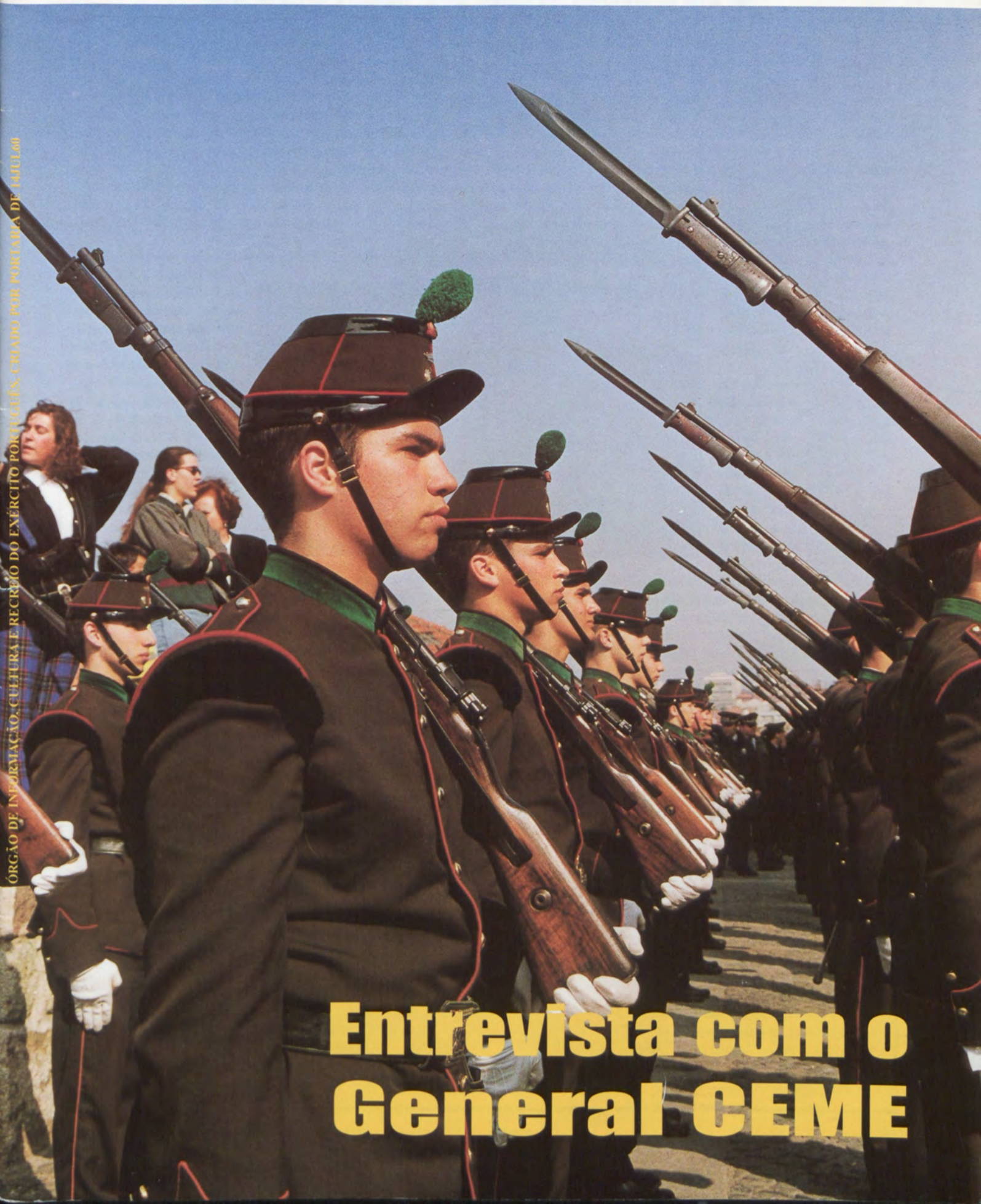
ISSN 0871-8598
00482
9 770871 859809

Ano XL - Nº 483 - Março de 2000

315$ (IVA incluído)

jornal do Exército

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60



Entrevista com o General CEME

Março

O Arsenal Real do Exército (I)

Qualquer dicionário ou enciclopédia de uso comum indica-nos, para o domínio que nos interessa, que o significado da palavra "arsenal" se refere à designação dada às fábricas de armas e munições de guerra; centro ou estaleiro de construção e reparação dos navios de guerra. É hoje uma palavra caída em desuso no que diz respeito ao Exército e só utilizada com sentido histórico. Já não podemos dizer o mesmo no que se refere à Marinha, pois, nesta, o termo "arsenal" tem ainda a ver com as antigas "tercenas" que é o mesmo que "tarcenas" ou "taracenas", arsenal, estaleiro, isto é, local onde se construíam, guardavam e reparavam os navios e onde se situavam os armazéns de aprestos e sobresselentes destinados ao seu armamento e equipamento. Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa designavam-se «tercenas» as construções de beira-água destinadas à fabricação e apetrechamento de navios (Pereira, J.A.Rodrigues, ***Tercenas***, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses,* vol. II, Lisboa, C.L., 1994).

Sem nos determos em análises mais pormenorizadas sob o aspecto histórico das *Tercenas Navais*, que existiam um pouco por toda a parte e são, sob certo aspecto, os avoengos do *Arsenal Real do Exército*, sempre diremos que D. Afonso V, para as suas empresas africanas, mandou construir navios na praia onde actualmente se encontra o Arsenal da Marinha. No reinado de D. Manuel I, foi este estabelecimento ampliado com os terrenos conquistados ao Tejo e fundou-se outro estabelecimento em frente dos Paços da Ribeira, muito provavelmente prolongamento do primeiro. Possuíam estas tercenas navais estaleiros, boas oficinas e grandes depósitos, bem abastecidos de todos os artigos necessários para o armamento, equipamento e aprovisionamento de armadas. *Armazenavam também os petrechos e equipamento para o Exército. Nos reinados de D. Manuel I e D. João III continham os seus depósitos armamentos completos para 40.000 homens de infantaria e para 3.000 de cavalaria, além de muitas peças de artilharia.* O primitivo nome de Tercenas Navais mudou para o de *Ribeira das Naus,* o qual se conservou até à sua completa destruição pelo terramoto de 1755.

O tempo de D.José e de Marquês de Pombal desenrola-se num quadro de grande crise social, pelo crescente domínio da burguesia, tempo de conspirações mas também de grandes reformas que se impunham a vários níveis, inclusive no tocante á defesa nacional, através da fortificação de algumas praças e do aumento considerável do número de navios de guerra e da marinha mercante. Portugal, em matéria de política externa, adoptara, entretanto, uma postura neutral. A Inglaterra e a França andavam em guerra. A última, para obter auxílio português, invoca o Pacto de Família. Portugal recusa-se e é invadido, por Trás-os-Montes, pelos Franceses, como represália, em 1762. As tropas portuguesas, chefiadas pelo Conde de Lippe, recém-chegado a Portugal e responsável pelo plano de defesa do reino durante esta campanha, conseguiram expulsar os invasores e, no ano seguinte. foi assinada a paz com os Franceses no Tratado de Paris.

A acção daquele militar fez-se sentir pela elaboração, em concordância com o Marquês de Pombal, de um avançado plano de reorganização do Exército que lançou as bases de uma capacidade organizativa e de mobilização militar nunca antes alcançada em Portugal. É este o contexto em que foi criado, por alvará de ***24 de Março de 1764***, o *Arsenal do Exército,* designação dada a um estabelecimento que, compreendendo repartições, oficinas, fábricas, arrecadações e depósitos, era destinado ao fabrico e aquisição, à reparação e conservação do material de guerra. Aqui a fundição de artilharia de bronze sofreu enorme impulso. Anteriormente, os assuntos respeitantes a material de guerra, em Portugal, encontravam-se a cargo da *Tenência,* criada por decreto de 28 de Dezembro de 1640, cujo chefe se denominava *Tenente-General da Artilharia do Reino.* Dispunha aquela de várias oficinas, entre as quais as do Cais dos Mouros, do Postigo do Arcebispo, de Santa Engrácia, e tratava de material para o serviço do Exército e também para o das Armadas. No reinado de D.João V, e onde, em 1726, um incêndio destruíra os armazéns e oficinas das *Tercenas da Porta da Cruz,* que D.Manuel I mandara construir, começou a ser erguido o edifício da Fundição de Baixo (local onde está hoje situado o Museu Militar depois das sucessivas alterações) para instalação de depósitos e oficinas da Tenência; mas ainda não haviam terminado as referidas obras quando, em 1755, os trabalhos foram quase totalmente inutilizados pelo terramoto daquele ano.

A.R.

Abril

1 – Àrea Militar de São Jacinto
4 – Tribunal Militar Territorial de Tomar
6 – Campo Militar de Santa Margarida
6 – Brigada Mecanizada Independente
9 – Regimento de Infantaria nº 13
9 – Tribunal Militar Territorial de Lisboa
13 – Escola Prática do Serviço de Material
13 – Serviço de Material
15 – Depósito Geral de Material de Intendência
15 – Serviço Geral do Exército
16 – Centro de Instrução de Operações Especiais
17 – Dia da Cavalaria
17 – Escola Prática de Cavalaria
22 – Hospital Militar Regional nº 1
23 – Comando Operacional das Forças Terrestres

jornal do Exército

sumário

Ano XLI - Nº 483 - Março de 2000

PROPRIEDADE
DO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94 1170-165 LISBOA
Telef 21 887 03 55 — Fax 21 888 44 57
INTERNET: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
DIRECTOR
Coronel Tirocinado
Manuel Rio Carvalho

REDACÇÃO
CHEFE
Major F. Marques Fernando
REDACTORES
Capitão António M. S. Ribeiro
Mauro Matias
ORIENTAÇÃO GRÁFICA
Inês Galvão
REVISÃO
Sargento-Ajudante Ventura Cunha
OPERADORES INFORMÁTICOS
Sargento-Ajudante Ceita da Silva
Assistente Administrativa Principal Elisa Pio
Assistente Administrativa Guiomar Brito
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Capitão Joaquim Santos
BIBLIOTECA
Capitão Alberto Braz

SERVIÇO ADMINISTRATIVO
CHEFE
Major Moura Duarte

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Centro de Audiovisuais do Exército

EXECUÇÃO GRÁFICA
EUROPRESS
Editores e Distribuidores, Lda
Praceta da República, Loja A-1
2675 Póvoa de Santo Adrião

TIRAGEM
6 000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL
Nº 1465/82
ISSN 0871/8598

TABELA DE PREÇOS PARA 2000

PREÇO DE CAPA ..... 315$00

ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE
— Portugal Cont. Madeira e Açores ..... 3 100$00
— Países europeus ..... 6 200$00
— Restantes Países ..... 6 600$00

VIA AÉREA
— Macau ..... 7 850$00
— Países europeus ..... 7 500$00
— Restantes Países ..... 11 000$00

NÚMEROS ATRASADOS
— 1960 a 1969 ..... 720$00 — 1970 a 1979 ..... 670$00
— 1980 a 1989 ..... 520$00 — 1990 a 1995 ..... 450$00

Os preços para Portugal Continental, Madeira e Açores incluem IVA à taxa de 5%

NOTA: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente

ENCADERNAÇÕES
Preço da Encadenação do *JE* do ano de 1998 – 3 510$00 (C/IVA incluído)

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais:

1000/2000	3000/4000	5000/8000	Açores	Madeira
610$00	750$00	880$00	2.155$00	1.770$00

E/R P/GRC-525
Um Passo Decisivo Para as Comunicações Tácticas do Pós-2000 11

A Obtenção e Manutenção de Praças RV/RC 16

Exército Marcha para Timor 20

Entrevista com o General CEME 26

Missões de Restabelecimento e Manutenção da Paz 34

Marechal-de-Campo Teixeira Rebelo 41

2 ● Efeméride
4 ● Língua Portuguesa
5 ● Editorial
6 ● Figuras e Factos
40 ● Legislação
43 ● Monumentos de Evocação Militar
44 ● Modelismo
47 ● Jogos de Guerra
48 ● Desporto

Generais do Exército

Sargento-Ajudante Ventura Cunha

De acordo com o consignado no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), os postos dos oficiais generais do Exército passaram a ser os seguintes: **General**, **Tenente-General** e **Major-General**.

General

General (do latim *general*, geral). Como a patente indica, o seu comando deve ser exercido com carácter geral, envolvendo a direcção e o emprego de grandes unidades, que são constituídas por armas e serviços diversos. A cultura geral, e as fortes qualidades de percepção e decisão, afiguram-se, entre outras, essenciais ao desempenho de um comando complexo em contrastes com as avançadas técnicas, concertando entre si os factores materiais e morais que constituem a força de um exército e o seu potencial vivo de vitória.

Tenente-General

Em Portugal, a patente de **tenente-general** foi criada na Guerra da Restauração, cuja origem, se não surgiu em Portugal, deve ter aparecido noutro país latino, dada a origem filológica do vocabulo **tenente**. No Exército, o **tenente-general** tinha uma graduação imediatamente inferior à de **general**, "... era conselheiro do soberano e **tenente-general** dos seus exércitos", segundo escreveu Camilo em *A Sereia*.

Este posto existe, entre outros, nos exércitos alemão, inglês, italiano e espanhol.

Curiosamente, no exército brasileiro há o **tenente-brigadeiro**, oficial da aeronáutica.

Major-General

Apesar das pesquisas enciclopédicas, não encontrámos esta patente como fazendo parte da hierarquia do nosso Exército. Houve, todavia, na Armada Portuguesa, o **Major-General da Armada** que tinha sob a sua direcção a **Majoria-General da Armada**. Era nomeado pelo conselho de ministros sob proposta do ministro da Marinha. À **Majoria-General da Armada** cabia a preparação e utilização das forças navais para a guerra e em tempo de paz. A última legislação referente à Administração Central da Marinha é a que consta do decreto 26148, de 14 de Dezembro de 1935.

O vocábulo composto **major-general** tem o sentido de "o maior", que é o significado do latim *majore*.

Assinale-se, por curiosidade, que o exército brasileiro possui também o **major-brigadeiro**, oficial da aeronáutica.

A razão de escrevermos este apontamento está no facto de nos terem perguntado por que motivo o **tenente-general** é superior a **major-general**, dado que **tenente** é oficial subaltermo e **major** é oficial superior.

Por desconhecimento, consultámos algumas enciclopédias, nas quais nos baseamos para o desenvolvimento desta análise resumida que julgamos correcta.

E concluímos que o problema está, essencialmente, no substantivo **tenente**.

Tenente

Do latim, **tenente** era o nome ou título dado ao **rico-homem**, que exercia magistratura superior, em delegacia régia, nos territórios chamados "terras".

Próximo dos finais do séc. XIII, nas mais importantes circunscrições administrativas e militares, em que se dividia o reino, umas maiores e outras mais pequenas, o proeminente governo estava a cargo de um chefe, **tenente**, escolhido pelo rei entre as ordens mais distintas da nobreza, a que chamavam **ricos-homens**. A nomeação do tenente, pelo monarca, era selecta e condicionada. Registe-se que a um governador de praça forte era atribuído o título de **tenente-rei**.

O vocábulo **tenente** só se tornou autónomo em 1557, assim figurando na actual hierarquia militar.

Rico-homem

Era a designação dada a um "grande do reino", nos primeiros séculos da Monarquia, que servia o rei na guerra, usava a insígnia de "pendão e caldeira" e recebia títulos, privilégios e tenças, exercendo as mais elevadas funções públicas, civis e militares, sendo considerado pertencente à primeira ordem da nobreza. Na fundação da Nacionalidade era lhe dada a designação de **rico-homem**, embora pareça bem possível um uso vulgar, dado o qualificativo **rico**. Este sentido não era, na altura, o termo corrente no período arcaico do novo léxico, mas o originário próximo do genérico (relacionado com o gótico *Reik*), na acepção de **poderoso**. Assim, o **tenente** escolhido pelo soberano para o substituir seria considerado **homem poderoso**.

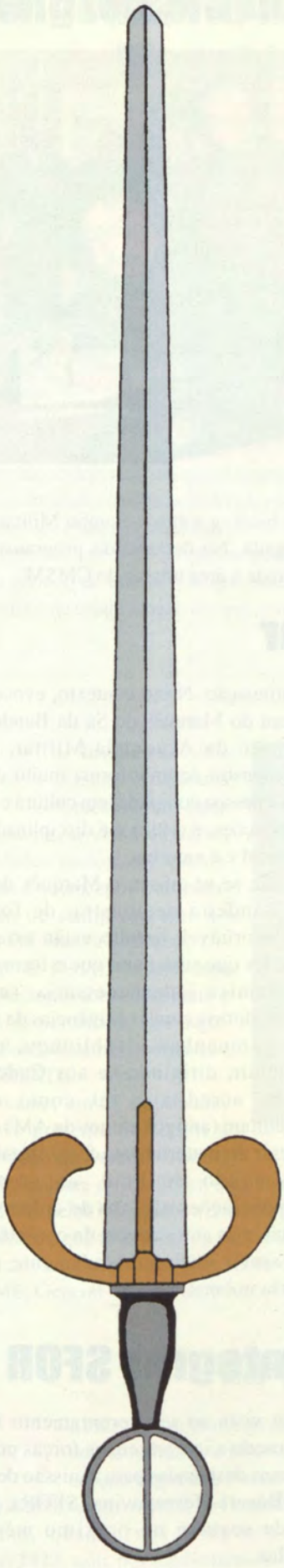
Conclusão

Referem os dicionários actuais que **tenente** é *aquele que substitui um chefe na ausência deste*. Ora, logicamente, este significado só poderá ter aplicação correcta no caso do **tenente-general** que, de facto, substitui o chefe (o general) na ausência deste.

Por isso, os dicionários também registam que o **tenente** é "oficial de patente inferior à de capitão". Porém, na hierarquia actual, admite-se que o **tenente-coronel** seja substituto do **coronel** e o **tenente** o substituto do **capitão**.

Todavia, o significado do vocábulo **tenente**, nestes últimos casos, considerando o que acima se escreve, é desvalorizado em relação ao do usado na composição **tenente-general**.

Portanto, podemos acentuar que enquanto o vocábulo **major** significa **maior**, o vocábulo **tenente** significava, na Antiguidade, **homem-poderoso**. E julgamos que esta diferença de poderes esclarece a dúvida.



Homenagem

A cerimónia do descerramento oficial das placas evocativas dos Mortos pela Pátria nas últimas Campanhas Ultramarinas deste século provocou sentimentos contraditórios.

Pela positiva, o digno e persistente esforço da Liga e de outras Organizações de Combatentes, a tomada de posição afirmativa de muitos comentadores e, em especial, o discurso proferido na ocasião pelo Presidente da República que, com clarividência e profundo sentido de Estado, soube salientar que a homenagem que se prestava era devida aos cidadãos soldados que "ao longo de décadas e séculos tombaram ao Serviço do País" e não à guerra enquanto tal ou ao contexto político em que foi travada.

Pela negativa, a ausência de algumas figuras que, embora com elevada posição na vida nacional, não terão, ainda, conseguido entender que morrer pela Pátria é, em qualquer circunstância, um extraordinário acto de cidadania que deve ser respeitado e louvado.

Ao fim de quase 30 anos prestou-se a Homenagem institucional que tardava.
Será que chegou ao coração e ao entendimento de todos os Portugueses?

R.C.

CEMGFA e CEME de Espanha visitaram CMSM/BMI

Em dias sucessivos, 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Santiago Valderas, e o General Santayana e Coloma, Chefe do Estado-Maior do Exército, ambos de Espanha, visitaram o Campo Militar de Santa Margarida e a Brigada Mecanizada Independente.

À sua chegada ao heliporto do CMSM, o General Santiago Valderas recebeu as honras regulamentares, após o que decorreu, no Quartel-General, uma sessão de cumprimentos e um *briefing* sobre o Campo Militar. O CEMGFA de Espanha teve oportunidade de percorrer a área urbana, tendo terminado a sua estada com a assinatura do Livro de Honra.

Por sua vez, o General Santayana e Coloma, recebido do mesmo modo com honras regulamentares, foi conduzido ao QG para uma sessão de cumprimentos e um *briefing* sobre o Campo Militar e a Brigada. No decurso do programa foi visitada a área urbana do CMSM.

Dia da Academia Militar

Em 12 de Janeiro, realizou-se, na Academia Militar, a cerimónia comemorativa do Dia Festivo daquele Estabelecimento de Ensino Militar, a que presidiu o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Martins Barrento.

Na cerimónia militar estiveram presentes as mais altas entidades do Exército, bem como o Governador Civil de Lisboa e representante da edilidade lisboeta.

Também, no mesmo dia, se realizou o jantar de ex-Alunos da Academia Militar, que contou com a presença de cerca de 700 convidados de várias gerações de Cadetes.

Na ocasião, o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Alcide de Oliveira, no uso da palavra, referiu-se à efeméride que recorda a data de 12 de Janeiro de 1837, em que foi promulgado o Decreto da Rainha Dona Maria II, a instituir a Escola do Exército, da qual a Academia Militar é a continuação. Neste contexto, evocou a figura do Marquês de Sá da Bandeira, patrono da Academia Militar, que «demonstra de uma forma muito clara que a pessoa completa tem cultura e tem convicções, é crítica e é disciplinada, é racional e é emotiva.

Ou, se se quiser, o Marquês de Sá da Bandeira demonstra, de forma incontornável, quanto estão errados aqueles que sustentam que a formação académica é desnecessária, senão contraditória com as exigências da vida em campanha» - sublinhou, para concluir, dirigindo-se aos Cadetes: «Vós acreditais, tal como eles acreditam (antigos alunos da AM) que, apesar do materialismo feroz instalado no mundo de hoje, as grandes compensações não são de ordem material, mas antes advêm da consciência de servir desinteressadamente uma causa nobre».

Voluntários da ZMM e da ZMA vão integrar SFOR

Em cerimónias que ocorreram, em fins de Janeiro, respectivamente em Ponta Delgada e Funchal, dois pelotões de voluntários, um açoriano, constituído por atiradores das ilhas de São Miguel e Terceira, e outro madeirense, do Regimento de Guarnição nº 3, despediram-se dos seus familiares e terra natal, rumo a Lisboa.

Os militares aqui chegados já se encontram em preparação e treinos, com vista ao seu aprontamento final de modo a integrarem as forças portuguesas destacadas para a missão de paz na Bósnia-Herzegovina (SFOR), para onde seguem no próximo mês de Julho.

Engenharia Militar em Monchique

A Engenharia Militar procedeu à montagem de uma ponte metálica "Bailey", nos dias 19 e 20 de Janeiro, sobre a ribeira da Carrasqueira, em Monchique, por ter ruído, cinco dias antes, a ponte ali existente.

O apoio, prestado pela Escola Prática de Engenharia, foi levado a efeito depois de um pedido formulado pelo Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, com vista ao restabelecimento daquela ligação por recurso à montagem de uma ponte militar, tarefa esta que envolveu 11 viaturas de transporte, o material necessário e dois oficiais, três sargentos e 22 praças.

As alternativas rodoviárias para a ligação Portimão/ Monchique são deficientes, a economia do concelho de Monchique depende, em grande parte, desta ligação, motivo por que as entidades e população locais enalteceram a apoio prestado e a rapidez e eficiência da sua efectivação.

Prevê-se que a ponte militar permaneça montada no local, pelo período de um mês, tempo necessário para a execução de trabalhos de estabilização dos encontros.

JE - 40 anos reconhecido

A edição especial do *Jornal do Exército* (*JE*), de Janeiro passado, comemorativa de quatro décadas de publicação ininterrupta, mereceu referências de várias entidades militares e civis. Reconhecendo principalmente a sua relevância histórica e qualidade gráfica, os leitores deste órgão de comunicação do Exército revelaram-nos a atenção e o sentido crítico com que o lêem.

"Um testemunho da importância histórica da publicação", referiu com destaque o jornal *Correio da Manhã* (*CM*), na sua edição de 6 de Março, ilustrando a notícia com a reprodução da capa. Chegaram-nos também à redacção inúmeros cumprimentos e congratulações de nossos leitores, felicitando toda a equipa pela qualidade deste número do *JE*. Salientamos as saudações do general Bethencourt Rodrigues, a quem "o n.º comemorativo trouxe muitas recordações" e do coronel Clemente, director do Centro de Psicologia Aplicada do Exército que caracteriza esta edição do *JE* como uma "fotohistória (...) excepcionalmente bem concebida".

A todos os nossos agradecimentos.

Visitas ao IAEM

O Instituto de Altos Estudos Militares recebeu, em datas sucessivas, a visita de várias entidades nacionais e estrangeiras a quem, após a apresentação de cumprimentos ao General Garcia Leandro, Director do IAEM, foi feita uma apresentação sobre o Instituto e uma demonstração das capacidades do sistema de simulação VIGRESTE.

Assim, em 31 de Janeiro, esteve presente no IAEM a Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República que, depois da assinatura do Livro de Honra pelos Deputados a encerrar a primeira parte da visita, e do almoço que teve lugar na Messe de Oficiais, de Pedrouços, ouviram uma exposição feita sobre o Exército Português pelo CEME, General Martins Barrento.

No dia 2 de Fevereiro visitou o Instituto o Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha, General Santayana e Coloma, que se fez acompanhar do seu chefe de Gabinete, do Ajudante-de-Campo e de dois oficiais do Estado-Maior do Exército Espanhol. Após uma breve visita às instalações do IAEM, houve lugar à assinatura do Livro de Honra.

Em 8 de Fevereiro, o XXIV Curso Normal de Estado-Maior de Itália visitou o IAEM. A missão, chefiada pelo Almirante Div Favaglia, era composta por quatro oficiais professores, 21 oficiais alunos da Marinha de Itália, um oficial aluno da Marinha do Egipto, um oficial aluno da Marinha da China e um oficial aluno da Marinha da Tunísia. Uma curta visita às instalações e a assinatura do Livro de Honra concluíram a visita.

Ex-Militares confraternizam

Na local subordinada ao título acima indicado e inserta na secção **Figuras e Factos** do *Jornal do Exército* nº 480, de Dezembro último, quando nos referimos ao **BCav2922**, saiu, por inadvertência, que aquele tinha sido acompanhado no encontro «pelo seu Comandante Major Mendes Paulo e Capelão, Padre Alberto». Do primeiro, recebemos a indicação de que os Comandantes do referido Batalhão foram os Tenentes-Coronéis Chaves Guimarães e depois Paixão Ribeiro.

Agradecendo a achega ao Major Mendes Paulo (então Oficial de Operações do BCav2922), aqui fica a devida rectificação.

Comemorações do 197.º Aniversário do Colégio Militar

De 3 a 5 de Março, tiveram lugar as cerimónias comemorativas do 197.º Aniversário da Fundação do Colégio Militar que, presididas pelo Vice-CEME, Tenente-General Gonçalves Aranha, e com a assistência de ilustres convidados, constaram de várias realizações.

A anteceder as cerimónias militares, foi efectuado o simbólico "acender da chama" com a participação do Major-General Deus Alves, Director do Colégio Militar, do Presidente da AAACM, Tenente-General Paiva Morão, o aluno "Batalhãozinho" e o aluno Comandante do Batalhão Colegial, frente ao Batalhão Colegial formado que cantou, acompanhado pela Banda do Exército, o Hino do Colégio Militar.

À sua chegada, a Alta Entidade passou revista à Guarda de Honra com Banda e Fanfarra que desfilou em continência, ao que se seguiram as cerimónias oficiais nos Claustros, com deposição de flores ao Monumento e Busto do Fundador do Colégio Militar, Marechal Teixeira Rebelo e uma alocução alusiva à efeméride, proferida pelo Director do Colégio Militar. Após a imposição de condecorações e distribuição de prémios, seguiu-se o desfile em continência ao Busto do Fundador. Houve depois lugar a uma visita à exposição subordinada ao tema "500 Anos da Descoberta do Brasil" e, esta terminada, foi servido um Porto de Honra na Sala de Armas do Colégio Militar.

À noite, realizou-se, no Pavilhão Carlos Lopes, o Sarau de Ginástica que ultrapassou todas as expectativas, dada a qualidade e prestígio das Classes convidadas, algumas de categoria internacional, a participar conjuntamente com as do Instituto de Odivelas, Academia Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Colégio Militar, distinguindo-se a graciosidade das classes femininas e a energia de participação masculina, nos Saltos Acrobáticos e de Mesa Alemã. A assistência, que enchia por completo o recinto do Pavilhão, aplaudiu intensamente e com júbilo as actuações.

A última etapa das comemorações, o habitual desfile do Batalhão Colegial e Escolta a Cavalo, realizou-se na manhã de domingo, dia 5, a partir do Parque Eduardo VII, ao longo da Avenida da Liberdade, com ponto de continência junto ao Monumento dos Mortos da 1ª Grande Guerra. Terminou o desfile no Palácio da Independência, tendo tido grande assistência por

parte dos familiares, ex-Alunos e servidores do Colégio Militar que deram à Avenida da Liberdade uma vivência não usual para uma manhã de domingo.

A Missa Solene na Igreja de S. Domingos revestiu-se de particular interesse, com a devoção de quem se preocupa com a educação de jovens na base de valiosos princípios, como os que norteiam o ensino nesta já tão antiga Instituição Militar.

Na tarde do mesmo domingo, a juventude deu largas à sua alegria e destreza levando a efeito uma apimentada garraiada em Alcochete. A terminar as tradicionais cerimónias, realizou-se o jantar dos ex-Alunos, onde se encontraram e confraternizaram os mais variados grupos etários que, no passado, formaram nos Claustros e pertenceram aos Batalhões Colegiais do Colégio Militar.

Faleceu o Major-General Lima Bacelar

De um modo inesperado que deixou consternado o meio castrense, faleceu, em 26 de Janeiro, o Major-General Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar. Oficial-General oriundo da Arma de Engenharia, havia sido promovido ao seu posto em 17 de Janeiro, apenas nove dias antes do seu falecimento, e tinha desempenhado, entretanto, a função de Chefe do Estado-Maior da Região Militar do Norte. Possuidor de um invulgar currículo militar, a sua acção fez-se sentir de modo distinto e como oficial superior, não só em funções de âmbito técnico em que sobressai a de Comandante do Regimento de Engenharia nº 3, mas também noutras funções como as de Adjunto pessoal do CEME e, no Ministério dos Negócios-Estrangeiros, como Acessor Militar na "Missão Diplomática de Portugal junto das Estruturas do Processo de Paz para Angola". Reconhecendo a dedicação à causa que em vida tão abnegadamente serviu, várias são as condecorações e louvores que constam da sua folha de matrícula.

O *Jornal do Exército*, que o Major-General Bacelar sempre distinguiu, apresenta à família enlutada sentidas condolências.

Seminários no Instituto de Altos Estudos Militares

A Gestão da Informação e a Tomada de Decisão

No Instituto de Altos Estudos Militares, e com o objectivo de promover o debate sobre o valor e a importância da gestão da informação como instrumento estratégico no contexto organizacional e no processo de desenvolvimento de uma sociedade, realizou-se, em 2 e 3 de Dezembro, o seminário subordinado ao tema ***A Gestão da Informação e a Tomada de Decisão***.

Na sessão de abertura usou da palavra o Director do IAEM, Tenente-General Garcia Leandro, tendo sido produzidas, ao longo do seminário, várias exposições, de que se destacam *A Gestão da Informação como Instrumento Estratégico*, pelo Dr. António Carrapatoso; *A Gestão da Informação e o Processo de Tomada de Decisão*, pelo Eng.º Belmiro de Azevedo; *A Importância da Gestão da Informação na Segurança dos Países*, pelo Prof. Dr. Carvalho Rodrigues; *A Gestão da Informação e o Processo de Decisão Militar*, pelo Tenente-General Alberto Ficuciello; *A Gestão Integrada da Informação no Apoio à Decisão*, pelo Capitão-Tenente Eng.º Bigotte de Almeida; *O Papel da Gestão da Informação no Processo de Desenvolvimento, Capacidades e Competição*, pelo Dr. José Magalhães; *A Gestão da Informação Geográfica*, pelo Tenente-Coronel Cavª Silva Couto e *Sistemas de Informação em Ciência e Tecnologia*, pela Profª Drª Maria de Lurdes Rodrigues.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Dr. Mariano Gago, esteve presente no debate final e salientou o papel da Comunidade Científica Nacional no âmbito das novas Tecnologias da Informação.

No encerramento, presidido pelo General CEME, foram apresentadas, pelo Chefe da Secção de Ensino de Administração, Coronel Tirocinado AM Luís Sequeira, as conclusões do seminário de que, na impossibilidade de serem reproduzidas na íntegra, se apresentam alguns aspectos, considerados mais relevantes.

Assim, neste seminário, houve oportunidade de ouvir personalidades de vários quadrantes da sociedade civil e do

meio militar, de forma a levar a reflectir, de modo sistemático, sobre a importância crescente da informação e da sua imprescindibilidade na tomada oportuna de decisão. Também a procura da "Segurança e Tranquilidade" tem motivado o Homem, desde sempre, a criar uma teia de ligações com os seus iguais, o que potencia a evolução humana e daí que seja fundamental a cooperação.

Se, por um lado, a importância estratégica da gestão da informação e tecnologias associadas têm repercussões para o País, para as organizações e para as pessoas, reflectindo- se, no que toca aos cidadãos, em mudanças na cultura e mentalidades que permitem aceitar novos desafios, por outro lado, a responsabilidade de estes serem ultrapassados é, sem dúvida, colocada a todos nós, cidadãos, organizações e governo. Neste ponto, há apenas que decidir quanto é que estaremos dispostos a pagar para satisfazer as necessidades desta "sociedade de informação". Ainda não estão, todavia, totalmente dominados os instrumentos de que dispomos para lidar com a incerteza que caracteriza o mundo de hoje e, embora entre aqueles já se possa distinguir algum optimismo como parte fundamental deste processo, há que ter em conta que o tempo e as percepções são decisivas, uma vez que toda a informação é importante, ainda que nem toda ela deva ser tratada da mesma maneira.

Outros aspectos foram ainda apresentados como conclusivos, tais como o da informação ser também um coeficiente que afecta o potencial militar dos estados, donde, ser decisiva a formação dos "staff's", num todo interactivo. No que concerne à informação geográfica digital, esta assume particular importância no planeamento e gestão dos recursos naturais, na conservação da natureza, na caracterização demográfica do País e no ordenamento do território. Um novo papel do Governo e das políticas implementadas é necessário para maximizar os benefícios da ciência e da tecnologia bem como se torna imperiosa a qualificação dos recursos humanos e o incremento dos financeiros, o que implica um reforço das instituições científicas e a melhoria da qualidade da investigação produzida. Este esforço deverá ser desenvolvido de forma coordenada no quadro das Organizações Internacionais, tendo em vista a adopção de metodologias estáveis e harmonizadas.

Finalmente, este seminário foi inspirado na vontade e no empenho de contribuir, na medida das possibilidades do IAEM, para uma melhor compreensão da sociedade digital e do progresso da ciência em domínios de muito interesse para o Exército e valor acrescentado para o País.

"Timor um País para o Século XXI"

Este foi o tema para outro seminário que, organizado pelo IAEM em colaboração com o Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, decorreu nos dias 10 a 13 de Janeiro, com sessões no IAEM em 10 e 11, na Universidade Católica no dia 12 e na Universidade de Coimbra no dia 13.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio Castro Caldas, presidiu à Cerimónia de Abertura do Seminário, que contou com a presença do CEMGFA, General Espírito Santo, do CEMA, Almirante Vieira Matias, do CEME, General Martins Barrento, do Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, do Reitor da Universidade Católica, Prof. Dr. Manuel Isidro Alves e do Presidente do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Engº. Roberto Carneiro.

Assistiram a este evento cerca de 400 convidados, de que se destacam personalidades de relevo nas comunidades Universitária, Eclesiástica, Política e Militar, tendo sido reconhecida a oportunidade e importância da temática abordada. Foi, de igual modo, realçada a qualidade do seminário, cuja finalidade foi a de promover o debate sobre o processo de reconstrução de Timor Lorosae e prospectivar o papel dos diferentes actores na construção do futuro Estado independente.

Ao longo dos dias em que decorreu o seminário, este desenvolveu-se de acordo com um programa geral apresentado em oito painéis de temas, cada um com o seu respectivo moderador e desdobrados em várias comunicações levadas a efeito por destacadas figuras da vida nacional ou de algum modo ligadas ao processo da construção/reconstrução de Timor.

Inúmeras foram as referências, nos Órgãos de Comunicação Social, a este seminário, e brevemente será editada pelo IAEM uma publicação alusiva ao mesmo. Daquelas referências nos OCS destacam-se alguns aspectos mais relevantes, tais como:

A política do futuro país independente deverá privilegiar o mundo lusófono e a região do Sudeste Asiático em que Timor se insere. Portugal deverá incentivar parcerias económicas com a Indonésia em Timor-Leste. Tudo para impedir que a inevitável «invasão» anglo-saxónica ponha em causa a lusofonia em Timor-Leste. Timor-Leste tem de encontrar um ponto de equilíbrio nas relações externas. E é óbvio para quem olha para o mapa que Timor terá necessariamente de ter uma relação forte com a Indonésia, pois, caso contrário, o peso da Austrália será desmesurado. Seria um erro ligar o julgamento dos criminosos à questão das relações com a Indonésia. É preciso perceber que a questão de Timor estava intimamente ligada à ditadura de Suharto, e que agora Portugal deve compreender uma Indonésia que tem um regime democrático, internacionalmente reconhecido, com um papel fundamental na região.

O Major-General Lemos Pires apresentou a intervenção da INTERFET (...) como um dos elementos decisivos para o início da reconstrução de Timor-Leste, a par da resistência persistente do povo de Timor e da sua Igreja, do caos político, económico e social vivido na Indonésia e da intervenção dos *média*, em especial dos *média* portugueses. Como cristãos, os timorenses testemunharam sempre a sua fé, quer privada, quer publicamente, nas grandes assembleias e festividades religiosas, contrapondo-se aos ocupantes invasores, maioritariamente muçulmanos. Essa prova de fé todos os portugueses e todo o mundo testemunharam, de modo especial em Setembro, nos tempos difíceis da violência e destruição em Timor. A Igreja assegurou o seu futuro com a formação e a ordenação de sacerdotes indígenas, a criação de novas paróquias, o crescimento de vocações consagradas, masculinas e femininas, e o consequente aumento do número de cristãos. Hoje, 90% da população timorense é católica. A Igreja de Portugal sempre apoiou a Igreja de Timor. A Igreja de Timor é aquilo que é pela acção missionária da Igreja de Portugal. E Timor sempre ouviu e aprendeu, a não ser os que deixaram de aprender ao longo destes 25 anos, a História de Portugal, de reis, de heróis e de santos.

Equipamento da Família 425

E/R P/GRC-525

Um Passo Decisivo para as Comunicações Tácticas do pós-2000

Tennte-Coronel Tm Mendes Afonso*

Introdução

No final da década de setenta teve início, através do estabelecimento de um acordo de cooperação entre o Exército Português e a Indústria Nacional, o processo de desenvolvimento de equipamentos de comunicações tácticas militares em Portugal. Deste primeiro projecto resultou um conjunto de rádios pertencentes à família 425 e que constituem ainda hoje a base das comunicações em VHF. Posteriormente, seguiram-se outros desenvolvimentos que vieram permitir o reequipamento do nosso Exército, dotando-o de novos e diferentes tipos de meios por forma a cobrir as várias áreas das comunicações de campanha.

Por parte do Exército, órgão envolvido em todos estes desenvolvimentos tem sido, desde o início, o Depósito Geral de Material de Transmissões. Esse envolvimento tem-se caracterizado não só pelo acompanhamento e controlo da evolução dos vários projectos, mas também pela inclusão e participação activa de engenheiros militares nas equipas de desenvolvimento.

Na sequência destes desenvolvimentos e dada a necessidade de dotar o Exército com um novo rádio de VHF que cumprisse os requisitos operacionais aprovados, quer para os Sistemas Tácticos de Comunicações e Informações pós-2000 da NATO, quer para o Exército Português, foi assinado em 17 de Dezembro de 1996, entre este e a Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, um protocolo que criou as condições para o desenvolvimento de um rádio de tecnologia digital com características técnicas, mecânicas e ambientais de modo a satisfazer esses requisitos.

Requisitos Operacionais

Um sistema C4I visa na sua essência o seguinte:

Facilitar o exercício do Comando e Controlo das operações;

Obter, analisar e processar o máximo de informação;

Auxiliar na tomada de decisão e fazê-la chegar aos comandos subordinados;

Permitir, sempre que as condições se alterem ou o exijam, adaptar-se rapidamente a novas situações.

Tendo em conta a evolução tecnológica registada nos últimos anos, a finalidade aqui apresentada de um sistema C4I, a Guerra Electrónica e o rápido desenrolar das operações no moderno campo de batalha, novos desafios são colocados às comunicações tácticas. O estudo e a avaliação dos vários cenários militares indiciam que os rádios de comunicação de voz e dados monocanais têm, e continuarão a ter, um papel preponderante a desempenhar no comando e controlo das várias situações.

A necessidade de maiores:

Segurança;

Fiabilidade;

Flexibilidade de utilização;

Capacidade de transmissão de informação;

Alcance;

Interoperabilidade;

Mobilidade;

são alguns dos requisitos a ter em consideração nos novos equipamentos de comunicações de campanha.

O recurso a eficazes sistemas de segurança, a fim de nos protegerem dos meios de guerra electrónica inimiga, garantindo assim a nossa sobrevivência, é fundamental nos dias de hoje. É assim imprescindível que os equipamentos a utilizar disponham de sistemas de segurança das transmissões e de segurança das comunicações, por forma a minimizar os riscos decorrentes da transmissão de informação. Além da segurança outro factor a considerar, e não menos importante, é o da fiabilidade. Esta poder-se-á considerar a dois níveis distintos, sendo um, o de *hardware*, que está relacionado com o tempo médio de funcionamento sem avarias, e o outro, o da comunicação propriamente dita, que tem a ver com a exactidão da informação em todo o seu trajecto, desde a transmissão até à recepção. Este último é garantido recorrendo não só a técnicas de correcção de erros, FEC e ARQ, mas também a sistemas de estabelecimento automático da ligação ALE e ALIS.

Quanto à flexibilidade de utilização, esta resulta da capacidade dos novos equipamentos poderem cobrir mais amplamente o espectro electromagnético, permitirem diferentes modos de operação e poderem ser empregues em várias situações, respondendo assim às várias necessidades decorrentes do evoluir das operações.

Outras características a ter em conta são a velocidade de transmissão de informação, que deverá ser o mais elevada possível, a sensibilidade do receptor e a potência do emissor, devendo esta última poder dispor de vários níveis, por forma a adaptar o alcance do rádio às necessidades tácticas.

Adicionalmente aos requisitos já mencionados, é fundamental garantir a interoperabilidade com os outros equipamentos já existentes, quer das nossas Forças Armadas, quer dos países com que Portugal pode vir a participar em acções conjuntas e combinadas.

Dois aspectos a ter ainda em consideração, e que se encontram intimamente ligados ao requisito mobilidade, são as dimensões e peso. Assim, a par do melhoramento das características radioeléctricas e do aumento das suas funcionalidades, tem sido uma preocupação constante a redução do peso e do tamanho deste tipo de equipamentos.

Evolução do Desenvolvimento

O processo de desenvolvimento do P/GRC-525 teve início em Abril de 1994, com a apresentação de uma proposta ao MDN, para o desenvolvimento de um sistema de comunicações táctico de VHF. Essa proposta considerava quatro fases para o projecto:

Fase I - Especificações iniciais e pré-estudo;

Fase II - Protótipo laboratorial e reavaliação das especificações funcionais;

Fase III - Concepção e desenvolvimento;

Fase IV - Pré-industrialização.

Em Outubro do mesmo ano foram aprovadas as fases I e II do referido projecto. No entanto, só em Dezembro de 1996 foi assinado o protocolo para a execução das fases III e IV do projecto.

As conclusões retiradas das fases I e II determinaram, face à evolução tecnológica verificada, entretanto, alterações profundas na arquitectura, especificações e análise dos vários componentes do sistema, tal como tinham sido pensadas até então.

Assim, poderemos considerar que o início do projecto, tal como se encontra delineado actualmente, ocorreu em

Versão a dorso do E/R 525

Dezembro de 1996 com a assinatura já referida.

Com base neste protocolo foi aprovado um planeamento que envolveu mais de 600 tarefas. Os desfasamentos registados, entretanto, não têm grande significado se tivermos em conta a envergadura do projecto em causa e as características do seu produto final.

De acordo com o estabelecido no protocolo, o Ministério da Defesa participou com 360.000 contos. Tem-se no entanto consciência, dado o que se conhece de outros projectos equivalentes, que o custo final de um desenvolvimento desta envergadura ultrapassa largamente o valor atrás referido.

TABELA 1
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS PRINCIPAIS

PARÂMETRO	VALOR
Gama de Freq. (HF/VHF):	RX : 1.5 a 512 MHz TX : 1.5 a 108 MHz
Sensibilidade (VHF):	-115dBm/ 20dB SINAD
Potência:	HF: 1 a 20W V/UHF: 0.05 a 10 W
Modos de Operação:	Freq. Fixa (STANAG 4204) Salto de Frequência Procura Canal Livre Misto
Possibilidades:	EPM (TRANSEC) Cifra (COMSEC) Canal Ajuda (STANAG 4292) GPS OTAM BITE
Alimentação:	10 a 33 V
Dimensões:	199x234x74 mm (L,P,A)
Peso:	+/- 3.5 Kg s/ bateria
Ambientais:	MIL STD 810E Temp. –40 a +70 ºC

Características Técnicas

O 525 constitui uma nova família de rádios tácticos da qual fazem parte várias versões, quer para transporte a dorso, quer para instalação num veículo, e que são compostas essencialmente pelos seguintes elementos:

Transceptor (T/R);
Montagem veicular simples;
Montagem veicular p/ 2 T/R;
Controlo remoto.

A base desta família é um transceptor que cobre, na sua versão mais completa, as bandas de HF e VHF em emissão e recepção, e de UHF em recepção. A sua estrutura interna modular permite configurá-lo ainda como um rádio apenas de VHF, HF e VHF ou VHF e UHF.

Equipado com um receptor de elevada sensibilidade o 525 dispõe ainda de um amplificador de potência que, sendo comutável em intervalos de 3 dB, permite o seu ajuste às várias necessidades de alcance.

O E/R-525 pode operar em diferentes modos. No modo de salto de frequência são seleccionadas previamente as bandas a utilizar, podendo serem barradas frequências específicas. Em qualquer dos modos o E/R-525 permite a transmissão de voz e dados em claro ou cifrado a velocidades até 16 e 64 Kb/s respectivamente.

A tecnologia digital utilizada permite que o controlo do E/R-525 seja feito por *software*, o que, associado à sua estrutura modular, facilita a evolução para futuras versões sem que para isso haja necessidade de recorrer a grandes alterações de *hardware*. O tratamento digital da informação permite disponibilizar uma série de funcionalidades pouco vulgares em equipamentos deste tipo. Dentro destas poder-se-á destacar a facilidade de chamada selectiva dentro de uma rede, ou seja permitir uma comunicação privada ponto a ponto, a de chamada prioritária que interrompe qualquer comunicação em curso, ou ainda a de inibir um determinado rádio de aceder à rede, função esta que se pode mostrar de grande utilidade quando, por exemplo, se suspeitar que esse equipamento caiu em mãos hostis. O E/R-525 dispõe ainda de GPS (*Global Positioning System*) interno e da facilidade de OTAM (*Over The Air Management*), que possibilita a configuração e gestão de um equipamento remotamente via rádio.

Versão veicular do E/R 525

No que respeita a segurança, além de Medidas de Protecção Electrónica (*EPM*) responsáveis pela segurança das transmissões (*TRANSEC*), o E/R-525 dispõe ainda de cifra interna (*COMSEC*) exclusiva para o nosso país. Diversos dispositivos de protecção instalados no rádio impedem a obtenção do algoritmo e das chaves de cifra.

De salientar que todas estas especificações são conseguidas num equipamento de dimensões muito reduzidas, cujo peso sem bateria ronda os 3,5 Kg e que cumpre as características mecânicas e ambientais das normas *MIL*, podendo operar a qualquer temperatura entre os –40 e os +70 ºC.

Além do transceptor o projecto abrange ainda o desenvolvimento de duas montagens veiculares, uma simples para um rádio e outra mais complexa que permite receber e controlar dois transceptores sendo esta, por uma questão de intermutabilidade, de dimensões idênticas à da família do 425. No modo

veicular além de se aumentar a potência de saída em VHF para 50 W, é possível, pelo recurso a filtros de co-localização, a operação de dois rádios cujas antenas distem apenas 1,5 m e cujo afastamento de frequências seja pelo menos de 10%. Com este tipo de montagem veicular é possível ainda cobrir a faixa completa de frequências entre os 1,5 e os 512 MHz, tanto em emissão como em recepção, utilizando para o efeito um transceptor HF/VHF e outro VHF/UHF. A montagem veicular adiciona ainda uma série de facilidades ao sistema nas quais se incluem a possibilidade de ligação a uma *LAN* do tipo *Ethernet* ou a uma Central Automática Digital *RDIS*.

Por último, a utilização do controlo remoto permite a operação e controlo do sistema a distâncias que vão até cerca de 2 Km.

Conclusões

O E/R P/GRC-525 resulta pois do desenvolvimento tecnológico registado nos últimos anos, que tem provocado uma evolução contínua dos sistemas de comunicações a todos os níveis, e do qual a Indústria de Defesa não tem sido alheia. No caso vertente deste projecto verifica-se que o produto final é um equipamento extremamente compacto, multifuncional, de elevada tecnologia, dotado de características que cumprem as especificações NATO pós-2000 e como tal adequado a ser utilizado em diversas situações tácticas, satisfazendo assim os requisitos operacionais do moderno campo de batalha.

A sua adopção irá possibilitar ao Exército, através da disponibilização de uma série de funcionalidades, até aqui inexistentes nos nossos meios, e de maiores flexibilidade e segurança, melhorar significativamente as comunicações de campanha e consequentemente permitir um exercício mais eficaz do comando e controlo das operações.

Face ao exposto, poder-se-á concluir que o P/GRC-525 constituirá uma peça fundamental para a concretização e implementação do Sistema Integrado de Comunicações Tácticas do Exército Português (SITACO).

* Fotos do Autor

Biografia

O Tenente-Coronel Tm (Engº) Eusébio Mendes Afonso ingressou na Academia Militar em 1972 tendo concluído o curso de Engenharia Electrotécnica /Transmissões) em 1978.

Frequentou entre outros os cursos Microprocessadores, *NATO Communications*, Metodologia da Análise de Sistemas de Informação e *Electonic Warfare*.

Esteve colocado na EPT, no DGMT onde participou na equipa de desenvolvimento do PRC-501, no QG/RMS como Comandante do Destacamento de Transmissões da RMS e no CINCIBERLANT como *ADP Staff Officer*.

Actualmente é Subdirector do DGMT.

OFICIAL DO EXÉRCITO
JAQUETA AZUL

GENERAL DA FORÇA AÉREA
UNIFORME DE GRANDE GALA

OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

ESTABELECIMENTO FABRIL DO EXÉRCITO
ESPECIALIZADO NA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO
DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTO E
MATERIAL DE AQUARTELAMENTO.

FÁBRICAS
Fardamentos militares e civis: Calçado militar e de segurança; Capotas de lona para viaturas; Tendas militares e civis Equipamento individual de combate; Emblemas, símbolos e botões em metal; Mobiliário metálico

CENTROS COMERCIAIS
Lisboa e Porto

QUALIDADE
Centro de Qualidade Própria

DESIGN
Um Gabinete de Design especialmente habilitado a realizar projectos no referente a Fardamentos civis e militares

CAMPO DE SANTA CLARA - 1100 LISBOA - PORTUGAL
TELEF.: 21 886 30 06 - 21 886 71 21 / 8 - FAX: 21 887 61 04

OFICIAL GENERAL DA ARMADA
UNIFORME DE GRANDE GALA

OFICIAL SUPERIOR DO EXÉRCITO
GRANDE UNIFORME

DDB International

"O nosso Golf é maior que o teu!"

• Sorria, em nome da boa vizinhança, e aproveite para satisfazer a sua curiosidade. O novo Golf Variant tem muito para ver, desde o espaço amplo, acolhedor e confortável aos diversos pormenores de equipamento. Pormenores tão inteligentes como os múltiplos espaços de arrumação, com destaque para o compartimento adicional (e oculto) sob o piso da bagageira, além do ABS e dos airbags frontais e laterais. Afinal, entre vizinhos, imitarem-nos é o melhor dos elogios.

Novo Golf Variant. A espreitar ao lado ou no seu Concessionário Volkswagen.

Novo Golf Variant

A Obtenção e

Introdução

A passagem do Sistema Misto de Serviço Militar, actualmente em vigor, para um Sistema de Serviço Militar Voluntário em tempo de paz, assume-se cada vez mais como um imperativo para o qual o Exército caminha, a curto prazo.

Foi definido como objectivo estrutural para o Exército, em pessoal, o efectivo mínimo de 24500 militares (QP - 7000 oficiais e sargentos; RV/RC - 1500 oficiais e sargentos e 16000 praças) e cerca de 6000 civis.

Recentemente, foi publicada a nova Lei do Serviço Militar – LSM (Lei nº 174/99 de 21Set), a qual porém só entra em vigor na data da publicação do respectivo Regulamento, que se aguarda.

Evolução do Efectivo em Praças RV/RC

Com a alteração, introduzida em 1992, de um Sistema Misto de prestação de Serviço Militar, constatou-se um crescimento progressivo do efectivo de RV/RC (Praças) até 1996, de menor expressão em 1997 e uma diminuição global em 1998, fruto da decréscimo, entretanto ocorrido no número de praças incorporadas pelo Exército e que constituem, como se irá verificar, a sua fonte principal da obtenção de RV/RC.

Face a tal evolução, foi difundida a Directiva nº 126 de General Chefe do Estado-Maior do Exército, de 1998,

Foto: Arquivo JE

Se o SEN terminasse abruptamente (...) em 5 anos, ou mesmo antes, as actuais Praças RV/RC poderiam desaparecer

Manutenção de Praças RV/RC*

apresentando um conjunto de medidas a adoptar com vista a alterar a tendência decrescente que fora notada.

Pela primeira vez, nesta área, são definidos parâmetros concretos a atingir, permitindo medir os resultados alcançados. Em consequência, foi possível estabilizar a situação e manter o número constante, de cerca de 9.000 praças RV/RC, no último ano.

Análise dos Voluntários

Para uma análise mais pormenorizada das praças em RV/RC, foram estas divididas em dois grupos principais, de acordo com a sua origem:

➢ **Grupo 1**

Constituído pelos que se apresentam nos Centros de Recrutamento (CRec), declarando que pretendem aderir ao sistema, ou que o declaram durante as Provas de Classificação e Selecção (PCS).

➢ **Grupo 2**

Incluindo os que apenas despertam para o voluntariado durante ou após o SEN.

Verifica-se, na figura seguinte, que o Gr 1 tem originado, em média, 279 voluntários/ano, enquanto que do Gr 2 são originários 1754/ano, sendo, portanto, muito diferente a contribuição de cada Grupo para o total de praças RV/RC existentes. No que diz respeito ao Gr 1 e especificamente aos candidatos que apenas se declaram voluntários durante e após a realização das PCS, verifica-se ainda que estes constituem um número significativo em relação ao total do Gr 1. Assim, a extinção destas provas privará o Exército de um contacto com os jovens o que se mostra relevante para a sua cativação, dado que muitos deles só têm conhecimento da existência e condições do sistema de serviço militar em RV/RC nessa altura.

O Gr 2, em virtude de ser constituído por RV/RC que só despertam para a vida militar durante e após o SEN, terminará quando acabar o SEN. A percentagem histórica de adesões neste grupo ronda os 6% dos incorporados. A média dos últimos 5 anos apresenta o significativo valor de 1754 militares por ano.

E aqui reside, em consequência, um aspecto essencial para o Exército. Das actuais praças RV/RC existentes no Exército (cerca de 9000), 80% são provenientes das que são incorporadas como conscritas (Gr 2). Caso o SEN terminasse abruptamente e dada a média de 2000 saídas por ano, em 5 anos, ou mesmo antes, as actuais praças RV/RC poderiam desaparecer, caso as do Gr 1 não fossem progressivamente aumentadas.

Duas primeiras conclusões relevantes parecem de destacar desde já.

A primeira é que grande parte dos nossos jovens só têm conhecimento da existência e condições de prestação do serviço militar em RV/RC após contacto directo com o Exército, seja nas PCS, seja durante a prestação do SEN. Isto significa que é imprescindível e urgente a existência de um sistema de informação que permita alcançar e elucidar os potenciais interessados em servir como voluntários ou contratados nas Forças Armadas. E mais, esse sistema de informação é essencial quando acabar o SEN e o Exército deixar de ter contacto com os cerca de 30000 homens que vem incorporando anualmente.

Uma segunda conclusão, também significativa, reside no facto do Exército continuar a ser uma Instituição que apresenta aos jovens portugueses oportunidades, desafios e realização pessoal, capazes de atrair um número significativo dos que passam pelas fileiras.

O Desafio a Vencer

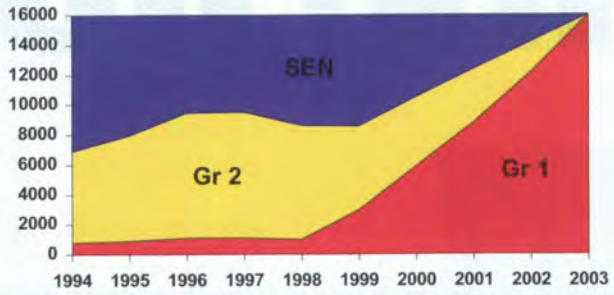
O quadro seguinte expressa de forma clara o difícil desafio a vencer até se extinguir o SEN em 4 anos.

Dado que o objectivo estrutural a atingir é de 16 000 praças voluntárias ou contratadas, trata-se de aumentar progressivamente o número de militares do Gr 1, levando-os dos cerca de 3 000

actualmente existentes para 16 000 e de, simultaneamente, ir reduzindo o número de conscritos (e em consequência dos RV/RC do Gr 2), até que seja possível extinguir o SEN.

É uma tarefa difícil, complexa, e que naturalmente depende de factores que ultrapassam o âmbito do Exército, nomeadamente o quadro de incentivos que for superiormente estabelecido.

No intuito de esclarecer e orientar o Exército para mais este desafio e, nomeadamente, definir as acções que prioritariamente se deveriam desenvolver, o GenCEME difundiu oportunamente, como já referido, uma Directiva orientadora.



A Directiva nº 126/CEME/98

Considerando a tendência que então se vinha verificando para a diminuição do número de ingressos e o aumento do número de saídas de praças em RV/RC, a Directiva nº 126/CEME/98 determina um conjunto de medidas de implementação imediata e outras de curto/médio prazo, para rapidamente diminuir o número de saídas e aumentar as adesões, para além de lançar, desde logo, os estudos necessários com vista à oportuna adopção das medidas a empreender. Como tal, considerou fundamental:

- Empenhar todos os Comandos e U/E/O do Exército, através da acção de comando, na condução imediata das acções tendentes a reduzir as perdas nas praças RV/RC que se vinha acentuando, por forma a inverter essa tendência e alcançar os objectivos do crescimento definidos;

- Descentralizar, na maior extensão possível, o esforço de esclarecimento, de captação de voluntários e da sua manutenção, nomeadamente de praças, acompanhando cuidadosamente a evolução e mantendo as U/E/O informadas dos resultados obtidos, face às expectativas previsíveis;

Determinou, igualmente, a adopção de várias medidas de planeamento e execução, a várias Entidades, das quais se destacam:

- Implementação de uma campanha de divulgação das actividades do Exército e dos RV/RC;

- Colocação de toda a informação disponível sobre o RV/RC no "domínio" do Exército na *Internet*, incluindo a relação geral das vagas para o RV/RC, por U/E/O e especialidade, com vista a permitir uma maior objectividade na escolha das colocações por parte dos candidatos;

- Elaboração de estudos sobre a reformulação das especialidades e a sua adequação/aproximação às profissões civis; e sobre o dispositivo do Exército e as estruturas nas U/E/O, tendo em conta as necessidades futuras e a localização das origens do potencial humano;

- Redução do tempo entre o momento da manifestação da vontade de aderir ao RV e o seu ingresso efectivo;

- Divulgação dos dados estatísticos dos ingressos em RV/RC;

- Acompanhamento da acção dos CRec, tendo em vista obter um número de candidaturas ao RV de, pelo menos, 3% dos recenseados em cada Centro;

- Acompanhamento da acção das U/E/O, nomeadamente os que têm encargos de instrução, com vista a captarem para o RV, 8% dos militares em SEN e que, pelo menos, 80% dos recrutas voluntários e já incorporados com destino ao RV, ingressem efectivamente nesse regime;

- Melhoria das condições de conforto e privacidade das U/E/O, incluindo o fardamento;

- Atribuir um maior número de horas destinadas à Ficha de Instrução, sobre o serviço em RV/RC, a ser ministrada pelos Chefes das Secções de Pessoal das Unidades, durante as primeiras semanas de instrução; bem como a realização de palestras durante a PCompl e no período de prestação do SEN;

- Constituição de "Equipas de Divulgação Local" com a missão de angariação de recursos humanos para o RV/RC;

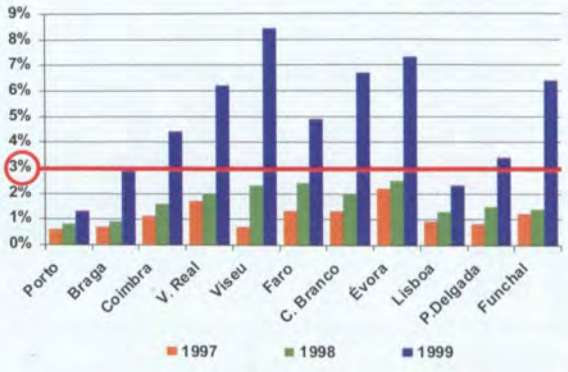
- Garantir a presença de militares das GU nos CCSel a fim de prestarem informação complementar aos possíveis candidatos ao RV.

Impacto das Medidas Implementadas

Relativamente às medidas preconizadas na Directiva nº 126/CEME/98, e que têm vindo a ser adoptadas, iremos, de seguida, analisar apenas os resultados verificados na área dos CRec e das U/E/O.

Centros de Recrutamento

Os resultados obtidos nos últimos anos pelos CRec, em termos de cidadãos que se declararam voluntários, face ao número de mancebos recenseados em cada um; e perante o parâmetro definido na Directiva nº 126/CEME/98 (3% dos cidadãos recenseados na respectiva área), são os que se podem verificar no gráfico seguinte.



Percentagens de captação por Centros de Recrutamento

Em 1997, a média foi de 1.15% e os CRec com menor rendimento, face aos mancebos recenseados foram: Porto, Lisboa e Braga.

Em 1998, porém, verificou-se algum crescimento. Foi realizada, nesse ano, uma primeira reunião na DR com os Chefes de todos os CRec, tendo-se vindo, desde então, a notar uma clara melhoria. São os casos de Viseu, Évora e Faro. Contudo, a média das percentagens (1.4%), ainda estava

aquém das expectativas.

Relativamente a 1999, regista-se, com muito agrado, um aumento de todos os CRec, tendo-se atingido a média de 3.5% dos recenseáveis. Apenas os CRec do Porto e Lisboa não atingiram os valores desejados.

É, pois, patente o empenho generalizado dos CRec e CCSel que, apesar das condições diversas do meio humano em que se inserem, têm vindo permanentemente a aumentar os resultados alcançados, tendo-se atingido e ultrapassado o resultado previsto para 1999.

U/E/O

Relativamente às adesões ao RV/RC, iremos de seguida apresentar os valores de adesões ao RV/RC por grupos de origem (Gr 1 e Gr 2) com as respectivas 10 U/E/O onde mais militares aderiram.

Assim, relativamente ao Gr 1 (Voluntários antes do SEN) verificou-se que o Gr A apresenta valores percentuais mais elevados, mas o Gr B apresenta valores absolutos superiores. Recorda-se que o parâmetro definido, na Directiva nº 126/CEME/98, visava garantir que 80% dos que, voluntariamente, tinham ingressado no SEN, passassem de facto a RV/RC.

Foto: Arquivo JE

O Exército continua a ser uma Instituição que apresenta aos jovens portugueses oportunidades, desafios e realização pessoal

Verifica-se que estes valores não foram ainda atingidos, continuando a existir "perdas" substanciais desde que os militares voluntários iniciam a instrução até que, de facto, concretizam o seu ingresso em RV.

As U/E/O, que maior número de voluntários do Gr 1 cativaram, foram as que se indicam, com os respectivos valores:

RG 3 – 21; HMR 1 – 13; CmdQG/RMN – 12; HMP – 11; RI 14 – 11; BSS – 10; RA 5 – 10; RI 13 – 9; CCSelLisboa – 8; RE 3 – 8.

No que diz respeito ao Gr 2 (Voluntários com origem no SEN) verifica-se que o Gr B apresenta valores percentuais e absolutos superiores ao do Gr A. Recorda-se que o parâmetro definido, na Directiva nº 126/CEME/98, visava garantir que 8% dos incorporados em SEN fossem cativados para RV/RC. Tal significaria uma ligeira subida em relação à média dos últimos 4 anos que é de 6%, como já foi referido.

Verifica-se, pois, que apesar do esforço efectuado pelas U/E/O não foi ainda possível aumentar a média de militares que concretizam o seu ingresso em RV/RC, mantendo-se em 1999 a tendência habitual.

Neste grupo, as U/E/O que maior número de voluntários cativaram foram as que se indicam, com os respectivos valores:

BCS/CMSM – 47; RL 2 – 41; 2º BIMec/BMI – 39; BAdidos – 29; RG 3 – 28; RA 5 – 26; CmdQG/ZMA – 25; RE 3 – 25; RI 13 – 25; BST – 23.

Conclusões

A obtenção e manutenção do efectivo em R/RC e nomeadamente em praças, constitui um dos maiores, senão o maior desafio, com que o actual Exército se debate.

Foi neste intuito, que o General CEME emanou a Directiva nº 126/CEME/98. Os resultados obtidos permitem verificar que a tendência de decréscimo, verificada em 1998, de praças RV/RC foi travada, tendo-se alcançado, em 1999, a estabilização na ordem das 9 000 praças.

Os resultados obtidos demonstram que ambos os grupos são importantes. O Gr 1 (Voluntários antes do SEN) será a única forma de obtenção de praças para o Exército após a extinção do SEN. Por isso, todas as medidas para agilitar o contacto com os jovens e torná-los voluntários ou contratados são indispensáveis. E neste campo é de realçar o esforço dos CRec e dos CCSel.

O Gr 2 é, no actual Sistema Misto de Serviço Militar, a maior fonte de obtenção de RV/RC. Deverá continuar, pois, a merecer todo o empenhamento das U/E/O para garantir que o número de RV/RC com origem no SEN atinja os valores desejados e utilizar ao máximo esta fonte até à sua extinção em 4 anos.

Cientes de que esta problemática, bem como a intenção manifestada na Directiva 126/CEME/98, são sentidas profundamente em todas as U/E/O do Exército; é da mais elementar justiça reconhecer o esforço desenvolvido por todos, no sentido de superar este novo desafio.

É com a maior das expectativas que se aguarda a regulamentação da LSM, na qual se inclui um novo pacote de incentivos a implementar. Destes, destaca-se a facilidade concedida no ingresso dos RV/RC nas Forças de Segurança, na Função Pública, ou no Quadro de Pessoal Civil do Exército (QPCE), podendo dessa forma aproveitar-se a mais-valia que a passagem pelas fileira transmite e, simultaneamente, facilitar a integração futura dos nossos militares. JE

* Texto e gráficos da Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal (DAMP)

Breve caracterização do território

A ilha de Timor, com uma superfície total de 32350 Km², alonga-se no sentido sudoeste-nordeste, situando-se a cerca de 430 Km a norte do continente australiano e 1000 Km a leste da ilha indonésia de Java.

O Território de Timor-Leste é constituído pela parte este da ilha de Timor, pelo enclave de Oecusse, situado na costa norte da zona ocidental da ilha, pela ilha de Ataúro e pelo ilhéu de Jaco, perfazendo uma superfície total de 18899 Km². Os seus limites territoriais foram estabelecidos por tratado com a Holanda, a 20 de Abril de 1859. Posteriormente, o convénio de 10 de Junho de 1893 levou à supressão de alguns enclaves. A Convenção Luso-Holandesa de Haia, de 7 de Outubro de 1904, legalizou aquela rectificação. A delimitação do enclave de Oecusse foi submetida à arbitragem do governo suíço que se pronunciou através de sentença datada de 25 de Julho de 1914.

A temperatura média anual do território oscila entre os cerca de 20º e 32ºC, mais elevada nas regiões do litoral e descendo aos 10º, ou mesmo menos, nas regiões montanhosas. Os meses mais quentes, de Dezembro a Abril, coincidem com as grandes chuvas. As duas estações anuais, no território, são marcadas pelo regime das monções de noroeste, ou asiática e de sudeste, ou australiana, caracterizada, a primeira, pelas fortes ventanias, trovoadas e chuvas intensas e, a segunda, pelos ventos moderados, quase secos e pela pouca chuva.

A precipitação e a humidade do ar, no território, apresentam valores médios anuais muito elevados, particularmente nas zonas altas da região central e da vertente meridional.

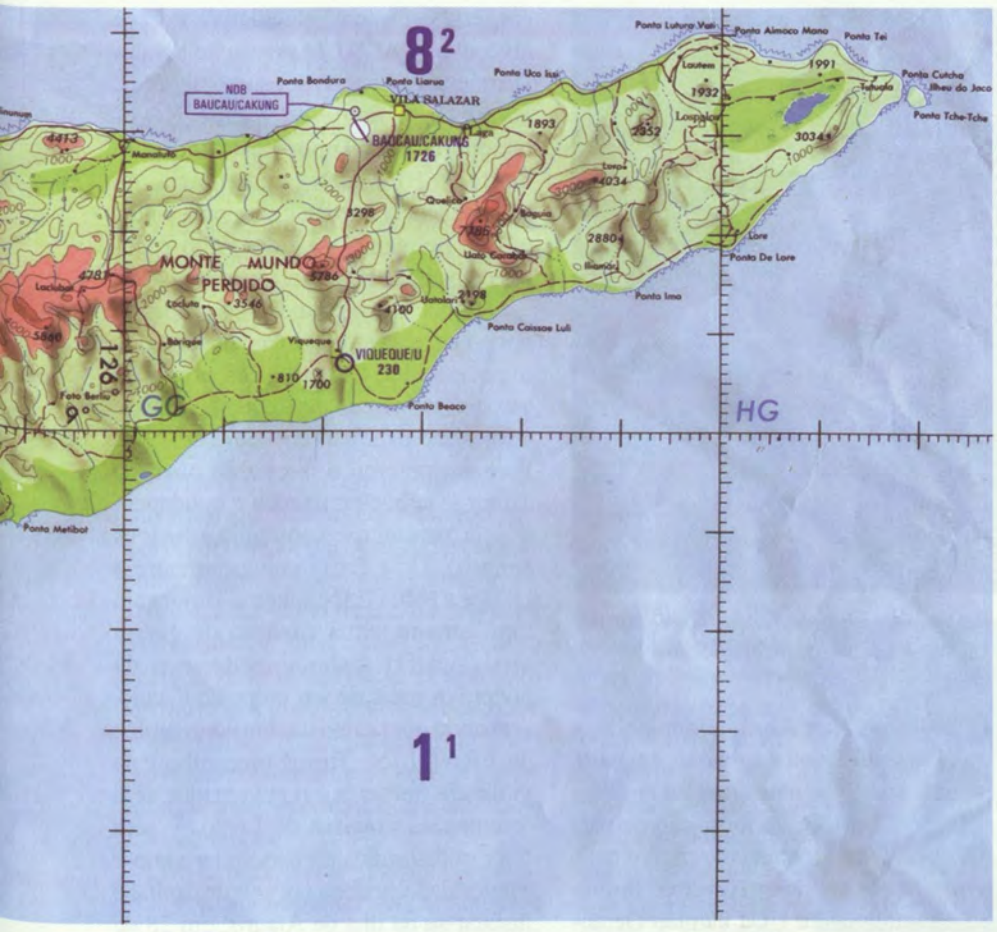
A ilha é muito acidentada, localizando-se as maiores alturas na sua parte central, região oeste do território de Timor-Leste. Esta zona é dominada por uma crista central onde nasce quase toda a rede hidrográfica da ilha que, na costa norte se prolonga, por vezes, até ao mar enquanto na costa sul se esbate longe da costa, dando origem a uma faixa litoral plana, bastante extensa, constituída por formações aluviais contínuas. A parte este da ilha mostra um relevo menos acidentado, com predomínio das formações planálticas, de onde emergem algumas elevações de vertentes escarpadas, um tipo de relevo localmente designado por "Fatu". O enclave de Oecusse, embora acidentado, não apresenta as altitudes da parte ocidental do território principal. A ilha de Ataúro é muito montanhosa, nomeadamente, na sua parte sul.

Em virtude das pequenas dimensões da ilha e do seu relevo, as ribeiras formam torrentes nas estações das chuvas desaparecendo, praticamente, na época seca. A orientação da cordilheira central, onde nasce a maioria, levam-nas a correr, quer para norte, quer para sul em leitos abruptos que ganham grandes dimensões junto ao mar.

Apesar de não ter o aspecto luxuriante típico das grandes ilhas de Sonda, Timor mostra uma vegetação abundante e formações florestais bastante diversificadas. O solo é de formação vulcânica constituído, fundamentalmente, por rochas sedimentares cobertas de calcários e espessas camadas de argila.

Ainda não é possível saber, com rigor, qual a população do território. Após a saída da grande maioria da população indonésia (cerca de 200000), as estima-

Exército Marc



Existem, no território, uma dúzia de grupos étnicos com idiomas diferenciados. O tétum, na sua forma original ou numa versão simplificada, é falado por cerca de 75% da população. O bahasa (língua oficial durante a ocupação indonésia), o inglês e o português são comuns. Cerca de 90% da população é de religião católica.

A rede estradal, com uma configuração periférica ao longo da costa e algumas transversais a ligar ao interior, é muito condicionada pelo relevo e pelas condições meteorológicas do território, com um número reduzido de rodovias, estreitas e em mau estado de conservação.

A região dispõe de dois aeroportos, em Baucau e Díli, bem como de alguns aeródromos e um heliporto. Não dispõe

ha para Timor*

tivas apontam para cerca de 650000 habitantes (dos quais menos de 2% serão de origem chinesa e, os restantes, autóctones). A população é relativamente jovem, formando uma pirâmide etária com cerca de 43% da população, com idade inferior a 15 anos na base e, no topo, apenas 2,3% com mais de 64 anos.

O território de Timor-Leste organiza-se em treze distritos constituindo-se, fundamentalmente, as suas capitais, nos seus principais centros populacionais

de bons portos naturais, contando, apenas, com pequenos ancoradouros para embarcações de pesca e cabotagem. Os transportes marítimos são efectuados através do porto de Díli, único com capacidade para a navegação de grande calado.

O território de Timor-Leste organiza-se em treze distritos constituindo-se, fundamentalmente, as suas capitais, nos seus principais centros populacionais.

O petróleo, o gás natural e o sândalo são os recursos natu-

Apesar de não ter o aspecto luxuriante típico das grandes ilhas de Sonda, Timor mostra uma vegetação abundante e formações florestais bastante diversificadas

rais mais significativos no território. Os recursos no subsolo são ainda mal conhecidos, mas admite-se a existência de manganês e hidrocarbonetos.

Génese da crise

Os primeiros contactos de portugueses com a ilha de Timor datam dos inícios do século XVI, após a conquista de Malaca e consequente domínio dos mares e do comércio da Insulíndia. A conquista foi lenta, tendo encontrado numerosos obstáculos, desde as resistências locais até aos ímpetos expansionistas de outras nações asiáticas e à conquista holandesa. Portugal acabaria senhor de metade da ilha, não sem alguns problemas de soberania que deram origem a "guerras de pacificação". Foi, no entanto, a Segunda Guerra Mundial que trouxe maiores embaraços ao domínio português, com a colónia invadida e ocupada pelos japoneses. Entre 1942 e 1945, o território seria palco de combates que opuseram o exército imperial japonês e uma heterogénea coligação de esforços militares (comandos holandeses e australianos, portugueses degredados e timorenses), sem que Portugal tivesse intervenção directa no conflito.

Com o fim da guerra, Portugal readquiriu o domínio sobre Timor, seguindo-se-lhe um período de quase três dezenas de anos sem que se manifestassem, ali, movimentos emancipalistas.

Após o 25 de Abril, a vida política timorense começou a agitar-se, em parte por reflexo dos acontecimentos em Portugal. A liberdade de formação de partidos políticos, prontamente aproveitada, permitiu que surgissem diversas formações partidárias: a UDT (União Democrática Timorense), partidária de uma autonomia progressiva, dentro do espaço imperial português, que evolui para a proposta de uma independência a curto prazo; a AITI (Associação para a Integração de Timor na Indonésia), mais tarde denominada APODETI, cujo nome era, em si mesmo, elucidativo do seu objectivo; a ASDT (Associação Social-Democrática Timorense) que, mais tarde, adoptaria o nome de Frente Revolucionária para Timor-Leste Independente (FRETILIN), partidária da independência imediata; surgiram, ainda, outros pequenos partidos, não reconhecidos pelas autoridades portuguesas.

Os motores da política local acabaram por ser os três partidos mencionados, que o governador Lemos Pires procurou associar numa coligação que garantisse a transição pacífica (em Julho de 1975, Portugal reiterou o direito do povo de Timor à autodeterminação e à independência, mas tal não conseguiu refrear os ânimos). Uma fugaz coligação entre a UDT e a FRETILIN falhou e Timor caiu rapidamente numa situação de guerra civil. A UDT tentaria apoderar-se do poder por meio de um golpe de Estado, acabando por se registar um contragolpe da FRETILIN. Timor mergulhou na violência fratricida e o governador, sem orientações precisas de Lisboa e sem força militar suficiente para voltar a impor a autoridade, acabou por sair da capital e instalar-se na ilha de Ataúro. Em 28 de Novembro de 1975, a FRETILIN proclamava, unilateralmente, a independência. No dia seguinte, os restantes partidos pediam a intervenção da Indonésia que, a 7 de Dezembro, lançava uma invasão em grande escala (na realidade, já desde Outubro havia notícia

A população rural, nas áreas em mais acesa disputa com a guerrilha, foi encerrada em "aldeias de recolonização" e procedeu-se à esterilização forçada de mulheres timorenses

de violações de fronteira por militares daquele país). Em resultado dos acontecimentos, o governador abandonou em definitivo o território.

À invasão indonésia seguiu-se a resistência dos timorenses e com ela uma das maiores tragédias do pós-guerra, com aquele país a recorrer a todos os meios para a dominar. Calculam-se em duzentas mil as vítimas dos combates e chacinas, com as forças policiais e militares a usarem sistemática e incontroladamente meios brutais de tortura. A população rural, nas áreas em mais acesa disputa com a guerrilha, foi encerrada em "aldeias de recolonização" e procedeu-se à esterilização forçada de mulheres timorenses. Simultaneamente, a fim de dar à ocupação um carácter irreversível, desenvolveu-se uma política de descaracterização do território nos planos político, cultural e demográfico. Timor passou a ser a 27ª província indonésia e os seus recursos naturais a ser explorados em benefício dos ocupantes.

No terreno, a guerrilha, embora com escassos meios materiais, humanos e financeiros, não se rende. Sofre pesados desaires e, embora reduzida a umas escassas centenas de homens mal armados e isolados do mundo, consegue, no período seguinte, alargar a sua luta ao meio urbano e manter, no exterior, uma permanente luta diplomática. Simultaneamente, Portugal, que nunca reconheceu nem a declaração unilateral da independência, pela FRETILIN, nem a anexação pela Indonésia, procura mobilizar a comunidade internacional para a resolução do problema.

A grave crise social que deflagrou na Indonésia, em 1998, e que levou à queda do Presidente Suharto, veio criar as condições para uma saída negociada.

Intervenção das Nações Unidas

A 5 de Maio de 1999 e culminando o longo período negocial, Portugal e a Indonésia assinaram, em sede das Nações Unidas, um acordo supervisionado pelas Nações Unidas e que previa uma consulta ao povo de Timor-Leste sobre o seu futuro, a realizar em 8 de Agosto de 1999. Nesta consulta, os timorenses foram chamados a escolher a independência ou a autonomia no seio da Indonésia.

Entretanto, os militares indonésios organizaram novas milícias no território, defensoras da integração na Indonésia, as quais viriam a ser responsáveis pelo clima de grande tensão e por inúmeros atentados que provocaram centenas de mortos, especialmente entre as populações adeptas da independência.

Apesar da presença da UNAMET (Missão de Assistência das Nações Unidas para Timor-Leste) no território desde início de Junho, o clima de tensão provocado pelas acções de intimidação e ataques às populações e as dificuldades de natureza logística levaram a que não tivesse sido possível concluir, no prazo inicialmente estabelecido, as operações de recenseamento das populações. Kofi Annan foi obrigado a propor ao CS/ONU o prolongamento do prazo para conclusão destas operações. A situação obrigou a um adiamento do referendo, primeiro para o dia 22 de Agosto e, finalmente, para 30 de Agosto.

O recrudescimento da violência e instabilidade no pós-referendo que acabou por levar as Nações Unidas a antecipar a comunicação dos resultados que deram uma maioria de 74% dos votos a favor da independência, não acalmou a situação e, em 15 de Setembro, acabaria por ser aprovada, por unanimidade, a Resolução 1264 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, autorizando o envio de uma Força Multinacional para Timor-Leste, a fim de restaurar a paz e a segurança no território. Esta força, designada por INTERFET, cujo Comando foi atribuído à Austrália, entrou no território em 20 de Setembro de 1999.

Logo após a chegada da INTERFET ao território o Exército e Polícia indonésios iniciaram a retirada. Em 28 de Setembro, Portugal e a Indonésia, sob os auspícios das Nações Unidas, reiteraram o acordo de transferência da autoridade em Timor-Leste para aquela Organização. No mesmo dia a UNAMET restabeleceu, em Díli, o seu Quartel-General.

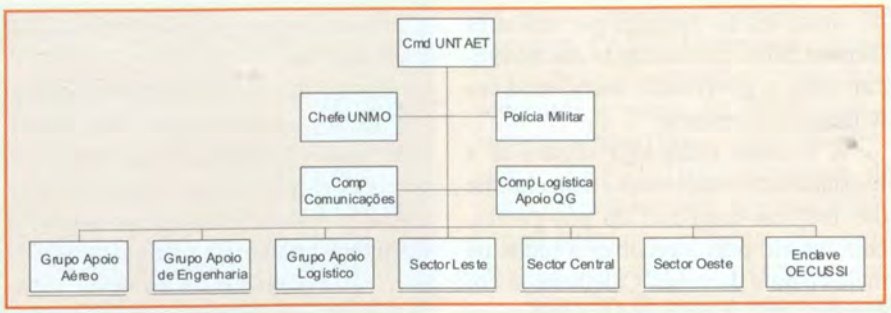
Em 19 de Outubro, a Assembleia Popular Consultiva Indonésia reconheceu, formalmente, os resultados da consulta e, em 25 de Outubro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste) como uma operação de manutenção da paz responsável pela administração do território durante a sua transição para a independência, visando, logo que possível, fazer substituir a INTERFET pela componente militar da UNTAET.

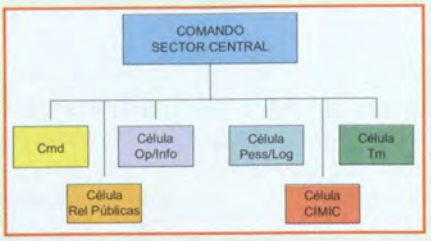
Sob a Égide das Nações Unidas... os timorenses foram chamados a escolher a independência ou a autonomia no seio da Indonésia

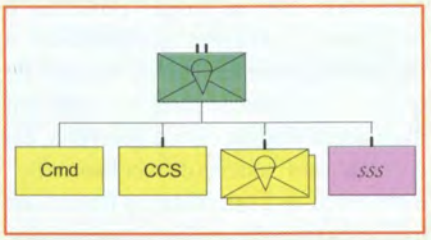
Participação Portuguesa na UNTAET

Nos termos da resolução 1272 de 25 de Outubro de 1999 do Conselho de Segurança, a UNTAET mantém a responsabilidade completa pela administração de Timor-Leste com poderes para exercer toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da justiça. O seu mandato inclui: garantir a segurança e manutenção da lei e ordem em todo o território; estabelecer uma administração efectiva; apoiar o desenvolvimento dos serviços civis e sociais; coordenar a assistência humanitária, a reabilitação do território e a assistência ao desenvolvimento; apoiar a criação de um governo autónomo; apoiar o estabelecimento de condições para um desenvolvimento sustentado.

A UNTAET tem o seu Quartel-General em Díli e o representante especial do Secretário-Geral e chefe da missão é Sérgio Vieira de Mello, brasileiro. Os seus objectivos e estrutura, de acordo com o estabelecido na parte IV do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, incluem uma componente governativa e de administração pública contando, para o efeito, com uma força de polícia internacional de 1640 elementos, uma componente de assistência humanitária de reabilitação de emergência e uma componente militar com um efectivo máximo autorizado de 8950 elementos, mais 200 observadores. Portugal participa nas três componentes, bem como no Estado-Maior da UNTAET.







A contribuição nacional para a componente militar compreende um Comando de Sector e um Batalhão de Infantaria Pára-quedista, constituído por três companhias, sendo duas de pára-quedistas e uma de fuzileiros, totalizando um efectivo de cerca de 800 elementos. A Força Aérea disponibiliza quatro helicópteros ligeiros e, a Marinha, a força de fuzileiros integrada no Batalhão. Fora da estrutura da UNTAET, directamente sob responsabilidade nacional, a Força Aérea e a Marinha mantêm na região, para apoio da operação, um avião C-130 e uma Fragata, respectivamente.

As forças atribuídas ao Sector Central, com uma área de cerca de 4950 Km^2, sob comando português, incluem, além do Batalhão nacional, uma companhia queniana e uma companhia de polícia militar brasileira.

A participação portuguesa é, em termos de efectivos, a segunda maior entre os 34 países participantes, logo a seguir à da Austrália.

A participação portuguesa é, em termos de efectivos, a segunda maior entre os 34 países participantes, logo a seguir à da Austrália

Esta participação representa um grande esforço para um Exército com a dimensão do nosso, simultaneamente empenhado nos Teatros de Operações da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo e constitui um desafio à nossa capacidade de projecção e de sustentação de forças em condições extremas, dada a localização de Timor nos antípodas a 17000 Km de Portugal e a inexistência de infra-estruturas essenciais, arrasadas que foram pela onda de violência que varreu o território após o referendo. No mesmo dia (07Fev) em que partiram os primeiros homens do Batalhão português, iniciou-se a preparação do contingente que o irá render (a duração da comissão é de seis meses).

O Exército encara este desafio com grande empenho e entusiasmo, ciente da importância que o seu contributo pode dar à paz, à segurança, à reconstrução e ao nascimento do novo Estado, moralizado por a sua presença no território ter o apoio da opinião pública nacional e ser desejada pelos timorenses.

O espírito de missão e as características comprovadas do nosso soldado, a sua capacidade de adaptação e de convivência com outras culturas tornam-no particularmente dotado para esta missão. Estamos certos que ele saberá ser intérprete, junto do povo-irmão de Timor-Leste, do afecto e da solidariedade do povo português.

* Texto e fotos da DIM/EME

O Exército encara este desafio com grande empenho e entusiasmo, ciente da importância que o seu contributo pode dar à paz, à segurança, à reconstrução e ao nascimento do novo Estado

A única break com a suavidade da suspensão hidropneumática auto-ajustável dispõe agora do motor Diesel mais avançado do mundo. Com 110 cv às 4000 rpm, o novo motor HDi destaca-se pelo elevado binário a baixos regimes e pelo baixíssimo nível de ruídos e vibrações produzidos. Graças à tecnologia de injecção directa de alta pressão "common rail" que permite o controlo óptimo da mistura de carburante e ar, o motor HDi de 1997 cc, proporciona à nova Xantia Break HDi prestações e consumos sem paralelo entre os mais avançados modelos turbo-diesel. Visite o seu Concessionário ou Agente Citroën e experimente a sensação exclusiva de viajar no espaço de uma Citroën Xantia Break HDi.

Nem a tecnologia mais avançada dispensa um espaço exclusivo.

Citroën prefere TOTAL

CITROËN Xantia BREAK HDi

CADA VEZ MAIS SEGURO DE SI.

CRÉDITO CERTO

CITROËN FINANCE

Mais 32% de binário às 1500 rpm ■ Mais 25% de potência a baixa rotação ■ Redução do consumo em 21% Menos 22% de emissões poluentes ■ Menos 6% de vibrações ■ Redução do ruído em 50%

Entrevis
Gene

Ao cumprirem-se dois anos de exercício do alto cargo de Comandante do Exército acedeu o General António Martins Barrento a expor nas páginas do *Jornal do Exército* alguns problemas, perspectivas e realizações que, na actualidade, à Instituição dizem respeito.

Porque comunicar o que fazemos, como fazemos e porque fazemos e, ainda, lealmente, explicitar as dificuldades sentidas no cumprimento das Missões que nos são confiadas é a primeira missão do *Jornal do Exército,* agradecemos a disponibilidade demonstrada e anotamos a frontalidade das afirmações.

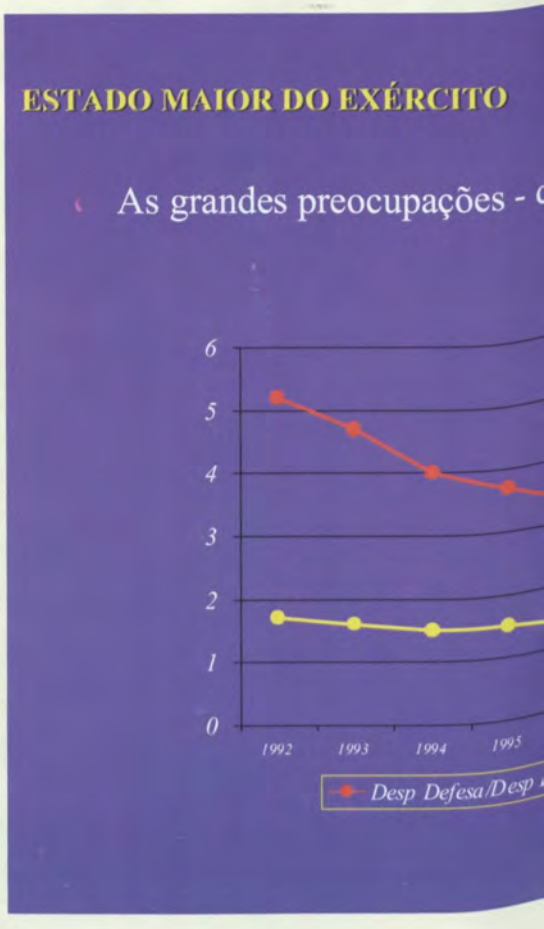
***JE* – Em recente entrevista o Sr Ministro da Defesa Nacional reconheceu, entre outras questões relevantes, que "é necessário um brutal esforço financeiro para adequar as necessidades de equipamento à transformação das FA em desejáveis Forças de Intervenção Rápida"; que "não se pode avançar logo para um exército profissional porque é muito mais caro e essa noção não foi suficientemente veiculada na sociedade"; que tem de haver, em relação aos Países Europeus, "fiabilidade dos sistemas de segurança e defesa de quem lhes assegura as fronteiras a Sul" e que para tudo isto é necessário afectar ao orçamento da Defesa 1,8% do PIB (contra os actuais 1,3%), mas que "não há essa consciência social".**

Esta postura, que ocorre, aliás, quando sob a presidência portuguesa da UE se começam a estruturar os órgãos que farão funcionar a Política Externa e de Segurança Comum e se começa a falar dos "Corpos Militares" da UE, é algo de novo entre nós.

Quais serão, no seu entender, as consequências positivas para o Exército desta nova postura, caso venha a ter realização efectiva.

General CEME – Eu agradeço a intervenção prévia com a posição assumida pelo Sr. Ministro, que me parece realmente uma posição muito oportuna. O problema apresentado pelo Sr. Ministro é um problema candente como é, realmente, a falta de meios financeiros para a modernização dos sistemas de Defesa. Relaciona isso não só com o problema português, ou não fala só do problema português, mas põe o problema no quadro europeu.

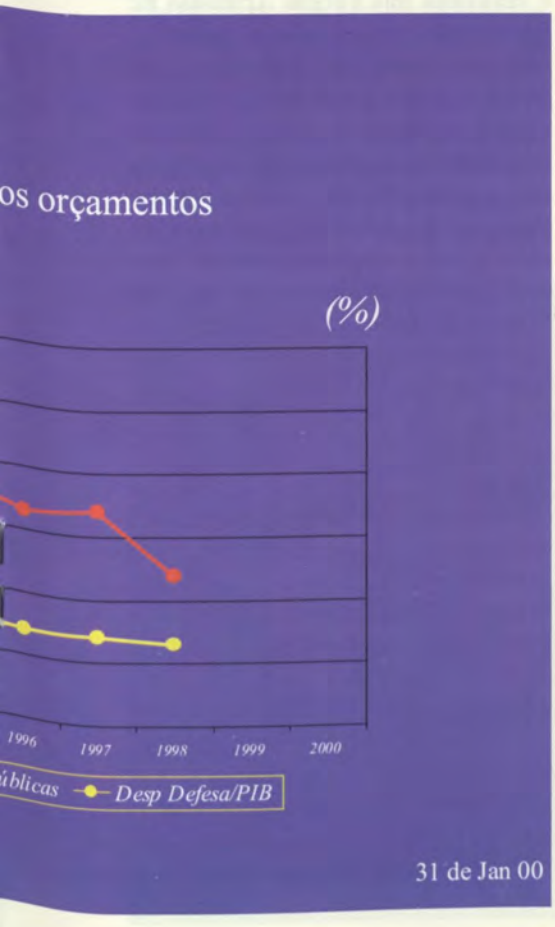
Julgo que o conflito do Kosovo foi exemplar para mostrar a falta de capacidade da Europa para reagir às suas necessidades de política externa. A intervenção foi "empurrada" pelos americanos e ficou provado que, só por si, os europeus não têm capacidade de realizar uma operação de grande envergadura. Tendo a consciência disso, temos de analisar por que é que isso acontece, e sucede assim porque o desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos, que pode ser semelhante ao europeu, dá muita atenção aos programas de Defesa. Mas isto vai obrigar, portanto, a Europa a gastar muito mais dinheiro com a Defesa do que aquilo que tem gasto, para obter as valências que neste momento só os Estados Unidos têm e lhes permite realizar operações com um mínimo custo em vidas.



sta com o
eral CEME

Uma das grandes consequências da queda do Muro de Berlim e da aprendizagem que as populações estão a fazer de viver num sistema de paz mundial, ou num certo tipo de paz mundial, foi criar-se a ideia que tínhamos atingido a paz universal e o fim da perda de vidas resultante das guerras. Já na década de noventa verificámos que não é assim e que os conflitos continuam a existir e vão continuar a existir e que obrigam à perda de vidas.

Desejando os países intervir no âmbito da sua política externa, com



intervenção militar sem a perda de vidas, têm que acautelar a existência da capacidade de realizar essas operações com toda a tecnologia disponível de modo a diminuir esses riscos. A Europa não tem essa capacidade, tendo, portanto, que a adquirir. Quando se fala no Exército europeu não se está a pensar, evidentemente, num Exército de cidadãos europeus, todos recrutados ao longo da Europa. Está a pensar-se, julgo eu, num Exército com contingentes de várias nações europeias, mas com as tais capacidades, que só são possíveis de obter com um dispêndio bastante superior daquele que a Europa tem gasto até ao momento. Quando o Sr. Ministro fala em 1,8 do PIB, como comparticipação dos países, é a consciência da necessidade absoluta do crescimento das despesas militares para que a Europa disponha de Forças Armadas que respondam aos desafios que se venham a colocar. 1,8 do PIB, em relação a Portugal, é um acréscimo significativo. Aliás, as percentagens que têm sido apresentadas não estão correctas, pois apresentam a nossa participação já muito perto de 1,8 por incluírem as Forças de Segurança.

A desconstitucionalização do serviço militar obrigatório foi advogada, entre outras razões, porque seria mais barato ter um Exército ou umas Forças Armadas profissionais. Evidentemente que este argumento era incorrecto e as transformações que precisamos de proceder a caminho da profissionalização obrigam a um dispêndio muito superior de verbas orçamentais. Quando o Governo está a fazer um esforço em áreas como a saúde e a educação, é difícil passar na opinião pública a mensagem de um crescimento orçamental das Forças Armadas, até porque não se tem explicado as razões desse crescimento. Eu só falo em nome do Exército e o Exército tem conseguido alguma modernização através das Leis de Programação Militar. Contudo, essa modernização é muito lenta. Nós, por exemplo, (alguém chamou a atenção há

pouco tempo para isso) já temos a arma automática G3 há mais tempo do que tivemos a velha espingarda Mauser da geração anterior. Por outro lado, um contratado custa muito mais caro do que um conscrito, porque este dá uma prestação de serviço à Pátria remunerada como tal e aquele é diferente. Com o orçamento actual não é possível, realmente, pagar aos contratados que o Exército necessita, nem é possível fazer a modernização com a urgência que deve ser feita.

***JE* – Falando-se da obtenção de recursos humanos, em que situação está, actualmente, a questão dos incentivos, tanto para o quadro permanente, como para os voluntários contratados?**

General CEME – Vamos distinguir aqui dois aspectos, quadros e as praças, pois no Exército não temos quadro permanente de praças. Em relação aos quadros permanentes tem existido um número relativamente avultado de candidatos a oficial e sargento nas Forças Armadas. Esse número corresponde a uma certa fatia da população portuguesa que gostaria de servir nessas condições. A formação que lhes ministramos no interior da Instituição é de grande nível. De facto, quando são postos em comparação com Quadros doutros Exércitos, recebemos referências elogiosas frequentes das entidades com quem trabalham. Por isso, e pela forma como têm vindo a desempenhar as funções nas forças nacionais destacadas e nos quartéis-generais de forças internacionais, julgo que é um motivo de orgulho para todos nós e que significa também que a formação dos nossos quadros é, de um modo geral, uma formação correcta. Os oficiais e sargentos contratados têm, também, respondido às necessidades gerais do Exército. Em relação às praças, precisamos no Exército de cerca de 16 mil praças contratadas, para substituir cerca de 35 mil conscritos. Essas 16 mil praças custam mais que os 35 mil conscritos. Os incentivos que constarem da regulamentação da Lei do Serviço Militar têm que responder aos anseios da juventude, sobre os quais não há, infelizmente, um estudo aprofundado. No entanto, por inquéritos parcelares que realizámos aos longo dos anos, sabemos que existem jovens que vêm servir nas

Forças Armadas por espírito de aventura, por desejo de servir, por vontade de conhecer o mundo, pela possibilidade de fazer pára-quedismo, mas o grande incentivo é, depois desta experiência de serviço militar, terem uma saída para a vida civil que lhes dê estabilidade. É assim que parte do contingente de praças concorre para outras situações ligadas à vida militar. Uns concorrem à Escola de Sargentos do Exército, outros concorrem a lugares na Polícia e na Guarda Nacional Republicana, o que significa um anseio por uma profissão estável e para a qual acabam por, através do serviço militar, obter uma mais-valia. Há outros incentivos, como seja a obtenção de uma formação profissional, mas eu tenho algumas dúvidas, porque a experiência que temos da formação profissional não é muito animadora. Nós temos tido algumas escolas e temos feito frequentar o pessoal que passa nas fileiras em escolas de formação profissional, mas o número de pessoas que as deseja frequentar é relativamente reduzido. Convém também lembrar que o Exército está numa situação diferente dos outros ramos, porque nestes as especialidades para praças são, de certo modo, especialidades que eles podem continuar na vida civil. Ou seja, a própria formação que lhes é dada nos ramos vai valorizá-los para que eles possam ser utilizados numa profissão civil semelhante. No Exército isso acontece para uma percentagem muito baixa do contingente que incorporamos, pois a maior parte das especialidades ministradas (atirador, artilheiro, etc.) não têm paralelo na vida civil. Quando ele acaba o seu serviço militar nestas especialidades precisa doutra ferramenta para o mercado de trabalho, que não a especialidade militar que recebeu na tropa. Essa é uma das dificuldades.

***JE* – A avaliação do desempenho é realizada nas Forças Armadas de forma extremamente exigente e constitui mais uma especificidade desta carreira em relação a outros corpos especiais do Estado. Não se pondo em causa a necessária exigência dessa avaliação não estarão alguns aspectos do RAMME a potenciar uma exagerada competição susceptível de quebrar os laços de solidariedade e camaradagem que são específicos e fundamentais na instituição militar?**

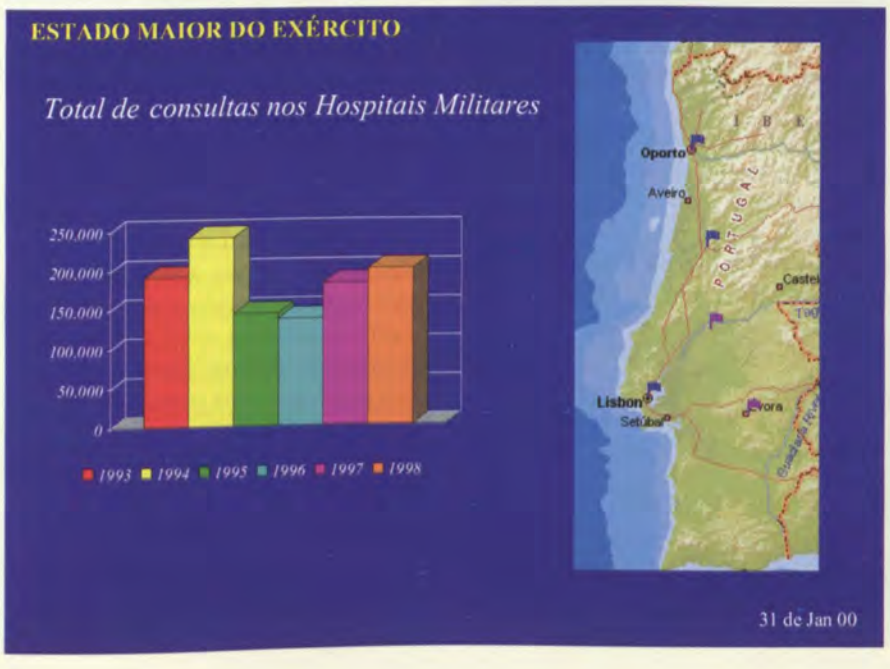
General CEME – Julgo que esse é, realmente, um dos problemas com que nos defrontamos depois da adopção da avaliação que estamos a utilizar, mas o problema pode pôr-se nos seguintes termos: ou não utilizamos esses processos de avaliação e isso significa que o pessoal vai sendo promovido ao longo da sua vida de acordo com a sua idade ou a idade com que entrou na organização, não sendo tomadas em devida consideração as suas capacidades e o seu valor (dessa forma, podemos dizer que continua o "rame rame"); ou então vamos utilizar o Regulamento de Avaliação, que é conhecido

por RAMME, em que algumas das potencialidades permitem àqueles que são mais aptos progredirem mais rapidamente na carreira. Da experiência que já temos dos últimos anos, aqueles que servem nas fileiras aceitam que a avaliação não seja feita por antiguidade, mas através de critérios de avaliação perfeitamente ponderados. Contudo, no momento em que alguém é ultrapassado, logo põe em causa que a avaliação seja feita desta forma. A diminuição da coesão e as dificuldades de camaradagem que podem ocorrer nestas circunstâncias significam que, a continuarmos com um sistema de avaliação desta natureza, temos que aumentar à formação dos oficiais e sargentos uma componente ética que permita colmatar esta deficiência própria do sistema. Ainda não chegámos, felizmente, à situação de muitas profissões civis, em que se vive na "selva", mas é um problema de gravidade que temos de encarar de frente.

***JE* – O sistema de saúde militar é essencial a qualquer Exército, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz. O nosso sistema de saúde tem passado por diversas vicissitudes algo complicadas. Que perspectivas temos em termos de Serviço de Saúde no Exército?**

General CEME – O Serviço de Saúde no Exército tem especificidades que mais nenhum ramo tem. Ou seja, o Exército necessita de unidades operacionais de Serviços de Saúde o que não acontece nos outros ramos. Estes necessitam apenas de médicos e de paramédicos para o acompanhamento do pessoal das respectivas forças, sejam um navio ou uma unidade aérea, utilizando depois infra-estruturas fixas. Assim, a necessidade da existência de unidades operacionais do Serviço de Saúde obriga-nos a ter médicos e paramédicos com uma disponibilidade igual à das outras Armas e Serviços. Esses profissionais além da sua especialidade na área médica e paramédica têm que ter a disponibilidade de qualquer outro elemento do Exército.

Quanto aos médicos, julgo que ajudará a solução de formarmos os nossos médicos, de base, e isso já começou a ser feito na Academia Militar, onde estamos já no segundo ano do Curso de Medicina. E repensarmos a formação dos nossos paramédicos, porquanto houve alterações muito grandes no Serviço de Saúde Civil, com orientação para licenciaturas em enfermagem. Nós precisamos, principalmente, de outro tipo de enfermeiros, que não enfermeiros licenciados. Há ainda que encarar a questão do treino do pessoal das unidades operacionais do Serviço de Saúde em tempo de Paz. Esse treino é realizado nos Hospitais Militares, mas deve ponderar-se igualmente a hipótese de médicos militares poderem trabalhar em hospitais civis que tratem grandes traumatizados como forma de treino para situações de guerra.

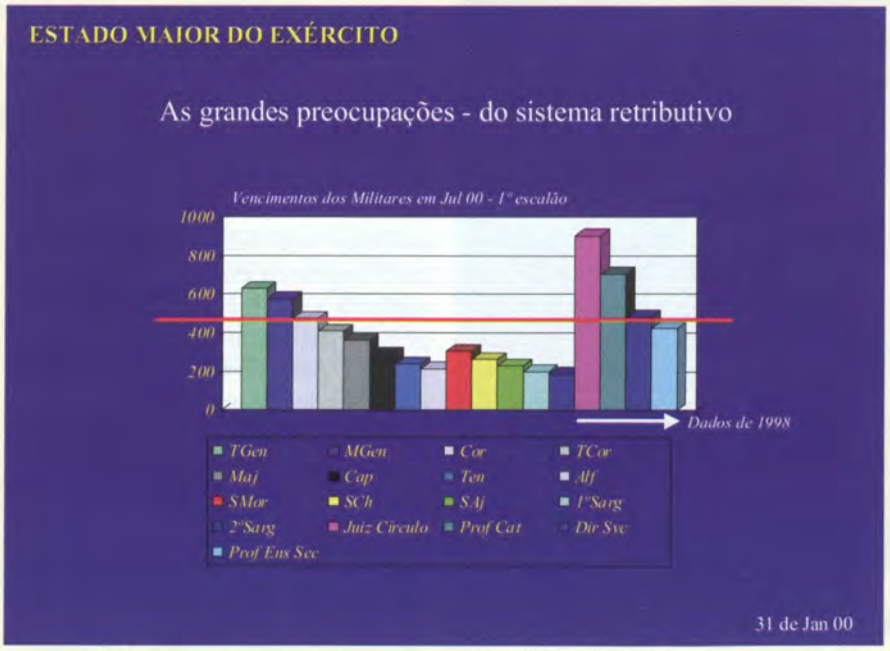


Estamos, portanto, numa fase de evolução com oficiais médicos em início de formação e com o reequacionar da questão dos enfermeiros. Contudo, há que dizê-lo, precisamos de militares que sejam médicos e enfermeiros dentro do quadro de remunerações que nos é atribuído, uma vez que é difícil que os médicos ou os enfermeiros militares aufiram vencimentos diferentes do pessoal das outras Armas e Serviços, excepto para serviços excepcionais, como serviço de urgências.

É um problema difícil de resolver que, possivelmente, obrigará a legislação adaptada à especificidade deste pessoal. Além disso as soluções futuras não dispensam uma maior disponibilidade dos militares do serviço de saúde que, de um modo geral, têm demonstrado grande dedicação e potencialidades.

***JE* – Isso leva-nos à questão geral dos vencimentos e equiparação dos vencimentos militares a outras funções do Estado. Quais são as perspectivas nesta matéria que podemos encarar?**

General CEME – Eu julgo que a equiparação que em tempos existiu dos vencimentos dos militares e outras carreiras do Estado era correcta. Porém, como os militares não têm capacidade de reivindicação e o pessoal de outras carreiras tem, conseguiram determinadas vantagens que nós não conseguimos e que só pela via institucional procuramos colmatar. Em 1999, o Sr Ministro da Defesa Nacional, depois dos chefes militares apresentarem este problema, teve plena consciência do que se estava a passar e das grandes discrepâncias acontecidas durante os últimos anos, de que resultou um esforço para as reequilibrar. Tal não foi conseguido, embora se tivesse podido igualar o subsídio da condição militar ao da Guarda Nacional Republicana (o que é uma coisa estranha, pois deveria ser ao contrário). Neste momento, há uma certa atenção do Poder para este problema e as Forças Armadas estão a reavaliar o assunto e a verificar os desvios que foram feitos recentemente e que há que corrigir. É necessário, contudo, reflectir nos vencimentos os sacrifícios inerentes à condição militar que a mais ninguém são pedidos.



***JE* – A implementação territorial do Exército é a nosso ver extremamente importante para a obtenção de voluntários e contratados. Que aspectos importantes se antevêem nesta questão?**

General CEME – Julgo que o Exército é atacado, frequentemente, com o argumento de que tem uma implementação territorial demasiadamente pesada em relação ao seu "output" operacional. Eu tenho a consciência de que realmente temos demasiadas infra-estruturas, mas é difícil dizer o que temos a mais. Vou explicar porquê. Acho muito importante que o Exército tenha uma implementação territorial, porque é isso que nos habilita a ser um Exército que esteja com a Nação e não instalado na Nação. A ligação Exército-Nação é feita pelo contacto directo da população com os seus militares e a implementação territorial permite-nos isso, como deveria permitir-nos obter os contratados de que necessitamos, porque é mais fácil, se houver incentivos, obter pessoal nas regiões das unidades, do que deslocá-lo para que eles façam o serviço militar noutra área. Por outro lado, tal como a lei prevê, poderemos ter de mobilizar e a mobilização exige que existam determinadas capacidades em infra-estruturas. Não podemos, portanto, dizer, à partida, se há uma grande disponibilidade de infra-estruturas. Há ainda que ter em conta que é diferente alojar pessoal da conscrição ou pessoal contratado. Ainda que não seja propriamente um incentivo do pessoal contratado, é evidente que instalações mais cuidadas são mais apelativas para prestar o serviço do que os velhos quartéis com camaratas corridas, como existiam para o pessoal do contingente. Isso vai originar que as capacidades que nós temos nos nossos actuais quartéis vão ser altamente diminuídas e, por outro lado, vamos precisar de verbas consideráveis para alterar as actuais. Num cálculo aproximado podemos dizer que a elevada capacidade de instalação que existe actualmente nas infra-estruturas de natureza territorial, no momento em que essas infra-estruturas recebam pessoal do contrato, que obriga a ter quartos para um número reduzido de pessoas, com sítio para estudar, etc., ficará sensivelmente metade da que temos actualmente. Por tudo isto e por não sabermos qual o ritmo em que vamos obter o pessoal contratado, julgo prematuro tomar grandes iniciativas de alteração do nosso dispositivo.

***JE* – Foi já aprovado o projecto para novas instalações do Estado-Maior do Exército, onde se pretende concentrar todos os Comandos e Serviços ligados ao Estado-Maior do Exército. Que perspectivas temporais é que existem sobre esta matéria?**

General CEME – Na actual Lei de Programação Militar, que vigora até 2003, temos uma dotação importante reservada ao Comando do Exército. Neste momento a situação do projecto é a seguinte: foi já adjudicado o estudo prévio da concepção geral das novas instalações, está a ser feita a prospecção geológica do terreno e estamos a aperfeiçoar o modelo que foi escolhido. Pensamos que no final de 2003 possamos ter despendido cerca de seis milhões de contos. Mas essa verba é insuficiente para a totalidade do Comando; calcula-se que iremos precisar de outro tanto. Isso será obtido pela alienação de instalações de que actualmente dispomos, havendo que arranjar um modelo financeiro para a obtenção dessas verbas.

***JE* – As Associações Profissionais Militares existem e são reconhecidas pelo poder político. Que papel podem desempenhar?**

General CEME – Eu tenho sido considerado como um opositor dessas associações, apenas por ter chamado a atenção de que as Associações se não podem sobrepor à cadeia de Comando. Continuo a afirmar que essa separação deve ser muito clara. Hoje não há razão para que os militares não se possam associar, mas as associações não podem, de forma alguma, pôr em causa a coesão e a disciplina militares. Desde 1976 até hoje houve um grande esforço para que as Forças Armadas não sejam dirigidas por tendências partidárias. Isso conseguiu-se. Simplesmente, as Associações não têm que ter esta mesma característica da Instituição Militar, podendo ser politizadas ou terem tons de determinadas tendências políticas. Se assim for, que garantia temos que quando as Associações comecem a tratar de assuntos que digam respeito à Instituição Militar não aconteça que os assuntos militares passem a ser partidarizados. É isso que julgo ser altamente inconveniente. Portanto, Associações para tratar de problemas de militares, principalmente militares que não estejam na efectividade de serviço, com certeza. Até porque sendo a nossa preocupação fundamental a operacionalidade do Exército, temos uma certa tendência para esquecer aquele pessoal que já prestou serviço nas fileiras. De qualquer maneira, julgo que há sempre a possibilidade de dizer qual é a capacidade de intervenção de uma Associação, e isso está por dizer, porque não é a palavra "deontológico" que diz o que é que essas associações podem fazer sem que haja realmente uma interferência na cadeia de Comando o que, a haver, dará lugar à destruição das Forças Armadas. É isso que eu não aceito.

***JE* – A formação do Quadro Permanente é hoje mais do que nunca essencial e fulcral, parecendo de extrema relevân-**

cia a permanente atenção à evolução científica em vários campos. Que perspectivas sobre a formação dos futuros oficiais do Quadro Permanente?

General CEME – Julgo que existem vários modelos por todo o mundo para formação dos oficiais do Quadro Permanente e que se trata de um assunto que nunca está encerrado, pois temos que pensar, em permanência, como devemos actualizar a formação dos nossos oficiais. Há sempre uma componente científica que tem de ser ministrada, sendo hipótese ideal que essa componente fosse afim a outras profissões, porque isso facilitaria que alguns oficiais que não se sentissem bem na Instituição pudessem continuar a sua vida sem grandes problemas.

Se realmente essa formação estiver próxima de uma formação civil paralela, óptimo. Mas não devemos fazer desvios para facilitar saídas, porque a nossa primeira preocupação não é para com os que saem mas, essencialmente, para com os que continuam.

Há uma componente de formação ética e de formação cultural que, pelo facto de sermos uma Instituição, tem que ser ministrada ao longo de um tempo relativamente prolongado. Há quem fale que pode utilizar-se um sistema, tipo inglês, em que há uma formação militar intensa mas curta. Julgo que a formação prolongada, em que os valores da Instituição vão sendo passados através das formaturas, da disciplina, da vivência em comum numa Escola, são extraordinariamente importantes. Para os sargentos esta cultura institucional é dada pela sua passagem nos quartéis, como praça ou como sargento e, depois, na Escola de Sargentos do Exército.

Além disso, a nossa formação, como é sabido, tem uma componente de formação contínua em que, ao longo da carreira, se fazem os cursos que permitem o acesso aos postos superiores da hierarquia.

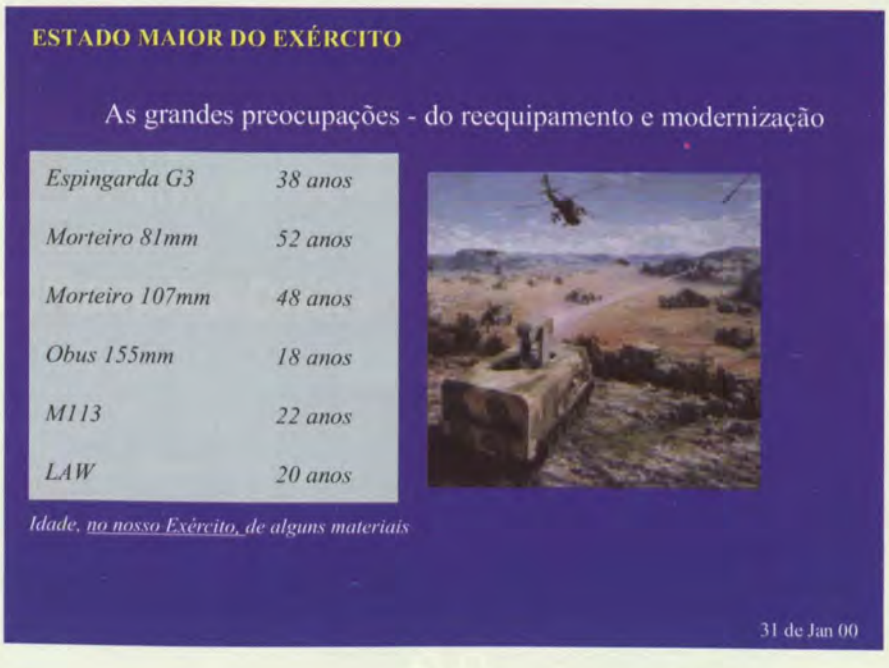
Um dos aspectos em que é preciso ter particular atenção, neste momento, é que só seremos um Exército se tivermos capacidade de combater. Fala-se muito, há um deslumbramento com as novas missões, mas os Exércitos só servem para as novas missões se tiverem a capacidade dissuasora que lhe é dada pela capacidade de realizar o combate. Quando não tiverem a capacidade de o fazer eles não servem para nada. Isto tem de ser considerado ao longo da formação, ser actualizado em permanência ao longo dos cursos de carreira, sem prejuízo de formação especifica ligada, essa sim, a outras solicitações que sejam feitas às Forças Armadas. Por exemplo, a utilização do Exército em Operações de Paz tem especificidades que têm de ser estudadas praticamente caso a caso. Cada circunstância obriga à revisão dos conhecimentos, à revisão dos procedimentos. Esses procedimentos têm que ser passados a todos os elementos que os vão utilizar. Portanto, além da formação permanente dos elementos das Forças Armadas para utilizar os meios de combate e dispor da força anímica para o realizar, nós precisamos de actualizar os nossos conhecimentos para a utilização dos meios e técnicas necessários às Forças Armadas noutras situações.

***JE* – O Exército para obtenção dos seus meios materiais, o seu equipamento e armamento, dispõe de leis de programação militar. Em que situação se encontra o cumprimento da 2ª Lei de Programação Militar e que prioridades é que são dadas em relação aos diversos equipamentos e armamentos?**

General CEME – Nós temos uma Lei de Programação Militar onde são inscritas as nossas principais preocupações na modernização dos nossos equipamentos. Neste momento temos um grande programa, o dos helicópteros, que vai começar no âmbito do desta Lei e continuar, no seu prolongamento, já não com os helicópteros ligeiros mas com os helicópteros utilitários; é um grande programa em que já estão definidas as nossas necessidades e os meios financeiros para as concretizar. Outro grande programa é o da modernização da nossa viatura para a Infantaria. Neste momento a maior parte dos países está a evoluir para uma viatura blindada de transporte da Infantaria, de rodas e não de lagartas. Nós necessitamos para as nossas três Brigadas, ou, no mínimo para duas, desse tipo de viaturas.

Tem sido provado nas Operações de Apoio à Paz que a escassez de viaturas deste tipo limita a nossa mobilidade e segurança. São estes os dois grandes programas constantes da Lei, além de toda a modernização e aperfeiçoamento das diversas armas. São programas já inscritos há vários anos mas que têm sido adiados em função da dificuldade do orçamento do Ministério da Defesa ou pelas prioridades dadas aos outros ramos, em virtude do elevado custo do seus equipamentos.

Essa situação provoca-nos o receio de que o Exército continue, e vá continuar ao longo dos tempos, a adiar a sua modernização. Parece-me extraordinariamente grave para Portugal que os outros ramos possam estar muito actualizados e o Exército tenha que estar sistematicamente atrasado. Não se entende, particularmente com o esforço que está a ser pedido ao Exército. O outro aspecto preocupante é a LPM voltar a ser utilizada, tal como em 1999, para suprir a exiguidade de verbas do orçamento para Operação e Manutenção, porque isso significa adiar o reequipamento. Se esta é a única solução para se obterer as verbas de Operação e Manutenção, isso significa que necessitamos



Idade, no nosso Exército, de alguns materiais

apresentar um orçamento de base zero que clarifique as necessidades concretas e globais do Exército. Este problema está relacionado com algo de que falámos há pouco, que é a falta de consciência da população portuguesa quanto à necessidade de despender mais verbas com as suas Forças Armadas. Esta falta não deve ser imputada à população portuguesa. Julgo que todas as populações europeias entraram neste estado de lassidão depois da queda do Muro de Berlim, mas há por parte dos responsáveis pela Defesa a necessidade de fazer pedagogia, mostrando às populações a necessidade de investir na Defesa. Sem pôr em causa os grandes problemas de desenvolvimento de que o país carece, nós precisamos de não deixar degradar a Instituição Militar, sob pena de um dia o Estado necessitar das nossas Unidades Operacionais para actuar no âmbito da defesa, ou no da política externa, e não as ter.

***JE* – Alguns comentadores apresentaram a não-modernização da arma ligeira como uma dificuldade do Estado-Maior do Exército escolher a nova família de armas. Sobre esta questão, o que tem para nos dizer?**

General CEME – Eu julgo que isso está relacionado com o problema que o Exército teve nos últimos dez anos, que era o de não aderir à vontade de comprar uma nova arma ligeira. É uma situação perfeitamente explicável. Quando nós precisávamos de vários programas de modernização, a arma ligeira era o menos importante. Essencialmente, íamos precisar dos helicópteros, como há pouco referi, da modernização da viatura para a secção de atiradores, íamos precisar da antiaérea, íamos precisar da modernização dos novos Grupos de Artilharia de Campanha. Nestas condições poderíamos utilizar por mais uns anos a mesma arma ligeira que tínhamos utilizado até então. O programa da modernização da arma ligeira foi adiado em virtude da prioridade dada aos outros. Julgamos, contudo, que chegou o momento de pensar que a nossa arma deve também ser actualizada. Assim, pensamos inscrever a modernização da arma ligeira, mas não desejamos ter a arma ligeira de há dez anos. Nós precisamos de ter a arma de 2010. Não é, evidentemente, a dos anos 90. Já não será apenas a 5.56, de que se dizia ter maior capacidade de munições, mais fácil transporte, etc. Não, é uma arma que esteja agora associada a todos os equipamentos que permitam ao combatente moderno de Infantaria tirar o melhor rendimento campo de batalha. É isso que pretendemos no futuro.

A indústria nacional que, possível e desejavelmente, irá fornecer a nova arma, certamente em "joint ventures" com firmas estrangeiras, deverá ter este aspecto em consideração.

***JE* – Meu General: No seu discurso de tomada de posse formulou dois desejos. O primeiro era que as Forças Armadas e, portanto, o Exército, atingissem com a consistência desejada e a rapidez possível os níveis de operacionalidade que permitissem ao poder político o seu emprego, onde e quando o interesse nacional o exigisse. O segundo, que a sociedade, os militares e a comunicação social participassem patrioticamente no estreitamento dos laços Exército-Nação.**

Ao fim de dois anos de exercício do cargo de Chefe do Estado-Maior em que medida entende que esses desejos foram satisfeitos?

General CEME – Em relação ao primeiro ponto, na altura ainda não tínhamos feito a intervenção no Kosovo, nem esta última agora em Timor. Tendo tido capacidades para fazer estas duas intervenções poder-se-ia julgar que tínhamos atingido os níveis de operacionalidade desejáveis. Não é verdade. Julgo que estamos bastante aquém do desejável. De facto, a capacidade para realizar operações em três Teatros, simultaneamente, é um esforço bastante grande do Exército, porque nos obriga, em permanência, a multiplicar os efectivos por três, devido às necessidades de instrução, aprontamento e sustentação das unidades destacadas. Aliás, é o que quase todas as nações estão a fazer neste momento, apesar de algumas terem períodos de permanência em teatros diferentes dos nossos.

É um esforço bastante grande, que tem sido conseguido pela disponibilidade do nosso pessoal em partir para o cumprimento de missões deste tipo. Contudo, tendo nós a noção de que estas missões se irão prolongar no tempo, é de admitir um certo cansaço que, no âmbito dos quadros, já não está muito longe de se verificar. Assim, temos que modernizar o nosso Exército no aspecto dos seus materiais e ter o pessoal que é necessário, sendo o nosso objectivo estrutural as 16000 praças. Quando tal conseguirmos é possível, jogando ponderadamente na nossa capacidade e nos custos de cada uma dessas operações, responder àquilo que o Governo espera de nós. No entanto, temos sempre que pensar que o facto de estarmos empenhados em três Teatros não dispensa a existência de outras unidades que possam actuar em situações de emergência. Por exemplo, se neste momento voltasse a acontecer o que sucedeu há um ano atrás e tivéssemos que ir actuar na Guiné, nós deveríamos ter a capacidade de o fazer. E quem diz na Guiné, diz mesmo em defesa do território nacional, ou em reforço desses mesmos teatros, porque nada nos garante que num Teatro não haja uma degradação da situação que nos obrigue a empenhar uma outra força.

O segundo, em relação ao estreitamento dos laços Exército-Nação. Eu julgo que, em parte, ao falar no nosso dispositivo territorial eu falei nas vantagens da existência do Exército ao longo de todo o Território Nacional, o que tem muito a ver com o estreitamento dos laços do Exército-Nação, mas julgo que neste período de dois anos, e a pergunta está apontada para isso, não houve uma evolução tão favorável como eu desejaria. Se é um facto que a Comunicação Social deu projecção à nossa participação em operações humanitárias, que dão um certo prestígio à Instituição e nos garantem até, no quadro dos valores do cidadão, sermos apresentados como uma Instituição prestigiada, julgo que ainda estamos longe daquele quadro em que o cidadão tem consciência de que esta Instituição, para existir com a operacionalidade que lhe é exigida, consome meios financeiros que obrigam os orçamentos a ser sejam superiores aos actuais. Porque os governos governam muito com a opinião pública, é preciso que as populações tomem consciência, através da informação, que a existência dessas necessidades consome meios financeiros elevados e que isso obriga a ter uma outra prioridade e não a que tem tido até aqui. Neste aspecto julgo que a opinião pública ainda não está numa posição de aceitar que as Forças Armadas tenham nos orçamentos a prioridade que devem ter para, cabalmente, poderem ser cumpridas as missões que o Estado tem confiado ao seu Exército.

***JE* - Muito obrigado, meu General.** JE

NET 24. ABERTO DE SEGUNDA A DOMINGO, DAS 00:00 ÀS 24:00.

www.montepiogeral.pt. Neste endereço encontra o Net 24, o Balcão virtual do Montepio Geral.

Com um simples código pessoal pode ter acesso às suas contas, onde quer que esteja. Na sua casa, no trabalho ou em qualquer outro lugar onde exista acesso à Internet.

Pelo Net 24 pode efectuar pagamentos, consultar saldos, subscrever fundos, consultar os movimentos dos cartões MG VISA e Multibanco, entre muitas outras operações bancárias, sempre de forma segura, simples e gratuita.

Net 24. Enquanto os outros esperam pelo futuro, pode sempre contar com o Montepio Geral.

Chave24+ Net24

UM DIA TODOS OS BANCOS SERÃO ASSIM.

MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Introdução

Com o reconhecimento à ONU, em 31 de Janeiro de 1992, da capacidade de actuação nos domínios da diplomacia preventiva, do restabelecimento e da manutenção da paz no quadro da Carta e das suas disposições, verificaram-se diversos pedidos de operações de manutenção e consolidação da paz em diferentes pontos do globo.

Portugal, na medida das suas possibilidades e interesses, tem participado em missões de apoio à paz em conjugação com outros países no quadro multilateral das organizações em que se insere (ONU, UE, UEO, OTAN e OSCE), tendo em vista o estabelecimento de um sistema internacional capaz de promover a solução negociada dos conflitos e garantir a paz.

Em África, com início em Maio de 1993, no âmbito das missões de manutenção e de estabelecimento da paz, a participação de Portugal materializou-se na Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), com o Batalhão de Transmissões 4. Em 1995, Portugal disponibilizou um contingente composto por unidades de logística (CLog 6), de transmissões (CTm 5) e de observadores para a *United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM III), reforçando a sua participação com uma unidade sanitária (DestacSan 7), após a transição desta operação para uma fase de observação - Missão de Observação das Nações Unidas para Angola (MONUA).

Foto: Arquivo *JE*

Análise das Despesas

Missões de Res

Manu

Ainda no Teatro de Operações Africano, Portugal, desde Outubro de 1996, tem participado com uma equipa de observadores militares na Missão das Nações Unidas para o Sara Ocidental (MINURSO) e em diversas operações militares, nomeadamente para recolha de concidadãos no ex-Zaire (FORREZ), na Guiné-Bissau (FORREG) e na República Democrática do Congo (FORREC).

Por sua vez, no Teatro de Operações Europeu, Portugal, em 1995, iniciou a sua participação na *United Nations Protection Force* (UNPROFOR), mais tarde designada de Força de Implementação da Paz (IFOR) e actualmente de Força de Estabilização da Paz (SFOR), no restabelecimento e manutenção da paz na Bósnia-Herzegovina, território da ex-Jugoslávia e actual país independente dos Balcãs.

Também no Teatro de Operações Europeu, na região dos Balcãs, Portugal em 1999 iniciou a sua participação na constituição de uma Força Multinacional da OTAN para o Kosovo (KFOR).

A partir do momento em que as Missões das Forças Armadas Portuguesas (MFAP) no exterior são desencadeadas,a DSF intervém no processo da despesa pública

Enquadramento Legal

No domínio da Defesa Nacional, incumbe às Forças Armadas (FA) satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte (*ponto 5., do Art.º 275.º, da Lei Constitucional n.º 01/97, de 20Set - quarta revisão constitucional).*

No âmbito das missões das FA, e para além da missão genérica de assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa (*ponto 1., do Art.º 2.º, da Lei n.º 111/91, de 29Ago – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas)*, as FA podem satisfazer, no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos (*ponto 2.*). As missões específicas são definidas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional (MDN), sob projecto do Conselho de Chefes de Estado-Maior (*ponto 4.*)

As Missões Humanitárias ou de Paz encontram-se definidas no *Dec.-Lei n.º 233/96, de 07Dez – Estatuto dos Militares em Missões Humanitárias e de Paz no Estrangeiro (enquadramento jurídico das operações humanitárias em território estrangeiro)*

abelecimento e tenção da Paz *

Considerando o Acordo entre a Indonésia e Portugal e na sequência da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi estabelecida a Missão *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), que inclui uma componente militar, a UNTAET-*Peace Keeping Force* (UNTAET-PKF), na qual participam forças militares portuguesas - Contingente Nacional para Timor (CNT) - no âmbito dos compromissos internacionais assumidos e da solidariedade com o povo de Timor-Leste.

e o *Dec.-Lei 238/96, de 13Dez,* aprova o *Estatuto dos Militares em Acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro.*

Pelo Decreto-Lei n.º 348/99, de 27Ago foi criado um seguro de vida destinado aos militares que participam nas missões humanitárias e de paz, para reparação dos danos por morte ou invalidez permanente. O referido diploma encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 905/99, de 13Out, nomeadamente no que respeita às condições, período e capital seguro do mesmo.

Cada missão, por norma, tem início num plano de contingência, antes mesmo de ser desencadeada por autorização de portaria, despacho conjunto ou despacho governamental. A partir desta autorização legal é difundida uma directiva operacional do CEMGFA e, consequentemente, outra do Chefe de Estado-Maior do ramo interveniente.

Controlo das Despesas

Todas as despesas foram efectuadas no âmbito do sistema de informação financeira do Exército e sob a lógica do regime jurídico de realização das despesas públicas (aprovado pelo Dec.-Lei n.º 55/95, de 29Mar).

Para o controlo das despesas das Missões de Paz foi estabelecido um canal de comunicação entre a origem das despesas, no local onde decorre a Missão, e a DSF onde são integradas, passando pela SLog da Unidade mobilizadora que presta o apoio administrativo e pelos correspondentes Centros de Finanças.

As forças em missão no exterior integram uma delegação financeira da Secção Logística responsável pelo apoio administrativo-financeiro no local da referida força.

O grosso das aquisições de equipamento e material é efectuado de forma centralizada pelos correspondentes órgãos gestores do Exército (Direcções/Chefias Logísticas) em território nacional.

(...) o processo da cobertura financeira das Missões de Paz, em análise, decorreu, no âmbito do sistema de informação financeira do Exército, de forma consentânea com as disposições legais e ordens superiores (...)

A partir do momento em que as Missões das Forças Armadas Portuguesas (MFAP) no exterior são desencadeadas, a DSF intervém no processo da despesa pública com destaque para as seguintes acções:

- Adianta "créditos de tesouraria" para fazer face às primeiras despesas de sustentação, entre outras;
- Integra os diversos encargos de cada Missão, enviados pelos CFin e apurados pelos órgãos administrativos com essa responsabilidade;
- Informa quinzenalmente o Comando do Exército dos encargos acumulados;
- Solicita os correspondentes reforços ao Cap. 04 à SG/MDN, através do GabCEME;
- Requisita à 2ª Del/DGO os meios financeiros conferidos ao Exército, com contrapartida na dotação provisional do Ministério das Finanças;
- Atribui créditos orçamentais aos CFin tendo por base os encargos apurados, com vista ao processamento das despesas por parte das UEO que as realizaram.

A fiscalização de procedimentos e funcionamento das MFAP tem sido objecto de inspecções internas, no âmbito da Inspecção Geral do Exército, e externamente em sede das fiscalizações do Tribunal de Contas. Este órgão, para além das fiscalizações prévias, efectuadas nos termos da lei, como órgão de controlo financeiro do Estado, efectuou uma auditoria às contas da IFOR, reportada aos anos de 1995, 1996 e 1997, incluída no programa de fiscalização da 12.ª Contadoria de Contas.

Análise das Despesas

As despesas relacionadas com pessoal militar envolvido (suplemento de missão e ajudas de custo), afectadas às rubricas económicas "outros abonos em numerário ou espécie" e "ajudas de custo", respectivamente, são processadas pela ChAT em conjunto com as remunerações certas e permanentes.

Na estrutura de custos relevada por missão, para além da sua apresentação sob uma lógica orçamental, evidencia-se em alguns casos os custos por acção. Assim, as acções mais significativas das principais missões são caracterizadas da seguinte forma:

Aprontamento e treino - reportam-se aos custos inerentes às aquisições de bens e serviços necessários ao levantamento e aprontamento do material, à preparação dos homens e mobilização do contingente. Inclui, entre outros, combustíveis, viaturas, fardamento e equipamento e preparação linguística;

Sustentação - reportam-se ao custo com o fluxo de reabastecimento para o local onde a MFAP se encontra instalada e às actividades necessárias para garantir a operacionalidade do contingente, em homens e material. Inclui, entre outros, alimentação, ajudas de custo, sobressalentes e apoio médico fornecidos pela estrutura logística nacional e internacional (nos casos em que foram celebrados acordos);

Transportes - incluem custos com o transporte do pessoal para a ida e volta, frete, seguros e taxas do equipamento e material necessário ao desempenho da força.

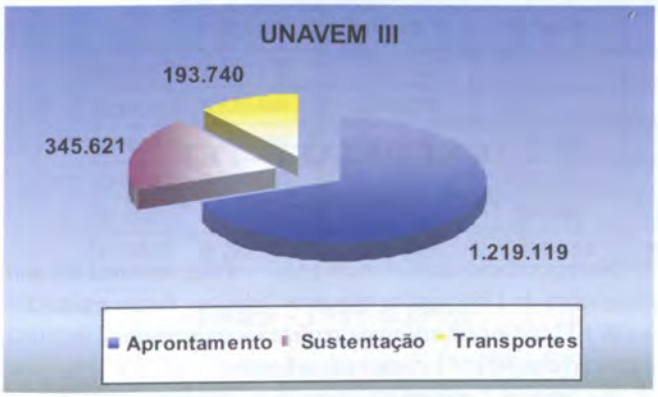
Sob a perspectiva atrás mencionada, procuram-se evidenciar, seguidamente, os custos consolidados por missão (ante a lógica da despesa pública), desde o ano económico de 1995 a 1998. Os encargos relativos a 1999 não foram ainda consolidados no processo de encerramento do respectivo ano económico.

UNAVEM
Ano económico de 1995

Em 1995, foram estimados 2.080.541 contos em encargos, respeitantes à missão UNAVEM III, dos quais 1.758.480 foram realizados. Os reforços concedidos foram de 1.554.000.

Os encargos realizados/executados, distribuídos pelas diversas fases da missão, são os constantes no gráfico1.

Dos encargos por rubricas orçamentais, destacam-se as rubricas **ajudas de custo** e **material militar** que representam **59,7 %** do total da Missão.



UNAVEM
Ano económico de 1996

Em 1996, os encargos estimados (em contos) foram de 2.577.862, dos quais 2.396.776 foram realizados. As dotações atribuídas foram de 2.551.185.

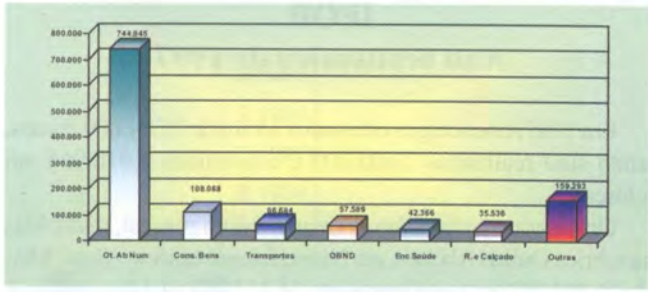
UNAVEM/MONUA
Ano económico de 1997

Findo o primeiro semestre de 1997, terminou a Missão UNAVEM III (CLog 6 e CTm 5), iniciando-se em 1 de Julho daquele ano a Missão MONUA, constituída pela CLog 6, CTm 5 e DestacSan 7. Nestas missões, estimaram-se encargos no valor de 1.293.720 contos, para a UNAVEM III, e de 1.229.758, para a MONUA. Destes, foram realizados 859.165 e 1.181.070, respectivamente. Foram atribuídas dotações no valor de 1.032.999 contos, para a UNAVEM, e 1.345.572, para a MONUA.

MONUA
Ano económico de 1998

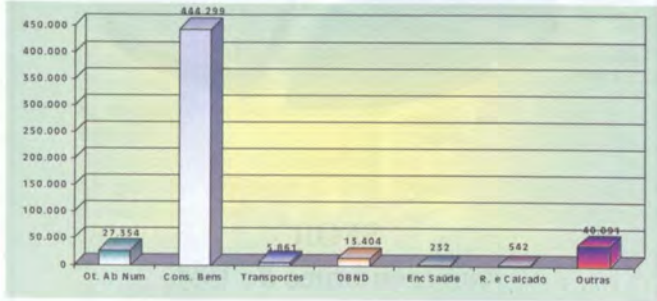
Em 1998, estimaram-se encargos no valor de 2.379.002 contos, realizaram-se 1.214.501 e foram atribuídas dotações no valor de 1.801.406. Os encargos por rubricas orçamentais são os expressos no gráfico 2.

O total das despesas efectuadas em 1998, nas rubricas mais significativas, representa 86,87 por cento em relação às despesas globais (1.214.501 cts) da missão.



MONUA
Ano económico de 1999

O gráfico 3 (por rubricas orçamentais) resume a informação comunicada à DSF até ao final do ano de 1999. Os encargos realizados não foram ainda consolidados no processo de encerramento do respectivo ano económico. Foram estimados 885.012 contos em encargos, realizados 531.783 e atribuídas dotações no valor de 616.214 contos. O total das despesas efectuadas, em 1999, nas rubricas mais significativas, representam 92% em relação às despesas globais da missão (531.783 cts.).



IFOR
Ano económico de 1995

Para esta missão foram estimados 1.748.840 contos em encargos, realizados 1.407.313, tendo sido concedidos 2.405.360 contos em reforços. Os encargos por rubricas orçamentais são referentes ao aprontamento e treino, destacando-se as despesas com material e equipamento, destinados principalmente à aquisição e recuperação de diverso material militar, fardamento e equipamento individual e outros bens duradouros (OBD).

IFOR
Ano económico de 1996

Para a missão IFOR, em 96, foram estimados encargos no valor de 8.425.487 contos, realizados 6.528.466 e concedidos 6.695.178 em reforços. Assumiram maior expressão as despesas com pessoal, traduzidas na rubrica Ajudas de Custo (3.627.364 cts) que representa 55,56 % do total dos encargos.

IFOR
Ano económico de 1997

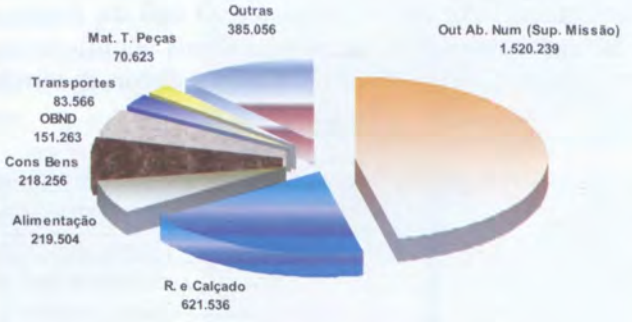
Em 1997, os encargos estimados foram de 3.204.000 contos, tendo sido realizados 2.605.209 e concedidos 2.910.954 em reforços.

Destacaram-se também as despesas com pessoal, traduzidas na rubrica Outros Abonos, em Numerário ou espécie - Supl. Missão (1.462.947 cts.)- que representa 56,15 % do total dos encargos.

SFOR
Ano económico de 1998

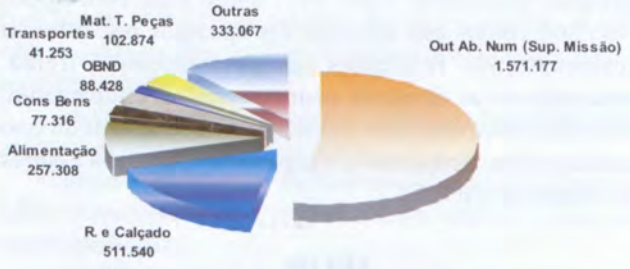
Os encargos por rubricas orçamentais constam do gráfico 4.

Decorre da observação do gráfico que o total das despesas efectuadas, em 1998, nas rubricas mais significativas, representa 88,22 % em relação às despesas globais da missão (3.270.043 cts).



SFOR
Ano económico de 1999

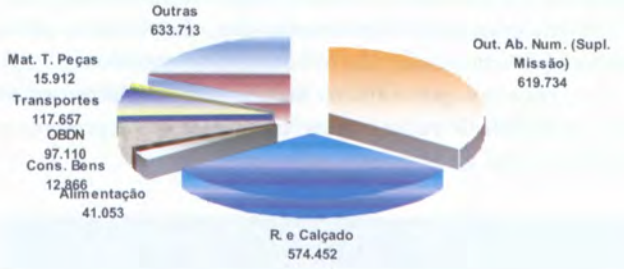
A rubrica Outros Abonos - Supl. Missão - foi a mais significativa (1.571.177), como consta do gráfico 5. O total das despesas efectuadas em 1999, nas rubricas mais significativas, representa 88% em relação às despesas globais da missão (2.982.963 cts).



KFOR
Ano económico de 1999

Até final do ano económico de 1999 (dados não consolidados), no respeitante à missão KFOR, foram estimados 2.130.604 contos em encargos e realizados/executados 2.112.497.

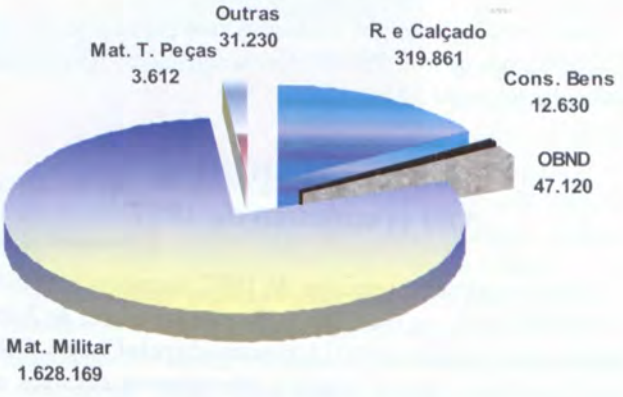
Os encargos por rubricas orçamentais são os expressos no gráfico 6. O total das despesas efectuadas em 1999, nas rubricas mais significativas, representa 70% em relação às despesas globais da missão (2.112.497 cts).



CNT/UNTAET - PKF
Ano económico de 1999

No respeitante ao CNT/UNTAET - PKF, até final do ano económico de 1999 (dados não consolidados), foram estimados 3.109.833 contos em encargos, realizados/executados 2.042.622 e concedidos 809.691 contos em reforços.

No gráfico 7 podem-se observar os encargos por rubricas orçamentais. O total das despesas efectuadas em 1999, nas rubricas mais significativas, representa, aproximadamente, 100% em relação às despesas globais da missão (2.042.622 cts).



Outras missões
MINURSO, FORREZ, FORREG e FORREC

Desde Outubro de 1996, Portugal tem participado com uma equipa de observadores militares na Missão das Nações Unidas para o Sara Ocidental (MINURSO).

Para além das participações em Missões de Manutenção de Paz e Missões de Observação, o Exército Português integrou e realizou outras missões, inseridas noutro âmbito, tais como Forças de Recolha de concidadãos em território estrangeiro (FORREZ - Zaire, FORREG - Guiné-Bissau e FORREC - Congo).

Os encargos realizados com estas Missões totalizaram (em contos) 78.581 para a MINURSO, 25.619 para a FORREZ, 25.932 para a FORREG e 5.180 para a FORREC.

	IFOR/SFOR	UNAVEM III	MONUA	KFOR	TIMOR	OUTRAS	SOMA (em contos)
1995	1.407.313	1.758.480					3.165.793
1996	6.528.466	2.396.776					8.925.242
1997	2.605.209	859.165	1.181.070			65.673	4.711.117
1998	3.270.043		1.214.501			52.009	4.536.553
1999	2.982.963		531.783	2.112.497	2.042.622	17.723	7.687.588
TOTAIS	16.793.994	5.014.421	2.927.354	2.112.497	2.042.622	135.405	29.026.293

Totais - 1995 a 1998

Em resumo, os montantes executados nas Missões de Paz, de 1995 a 1998, foram os constantes no gráfico 8 (os encargos relativos a 1999 não foram ainda consolidados no processo de encerramento do respectivo ano económico).

Para além das despesas já mencionadas, houve ainda as respeitantes à ONUMOZ que não foram relevadas, devido ao facto de não terem sido individualizadas em subdivisão própria do Orçamento do Exército. Contudo, foi possível determinar o seguinte: reforço de 730.000 cts. e de 850.000 cts., na rubrica ajudas de custo, e um outro reforço de 459.000, em diversas rubricas, com contrapartida na dotação provisional do Ministério das Finanças, no exercício de 1993 e 1994;

Assim, as despesas da ONUMOZ perfizeram um montante total de 2.039.000 cts.

Conclusão

Tendo por base a informação processada nos Centros de Finanças e consolidada na DSF, com a excepção da referente a 1999, o processo da cobertura financeira das Missões de Paz em análise, decorreu, no âmbito do sistema de informação financeira do Exército, de forma consentânea com as disposições legais e ordens superiores, procurando dar resposta a todas as necessidades surgidas, através dos diversos canais de comunicação estabelecidos, no sentido de não prejudicar o objectivo fulcral das missões.

Até ao final do exercício económico de 1998, no âmbito das missões humanitárias e de paz, foram processadas, em sede do sistema de informação financeira do Exército, despesas no montante global de 23.377.705 cts. Todas estas despesas tiveram como contrapartida a dotação provisional do Ministério das Finanças.

Em 1999, foram comunicados à DSF encargos no montante de 7.687.588 cts. que carecem de ser consolidados, no âmbito do processo de encerramento do respectivo ano económico.

* Texto da Direcções dos Serviços de Finanças

Saudades do Natal*

O cartão rezava estranhamente:
"Fecharam-se-Lhe todas as portas
Se nasceu, não foi dentro duma casa".
Retorqui:
"Deixa-me encher Teu descampado
dos que foram arrancados à Grande Cidade
em busca do silêncio.
Jazem junto a Ti
os Mártires do Kosovo,
de Timor-Leste,
de Angola,
da Chechénia,
das drogas sem cura,
dos vícios sem receita,
das crianças sem sonhos.
Jazem junto de Ti, neste 99,
almas gémeas nossas.
Tinham rosto,
idade
história!
Confidentes do nosso mistério,
sem véus nem absolvição,
Razões Maiores do grande Rio desigual".
Ouvi-Te ciciar,
nas asas do vento:
"Deste-me como amparo
as cicatrizes da tua Memória,
guardas de honra dum
Menino Pobre!
A tua Maior Saudade
neste Natal,
é a de Mim, Jesus,
Companheiro das tuas Saudades,
aqui, no Meu e seu Presépio"!

* Poema da autoria do Vigário-Geral Castrense, D. Januário Torgal Ferreira, lido na celebração do Natal de 1999 da Força Destacada na Bósnia-Herzegovina.

Coord Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Quinta Alteração da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

Lei Orgânica n.º 3/99 de 18 de Setembro

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161º da Conatituição, para valer como lei geral da República, a lei orgânica seguinte:

Artigo único

Os artigos 1.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 18.º, 20.º e 40.º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada pela Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, com a redacção dada pelas Leis n.ºs 41/83, de 21 de Dezembro, 111/91 e 113/91, de 29 de Agosto, e 18/95, de 13 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º
[...]

A defesa nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.

Artigo 9.º
[...]

1 - A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses.

2 - ..... **3** -.....

4 - Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.

5 - As Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.

6 - É direito e dever de cada português a passagem à resistência, activa e passiva, nas áreas do território nacional ocupadas por forças estrangeiras.

7 - Os titulares dos órgãos de soberania que estejam impedidos de funcionar livremente têm o direito e o dever de agir no sentido de criar condições para recuperar a respectiva liberdade de acção e para orientar a resistência, em ordem à salvaguarda ou ao restabelecimento da independência nacional e da soberania.

Artigo 10.º
Serviço militar

1 - O serviço militar é regulado por lei, que fixa as formas, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respectiva prestação, baseando-se, em tempo de paz, no voluntariado.

2 - Os cidadãos sujeitos por lei à prestação do serviço militar e que forem considerados inaptos para o serviço militar armado prestarão serviço militar não armado ou serviço cívico adequado à sua situação.

Artigo 11.º
[...]

1 - Consideram-se objectores de consciência ao serviço militar os cidadãos convictos de que, por motivos de ordem religiosa, moral ou filosófica, lhes não é legítimo usar de meios violentos de qualquer natureza contra o seu semelhante, ainda, que para fins de defesa nacional, de defesa colectiva ou de defesa pessoal, e aos quais tenha sido atribuída essa qualidade nos termos da lei que definir o estatuto do objector de consciência.

2 - Os objectores de consciência ao serviço militar a que legalmente estejam sujeitos prestarão serviço cívico de duração e penosidade equivalentes à do serviço militar armado.

3 - O objector de consciência sofrerá as inabilidades correspondentes à sua repulsa pelo uso de meios violentos conforme a lei estabelecer, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo anterior.

Artigo 12.º
[...]

1 - Os cidadãos sujeitos por lei à prestação do serviço militar podem, excepcionalmente, em tempo de paz, ser convocados para as Forças Armadas de acordo com a Lei do Serviço Militar.

2 - ..... **3** -..... **4** - ..... **5** -.....

Artigo 18.º
[...]

1 - A componente militar da defesa nacional é exclusivamente assegurada pelas Forças Armadas, salvo o disposto no n.º 6 do artigo 9.º e o número seguinte.

2 - .....

Artigo 20.º
[...]

1 - .....

2 - A organização das Forças Armadas baseia-se, em tempo de paz, no serviço militar voluntário e é única para todo o território nacional.

Artigo 40.º
[...]

1 - .....

2 - No âmbito da matéria da presente lei, compete em especial à Assembleia da República:

a) .....
b) .....
c) Acompanhar, nos termos da lei e do Regimento, o envolvimento de contingentes militares no estrangeiro;
d) *[Anterior alínea c).]*
e) Legislar sobre as bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas;
f) *[Anterior alínea e).]*
g) .....
h) .....
i) Legislar sobre a definição de natureza estritamente militar, respectivas penas e pressupostos;
j) .....
l) .....
m) .....
n) .....
o) .....
p) .....
q) .....
r) .....
s) .....
t) .....

(DR n.º 219-I Série -A, de 18Set99)

Marechal-de-Campo Teixeira Rebelo

Há 250 anos nasceu António Teixeira Rebelo. Fundador em Março de 1803 do Colégio Militar e criador do moderno ensino secundário, em Portugal, 33 anos antes de Passos Manuel.

Busto em bronze, esculpido por Jorge Janz, que se ergue no átrio do Colégio Militar, onde foi inaugurado pelo Rei D. Carlos nas comemorações do 1º Centenário da sua fundação (1903) e onde recebe sempre as honras militares devidas, prestadas pelo Batalhão Colegial, todas as vezes que entra ou sai do Colégio

Roberto de Moraes

António Teixeira Rebelo nasce em 1750 na aldeia Cumieira, concelho de Santa Marta de Penaguião, em Trás-os-Montes.

Nesse ano, morre o rei de Portugal D. João V, "O Magnânimo", cujo ouro e pedras preciosas do Brasil são comboiadas para o reino com a benevolência da "Royal Navy". Sebastião José de Carvalho e Melo, que pertence ao "lobby" do novo monarca, D. José, é nomeado Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra enquanto outro protegido, o alemão João Frederico Ludovici, se torna arquitecto-mor do reino. Por outro lado, os prenúncios de crise na mineração brasileira não impedem que seja assinado o Tratado de Madrid ou dos Limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul.

Lá fora, os franceses estão em Bruxelas e os ingleses vingam-se de Fontenoy, alargando a sua esfera de influência no Canadá e na Índia. A Espanha, decididamente entrada na decadência, muralha-se. A Rússia dorme de novo e Maria Teresa da Áustria habitua-se ao trono, consolando-se da perda da Silésia com a reeocupação da Boémia. No campasso de espera para a Guerra dos Sete Anos, Frederico II da Prússia, entre uma revista regimental, uma troca de ideias com Voltaire e um solo de flauta, talvez lembrado da morte pelo desaparecimento recente de Bach, rediz o seu primeiro testamento político...

Entretanto, o adolescente Teixeira Rebelo, filho de modestos lavradores, vai-se fazendo por si próprio e, depois de estudos de Gramática Latina e Filosofia, assenta praça aos 14 anos, no Regimento de Artilharia do Porto, que então se estabelece dentro do plano de defesa militar organizado por Schamaumburg-Lippe, Marechal-General convidado do Exército Português, que tenta organizar com êxito momentâneo.

Dotado para as matemáticas, trabalhador, o cabo de Artilharia cedo se impõe e, conquistando primeiros lugares, bolsas e prémios, consegue ser admitido na Real Academia de Marinha, onde é bem notado pelo astrónomo da Corte e lente João Brunelli, sendo promovido a 2.º tenente (alferes) da sua Arma, em 1784, para o Regimento de Artilharia de Faro, do qual não tarda a passar para o Regimento da Corte.

A ascensão de Teixeira Rebelo é, então, rápida. Em 1786 é tenente e, dois anos depois, capitão. Torna-se conhecido como professor e abalizado técnico. Encorajado pelo Ministro da Guerra, Luís de Sousa Coutinho, traduz do inglês o "Tratado de Artilharia", de João Müller, fazendo uma verdadeira adaptação às necessidades e circunstâncias nacionais e, mais ainda, estabelecendo uma terminologia perfeitamente portuguesa independente e correcta, no que se revela um inovador que só raramente tem encontrado seguidores entre nós. O Tratado, que se imprimiu em 1793, em dois tomos, com estampas, e passou a ser adoptado pela Academia Militar, pode aliás ser considerado quase como obra original, pelas correcções e aditamentos que Teixeira Rebelo lhe introduziu.

Em 1794, o seu zelo e disciplina em acção são notados na Campanha do Rossilhão, onde, integrado na Divisão Auxiliar Portuguesa do tenente-general Forbes Skellater, é segundo comandante do Corpo de Artilharia, como sargento-mor (major). Para além de artilheiro, tomou a seu cargo, a administração dos hospitais, cuidou do provimento dos transportes para os parques, reprimiu a desordem e a indisciplina e obteve dos estabelecimentos fabris de Barcelona vários planos adaptáveis ao progresso da Artilharia em Portugal. Toda esta acção lhe valeu a promoção a tenente-coronel. Tendo sido depois do êxito inicial a sorte das armas adversa aos luso-espanhóis, a divisão regressa desfalcada ao país. Depois de uma passagem pelo exército de observação do Alentejo em que, como coronel graduado, tomou o comando do parque de Artilharia, António Teixeira Rebelo, é encarregado de restaurar e aperfeiçoar a Fortaleza de Cascais, bem como todas as que asseguram a defesa da costa, desde S. Julião da Barra até ao Cabo da Roca. Neste trabalho, de grande amplitude, chega mesmo a despender do seu próprio bolso algumas somas, para mais depressa realizar as obras de maior urgência. Procede ao levantamento topográfico de Cascais e estabelece um plano coerente de defesa.

Em 1802, é promovido a coronel efectivo e comanda o Regimento de Artilharia da Corte aquartelado na feitoria (data hoje oficialmente aceite: 3 de Março de 1808), primeira forma do Real Colégio Militar, expressão de um tipo especial de escola a que um futuro aluno e director do dealbar do século XX, o General José Estêvão de Moraes Sarmento, chamaria de "integral" pois forjava as almas, iluminava as inteligências e revigorava os corpos, numa simbiose na linha do ideal clássico da conciliação de Esparta e de Atenas.

Em 1807, depois de ter reorganizado a Artilharia, ascende a brigadeiro (ao tempo um tempo intermédio entre coronel e oficial general) e é nomeado inspector dos regimentos de Artilharia. Passadas, porém, as invasões francesas e sendo marechal do Exército William Carr Beresford, Teixeira Rebelo não é poupado na onda de saneamentos que aquele desencadeia a vários níveis e, depois de uma inspecção do britânico à área que lhe estava confiada, é afastado.

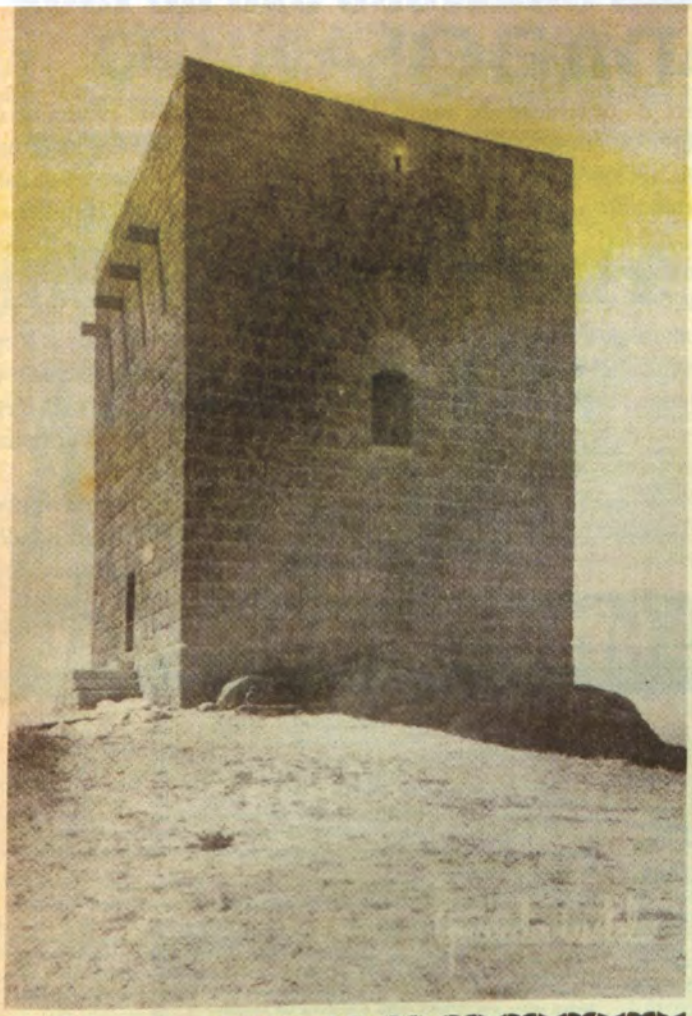
Ferido no brio, dedica-se então, inteiramente, ao Colégio que fundara – expressão de um Ensino Secundário Moderno, em Portugal, 33 anos antes de Passos Manuel –, sendo, entretanto, promovido a marechal-de-campo. Este ponto era, de facto, o primeiro grau do generalato, correspondendo ao actual major-general, nada tendo a ver com os dois postos supremos da hierarquia militar portuguesa de então, respectivamente e por ordem crescente, marechal do Exército (que ainda existe) e marechal-general (abolido com a monarquia). Teixeira Rebelo não foi, pois, marechal, no verdadeiro sentido do termo e não gostaria, certamente, que assim o chamassem. Nunca precisou de "promoções" desse tipo: nem lho consentia o carácter nem tampouco lho tolerava o seu elevado sentido de rigor.

Caído Beresford, em consequência do Movimento de 24 de Agosto de 1820 que princípia no Porto e cedo se estende ao país inteiro, o marechal-de-campo Teixeira Rebelo é chamado a ocupar o cargo de Ministro da Guerra, mantendo-se na gerência desta pasta de Fevereiro a Setembro de 1821. Eram os "vintistas" que o chamavam a colaborar, mas Teixeira Rebelo voltava o seu pensamento para o Colégio Militar e, por isso, cedo tornou a dirigir a Instituição que criara e tanto amava.

A 24 de Outubro de 1824 preside, pela última vez, no Colégio, entretanto já oficializado e com dez anos de permanência nos Claustros da Luz, à Congregação dos Lentes (corpo docente) e, em 5 de Outubro do ano seguinte, aí morre no meio dos seus alunos. Alunos que, numa linha de continuidade, recebendo o testemunho, servindo a sua Pátria, têm estado presentes, ao longo de quase dois séculos em todos os domínios onde se faz a História, seja no campo militar ou no terreno da política, na esfera das ciências e das letras, ou no mundo das artes.

É da sua pena a frase que a seguir se transcreve e serve de curioso epitáfio revelador da sua personalidade e carácter. Dirigindo-se a um seu sobrinho, António Teixeira Rebelo, que não tinha descendentes do seu casamento com uma senhora irlandesa, escreve nos seu testamento: "Deixo mais ao ditto meu sobrinho José Teixeira Rebelo, todos os meus serviços feitos à Coroa, tanto Militares como Civis e dos quais ainda não pedi nem obtive remuneração ou recompensa alguma". JE

Coronel Bastos Moreira



CASTELO DA GUARDA

MONUMENTOS DE EVOCAÇÃO MILITAR

GUARDA, a cidade mais alta de Portugal, foi fundada em remotas épocas, as quais não podem ser fàcilmente determinadas ou localizadas no tempo.

A sua situação, além de permitir que de lá se desfrute vasto panorama, concede-lhe características de grande valor estratégico; constitui uma posição que tem comandamento sobre as comunicações entre as bacias do Tejo, do Douro e do Mondego.

Primitivamente foi ali certamente instalado um grande aglomerado populacional, cercado por fortes muralhas que se apoiavam em centros de resistência.

No ponto de cota mais elevado deve ter existido um castro lusitano.

No ano 61, Júlio César, voltando à Lusitânia para completar a sua ocupação, sai de Mérida e vem conquistar a Guarda, após ter travado uma série de batalhas com os lusitanos.

A importância da Guarda não diminuiu com a ocupação romana, pois Júlio César tornou-a um centro de grande valor militar e de vincado valor administrativo.

Os romanos mandaram reconstruir a localidade, cercaram-na de robustas muralhas com diversas torres, e deram-lhe o nome de LANCIA OPPIDANA.

Foram, na altura, construídas muitas estradas militares que ligavam Guarda a Coimbra, Viseu, Lamego, Pinhel, Manteigas, Covilhã, Salamanca, etc.

Além das estradas foram muitas as obras que os romanos ali deixaram e de que ainda existem vestígios.

A decadência de WARD, novo nome que lhe foi dado, começou com a invasão dos bárbaros, que vieram flagelar a região.

Essa decadência continuou com o domínio árabe.

D. Afonso III o Magno, Rei de Leão, veio conquistar a GARD mourisca no ano 879, quando das lutas em que se empenhou para a reconquista do território a sul do Douro.

Em 1187, D. Sancho I, em época propícia, determinou que GUARDA fosse restaurada, tendo novamente ali instituído um centro militar e administrativo de grandes importância e projecção.

A fortaleza de D. Sancho era porém de menores dimensões do que a que os romanos tinham construído.

Essa fortaleza dispunha de uma forte cidadela, com a sua alcáçova e torre de menagem.

As muralhas tinham uma altura de, aproximadamente, 12 metros, sendo de 20 a altura das várias Torres.

Existiram quatro portas: a de Covilhã, na torre do Campo, a dos Ferreiros junto à torre dos Ferreiros, a da Estrela e a de El-Rei.

Em 1197, D. Sancho I mandou erguer, sobre os restos de um antigo templo, a primeira catedral.

Em 1360, D. Pedro, ordenou a sua ampliação; porém, em virtude das lutas com Castela, o templo foi demolido por D. Fernando em 1372 a fim de desafrontar as muralhas.

A actual Sé foi mandada construir por D. João I, após a paz com o país vizinho.

Pelas suas características, especialmente pela robustez das suas muralhas, Guarda recebeu os títulos de FORTE, FEIA, FRIA E FARTA.

Mereceu também o título de FIEL pela fidelidade ao Mestre de Aviz, demonstrada pelo alcaide Álvaro Gil.

Em face do comportamento dos seus habitantes durante a Restauração, em 1640, D. João IV concedeu-lhe o título de MUITO LEAL CIDADE.

BASTOS MOREIRA
Ten.-Coronel

Viatura Basculante GMC CCKW353 6x6 m/1952

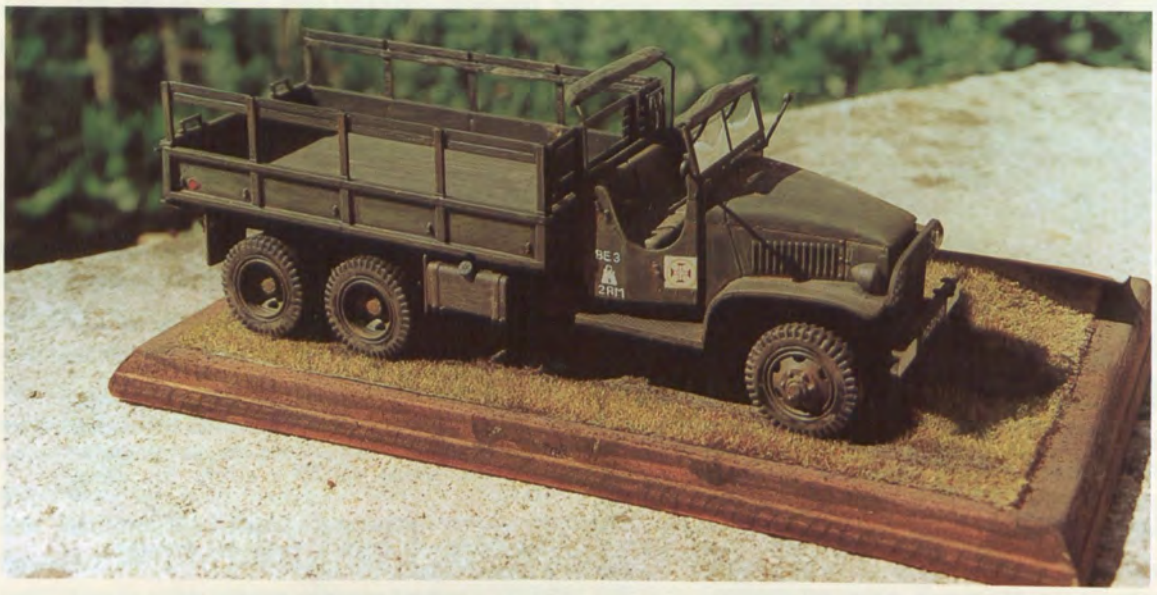
Luís Costa

Já passaram dez anos desde a época em que aqui falámos sobre as Viaturas de Transportes Gerais GMC CCKW353, mas até à data ainda não tinha surgido a oportunidade para apresentarmos fotografias de um modelo em escala reduzida de uma destas fascinantes viaturas. Agora foi-nos possível fotografar uma miniatura de uma destas viaturas, graças ao Sr.Álvaro Melo, modelista e coleccionador de peças de temática militar, que a construiu. O Sr. Álvaro Melo encontrou uma destas viaturas numa sucata e de lá retirou os elementos para a construção do seu modelo. Tratava-se de uma Viatura Basculante GMC CCKW353 6x6 m/1952 que tinha pertencido ao Batalhão de Engenharia 3, unidade orgânica da 3ª Divisão de Infantaria "Nun'Alvares", grande unidade do Exército Português.

Entre as viaturas de transportes gerais e as viaturas basculantes existiam poucas diferenças. Entre estas, a mais significativa situava-se ao nível da caixa de carga, que na versão basculante era ligeiramente diferente, existindo no *chassis* um sistema hidráulico de levantamento da caixa basculante.

Na pintura do seu modelo, o Sr. Álvaro Melo utilizou um verde-escuro, ao qual depois aplicou algum desgaste numa viatura verdadeira. Nos laterais da cabina pintou o símbolo do Batalhão de Engenharia Militar: uma Torre. Por cima desta o símbolo BE3 que identificava o Batalhão de Engenharia 3 e por baixo letras 2RM que identificava a Região Militar a que pertencia o Batalhão que, neste caso específico, era a 2ª Região Militar. Ao lado deste símbolo, existia um outro com a Cruz de Cristo.

Ao Sr. Álvaro Melo ficam os nossos agradecimentos pela possibilidade de podermos publicar fotografias do seu magnífico modelo. JE



CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Medicina Dentária e Prótese Dentária

- Médicos Dentistas Especializados
- Instalações Modernas e Máxima Higiene
- Laboratório de Prótese Dentária Próprio

Preços Especiais para a ADME

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Lisboa - Rua Gomes Freire, 183 - 1º - 1150 Lisboa • Telefs.: (01) 353 46 55/70 - Fax: (01) 354 56 40
Sintra - Av. Miguel Bombarda, 27 - 4º B - 2710 Sintra • Tlef.: (01) 924 34 02 (Em frente à estação dos Caminhos de Ferro-CP)
Alverca - E.N. 10 - N.º 8 (Edifício Cinema) - Sala 108 - 2615 Alverca • Tlef.: (01) 957 36 40

IV Concurso de Fotografia do *Jornal do Exército*

REGULAMENTO

O *Jornal do Exército* organiza um concurso de fotografia tendo por principal objectivo a obtenção de trabalhos fotográficos para publicação no *JE*, principalmente para as suas capas, ao qual poderão concorrer todos os amadores e profissionais de fotografia (militares ou civis) à excepção dos militares e funcionários do *JE*.

1. TEMA DO CONCURSO

Ao concurso podem ser apresentados trabalhos fotográficos em papel a preto e branco ou cores e em diapositivos a cores, alusivos ao seguinte tema: «As Forças Armadas, a sua Vivência e o seu Património.»

Deverão ser abordados aspectos relacionados com a vida militar, privilegiando-se os trabalhos que valorizem o ramo Exército, embora se admitam trabalhos que foquem acções conjuntas do Exército com os outros ramos das Forças Armadas.

2. QUANTIDADE DE TRABALHOS E FORMATO

Cada participante pode apresentar até 4 trabalhos que deverão ter o formato mínimo de 15X20 e o máximo de 24X30. Por razões de enquadramento serão aceites ainda formatos com outras proporções, desde que não sejam inferiores à área do formato mínimo nem superiores à área do formato máximo.

Dado o objectivo principal do concurso - Obtenção de fotografia para a capa - deverá privilegiar-se a foto "ao alto".

3. IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS

a) No verso de cada trabalho deverão constar em letra bem legível:
- Nº e Título do trabalho (de acordo com o boletim de inscrição)
- Pseudónimo do autor

b) Juntamente com os trabalhos deverá ser entregue um envelope fechado contendo no exterior apenas o pseudónimo do autor e no interior o boletim de inscrição devidamente preenchido.

4. ENVIO E DEVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

a) Os trabalhos poderão ser entregues em mão ou enviados por correio para:

JORNAL DO EXÉRCITO
"IV Concurso de Fotografia"
Largo da Graça 94
1170-165 Lisboa

(Este boletim poderá ser fotocopiado)

b) Os concorrentes terão 30 dias, após a divulgação dos resultados, para fazer o levantamento dos trabalhos nas instalações do *JE*.

5. JÚRI DO CONCURSO

a) Os trabalhos recebidos serão apreciados por um júri, a designar pela organização.

b) As decisões do júri são inapeláveis.

6. PRÉMIOS

a) Serão atribuídos os seguintes prémios:

1º 50.000$00
2º 40.000$00
3º 30.000$00

b) Os trabalhos premiados ficam na posse da organização.

c) O júri poderá decidir a não atribuição de quaisquer dos prémios ou a sua atribuição *ex aequo* e, ainda, as menções honrosas que entender.

7. DIVERSOS

a) O *JE* poderá utilizar trabalhos seleccionados mas não premiados para efeitos de publicação, sendo devida, nestes casos, remuneração por colaboração.

b) Será tomado o maior cuidado com os trabalhos recebidos, mas a organização não se responsabiliza por danos ou extravios que eventualmente venham a ocorrer.

c) A participação no concurso implica a aceitação integral deste regulamento.

d) Os casos omissos no regulamento serão analisados e esclarecidos pela organização de cuja decisão não há recurso.

e) Com os trabalhos premiados e seleccionados poderá vir a ser efectuada uma exposição em local e data a comunicar, caso a quantidade e qualidade dos trabalhos o justifique.

8. CALENDÁRIO

- Recepção dos trabalhos até **2 de Maio de 2000**
- Reunião do Júri: **10 de Maio de 2000**
- A comunicação dos resultados aos premiados será feita no primeiro *Jornal do Exército* após a reunião do júri.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Pseudónimo _____

Nome _____

Morada _____

Telefone civil _____ **Telefone militar** _____ **Unidade** _____

Posto/Profissão (riscar o que não interessa) _____

Nº.Foto	Título	Local/ Descrição sumária
1		
2		
3		
4		

A BATALHA DO AMEIXIAL
Adaptação para jogo de guerra
X - Ordem de batalha do Exército Português

Jorge Freitas

A constituição das forças aqui descritas respeita a proporção real dos exércitos, embora tivesse havido necessidade de recorrer a algumas adaptações para o jogo de simulação. Remeto os leitores para os artigos anteriores e para as regras *De Bellis Renationis* em caso de dúvida quanto à definição de alguns termos aqui empregados. As letras e os algarismos utilizados na ordem de batalha reportam-se ao mapa que é apresentado nesta página.

Exército Português: 13.500 infantes, 2.800 cavaleiros.

Comando A

A: General subordinado (Dinis de Melo e Castro e cavalaria da guarda), 1 elemento Pi (S).

1: Cavalaria, 5 elementos Pi (F) + 1 elemento Pi (O); os dois elementos da direita representam companhias francesas e inglesas, sendo estes últimos o elemento Pi (O).

2: Cavalaria, 3 elementos Pi (F) + 2 elementos Pi (O), representando estes últimos as companhias de couraças do exército português.

3: Cavalaria, 6 elementos Pi (F).

O comando fica batido quando as perdas atingirem 6 elementos.

Comando B

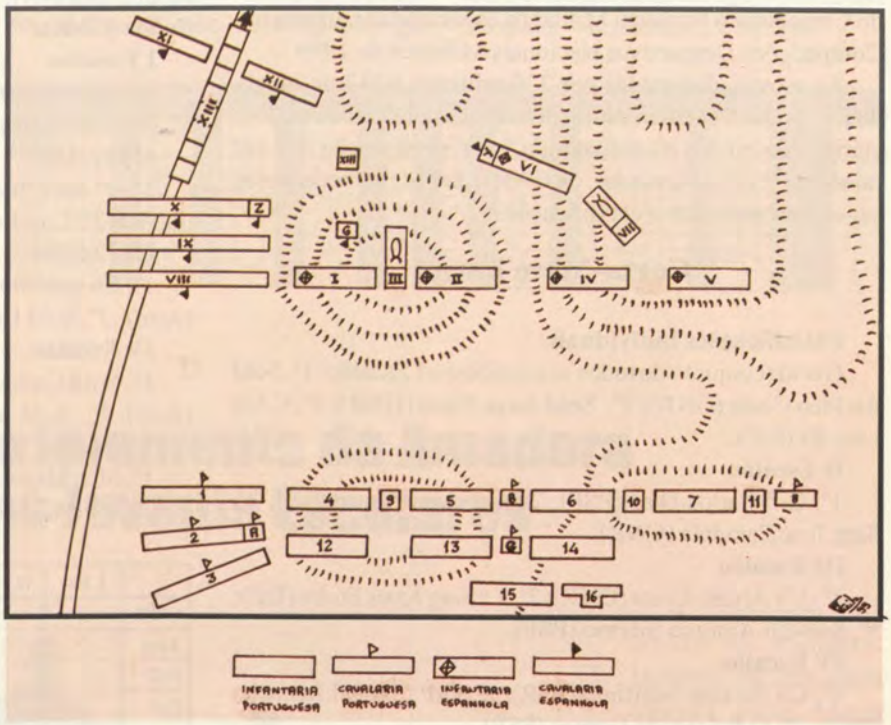
B: General subordinado (André Furtado de Mendonça e cavalaria da guarda), 1 elemento Pi (S).

4 a **7**: Infantaria, cada unidade 2 elementos Pk (O) + 6 elementos Sh (O); a metade esquerda da unidade 4 é de ingleses.

8: Cavalaria, 2 elementos Pi (F).

9 a **11**: Artilharia, 3 elementos Art (O).

O comando fica batido quando as perdas atingirem 13 elementos.



Comando C

G: General comandante-chefe (Conde de Vila Flor, e também Schomberg e cavalaria da guarda), 1 elemento Pi (S).

12 a **14**: Infantaria, cada unidade 2 elementos Pk (O) + 6 elementos Sh (O); a metade esquerda da unidade 12 é de ingleses, a metade esquerda da unidade 14 é de franceses.

15: Auxiliares, 4 elementos Pk (I) + 4 elementos Sh (I).

16: Auxiliares, 2 elementos Pk (I) + 2 elementos Sh (I).

O comando fica batido quando as perdas atingirem 12 elementos.

O exército é derrotado quando as perdas atingirem 47 elementos, incluindo as forças ainda presentes na mesa pertencentes a um comando batido.

O mapa indica a posição de ambas as forças no início da batalha, cerca das três horas da tarde do dia 8 de Junho de 1663, e foi elaborado tendo em conta a utilização de figuras na escala 15 mm numa mesa com as dimensões de 1,80 m x 1,20 m. De acordo com o estipulado pelas regras, os montes são classificados como suaves, mas terreno irregular (pedregoso, com arbustos ou arborização pouco densa).

A ordem de batalha do exército espanhol será apresentada no próximo número. JE

CASA BUTULLER
– Miguel Butuller, Lda. –
37 – Rua Barros Queirós – 39
1100 LISBOA - Telef. 21 346 93 50
CASA BUTULLER LISBOA
ESPECIALIZADA EM:
Todos os artigos militares para as Forças Armadas e Militarizadas, assim como:
Bonés, Fardas militares e civis, Botões, Cordões, Dragonas, Galões, Divisas, Charlateiras, Camisas, Emblemas, em metal, Bordados, Plásticos e em alumínio anodizado.
Condecorações, Espadas, Cintos e Fiadores. Bandeiras, Estandartes, Galhardetes, Guiões, Varões e Hastes.
Taças, Medalhas e Troféus, etc..

Coord Coronel Henrique Maurício

XXII Campeonato Nacional Militar de Corta-mato

No passado dia 10 de Dezembro de 1999, disputaram-se na pista de corta-mato do Aquartelamento da Amadora do Comando de Instrução do Exército, as provas de corta-mato longo, corta-mato curto e corta-mato feminino, integradas na XXII edição do Campeonato Nacional Militar da especialidade, última das Competições Desportivas Nacionais Militares de 1999.

As provas, disputadas por 229 militares (112 no longo, 98 no curto e 19 no feminino), distribuídas por cinco escalões etários masculinos e um feminino, em representação dos três ramos das Forças Armadas, da GNR e da PSP, forneceram os seguintes resultados e classificações:

Corta-Mato longo

Classificações Individuais

Geral (conjunto de todos os escalões) e I Escalão: 1º, Sold Alcídeo Costa (GNR); 2º, Sold Jorge Pinto (GNR); 3º, CAdj Luís Sá (Exº).

II Escalão

1º, Gdª Carlos Dias (PSP); 2º, Gdª José Jesus (PSP); 3º, Sarg José Paradela (GNR).

III Escalão

1º, Cb Álvaro Costa (GNR); 2º, 1.º Sarg Jesus Freire (Exº); 3º, Sub-Ch António Silvino (PSP).

IV Escalão

1º, Cb Barroso Martins (GNR); 2º, Gdª Manuel Recacho (PSP); 3º, Gdª Salgado Gomes (PSP).

V Escalão

1º, Gdª António Rodrigues (PSP); 2º, Gdª Carlos Camacho (PSP); 3º, Sold Lúcio (GNR).

Classificação colectiva (no conjunto dos cinco escalões)

	I Esc	II Esc	III Esc	IV Esc	V Esc	Total	Class
PSP	2	1	3	1	1	5 pts	1º
GNR	1	2	1	2	2	6 pts	2º
Exº	3	3	2	3	3	11 pts	3º
Arm	4	5	5	4	4	17 pts	4º
FAP	5	4	4	-	-	-	5º

Corta-mato curto

Classificações Individuais

Geral (conjunto de todos escalões): 1º, 2º Sarg João Junqueira (GNR); 2º, Sold Alberto Maravilha (GNR); 3º, Sold Cunha (GNR).

I Escalão

1º, Sold Alberto Maravilha (GNR); 2º, Sold Cunha (GNR); 3º, Mar José Silva (Arm).

II Escalão

1º, 2º Sarg João Junqueira (GNR); 2º, Sold Ilídio Pires (GNR); 3º, Cap Luís Sequeira (GNR).

III Escalão

1º, Cb Arlindo Macedo (GNR); 2º, 1.º Sarg José Soldado (Arm); 3º, Sold Lino Pires (GNR).

IV Escalão

1º, Sold Galhardo (GNR); 2º, 1º Sarg Herculano Pereira (Arm); 3º, Sold Julião Santos.

V Escalão

1º, SCh Miguel (GNR); 2º, SAjd António Pecado (Arm); 3º, CabCh Machado (GNR).

	I Esc	II Esc	III Esc	IV Esc	V Esc	Total	Class
GNR	1	1	1	1	1	4 pts	1º
Arm	2	2	3	3	2	9 pts	2º
PSP	3	3	4	2	4	12 pts	3º
Exº	4	5	2	4	3	13 pts	4º
FAP	5	4	-	5	-	-	5º

As cerimónias de encerramento (almoço de confraternização e de entrega de prémios) tiveram lugar na Escola Prática da GNR (Queluz), órgão responsável pela organização da competição, tendo sido presididas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Espírito Santo.

Corta-mato Feminino

Classificação Individual

1ª, 1ª Cb Cristina Coelho (Exº)
2ª, Gdª Elsa Marques (PSP)
3ª, 2ª Sarg Carla Lavado (Exº)

Classificação Colectiva

1ª, PSP - 14 pts
2ª, Exº - 16 pts
3ª, GNR - 22 pts
4ª, FAP - 33 pts

Pelo Segundo Ano Consecutivo (1998 e 1999) Exército Campeão Nacional Militar Absoluto

Com a realização do Campeonato Nacional de Corta-mato, concluíram-se as Competições Desportivas Nacionais Militares de 1999, disputadas por selecções representativas dos três ramos das Forças Armadas, da GNR e da PSP, em 8 modalidades (Voleibol, Futebol 5, Orientação, Atletismo, Triatlo/Duatlo, Natação, Tiro Desportivo e Corta-mato).

O Exército conquistou pelo segundo ano consecutivo o Troféu MDN, o qual é "atribuído ao ramo das FA ou à FSeg que, em cada ano, obtiver menor pontuação, no cômputo das competições disputadas, cabendo 1 ponto ao 1º, classificado, 2 pontos ao 2º classificado e assim sucessivamente. A não participação em qualquer das competições corresponde a 6 pontos".

A classificação final, bem como a pontuação obtida por cada ramo/FSeg nas várias modalidades, é a reflectida no quadro-resumo em destaque.

	Voleibol			Fut 5			Orientação			Atletismo			Triatlo		Pentatlo		Natação			Tiro Desp.					Corta-Mato				
	M	F	TP	M	F	TP	M	F	TP	M	F	TP	M	TP	M	TP	M	F	TP	M		F		TP	M	F	TP	Total	Class.
																				Esp	Pist	Esp	Pist						
GML	14	7	21	14		14	12	5	17	6		6	7	7	6	6	12	7	19	7	7	0	4	18	13	7	20	128	1º
RMS	10	4	14	10		10	10	7	17	5		5	6	6	7	7	14	5	19	6	5	6	5	22	3	2	5	105	2º
RMN	0	0	0	12		12	14	6	20	3		3	0	0	4	4	6	6	12	5	3	5	6	19	11	6	17	87	3º
ZMM	12	6	18	6		6	4	0	4	7		7	0	0	5	5	4	0	4	3	6	7	3	19	11	3	14	77	4º
CMSM	8	5	13	8		8	6	4	10	4		4	0	0	1	1	10	4	14	4	2	4	2	12	4	4	8	70	5º
CTAT	0	0	0	0		0	8	0	8	0		0	5	5	3	3	8	0	8	3	1	4	7	15	9	5	14	53	6º
ZMA																													7º

No Aquartelamento da Amadora Jogos Juvenis Escolares

No passado dia 12 de Janeiro de 2000, tiveram lugar no Aquartelamento da Amadora/Comando de Instrução do Exército, as provas de Corta-mato integradas nos Jogos Juvenis Escolares, da responsabilidade da Câmara Municipal da Amadora, disputadas por 1600 crianças em representação de 13 Escolas do concelho da Amadora.

A Unidade de Apoio do Aquartelamento da Amadora apoiou estes jogos através da disponibilização de diversas instalações, montagem da pista e área de partida e chegada e garantindo, igualmente, a segurança de determinadas instalações e obstáculos mais perigosos para a integridade física dos alunos.

GML, Vencedor do Troféu *Comando do Exército*/99

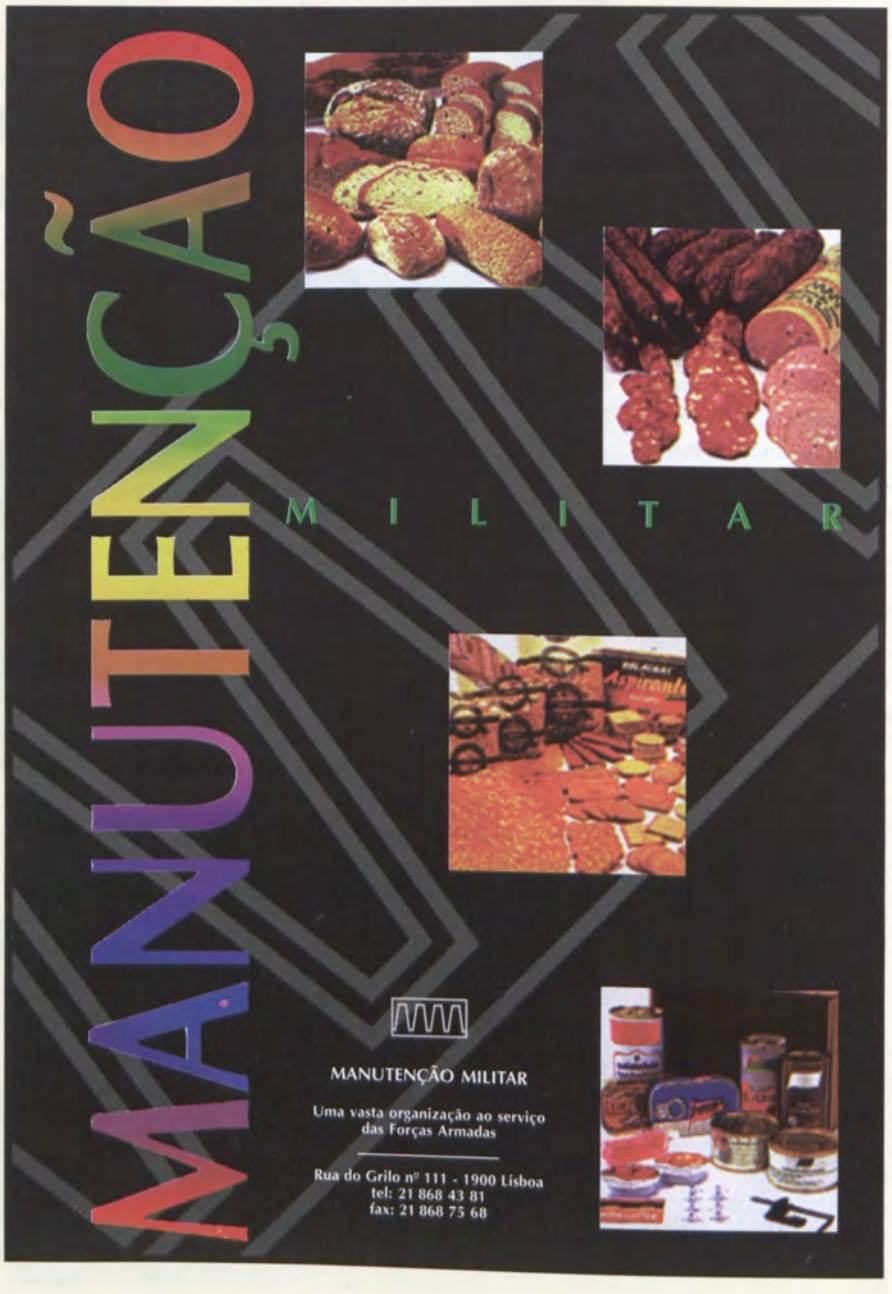
O Governo Militar de Lisboa (GML), ao conseguir a melhor pontuação no cômputo das Competições Desportivas Militares disputadas, em 1999, no seio do Exército, entre as Selecções representativas de todas as RM/ZM/CMSM/CTAT, foi o vencedor do troféu *Comando do Exército*/99.

A classificação final, bem como a pontuação obtida por cada Selecção, nas várias modalidades, é a reflectida no quadro-resumo em destaque.

	Voleibol			Fut 5			Orientação			Atletismo			Triatlo			Natação			Tiro Desp.					Corta-Mato					
													Duatlo																	
	M	F	TP	M	F	TP	M	F	TP	M	F	TP	T	D	TP	M	F	TP	M		F		TP	M		F	TP	Total	Class.
																				Esp	Pist	Esp	Pist		C	L				
EXE	3	2	5	3		3	1	3	4	1		1	1	1	2	2	2	4	3	1	3	3	10	4	3	2	9	38	1º
MAR	1	4	5	1		1	2	2	4	4		4	2	2	4	1	1	2	4	4	6	6	20	2	4	6	12	52	2º
PSP	2	1	3	2		2	4	6	10	3		3	6	6	12	6	6	12	1	2	2	1	6	3	1	1	5	53	3º
GNR	6	6	12	4		4	3	1	4	2		2	6	6	12	6	6	12	2	3	1	2	8	1	2	3	6	80	4º
FAP	4	3	7	5		5	5	4	9	5		5	3	3	6	3	3	6	6	5	6	6	23	5	5	4	14	75	5º

Saceur Trophy'99

Decorreu no passado dia 26 de Janeiro de 2000, no *SHAPE* - Mons, Bélgica, a cerimónia de entrega dos prémios relativos às actividades desportivas incluídas no *Saceur Trophy* de 1999. Este troféu é entregue à equipa que obtiver a melhor pontuação no conjunto das várias modalidades incluídas no programa anual (futebol, atletismo, corta-mato, tiro, voleibol, basquetebol, ténis, natação, ginástica, etc.), sendo as equipas constituídas por elementos de uma ou mais nações, tendo em consideração os efectivos nacionais presentes no *SHAPE*. Este ano, a grande vencedora foi a equipa da Alemanha/ República Checa o que tem sido habitual nos últimos anos. A equipa em que Portugal se integrou com a Itália, Turquia, Espanha, Grécia e Hungria (ITPSGH), teve comportamento meritório classificando-se em quarto lugar, com pequena diferença de pontuação dos segundo e terceiro lugares. A participação portuguesa no evento, através de Sérgio Monteiro, contribuiu bastante para aquela classificação, pois nas provas de atletismo em que participou, disputadas no passado mês de Junho, obteve um primeiro lugar individual nos 100 metros e um segundo na estafeta 4x100 metros. De referir que, na prova de 100 metros, bateu, sobre a linha de chegada, o representante dos Estados Unidos, equipa que, desde que a competição se disputa em Mons, sempre havia vencido esta prova.

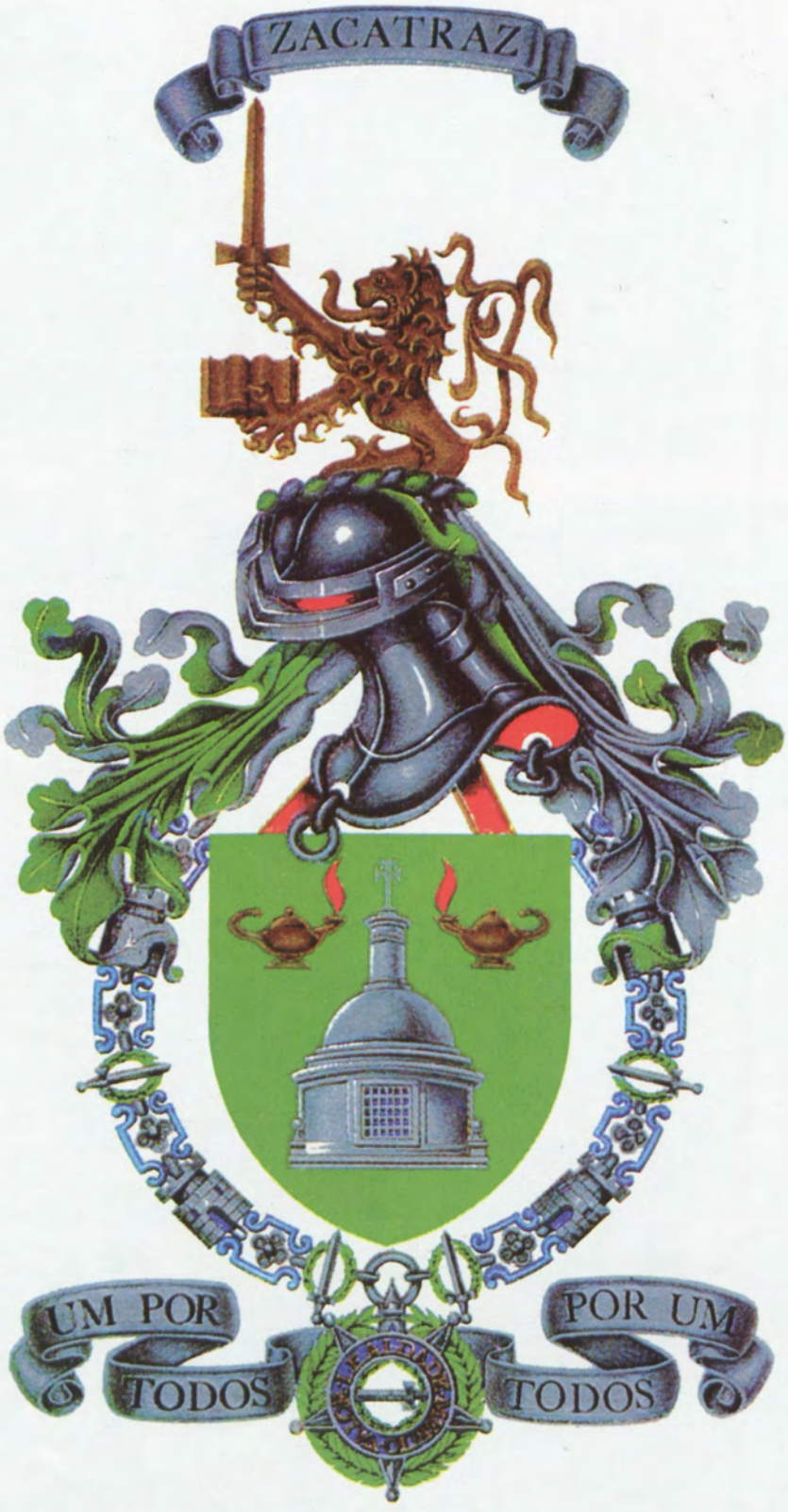


A experiência ensinou-nos que para garantir a sobrevivência é preciso algo mais do que isto.

Há mais de 100 anos que a Indep se dedica à produção e comercialização de uma grande variedade de munições, armamento e outros produtos de defesa. A experiência acumulada ensinou-nos que alguns valores são essenciais para alcançar o prestígio de que beneficiamos actualmente. No exigente sector da indústria de defesa, a confiança nos nossos produtos deve-se não só à sua competitividade mas também à sua elevada fiabilidade. Graças a rigorosos padrões de controlo de qualidade e a um constante esforço de investigação, a Indep encontra-se entre os fabricantes mais conceituados do mundo. Hoje como há um século, é tudo uma questão de segurança.

INDEP
Indústrias de Defesa, S.A.

Moscavide - Tel: 21 944 6546 - Fax: 21 944 4853 - E-mail: indep@indep.pt



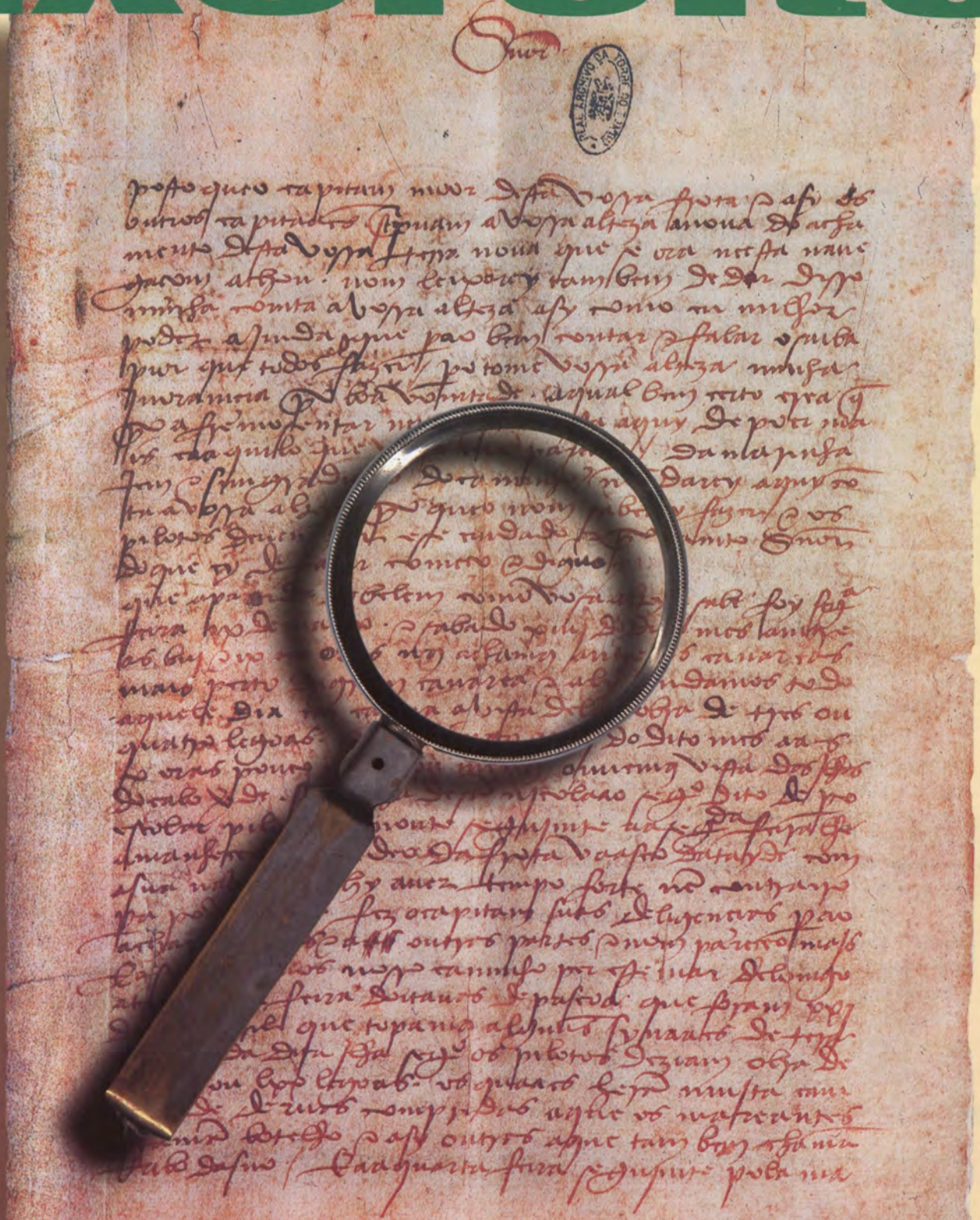
ISSN 0871-8598
00483
9 770871 859809

Ano XLI - Nº 484 - Abril de 2000

315$ (IVA incluído)

jornal do Exército

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60



Brasil 500 anos

efeméride

A Terra de Vera Cruz

Oficialização de um Descobrimento

22 de Abril de 1500

Arquivo JE

Pedro Álvares Cabral

Temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado, o ano de nosso senhor de 1498, donde nos vossa alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela.

Esmeraldo De Situ Orbis, Duarte Pacheco Pereira

Depois do regresso de Vasco da Gama, da viagem em que descobriu o caminho marítimo para a Índia, o rei D. Manuel decide enviar à Índia uma nova armada comandada por Pedro Álvares Cabral. Crê-se que um dos objectivos da viagem era o de oficializar a descoberta do Brasil.

Impor o prestígio de Portugal no oriente e iniciar a vinda regular das especiarias era a finalidade - declarada - daquela nova expedição. Mas a presença na armada, sem comando de navio algum, de Duarte Pacheco Pereira, incumbido dois anos antes, pelo soberano, de descobrir *a parte ocidental,* revela uma outra intenção.

Militar e cosmógrafo, Pacheco Pereira fez parte da delegação portuguesa que, em 1494, elaborou o tratado de Tordesilhas. Em 1498, D. Manuel encarregou-o secretamente de uma expedição relacionada com as demarcações daquele tratado, o que levou alguns a atribuir-lhe a verdadeira descoberta do Brasil. Considerado um dos expoentes da escola náutica portuguesa, aquele que foi um dos primeiros cientistas no nosso País, reforça na sua obra *Esmeraldo De Situ Orbis* (de que transcrevemos um excerto) a suposição de que, em 22 de Abril de 1500, Pedro Álvares Cabral tornava oficial um descobrimento já realizado.

A Carta de Caminha

«E assim seguimos nosso caminho, por este mar, até que terça-feira das Oitavas da Páscoa topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas a que os mareantes chamam botelho(...). E quarta-feira, pela manhã, topámos aves a que chamam furabuchos. Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o Monte Pascoal - e à terra - a Terra de Vera Cruz.» JE

M.M.

Em busca da Terra de Vera Cruz

Arquivo JE

dias festivos

Maio

4 – Regimento de Engenharia nº 3
11 – Regimento de Infantaria nº 3
12 – Regimento de Artilharia nº 5
13 – Comando da Instrução
19 – Regimento de Infantaria nº 15
23 – Escola das Tropas Aerotransportadas
25 – Casa de Reclusão de Tomar
25 – Instituto Militar dos Pupilos do Exército
26 – Batalhão do Serviço de Saúde
26 – Depósito Geral de Material de Engenharia
26 – Instituto de Altos Estudos Militares
27 – Centro de Saúde da Região Militar do Sul
29 – Vicariato Castrense das Forças Armadas
30 – Quartel-General da Zona Militar da Madeira

jornal do Exército

PROPRIEDADE
DO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94 1170-165 LISBOA
Telef 21 887 03 55 — Fax 21 888 44 57
INTERNET: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
DIRECTOR
Coronel Tirocinado
Manuel Rio Carvalho

REDACÇÃO
CHEFE
Major F. Marques Fernando
REDACTORES
Capitão António M. S. Ribeiro
Mauro Matias
ORIENTAÇÃO GRÁFICA
Inês Galvão
REVISÃO
Sargento-Ajudante Ventura Cunha
OPERADORES INFORMÁTICOS
Sargento-Ajudante Ceita da Silva
Assistente Administrativa Principal Elisa Pio
Assistente Administrativa Guiomar Brito
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Capitão Joaquim Santos
BIBLIOTECA
Major Alberto Braz

SERVIÇO ADMINISTRATIVO
CHEFE
Major Moura Duarte

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Centro de Audiovisuais do Exército

EXECUÇÃO GRÁFICA
EUROPRESS
Editores e Distribuidores, Lda
Praceta da República, Loja A-1
2675 Póvoa de Santo Adrião
TIRAGEM
6 000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL
Nº 1465/82
ISSN 0871/8598

TABELA DE PREÇOS PARA 2000

PREÇO DE CAPA ..... 315$00

ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE
— Portugal Cont. Madeira e Açores ..... 3 100$00
— Países europeus ..... 6 200$00
— Restantes Países ..... 6 600$00

VIA AÉREA
— Macau ..... 7 850$00
— Países europeus ..... 7 500$00
— Restantes Países ..... 11 000$00

NÚMEROS ATRASADOS
— 1960 a 1969 ..... 720$00 — 1970 a 1979 ..... 670$00
— 1980 a 1989 ..... 520$00 — 1990 a 1995 ..... 450$00

Os preços para Portugal Continental, Madeira e Açores incluem IVA à taxa de 5%

NOTA: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente

ENCADERNAÇÕES
Preço da Encadenação do *JE* do ano de 1999 ... 3 627$00 (C/IVA incluído)

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais:

1000/2000	3000/4000	5000/8000	Açores	Madeira
610$00	750$00	880$00	2.155$00	1.770$00

sumário

Ano XLI - Nº 484 - Abril de 2000

Brasil - 500 anos 9

O Descobrimento do Brasil 10

Tenente-General Böhm e as Forças Expedicionárias para o Brasil em 1767 15

História Militar Luso-Brasileira no século XVIII 18

A Ação de D.João VI no Brasil 26

Fortificações Portuguesas no Brasil 34

2 ● Efeméride
4 ● Língua Portuguesa
5 ● Editorial
6 ● Figuras e Factos
42 ● Uniformes Militares
43 ● Livros
44 ● Monumentos de Evocação Militar
45 ● Modelismo
46 ● Jogos de Guerra
47 ● Legislação
48 ● Desporto

CAPA

Página da Carta de Pêro Vaz de Caminha (Cortesia do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo)

Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Brasil e Portugal falam a Língua de Camões

Olavo Bilac

Língua Portuguesa

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e do oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: «Meu filho!»,
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

Olavo Bilac poeta brasileiro da fase parnasiana (Rio de Janeiro-1865-id-1918). Sua poesia, de esmerado lavor e forma, apresenta diversas fases, marcadas ora por um lirismo arrebatado e sensual, ora pela exaltação épica, ora pelo pendor à meditação. Eleito "príncipe dos poetas brasileiros".

Castro Alves

O Navio Trigueiro

'stamos em pleno mar... Doido no espaço
Brinca o luar - dourada borboleta;
E as vagas após ele correm... cansam
Como turba de infantes inquieta.

'stamos em pleno mar... Do firmamento
Os astros saltam como espumas de ouro...
O mar em troca acende as ardentias,
- Constelações do líquido tesouro...

'stamos em pleno mar... Dois infinitos
Ali se estreitam num abraço insano
Azuis, dourados, plácidos, sublimes...
Qual dos dois é o céu? Qual o oceano? (...)

Castro Alves poeta brasileiro da última fase do romantismo (Muritiba. BA. 1847 Salvador. 1871). Extremamente sensível às inspirações revolucionárias e literárias do séc. XIX; devotou-se apaixonadamente à causa abolicionista, o que lhe valeu a antonomásia de "Cantor dos escravos".

Luiz de Camões

Os Lusíadas

Canto X

(...) Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também, coo pau vermelho nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis:
Descobri-la-á a primeira vossa frota
Ao longo desta costa, que tereis,
Irá buscando a parte mais remota
O Magalhães, no feito, com verdade,
Português, porém não na lealdade.

Dês que passar a via mais que meia
Que ao Antárctico Pólo vai da Linha,
Duma estatura quase giganteia
Homens verá, da terra ali vizinha;
E mais avante o Estreito que se arreia
Coo nome dele agora, o qual caminha
Para outro mar e terra que fica onde
Com suas frias asas o Austro a esconde.

Até aqui, Portugueses, concedido
Vos é saberdes os futuros feitos
Que, pelo mar que já deixais sabido,
Virão fazer barões de fortes peitos (...)

Levam refresco e nobre mantimento;
Levam a companhia desejada
Das Ninfas, que hão-de ter eternamente,
Por mais tempo que o Sol o Mundo guente (...)

Assim foram cortando o mar sereno,
Com vento sempre manso e nunca irado,
Até que houveram vista do terreno
Em que nasceram, sempre desejado,
Entraram pela foz do Tejo ameno,
E à sua pátria e Rei temido e amado
O prémio e glória dão por que mandou,
E com títulos novos se ilustrou. (...)

Luiz de Camões poeta português (Lisboa ou Coimbra. c. 1524 - Lisboa. 1580). um dos vultos maiores da literatura da Renascença. São mal conhecidas a sua infância e primeira mocidade. Estudou em Coimbra, sem que se saiba onde e como acumulou a larga e variada cultura humanística patente em sua obra. Fidalgo, ainda que pobre, frequentou a corte de Dom João III. 1547, partiu para Ceuta, a servir naquela guarnição militar; ali, em refrega com os mouros de Mazagão, vazaram-lhe o olho direito. De volta à pátria, feriu numa rixa, em Lisboa, a um moço do paço e foi para a prisão, de onde saiu engajado para a Índia.

Depois desse longo desterro, voltou a Lisboa, em 1569 ou 1570, e dois anos mais tarde publicou *Os Lusíadas*; o Rei Dom Sebastião, a quem é o poeta dedicou, galardoou-o por três anos com uma tença anual de 15.000 reis. Mas o poeta morreu na miséria, num leito de hospital. À parte *Os Lusíadas*, quase toda a produção camoniana foi publicada postumamente: grande cópia de sonetos, canções, odes, elegias, éclogas, cartas e os três autos- *Anfitriões* (1587). *Filodemo* (1587). *El-rei Seleuco* (1645).

Raimundo Correia

As Pombas

Vai-se a primeira pomba despertada...
Vai-se outra mais...mais outra...enfim dezenas
De pombas vão-se dos pombais, apenas
Raia sanguínea e fresca a madrugada ...

E à tarde, quando a rígida nortada
Sopra, aos pombais de novo elas, serenas,
Ruflando as asas, sacudindo as penas,
Voltam todas em bando e em revoada...

Também dos corações onde abotoam,
Os sonhos, um por um, céleres voam,
Como voam as pombas dos pombais;

No azul da adolescência as asas soltam,
Fogem... Mas aos pombais as pombas voltam,
E eles aos corações não voltam mais...

Raimundo Correia poeta brasileiro da fase parnasiana (a bordo de um navio, em areias do Maranhão, 1859 - Paris - 1911). De emoção grave e profunda, é considerado, pelo apuro e musicalidade da linguagem, um dos melhores artistas do verso no Brasil.

Machado de Assis

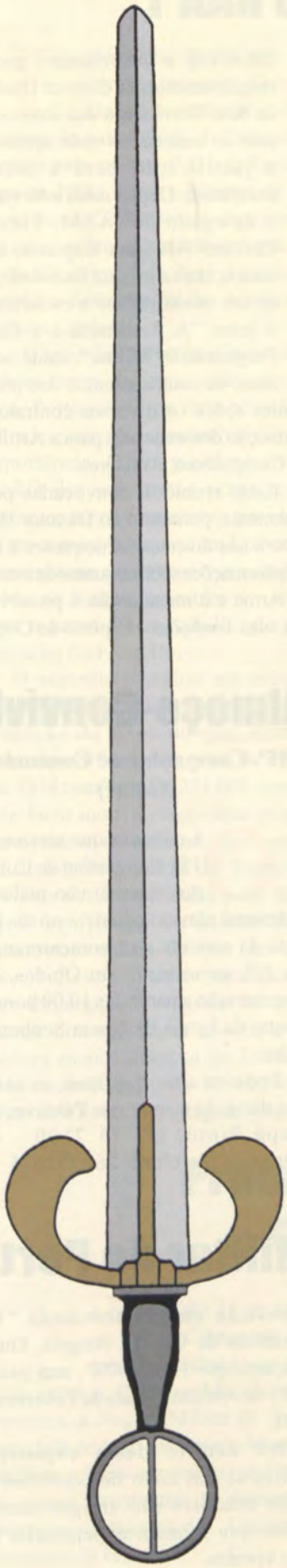
Soneto

Dai à obra de Marta um pouco de Maria,
dai um beijo de sol ao descuidado arbusto;
vereis neste florir o tronco erecto e adusto,
e mais gosto achareis naquela e mais valia.

A doce mãe não perde o seu papel augusto,
nem o lar conjugal a perfeita harmonia.
Viverão dous aonde um até aqui vivia,
e o trabalho haverá menos difícil custo.

Urge a vida encarar sem a mole apatia,
ó mulher! Urge pôr no gracioso busto,
sob o tépido seio, um coração robusto.

Machado de Assis escritor brasileiro (Rio de Janeiro. 1839 - id - 1908).Contemporâneo dos últimos românticos, dos realistas e naturalistas. Poeta, romancista, cronista, cultivou ainda a crônica e o teatro. Foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.



Constatações

A limitação no empenhamento de meios militares para apoio ao Povo Moçambicano, por ocasião das recentes cheias naquele País, originou alguma perplexidade, quer nos *media*, quer nos cidadãos em geral, que sobre o assunto abundantemente se exprimiram.

Pela primeira vez, desde há muito tempo, constataram que os meios disponíveis em pessoal e material não conseguiram acompanhar as necessidades efectivas não só para apoio à política externa, mas, também, e principalmente, para apoio humanitário a populações amigas a viverem situações verdadeiramente trágicas.

Na realidade, a aferição do sistema de forças de um País terá que decorrer, como é sabido, não só das ameaças previsíveis (que, no nosso tempo, são cada vez mais imprevisíveis), mas de outros factores que, não podendo ser classificados tecnicamente de ameaças, obrigam ao emprego das Forças Armadas pois só elas dispõem da prontidão, da organização, da disciplina e dos meios para uma imediata e persistente actuação.

Contudo, a existência de um Sistema de Forças adequado ao desempenho de missões tão díspares tais como a intervenção em conflitos de média ou alta intensidade ou as acções humanitárias localizadas, envolve despesas, por vezes avultadas, em homens, equipamentos e meios de projecção da Força que terão de ser entendidos como investimento em Segurança e Prestígio Nacional e, ainda, em capacidade de cumprir, dignamente, os compromissos internacionais a que nos obrigámos.

Se, porém, os gastos com as Forças Armadas (ao contrário do que acontece com outras Forças e organizações do Estado) não forem, realmente, entendidos como esse investimento necessário, mas, apenas, como despesa inflexivelmente limitada a níveis predefinidos, a *constatação* das limitações será inevitável.

Deverá, contudo, ficar claro que, ao exporem as suas necessidades em meios, os militares desejam, apenas, ter a possibilidade de cumprir cabalmente, sem riscos acrescidos como já vai acontecendo, as missões que o Poder legítimo, que a todos representa, lhes continua a confiar.

R.C.

Arma de Artilharia reúne no RAA 1

Presidida pelo Tenente-General Garcia Leandro, Director Honorário da Arma de Artilharia, e com a participação do Major-General Rui Reis, Director da Comissão da Arma, de todos os Comandantes das Unidades de Artilharia, do Chefe da RPMP/DAMP, delegados do EME, do IAEM e da Academia Militar, decorreu, em 3 de Fevereiro, no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, uma Reunião de Trabalho.

Após a apresentação de cumprimentos no Salão Nobre, iniciaram-se, na Biblioteca da Unidade, os trabalhos, com uma breve Resenha Histórica do quartel, a apresentação da Missão, a Organização, os Encargos em Instrução e Operacionais e os Meios Humanos e Materiais, por parte do Comandante do Regimento, Coronel Art Martins Barreiros.

Visando os objectivos da reunião, o Tenente-Coronel Art Ulisses de Oliveira apresentou estudos que decorrem no EME com vista à reorganização da Artilharia Antiaérea, dando uma panorâmica sobre as razões do tipo de material antiaéreo que poderá equipar as Zonas Militares da Madeira e Açores, qual o destino dos materiais "Chaparral", RAA1 *versus* GAA/CE e prioridades para o reequipamento das diversas Unidades de AA. Terminou a sua intervenção com as conclusões onde apresentou a justificação para a solução encontrada. Depois desta intervenção, o delegado do IAEM, Tenente-Coronel Art Luís Baptista, apresentou, com a mesma finalidade, mas de um modo sucinto e esclarecedor, o tema "A Artilharia e a Lei de Programação Militar", onde actualizou os conhecimentos dos participantes sobre os diversos contratos de aquisição dos materiais para a Artilharia de Campanha e Antiaérea.

Estas reuniões, convocadas periodicamente, permitem ao Director Honorário e aos diversos participantes a troca de informações sobre assuntos de interesse da Arma e a manutenção e preservação das suas Tradições e Espírito de Corpo.

Rádio "Excalibur" três anos de Emissão

Em 25 de Fevereiro, foi lançado para o ar o 156.º programa "Excalibur". Este programa, emitido semanalmente a partir das instalações da Rádio Despertar, em Estremoz, tem tido como principais colaboradores um grupo de militares do Regimento de Cavalaria nº 3, que voluntariamente o preparam, organizam e levam a efeito.

Na ocasião, o Comandante do RC3, Coronel Cav Newton Parreira, agradeceu à Rádio Despertar a gentileza de, uma vez por semana, receber os militares daquela Unidade em sua casa, disponibilizando os seus colaboradores e equipamento para que a voz dos "Dragões de Olivença" seja ouvida por toda a terra alentejana.

Almoço-Convívio

15ª. Companhia de Comandos (Guiné)

Os militares que serviram na 15ª. Companhia de Comandos (Guiné) vão realizar o tradicional almoço-convívio no dia 6 de Maio do corrente ano, comemorando o seu 32º. aniversário, em Óbidos, com concentração a partir das 10.00 horas no parque da Igreja da Nossa Senhora da Pedra.

Pede-se que qualquer contacto seja dirigido a Joaquim Patrício, Rua Serpa Pinto, nº. 75 7100 - 452 Estremoz Tefelone 268332075 Fax 268332079.

Testemunhos de Guerra no Museu Militar do Porto

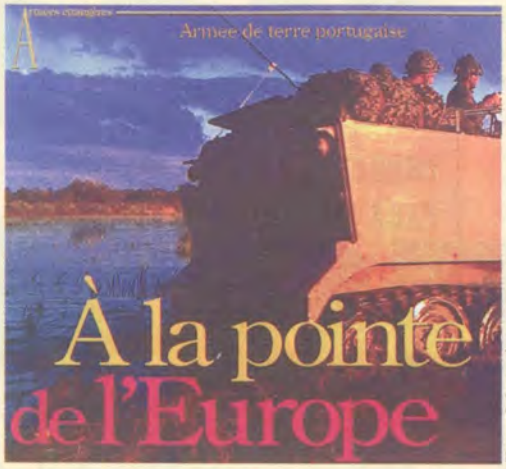
A Guerra do Ultramar afectou directa ou indirectamente a vida de centenas de milhares de Portugueses, durante mais de uma década. Provoca ainda muitas e distintas emoções em toda uma geração que nela esteve envolvida, ao contrário do que acontece nas gerações pós-25 de Abril, em que a indiferença, as interrogações e a falta de informação imperam.

Como contributo para o pleno esclarecimento e compreensão da guerra colonial portuguesa e com o objectivo de promover a aproximação entre aquelas gerações, pais e filhos, avós e netos, fomentando um esclarecimento aberto e descomplexado desta fase da nossa história, a Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto leva a efeito, nas instalações daquele Museu, uma exposição que, denominada "Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné, Moçambique 1961-1974", está patente de 11 de Abril até finais de Fevereiro de 2001.

No âmbito desta exposição, realiza-se um ciclo de conferências, cujos oradores são antigos combatentes que relatam experiências por eles vividas.

Na Ponta da Europa

É com este título que a revista francesa *Terre Magazine*, mensário de informação e de ligação do Exército daquele país, no seu nº 111 de Fevereiro de 2000, insere a páginas 48 a 51, na secção "Exércitos estrangeiros" um artigo sobre o Exército português, texto da autoria de Jean-Jacques Cecile e fotografias de António Homem Cardoso.



Terre Magazine

«Último baluarte da península ibérica antes da imensidão oceânica, Portugal ocupa uma posição estratégica de primeiríssima importância. O seu papel no seio da NATO diz sobretudo respeito aos domínios aéreo e marítimo; para tanto, os sucessivos governos em Lisboa não conseguiram ainda resolver o impasse sobre as forças terrestres.» – assim abre o autor o seu trabalho de apresentação do Exército.

O articulista analisa em primeiro lugar numericamente a questão da evolução do Exército que, compreendendo no final da guerra de África, em 1974, um total de 211.000 homens, esse facto motivou logo uma primeira remodelação de tal modo que, quando foi dissolvido o Pacto de Versóvia, o exército não compreendia mais do que 44.000 militares incluindo 35.000 conscritos. «Mais do que um longo discurso, estes números testemunham bem da amplitude invulgar do que se chama uma verdadeira revolução que, embora menos drástica no início dos anos noventa, foi todavia sensível, ao ponto de o Exército português reagrupar hoje 30.480 homens e mulheres»–refere o autor–para acentuar que, «por enquanto. os jovens portugueses estão sujeitos ao serviço militar, estando este último com os dias contados, já que, dentro de quatro anos, em 2003, as forças armadas deverão ter concluído a sua profissionalização. E tudo leva a crer que, nesta segunda evolução, o Exército venha a compreender, naquela data, 24.500 profissionais apoiados por 6.000 civis, o que constitui, desde logo, um instrumento posto ao serviço duma política de implicação nas operações de manutenção de paz sob a égide da NATO ou da ONU.

O artigo é depois desenvolvido analisando três grandes aspectos da articulação das nossas forças terrestres: O ***voluntariado internacional*** que assenta, por um lado, numa política de defesa preparada em Lisboa na dependência da Aliança Atlântica, motivo por que a implicação portuguesa no seio da NATO não se limita apenas a assegurar a liberdade de movimentos sobre a zona Norte do Atlântico por intermédio dum comando específico, e, por outro lado, não esquece o autor de referir que as autoridades políticas nacionais tiveram igualmente a preocupação de afirmar uma forte identidade europeia do País, como atesta a nossa pertença à EUROFOR. Ainda neste aspecto, a ONU é, segundo a., igualmente um espaço político em que a voz portuguesa se faz ouvir de modo notável. Outro aspecto mencionado é o relativo às capacidades de combate próprias do nosso Exército, concentradas em ***três grandes Unidades Operacionais*** (BMI, BLI e BAI), cuja criação, missões, sedes e composição são descritas pelo autor, as quais estão ***subordinadas ao COFT*** (terceiro aspecto considerado), em que são referidas as suas atribuições, sem esquecer que é também este que superintende no Centro de Operações Terrestres (COT) e organismos de apoio e que exerce igualmente a sua autoridade sobre três Brigadas de Defesa Territorial, correspondentes às regiões militares, bem como as duas zonas militares dos Açores e Madeira.

«As unidades terrestres portuguesas são assim compostas por um conjunto de forças que conseguiram adaptar-se a um quadro internacional totalmente novo e, embora a mudança ainda não tenha acabado, é com serenidade e consciente da sua missão no seio de um país democrático que o Exército encara o terceiro milénio» – conclui o articulista.

Protocolo Relativo a Monumento da Batalha dos Atoleiros

No passado dia 16 de Março, no Centro Cultural de Fronteira, foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Fronteira, a Região Militar do Sul e a Sociedade de Agro-Turismo do Monte dos Atoleiros sobre a utilização e beneficiação do espaço envolvente do monumento evocativo da Batalha dos Atoleiros no município de Fronteira.

Este protocolo visa assegurar as condições de preservação e enriquecimento do património histórico-cultural do monumento erigido em 6 de Abril de 1979, em memória da Batalha dos Atoleiros.

O projecto de beneficiação do espaço envolvente do monumento foi elaborado pela Secção de Infra-estruturas Militares da Região Militar do Sul.

Um Manual Militar para aprender o Tétum

A antiga área portuguesa da ilha de Timor, a mais extensa, designada dos Belos por oposição ao lado ocidental, era, sob o ponto de vista linguístico, uma verdadeira Babel. De facto, a par de algumas línguas ou dialectos falados por dezenas de milhares de indivíduos, outros falares circunscreviam-se apenas a escassas centenas deles, sobretudo a leste e no interior. Hoje, após a ocupação de Jacarta e depois de todo o processo que culminou na criação do novo Estado Independente de Timor Lorosae, a realidade linguística não terá, decerto, sofrido alterações profundas, excepto naquelas línguas e dialectos que, entretanto, já mostravam tendência a desaparecer.

No meio desse universo linguístico, sobressai, todavia, o **tétum**, a língua mais espalhada e com maior expressão, encontrando-se na costa norte, na costa sul e a oeste de Timor. Adquiriu, por este motivo, um estatuto de quase «língua franca» no antigo território português daquela ilha. E de tal modo que os militares, a quem, para o cumprimento das suas missões, não lhes falta na vida «honesto estudo, com longa experiência

COMANDO TERRITORIAL INDEPENDENTE DE TIMOR
QUARTEL GENERAL
2.ª REPARTIÇÃO

PEQUENO MÉTODO PRÁTICO PARA APRENDER O TÉTUM

Transcrição parcial do «Método Prático para aprender o tétum», do P.e Abílio José Fernandes

AGOSTO ✠ 1964

misturado», editaram, em Agosto de 1964, para utilização no então CTI de Timor, o manual cuja capa a gravura reproduz, destinado a aprender o **tétum**, como melhor forma de melhor servir naquelas longínquas paragens sob administração portuguesa.

Embora adaptado do "Método Prático para aprender o tétum", do P. Abílio José Fernandes, este facto não retira o mérito ao **Pequeno Método Prático para aprender o Tétum** que é exposto ao longo de 96 páginas. Com efeito, baseado em estudos anteriores sobre o **tétum**, levados a efeito por algumas autoridades na matéria, o presente manual, sem descurar o modelo de apresentação de qualquer gramática tradicional é, contudo, inovador tanto no aspecto da linguagem ligada à antropologia cultural timorense como nos exemplos práticos extraídos da linguagem coloquial.

Ele aí está, pois, e, embora tenha sido editado de forma quase rudimentar e copiografada, não deixou, contudo, de aparecer para, numa época em que as missões dos nossos militares naquele território não diferiam, na sua essência, muito das actuais, se tornar um precioso auxiliar de comunicação entre dois povos construtores de um mundo mais humano e mais fraterno.

Na altura em que um grande esforço está a ser desenvolvido, internacionalmente e a vários níveis, para que o Povo de Timor possa vir a ocupar o lugar que merece no contexto das nações, está prevista uma reedição do presente manual que, decerto, não deixará de vir a ser útil às nossas forças destacadas ou ainda a destacar para aquele território.

341º Aniversário da Batalha das Linhas de Elvas

No dia 14 de Janeiro, tiveram lugar, em Elvas, as comemorações do 341º Aniversário da Batalha das Linhas de Elvas.

Coube ao Regimento de Infantaria nº 8, a organização e execução das Comemorações, que foram presididas pelo Comandante da RMS.

As cerimónias tiveram início junto ao padrão da batalha, onde foram prestadas as honras regulamentares aos que há 341 anos tombaram no campo de batalha. De seguida, teve lugar a Romagem à campa do General

André de Albuquerque Riba Fria, sita no cemitério da cidade, onde foi homenageado este chefe militar que comandou tropas na batalha e onde foi mortalmente ferido.

Assistiram a todas as cerimónias diversas entidades, entre as quais o Governador Civil do Distrito de Portalegre, o Presidente da Câmara Municipal de Elvas, D. Maurílio de Gouveia, Arcebispo de Évora, para além dos demais representantes das forças vivas da cidade.

Ao terminar o programa das comemorações, foi oferecido à população da cidade um concerto pela Banda de Música da Região Militar do Sul.

Batalhão Caçadores 451
Angola 1963 - 1965

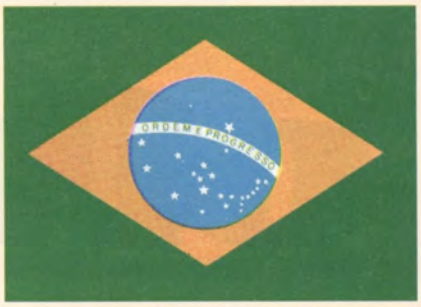
Almoço 03 Junho (Sábado)
Restaurante Quinta da Boubã
Pataias

José Mendes
21 - 9402113

David Martins
21 - 9410667

Por lapso, o que lamentamos, no artigo "Marechal-de-Campo Teixeira Rebelo" (págs 41 e 42 do *JE* 483), verificaram-se as seguintes gralhas: rediz em vez de *redige* (linha 57, pág 41); Schamaumburg em vez de *Schaumburg* (linha 8, pág 42); cabo de Artilharia em vez de *jovem cabo de artilharia* (linha 13, pág 42); 1808 em vez de *1803* (linha 82, pág 42); tempo intermédio em vez de *posto intermédio* (linha 94, pág 42) e ponto em vez de *posto* (linha 110, pág 42).

Brasil 500 anos



Ao comemorarem-se os 500 anos do descobrimento do Brasil, pretende o *Jornal do Exército*, com este número temático, realçar alguns dos aspectos mais notáveis da acção militar e de militares na História do Brasil, até à sua independência em 1822.

Assim, o nosso colaborador Sargento-Ajudante Ventura Cunha relembra as circunstâncias da Descoberta e a carta de Pêro Vaz de Caminha que a anunciou; o Dr. Manuel Ribeiro Rodrigues relata a missão ao Brasil do Tenente-General Böhm, oficial alemão escolhido por D. José, para a reorganização das forças militares do território; o Tenente-General Silvino Curado dá uma perspectiva da História Militar Luso-Brasileira no séc. XVIII, que a história, de facto de pasmar, da Colónia do Sacramento bem ilustra; o Coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, ilustre oficial brasileiro e distinto presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil apresenta-nos a notável e talvez pouco conhecida acção de D. João VI no Brasil e o Major-General Arnaldo Medeiros Ferreira dá conta da verdadeiramente impressionante acção dos Portugueses nos trabalhos de fortificação das fronteiras marítimas e terrestres do território brasileiro.

A todos, o *JE* está agradecido pela sua pronta e valiosíssima colaboração que nos permite associarmo-nos a tão gratas comemorações. *JE*

O Descobrimento do Brasil

Tenente-General Böhm e as Forças Expedicionárias para o Brasil em 1767

História Militar Luso-Brasileira no século XVIII

A Ação de D.João VI no Brasil

Fortificações Portuguesas no Brasil

O Descob

Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Infante D. Henrique

Parte da nossa antiga história marítima desenrolou-se à volta do Mar Mediterrâneo que, por isso, era conhecido por "mar das civilizações".

Coube aos povos peninsulares portugueses e espanhóis levar a civilização cristã a outros Continentes, através do Oceano Atlântico. Por ser inteiramente desconhecido, este oceano era chamado por "Mar Tenebroso". Foram os navegadores portugueses, em obediência aos mandatos do Infante D. Henrique, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, os primeiros a desvendar os seus segredos.

Nascido em 1394, o Infante D. Henrique, o "Navegador", veio a falecer em 1460. A sua importância foi decisiva para os descobrimentos portugueses. Sobre a sua figura cresceram lendas e mitos que hoje nem todos parecem fidedignos; embora com pouca cultura, D. Henrique foi um extraordinário organizador e gestor das empresas marítimas portuguesas.

Durante a sua vida, foi mentor sublime dos descobrimentos que engrandeceram Portugal, cujos seguidores o tornaram imortal.

"O Infante D. Henrique foi um mentor sublime dos descobrimentos que engrandeceram Portugal"

Arquivo JE

Caminho Marítimo para a Índia

Antes do descobrimento do Brasil, outros dois descobrimentos foram muito importantes para a História da Humanidade: o da América, em 1492, por Cristóvão Colombo, italiano, casado com uma portuguesa, e vivendo em Portugal, que, por recusa de D. João II, foi ao serviço do rei de Espanha, e o caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, em 1498. Colombo também procurava o Oriente, rumo a oeste, mas morreu sem saber que achara um novo mundo.

Vasco da Gama foi escolhido para comandar a armada que devia chegar à Índia.

Saído de Lisboa em Julho de 1497, com quatro velas, dobrou o Cabo da Boa Esperança a 18 de Novembro e atingiu a Índia em Maio de 1498. Tentou uma relação com o samorim de Calecut. Frustrado este objectivo, retornou a Portugal, tendo sido recebido apoteoticamente pelo Rei D. Manuel I, o "Venturoso".

A primeira consequência deste descobrimento foi a de D. Manuel I ter mandado equipar uma forte esquadra, a fim de assegurar o comércio entre Portugal e a Índia. Tratava-se da maior e mais poderosa expedição naval até então preparada para ir à procura de terras distantes e desconhecidas. Compunha-se de treze navios: dez naus, duas caravelas e um barco de mantimentos, com experimentados capitães e pilotos, quinhentos marinheiros e cerca de mil soldados. Devia dirigir-se a Calecut, onde seria fundada uma feitoria. Na mesma esquadra embarcaram, entre outros, nove clérigos e oito padres, sendo designados o Frei Henrique de Coimbra para o Bispado de Ceuta e o escrivão Pêro Vaz de Caminha para a feitoria de Calecut.

Jamais uma esquadra navegara para tão longe, levando a bandeira do Rei de

"D. Manuel I confiou a Pedro Álvares Cabral o cargo de Capitão-Mor da Armada pelas suas qualidades de chefe militar e diplomata"

brimento do Brasil

Portugal. Saliente-se que entre os capitães figuravam alguns dos descobridores das rotas das Índias, como Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho. Um dos famosos pilotos era Pêro Escobar, que havia dirigido um navio sob as ordens de Vasco da Gama.

D. Manuel I confiou o cargo de Capitão-Mor da Armada a Pedro Álvares Cabral, natural de Castelo de Belmonte, onde nasceu em 1467, fazendo parte de uma velha família da nobreza. Embora não fosse marinheiro profissional, a sua escolha pelo Rei dever-se-ia às suas qualidades de chefe militar e diplomata.

A Caminho da Índia ou de Vera Cruz?

No domingo, 8 de Março de 1500, na ermida do Restelo, em Lisboa, o Bispo de Ceuta celebrou missa solene de despedida, a que todo o pessoal da expedição esteve presente. O Bispo benzeu depois o chapéu que o Papa enviou a Pedro Álvares Cabral e o pendão com a cruz vermelha da Ordem de Cristo, levados em procissão até ao cais e entregues em mão pelo Rei ao Capitão-Mor.

Os navios da armada levantaram ferro em 9 de Março, com Pedro Álvares Cabral na nau capitânia. Passaram junto às Canárias em 14, depois em 22 pela ilha de S. Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde. No dia seguinte, verifica-se o desaparecimento da nau de Vasco de Ataíde, desconhecendo-se o motivo. Reduzida a doze unidades, a armada logo rumou para sudoeste, fazendo o grande círculo que, no Atlântico sul, devia levá-lo na direcção do Cabo da Boa Esperança, evitando as regiões quentes e de escassos ventos. Naturalmente, aproveitando a viagem para uma exploração oceânica na direcção do Continente, cuja parte, entre o

A Armada de Álvares Cabral ("Livro das Armadas" da Academia de Ciências de Lisboa)

trópico de Câncer e o Equador, Colombo encontrou nas suas viagens.

A 21 de Abril, avistaram-se aves marinhas e, boiando à flor das ondas, as aves que se chamam "bodelhos ou rabos-de-asno", o que era prenúncio de que a terra estava próxima. No dia seguinte, 22, viu-se no horizonte a cúpula azul do Monte Pascoal e as naus aproximaram-se dessa costa desconhecida: areias alvas e vegetação luxuriante. Estava achada a "terra graciosa" que viria mais tarde a chamar-se Brasil. A 23 de Abril, os navios mais pequenos acercaram-se cuidadosamente do litoral, fazendo sondagens até ao rio, chamado mais tarde Rio do Frade.

Bandos de índios tupiniquins, com enfeites de penas, armados com arcos e flechas, acorriam alvoraçados à praia. O capitão Nicolau Coelho foi o primeiro a desembarcar e a travar relações com eles, dando-lhes presentes. À procura dum porto conveniente, Cabral velejou para o Norte, enquanto o piloto

Afonso Lopes, numa caravela pequena, ladeava a terra, reconhecendo-a.

A armada lançou âncoras no dia 25, numa enseada que viria a chamar-se Baía Cabrália, tendo dois índios vindo a bordo, os quais foram tratados generosamente. Ao porto foi dado o nome de Porto Seguro.

No dia 26 de Abril, Frei Henrique de Coimbra celebrou missa no ilhéu de Coroa Vermelha num altar levantado à sombra das árvores, à qual assistiu somente a marinhagem da esquadra.

No dia 1º de Maio, num lugar elevado cravou-se uma enorme cruz e montou-se um altar, tendo o Frei Henrique celebrado a segunda missa, à qual assistiram não apenas portugueses, como os índios, também. Estes imitavam os gestos dos navegadores, benzendo-se e beijando a cruz.

(Abra-se um parêntese para referir que o nome de **Índios** foi dado pelos navegadores espanhóis aos indígenas da América, julgando que estavam na Índia. São mais correctamente designados como **Ameríndios**.)

No mesmo dia 1 de Maio, o Conselho de Capitães escolheu o capitão Gaspar de Lemos para regressar a Lisboa no navio dos mantimentos, levando a notícia do feliz descobrimento. E também a famosa carta do escrivão Pêro Vaz de Caminha para entregar a D. Manuel I.

Ao tomar posse do país para a coroa portuguesa, Cabral deu-lhe o nome de Ilha de Vera Cruz, em honra da Cruz de Cristo, do seu pendão e da enorme cruz de madeira que nela alçou e a data da Invenção da Vera Cruz por Santa Helena.

Mais tarde, em 1501, o Rei D. Manuel I chamou-lhe oficialmente Terra de Santa Cruz. Com o rodar dos tempos, devido ao comércio do pau-brasil e pau de tinta, com influência duma misteriosa ilha Brasil, da cartografia antiga, foi-lhe dado, definitivamente, o nome de **Brasil**.

No dia 2 de Maio, Pedro Álvares Cabral partiu do Brasil para o Cabo da Boa Esperança, onde se perdeu a nau de Bartolomeu Dias, que o descobrira, seguindo a armada para as Índias.

Em terra ficaram os primeiros povoadores, dois grumetes que haviam desertado e dois degredados, Afonso Ribeiro e João de Tomar. Com o correr do tempo, outros degredados ou náufragos de navios que «prolongaram» a costa brasileira, como o bacharel Duarte Peres, Francisco Chaves e Diogo Álvares Correia, iniciaram a mestiçagem entre brancos e índios, sobretudo da raça tupi, dando assim origem à primeira população do Brasil.

Pêro Vaz de Caminha

A biografia do escrivão e amigo de D. Manuel I é pouco vasta. Era filho de Vasco Fernando de Caminha, cavaleiro da Casa do Duque de Bragança e mestre da Balança da Moeda do Porto. Desconhece-se, no entanto, se nasceu nesta cidade; mas é dado certo ter passado aqui parte da sua vida.

Em 1467, teria 30 anos, é nomeado para ocupar o cargo do pai na Balança da Moeda. Antes de partir para a Índia, na nau de Pedro Álvares Cabral, os seus méritos literários já eram reconhecidos na cidade.

-o-

Arquivo JE

A armada lança âncoras numa enseada que se chamaria Baía Cabrália

Carta de Pêro Vaz de Caminha

Desta célebre epístola sobre o achamento do Brasil, transcrevemos algumas passagens:

Senhor

Posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escreveram a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que se ora nesta navegação achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que para bem contar e falar o saiba pior que todos fazer. Porém tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual, bem certo, creia que por afermosentar nem afear haja aqui de pôr mais que aquilo que vi e me pareceu. Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque não saberei fazer e os pilotos devem ter esse cuidado: E, portanto, Senhor, do que hei-de falar, começo e digo: Que a partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi segunda-feira 9 de Março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e as nove horas, nos achámos entre as Canárias, mais perto da Grã-Canária, onde andámos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da Ilha de S. Nicolau, segundo o dito Pêro Escobar, piloto.

No dia seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com a sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais! (...)

Terça-feira, 21 de Abril

E assim seguimos nosso caminho por este mar, de longo, até terça-feira das oitavas da Páscoa, que foram 21 dias de Abril, que topámos alguns sinais de terra,

sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, obra de 600 ou 670 léguas, as quais eram muita quantidade de ervas compridas, e que os mareantes chamam botelho e assim outras, a que chamam rabo-de-asno. (...)

Quarta-feira, 22 de Abril

E à quarta-feira seguinte, pela manhã, topámos ervas, a que chamam fura-buchos. E neste dia, a hora de vés-

Arquivo JE

A segunda Missa celebrada pelo Frei Henrique de Coimbra no dia 1º de Maio

pera, houvemos vista de terra, isto é, primeiramente dum grande monte, muito alto e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs o nome o Monte Pascoal e à terra, Terra de Vera Cruz. Mandou lançar o prumo (...). Ali permanecemos toda aquela noite. (...)

Quinta-feira, 23 de Abril

E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos à terra (...) onde todos lançámos âncoras em direito da boca dum rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.

Dali avistámos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro.

Então lançámos fora batéis e esquifes; e vieram logo os capitães das naus a esta nau do capitão-mor, onde falaram entre si. E o capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar ao batel à boca do rio, já havia dezoito ou vinte homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Deu-lhes somente um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não haver deles mais fala, por causa do mar.

Na noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus, e especialmente a capitânia (...).

Sexta-feira, 24 de Abril

E é sexta-feira, pela manhã, às 8 horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o capitão levantar âncora a fazer vela. (...) E sendo nós pela costa, obra de 10 léguas, donde nos levantámos, acharam os ditos navios pequenos um arrecife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma larga entrada.E meteram-se dentro e e amainaram. E as naus arribaram sobre eles um pouco antes do sol posto amainaram obra de uma légua do recife e ancoraram-se em 11 braças.

Sábado, 25 de Abril

Ao sábado, pela manhã, mandou o capitão fazer vela e fomos demandar a entrada , a qual era muito larga e alta de seis braçadas. E entraram todas as naus dentro e ancoraram em cimo, seis braçadas, a qual ancoraram dentro é tão grande e tão formosa e tão segura que podem jazer dentro dela mais de 200 navios e naus. (...)

Domingo, 26 de Abril

Ao domingo de Pascoela, pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. E mandou todos os capitães que corregessem nos batéis e fossem com ele; e assim foi feito. (...)

Segunda-feira, 27 de Abril

À segunda-feira, depois de comer saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como das outras vezes. E traziam já poucos arcos e estiveram assim um pouco afastados de nós. E depois, a pouco e pouco,

misturaram-se connosco e abraçaram-nos e folgaram. (...)

Terça-feira, 28 de Abril

À terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa. Estavam na praia quando chegámos, obra de sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada. Tanto que chegámos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. E depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos. E misturaram-se tanto connosco, que nos ajudaram eles a acarretar lenha e meter nos batéis e lutavam como os nossos e tomavam muito prazer. (...)

Quarta-feira, 29 de Abril

À quarta-feira não fomos em terra, porque o capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada um podia levar. Eles acudiram à praia muitos, segundo das naus viram, que seriam obra de trezentos, segundo Sancho de Tovar, que lá foi. (...)

Quinta-feira, 30 de Abril

À quinta- feira, derradeira de Abril, comemos logo quase pela manhã e fomos em terra por mais lenha e água. E querendo o capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com os seus dois hóspedes. E, por ele não ter comido, puseram-lhe toalhas e veio-lhes vianda e comer. Os hóspedes assentaram-se em senhas cadeiras e de tudo o que lhes deram comeram muito bem, especialmente lacão cozido, frio, e arroz. Não lhes deram vinho, porque Sancho de Tovar dizia que o não bebiam bem. (...)

Sexta-feira, 1 de Maio

E hoje, que é sexta-feira, primeiro de Maio, pela manhã, saímos em terra com a nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a cruz para ser melhor vista. E ali assinou o capitão onde fizessem a cova para a chantar. E, enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela cruz, abaixo do rio, onde ela estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes diante, cantando. à maneira de procissão.

Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta, e, quando assim viram vir, alguns deles se foram meter debaixo dela a ajudar-nos.

Passámos o rio ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ser, que será do rio obra de dois tiros de besta. Ali andando nisto, viriam bem cento cinquenta ou mais. Chantada a cruz com as armas e divisas de Vossa Alteza, que lhe primeiro pregaram, armaram altar do pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos.

Ali estiveram connosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos em joelhos, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram connosco e alçaram as mãos, estando assim até ser acabado. E então tornaram-se a assentar como nós. E, quando levantaram a Deus, que nos pusemos em joelhos, eles se puseram todos assim como nós estávamos, com as mãos levantadas e em tal maneira assossegados, que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

Estiveram assim connosco até acabada a comunhão. E, depois da comunhão, comungaram esses religiosos e sacerdotes e o capitão com alguns de nós outros. (...)

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou na alva. E assim se subiu, junto com o altar, em uma cadeira e ali nos pregou do Evangelho e dos Apóstolos, cujo dia hoje é, tratando, em fim, da pregação deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, que nos causou devoção. (...)

Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa, à qual deram um pano com que se cobrisse e puseram-lho de arredor de si. Porém, ao assentar não fazia memória de o muito estender para se cobrir. Assim, Senhor, que a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria mais quanto em vergonha. Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive, ensinando-lhes o que para sua salvação pertence, se se converterão ou não. Acabado isto, fomos assim perante eles beijar a cruz e despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazando a Deus, faremos daqui partida.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o Sul vimos até outra ponta que contra o Norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte cinco léguas de costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e é muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecut, isso bastaria. Quanto mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco tempo me alonguei, Ela me perdoe, pois desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

E, pois, que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há-de ser de mim muito muito bem servida. A Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de S. Tomé a Jorge de Osório, meu genro, o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, primeiro dia de Maio de 1500.

Pêro Vaz de Caminha

O Tenente-General Böhm e as Forças Expedicionárias para o Brasil em 1767

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Gravura do autor

Soldado do Regimento de Infantaria de Moura despedindo-se de uma moça que chora

In "Riscos iluminados de figurinhas de brancos e negros dos usos do Rio de Janeiro e Serro Frio" Bib. Nav Rio de Janeiro

O responsável pela aplicação dos regulamentos do Conde de Lippe, referentes aos uniformes, organização, táctica, disciplina, etc., foi o Tenente-General João Henrique Böhm, encarregado do Governo e Comandante de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia em qualquer parte do Brasil e Inspector-Geral do Exército.

Pela grande importância que este oficial teve no Brasil, passarei a dar uma pequena nota introdutória acerca deste prestigioso militar que foi também Comandante do Exército do Sul que estava encarregue da missão de reconquistar, o que conseguiu, o Continente do Rio Grande de São Pedro, a Colónia do Sacramento e Ilha de Santa Catarina que estavam em poder dos espanhóis desde 1763.

Não tendo Portugal acedido à exigência de fechar os seus portos ao comércio inglês, a Espanha e a França coligadas nos declararam guerra, efectivando a ameaça logo em 30 de Abril de 1762.

A 3 de Julho desse mesmo ano desembarca em Lisboa o Conde Lippe a fim de assumir o comando do Exército Português. Com ele vieram vários oficiais de diversas nacionalidades. Entre outros vinham o Duque de Mecklembourg, o Coronel João Henrique Böhm e o Coronel Diogo Jacques Funck.

O oficial Böhm que, como voluntário, acompanhara Lippe a Portugal onde serviu de Ajudante-General na campanha de 1762, retirou-se para Alemanha assim que esta terminou.

Entretanto, em 1763, ocorreu a transferência da capital do Estado do Brasil da sua antiga sede, na cidade de Salvador, para o Rio de Janeiro.

Haveria de caber a D. António Álvares da Cunha, 1º Conde da Cunha, 9º Vice-Rei do Brasil, ser o primeiro a instalar-se no Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1763. Tomou posse a 19 do mesmo mês e ano, encontrando as tropas daquela guarnição num estado calamitoso, a fortaleza de Santa Cruz arruinada e as demais necessitando de urgentes reparações nas muralhas e em quase todas as peças de artilharia. A tropa estava num estado reduzidíssimo, sem forças regulares e composta por homens indisciplinados.

Escrevia o Vice-Rei para Lisboa informando que "a má qualidade dos soldados provém de serem naturais desta Capitania e da Ilha dos Açores, serem moles, doentes e faltar-lhes valor. Era esta a prova do que tinha acontecido na Praça da Colónia do Sacramento, entregue sem um tiro, pois por tal motivo não recrutarei aqui gente. Para suprir esta falta, necessito da vinda de soldados do reino, porque sem tropas regulares ou de linha não poderei cogitar a defesa do Brasil".

O Vice-Rei perante este quadro nada satisfatório, no respeitante à tropa, solicitou igualmente a ida de oficiais para reorganizarem a guarnição, bem como um reforço de tropas do reino, para defenderem a nova capital, como também para estarem preparados para as lutas que fatalmente teriam lugar no Sul com os espanhóis, e em 1764 foram-lhe enviados 50 oficiais portugueses incumbidos da reorganização das tropas ali estacionadas.

O Conde Lippe, que conhecia muito bem Böhm e lhe admirava as qualidades de militar disciplinador e sabedor do seu ofício, utilizou todos os meios ao seu alcance para o fazer regressar a Portugal, onde o deixaria como fiel continuador do seu trabalho na reorganização militar. Nesse sentido, em 1764, a instâncias suas, foi o Coronel Böhm, ao tempo governador de Bremen, sua cidade natal, convidado a regressar novamente e vir servir no Exército Português, convite que lhe foi transmitido pelo próprio Marechal.

D. José I escolhe, para chefiar uma missão militar no Brasil, o então Marechal-de-Campo João Henrique de Böhm, devido às suas grandes capacidades de chefe militar e, por força da Carta Régia de 22 de Junho de 1767, promoveu-o a Tenente-General e nomeou-o "Encarregado do Governo e Comandante de todas as tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia em qualquer parte do Brasil onde se encontrassem e da inspecção geral delas".

A 26 desse mês, escrevia ele para Bückeburg ao Conde Lippe comunicando-lhe que Sua Majestade se dignara nomeá-lo Tenente-General e Governador de todas as tropas existentes no Brasil.

Pouco tempo após a publicação da Carta Régia, Böhm embarca rumo ao Brasil na companhia de outros oficiais, destacando-se o já Brigadeiro Diogo Jacques Funck, Inspector da Artilharia e Fortificações. Böhm ia precedido de diversas recomendações especiais do Conde de Oeiras para o Vice-Rei, 2º Marquês do Lavradio. Assim, no ofício de 20 de Junho de 1767, definia-se a jurisdição e a hierarquia militar: "Sua Majestade manda ultimamente declarar pelo que pertence à jurisdição que V. Exa. deve ter nas tropas dessa Capitania toda a jurisdição; que conserva ainda nas deste Reino o Marechal General Conde Reinante Schamburg Lippe; que o Tenente-General João Henrique de Böhm deve ter toda a jurisdição que teve o general de Infantaria D. João de Lencastre, e que ele mesmo forme e exercite com a brigada que leva o regimento de Artilharia".

Entretanto, durante o primeiro semestre de 1767, chegaram ao Rio de Janeiro as forças expedicionárias ou de reforço, de Portugal, em virtude da carta do Vice-Rei, Conde da Cunha. Esta força era constituída por três Regimentos de Infantaria, a saber, de Moura, Estremoz e Bragança, além de um trem de artilharia no seu estado completo. Estes eram comandados pelo Brigadeiro António Carlos Furtado de Mendonça e pelos Coronéis José Raimundo Chichorro da Gama Lobo e Francisco de Lima da Silva.

O Regimento de Infantaria de Estremoz chegou ao Brasil com um efectivo de 770 homens, tendo-se deparado, ao chegarem ao Rio de Janeiro, com uma total falta de quartéis, tendo os soldados ficado aboletados em casas residenciais e, por vezes, eram mantidos pelos respectivos moradores, facto este que causou alguns mal-entendidos aos hospedeiros, principalmente devido aos

Gravuras do autor

Regimento de Infantaria de Bragança
Oficial-soldado

Regimento de Infantaria de Estremoz
Oficial-soldado

abusos cometidos por alguns soldados. Estes factos foram, mais tarde, solucionados com a edificação de quartéis permanentes junto ao Trem de Artilharia na Ponta do Calabouço no Rio de Janeiro.

Este Regimento embarcou no Rio de Janeiro em direcção sul, em 1776, entrando em campanha contra as tropas espanholas que eram comandadas pelo Coronel Manuel Tejada que ocupavam um vasto território desde a margem meridional do Rio Grande até ao Rio Prado, assim como o território da Colónia do Sacramento.

A primeira unidade a ocupar o quartel na Ponta do Calabouço foi o regimento de Infantaria de Moura, dando-se o facto curioso de essas instalações passarem a denominarem-se por " Quartel do Moura" e o logradouro público sobre o qual ele se defrontava passou a chamar-se " Largo do Moura" que se situava no Bairro da Misericórdia. O chafariz ali existente, e que fora mandado erigir pelo Vice-Rei Conde de Rezende, passou a ser conhecido, após a instalação do Regimento, pelo nome de " Chafariz do Moura" ou " Chafariz do Largo do Moura". Como a banda de música fazia os seus ensaios numa ruela próxima, esta ficou conhecida como "Beco da Música". Por sua vez, também houve naquele bairro da Misericórdia o "Beco dos Tambores", assim denominado porque nele é que os tambores e pífanos realizavam os seus exercícios e ensaios "ao movimento do bastão do Tambor-Mor". Torna-se extremamente interessante em verificar-se a grande influência que este Regimento teve na toponímia da cidade do Rio de Janeiro.

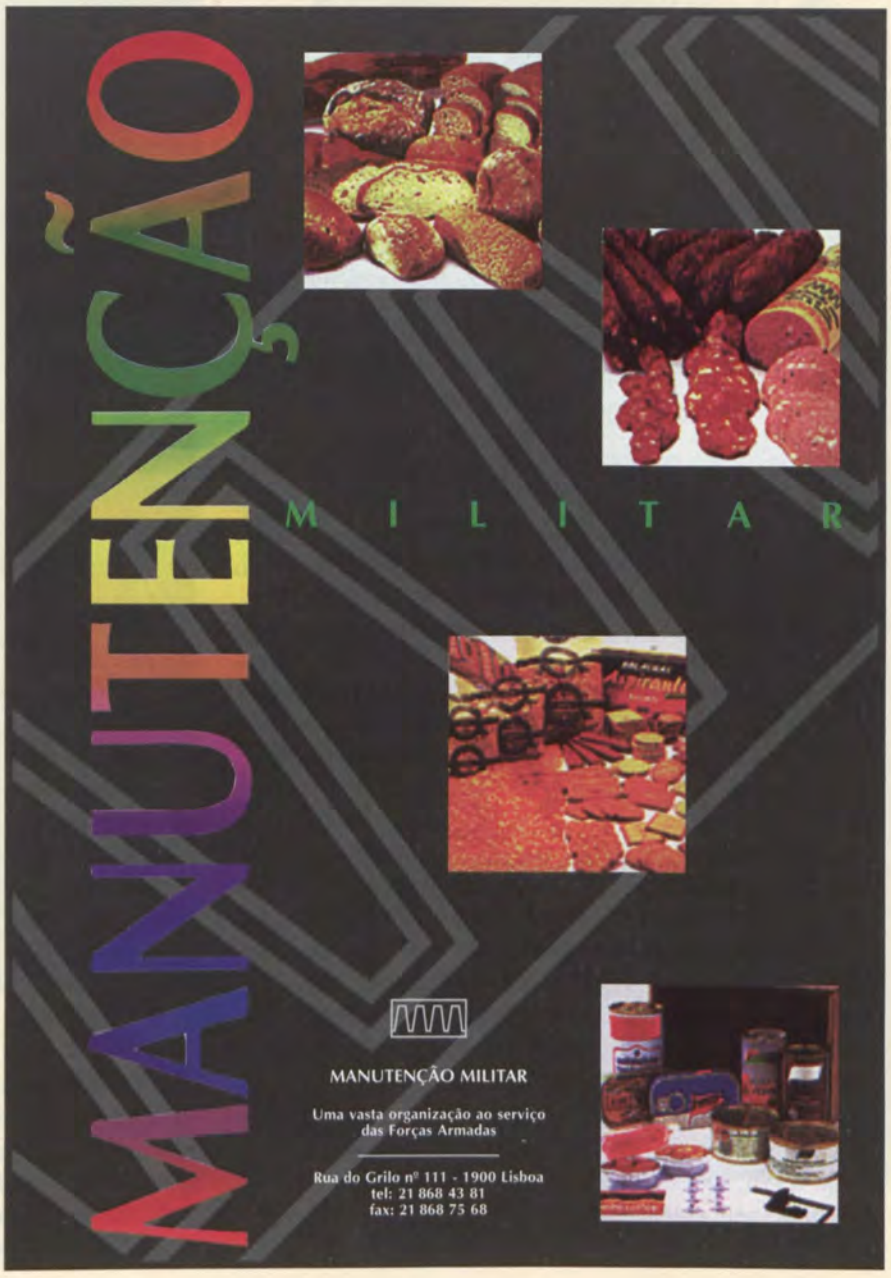
Esta unidade teve como comandante o Coronel António Carlos Furtado de Mendonça. No ano de 1774 seguiu para a Campanha do Sul contra os Espanhóis, tendo regressado ao Rio de Janeiro em 1778.

O 1º Regimento de Infantaria de Bragança ficou instalado num vasto edifício no Beco dos Quartéis, o qual, depois, em consequência do facto, passou a denominar-se " Beco do Bragança". O comandante desta unidade era o Coronel Francisco de Lima da Silva.

A precaridade da maioria das instalações militares e a inexistência de outras necessárias, conforme já foi referido, ficaram assinaladas em diversos ofícios nomeadamente o de 17 de Maio e 15 de Julho de 1781 onde o Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa ao Ministro Martinho de Mello e Castro expressando que " de longa data se torna imperioso dotar o real Armazém do Trem de Artilharia de acomodações para recolher em boa ordem todo o material. Não havia no Trem mais espaço para levar a efeito a construção de novas instalações. Julgava, igualmente, imprescindível um grande armazém para guardar pólvora e outro para as madeiras necessárias às obras de artilharia e fortificação. Faltava uma casa apropriada ao fabrico e guardados artifícios de fogo. As fortalezas, apesar de numerosas, ou não estavam concluídas, ou então acarretavam contínuas reparações". E acrescentava, ainda: "Há falta de quartéis para as tropas, com a acomodação das quais se faz considerável despesa". Concluía dizendo que considerava todas as obras enumeradas como "imprescindíveis". E que, por serem de "excessiva despesa", dependiam de consignações certas e prontas.

Acrescentarei que faltavam, em número suficiente, oficiais engenheiros para a realização de obras militares, conforme se pode verificar noutro ofício de 1789, do mesmo Vice-Rei enviado para o Reino. De outro modo não se compreende que os então denominados "quartéis de Marinha" se apresentassem naquela época num verdadeiro estado de ruína.

O problema da construção de alojamentos para as tropas, que era bastante grave, só começou a ser praticamente resolvido em consequência da mudança da Corte para o Brasil, dando-se então início à edificação de um grande quartel de infantaria em 1815.



A História Milita

Tenente-General Silvino da Cruz Curado

Um País Continente

Todos temos a noção de que o Brasil é um País imenso. O seu Hino Nacional consagra este facto definindo-o como *Gigante pela própria natureza*. A sua superfície só é ultrapassada pelas da Rússia, Canadá, China e Estados Unidos.

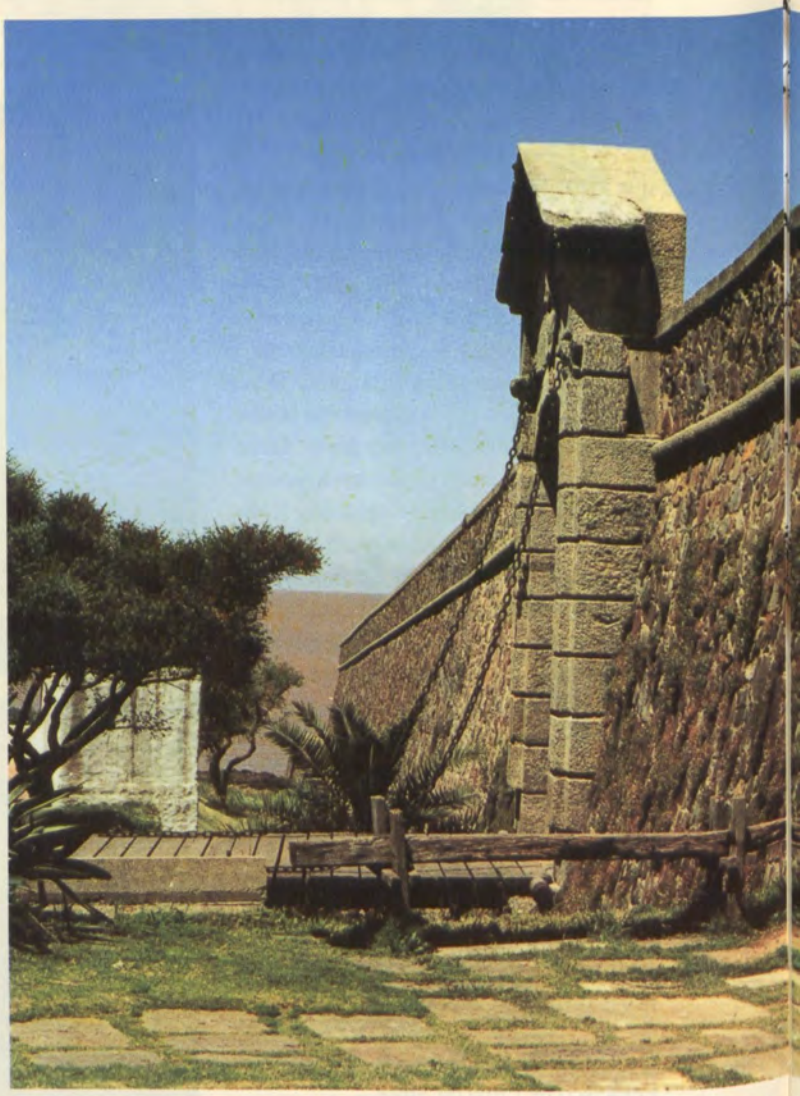
Em termos que nos são mais próximos, a área do Brasil é cerca de 96 vezes a de Portugal, 7 vezes a de Angola e corresponde a 85% da Europa.

A sua maior dimensão, quer no sentido Norte-Sul, quer no Leste-Oeste, é da ordem dos 4300 Km, ou seja a distância que vai de Lisboa aos Montes Urales. A fronteira terrestre atinge a impressionante cifra de 15700 Km, valor muito superior ao diâmetro terrestre, e a fronteira marítima mede 7400 Km.

Parecerá um exagero a referência a todos estes números, mas só se pode entender a História Luso-Brasileira tendo-os sempre bem presentes e conjugados, por um lado com a escassez de população e recursos de Portugal e, por outro, com as reduzidas, lentas, difíceis e muito perigosas comunicações, terrestres e marítimas, do período em análise.

A Colónia do Sacramento, uma História de Pasmar

Em grandes traços, pode referir-se que a História Militar do Brasil do Século XVI foi dominada pelo esforço de fixação dos portugueses ao longo do litoral, negando essa fixação e posse a outros povos, em especial aos franceses. No Século seguinte, centrou-se nas lutas contra os holandeses que por longo período foram senhores de grande extensão da costa a norte da Baía. No Século XVIII, aquele de que agora nos ocupamos, foi marcada, sobretudo, pela constante conflitualidade com os vizinhos espanhóis resultante da expansão do Brasil e da consequente dificuldade na fixação de limites, irrompendo aquela de forma violenta sempre que a política europeia e a nossa ligação à potência marítima, a Inglaterra, nos colocava em guerra com a Espanha.



Portal da Colónia do Sacramento, hoje

Convém recordar que ao findar o Século XVII, apesar de os bandeirantes terem desbravado anteriormente grandes espaços no interior, a ocupação efectiva dos portugueses se limitava a

r Luso-Brasileira no Século XVIII

integrada no Uruguai e Património Mundial

Fotografias do Escultor Brito

Monumento a Manuel Lobo da autoria do Escultor J. J. Brito, erigido no interior da antiga colónia de Sacramento, Uruguai

uma estreita e descontínua faixa do litoral que ao Norte chegava a Belém e a Sul pouco ultrapassava Santa Catarina.

Pois foi neste quadro que o Príncipe Regente D. Pedro, ainda mal refeito o País das lutas com os holandeses e com os espanhóis, decidiu, logo em 1671, ocupar a margem norte do Rio da Prata que considerava pertencer à Coroa Portuguesa, começando por

ordenar o povoamento de Maldonado, facto que não chegou a ter lugar pela falta de recursos do Governo do Rio de Janeiro a quem caberia a operação.

Visando o mesmo objectivo, conseguiu o Príncipe estender a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro até ao Prata e, em 1678, tomou a temerária decisão de criar uma Colónia em frente de Buenos Aires que viria a receber o nome de Sacramento e seria materializada em 1680. A cerca de um mês de viagem por mar do Rio de Janeiro e Santos, os mais próximos portos donde poderia esperar reforços e abastecimentos, sempre limitados e quase impossíveis no inverno devido aos perigos da navegação, viria a ter, tal como a Nau Catrineta, uma "história de pasmar".

Ilustração do Autor

Com efeito, destruída pelos espanhóis quando ainda se procedia à construção da fortaleza, foram as suas ruínas devolvidas em 1683 de acordo com um limitativo Tratado Provisional que não permitia ir além do que existira antes, até que as Cortes chegassem a acordo sobre a pertença daquelas terras, à luz do Tratado de Tordesilhas. Isolada e sempre mais ou menos estrangulada, ainda foram tomadas medidas para a ocupação de Montevideu, em 1702, mas os meios a isso destinados foram desviados para a Colónia por se admitir que a mesma iria ser atacada face à situação que arrastaria Portugal para a Guerra da Sucessão de Espanha.

O ataque consumou-se a partir de Outubro de 1704, resistindo a Colónia em manifesta inferioridade de meios até 15 de Março de 1705, quando o pessoal que restava conseguiu embarcar para o Rio de Janeiro de acordo com instruções do Rei para o caso da defesa não ser possível *pois prezava mais a vida dos seus vassalos do que quantos tesouros houvessem.* E a Colónia foi novamente destruída *por no dexar memoria del Enimigo.*

Estabeleceu o Tratado de Utrecht a restituição a Portugal do "território e Colónia do Sacramento", o que ocorreu em Outubro de 1716. Porém, as dificuldades iam continuar uma vez que os espanhóis, para a tornarem insustentável, consideraram que o "território" não ultrapassava a distância de um tiro de canhão da praça. Em 1723 tentou-se ocupar Montevideu, mas os espanhóis não só o impediram como se estabeleceram no local, passando a dispor de uma base para ameaçar os navios que se dirigiam à Colónia.

Ainda que a pressão espanhola nunca desaparecesse, conseguiu o Governador António Pedro de Vasconcelos um período de relativa prosperidade a que nova crise nas relações entre as Coroas poria fim em 1735. A partir de Novembro, a Colónia sofria o terceiro sítio levado a cabo por espanhóis e índios das milícias das Missões Jesuítas, sofrendo reiterados ataques e grandes privações, apesar dos reforços que iam sendo enviados do Rio de Janeiro.

Também pela terceira vez se pensou em ocupar Montevideu, mas faltou unidade de Comando à força a isso destinada, não conseguindo o Brigadeiro Silva Pais o apoio empenhado da esquadra que o transportava. Desta expedição ficou a fundação da fortaleza Jesus Maria José, origem da futura ocupação do actual Rio Grande do Sul.

Só passados 22 meses de lutas chegou a notícia do armistício continuando, contudo, uma apertada fiscalização em torno da Colónia, o que tornava a sua sobrevivência dependente do difícil abastecimento chegado por mar e gorava, por completo, o objectivo da colonização da margem norte do Rio da Prata.

Nem mesmo assim desistiu a Coroa Portuguesa daquela sofrida presença e a Espanhola de lhe pôr cobro. A Colónia voltaria a ser tomada e destruída em 1762, devolvida e reocupada no final do ano seguinte, para ser novamente tomada em 1777, acções estas integradas em operações de maior envergadura que serão referidas mais à frente.

Rematando esta longa saga da Colónia do Sacramento, hoje integrada no Uruguai e Património Mundial, refere-se que a bandeira portuguesa ainda voltou a tremular na sua fortaleza em 1818, dando depois lugar à brasileira que só ali foi arreada em 1828.

Ataques Franceses ao Rio de Janeiro em 1710 e 1711

A conjugação do estado de guerra com a França com a fama da riqueza proveniente do ouro das Minas originou o ataque ao Rio de Janeiro, em 1710, do corsário Jean François Duclerc, com 6 navios bem artilhados e uma força de desembarque de 1000 homens.

Repelido pelo fogo dos fortes, preferiu Duclerc actuar por terra enquanto a ameaça da esquadra fixava grande parte dos efectivos locais. Conseguiu, assim, penetrar na cidade mas a reacção das forças do Governador Francisco de Castro Morais, ainda que tardia, acabou por lhe causar 280 mortos e o aprisionar com 650 homens, incluindo mais de 200 feridos. Seis meses mais tarde, o chefe corsário apareceu morto sem que se tenham descoberto os assassinos, facto que criou uma situação embaraçosa.

Entretanto preparou-se, em França, sob o comando do ousado corsário René Duguay-Trouin, uma poderosa esquadra que dispunha de 17 navios, 740 canhões e cerca de 6000 homens para atacar o Rio de Janeiro. Em 12 de Setembro de 1712, aproveitando o vento favorável e uma "forte cerração", a referida esquadra forçou corajosamente a barra, não a conseguindo deter o fogo das fortificações, cujas guarnições, constituídas na sua maioria por tropas não pagas, haviam sido reduzidas depois de dias de vigilância, durante os quais se não confirmara o prévio alarme.

Com razão escrevera, meses antes, o Governador ao Rei, *Porém, Senhor, a fortaleza mais necessária, é a dos homens, que não fujam; essa não sei se com a gente de cá se poderá remediar...* Tanta descrença em quem tinha o dever de criar e manter a vontade de defesa dos seus governados não podia augurar nada de bom. Assim, não só não se dificultou o desembarque dos franceses como se abandonou a cidade por decisão do referido Governador e se aceitou, para além de semanas de saque, pagar um pesadíssimo resgate, sem se ter chegado a empenhar em combate os meios disponíveis enquanto se aguardavam os reforços que já marchavam de Minas Gerais.

Ilustração do Autor

O Tratado de Madrid de 1750

Regressando à fixação de limites, é necessário frisar que o problema não dizia apenas respeito aos do Sul os quais, pelo que já se referiu relativamente à Colónia do Sacramento, não eram nada fáceis de resolver. Mas, para se dar uma ideia das dificuldades a enfrentar, bastará dizer que a parte portuguesa decorrente do Tratado de Tordesilhas representa apenas um terço do território actual do Brasil que, de uma forma simplificada, se pode considerar equivalente ao que Portugal já considerava seu ao findar a primeira metade do Século XVIII. Para complicar a questão, acrescente-se que havia cobiçadas minas de ouro e diamantes exploradas por Portugal em territórios reivindicados pelo nosso vizinho.

Aproveitando um curto período de boas relações entre as duas Coroas, foi possível a Alexandre Gusmão conseguir a aprovação do Tratado de Madrid de 1750 o qual, aceitando o princípio geral de que cada parte ficava com o que já ocupava, estabeleceu, pela primeira vez, limites do Brasil que se podem considerar semelhantes aos actuais. Deverá recordar-se que também a Espanha, no Oriente, desrespeitara largamente o Tratado de Tordesilhas.

Portugal desistia da Colónia do Sacramento e das suas pretensões à margem norte do Prata, recebendo em compensação as 7 Missões Jesuítas e os seus extensos territórios de criação de gado (estâncias), devendo os correspondentes 30000 índios deslocar-se para o lado ocidental do Rio Uruguai.

A Guerra Guaranítica

Estavam aqueles Guaranis e os das restantes Missões organizados, pelos Jesuítas, numa numerosa milícia, desde o tempo dos assaltos dos bandeirantes e tinham sido utilizados pelos espanhóis em todos os ataques à Colónia do Sacramento. Não admira, por isso, que tivessem os portugueses por inimigos. Mas bastaria a extrema violência que representava abandonar tudo o que gerações haviam construído sob direcção dos Padres da Companhia para, pelo menos com o apoio moral de alguns destes, se oporem, pelas armas, à concretização do que fora acordado em Madrid.

Resultou daí a chamada Guerra Guaranítica na qual forças espanholas, auxiliadas por forças portuguesas, se dispuseram a fazer cumprir o compromisso do Monarca de Espanha de entregar

Ilustração do Autor

o espaço missioneiro. Para o efeito foi necessário levar a cabo duas desgastantes campanhas.

A primeira teve lugar em 1754 visando a convergência, nas Missões, de uma coluna espanhola saída de Buenos Aires, comandada pelo respectivo Governador, com outra saída do forte do Rio Pardo, comandada pelo Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade.

Não conseguiram os espanhóis progredir no terreno devido às águas de um inverno rigoroso pelo que foi necessário realizar a segunda campanha, em 1756, seguindo, dessa vez, espanhóis e portugueses lado a lado. Sem o enquadramento de oficiais espanhóis e a direcção activa dos Padres a que estavam habituados, não puderam os índios resistir à ocupação das suas aldeias. Nada, porém, indicava que a zona ficaria pacificada o que, aliado a dificuldades surgidas na demarcação dos limites, foi protelando a entrega da Colónia do Sacramento.

Por outro lado, alteradas as condições na Europa, encerrado o período de boa fé e agravadas, em Portugal e em Espanha, as oposições ao Tratado de Madrid, foi assinado, em 1761, o lacónico Tratado do Pardo que anulava o antecedente e todas as medidas já tomadas para sua execução. Os conflitos iam recomeçar!

Novos Conflitos no Sul

Logo no ano seguinte, arrastados os Estados Ibéricos para campos opostos da Guerra dos Sete Anos, D. Pedro Cevallos, Governador de Buenos Aires e declarado inimigo da expansão dos portugueses, tomou a Colónia do Sacramento e marchou até à vila do Rio Grande, apossando-se ainda da margem norte do canal que liga a Lagoa dos Patos ao mar.

Foi, entretanto, assinado o Tratado de Paz que estabelecia a devolução de tudo o que fora ocupado, mas Cevallos apenas devolveu a Praça da Colónia, não lhe permitindo, contudo, qualquer contacto com o território contíguo.

A situação era inaceitável mas o futuro Marquês de Pombal não foi, nessa altura, além dos protestos e de falhadas diligências diplomáticas junto da Inglaterra sem cujo apoio se tornava perigoso originar um novo conflito aberto para o qual, aliás, não estavam disponíveis os meios indispensáveis. Deveria, contudo, aproveitar-se *as ocasiões que nos dessem os castelhanos para irmos recuperando o que eles injustamente nos tomaram.*

Foi assim que o Governador do Rio Grande, José Custódio de Sá e Faria, aparentemente numa *guerra de subalternos*, como foi apresentada pela Coroa, tentou, em Maio de 1767, conquistar a vila do Rio Grande e, falhado este intento, tomou a margem norte do canal que liga a Lagoa dos Patos ao mar.

Não podia aquele Governador adivinhar que a sua pequena mas tão importante conquista tinha tido lugar quando já iam a caminho ordens para a suspensão de todas as acções pois tinha *havido no estado das coisas uma tão notável mudança* que resultara da aproximação das duas Coroas Ibéricas no combate aos Jesuítas e na suspeição de interesse dos ingleses por territórios americanos, portugueses e espanhóis.

Ataque Espanhol ao Rio Pardo

Sacrificado o Vice-rei Conde da Cunha e apresentadas desculpas pelo sucedido, iniciaram-se lentas, difíceis e infrutíferas negociações para o estabelecimento de limites no Brasil, rapidamente perturbadas pelas complicações da política europeia.

Portugal não chegara a devolver o território conquistado, continuando a verificar-se incidentes fronteiriços até que, nos princípios de 1774, Vertiz e Salcedo, Governador de Buenos

Aires, depois de fundar a fortaleza de Santa Tecla, se encaminhou para o Forte do Rio Pardo, intimando os portugueses, sob a ameaça do emprego da força, a abandonarem territórios que há muito ocupavam. Depois, aguardou em vão a chegada de duas colunas das suas forças, entretanto destroçadas pelo lendário Rafael Pinto Bandeira e, convencido de que o Forte tinha recebido reforços, desistiu de o atacar, apesar da grande superioridade da expedição que comandava.

A Conquista da Vila do Rio Grande de São Pedro

Desde 1767 que se vinha melhorando a capacidade militar do Brasil, quer pelo envio do general Böhm para dar às forças lá existentes a organização e instrução estabelecidas pelo Conde de Lippe, quer pelo reforço com os Regimentos de Bragança, Moura e Estremoz, quer ainda pela criação local de algumas Companhias de Aventureiros Paulistas e de numerosos Terços de Auxiliares, isto é, de tropas não pagas mas dispondo de razoável instrução, disciplina e armamento.

Em Julho de 1774, face à arrogante acção de Vertiz e à preparação em Espanha de uma forte expedição que julgou ser destinada ao Brasil, dirigiu o Marquês de Pombal ao Vice-rei detalhadas instruções visando não só retomar os territórios do Rio Grande mas ainda realizar o velho sonho de se assenhorear da margem setentrional do Rio da Prata.

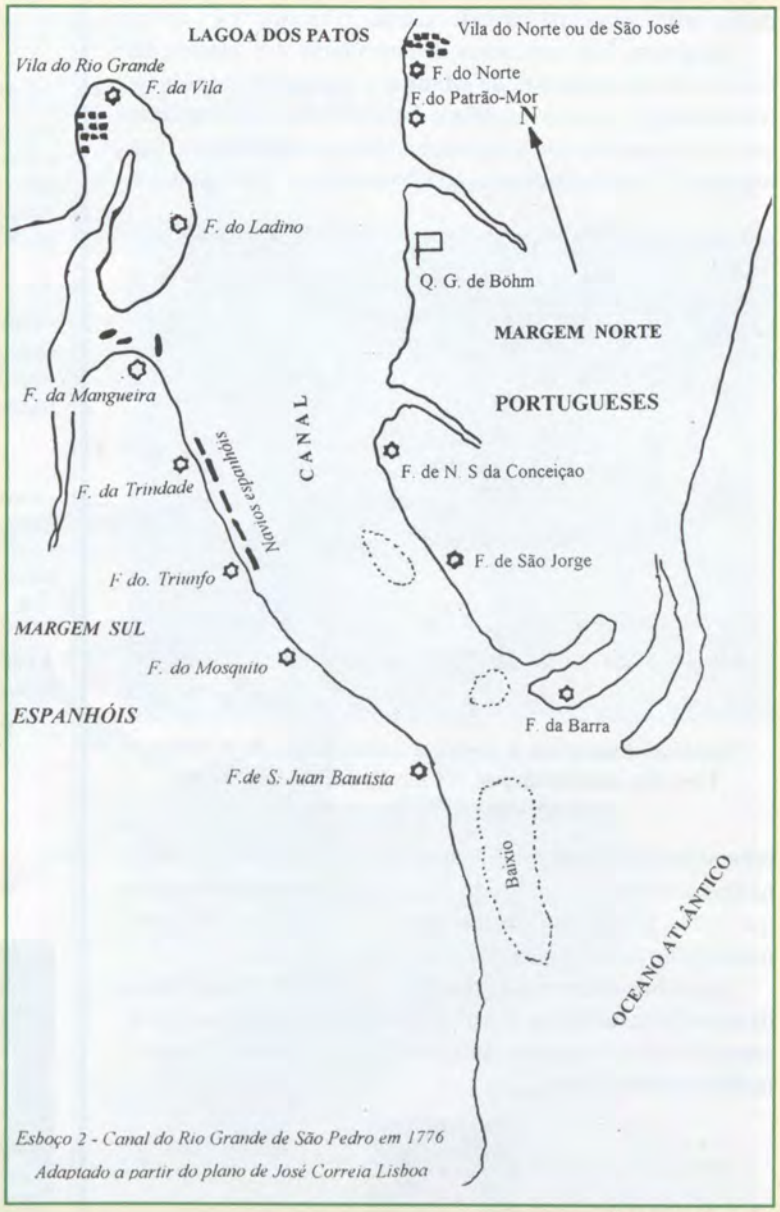
Para o efeito foi deslocado para o sul um exército de cerca de 6000 homens, sob o comando do general Böhm, e uma pequena esquadra, sob o comando de Mac-Douall. Foi ainda Rafael Pinto Bandeira quem iniciou as operações, partindo do Rio Pardo para destruir a posição fortificada de S. Martinho e, mais tarde, a fortaleza de Santa Tecla. Mas, cauteloso, o general alemão arrastou os preparativos do difícil ataque principal - iniciado com a travessia de um curso de água sob a ameaça do fogo de vários fortes e de cinco navios - o qual, bem planeado e excelentemente executado, só teve lugar em 1 de Abril de 1776. De posse da vila do Rio Grande e de toda a margem sul do canal da Lagoa dos Patos, considerou não ter condições, por falta de adequado apoio logístico, para se afastar do único porto pelo qual podia ser abastecido.

A Reacção Espanhola

A Espanha que já anteriormente tinha decidido actuar e que, face aos últimos acontecimentos, tinha conseguido alguma garantia de não-interferência da Inglaterra, enviou à América uma formidável expedição sob o comando do mesmo General Cevallos, que em 1763 havia conquistado o Rio Grande.

A Ilha de Santa Catarina, seu primeiro objectivo, desanimou perante a imponente força de 116 navios, com 10000 homens de desembarque e 9000 de guarnição e rendeu-se ao mesmo tempo que falecia D. José. O estado do mar não permitiu que se seguisse o ataque ao Rio Grande pelo que Cevallos optou por ir esmagar a pequena Colónia do Sacramento. Posteriormente, quando em Maldonado se preparava para avançar, por terra, na direcção do Rio Grande, recebeu a notícia do armistício negociado apressadamente por D. Maria I.

Seguiu-se o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, pelo qual



Esboço 2 - Canal do Rio Grande de São Pedro em 1776
Adaptado a partir do plano de José Correia Lisboa

Ilustração do Autor

se perdeu a Colónia do Sacramento e o Território das Missões mas que, no essencial, reconheceu ao Brasil os limites fixados em 1750.

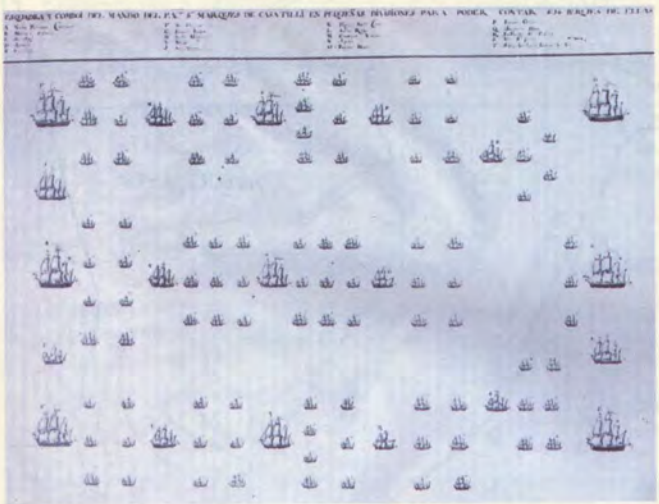
Já no Século XIX, foi conquistado o Território das Missões e, com D. João VI, na América, seria conquistada e devolvida Caiena, na Guiana Francesa, e ocupado e integrado no Brasil, com a designação de Província Cisplatina, o território do actual Uruguai.

Contributo dos Militares para a Estruturação do Brasil

Os militares não se limitaram a defender pelas armas o território do Brasil. Muitos foram nomeados para cargos de Vice-

rei, Governador Geral ou de Capitania e, sendo homens das Luzes, fomentaram o desenvolvimento económico e cultural das áreas que administravam. As forças militares asseguraram, entre muitas outras, as actividades policiais, incluindo a escolta do ouro das minas. Mas pretende-se aqui salientar, sobretudo, o decisivo contributo que os engenheiros militares deram para a estruturação de tão vasto espaço, na segunda metade do século.

Integrados nas comissões demarcadoras dos limites, na sequência dos tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, reconheceram ignorados sertões e dotaram o Brasil de excelente cartografia, instrumento indispensável para o conhecimento dum território e sua administração. Projectaram e dirigiram a



Expedição Espanhola à América, comandada pelo General Cevallos constituida por 116 navios 10000 homens de desembarque e 9000 de guarnição

construção de numerosos edifícios públicos e religiosos, actuaram na área do urbanismo, traçando os planos de inúmeras povoações que então se criaram ou renovaram, enxugaram pântanos, melhoraram portos, construíram comunicações, etc.

A concluir, refere-se que, durante todo o século, houve ensino da engenharia militar no Brasil, o qual ali introduziu, a um nível superior, o estudo da matemática e do desenho, estando tal ensino também aberto a civis. JE

Biografia

O Tenente-General Silvino da Cruz Curado está na situação de reforma. Foi adido de defesa junto da Embaixada Portuguesa em Brasília, facto que lhe despertou o interesse pela História Militar Luso-Brasileira e o levou a frequentar, como ouvinte, as cadeiras da licenciatura de História da Universidade Lusíada e outras acções de formação que lhe permitissem o enquadramento do assunto.

Tem apresentado comunicações nos Colóquios organizados pela Comissão Portuguesa de História Militar e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil para o qual foi eleito sócio correspondente.

Já no corrente ano, leccionou a parte referente à História Militar do Brasil no Curso de Pós-Graduação em História Militar da Universidade Lusíada.

ADMISSÕES AO INSTITUTO MILITAR DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Condições de Admissão

• Ser português,
• Possuir condições físicas e psicológicas e os conhecimentos literários indispensáveis à frequência do IMPE.

Ao 5º ANO

• Rapazes com menos de 12 anos de idade até 31Dez2000;
• Aprovação no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Ao 6º ANO

• Rapazes com menos de 13 anos de idade até 31Dez2000;
• Aprovação na frequência do 5º ano e ter frequentado, neste mesmo ano, a disciplina de Inglês.

Aos 7º E 10º ANOS

A titulo excepcional, poderá ser autorizada a candidatura aos 7º e 10º anos, mediante requerimento do Encarregado de Educação.

Período de Inscrição para o Ano Lectivo 2000/01
25 de Maio a 23 de Junho de 2000

ENSINO SUPERIOR E POLITÉCNICO

Bacharelatos

Contabilidade e Administração
Engenharia Mecânica
Engenharia de Electrónica e Telecomunicações
Engenharia Electrotécnica

Condições de Admissão

• 12º Ano completo;
• Rapazes e Raparigas com menos de 21 anos de idade até 31Dez2000;
• Nacionalidade Portuguesa;
• Condições físicas comprovadas por inspecção médica;
• Disciplina-base e Prova Específica.

Curso de Contabilidade e Administração: Matemática.
Cursos de Engenharia: Matemática e Física ou Quimica, ou Desenho e Geometria Descritiva.

Abertura do Concurso para o Ano Lectivo 2000/01
24 de Julho de 2000

Informações:
Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Estrada de Benfica, 374
1545-016 Lisboa
Telefones: 217713800/217713850
Fax: 217785585/7780056

A experiência ensinou-nos que para garantir a sobrevivência é preciso algo mais do que isto.

Há mais de 100 anos que a Indep se dedica à produção e comercialização de uma grande variedade de munições, armamento e outros produtos de defesa. A experiência acumulada ensinou-nos que alguns valores são essenciais para alcançar o prestígio de que beneficiamos actualmente. No exigente sector da indústria de defesa, a confiança nos nossos produtos deve-se não só à sua competitividade mas também à sua elevada fiabilidade. Graças a rigorosos padrões de controlo de qualidade e a um constante esforço de investigação, a Indep encontra-se entre os fabricantes mais conceituados do mundo. Hoje como há um século, é tudo uma questão de segurança.

INDEP
Indústrias de Defesa, S.A.

Moscavide - Tel: 21 944 6546 - Fax: 21 944 4853 - E-mail: indep@indep.pt

A Ação de D. Jo

"A História julga só os resultados e não os propósitos."
Gregório Marañon, Tibério

Coronel L. P. Macedo Carvalho*

Celebrar é repensar. As comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil só terão real significado se incluírem reavaliações da trajetória histórica percorrida ao longo desse período.

Não se pode escapar ao julgamento dos anos. Nenhum fato é poupado. Somente o implacável juiz tempo o pereniza ou o sentencia ao irremediável esquecimento. Os fatos só se eternizam, porém, quando resistem ao crivo dos anos em função do valor intrínseco e do benefício proporcionado às instituições e à sociedade.

A história é a tela onde se projetam as imagens das ações humanas marcantes que legam ensinamentos valiosos, pouco importando o ângulo em que se postem os analistas ou críticos. A história preocupa-se apenas com o real, que é o racional. A história é feita de fatos concretos, justiça e verdade, não por antipatia ou simpatia.

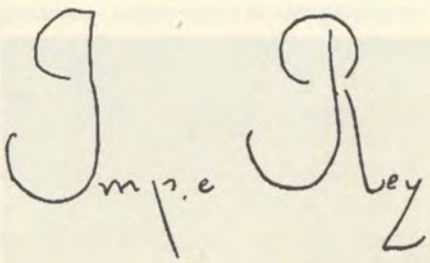
As ações de natureza essencialmente material desaparecem no horizonte; somente as de ordem espiritual, intelectual e moral incorporam-se ao patrimônio ético e histórico das nacionalidades, imortalizando aqueles que as empreenderam, ou seja, os agentes dos fatos.

Parece que já é hora de reavaliação da figura histórica de um rei injustiçado na historiografia brasileira e, particularmente, na portuguesa – D. João VI. A imagem distorcida que vem sendo constantemente transmitida dele é, na maioria das vezes, folclórica. Nas páginas da história, D. João é apresentado como um personagem bonachão, despreparado, feio, fraco, glutão, de limitados dotes intelectuais, que abandona a metrópole à sanha dos invasores franceses e ao posterior autoritarismo de Beresford, fugindo, com medo de Napoleão, para a Colônia, onde passou a ter uma boa vida, alheio a tudo e deprimido.

À luz da verdade, com a invasão de Portugal pelas tropas de Andoche Junot, não restava alternativa ao príncipe regente senão transferir a Corte para o território português do Estado do Brasil, a fim de preservar a Coroa, a dinastia dos Braganças e o próprio reino de Portugal. Do contrário, ficaria na ameaça de cair prisioneiro de Napoleão, como aconteceu a seu cunhado Fernando VII, ocupante do trono da Espanha. O bloqueio continental instituído pelo Decreto de Berlim colocara Portugal em posição difícil: caso se opusesse ao fechamento dos seus portos, imposto pelos franceses, ficaria à mercê de Napoleão, com as fronteiras expostas; se aceitasse a política da França arriscar-se-ia à perda do Brasil. O Exército de Portugal achava-se sem condições de oferecer resistência às forças invasoras espanholas e francesas. O refúgio no Brasil mostrava-

ão VI no Brasil

Arquivo JE



se lógico, tendo sido vaticinado pelo Padre Vieira, por D. Luiz da Cunha (famoso diplomata) e esboçado mesmo, anteriormente, por outros administradores lusos como o grande estadista Marquês de Pombal. Não se deve esquecer que até o Primeiro-Ministro inglês William Pitt preconizara a instalação da capital do império português no Planalto Central do Brasil para salvaguardar a monarquia em perigo. Acresça-se ainda que o vasto Oceano Atlântico interpondo-se entre o Velho Mundo e a América proporcionava natural proteção, controlado pela poderosa esquadra inglesa, conforme até Napoleão evidenciava em instruções expedidas de Bayonne ao Almirante Decrés.

Não se pretende fazer de D. João VI um herói dotado de brilhante inteligência, com rasgos de atitudes corajosas e rápidas, mas também é inaceitável vê-lo retratado grotescamente como um idiota sem visão política, demasiadamente vacilante e desvalido. Na realidade, debaixo da aparente timidez e lentidão de seus atos, escondia-se uma mente atilada, equilibrada, prudente e sagaz. Ao postergar a tomada de decisões, jogava uns contra os outros, conselheiros e ministros, dividindo-os para reinar e derrotar os adversários. Valia-se de evasivas para ganhar tempo e tirar vantagem, o que o caracterizaria como homem de imaginação e de percepção aguçada.

D. João VI é reconhecido como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. A sua popularidade é explicada claramente pelo grande amor demonstrado ao Brasil

É um grande equívoco interpretar-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga. Fora bem planejada, com bastante antecedência. Não se tratara de improvisação. A genial mudança do Governo com seu acervo histórico e os meios indispensáveis à administração atesta isso. Ninguém se muda, de uma hora para outra, de um lado para outro do Atlântico, enfrentando enorme resistência dos seus compatriotas e inimigos, com uma comitiva da ordem de 15 mil pessoas, incluindo fuzileiros da Brigada Real da Marinha, biblioteca particular, em 15 naus e fragatas abarrotadas de documentos, pratarias, roupas, utensílios diversos e suprimentos, acompanhado da nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contrariada e, inclusive, do herdeiro do trono, sem maiores razões do que o simples medo de Napoleão. Não se mudara apenas a Corte mas o Estado, afirma Pedro Calmon. A trasladação da Corte para o Rio de Janeiro deve ser considerada mais u'a manobra política arguta e feliz do que deserção covarde, assevera o historiador Oliveira Lima. Não resultou subitamente de um recurso extremo e irrefletido.

É preciso conhecer um pouco a história da diplomacia inglesa para se entender o que se tramava nos bastidores do poder. Em carta remetida da Inglaterra a

Strangford, embaixador inglês em Portugal, Lorde Canning revela a existência de um acordo secreto para apoiar o Príncipe Regente D. João a estabelecer no Brasil um grande reino com a possibilidade de expansão territorial na Cisplatina, como de fato, mais tarde, veio a ocorrer. Strangford, em correspondência enviada ao seu país, informa que D. João relutou em deixar Portugal até o último momento, o que corrobora a idéia de não ter havido uma fuga, mas um projeto.

Arquivo JE

É um grande equívoco interpretar-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil como mera fuga

D. João e o Rio de Janeiro

A vinda de D. João para o Rio de Janeiro, segundo o escritor Euclides da Cunha, constituiu "a transmutação em nossos destinos". A cidade colonial, de ruas estreitas e casario simples, habitada, em maior parte, por escravos e comerciantes de poucas letras, transformara-se em capital do Reino de Portugal.

De saída, a cidade conquistou o Príncipe Regente pelo carinho demonstrado na efusiva recepção do povo carioca e D. João, reciprocamente, pela sua simplicidade e pela boa vontade em atender aos reclamos de sua gente, conquistou o Rio de Janeiro.

Instalados em casarões nos pontos estratégicos do alto dos morros, os beneditinos no Morro de São Bento, os franciscanos no Morro de Santo Antônio e os jesuítas no Morro do Castelo dominavam a cidade. Com a ocupação do palácio dos vice-reis, elevado à categoria de Paço Imperial, como é até hoje conhecido, e da cadeia pública, desalojados os carmelitas de seu convento contíguo para acomodar a rainha-mãe e a sua igreja alçada a Capela Real e, *a posteriori*, a mudança para a Quinta da Boa Vista (recebida como presente), D. João desencadeou a expansão da cidade, dando início ao Plano de Enxugo das várzeas e às obras de saneamento. Nasceu assim, em seguida, o bairro de São Cristóvão, com belos casarões, que viria a tornar-se, por muitos anos, uma área nobre da cidade. A arquitetura barroca é substituída pelo estilo neo-clássico. Aparecem os primeiros botequins, confeitarias e salões de bilhar e gamão. O Rio de Janeiro ganha nova vida social com festas e saraus, representações teatrais, música, dança, recitais e até balés.

O aumento repentino da população do Rio de Janeiro, da ordem de 60 mil habitantes, em 1808, para 130 mil, em 1818, levou os novos moradores a se apossarem das melhores residências da cidade, com base na legislação real, apondo à porta delas as iniciais PR (Príncipe Regente), que o povo, ironicamente, traduzia por "Ponha-se na Rua". A solução para os antigos habitantes foi buscar moradia em outras áreas, na zona rural, aparecendo as chácaras.

As melhorias urbanísticas do Rio de Janeiro atingem o apogeu com a chegada de D. João. O Príncipe Regente possuía a fazenda de Santa Cruz, propriedade na Ilha de Paquetá, e adorava passear de galeota na Ilha do Governador.

Foi D. João que trouxe a muda de palmeira imperial para o Brasil, que acabou tornando-se símbolo do império brasileiro.

Com a instalação da sede do governo no Rio de Janeiro, D. João colocou em prática uma política administrativa que obrigou a elaboração de projetos para transformá-la em capital do Reino. Promoveu a vinda da Missão Francesa e de missões científicas, encomendando projetos para a construção da Biblioteca Real e do Senado. Foram criados o Banco do Brasil e a Imprensa Régia que enseja o aparecimento, a 10 de setembro de 1809, do primeiro periódico editado no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro* –, com material tipográfico adquirido em Londres, e a primeira revista – *O Patriota*.

Autorizou a extração de sete loterias para angariar fundos destinados à construção do Teatro São João, inaugurado em 1813 com um drama lírico, revolucionando a vida dos cariocas, e despertando o gosto pela música e pelas artes cênicas.

Em síntese, empreendeu a reforma da sociedade brasileira, rompendo com as estruturas econômica e política coloniais.

Novos pratos e vinhos foram incorporados à cozinha brasileira, assim como normas de etiqueta européia. As antigas construções simples, com poucos móveis rústicos e utensílios domésticos escassos, conhecem peças de porcelana e requintes. Os baús para se guardar roupa viram-se substituídos por armários. Penteadeiras, papeleiras e escrivaninhas, mesas de jogo, de costura, guarda-louças, aparadores, conversadeiras, até então inexistentes, incorporaram-se ao mobiliário das residências.

Construiu-se o cais do Valongo; ampliou-se a iluminação das ruas; instalaram-se o chafariz das lavadeiras no Campo de Santana, o do Catumbi e o da Rua do Riachuelo; edificaram-se quartéis para a Divisão Militar de Polícia; apareceram casas de modas e cabeleireiros para fazer "trepa-moleques" (penteados altos); janelas envidraçadas substituíram as de madeira com cortinas; surgiram as hospedarias e o Hotel Pharoux. A Biblioteca Real, instalada em dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, foi franqueada ao público, e o Arquivo Real, estruturado. Inauguraram-se as igrejas de Nossa Senhora da Candelária e da Santa Cruz dos Militares.

Era visível que D. João gostava realmente da cidade, tendo sido um agente do bem para o Rio de Janeiro, onde deixou marcas indeléveis de sua passagem pelo Brasil.

Missão Francesa e Missões Científicas

Com o objetivo de dar nova feição ao Brasil e introduzir conhecimentos artísticos e científicos entre os habitantes do Reino – demonstração nítida da filosofia do iluminismo –, por solicitação de D. João, o Marquês de Marialva reuniu em 1815, na França, um grupo de artistas e especialistas para transmitir informações necessárias ao desenvolvimento da agricultura, da mineralogia, da indústria, do comércio e das artes no Brasil.

Segue-se a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro, introduzindo-se o estilo neoclássico.

A Missão Francesa – denominação com que ingressou na história –, chefiada por Joachim Lebreton, traz ao Brasil Jean Batiste Debret, autor da famosa obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, retratando o dia-a-dia de nossa gente; Nicolas Antoine Taunay, pintor; Auguste-Marie Taunay, escultor; Auguste-Henri Victorio Grandjean de Montigny, arquiteto, que projetou a Praça do Mercado, mais tarde a Alfândega, a Biblioteca Real e o Senado; Charles Simon Pradier, gravador; François Ovide, professor de mecânica; Marc e Zeferino Ferrez, escultores; Sigismund Neukomm, professor de música, e outros aprendizes e artífices estrangeiros de vários ofícios. Fundou-se, então, a Academia Real de Desenho, Pintura e Escultura e Arquitetura Civil.

Visitaram o Brasil diversas outras missões científicas e artísticas, integradas por von Spix, von Martius (naturalistas), Emanuel Polh, Thomas Ender (aquarelista), Auguste Saint-Hilaire e J. M. Rugendas, cujos desenhos reproduzindo aspectos do Rio de Janeiro se notabilizaram; o Barão von Eschwege, pai dos geólogos brasileiros; Andrew Grant, médico inglês autor de uma *História do Brasil*, que ensejou Robert Southey a elaborar admirável trabalho científico; o Príncipe Maximilan von Wied-Neuwied, botânico e zoólogo; o italiano Giuseppe Raddi, mineralogista; o alemão a serviço da Rússia Barão Georg Heinrich von Langsdorff, naturalista, e muitas outras personalidades.

Desses trabalhos resultou a criação do Museu Real instalado em um palacete do Campo de Santana com acervo proveniente da Casa dos Pássaros, conservado pelo Tenente-General Napion.

Reforma Económica

O ano de 1808 assinala o início da grande reforma econômica no Brasil. O acúmulo de ouro e prata que determinara a intervenção do Estado absolutista na produção e comercialização de metais preciosos – característica do mercantilismo – era substituído pelo liberalismo.

O ato da "Abertura dos Portos" – combinado com o Alvará que permitia liberdade de indústria – mudou totalmente o cenário da economia, passando-se a vender e a comprar de tudo. A liberdade de comércio fazia o Brasil mais independente economicamente de Portugal. Em 1809, os Estados Unidos começaram o intercâmbio comercial com o Brasil, seguidos da França, poucos anos depois, e de outros países europeus.

A assinatura por D. João de atos liberando a produção de bens manufaturados e suspendendo a proibição de instalação de fábricas, bem como isentando de impostos e taxas matérias-primas para funcionamento de indústrias no Brasil, deu um novo e enorme impulso à economia.

Ainda em Salvador, o Príncipe Regente resolveu criar uma "Aula de Ciência Econômica" no Rio de Janeiro, designando para tal José da Silva Lisboa.

No mesmo ano de 1808, D. João criou o Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que mais tarde teria filiais na Bahia e em São Paulo, além da Casa da Moeda, instituição que ocupou a Casa dos Pássaros. Entraram em circulação bilhetes e apólices do governo, que dariam origem ao papel-moeda. Antes da vinda do príncipe, os empréstimos eram feitos pela burguesia mercantil, individualmente, e pelas instituições religiosas, hipotecando-se, em troca, imóveis, escravos e os produtos exportáveis da Colônia. Criado o Banco do Brasil, este passou a receber depósitos, a realizar descontos e conceder empréstimos, tendo apenas o controle de venda dos produtos monopolizados pelo Estado – diamantes e pau-brasil. O banco possuía acionistas nacionais e estrangeiros e suas ações estavam isentas de penhora. Em 1809, D. João igualou o valor das moedas de cobre e de prata, colocando em circulação os "patacões", de prata, de 960 réis.

Gravura do Autor

Panorama do Rio de Janeiro, em 1808. À direita o Forte São Tiago, e ao centro, a Fortaleza de São Sebastião

Datam também da mesma época a entrada em funcionamento da Junta de Comércio e da Junta de Agricultura, Fábricas e Navegação.

Em conseqüência das concessões feitas pelos tratados de aliança e comércio com a Inglaterra, por influência de Lorde Strangford, vários cidadãos ingleses se estabeleceram no Rio de Janeiro com representações de empresas britânicas. Surgiu uma linha de navegação direta entre Liverpool e Rio de Janeiro e, depois, Salvador.

A construção naval foi incentivada, sendo posta em tráfego, na Baía de Todos os Santos, uma embarcação a vapor com motor importado da Inglaterra por Caldeira Brant (posteriormente Marquês de Barbacena).

Incentivou-se a agricultura do açúcar, algodão, fumo, cacau e arroz, com a introdução de máquinas primitivas de beneficiamento. O café apareceu na pauta de exportações. Em decorrência da tomada de Caiena, introduziram-se no Brasil algumas plantas desconhecidas: abacateiro, fruta-pão, canforeira, nogueira, moscadeira, mangueira, toranja (*grapefruit*) e cravo-da-índia. Intensificou-se a produção de chá. D. João fundou o Horto Real, atual Jardim Botânico, com a finalidade de aclimatar mudas de cana caiana, café, chá e outras plantas.

O governo providenciou a vinda para o Rio de Janeiro de várias famílias de chineses oriundas de Macau.

Floresceram manufaturas de diversas naturezas, tais como fábricas de tecidos de algodão e os curtumes.

Autorizou a concessão de sesmarias a estrangeiros.

A indústria extrativa mineral recebeu especial atenção, dando-se plena liberdade aos ourives.

Deve-se a D. João o começo da indústria siderúrgica no Brasil. Sabedor da riqueza das reservas minerais, o Conde de Linhares fomentou a produção de ferro. Em 1809, o Intendente Geral das Minas e Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt de Sá, pôs em funcionamento a "Fábrica do Pilar", em Minas Gerais, produzindo ferro-gusa, pela primeira vez, alguns anos depois. Mais adiante, o jovem tenente de artilharia alemão Wilhelm von Varnhagen, veterano das lutas contra os franceses em Portugal, à testa da Real Fábrica de São João do Ipanema, próximo a Sorocaba, São Paulo, conseguiu produzir ferro-gusa de alto-forno. Outro alemão, com serviços militares prestados anteriormente em Portugal, Barão Eschwege, inaugurou a "Fábrica Patriota", com fornos catalães, perto de Congonhas do Campo, Minas Gerais, fundindo as primeiras barras de ferro. Todos esses estabelecimentos fabris valiam-se de mão-de-obra assalariada e de escravos.

Pelo Alvará de 25 de novembro de 1808, o governo autorizara que estrangeiros se tornassem proprietários de empresas no Brasil. Dez anos mais tarde, o Contrato Gachet registra a imigração de alguns casais alemães e suíços para as cercanias do Rio de Janeiro, Nova Friburgo, mas o programa de imigração fracassou por causa da concorrência do braço escravo.

Gravura do Autor

A Biblioteca Real, instalada em dependências do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, foi franqueada ao público

Fortalecimento Militar

Logo ao chegar no Rio de Janeiro, D. João se preocupou com a questão de defesa do Brasil. De pronto, o governo joanino tomou uma série de medidas para o fortalecimento militar da Colônia, podendo-se mesmo considerá-las como iniciadoras da organização da força terrestre brasileira.

Confiou D. João a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, seu autêntico braço direito enquanto viveu, até 1812. O Ministério da Marinha e Ultramar foi entregue ao Conde de Anádia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes. Entre os seus primeiros atos político-administrativos promulgados destacam-se a criação do Conselho Supremo Militar e a da Intendência Geral da Polícia da Corte.

D. João já desembarcou no Rio de Janeiro em 1808 trazendo consigo a Brigada Real da Marinha, que transformada em Regimento de Artilharia seria a célula máter do Corpo de Fuzileiros Navais, cuja relevante atuação na tomada de Caiena e na campanha de incorporação da Cisplatina valeram-lhe prestígio desfrutado até os dias de hoje.

Diante da premência de defesa e segurança dos vastos domínios da Colônia, determinou a reorganização do Arsenal de Marinha e a instalação da Academia de Marinha e da Companhia de Guardas-Marinha nos dormitórios do Mosteiro de São Bento.

Em 13 de maio de 1808, foi criado o posto de almirante general, investindo nele o Infante D. Pedro Carlos, e começou o preparo da frota naval que iria permitir a invasão da Guiana Francesa e apoiar as ações ofensivas no Prata.

A situação militar da Colônia era deplorável. A tropa, sem disciplina e instrução, pessimamente fardada, mal comandada, tinha até de exercer outras ocupações para se manter. Afora a tropa de linha, cujo efetivo não ultrapassava 2.000 homens, havia no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada de D. João, apenas dois regimentos de milícia, integrados por lojistas, caixeiros e aprendizes que ocupavam, inclusive, os postos de oficiais, num total de 1.500 milicianos. Esse quadro exigia melhor organização militar e dar maior atenção à formação dos oficiais, além de reforçar a defesa.

Com a finalidade de defender o Rio de Janeiro de incursões estrangeiras, D. João reestruturou o Arsenal de Guerra da Ponta do Calabouço (onde se situa hoje o Museu Histórico Nacional) nos moldes do seu congênere de Lisboa, para reparar o armamento das fortificações, fabricar munição de artilharia, lâminas de espada, armas de fogo e fundição de canhões.

O Alvará de 1º de março de 1811 instituiu a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições.

Por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, foi criada a Academia Real Militar (berço da Academia Militar das Agulhas Negras), provisoriamente sediada na famosa Casa do Trem, e dois anos depois transferida para a inacabada Sé, no Largo de São Francisco de Paula, "para formar hábeis oficiais de artilharia e de engenharia", em curso de sete anos de duração. Presidia a Junta Militar da Academia o Tenente-General Carlos Antônio Napion, italiano de nascimento radicado em Portugal que, na época, exercia o cargo de Chefe do Estado-Maior dos Exércitos e as funções de membro do Conselho Supremo Militar. Napion ativou também a Casa do Trem e a Casa das Armas, no Morro da Conceição. Diretor do Arsenal da Casa do Trem, foi nomeado Inspetor Geral de Artilharia, Arsenais, Fábricas e Fundições e instalou uma Fábrica de Pólvora à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas e dedicou-se ao reaparelhamento das fortificações do Rio de Janeiro.

Poucas semanas após desembarcar, D. João organizou o Arquivo Real Militar na Casa do Trem, com mapoteca do interior e do litoral, além de plantas das fortalezas, baterias e artefatos de guerra.

No Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo, foi instalado o Real Hospital Militar, que passou a tratar também de doenças mentais, adotando os novos métodos do médico francês Phillipe Pinel.

Com a nova organização militar, surgiram as companhias de caçadores e de granadeiros.

Em 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente criou o 1º Regimento de Cavalaria (atual Regimento de Dragões da Independência), a oito subunidades, tendo por base o esquadrão já existente, a Guarda Real do Príncipe, também denominada Archeiros da Guarda Real, um batalhão de caçadores, um corpo de artilharia a cavalo – invenção espanhola – e um quadro de artífices para o Arsenal de Guerra.

Reorganizou a tropa de linha na Bahia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, aumentando os seus efetivos.

À semelhança da gendarmaria da metrópole, na mesma época, D. João constituiu a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte no Rio de Janeiro.

Extinguiu o antigo sistema de ordenanças, alicerce da estrutura militar portuguesa durante quase dois séculos e meio, estabelecendo novas normas para a seleção de oficiais.

Acelerou-se a construção de quartéis no Rio de Janeiro, destacando-se o do Campo de Santana, onde funcionou mais tarde o Quartel-General do Exército, demolido na República.

Alterou o plano de uniformes do Exército, tomando como modelo o fardamento do Império francês.

O Príncipe Regente ordenou a constituição e a vinda de Portugal de uma Divisão de Voluntários Reais, integrada por tropa de artilharia, cavalaria e infantaria, no valor de 4.850 homens. O restabelecimento da ordem em Pernambuco e a campanha da Cisplatina determinaram o envio de expressivos reforços – a Divisão Auxiliadora (quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia).

Devem ser mencionadas ainda outras medidas tomadas por D. João, que influíram direta ou indiretamente na estruturação da força terrestre de então, no Brasil, tais como: a transformação da Brigada de Cavalaria de Milícias em dois regimentos; do Batalhão dos Caçadores dos Henriques em regimento no Rio de Janeiro; a instalação de várias fábricas de "espingardas" em Minas Gerais; a inauguração de novas oficinas na Fábrica de Armas da sede da Corte; a organização do Corpo de Veteranos para inválidos, de corpos de tropa no Norte e no Nordeste; além da criação da Artilharia do Maranhão e do Regimento de Lanceiros Guaranis, composto de índios, nas Missões (Rio Grande do Sul).

Sem dúvida, a reestruturação militar efetuada por D. João VI contribuiu decisivamente para a expansão geográfica máxima já atingida pela Colônia, dando forma a um Exército regular, de caráter nacional, que viria a apoiar o processo da independência política do Reino do Brasil.

Gravura do Autor

Aclamação de D. João VI, Rei do Brasil

A Ação Política

O projeto de criação de um grande reino na América é fundamental para a compreensão do processo emancipador político do Brasil. D. João, afora salvar a Coroa e preservar a dinastia de Bragança, assegurou a integridade do território e a soberania do Brasil. O maior legado de D. João para o Brasil foi a unidade territorial e lingüística, base indispensável à estruturação do Estado nacional. D. João lançou os alicerces das principais instituições político-econômicas que viabilizaram o crescimento do Brasil, para não mencionar as de caráter administrativo, científico-cultural, jurídico e militar, encerrando o período colonial. A vinda de D. João para o Brasil tem grande significado na estruturação do futuro império brasileiro e na elaboração do projeto político e civilizatório da nova nacionalidade e do Estado. A "Abertura dos Portos", em 28 de janeiro de 1808, encerra um período da economia brasileira

iniciado em 1500. Por esse ato, a presença do monarca no Rio de Janeiro tornou Portugal "colônia da colônia", o que acabaria por contrariar as Cortes de Lisboa, com a elevação à condição de Reino, precedendo o Algarve. É um marco tão importante a transferência da Corte para o Rio de Janeiro que alguns historiadores consideram ter a emancipação econômica do Brasil se verificado em 1808, dadas as tão favoráveis condições da balança comercial. A transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro assinala um rompimento com o colonialismo. O Brasil tornou-se autônomo sem ser independente. Com D. João no Brasil, tudo mudou. Ergueu-se um reino não apenas no papel, fazendo surgir um governante de perfil inteiramente diferente, a julgar pelos seus atos e falas. Mais do que palavras ou propósitos, são os atos de D. João que traçam sua imagem e revelam sua importância na formação do Estado brasileiro.

Apesar da imediata e violenta repressão que levou ao heróico sacrifício dos líderes brasileiros do movimento de independência do Brasil, de cunho republicano, conhecido como a Revolução Pernambucana de 1817, ou a Confederação do Equador, não hesitou em preservar a unidade nacional e evitar a fragmentação do território em mãos alienígenas. Dominada a sedição, falou mais alto a sua bondade e o rei concedeu perdão em alguns casos isolados e, logo depois, anistia geral.

Não vacilou em extinguir as sociedades secretas que ameaçavam a ordem pública e o governo.

Deu organização ao Estado criando o Conselho de Estado, a Intendência Geral de Polícia, o Conselho da Fazenda, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho Superior Militar, o Desembargo do Paço e a Casa de Suplicação (Supremo Tribunal).

A política externa teve por característica fundamental a estreita aliança e o aumento dos acordos comerciais com a Inglaterra, bem como o espírito de represália e o expansionismo do reino.

Mal chegou, D. João lançou proclamação, a 1º de maio de 1808, anunciando a criação de um novo império e declarando guerra à França.

A Guiana Francesa, indefesa e pela sua proximidade, vinha de encontro aos intentos de revide de D. João e, concomitantemente, de fixação definitiva dos limites norte das fronteiras brasileiras. Desta forma, organizou uma força que conquistou Caiena e estendeu os seus domínios ao Caribe até 1817, quando a devolveu à França em conseqüência do acordo resultante do Congresso de Viena. Instituiu a "Ordem da Torre e da Espada" para assinalar "esta memorável época".

As lutas ao Sul do Brasil, que marcaram a política expansionista do novo império, aproveitando-se das ambições de D. Carlota Joaquina, atendiam aos interesses da Coroa de se opor aos espanhóis. A intervenção no Prata resultou na incorporação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina, após habilidosa manobra de D. João junto à Corte de Madri.

Para executar sua política externa, D. João dotou o Brasil de um Exército permanente moderno.

Os acontecimentos políticos que agitaram Pernambuco ofuscaram a aclamação de um rei na América, em 6 de fevereiro de 1818, no Campo de Santana, a partir daí batizado de Campo da Aclamação, assim como o casamento do Príncipe D. Pedro com D. Maria Leopoldina d'Áustria, filha de Francisco I e de Maria Teresa de Bourbon, a 13 de maio de 1817.

As palavras do Marquês de Caravelas no Senado, já em 1826, recordam o período de D. João VI e refletem o sentimento que devemos guardar:

"...nós todos os que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos do Sr. D. João VI; todos lhe devemos ser gratos pelos benefícios que nos fez; elevou o Brasil a Reino, procurou por todos os meios o seu bem; tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados."

Deve-se, da mesma forma, ter em mente a recomendação de D. João VI ao príncipe herdeiro, dois dias antes de partir:

"Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros."

Não se prega que se fechem os olhos às mazelas do tecido histórico e se exalte somente os bons resultados para o Brasil do advento da Corte e da ação de D. João VI. Mas seria ingratidão continuar a encarar as nossas origens como algo que nos cause vergonha e a ridicularizar a figura histórica daqueles a quem muito se deve. Fernando Pessoa lembra "que pesa neles o passado e o futuro, dorme neles o presente".

"Assim como não pediu para nascer, não pediu D. João para ser rei. Rei seria o outro, o irmão educado especialmente para isso, mais velho, mais inteligente

Gravura do Autor

D. João VI alterou o plano de uniformes do Exército, tomando como modelo o fardamento do Império francês

e até menos feio...", retrata Luiz Edmundo o monarca na sua obra *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Porém, reconstituindo-se a história, ao que tudo indica, a figura de D. João VI está sendo merecidamente reavaliada.

"D. João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda o é, um rei popular", no dizer de Oliveira Lima.

Gravura do Autor

...havia no Rio de Janeiro, por ocasião da chegada de D. João, apenas dois regimentos de milícia, integrados por lojistas, caixeiros e aprendizes que ocupavam, inclusive, os postos de oficiais

D. João VI é reconhecido como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. A sua popularidade é explicada claramente pelo grande amor demonstrado ao Brasil. Talvez a sua nítida predileção pelo Brasil provocasse em Portugal ressentimentos. Prisioneiro das Cortes em Lisboa, soltou-se no Brasil, onde foi feliz e pôde dar mostras de capacidade e de suas qualidades.

É chegada a hora, pois, de se enxergar D. João VI com outros olhos, de se rever o importante papel por ele desempenhado como estadista.

"L'Histoire est toujours à relire et toujours inconnue." JE

* Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Cronologia de D. João VI no Brasil

1808

22 de janeiro – Chegada de D. João a Salvador, na Bahia.

28 de janeiro – Assinatura da Carta Régia de "Abertura dos Portos" brasileiros.

27 de fevereiro – Partida de D. João de Salvador.

07 de março – Chegada de D. João ao Rio de Janeiro.

01 de abril – Revogação da proibição de manufaturas no Brasil.

20 de abril – Criação do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens

10 de maio – Criação da Casa da Suplicação do Brasil e da Intendência Geral da Polícia

13 de maio – Estabelecimento da Impressão Régia

10 de junho – Declaração de guerra a Napoleão.

28 de junho – Criação do Erário Régio e do Conselho de Fazenda.

23 de agosto – Criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

12 de outubro – Criação do Banco Público e seus estatutos.

23 de novembro – Regimentos do Físico-mor e do Cirurgião-mor.

1809

14 de janeiro – Ocupação da Guiana Francesa.

1810

19 de fevereiro – Tratado de Amizade e Aliança com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

04 de dezembro – Criação da Academia Real Militar.

1812

25 de janeiro – Criação de um Laboratório Químico Prático.

1813

01 de abril – Aprovação do Plano de Estudos de Cirurgia apresentado pelo médico da Real Câmara Manuel Álvares de Carvalho.

1816

Março – Chegada da Missão Artística francesa.

19 de março – Falecimento de D. Maria I.

12 de agosto – Criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios.

Outubro – Invasão da Banda Oriental do Uruguai.

16 de dezembro – Carta de Lei elevando o Estado do Brasil à categoria de reino.

1817

09 de janeiro – D. Pedro recebe o título de príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

14 de março – República de Pernambuco durante 74 dias.

13 de maio – Casamento de D. Pedro com D. Leopoldina.

1818

06 de fevereiro – Aclamação de D. João como Rei de Portugal, Brasil e Algarves.

30 de março – Proibição das sociedades secretas.

16 de maio – Condições do estabelecimento de uma colônia de suíços.

08 de novembro – Devolução da Guiana.

1821

18 de fevereiro – Decreto determinando o regresso de D. Pedro a Portugal e convocando os procuradores eleitos pelas Câmaras do Brasil, Açores, Madeira e Cabo Verde para uma Junta de Cortes.

23 de fevereiro – Nomeação dos integrantes da Junta de Cortes.

26 de fevereiro – Movimento constitucional feito pela tropa portuguesa e juramento da futura Constituição.

02 de março – Decreto suspendendo a prévia censura para impressão.

07 de março – Instruções para as eleições dos deputados; decisão de transferir a Corte para Lisboa, ficando D. Pedro encarregado do governo provisório do Brasil.

21 de abril – Tumultos na Praça do Comércio.

22 de abril – Decreto nomeando D. Pedro regente do Brasil e dando-lhe instruções.

26 de abril – Partida de D. João VI e da Corte para Portugal.

31 de julho – Anexação da Banda Oriental do Uruguai com o nome de Província Cisplatina.

Bibliografia

Araújo, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822.

Calmon, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

Carvalho, Luiz Paulo Macedo. *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 1998.

Castro, Therezinha de. *José Bonifácio e a Unidade Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

Frota, Guilherme de Andrea. *Panorama da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1992.

Lima, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Pereira, Heloísa Santos. *Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: ACVM Editora Ltda., 1993.

Fortificações

Major-General Arnaldo Medeiros Ferreira

Considerações Gerais

Portugal pode e deve orgulhar-se de haver possuído um dos maiores conjuntos de fortificações no Mundo, que ainda se conserva, até hoje, mesmo fora do actual Território Nacional, englobando cerca de 300 fortificações, das quais mais de metade se localiza no Brasil, o que, só por si, justifica abordar este tema quando se comemoram os 500 anos do seu descobrimento.

Esse conjunto de fortificações constitui, conjuntamente com a língua, o "marco" mais expressivo que Portugal deixou ao longo da sua expansão no Mundo, desde o Norte de África e Golfo da Guiné, passando depois pelo Brasil, até às chamadas "Índias Orientais" que se estendem da costa africana do Índico, Arábia e Golfo Pérsico, aos mais longínquos locais do Extremo-Oriente. De facto, se os "padrões" deixados pelos navegadores portugueses assinalaram a descoberta de novas terras, a construção de fortificações em determinados pontos estratégicos materializou, não só a posse e defesa dos novos territórios e dos seus recursos naturais, mas também a afirmação cultural como locais difusores de cultura, pelo que essas fortificações podem ser consideradas "pedras que falam português".

Esses imponentes monumentos de pedra voltam agora a ganhar nova vida,

Fortificações construídas pelos portugueses, no Brasil
Localização aproximada

frequentemente por iniciativa dos próprios países que essas fortificações contribuíram para fundar ou desenvolver, os quais têm vindo a recuperá-las e a integrá-las no seu património histórico e, até por vezes, para redescobrir as suas origens culturais. No caso do Brasil, tal iniciativa tem sido notável, tal como atesta, por exemplo, o Seminário "As Fortificações Portuguesas no Brasil" realizado na Universidade de S. Paulo em 25 de Novembro de 1999.

Conforme atrás se mencionou, foram mais de 150 as fortificações portuguesas no Brasil, sem contar com outras tantas obras de fortificação e organização do terreno, tais como, pequenas baterias, redutos, baluartes e linhas de entrincheiramentos. Hoje, mantêm-se de pé ou restam vestígios visíveis de, aproximadamente, meia centena dessas fortificações. Elas tiveram um papel relevante na construção do actual Brasil.

Embora fosse possível sistematizar o desenvolvimento deste tema sob diversas formas, parece conveniente sintetizar os aspectos a abordar, pelo que se considerou apenas os sub-temas que, a seguir, se enunciam:

Defesa territorial: do litoral ao interior;

Ocupação do território: o povoamento e fundação de cidades;

Penetração para o interior: vias fluviais e rotas comerciais;

As fronteiras: delimitação e consolidação;

As actividades económicas;

Aspectos de arquitectura e fortificação militar.

Portuguesas no Brasil

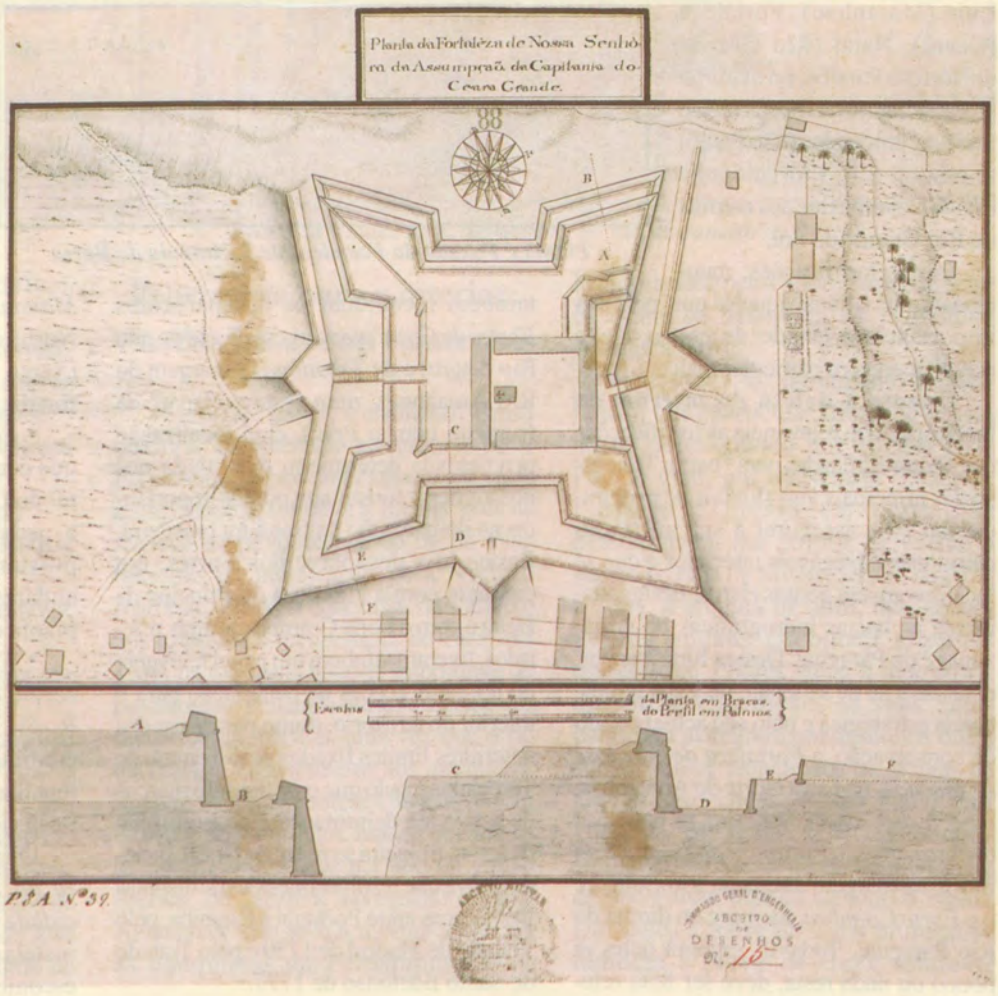
No caso particular do Brasil, o sistema defensivo português era muito rudimentar, inicialmente, quanto a lugares fortificados, não só por haver poucas povoações importantes para defender, mas também por serem reduzidas as actividades económicas a proteger.

Todavia, já no reinado de D. João III, surgiram as primeiras preocupações defensivas, com a instituição das capitanias, encarregadas de proceder às primeiras obras de fortificação e organização do

Defesa territorial: do litoral ao interior

A posse dos territórios descobertos com as grandes navegações oceânicas pelos portugueses veio impor que a defesa dos primeiros lugares povoados tivesse por base fortificações que deveriam ser "auto-suficientes" devido ao seu isolamento, em face das longas distâncias que os separavam, entre si, tornando práticamente inviável o oportuno apoio mútuo.

Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceara Grande



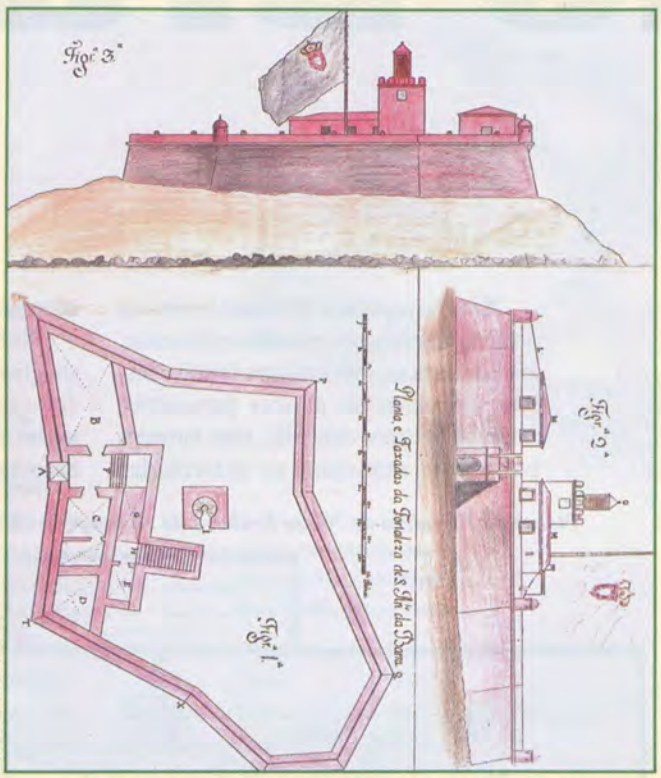
Fonte: GEAEM/DSE - Foto: Cintra e Castro Caldas

terreno, ainda muito incipientes e improvisadas, como forma de enfrentar a guerra de corso que assolava os mares costeiros do Brasil. Contudo, foi no período da dominação filipina por força da união das duas coroas ibéricas, quando aumentaram os ataques vindos pelo mar, com as sucessivas investidas de franceses, ingleses e holandeses sobre o litoral brasileiro, que foram organizados os primeiros sistemas defensivos fortificados, de forma sistemática e científica.

Consequentemente, e conforme se pode observar pela análise da localização das fortificações portuguesas no Brasil (mapa anexo), **aquelas fortificações situam-se, na sua maioria, ao longo do litoral**, desde a boca setentrional da foz do Amazonas até à extremidade meridional do Rio Grande do Sul, apresentando-se como zonas de maior concentração as regiões do **Rio de Janeiro**, **Salvador** e **Recife**, mas merecendo também referência as regiões de Belém (Pará), São Luís (Maranhão), Fortaleza (Ceará), Natal (Rio Grande doNorte) e Paraíba, no extremo Nordeste, assim como, na região Sudeste, em Santos (São Paulo) e, mais a Sul, Florianópolis (Santa Catarina) até aos confins do Rio Grande do Sul.

Destas fortificações, mencionaremos adiante aquelas que, pela sua importância e estado de conservação actual, merecem particular realce.

Quanto à defesa do interior do território, têm relevância as fortificações que foram edificadas para "barrar" o acesso das principais vias fluviais de penetração ou para assegurar a sua utilização como vias navegáveis interiores e que se localizavam em pontos chave, designadamente as bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraguai. Dessas fortificações, considera-se de salientar, pela sua importância estratégica e pelo seu actual estado de conservação, a *Fortaleza de São José de Macapá*, na barra Norte do Amazonas, o *Forte do Castelo de Belém*, na barra Sul do Amazonas, a *Fortaleza do Príncipe da Beira*, na margem direita do Rio Guaporé e o *Forte Coimbra*, na margem direita do Rio Paraguai. Todavia, embora deles já pouco ou nada resta, deve ser feita referência aos *Fortes de Almeirim, Santarém e Óbidos* (este último, em razoável estado de conservação), ao longo das margens do Rio Amazonas, assim como os *Fortes de São José de Manaus* (na barra do Rio Negro) e de *Nª Sª da Nazaré de Alcobaça* (na margem esquerda do Rio Tocantins), quer pela particularidade da sua portuguesíssima toponímia, quer principalmente pelo importante papel que tiveram no controlo da bacia amazónica. Interessa também mencionar os desaparecidos *Fortes de Cucuí* (na margem direita do alto Rio Negro) e de *Tabatinga* (à margem do Rio Amazonas, num "ponto-chave" da fronteira com o Peru), cuja localização privilegiada determinou que, ainda nos nossos dias, constituam pontos importantes na demarcação da fronteira brasileira. Esses dois desaparecidos Fortes, em conjunto com a Fortaleza do Príncipe da Beira e com o Forte Coimbra, já atrás referidos, tiveram também um papel relevante no apoio às acções de penetração para o interior do território, muito para além dos anteriores limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas, pelo que constituiram marcos decisivos na delimitação e consolidação da actual fronteira terrestre do Brasil, quando houve que resolver questões de disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madrid de 1750 e pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.



Gravura do Autor

Planta e Faxada da Fortaleza de S. António da Barra

Ocupação do território: o povoamento e fundação de cidades

Conforme se infere do exposto àcerca da localização da maioria das fortificações ao longo do litoral, estas tiveram um papel determinante na defesa e no desenvolvimento dos principais núcleos de povoamento instalados junto da faixa costeira, com especial destaque para **Salvador** (primeira capital do Brasil e centro comercial importante de exportação de "pau-brasil" e de cana de açúcar), **Olinda-Recife** (centro produtor de açúcar de cana nos seus célebres "engenhos de açúcar" tendo Olinda sido suplantada pelo Recife com o domínio holandês no Pernambuco) e, por fim, o **Rio de Janeiro** (segunda capital do Brasil e principal porto de exportação de ouro, diamantes e outras pedras preciosas).

Nalguns casos, as fortificações constituíram a base do próprio crescimento das povoações e do seu desenvolvimento urbano, que vieram a transformar-se em capitais de Estado, algumas delas, como é o caso de *Manaus, Fortaleza* e *Natal*, nas regiões Norte e Nordeste, e de *Florianópolis* (Santa Catarina) na região Sul. Dessas fortificações, considera-se de realçar:

- *Fortaleza de Nª Sª da Assunção*, que deu origem ao nome da actual capital do Ceará – *a cidade de Fortaleza* – a qual tem forma abaluartada, possuindo duas baterias dispostas em andares e uma bateria a cavaleiro (cuja planta consta da gravura junta);
- *Fortaleza dos Reis Magos*, que serviu de berço à *cidade de Natal* (no R. G. Norte) e que apresenta uma configuração peculiar, definida por uma tenalha em cauda de andorinha na parte posterior;

Quanto ao *Forte de São José da Barra do Rio Negro*, nele teve origem a *cidade de Manaus*, existindo hoje uma instalação do Exército sobre os seus escombros.

Casos houve em que a fortificação teve um papel determinante no destino das zonas de povoamento, como serve de exemplo a célebre "*Colónia de Sacramento*", numa zona de disputa fronteiriça na região do Rio da Prata, a qual foi entreposto comercial, além de ser uma fortaleza que abrigou aquela Colónia, e que foi tomada e retomada, por várias vezes.

Reportando-nos, de novo, às principais zonas de concentração das fortificações costeiras, podemos considerar como mais significativas:

- **Rio de Janeiro:** Fortalezas de Santa Cruz, da Lage e de São João e Fortes de Copacabana, do Vigia ou do Leme (actual Duque de Caxias) e São Luís ou do Pico (actual Barão do Rio Branco);
- **Salvador (Baía):** Fortalezas de Santo António da Barra, de Nª Sª de Monserrate, de São Tiago ou Santo Alberto da Lagartixa e de Santo António Além do Carmo e os Fortes de Santa Maria, São Diogo, São Marcelo, São Pedro e do Barbalho;
- **Recife (Pernanbuco):** Fortalezas de São Tiago das Cinco Pontas e de Santa Cruz de Itamaracá (ex-Forte Orange) e os Fortes de São Francisco de Olinda, do Brum ou Fortaleza de São João Baptista do Brum e, ainda, o Fortim do Arraial Novo do Bom Jesus.

Outras Fortificações com interesse, quer na defesa do litoral, quer mesmo na ocupação do interior, são as seguintes:

- Fortaleza de São José de Macapá (Amapá)
- Forte do Castelo (Belém/Pará)
- Fortaleza dos Reis Magos (Natal/Rio Grande do Norte)
- Fortaleza de São João de Bertioga, próximo de Santos (São Paulo)
- Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (Santa Catarina)
- Forte de Jesus, Maria e José (Rio Grande do Sul)

Relativamente à **Ilha de Santa Catarina**, importa referir que o sistema defensivo da Ilha tinha como construções mais significativas as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, de São José da Ponta Grossa e de Santo António de Ratones, que foram erigidas pelo brigadeiro português José da Silva Paes, entre 1739 e 1744, as quais formavam o triângulo defensivo da Barra Norte da Ilha de Santa Catarina e tinham por objectivo manter a soberania portuguesa nessa região do sul do Brasil. (Aliás, diga-se, de passagem, que foi a partir dela que, em 1774, o Sargento-mor Manoel Soares Coimbra, do Regimento da Ilha de Santa Catarina, se apoderou do Forte de Santa Bárbara, no Rio Grande do Sul).

Assim, conforme atrás se deixou referido, a construção de fortificações nos "pontos-chave" das principais vias fluviais, em especial nas bacias do Amazonas e do Paraguai, teve um papel muito importante no apoio às acções de penetração para o interior, muito para além dos anteriores limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas, uma vez que a união das duas Coroas Ibéricas facilitava também essas acções, as quais, porém, acabaram por ser levadas a cabo pelos portugueses, de entre os quais se destacam os chamados "bandeirantes".

Fonte: GEAEM/DSE - Foto: Cintra e Castro Caldas

Plano da Cidade de S. Sebastião - do Rio de Janeiro

Penetração para o interior: vias fluviais e rotas comerciais

Numa fase inicial, o chamado "Brasil do Norte" compreendia as regiões da Baía, Pernambuco e capitanias adjacentes, onde a actividade se limitava a alguns poucos núcleos de povoamento do litoral. Nas marchas de penetração para Norte e Nordeste, desde a conquista da Paraíba, em 1584, até à recuperação do Pará, em 1616, há toda uma história importante de povoamento realizada durante a união das duas Coroas Ibéricas, uma vez que o rio da Prata já estava aberto aos espanhóis. Era pois necessário forçar a penetração em direcção ao Amazonas, mas as iniciativas tomadas durante esse período da União Ibérica, de "abrir a navegação do Rio Amazonas" não teve a mesma sorte que as conquistas do Pernambuco e do Maranhão, tendo requerido mais tempo e esforço.

Com efeito, o "movimento bandeirante", com particular destaque para a acção desenvolvida por Fernão Dias Pais, o qual, por insistência do rei de Portugal expressa em carta que pessoalmente lhe dirigiu, percorreu a região serrana de Minas Gerais, de 1673 a 1681, à procura de ouro, mas conseguindo apenas encontrar algumas esmeraldas. Porém, após a sua morte durante a expedição, os seus companheiros acabaram por descobrir ouro, sucedendo-se os achados de jazigas de aluvião. Ao chegar a São Paulo, por volta de 1695, tais notícias convulsionaram, não só a então pequena vila de São Paulo, mas quase todo o Brasil. De facto, a febre do ouro propaga-se também a partir da Baía, tendo-se

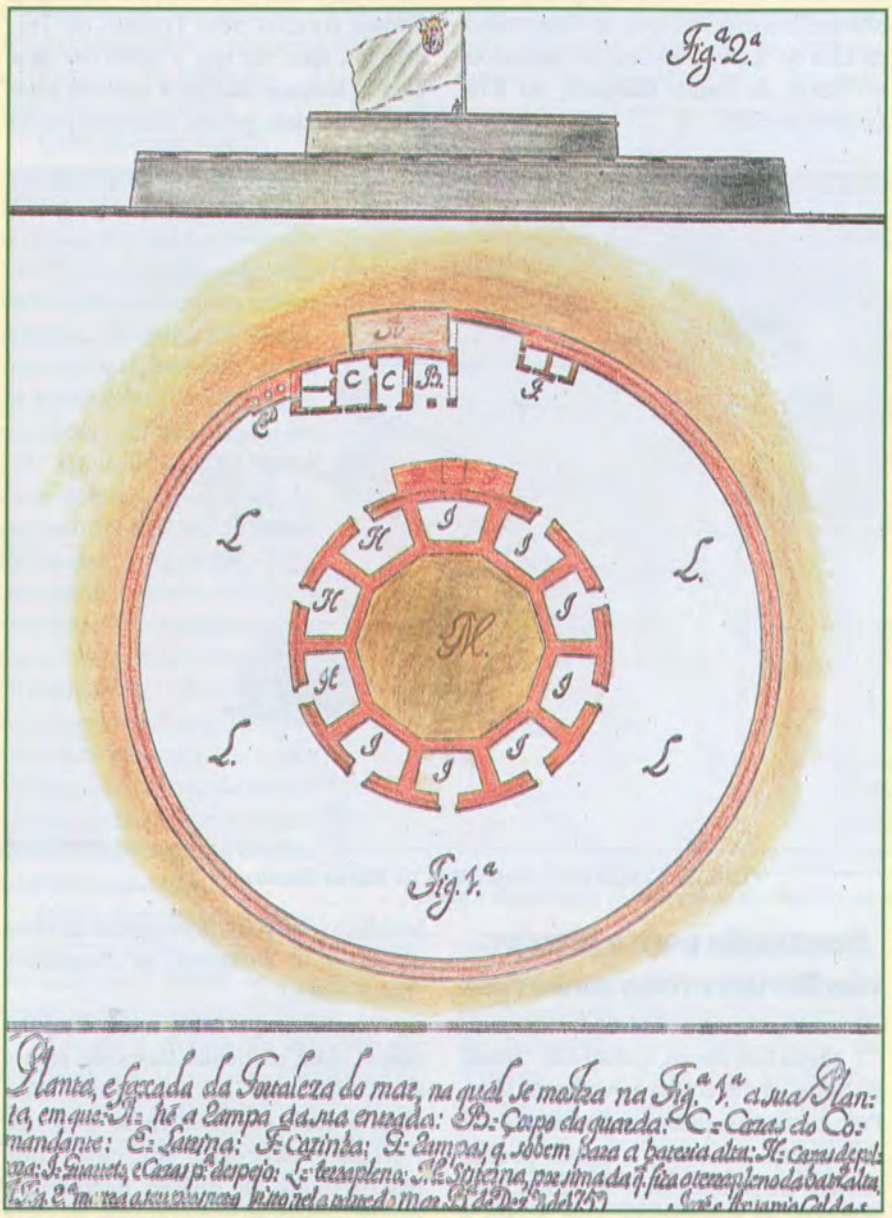
conseguido encontrar ouro, não só no próprio Estado da Baía, mas também em Goiás e em Mato Grosso, a par da descoberta de diamantes em Minas Gerais. Em consequência das descobertas de ouro e diamantes, abrem-se novas rotas comerciais, tendo como ponto exportador o Rio de Janeiro.

As Fronteiras: delimitação e consolidação

As fortificações tiveram marcada influência na delimitação das fronteiras terrestres do Brasil, quer por materializarem a posse do território, quer por localização de fortificações delimitadoras e defensoras das fronteiras.

Com efeito, essas fortificações fronteiriças tiveram um papel decisivo no êxito conseguido com os Tratados de Madrid de 1750 e de Santo Ildefonso de 1777, aos quais já atrás se fez menção.

Do conjunto dessas fortificações, destaca-se pela sua localização, imponência e estado de conservação actual, a *Fortaleza do Príncipe da Beira*, a qual à abaluartada do sistema Vauban e constitui um eloquente símbolo da tenacidade portuguesa por se situar em terreno inóspito no extremo Oeste da fronteira do Brasil. Merecem também referência, como já se aludiu, os desaparecidos *Fortes de Cucuí e de Tabatinga*, cuja localização privilegiada determinou que, ainda nos nossos dias, estejam instaladas nas suas proximidades unidades militares de fronteira.



Planta e Faxada da Fortaleza do Mar – Salvador da Baía

As actividades económicas

Sucintamente, podem ser considerados os seguintes "**ciclos económicos**": do "**pau-brasil**", do **açúcar** e do **ouro**.

No 1º ciclo, tiveram papel importante **as fortificações de Salvador (Baía)**, por ter sido o grande porto exportador de "pau-brasil", das quais podemos distinguir:

- *Fortaleza de Santo António da Barra*, que tem raízes na primeira fortificação regular erigida na Baía, entre 1591 e 1602, com a forma de hexágono irregular, onde hoje está instalado o Farol da Barra (gravura junta);
- *Forte do Mar ou de São Marcelo*, que foi construído em 1623 numa ilha próxima da cidade de Salvador, apresentando ainda hoje a sua peculiar forma circular original (gravura junta);
- *Fortaleza de Nª Sª de Monserrate*, que foi construída em 1586, numa colina sobre uma enseada ao norte da cidade, com a forma hexagonal e dispondo as suas muralhas em cada vértice de uma magestoso torreão arredondado;
- *Forte do Barbalho*, localizado na parte Norte da cidade de Salvador, situando-se num planalto a cavaleiro do porto que defendia a cidade pelo Norte, o qual teve acção gloriosa na defesa da Baía em 1638.

No 2.º ciclo, com o incremento dos "engenhos de açucar" na região do Pernambuco, têm interesse as **fortificações de Olinda-Recife**, das quais podemos destacar:

Além disso, os "bandeirantes" tiveram o mérito de alcançar novos territórios, com particular relevância para a ocupação da região de Mato Grosso que permitiu o controlo das "nascentes do Prata", o qual, porém, não se teria tornado efectivo sem a existência da Fortaleza do Príncipe da Beira e do Forte Coimbra. E, dai, a sua importância na ocupação do interior do actual território do Brasil.

permitirem marcar com exactidão as latitudes e longitudes dos lugares. Aliás, a cartografia portuguesa só conseguiu retomar o seu apogeu com a política de penetração e consolidação do território impulsionada pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, através do qual se penetrou no continente sul-americano, se desenvolveu a hidrografia, com especial destaque para a bacia do Amazonas em interacção com a definição estratégica da

• *Fortaleza das Cinco Pontas*, no Recife, que foi levantada em 1630, sendo assim baptizada devido à sua forma com "cinco baluartes salientes", embora já há muito tenha apenas quatro, em consequência da expansão urbana;

• *Forte de São Francisco de Olinda*, que foi construído pelos holandeses em 1630, sobre o mesmo local em que existia um outro anterior à ocupação holandesa, e que foi reconstruído pelos portugueses após a expulsão daqueles;

• *Fortaleza de Itamaracá* (ex-Forte Orange), ao Sul da Ilha de Itamaracá, junto ao Recife, a qual, embora com origem num Forte construído pelos holandeses em 1631, foi ocupada pelos portugueses em 1654, sendo reconstruída e tendo a forma quadrangular com quatro baluartes nos vértices;

Estas fortificações de Olinda-Recife desempenharam papel importante no período das Campanhas do Pernambuco, servindo de pano de fundo às batalhas de Guararapes, em que intervieram tropas constituídas por brancos, índios e negros, para expulsar os holandeses.

No 3.º ciclo, o Rio de Janeiro foi o principal porto exportador de ouro e de diamantes e outras pedras preciosas, vindas principalmente da região de Minas Gerais, pelo que, nesse período, ganha especial relevância **o conjunto das fortificações para defesa da baía de Guanabara**. Deste conjunto, podemos distinguir:

• *Fortaleza de Santa Cruz*, no lado leste da entrada da barra, que cruzava fogos com os Fortes de Copacabana e da Lage, sendo construída em 1567 e tendo sofrido, ao longo do tempo, várias modificações na sua estrutura;

• *Fortaleza da Lage*, na Ilha da Lage, na entrada da baía de Guanabara, a qual foi erguida em 1644, tendo também sido sujeita a vários melhoramentos posteriores.

Interessa também mencionar, pelo seu bom estado de conservação actual, mais as seguintes fortificações:

• *Forte do Vigia ou do Leme* (actual Duque de Caxias);

• *Forte de São Luís ou do Pico* (actual Barão do Rio Branco).

Merece aqui referência o relatório elaborado, em 1768, pelo brigadeiro Jacques Funk, engenheiro sueco ao serviço de Portugal, que descreve todas as fortificações existentes naquela época e em que propõe obras de reforço e melhoria das mesmas, apresentando um autêntico plano geral de fortificação para a cidade do Rio de Janeiro e revelando até algumas preocupações de natureza ambiental, tais como, aspectos de sanidade urbana.

Aspectos de Arquitectura e Fortificação Militar

Numa fase inicial, os construtores de fortificações eram improvisados, sem serem especializados na construção de obras de defesa, pois eram profissionais artesãos que também eram responsáveis por outras obras. Desses construtores militares improvisados, merece referência, pela sua acção pioneira no Brasil, o pedreiro Luís Dias que esteve na Baía com Tomé de Sousa por volta de 1549, tendo construido os primeiros baluartes e muros da cidade. Assim, as fortificações no Brasil só começaram a ter interesse arquitectó-

Fonte: GEAEM/DSE - Foto: Cintra e Castro Caldas

Plano da Ilha de Santa Catarina

nico, apenas durante o domínio espanhol, face ao real perigo que passaram a representar as sucessivas agressões francesas, inglesas e holandesas sobre o litoral brasileiro. Das providências então tomadas, sobressai a obra de Francisco Frias de Mesquita, engenheiro militar português, que foi enviado ao Brasil com o título de "engenheiro-mor", permanecendo ali durante mais de 30 anos de muito trabalho e participando na construção, entre muitas outras, da Fortaleza da Lage no Recife, da Fortaleza dos Reis Magos em Natal e do Forte do Mar em Salvador.

No período holandês de ocupação do Pernambuco e áreas limítrofes, citam-se

somente as duas fortificações principais, com valor arquitectónico e histórico: a Fortaleza das Cinco Pontas e o Forte Orange (depois, Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá) no Recife, as quais foram conquistadas e reconstruidas pelos portugueses, tal como já se mencionou.

Numa etapa posterior, com a restauração da soberania portuguesa em todo o Nordeste brasileiro, houve que cuidar do controlo da bacia amazónica, tendo então sido ali construídas várias fortificações, de que se destacam a Fortaleza de São José de Macapá e a Fortaleza do Príncipe da Beira, que foram projectadas, respectivamente, por Henrique Galucci e por Domingos Sambuceti, engenheiros italianos ao serviço de Portugal.

Numa última fase, correspondente ao período das lutas no Sul do Brasil para demarcação dos limites fronteiriços entre Portugal e Espanha, foi organizada uma expedição chefiada pelo brigadeiro José da Silva Pais, engenheiro e arquitecto português que desenvolveu acção notável na concepção de todo um sistema defensivo, incluíndo várias fortificações, das quais se destaca a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, na ilha de Santa Catarina, conforme já atrás se disse.

Seria ainda possível referir a acção de muitos outros engenheiros que foram enviados de Porugal para edificação das fortificações militares do Brasil, cuja identidade e actividades constam, pormenorizadamente, da obra "A Engenharia Militar Portuguesa na construção do Brasil"da autoria do general brasileiro Lyra Tavares.

Importa mencionar o papel da "Aula de Fortificação e Arquitectura Militar", criada em 1647 e considerada a primeira instituição de Ensino Superior Militar em Portugal, na formação de engenheiros e arquitectos militares com acção relevante na construção das fortificações do Brasil. Também a criação da "Academia Real Militar do Rio de Janeiro", em 1810, teve papel importante na formação de oficiais de engenharia e artilharia e ainda engenheiros geógrafos e topógafos para os serviços de minas e obras públicas no Brasil.

Por último, considera-se importante referir aqui o valioso acervo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da Direcção dos Serviços de Engenharia, (GEAEM/DSE) que contém documentos únicos sobre cartografia e fortificações militares. Destes documentos, refere-se a "Notícia Geral da Capitania da Bahia", de 1759, elaborada por José António Caldas, Sargento-mor de Infantaria com exercício de Engenheiro, donde foram extraídas as gravuras da Fortaleza de Santo António da Barra e da Fortaleza do Mar (gravura junta).

Baía de Todos-os-Santos e cidade de São Salvador

Síntese conclusiva

As fortificações portuguesas no Brasil, que tiveram, no passado, um papel relevante na construção desse novo e imenso país e que fazem, no presente, parte integrante do seu património histórico-cultural, poderão ter, agora e no futuro, por isso mesmo, uma função importante no reforço das relações entre o Brasil e Portugal. JE

Biografia

O Major-General Arnaldo Manuel de Medeiros Ferreira tem, entre outros, os cursos de Estado Maior e de Comando e Direcção do IAEM.

Desempenhou as funções de professor da AM e do IAEM, de Assessor do IDN e Director de Documentação e História Militar, entre muitas outras.

Presentemente, na situação de reforma, tem vindo a dedicar-se, por exclusiva iniciativa pessoal, à colectânea de documentação sobre as "Fortificações Portuguesas no Mundo".

Bibliografia:

GARRIDO, Carlos - "Fortificações do Brasil" in "Estudos para a História Naval e Marítima do Brasil - Vol. III" (Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940).

LEMOS, Carlos - "As Fortificações no Brasil" in "História das Fortificações Portuguesas no Mundo", Ed. ALFA (1989).

NORONHA, António H. Osório - "Fortificações construídas pelos Portugueses no Brasil" (Pesquisa efectuada sob os auspícios da Fundação Cultural BRASIL-PORTUGAL; Companhia Editora Gráfica Barbero, 1982).

TAVARES, General A. Lyra - "A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil" (Lisboa, EME, 1965).

WRIGHT, Antónia F. P. Almeida - "Fortificações Portuguesas no Brasil - Dos Descobrimentos à Época Pombalina" (Edição Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada, 1999).

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Medicina Dentária e Prótese Dentária

- Médicos Dentistas Especializados
- Instalações Modernas e Máxima Higiene
- Laboratório de Prótese Dentária Próprio

Preços Especiais para a ADME

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Lisboa - Rua Gomes Freire, 183 - 1º - 1150 Lisboa • Telefs.: (01) 353 46 55/70 - Fax: (01) 354 56 40
Sintra - Av. Miguel Bombarda, 27 - 4º B - 2710 Sintra • Tlef.: (01) 924 34 02 (Em frente à estação dos Caminhos de Ferro-CP)
Alverca - E.N. 10 - N.º 8 (Edifício Cinema) - Sala 108 - 2615 Alverca • Tlef.: (01) 957 36 40

Os Uniformes da Guerra Peninsular (1806 – 1813)

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

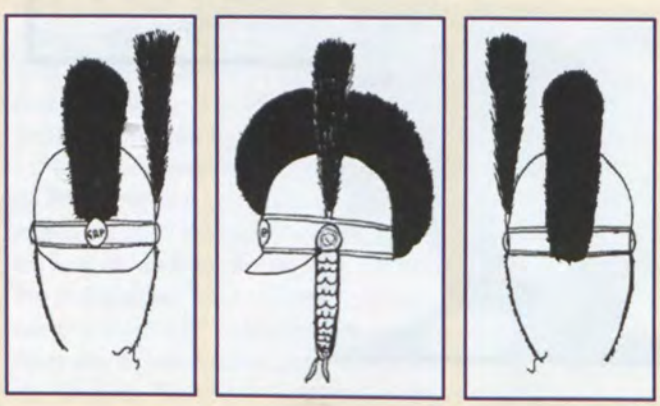
O uniforme da cavalaria da Guarda Real de Polícia referente ao período pós-1808 era o seguinte:

Casco
(mod. 1806)

De couro preto com pala do mesmo material. Em toda a volta do capacete tem uma "banda" de reforço em couro mais forte ou pele de cabra. Sobre este, na parte anterior, ao meio e logo acima da pala, tem uma chapa de metal amarelo ou dourado, no caso de praças ou oficiais, em forma de elipse, em que está em aberto as iniciais *G. R. P.* .

Francaletes de couro guarnecido exteriormente por escamas de metal amarelo ou dourado; estes utilizavam-se geralmente colocados para cima e atados na parte de trás do casco. Por cima da copa tinha uma cruzeta de ferro para reforço e resguardo da cabeça, das cutiladas dadas pelas espadas dos adversários.

Colocado a meio do capacete, e começando logo acima da elipse até à parte posterior do casco, tinha uma farta crina preta. Do lado esquerdo era colocado o penacho (de crina para todos, excepto para os oficiais que era de plumas), de cor preta. Sobre o encaixe do penacho encontrava-se o laço com a cor nacional azul-escuro e escarlate, sendo de lã para todos excepto para os oficiais que era de seda.

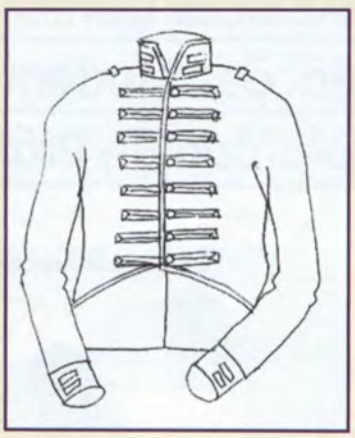


Casaca

Curta de pano azul-ferrete, sem bandas, abotoada pelo direito por uma fila de oitos botões de metal amarelo; ainda na parte anterior tem oito alamares de torçal de lã ou seda amarela, colocados horizontalmente. Forros e vivos azul-ferrete.

Gola e canhões das mangas de pano encarnado, tendo dois alamares iguais aos do peito, mas muito mais pequenos distribuídos do seguinte modo: dois de cada lado da gola e dois em cada canhão das mangas.

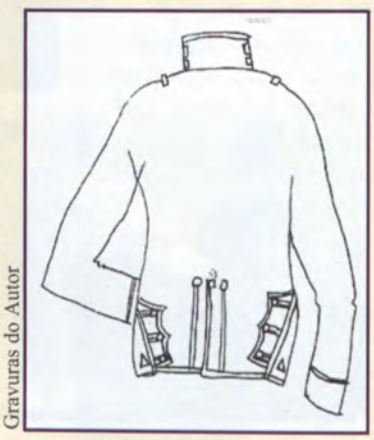
Dragonas de metal amarelo, articuladas, sendo utilizadas somente por oficiais inferiores (sargentos) e soldados; os oficiais tinham dragonas de escama de metal com o respectivo canutilho da patente, conforme o P.U. para o Exército de 1806.



O virado das abas da cor do forro é preso por triângulos de pano azul-ferrete. Na parte detrás da farda, encontram-se dois botões grandes de metal amarelo, colocados sensivelmente à altura dos rins; do pregado, de cada um desses botões, em direcção à borda das abas, tem um vivo da cor do forro.

As algibeiras são colocadas no sentido da altura, sendo as pestanas avivadas a azul-ferrete. Estas têm três botões, saindo de cada um, na horizontal, um alamar da mesma cor e igual aos dos canhões das mangas e da gola, tudo conforme nos indicam as figuras.

Todo o resto é do mesmo modelo do Plano de Uniformes de 1806, na parte respeitante à cavalaria. JE



Gravuras do Autor

CASA BUTULLER
– Miguel Butuller, Lda. –
37 – Rua Barros Queirós – 39
1100 LISBOA - Telef. 21 346 93 50
CASA BUTTULLER LISBOA
ESPECIALIZADA EM:
Todos os artigos militares para as Forças Armadas e Militarizadas, assim como:
Bonés, Fardas militares e civis, Botões, Cordões, Dragonas, Galões, Divisas, Charlateiras, Camisas, Emblemas, em metal, Bordados, Plásticos e em alumínio anodizado.
Condecorações, Espadas, Cintos e Fiadores. Bandeiras, Estandartes, Galhardetes, Guiões, Varões e Hastes.
Taças, Medalhas e Troféus, etc..

General Loureiro dos Santos

Reflexões sobre Estratégia - Temas de Segurança e Defesa

Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda. (Colecção Estudos e Documentos), Março de 2000, 14x21 cm, 281 págs.

Ao reflectir sobre estratégia e ao analisar temas de Segurança e Defesa, tem o General Loureiro dos Santos a grande virtude de materializar, no concreto e actual, essas mesmas reflexões e análises.

Este aspecto do seu livro, fruto de muito saber, cuidadoso acompanhamento das realidades do mundo e da vida e das suas implicações nos diversos âmbitos da Segurança e Defesa, quer nacional, quer internacional, tornam-no numa obra fascinante e essencial.

De realçar, pelo seu interesse e oportunidade, os capítulos referentes aos "Conceitos de Segurança e Defesa", "As Forças Armadas e o Poder Político em Portugal", serena mas profunda e acutilante reflexão sobre as relações entre o Poder Político e as Forças Armadas nos últimos anos e suas implicações nacionais, e "Questões Militares e de Segurança em Portugal", onde uma sequência de artigos oportunamente publicados permite uma visão dos, infelizmente ainda, problemas nesta matéria.

Pela oportunidade dos temas tratados e pela frontalidade e clareza como são apresentados, consideramos a leitura deste livro imprescindível não só a quem se interessa por assuntos desta natureza mas também, em especial, aos que detêm a capacidade de decisão em áreas fulcrais do Estado.

De salientar, a colaboração prestada à realização desta obra pelo Instituto de Altos Estudos Militares e a cuidada edição das Publicações Europa-América.

João José Brandão Ferreira

A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português

S. Pedro do Estoril, Edições Atena, Lda., Janeiro de 2000, 15,5x23,3 cm, 436 págs.

No âmbito do Mestrado em Estratégia que prossegue no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, apresenta o Tenente-Coronel Pil Av Brandão Ferreira uma interessante abordagem dos principais acontecimentos históricos que afectaram o contexto Nacional, para daí deduzir e sintetizar as principais linhas do pensamento estratégico que consubstanciaram a política do Estado Português, relativamente aos territórios do Ultramar, desde o início da expansão até à descolonização, como é referido no "Objectivo" da obra.

Mau grado a sua complexidade, julgamos este objectivo completamente atingido, pois essas grandes linhas do pensamento estratégico, que existiram e, efectivamente, consubstanciaram as políticas que também existiram, nesta matéria, ao longo dos já oito séculos e meio da nossa História, são claramente evidenciadas no texto apresentado.

De referir, contudo, as "Considerações Finais" que produz e

onde, com notável precisão, as refere cronologicamente, permitindo uma visão sintética mas extremamente clara dos momentos altos e dos períodos menos felizes que, como todas as Histórias de todos os Países com História, a nossa comporta.

Há que felicitar o autor por este trabalho, útil não só aos que por estes assuntos se interessam no âmbito intelectual mas também àqueles que, pelas suas responsabilidades, não podem esquecer que só com conceitos estratégicos adequados se podem realizar as políticas desejáveis.

Cuidada edição da Editora Atena.

Joaquim Chito Rodrigues

Segredos da Guerra e da Paz

S. Pedro do Estoril, Edições Atena, Lda., 1999, 15,5X23,3 cm, 245 págs.

O militar canta a honra
O militar canta a lealdade,
Surpreende poder mandante
Quando morre pela verdade.

(Rodrigues, J.C., *Engano* in *Segredos daGuerra e da Paz*)

Interessante, esta brochura, repleta de textos poéticos, passos de um percurso, no espaço e no tempo, de uma viagem interior à alma. O poeta não precisa de sair do seu quarto se quer percorrer distâncias, porque as asas do pensamento são tão velozes como um raio de luz que, na sua dimensão, gera o contraste entre os seres. E quando o poeta é o homem que, na trajectória da vida, profissional ou outra, se deteve, aqui e ali, para cativar um instante, desenhar uma silhueta ou deixar que uma emoção estética transborde pela captação do belo, então não podemos deixar de ficar surpreendidos, tanto mais quanto, habituados a ver só o homem, não se adivinhava que ali também estava o poeta.

Joaquim Chito Rodrigues é um albicastrense com um amor arreigado ao torrão que o viu nascer. A sua vida de profissional militar levou-o aos quatro cantos do mundo até que, em 1997, terminou a sua carreira no activo com o posto de General, na função de Director do Instituto de Altos Estudos Militares. Tem publicados diversos artigos em jornais e revistas, sobre assuntos militares e desportivos, bem como o livro *Combate Corpo a Corpo.*

A obra que hoje nos oferece, ***Segredos da Guerra e da Paz***, são as suas extraordinárias vivências pluricontinentais e multiculturais, nas mais diversas circunstâncias, em tempo de paz e de guerra, razão de ser desta expressão poética, há longos anos vivida.

«O que se segue espero seja para vós um momento de surpresa. (...) Escrevemo-lo em poesia, forma ímpar da expressão humana» - sublinha o autor na apresentação dos seus poemas ao Leitor.

É, sem dúvida, um livro surpreendente a todos os títulos, cujos «desabafos poéticos», além de aprazíveis, «*nos* levam a com *ele* meditar».

JE

Coronel Bastos Moreira

MONUMENTOS DE EVOCAÇÃO MILITAR

Pelo CORONEL BASTOS MOREIRA

CASTELO DE BELMONTE

Naquele local, que, do ponto de vista militar, se pode considerar como uma excelente posição, existiu possivelmente em tempos remotos uma obra fortificada lusitana que veio a ser conquistada no ano sessenta antes de Cristo, por Júlio César.

Os romanos, ao verificarem o valor desta posição, construíram ali um forte castelo, cujas características obedeciam à sua técnica e à sua arte sobejamente demonstradas em obras de natureza militar.

Na margem esquerda do Zêzere, numa situação dominante, o castelo constituía um marco da ocupação e servia de apoio à estrada que de Mérida vinha a Idanha e Belmonte, e seguia, depois, para a Guarda.

Considerando Belmonte uma posição essencial para a defesa da zona fronteiriça da Beira, D. Sancho I concedeu-lhe o primeiro foral no ano de 1188 e determinou que se procedesse à reconstrução do castelo.

D. Dinis, sempre atento às obras fortificadas do País, ordenou mais tarde a execução de novas obras de reconstrução e de remodelação.

Deve-se ao rei D. Manuel a realização de outras obras de reforço e de melhoramento e, também, a concessão de novo foral em 1510.

Desde tempos muito recuados foi donatária do castelo a família dos Cabrais, a qual tinha o honroso privilégio de não ser exigida aos seus elementos a prestação de juramento de fidelidade quando lhes era entregue um castelo à sua guarda.

A notável figura do grande navegador que foi Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil e Capitão-Mór da primeira frota que seguiu para o Oriente após a viagem de Vasco da Gama, é natural uma arquitectura muito especial que se de Belmonte. Nascido no ano de 1467, Pedro Álvares Cabral, que foi senhor e alcaide-mor de Belmonte, veio a falecer, segundo se crê, em Santarém, onde, na Igreja da Graça, se encontra a sua sepultura.

O castelo apresenta-nos uma altiva e robusta torre de grande altura, com base quadrangular, junto à qual existiram as instalações dos donatários; em redor a protecção era garantida por forte muralha de cantaria, com baluartes.

Um elemento arquitectónico de grande interesse, que não devemos deixar de assinalar, é uma janela geminada do estilo manuelino, decorada na parte superior por um friso de cairéis, característicos das edificações do tempo de D. Manuel.

Sobre essa janela existe um arco envolvente, mostrando na parte mais alta uma esfera armilar e o escudo dos Cabrais.

Segundo uma tradição, talvez lendária, diz-se ser de Belmonte o famoso Fernão Cabral, designado por GIGANTE DA BEIRA, homem de tamanho excepcional, dotado de prodigiosa força, acerca do qual se contam proezas fantásticas. Foi ele senhorio do castelo, talvez por sua imposição ou outro direito legal, visto se dizer que pertencia à família dos Cabrais.

Consta que no Castelo, em tempos não muito recuados, existia ainda uma maçã de ferro com o peso de cerca de 20 quilos, que o gigante fàcilmente manejava ao utilizá-la como arma de combate.

Não muito distante do castelo encontra-se o que resta de uma antiga torre de cantaria lavrada, junto da qual deve ter possivelmente existido uma povoação hoje extinta.

É a torre de CENTUM CELLAS, de uma arquitectura muito especial, que se assemelha ao estilo utilizado pelos romanos, e cuja construção se atribui a D. Dinis; desconhece-se, porém, a sua verdadeira história e a finalidade para que foi construída.

Viatura Blindada de Lançamento de Mísseis Antiaéreos Chaparral M730A1 12,3 TON. M/1990

Luís Costa

Fotos colecção do Autor

Em finais de Novembro de 1990 chegaram a Portugal cinco Viaturas Blindadas de Lançamento de Mísseis A.A. *Chaparral* M730A1 das quais quatro destinaram-se à Bateria de Artilharia Antiaérea da então Brigada Mista Independente, actual Brigada Mecanizada Independente. A restante viatura foi atribuída ao Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, sendo posteriormente transferida para o Regimento de Artilharia Antiaérea 1.

Esta viatura pertence à "familia" das viaturas M113 das quais já anteriormente falámos sobre alguns modelos também existentes no Exército Português. Muito idêntica à viatura M548, da qual é descendente directa, tem em comum com esta última a maioria dos seus componentes. Na parte traseira tem montada uma plataforma com uma torre de lançamento dos mísseis antiaéreos *Chaparral* M54A2E1.

Esta viatura está equipada com um motor *Detroit* Diesel modelo 5063-5299 a gásoleo, de 5211 cc. Atinge a velocidade máxima de 61 Km/hora. As suas dimensões são as seguintes: comprimento - 6,05 metros, largura - 2,68 metros, altura - 2,70 metros e distância ao solo - 0,43 metros. Com um depósito de 380 litros de combustível e consumindo 79 litros aos 100 kilómetros, tem autonomia para 483 kilómetros.

As fotografias publicadas referem-se a uma das viaturas da B.A.A. da Brigada Mecanizada Independente. Foram tiradas no Desfile Militar realizado em 25 de Abril de 1999, no Parque das Nações. A sua matrícula, MX-21-83, bem como o símbolo da unidade estão pintados em preto. Numa das rampas de lançamento está colocado um míssil de instrução, de cor dourada.

A BATALHA DO AMEIXIAL
Adaptação para jogo de guerra
XI - Ordem de batalha do Exército Português

Jorge Freitas

Foto do Autor

Aspecto parcial do campo de batalha do Ameixial na actualidade, vendo-se a elevação de onde foram desalojadas as tropas de D. João de Áustria após a investida dos terços portugueses e de um regimento dos aliados ingleses.

As letras e a numeração romana utilizadas nesta ordem de batalha reportam-se ao mapa que foi publicado no número anterior, o qual deve ser consultado em conjunto com esta relação.

Exército Espanhol: 8000 infantes, 6700 cavaleiros.

Comando A

G: General comandante-chefe (D. João de Áustria e cavalaria da guarda), 1 elemento Pi (S).

I - II: Infantaria, cada unidade 2 elementos Pk (I) + 6 elementos Sh (I).

III: Artilharia, 1 elemento Art (O) desatrelado, com o elemento de animais de tiro colocado atrás.

O comando fica batido quando as perdas atingirem 6 elementos.

Comando B

Y: General subordinado (Duque de San Germán e cavalaria da guarda), 1 elemento Pi (S).

IV - V: Infantaria, cada unidade 2 elementos Pk (O) + 6 elementos Sh (O). Inclui italianos, alemães e irlandeses.

VI: Infantaria, 2 elementos Pk (O) + 6 elementos Sh (O). Formada em coluna e marchando em direcção à estrada.

VII: Artilharia, 1 elemento Art (O) atrelado ao elemento de animais de tiro, seguindo atrás da unidade de infantaria VI e na mesma direcção desta.

O comando fica batido quando as perdas atingirem 9 elementos.

Comando C

Z: General subordinado (D. Diego Caballero e cavalaria da guarda), 1 elemento Pi (S).

VIII: Cavalaria, 8 elementos Pi (O).

IX: Cavalaria, 8 elementos Pi (O).

X: Cavalaria, 7 elementos Pi (O).

XI - XII: Cavalaria, cada unidade com 4 elementos Pi (F). Representa companhias com menor grau de protecção e com maior mobilidade.

XIII: Carros de bois, carroças e coches, num total de 9 elementos móveis de Bg (I). O elemento isolado atrás do monte onde se encontra o comandante-chefe do exército espanhol representa o coche do próprio D. João de Áustria.

O comando fica batido quando as perdas atingirem 11 elementos.

O exército é derrotado quando as perdas atingirem 38 elementos, incluindo as forças ainda presentes na mesa pertencentes a um comando batido.

A razão da infantaria espanhola das unidades **I** e **II** ser representada, de acordo com a definição dos tipos de tropa pelas regras *De Bellis Renationis*, por Piqueiros e Atiradores Inferiores, deve-se ao facto histórico da fraca prestação na batalha das tropas situadas no monte mais próximo da planície, as quais quebraram precocemente perante o ataque conjunto do regimento inglês e dos terços portugueses. JE

Coord Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Mensalidades a Pagar nos Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas
Ministério da Defesa Nacional
Portaria n.º 4/2000 de 5 de Janeiro

Considerando a necessidade de uma correcta redefinição das mensalidades a pagar pelos encarregados de educação dos alunos dos estabelecimentos militares de ensino - Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas - que permita compatibilizar as necessidades de gestão com os interesses do Estado e os dos encarregados de educação:

Ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 192/80, de 18 de Junho, conjugado com o estabelecido na alínea *e)* do n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º O artigo 12.º da Portaria n.º 774/86, de 31 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 12.º

1 – .....

2 – Os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino em regime de semi-internato ficarão sujeitos ao pagamento de 75% da mensalidade correspondente à categoria em que foram classificados.»

2.º O presente diploma é aplicável a partir do ano lectivo de 2000-2001.

O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio de Lemos de Castro Caldas*, em 3 de Dezembro de 1999.

(OE n.º 1-1ª Série, de 31JAN00)

Seguro de Vida dos Militares em Missões Humanitárias
Presidência do Conselho de Ministros e Ministros da Defesa Nacional e das Finanças
Portaria n.º 905/99 de 13 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, que aprova o estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro, foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 348/99, de 27 de Agosto, que cria um seguro de vida destinado àqueles militares, para reparação dos danos por morte ou invalidez permanente.

O mesmo diploma estabelece que as condições, período e montantes do seguro são objecto de regulamentação por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças e pelo membro do Governo responsável pela Administração Pública.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 7.º-A do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 348/99, de 27 de Agosto:

Manda o Governo pelos Ministros da Defesa Nacional, das Finanças e Adjunto, o seguinte:

1.º O seguro de vida para reparação dos danos por morte ou invalidez permanente dos militares integrados nas missões humanitárias e de paz fora do território nacional é contratado nas condições, período e montante constantes dos números seguintes.

2.º O número de militares abrangido pelo presente seguro é de 1700.

3.º O início e o fim da garantia da pessoa segura reportam-se ao início e ao fim da missão, abrangendo os momentos e locais de embarque e desembarque definitivo.

4.º O período do seguro é de um ano renovável.

5.º O capital seguro corresponde a 18 meses da remuneração mensal equivalente ao posto de capitão, constituída pela remuneração base do índice do 1.º escalão e pelo suplemento da condição militar, acrescida do suplemento de missão, multiplicado pelo número de militares referido no n.º 2.º

6.º O valor da indemnização por morte ou incapacidade total permanente corresponde ao capital seguro individual.

7.º Em caso de incapacidade parcial permanente, a indemnização é calculada tendo em consideração as percentagens de desvalorização constantes da Tabela Nacional de Incapacidades.

(DR n.º 239-I Série-B, de 13Out99)

Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças

Decreto-Lei n.º 503/99, de 20Nov

Aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública.

Portaria de 13Jan00

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, o seguinte:

1. O suplemento de missão a que alude o artº 7.º do Decreto-Lei 238/96, de 13 de Dezembro, cujo montante foi fixado pela Portaria n.º 301/97, de 7 de Maio, é actualizável em Janeiro de cada ano, de acordo com a percentagem que for determinada na revisão anual das remunerações-base dos militares das Forças Armadas.

2. A presente Portaria produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1998.

(Msg do GabCEME)

Coord Coronel Henrique Maurício

Campeonato Nacional Militar de Voleibol/2000

Exército Campeão Nacional (masculinos)

No período de 13 a 17 de Março, teve lugar na Base Aérea n.º 5 (Monte Real), o IX Campeonato Nacional Militar de Voleibol disputado entre as Selecções Militares (masculinas e femininas) dos três ramos das Forças Armadas e a PSP, já que a GNR não concorreu, o qual forneceu os seguintes resultados e classificações:

Resultados do I Escalão Masculino

- Exº x PSP (3-2)
- FAP x Arm (0-3)
- Exº x FAP (3-0)
- PSP x Arm (3-0)
- PSP x FAP (3-1)
- Exº x Arm (3-0)

Classificações do I Escalão Masculino

- 1º Exército (medalha de ouro)
- 2º PSP (medalha de prata)
- 3º Armada (medalha de bronze)
- 4º FAP

Resultados do II Escalão Masculino

- Exº x PSP (0-3)
- FAP x Arm (0-3)
- Exº x FAP (3-0)
- PSP x Arm (0-3)
- PSP x FAP (1-3)
- Exº x Arm (1-3)

Classificações do II Escalão Masculino

- 1º Armada (medalha de ouro)
- 2º Exército (medalha de prata)
- 3º FAP (medalha de bronze)
- 4º PSP

O Exército foi vencedor da Taça CEFDM, correspondente ao Campeão Nacional Militar/2000, no sector masculino, uma vez que foi o ramo que no conjunto dos dois Escalões obteve a melhor classificação absoluta a qual ficou assim ordenada:

1º Exército (campeão nacional masculino, medalha de ouro)
2º Armada (medalha de prata)
3º PSP (medalha de bronze)
4º FAP

Resultados do Escalão Feminino

- Exº x PSP (0-3)
- FAP x Arm (3-0)
- Exº x FAP (3-1)
- PSP x Arm (3-0)
- PSP x FAP (3-0)
- Exº x Arm (3-0)

Classificações do Escalão Feminino

- 1º, PSP (campeão nacional feminino, (medalha de ouro)
- 2º, Exº (medalha de prata)
- 3º, FAP (medalha de bronze)
- 4º, Arm

Na cerimónia de encerramento, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi entregue ao Exército o Troféu MDN, por ter sido o ramo vencedor absoluto das Competições Desportivas Militares, disputadas em 1999.

Impecável organização por parte da FAP, pelo que *JE* endereça os sinceros parabéns à Direcção de Instrução/EMFA e ao Comando da BA5, bem como à CEFDM/DGP/MDN.

Uma referência muito especial para os componentes das selecções masculinas e femininas do Exército, bem como aos elementos das suas equipas técnicas, pelas excelentes classificações obtidas, as quais são tanto mais de realçar quanto é certo que no corrente ano a tarefa tornou-se bem mais difícil, uma vez que não se realizou a fase Exército (entre as Selecções dos Comandos Territoriais) da modalidade, facto que, para além de reduzir o número de competições, dificultou a selecção dos componentes da Equipa do Exército.

Campeonato Mundial Militar de Corta-mato/2000

Portugal obteve a Medalha de Bronze no Corta-mato Curto

Com a realização, em Argel (Argélia), da 48ª edição do Campeonato Mundial Militar de Corta-mato (CISM 2000), terminou, a nível militar, a época de corta-mato 1999-2000.

Portugal esteve, mais uma vez, presente, numa prova onde tem um brilhante historial, com vários títulos mundiais e outros lugares de honra conquistados, e onde se apresentou para defender os títulos conquistados nas duas últimas épocas (1998 e 1999).

A Delegação Portuguesa foi constituída por:

- Chefe de Missão: Ten-Cor FAP Soares da Silva
- Chefe de Equipa: Cap GNR António Pereira

- Treinador: SCh Manuel Chaves

• Atletas do **Corta-mato curto**

- 2º Sarg GNR João Junqueira
- Sold GNR Alberto Maravilha
- Sold GNR José Ramos
- Sold GNR Alcídeo Ribeiro
- 2º Sarg GNR João Junqueira

• Atletas do **Corta-mato longo**

- Cabo GNR Domingos Barroso
- Cabo GNR Arlindo Macedo
- Sold GNR Pedro Cunha
- Sold GNR Jorge Pinto
- Sold GNR Luís Raposo
- Marinheiro José Silva
- CAdj Exº Luís Sá
- Agente PSP José Jesus
- Resultados Técnicos (Corta-mato/ masculinos /4990 m

• Clasificações Individuais

- 1º; Elhimeur Driss (França) (medalha de ouro)
- 2º; Bessou Laid (Argélia) (medalha de prata)
- 3º; Weidlinger Gunter (Áustria) (medalha de bronze)

• Clasificações dos Atletas Portugueses

- José Ramos (4º); Alberto Maravilha (11º); João Junqueira (12º) e Alcídeo Ribeiro (19º)

• Classificação por Equipas

1ª: **Itália**.....18 pontos (medalha de ouro)
2ª: **Argélia**.....25 pontos (medalha de prata)
3ª: **Portugal**.....27 pontos (medalha de bronze)

• Estatística

- Atletas: 67
- Países: 18 (Itália, Argélia, Portugal, Marrocos, Sushia, Qatar, França, Suiça, Alemanha, Arábia Saudita, Bélgica, Sudão, Espanha, Líbia, Lituânia, Líbano, Mauritânia e Canadá, (por ordem de classificação).

• Resultados Técnicos (Corta-mato feminino/4990 m)

• Classificações Individuais

- 1ª: Elkamech Zhour (Marrocos) (medalha de ouro)
- 2ª: Zaituc Luminita (Alemanha) (medalha de prata)
- 3ª: Smolders Anja (Bélgica) (medalha de bronze)

• Classificações por Equipas

- 1ª: Alemanha.....18 pontos
- 2ª: Itália.....21 pontos
- 3ª: Marrocos.....23 pontos

• Estatística

- Atletas: 35
- Países: 9 (Alemanha, Itália, Marrocos, Bélgica, França, Espanha, Canadá, Holanda e Lituânia, por ordem de classificação).

•Resultados Técnicos (Corta-mato longo/masculino/11770 m)

• Classificações Individuais

1º: Bamouh Mustapha (Marrocos) (medalha de ouro)
- 2º: Caimmi Daniele (Itália) (medalha de prata)
- 3º: Ogwanj Juuils (Uganda) (medalha de bronze)

• Classificações dos Atletas Portugueses:

- Jorge Pinto (27º); Pedro Cunha (37º); Arlindo Mecedo (46º); José Silva (53º); Domingos Barroso (54º); Luís Sá (72º); José Luís (79º); Luís Raposo (87º).

• Classificações por Equipas:

1ª: Marrocos.....68 pontos
2ª: Burundi.....88 pontos
3ª: Argélia.....92 pontos
.....
.....
.....
.....

7ª: Portugal.....289 pontos

• Estatística

- Atletas: 129
- Países: 18 (Marrocos, Burundi, Argélia, Itália, França, Qatar, Portugal, Bélgica, Tunísia, Espanha, Turquia, Sudão, Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, Holanda Líbia,e Uganda, por ordem de classificação).

Portugal conseguiu mais um brilhante resultado internacional numa modalidade onde apareceram dos melhores atletas mundiais.Parabéns do *JE* aos componentes da Delegação Portuguesa, desde o Chefe da missão aos atletas, sem esquecer a Equipa Técnica.

A morte de *Sir Stanley Matthews*

Na última semana de Fevereiro, *Sir Stanley Matthews*, um dos monstros sagrados do futebol mundial despediu-se do mundo dos vivos. Contava 85 anos de idade. A notícia foi amplamente divulgada nos órgãos de comunicação social de todo o mundo, incluindo, obviamente, os portugueses. A razão por que a inserimos nas páginas do nosso *Jornal* prende-se com a curiosidade de que a primeira vez que o grande futebolista actuou no nosso país foi em 1946, integrado na Selecção Militar da Royal Air Force (RAF) que

defrontou e empatou (1-1) com a nossa Selecção Militar.

Também integrou a selecção civil inglesa que, um ano depois (1947), "mimoseou" a nossa com um contundente 10-0.

Stanley Matthwes notabilizou-se, também, pelo facto de se ter mantido em actividade na "Premier League" até à bonita idade de 50 anos (retirou-se em 1965) sem nunca ter visto qualquer cartão vermelho. Um exemplo para muita boa gente, a começar por alguns camaradas que defendem o princípio de que o "desporto é coisa apenas para os mais novos". Paz à sua alma!

Corta-Mato distrital de Lisboa

No passado dia 26 de Janeiro, realizaram-se nas instalações desportivas do Comando de Instrução do Exército as provas de Corta-Mato Distrital de Lisboa.

Esta actividade reuniu cerca de 1800 atletas/alunos de diversos escalões de jovens federados e não federados, em representação de 78 escolas do distrito de Lisboa e foi da responsabilidade do Centro de Acção Escolar.

A unidade de apoio do aquartelamento da Amadora colaborou na organização da prova, na montagem do circuito, na cedência de instalações para apoio logístico e na segurança.

Estiveram presentes diversas entidades representantes dos órgãos da Acção e Desporto Escolar, o Presidente da Câmara Municipal da Amadora e diversas figuras do desporto nacional, nomeadamente o Professor Bernardo Manuel e os atletas Domingos Castro e Jorge Junqueira. JE

OFICIAL DO EXÉRCITO
JAQUETA AZUL

GENERAL DA FORÇA AÉREA
UNIFORME DE GRANDE GALA

OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

ESTABELECIMENTO FABRIL DO EXÉRCITO
ESPECIALIZADO NA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO
DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTO E
MATERIAL DE AQUARTELAMENTO.

FÁBRICAS
Fardamentos militares e civis: Calçado militar e de segurança;
Capotas de lona para viaturas; Tendas militares e civis
Equipamento individual de combate; Emblemas, símbolos
e botões em metal; Mobiliário metálico

CENTROS COMERCIAIS
Lisboa e Porto

QUALIDADE
Centro de Qualidade Própria

DESIGN
Um Gabinete de Design
especialmente habilitado a realizar projectos no referente a
Fardamentos civis e militares

CAMPO DE SANTA CLARA - 1100 LISBOA - PORTUGAL
TELEF.: 21 886 30 06 - 21 886 71 21 / 8 - FAX: 21 887 61 04

OFICIAL GENERAL DA ARMADA
UNIFORME DE GRANDE GALA

OFICIAL SUPERIOR DO EXÉRCITO
GRANDE UNIFORME

A única break com a suavidade da suspensão hidropneumática auto-ajustável dispõe agora do motor Diesel mais avançado do mundo. Com 110 cv às 4000 rpm, o novo motor HDi destaca-se pelo elevado binário a baixos regimes e pelo baixíssimo nível de ruídos e vibrações produzidos. Graças à tecnologia de injecção directa de alta pressão "common rail" que permite o controlo óptimo da mistura de carburante e ar, o motor HDi de 1997 cc. proporciona à nova Xantia Break HDi prestações e consumos sem paralelo entre os mais avançados modelos turbo-diesel. Visite o seu Concessionário ou Agente Citroën e experimente a sensação exclusiva de viajar no espaço de uma Citroën Xantia Break HDi.

Nem a tecnologia mais avançada dispensa um espaço exclusivo.

Citroën prefere TOTAL

CITROËN Xantia BREAK HDi

CADA VEZ MAIS SEGURO DE SI.

CRÉDITO CERTO

CITROËN FINANCE

Mais 32% de binário às 1500 rpm ■ Mais 25% de potência a baixa rotação ■ Redução do consumo em 21% Menos 22% de emissões poluentes ■ Menos 6% de vibrações ■ Redução do ruído em 50%

ISSN 0871-8598
00484 >
9 770871 859809

Ano XLI - Nº 485 - Maio de 2000

315$ (IVA incluído)

jornal do Exército

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

O Exército em Timor-Leste

1ª Missão Humanitária da NATO Operação "Allied Harbour"

efeméride

Maio

Batalha do Montijo (26 de Maio de 1644)

Esta acção notável, que foi uma das primeiras vitórias de envergadura ganhas pelos Portugueses na campanha da independência, iniciou-se com uma derrota.

O general espanhol, Marquês de Torrecusa, fronteiro do Alentejo, impaciente pela feição demorada que as negociações do seu governo impunham à campanha de Portugal, entendeu que devia vingar as derrotas sofridas. Contudo, o general português, Matias de Albuquerque, preparou-se para passar a fronteira, confiante de que os Espanhóis, envolvidos com a guerra noutros países, não poderiam dispor de grandes efectivos.

O general português atravessou entre Mérida e Badajoz indo até ao Montijo, vila espanhola que já havia sido assaltada pelo general de cavalaria Rodrigo de Castro.

Arquivo JE

Atravessando Vilar del Rey, Ruelola e Roca de Monforte, Matias de Albuquerque avançou sobre o Montijo, que encontrou de novo em estado de defesa, contudo, renderam-se sem maior resistência.

Torrecusa foi informado deste acontecimento e organizou o exército, entregando o comando ao Barão de Mollingen. Este atravessou o Guadiana, marchando para Norte. Matias de Albuquerque formara em batalha, perto do Montijo, para esperar o inimigo, marchando depois para Campo Maior, cioso e seguro de sair vitorioso.

O combate foi iniciado pela artilharia portuguesa, causando estragos na infantaria inimiga que logo se refez, mas Mollingen, conhecendo a fraqueza da ala esquerda portuguesa e sendo superior em cavalaria, mandou que esta atacasse o flanco português, colocando os Holandeses em fuga e comunicando o pânico aos Portugueses.

A cavalaria portuguesa, vendo a batalha perdida, retirou e, perante isso, os castelhanos consideraram-se senhores do campo.

Matias de Albuquerque tentou controlar a desordem e, ajudado por João da Costa, resolveu salvar as relíquias do exército e recompor o dano sofrido, reunindo os oficiais mais valentes de modo a formar novos terços de infantaria que atacavam novamente os espanhóis, enquanto João da Costa se apoderava da artilharia. Os Espanhóis, apanhados de surpresa, tentaram resistir mas não o conseguiram. Perseguidos em total desordem, atravessaram de novo o Guadiana.

Terminados os dois combates em que se dividiu a batalha, Matias de Albuquerque reuniu os terços e enviou-os para Campo Maior.

As perdas espanholas foram superiores às portuguesas; foi uma vitória extremamente lisonjeira para as armas portuguesas que passaram a ter credibilidade no estrangeiro.

O ano de 1644 terminou com mais um desastre para as armas espanholas. Torrecusa havia julgado que o seu exército era suficiente para combater com o de Matias de Albuquerque, não tendo contado com a decisão dos generais e a bravura dos nossos soldados.

As guarnições das praças de ambos os lados tinham ficado intactas, tais como as de outras províncias. O governo de Madrid, desgostoso com a derrota do Montijo, insistiu com Torrecusa para resolver a situação com um golpe de envergadura sobre Portugal. Daí, ele ter reunido todas as forças da Estremadura, juntamente com reforços de Filipe IV e avançou sobre Elvas.

Matias de Albuquerque reorganizou as suas forças, pedindo reforços a Lisboa.

As operações continuam nas outras fronteiras, com investidas dos Espanhóis, sempre desejosos de se aproximarem do seu principal objectivo, Lisboa. JE

Alferes TPS Ribeiro Gil, Adjunto Financeiro do RC 3.

dias festivos

Junho

1 – Brigada Ligeira de Intervenção
1 – Escola de Sargentos do Exército
7 – Quartel-General da Região Militar do Norte
9 – Depósito Geral de Material de Transmissões
10 – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
11 – Manutenção Militar
17 – Batalhão de Montes Claros
21 – Destacamento de Águeda da Academia Militar
21 – Escola Superior Politécnica do Exército
21 – Esq. PE/Zona Militar dos Açores
21 – Regimento de Guarnição nº 2
21 – Regimento de Infantaria nº 8
23 – Biblioteca do Exército
29 – Chefia dos Serviços de Transportes
29 – Hospital Militar de Belém
29 – Regimento de Artilharia nº 4

jornal do Exército

sumário

Ano XLI - Nº 485 - Maio de 2000

Zona Militar dos Açores
Monumento Evocativo dos Combatentes do Ultramar 12

O Exército em Timor-Leste 14

De *COMIBERLANT* a *CINCSOUTHLANT* 18

O Portal de Teixeira Lopes 23

A Questão Militar na União Europeia 26

Informação e Gestão do Exército no Kosovo 30

Roménia, um País à Procura da Europa 31

AFOR Operação "Allied Harbour" 36

2 ● Efeméride
4 ● Língua Portuguesa
5 ● Editorial
6 ● Figuras e Factos
40 ● Uniformes Militares
42 ● Monumentos de Evocação Militar
44 ● Livros
46 ● Jogos de Guerra
47 ● Legislação
48 ● Desporto

CAPA

Pára-quedistas em Timor
Foto: Luís Chaves/CAV

PROPRIEDADE
DO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94 1170-165 LISBOA
Telef 21 887 03 55 — Fax 21 888 44 57
INTERNET: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
DIRECTOR
Coronel Tirocinado
Manuel Rio Carvalho

REDACÇÃO
CHEFE
Major F. Marques Fernando
REDACTORES
Capitão António M. S. Ribeiro
Mauro Matias
ORIENTAÇÃO GRÁFICA
Inês Galvão
REVISÃO
Sargento-Ajudante Ventura Cunha
OPERADORES INFORMÁTICOS
Sargento-Ajudante Ceita da Silva
Assistente Administrativa Principal Elisa Pio
Assistente Administrativa Guiomar Brito
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Capitão Joaquim Santos
BIBLIOTECA
Major Alberto Braz

SERVIÇO ADMINISTRATIVO
CHEFE
Major Moura Duarte

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Centro de Audiovisuais do Exército

EXECUÇÃO GRÁFICA
EUROPRESS
Editores e Distribuidores, Lda
Praceta da República, Loja A-1
2675 Póvoa de Santo Adrião
TIRAGEM
6 000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL
Nº 1465/82
ISSN 0871/8598

TABELA DE PREÇOS PARA 2000

PREÇO DE CAPA ..... 315$00

ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE
— Portugal Cont. Madeira e Açores ..... 3 100$00
— Países europeus ..... 6 200$00
— Restantes Países ..... 6 600$00

VIA AÉREA
— Macau ..... 7 850$00
— Países europeus ..... 7 500$00
— Restantes Países ..... 11 000$00

NÚMEROS ATRASADOS
— 1960 a 1969 ..... 720$00 — 1970 a 1979 ..... 670$00
— 1980 a 1989 ..... 520$00 — 1990 a 1995 ..... 450$00

Os preços para Portugal Continental, Madeira e Açores incluem IVA à taxa de 5%

NOTA: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente

ENCADERNAÇÕES
Preço da Encadenação do *JE* do ano de 1999 ... 3 627$00 (C/IVA incluído)

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais:

1000/2000	3000/4000	5000/8000	Açores	Madeira
610$00	750$00	880$00	2.155$00	1.770$00

Alterações Incorrectas nas Abreviaturas Militares

Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Ainda não há muito tempo, iniciou-se uma incompreensível alteração de muitas abreviaturas militares usadas no Exército Português, consagradas há muitos anos e baseadas na universalidade das utilizadas pelos exércitos estrangeiros, segundo determinações oficiais. Algumas alterações desrespeitam as elementares regras gramaticais, provocando erros graves e inadmissíveis, desarticulando a linguagem militar que se quer compreensível para todos.

Vamos fazer um breve estudo, por partes, para melhor compreensão dos temas em causa.

Do Regulamento de Abreviaturas Militares

Abreviatura: parte de uma palavra que a representa.

a. As abreviaturas só devem ser utilizadas quando haja vantagem no seu emprego.

b. As abreviaturas das palavras isoladas escrevem-se com a primeira letra **maiúscula** e as restantes **minúsculas**.

c. Na escrita de abreviaturas não se utilizam sinais gráficos (pontos, acentos ou cedilhas).

Ex.: Admin (Administração), 1º Comdt (1º Comandante), Dep (Depósito), Set (Setembro).

Outros Tipos de Abreviaturas

Sigla: Palavra constituída pelas letras iniciais dos vocábulos componentes de uma expressão, denominação ou título.

Ex.: CJM (Código de Justiça Militar), DN (Defesa Nacional), JHI (Junta Hospitalar de Inspecção), CVP (Cruz Vermelha Portuguesa).

Acrónimo: Conjunto de letras, pronunciado como uma palavra normal, formado a partir das letras iniciais (ou sílabas).

Ex.: AGE (Ajudante General do Exército), CEM (Chefe de Estado-Maior), NEP (Normas de Execução Permanente), IGeOE (Instituto Geográfico do Exército).

Vejamos algumas pretensas abreviaturas de postos militares (maiúsculas), que não são mais do que acrónimos em uso na linguagem civil: SOL (Soldado), Soluções, Suporte de Informática; SAR (Sargento): Serviço de Assistência Religiosa, Sociedade Anónima de Responsabilidade, Sociedade Avançada de Radiologia; ASP (Aspirante): Alimentação Social Pública; TEN (Tenente): Tráfego Estiva do Norte; CAP (Capitão) Confederação dos Agricultores de Portugal; Comissão Arbitral Paritária.

Fotocomposição do autor

Uso Errado dos Numerais

Os numerais dividem-se em **cardinais** e **ordinais**, etc. Os **cardinais** designam números absolutos: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10, etc. Os **ordinais** são os que se referem à ordem ou posição numa série numérica. Para designar que o número é **ordinal**, coloca-se à direita e ao alto um º (minúsculo). Pode ser um ª (minúsculo) caso a expressão que designa seja feminina.

Assim, os **cardinais** usam-se, p.e., da forma seguinte: 1 soldado, 2 cabos, 3 furriéis e 4 sargentos, etc. Os **ordinais** utilizam-se, p.e., do modo seguinte: 1º cabo, 2º furriel, 3º oficial administrativo, etc. Se os elementos em causa são femininos, escrevemos assim: 1ª cabo, 2ª furriel, 3ª oficial administrativa, etc.

Serve este esclarecimento para alertar os responsáveis pelos erros gramaticais que se encontram em documentos militares, como ordens de serviço, notas, ofícios, etc., quando são referidas, principalmente em abreviaturas, as designações de postos sujeitos à utilização dos numerais **ordinais**.

Ao escrevermos, (ressalve-se o uso incorrecto das abreviaturas) por exemplo; "Na secretaria estavam 1 sarg, 2 fur e 3 of adm" estamos a referir que na secretaria estavam um sargento, dois furriéis e três oficiais administrativos. Mas se grafarmos: "Na secretaria estavam um 1º sargento, um 2º furriel e um 3º oficial administrativo (numerais ordinais) o sentido é diferente, como é lógico.

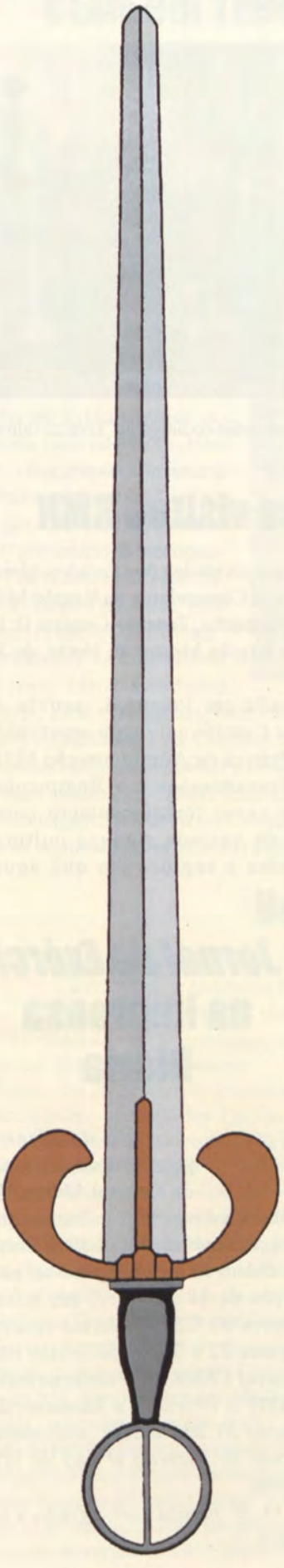
Comparemos com situações civis: **1º Ministro** e não **1 Ministro**; **2º classificado** e não **2 classificado**; **3º andar** e não **3 andar**; **4º piso** e não **4 piso**; **5ª observação** e não **5 observação**. etc.

Nota final

Quanto à formação das abreviaturas dos postos militares, repare-se que ela é feita segundo regras internacionais, o que pode ser apreciado na gravura inserta, a qual foi composta com elementos extraídos de documentos e de publicações dos exércitos europeus, americanos e africanos.

Repare-se, também, para efeitos de comparação, na outra gravura, composta com elementos recortados da Revista da GNR (Guarda Nacional Republicana), em cujo órgão de informação se pode verificar a forma correcta utilizada na formação das abreviaturas, embora aponham os sinais gráficos.

Aproveitando o tema, chamamos a atenção para o erro praticado com a abreviatura de **Dezembro** que, em publicações oficiais militares, aparece grafado assim: 15Dec99, 24Dec99, etc. quando o correcto é: 15Dez99, 24Dez99, etc. O uso da abreviatura DEC (do Inglês **December**) só se admite em mensagens, que são sempre escritas em maiúsculas, para não se confundir com o algarismo 10. Exemplo: "O IN ATACA EM DEC" e não "O IN ATACA EM DEZ".



Organização Híbrida

Em recente editorial da revista *Baluarte* o Governador Militar de Lisboa exprime as suas preocupações pelo facto evidente de, pelo terceiro ano consecutivo, se manterem as verbas orçamentais destinadas às despesas correntes o que, como é óbvio, se traduz pela sua efectiva diminuição em virtude da taxa de inflação oficialmente anunciada.

Após uma clara e precisa exposição dos factos, não lhe ocorre, apesar de tudo, o lamento legítimo mas antes a exortação aos seus subordinados, em especial aos que detêm especiais responsabilidades na gestão e administração das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, no sentido de fazerem o uso mais racional, parcimonioso e estritamente controlado dos limitados recursos com que terão de viver, por forma a conseguir que o essencial dos respectivos planos de actividades e objectivos para o ano 2000 venha a ser cumprido.

Numa época em que algumas vozes propugnam a descaracterização da Instituição Militar, quer pela via Jurídica, por aproximação a estatutos civis que não se compaginam, naturalmente, com a disciplina, espírito de missão e aceitação do sacrifício que tem de ser apanágio e fundamento moral de qualquer Força Armada, quer pela via da alteração da sua estrutura de ensino, ela também especifica, quer técnica, quer eticamente, esta atitude pública deveria dar que pensar.

É altura de dizer, com clareza, que a tentativa de mudança sugerida e, pior que isso, por vezes imposta, por quem, por formação e talvez preconceito, não conhece o essencial da estrutura moral e organizacional que tem de constituir o suporte das Forças Armadas (nossas ou quaisquer outras) poderá levar à sua transformação de uma Instituição solidamente baseada em valores morais numa organização híbrida em que os valores serão substituídos, apenas, por vulgares contratos de trabalho.

Devemos, porém, admitir que deve ser muito difícil morrer, se necessário, por um vulgar contrato de trabalho!

R.C.

Presidente da República na ESE

No âmbito de visitas que tem vindo a efectuar aos Estabelecimentos de Ensino Militar, o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, deslocou-se, em 20 de Março, à Escola de Sargentos do Exército, em Caldas da Rainha.

Acompanharam o Presidente da República os Generais Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Exército, o Secretário de Estado da Defesa, os Tenentes-Generais Governador Militar de Lisboa e o Comandante da Instrução, os deputados eleitos pelo círculo de Leiria, o Governador Civil do Distrito e o Presidente da Câmara de Caldas da Rainha, além de diversas autoridades civis e militares.

Após uma exposição sobre a ESE efectuada pelo Comandante daquela Escola, o Presidente da República visitou as instalações e assistiu a actividades dos alunos, quer do Curso de Promoção a Sargento-Chefe, quer do Curso de Formação de Sargentos, tendo

concluído a sua visita à "Casa-Mãe do Sargento" com um almoço-convívio.

Comandante da RM Noroeste de Espanha visitou RMN

No âmbito das actividades dos Estados-Maiores Peninsulares, o Comandante da Região Militar Noroeste de Espanha, Tenente-General D. Luiz Martinez Coll, visitou a Região Militar do Norte, de 3 a 6 de Abril.

Durante a sua estada em Portugal, aquela Alta Entidade militar e a sua Comitiva tiveram oportunidade de conhecer a Escola Prática de Administração Militar, a Escola Prática de Transmissões e o Regimento de Infantaria nº 13, bem como tomar contacto com os principais exemplos da variada riqueza cultural e paisagística das cidades e regiões em que aquelas Unidades se inserem.

"O Militar e a Arte" Tema de Exposição no Museu Militar

Mais uma exposição de artes plásticas com obras de autores militares que se realiza no Museu Militar, numa manifestação de relevante significado histórico-cultural que bem se enquadra na missão e atribuições desta casa.

Da biografia dos autores participantes nesta mostra, ressalta o caminho que esta geração de militares percorreu e viveu.

Caricaturas, cenas bucólicas, ninfas sonhadoras, pedras com feitiço, marinhas, sagas, medos, soldadinhos, despedidas no cais e trilhos da memória, despertam a admiração do visitante, nesta exposição temporária patente ao público de 8 de Maio a 15 de Junho.

General Joseph Ralston novo *SACEUR*

© LUSA

Numa cerimónia que decorreu em 3 de Maio no Supremo Quartel-General da NATO na Europa (SHAPE), em Mons, Sul da Bélgica o General norte-americano Joseph Ralston (56 anos) assumiu as funções de Comandante Supremo Aliado na Europa *SACEUR*, em substituição de Wesley Clark

O *Jornal do Exército* na Imprensa Diária

O *Correio da Manhã*, a propósito de declarações do General Martins Barrento a este jornal sobre as preocupações que afectam hoje o Exército em ordem ao futuro, refere-se, na sua edição de 18 de Abril, em texto da autoria de Carlos Varela inserto a páginas 22 e 23, à *Entrevista com o General CEME*, bem como ao texto da DAMP *A Obtenção e Manutenção de Praças RV/RC*, ambos publicados no *Jornal do Exército* nº 483 de Março último.

O *JE* regista com agrado a referência.

CEME em Timor com a Comitiva do Primeiro-Ministro

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Martins Barrento, acompanhou a Timor o Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, por ocasião da visita que o chefe do Governo fez àquele Território no período de 22 a 25 de Abril.

© LUSA

O CEME, não obstante as adversidades climatéricas que se fizeram sentir durante a sua estada, teve oportunidade de visitar, na cidade montanhosa de Maubisse, o 1º Batalhão de Infantaria Aerotransportado das forças nacionais destacadas em Timor.

Comemorações do Dia Festivo do RI 19

Em 25 de Março, numa cerimónia militar presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Martins Barrento, o Regimento de Infantaria nº 19 comemorou o seu Dia Festivo que, este ano, foi também o 191º aniversário da reconquista de Chaves aos Franceses, durante a Guerra Peninsular, pelo General Francisco da Silveira.

Presentes às cerimónias estiveram várias entidades militares, civis e religiosas, bem como antigos comandantes da Unidade. As cerimónias militares incluíram a Guarda de Honra ao General CEME, cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate, a que se seguiu a Continência das Forças em Parada, a alocução do Coronel Inf Camilo Almendra, Comandante do RI 19, leitura da Mensagem do General CEME, imposição de condecorações, atribuição de prémios aos Soldados Recrutas que se distinguiram durante a instrução e cerimónia de Juramento de Bandeira do CFP do 2ºT/00 GR "A". No final da cerimónia militar, os convidados visitaram as instalações da Unidade, tendo o General CEME inaugurado uma exposição de pintura, da autoria do pintor flaviense Mário Lino, subordinada ao tema "Fortalezas Medievais Transmontanas do Ano 1500", segundo Duarte d'Armas.

A encerrar as cerimónias festivas, que haviam sido precedidas, em 18 e 19 de Março, da realização de actividades desportivas de futebol de cinco e cicloturismo, actuou a Orquestra Ligeira do Exército, perante numerosa assistência da população de Chaves.

Notícias da Academia Militar

No decurso do mês de Março e já em Abril, a Academia Militar acolheu a visita de várias personalidades da vida nacional que, para os fins em vista, ali se deslocaram.

Assim, em 20 de Março, enquadrada no intercâmbio previsto dos Cursos de Saúde Militar, decorreu a visita do Reitor da Universidade Clássica de Lisboa, Professor Doutor Barata Moura, que veio acompanhado do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina, Professor Doutor Martins e Silva e do Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Medicina Dentária, Professor Doutor Simões dos Santos. Depois do almoço, os visitantes, acompanhados pelo Comandante da AM, Tenente-General Alcide de Oliveira, percorreram a Ala Nobre do Palácio da Bemposta e outras instalações.

Integrados num programa subordinado ao título "Quartas-feiras de Cultura", esteve, em 22 de Março, na AM, um grupo da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. Classificado pelo Instituto Português de Património Arquitectónico como "Imóvel de Interesse Público", os visitantes tiveram oportunidade de ver o diversificado património histórico da Ala Nobre do Palácio da Bemposta, bem como o que resta do Paço da Rainha edificado pela Infanta Dona Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra, de observar os quadros de Troni e Pedro Alexandrino, do tempo de Dona Maria I, e ainda os testemunhos da presença militar desde 1851, altura em que ali se instalou a então Escola do Exército.

Perante o Comandante da AM, Professores, Oficiais e Alunos finalistas, o Professor Doutor Adriano Moreira proferiu, em 30 de Março, uma conferência subordinada ao tema "Evolução do Conceito de Fronteira". O conferencista, sintetizando as alterações na Ordem interna e externa que justificam as várias fronteiras e as novas missões das Forças Armadas Portuguesas, fez uma exposição esclarecedora sobre o futuro das nações e as vulnerabilidades da Geopolítica.

Já em 4 de Abril, perante o mesmo auditório, houve lugar a outra conferência, desta vez subordinada à temática da Educação e proferida pelo Professor Doutor Marçal Grilo. Nela foram desenvolvidas ideias que oscilaram entre o "gosto de saber"e a "necessidade de saber", resultando numa empolgante exposição.

Prémio Defesa Nacional e Ambiente 1998 para o CMSM

Num acto que teve lugar por ocasião das comemorações do Dia do Campo Militar e do Aniversário da Brigada Mecanizada Independente, a que aludimos noutra local, foi entregue ao Campo Militar de Santa Margarida o ***Prémio Defesa Nacional e Ambiente*** referente ao ano de 1998, cuja forma material foi traduzida num tractor agrícola.

Na cerimónia de entrega do prémio usaram da palavra os Secretários de Estado do Ambiente e da Defesa Nacional e estiveram ainda presentes o Director-Geral de Infra-estruturas, o Director de Serviços de Programação e Normalização e a Chefe de Divisão de Estudos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional.

A atribuição do Prémio ao Campo Militar deve-se aos trabalhos aqui realizados, durante o ano de 1998, em ordem à preservação e melhoria da qualidade ambiental, conforme referido, oportunamente, no *JE* nº 465 de Setembro de 1998. De facto, para além de uma campanha de sensibilização para a necessidade de alteração de comportamentos, consumada na realização da ***Semana do Ambiente***, cujo alvo foi a totalidade do efectivo do CMSM e da BMI, atingiram grande dimensão os trabalhos de tratamento, reordenamento e alargamento da área arborizada, bem como os de protecção e fixação de espécies animais.

O ***Prémio Defesa Nacional e Ambiente*** foi instituído em 1993 pelo Ministro da Defesa Nacional e pelo Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, destinando-se a galardoar as Unidades, os Estabelecimentos, os Órgãos e Elementos das Forças Armadas que melhor contributo prestem em prol da preservação e da qualidade do ambiente em Portugal, em especial através da salvaguarda dos recursos naturais, na perspectiva dos princípios da defesa nacional.

CMSM celebrou Dia Festivo

O Campo Militar de Santa Margarida comemorou, em 6 de Abril, o seu Dia Festivo, numa cerimónia militar que, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. José Mourato, coincidiu com o 22.º Aniversário da Brigada Mecanizada Independente.

As comemorações iniciaram-se no dia 4 de Abril com a realização da tradicional prova de atletismo denominada Estafeta Nun' Álvares, num percurso de 90 quilómetros ligando o local do monumento evocativo da Batalha de Atoleiros, em Fronteira, ao Campo Militar.

Dando cumprimento ao programa da cerimónia militar comemorativa da efeméride, e após a integração do Estandarte Nacional nas Forças em Parada, foram recordados os militares falecidos que passaram por este Campo Militar. O Major-General Jorge Silvério, Comandante do Campo e da Brigada, proferiu uma alocução, seguindo-se a leitura da Mensagem do General Chefe do Estado-Maior do Exército. Ainda durante a cerimónia, foram rendidos o Porta-Estandarte Nacional da Brigada, o Porta-Estandarte Nacional e respectiva Escolta. A imposição de condecorações antecedeu o desfile das Forças em Parada, nas quais se incluíam o 2º BIMec/SFOR e o Agrupamento Delta, duas Unidades em preparação para as suas futuras missões na Bósnia e no Kosovo.

Depois da Cerimónia Militar e já com a presença do Secretário de Estado do Ambiente, teve lugar a entrega dos prémios do Concurso "Prémio Defesa Nacional e Ambiente", referente a 1998, em que o Campo Militar de Santa Margarida obteve o 1º lugar, entre outras unidades concorrentes.

Após o almoço-convívio, o Secretário de Estado da Defesa Nacional assinou o Livro de Honra do CMSM e da BMI.

Alunos da Academia Militar visitam RC 3

Os alunos do 4.º Ano do Curso de Cavalaria da Academia Militar efectuaram, em 21 e 22 de Fevereiro, uma visita de estudo ao Regimento de Cavalaria n.º 3.

A visita, integrada no programa da cadeira de Táctica de Cavalaria II, além de proporcionar o conhecimento da Missão, Organização, Possibilidades e Limitações do RC 3, o contacto com os materiais mais significativos da Arma e a realização de um exercício táctico de Pelotão de Reconhecimento, teve ainda como objectivo possibilitar o convívio com os Quadros da Arma.

No RC 3 Entrega de Diplomas de Curso de Formação Profissional

No Salão Nobre do Regimento de Cavalaria nº 3, sob a presidência do 2º Comandante da RMS, Major-General Canha da Silva, teve lugar, em 28 de Janeiro, a cerimónia de encerramento do Curso de Cozinheiros, com a entrega de diplomas aos dois formandos militares e seis civis.

O referido curso, que decorreu nas instalações do RC3 de 17 de Maio de 1999 a 28 de Janeiro último, foi ministrado no âmbito do Protocolo celebrado com o Centro de Formação Profissional (CFP) de Évora, cujos representantes estiveram presentes naquela cerimónia.

Aquartelamento da Amadora apoiou Jogos Escolares Concelhios

Em 15 de Março, decorreu, nos campos polidesportivos do Aquartelamento da Amadora, o campeonato concelhio escolar de futebol de cinco que contou com a presença de cerca de 400 alunos em representação de 14 escolas daquele concelho.

A actividade foi apoiada pela Unidade de Apoio do Aquartelamento da Amadora, através da Secção de Educação Física que colaborou na organização dos jogos, no apoio logístico prestado aos atletas e na montagem da segurança.

IV Congresso da ADFA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) realizou o seu IV Congresso, entre 14 e 16 de Abril. Direitos, garantias, legalidade, justiça, associativismo e solidariedade foram alguns dos temas debatidos pelos delegados daquela associação.

Das conclusões deste IV congresso, lidas na sessão de encerramento perante o Ministro da Defesa Nacional, ressaltam aspectos fundamentais para a vida de "todos os deficientes das Forças Armadas (...) em igualdade de circunstâncias". A ADFA pretende "levar ao conhecimento público os problemas que afectam cerca de 10% da população portuguesa". Do Estado Português espera a "assunção inequívoca das responsabilidades perante os então cidadãos de origem africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na guerra colonial". Conclui-se, também, que "cabe à ADFA (...) impor às estruturas (...) que mais do que abafarem o movimento associativo, atribuindo-lhe subsídios (...), resolvam os reais problemas da população deficiente".

Os deficientes das Forças Armadas Portuguesas desejam, acima de tudo, "o seu reconhecimento como seres com todas as garantias do livre exercício do direito `a cidadania plena".

Dia da Árvore e da Água no RI 1

Organizado pela Unidade, em parceria com a Câmara Municipal de Sintra e com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, comemorou-se, em 17 de Março, no Regimento de Infantaria nº 1, o ***Dia da Árvore e da Água.***

O evento contou com a participação de cerca de 800 alunos de várias escolas do ensino oficial e particular do concelho de Sintra e ainda do Colégio Militar e Instituto de Odivelas, que plantaram árvores no interior do quartel, apoiados por jovens militares do CFP.

O programa das comemorações, além de outras actividades, como Oficinas Temáticas, Artes Circenses e um espectáculo de variedades para crianças, incluiu também uma palestra que, presidida pelo Governador Militar de Lisboa, Tenente-General Barroso de Moura, e alusiva ao evento, foi proferida pelo Prof. Dr. Galopim de Carvalho, Director do Museu Nacional de História Natural.

Depois da actuação da Banda de Música do GML, os alunos fizeram o seu "Compromisso do Defensor da Natureza", acto que, juntamente com a plantação das árvores, se revestiu de grande significado para todas as crianças participantes.

RE 3 de novo agraciado com Medalha de Ouro

«Dados os relevantes serviços prestados pelo Regimento de Engenharia nº 3, de Espinho, no concelho de S. Pedro do Sul, mais concretamente na abertura dessa grande obra que liga Candal a Santa Cruz da Trapa e que, por sua vez, é parte terminal da Estrada Regional 326 que se iniciou e concluiu no vizinho concelho de Arouca, através também do mesmo Regimento de Engenharia, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou agraciar o dito Regimento, no dia do seu aniversário, com medalha de ouro do concelho de S. Pedro do Sul. Mais deliberou a Câmara Municipal, igualmente por unanimidade, louvar toda a equipa militar que vem operando na grandiosa obra já referida e diversas vezes visitada pelas altas patentes do Exército que, assim, também quiseram enaltecer o trabalho desenvolvido e o concelho de acolhimento, S. Pedro do Sul».

É este o teor da Acta da reunião de 25 de Janeiro, na parte respectiva, em que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul deliberou, por unanimidade, atribuir ao Regimento de Engenharia Nº 3 a Medalha de Ouro daquele município.

Aquela deliberação foi, entretanto, ratificada, também por unanimidade, em sessão da Assembleia Municipal ocorrida em 18 de Fevereiro.

Está, assim, de parabéns, o Regimento de Engenharia de Espinho que, mais uma vez, vê reconhecidos os seus esforços no sentido de melhoria da qualidade de vida das populações que a ele acorrem através das entidades competentes.

Reunião de Comando da RMS

Presidida pelo Tenente-General Martins Cavaleiro, Comandante da RMS, que foi recebido, à chegada, pelo Major-General Canha da Silva, 2º Comandante da RMS, e pelo Coronel Inf Pereira Guerreiro, Comandante da Unidade, teve lugar, em 18 de Abril, no RI 2, a 2ª Reunião de Comando da Região Militar do Sul.

O programa constou de uma Guarda de Honra ao Tenente-General Martins Cavaleiro, tendo-se iniciado depois os trabalhos da reunião em que estiveram presentes os Comandantes, Directores e Chefes das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos que integram aquela Região Militar.

Uma visita à Unidade e, no final, um almoço com todos os presentes encerraram o programa da Reunião de Comando.

Comunhão Pascal na Academia Militar

Na Capela Real do Paço da Rainha, realizou-se, em 12 de Abril, a tradicional Comunhão Pascal da Academia Militar, numa concelebração eucarística que, presidida pelo Vigário-Geral Castrense, D. Januário Torgal Ferreira, teve a participação de alguns Capelães do Exército.

Por ocasião da cerimónia, que havia sido precedida de Confissões, dois Cadetes fizeram a 1ª Comunhão, tendo sido concluído o programa daquele dia com um almoço-convívio no Refeitório de Alunos.

CM de Resende reconhece Apoio do RE 3

A Engenharia Militar, através do Regimento de Engenharia n.º 3, de Espinho, tem dado, ao longo de cerca de 20 anos, um apoio extraordinário às populações de Resende na abertura de vias municipais, o que tem contribuído para a melhoria da sua qualidade de vida.

Por tal motivo, a Câmara Municipal de Resende, em reunião de 15 de Fevereiro, deliberou, por unanimidade, aprovar uma proposta do Presidente da edilidade no sentido de atribuir ao Regimento de Engenharia n.º 3, de Espinho, a Medalha de Ouro do Concelho, e um voto de Louvor a todos os militares que lá têm operado, "pelo seu interesse, vontade e empenhamento no trabalho desenvolvido".

Curso de Estado-Maior 99/01 visita RAM

Uma missão do Instituto de Altos Estudos Militares, constituída pelos Oficiais do Curso de Estado-Maior 99/01, Coronel Director do Curso, um Tenente-Coronel, dois Majores, professores, e o Major-General Subdirector do IAEM, realizou, no período de 30 de Abril a 6 de Maio, uma visita de estudo à Região Autónoma da Madeira.

Durante a sua estada, cujo objectivo foi o de aprofundar os conhecimentos sobre as realidades regionais, nomeadamente nos aspectos estratégico-militar, económico, social, político, cultural e turístico, a missão contactou as mais Altas Entidades civis da Região

Autónoma, nomeadamente o Ministro da República para a Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional e o Presidente do Governo Regional.

No Quartel-General da Zona Militar da Madeira, num *briefing* a que assistiram os Oficiais do Curso de Estado-Maior, o Major-General Governo Maia destacou aspectos históricos e operacionais e os Chefes das Repartições do Estado-Maior detalharam cada uma das suas áreas. No que diz respeito à área civil, tiveram oportunidade de ouvir exposições apresentadas pelo Ministro da República e pelo Presidente do Governo Regional da Madeira.

O Curso de Estado-Maior deslocou-se ainda a Porto Santo, onde visitou as instalações militares ali existentes, pertencentes aos três ramos das Forças Armadas.

Homenagem ao Tenente-General Jorge de Avilez

Os alunos de História de Arte da Escola Secundária Padre António Macedo (ESPAM) de Santo André, da Direcção Regional de Educação do Alentejo, levaram a efeito, de 13 a 15 de Fevereiro, um programa de comemorações, cujo móbil central foi a vida e obra da figura histórica do Tenente-General Jorge de Avilez Jusarte de Sousa Tavares, 1º Conde de Avilez, nascido em Portalegre a 28 de Março de 1785 e falecido em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1845.

Antes da abertura da Exposição "A Arte no tempo de Jorge d'Avillez" – um tempo de Liberdade e Romantismo que, realizada pelos alunos de História de Arte

da ESPAM, teve lugar no dia 15 de Fevereiro e permaneceu até 29, destaca-se, entre outras acções, a sessão solene dedicada à vida e obra do 1º Conde de Avilez, que decorreu no dia 14 de Fevereiro no auditório daquela Escola. Nesta sessão, em representação do Exército que havia contribuído para o evento com informação documental sobre a figura visada, esteve presente o Director do *Jornal do Exército*, Coronel Tirocinado Rio Carvalho, que no final entregou as taças aos alunos de História de Arte, como prémio pela sua actividade. Da sua presença fez-se eco a ESPAM que manifestou o seu agrado pelo estímulo que os alunos receberam e pelos valores que estes souberam apreender no contacto com o 1º Conde de Avilez. «Foi um dia inesquecível para os alunos, principalmente para os terminais que fizeram um fim de festa antecipado» – referiu a Professora Inácia d'Oliveira Carneiro.

Dia Festivo do DGMG

Em cerimónia militar presidida pelo Tenente-General Pires Mateus, Inspector-Geral do Exército, em representação do General CEME, e com a presença do Tenente-General Jorge Barroso de Moura, Governador Militar de Lisboa, o Depósito Geral de Material de Guerra comemorou, em 11 de Janeiro, o seu 304.º Aniversário.

Ambas as entidades foram recebidas, à chegada, pelo Director do DGMG, Coronel Eng.º SM Raposo Alves, sendo-lhes prestadas as honras regulamentares.

Entre outras entidades, estiveram presentes o Comandante da Logística o Director dos Serviços de Engenharia, Director dos Serviços de Material, 2.º Comandante do GML, Director do IMPE, alguns anteriores Directores do DGMG,

vários Comandantes de Unidades dos três ramos das Forças Armadas, os Presidentes das Câmaras Municipais de Alcochete e de Benavente e o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.

Cumprindo o programa do Dia Festivo, foi prestada continência à Alta Entidade pelas Forças em Parada, a que se seguiu a Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria. O Director do DGMG proferiu uma alocução alusiva à efeméride, focando o esforço despendido pelo seu pessoal no apoio e fornecimento de material para as tropas portuguesas que se encontram em missões de paz.

Em seguida procedeu-se à imposição de condecorações e ao desfile das Forças em Parada, com a actuação da Banda do GML.

Zona Militar dos Açores

Monumento Evocativo ao

Por proposta do Núcleo Regional de Angra do Heroísmo da Liga dos Combatentes, a Câmara Municipal daquela cidade mandou erigir um *Monumento em Homenagem aos Combatentes da Guerra do Ultramar*, onde constam os nomes dos 31 mortos do Concelho.

A cerimónia de inauguração teve lugar no passado dia 9 de Abril e foi presidida pelo Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, tendo estado presentes o Comandante Operacional dos Açores e os comandantes das zonas Militar e Aérea, entre outras individualidades.

Na ocasião, foi proferido um discurso pelo conhecido historiador Dr Jorge Forjaz que muito tocou todos os presentes e que, pela sua importância, a seguir se transcreve na íntegra:

Ex.mo Senhor Ministro da República

Ex.mo Senhor Comandante Operacional dos Açores

Ex.mo Senhor Presidente do Núcleo de Angra do Heroísmo da Liga dos Combatentes

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Pais, mães, filhos e amigos dos que hoje são aqui evocados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Vou ler-vos as palavras que escrevi em Bissau – tinha eu então 26 anos – na folha de rosto da História da minha Unidade, a Companhia de Caçadores 2571, formada no Regimento de Infantaria do Funchal, então B.I.I.19.

Creio dever-vos, no entanto, uma breve explicação prévia, para entendimento do que lerei.

Cada unidade, fosse companhia independente – como era o nosso caso – ou batalhão, tinha que apresentar no fim da comissão um relatório – a chamada «História da Unidade» - em que ficassem registados todos os factos relativos àquela unidade. Ou seja, a mobilização, a formação, a deslocação para o teatro de operações (que, no meu caso, foi a Guiné), a actividade discriminada, dia a dia, das operações durante o tempo da comissão, as baixas sofridas, as punições, os louvores, as condecorações, o regresso.

Já fervilhava, nessa altura, em mim, o sangue do historiador que haveria de nascer. E porque isso eventualmente se notasse, fui eu o encarregado de fazer a história da Unidade. Foi um trabalho cansativo, evidentemente não remunerado, mas muito remunerador em termos psicológicos, pois que senti que estava a registar no papel alguns dos momentos mais significativos – o que quer que a palavra *significativo* possa significar – da minha juventude.

Da minha juventude e de mais uns tantos camaradas – 155 para ser mais preciso – que embarcaram comigo a bordo do «Uíge», naquele já longínquo dia 13 de Agosto de 1969, o mesmo dia em que meu Pai completava 68 anos, que comemorou no cais da Rocha do Conde Óbidos, abraçado à minha Mulher, recém-casada de 5 meses, e já grávida da nossa primeira filha.

Meu Deus, quando hoje olho para trás e vejo o meu filho que tem pouco menos do que a idade que eu então tinha, mas tem a mesma idade de todos os soldados que integravam a minha companhia, jovens madeirenses na flor da idade, penso quanto terão sofrido os meus Pais e a minha Mulher (a minha Mãe já ferida de morte pela doença que a haveria de levar, nem pôde ir despedir-se de mim) e penso em todos os pais que ficaram pela Madeira, donde saímos a 31 de Maio, e que não estiveram

presentes na partida definitiva para o largo mar, que por séculos foi caminho de portugueses.

E recordo ainda a aflição de um pai que no cais do Funchal veio ter comigo, e me disse tomando-me as mãos: «Entrego-lhe o meu filho, traga-mo de volta». Embarga-se-me ainda hoje a voz ao recordar a fremência daquelas mãos, o brilho daqueles olhos e a emoção daquelas palavras. A mesma fremência, a mesma voz, a mesma emoção de todos quantos estavam ali, e que não saberiam, talvez, por respeitos humanos ou por natural devastação da alma, exprimir as suas emoções. E com que alegria, ao regressar ao Funchal dois anos depois, encontrei o mesmo Pai, a quem disse: «Ele aqui está, são e salvo».

Infelizmente, e com que tristeza e amargura o recordo, aqui, longe daquela bela terra madeirense, infelizmente tinham ficado pelo caminho uns tantos companheiros , entre os quais, o meu fiel guarda-costas, João Evangelista de Freitas Aveiro, tão amigo, tão disponível, a alegria da nossa equipa e que morreu varado por uma rajada de metralhadora. Na Madeira, aguardando que ele voltasse depressa e bem, e tal como comigo se passava, uma mulher esperava – e esperou em vão por ele. Quando 25 anos passados voltei à Madeira, encontrei-me com ela e vi o mesmo rosto angustiado, a mesma dor, a mesma viuvez petrificada de espanto, do espanto que atinge as almas quando estão no cume dos sonhos, e a vida está toda pela frente.

E lá estivemos na Guiné dois anos. Ao historiador que então se formava, ordenou o comandante da Companhia – porque era em Ordem de Serviço que essas comissões nos eram cometidas – ordenou o comandante da Companhia que eu fizesse a História da nossa Unidade. Pacientemente, reuni toda a informação disponível, e ela lá está, para juntamente com outras histórias que às centenas repousam nas prateleiras do Arquivo Histórico-Militar servirem um dia para se fazer uma verdadeira História das Campanhas do Ultramar.

s Combatentes do Ultramar

Vou ler-vos então as palavras que escrevi na folha de rosto dessa história, palavras que li aos meus camaradas de então e que todos subscreveram:

«Deus quer, o Homem sonha, a Obra Nasce,
Deus quis que a Terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse»

(Fernando Pessoa, *Mensagem*)

Pessoa, Arquitecto da Ideia, viu o Querer, o Sonho e a Obra. E o Sonho foi largo e belo – descobriram-se as terras, afeiçoaram-se as gentes, comerciaram- se os produtos. Mas gastaram-se os trabalhos, e o tempo desgastou a febre original de civilizar. Os homens desencantaram-se do sucedido, e, na ausência do Pensar e do Estar, só com o Ser (Ser um País Ultramarino não coincidia com o Estar nele e nele Pensar) desenvolveram-se as ideias tenebrosas que incendiaram as terras outrora descobertas.

Num esforço ingente de recuperação e de explicação, tem vindo a mocidade forte a sanar a doença que alastrou. De 1969 a 1971 a C 2571 incluiu-se no grupo dos que ajudaram a reestruturar, a normalizar, a civilizar. Foram-nos solicitados trabalhos próprios da paz e trabalhos próprios da guerra – nos primeiros, lavrámos os campos, construímos as casas, educámos os povos; nos segundos, patrulhámos as matas, protegemos os itinerários, perseguimos o inimigo. Num e noutro temos a certeza de bem ter cumprido – o nosso desejo é que a nossa presença tenha contribuído para a efectivação real do Sonho belo que outrora sonhámos. «Se a Obra nasceu do trabalho realizado, está cumprido o Dever».

Foi assim, era assim. Apesar do sofrimento e da dor e da ausência, e apesar das muitas lágrimas que as mães de Portugal choraram para que o mar fosse nosso – e a minha Mãe, levei-a no coração e ela partiu para a Eternidade, sem me tornar a ver. Estávamos a viver, sem o saber ainda, a última página da história trágico-marítima.

A distância de 30 anos parece-me que tudo isto se passou noutra galáxia. A alma não seria pequena, mas parece que afinal nada valeu a pena.

Ficaram as mães, ficaram as viúvas, ficaram os mutilados de guerra, ficaram países ensanguentados e sem liberdade, ficou até um palácio presidencial em Bissau que resistiu a tudo e não resistiu à última fúria destruidora da rebelião do ano passado. Ficou o *stress* pós-guerra, ficou um país envergonhado da sua história e esquecido dos seus mortos, ficou uma legislação a haver e que protegesse os que combateram à sombra da Bandeira da Pátria, e com ela morreram ou ficaram destruídos psicologicamente, deixando famílias sem chefe ou em sofrimento silencioso. Ficou um país que, confundindo história com política , é mal agradecido para com a gente deste país que em todos os tempos não negou o seu sangue, o seu sacrifício, para que Portugal se fosse cumprindo, conforme os ventos da História de cada tempo que foi fluindo.

Meus queridos amigos, em Inglaterra, há todos os anos uma cerimónia muito comovente, em que a Rainha, os príncipes, o Governo e toda a Nação se vestem de luto, e com uma flor vermelha ao peito, rezam uma oração em cerimónia pública pelos que, ao serviço da pátria, verteram o seu sangue em todas as guerras em que a Grã-Bretanha se envolveu. E quantas delas foram justas? E quantas delas poderiam ter sido evitadas? E quantas delas não foram produto de mero capricho de um governante insensato?

Mas o sangue derramado era de ingleses, irmãos de sangue, irmãos de carne, que partiram sem mais voltar, para que a Inglaterra se fosse cumprindo. E uma Pátria não se analisa por fatias, é produto da totalidade das suas festas e das suas lágrimas, das suas vitórias e das suas derrotas. Portugal construiu-se em Ourique, em Aljubarrota, em Alcácer Quibir, em Vila Franca do Campo, na Salga, no Ameixial, no Mindelo, em Évora Monte, em Chaimite, em La Lys e no Ultramar, em todo o Ultramar, da fronteira norte da Guiné ao extremo leste de Timor.

Por isso estamos aqui, agora, nesta tão sentida homenagem aos nossos queridos mortos, aos que fugiram do nosso convívio, mas entraram para o convívio dos que fizeram a Pátria Portuguesa, ajudando a misturar o cimento e a cal que alevantaram este edifício a que chamamos Portugal.

Parafraseando um autor recente, que escreveu noutro contexto tão diferente deste, a justiça não se agradece. Mas a justiça, assim manifestada, é um tremendo lenitivo para as terríveis dores da alma – e um insubstituível estímulo para quem insiste em viver. Mas embora não se agradecendo, não resisto a dizer: Obrigado! JE

O Exército e

Militares cumprem no terreno os compromissos assumidos por Portugal

Major Miguel Machado

Indonésia abandona Timor

No Verão passado, Portugal viveu momentos de rara emoção, quando parte importante da população, nomeadamente na capital, se manifestou publicamente e com maciça cobertura mediática, contra os acontecimentos dramáticos que então se viviam na antiga província ultramarina de Timor.

A acção de alguns, poucos, jornalistas – entre os quais três portugueses – que teimaram em permanecer em Díli e mostraram ao mundo o drama timorense, foi determinante. A comunidade internacional, finalmente, reagiu para normalizar uma situação que continuava a agravar-se diariamente e vários países organizaram uma força militar para intervir em Timor-Leste.

Segurança ao Campo de refugiados junto ao aeroporto de Komoro/Díli

Foto: Luís Chaves

INTERFET

Liderada pela Austrália, que forneceu o maior contingente e a parte substancial do apoio logístico, a Força Internacional para Timor-Leste (*International Force East Timor*), com uma postura em tudo semelhante à adoptada pela OTAN nos Balcãs, entrou no território em Setembro de 1999 com uma considerável força militar e, de facto, normalizou a situação,

Foto: Luís Chaves

Escola de Fatuhai. Enquanto fuzileiros dão aulas de português, pessoal do Destacamento de Engenharia e timorenses, reparam o novo tecto da sala de aula

m Timor-Leste

Contingente Nacional para Timor

O CNT, designação atribuída pelo EMGFA, é constituído por cerca de mil militares dos três ramos das Forças Armadas, parte dos quais são "capacetes-azuis", integrados na UNTAET–PKF, e outros estão em missão de apoio, determinada por Portugal, de modo autónomo. É o caso da **fragata "Hermenegildo Capelo"**, sob o comando do capitão-de-fragata Pires da Cunha e o **Destacamento do C-130 da Força Aérea,** que se encontra em Darwin, sob o comando do capitão piloto José Faúlha.

Na PKF, Portugal, com uma participação significativa do Exército, mantém:

O Quartel-General do Sector Central (24 militares), que se encontra em Díli e engloba o 1ºBatalhão de Infantaria Pára-quedista, uma companhia de infantaria do Exército do Quénia e uma companhia de polícia militar do Exército do Brasil, sob o comando do coronel pára-quedista Eduardo Lima Pinto ;

O 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (513), reforçado com um Destacamento de Engenharia (40) e a 22ª

são a Jordânia (715), Nova Zelândia (680), Filipinas (609), Bangladesh (546) e República da Coreia do Sul (444). Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, Egipto, Ilhas Fiji, França, Irlanda, Quénia, Nepal, Noruega, Paquistão e Singapura, completam o conjunto de nacionalidades envolvidas na PKF.

UNTAET-PKF[1]

A segunda fase do processo timorense, de acordo com o planeamento efectuado no âmbito das Nações Unidas, previa a substituição da INTERFET por uma força de manutenção de paz liderada pelas próprias Nações Unidas, o que veio a acontecer. Durante o mês de Fevereiro, os "capacetes-azuis", num processo gradual de modo a evitar convulsões ou vazios desnecessários, assumiram o controlo do território.

A PKF dispõe de quase 8000 militares, sendo a Austrália, com um contingente de 1700 homens e mulheres[2], o seu maior contribuinte. Seguem-se a Tailândia com 900 e Portugal 766. Outros países com contingentes significativos em número

afastando o perigo da generalização de um conflito intertimorense.

Páras portugueses socorrem uma criança que sofreu um acidente junto ao Comando do Sector Central

Foto: Luís Chaves

Companhia de Fuzileiros Navais da Armada (155), sob o comando do tenente-coronel pára-quedista Cordeiro Simões;

Um **Destacamento de Helicópteros Ligeiros** (31), sob o comando do tenente-coronel médico Nuno Ribeiro, dependente do Comando da PKF;

Oficiais e sargentos no Quartel-General da PKF (6), sendo o mais antigo o tenente-coronel de Cavalaria Martins Ferreira, oficial de informações da força multinacional.

Em penhor da palavra dada...

Como se refere no início deste texto, a opinião pública portuguesa galvanizou-se em torno da questão timorense. O próprio Primeiro-Ministro referiu, às tropas que partiam para o território, que "...esta não é uma missão como as outras...".

E então, no terreno, quem responde pela solidariedade prometida pelo povo português? Alguns médicos e enfermeiros, bombeiros, professores e outros voluntários, mas, acima de tudo, até pelo seu número, os militares. Mas não só por uma questão de efectivo, até porque nestas situações, como em outras semelhantes, se a posse das armas lhes confere um papel determinante, também a sua total disponibilidade e espírito de sacrifício vieram ao de cima.

Foto: Luís Chaves

Controlo de refugiados, vindos via marítima de Kupang, no porto de Díli.

Em condições logísticas precárias, num terreno difícil e com uma situação sanitária das mais complicadas com que o Exército já se tem defrontado, os militares do 1º BIPara, pára-quedistas ou fuzileiros, militares de engenharia ou do destacamento de apoio, todos têm cumprido um sem número de missões que bem difícil é relatar em poucas linhas. Até pode parecer, a quem nos lê em Portugal, no dia a dia da sua unidade ou serviço, que estamos a exagerar. Mas não!

É preciso acompanhar um sargento e quatro praças em patrulha pelo bairro de Bekora, contactando com a população e tentando, dia após dia, ganhar a sua confiança e saber reconhecer quem ali mora em permanência ou está de passagem (algum "milícia"?), para compreender a delicadeza da sua missão; ou então ver o pessoal saltar do "burro do mato" (cama de campanha) a meio da noite e, em 5 minutos, estar armado em cima da Iveco 40.10, partir em direcção à baixa de Díli onde um grupo de jovens (radicais da independência?) havia apedrejado um hotel destinado a funcionários estrangeiros da ONU e de caminho algumas viaturas da CIVPOL estacionadas junto a um café, e aí chegados, em apoio da CIVPOL (que não tem armas), tentar descortinar os agressores; ou acudir a alguma organização humanitária que promete empregos e os publicita e depois só recruta um ou dois timorenses e os outros em fúria querem destruir as instalações e só após alguns disparos para o ar (e novas promessas dos agredidos!) e algum nervosismo de parte a parte, a situação acalma; mas também construir telhados e bancos para escolas com um sem número de crianças, dar aulas de português, prestar cuidados médicos, reparar estradas e melhorar quartéis, montar segurança em mais de uma dezena de instalações militares, só em Díli.

E, de súbito, parar com tudo isto (ou

Na escola de Hera a câmara de vídeo do CAVE, manuseada pelo 1º Sargento Ferreira, fez sucesso

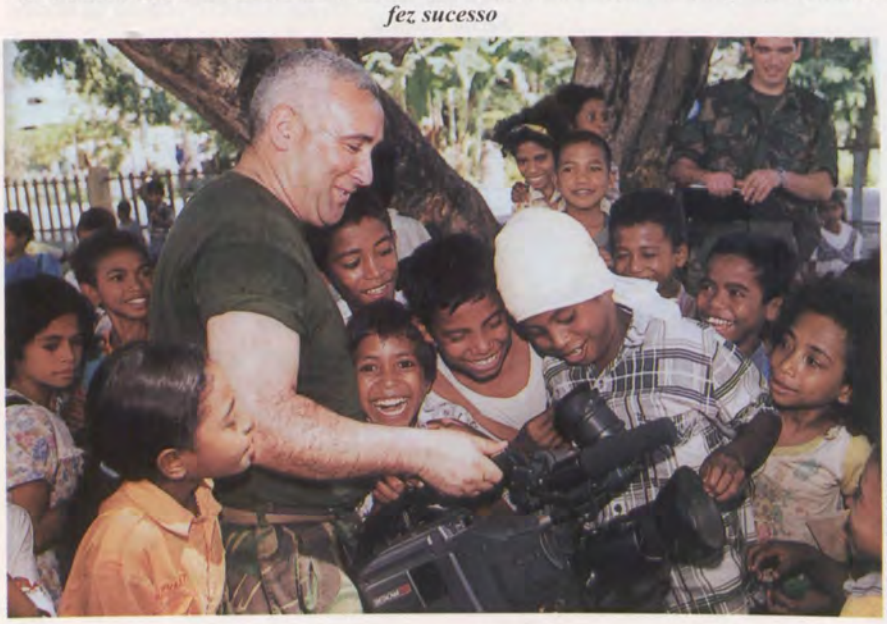


Foto: Luís Chaves

Foto: Luís Chaves

O Tenente-General do Exército Filipino, Jaime de los Santos, comandante da UNTAET-PKF, fez questão de referir o extraordinário trabalho dos portugueses em todo o sector central, muito em especial em Díli, nomeadamente a acção decisiva que o 1º BIPara teve na segurança à visita do Presidente da Indonésia e a colaboração sempre pronta do Coronel Lima Pinto e terminou exprimindo o desejo de poder vir a contar com mais tropas portuguesas sobre o seu comando

Foto: Luís Chaves

No Hospital de Campanha das Forças Armadas Australianas, ao serviço da UNTAET-PKF, em Díli, o soldado Diamantino Prates teve uma assistência verdadeiramente excepcional. Dia e noite, até a sua delicadíssima situação clínica estar estabilizada, o acompanhamento foi permanente por parte de médicos e enfermeiros australianos, em Díli, no decurso da evacuação aérea para Darwin e no Hospital desta cidade.

Na foto, da dtª para a esqª: Enfermeira Jo Harding (exército australiano); Médica Diane Inderwisch (força aérea australiana); Enfermeira Liz Frost (força aérea australiana).

quase) e lançar uma operação em larga escala, na selva, com um calor extenuante. Cinco dias e cinco noites palmilhando quilómetros, contactando com a população, transmitindo-lhe segurança pela presença e ao mesmo tempo criando insegurança nos elementos destabilizadores.

De novo em Díli, mais umas largas dezenas de famílias timorenses que chegam ao porto vindos dos campos de refugiados de Timor Ocidental e após cuidada revista e triagem (durante a qual, armas tradicionais – e uma ou outra granada! – roupas militares novas e empacotadas com nome e tudo e alguma droga, são apreendidas), são encaminhados para um Campo de Refugiados, também ele à guarda dos militares pára-quedistas. Aí vive-se alguma tensão com o portão do campo sempre apinhado de populares que esperam algum contacto com familiares desaparecidos e com tentativas várias de intrusão (com a mesma finalidade?);

E este rol de tarefas poderia continuar com a segurança à visita de altas entidades, como a do presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, quando só com a acção muito enérgica dos militares portugueses permitiu prosseguir viagem na iminência que esteve de ver o seu trajecto bloqueado por manifestantes. E prosseguir com acontecimentos "pequenos" como a criança que se feriu com alguma gravidade num pé junto ao QG do Sector Central e ninguém auxiliava e de imediato uma viatura do 1º BIPara transportou a um posto clínico, onde a criança se recusou a ficar se não permanecesse aí o sargento português que a auxiliou (e ficou à espera que o curativo fosse efectuado), ou o do civil (acusado de milícia) que estava a ser espancado por populares e a intervenção dos nossos soldados salvou do linchamento, mas não de tratamento médico.

Depois da Bósnia, onde um trabalho de quatro anos e meio de permanência no "sector" de Rogatica/Gorazde deu frutos cada vez mais reconhecidos por diversos observadores independentes[3] e do Kosovo, território no qual apesar de recente a presença portuguesa parece estar em caminho idêntico – respeito absoluto pelas populações locais e todo o apoio humanitário possível, usualmente de pouca monta mas realmente útil, e prestado sem alardes – os militares portugueses em Timor-Leste são um exemplo de trabalho e abnegação, honrando, assim, apesar das dificuldades e delicadeza da missão, a palavra dada por Portugal. JE

Dois oficiais portugueses do Destacamento de Apoio do 1º BIPara junto à catedral de Díli com uma professora timorense

Foto: Luís Chaves

[1] *United Nations Transitional Administration in East Timor- Peace Keeping Force*

[2] Na INTERFET dispunha de 4.000 efectivos

[3] Ver entre outros os textos de Pedro Letria no "DNA" em 15/1/00 e de Patrícia Fonseca na revista "Focus" em 3/4/00 efectuados após vivência relativamente prolongada com unidades diferentes no TO da Bósnia-Herzegovina.

De COMIBERLANT a CINCSOUTH

Major Inf Capa de Brito

O Quartel-General da OTAN em Portugal foi originariamente estabelecido em 1967 com a designação de COMIBERLANT – *Commander Iberian Atlantic Area* – o qual teve como Comandante um Contra-Almirante (2 estrelas) norte-americano, cujas instalações eram numa moradia em Sintra.

Este Comando, na época, tinha como principal missão defender a linha vital de comunicações marítimas entre o Atlântico Norte, Oeste e Sul, através do Estreito de Gibraltar, de e para o Mediterrâneo.

Em 1982 dá-se a mudança para Comandante-Chefe e desta feita é um Vice-Almirante (três estrelas) português, ficando este Comando OTAN a ser um Comando subordinado do Comando Aliado do Atlântico, designando-se CINCIBERLANT – *Commander-in-Chief Iberian Atlantic Area* - e localizando-se em Oeiras.

Em 1 de Setembro de 1999, com a implementação da nova estrutura, e no mesmo ano em que a Aliança fez 50 anos, este Comando passa a designar-se por (RHQ SOUTHLANT) - *Regional Headquarters South Atlantic* - e é um Comando Regional do Comando Estratégico do Atlântico (SACLANT).

A posição geográfica que ocupa foi sempre tida como elemento vital da ligação transatlântica. Nos últimos anos assistimos às crises no Golfo Persico, nos Balcãs e no Noroeste da África o que veio confirmar a necessidade contínua de movimento de pessoal e logística através da nossa região dando mais ênfase à ligação transatlântica.

A estrutura de Comando Militar da OTAN inclui dois Comandos Estratégicos, o Comando Estratégico do Atlântico (SACLANT) e o Comando Estratégico da Europa (SHAPE). Com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1999, estes dois Comandos têm a seguinte estrutura: Assim, o SHAPE, sob o ponto de vista operacional, em vez dos três Comandos subordinados, anteriormente estabelecidos, terá dois Comandos Regionais baseados na divisão natural da Europa em duas regiões distintas, nomeadamente norte e sul dos Alpes. Dentro do SHAPE, os Comandos Regionais são apoiados pelos Comandos de Componentes que centralizam uma política especifica de serviços e administram as forças atribuídas. Os Comandos de Componentes têm responsabilidades regionais alargadas e são complementados por Comandos Sub-Regionais que proporcionam um vasto planeamento militar comum (*Joint*) e capacidade de comando e controlo.

O SACLANT compreende três Comandos Regionais a que correspondem os *Regional Headquarters* (RHQ), designadamente RHQ WESTLANT, RHQ EASTLANT e o RHQ SOUTHLANT. Adicionalmente, têm funcionalmente organizados dois Comandos de Combate, estabelecidos na

BERLANT UTHLANT

Fotocomposição CINCSOUTHLANT

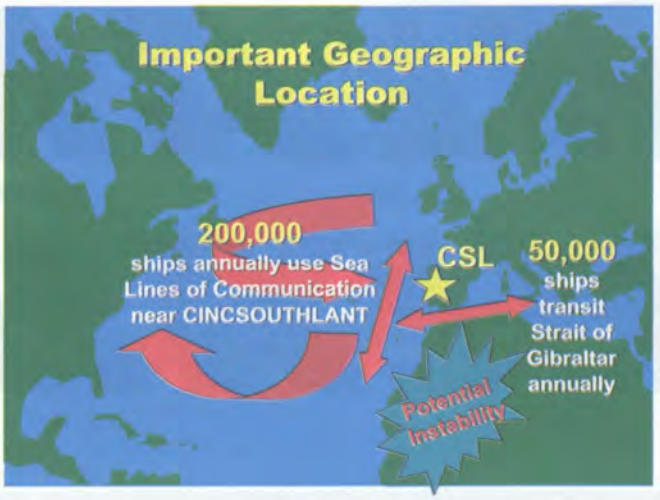
A missão do CINCSOUTHLANT é a de contribuir para deter agressões contra a OTAN, preservar a paz, segurança e integridade territorial dos estados - membros da Aliança

directa subordinação do SACLANT, que são a Esquadra de Ataque do Atlântico (STRIKFLTLANT), que está permanentemente disponível para se constituir numa base de ataque a partir do mar, utilizando o conceito de uma *Combined Joint Task Force* (CJTF) e a Força de Submarinos do Atlântico (SUBACLANT). Este último é essencialmente uma autoridade de coordenação, constituindo a fonte primária operacional de controlo e direcção submarina. Embora na directa subordinação do SACLANT, estes dois Comandos têm responsabilidades de actuação em toda a Área de Responsabilidade da OTAN. Igualmente a partir de 1 de Setembro de 1999, o terceiro nível de comando desapareceu, na área do SACLANT, com as funções e responsabilidades do ISCOMAZORES e ISCOMADEIRA a serem assumidas pelo RHQ SOUTHLANT.

Os dois Comandos Estratégicos (SC) estabeleceram áreas de responsabilidade permanentes (*AOR's*), embora dentro da AOR do ACLANT (ao contrário do que acontece no SHAPE), área essa que inclui Portugal, não haja nenhum limite permanente entre comandos, levando a que os Comandos Regionais como o RHQ SOUTHLANT tenham agora mais responsabilidades e maior possibilidade de intervenção.

Toda esta restruturação da OTAN, no que diz respeito à estrutura do SACLANT, não introduz alterações subs-

tanciais, dado que a sua natureza essencialmente marítima, associada ao factor geográfico, mantém praticamente a mesma AOR (excepto as Ilhas Canárias que pertencem ao SHAPE). Por outro lado, manteve-se a inexistência de Comandos de Componente o que materializa a sua especificidade naval com capacidade de executar operações aeronavais. Como seria de esperar, tratando-se de uma região com cerca de 95% de água, ainda se evidenciam características do comando naval.



A localização do RHQ SOUTHLANT é geograficamente importante, uma vez que as linhas de comunicação marítimas convergem para a nossa região. Adicionalmente, a questão de Gibraltar com os seus 50000 trânsitos de navios mercantes por ano, permanece estrategicamente significativa pelo facto de este HQ estar em estreita proximidade com os países do Norte de África e Costa Ocidental de África sendo considerados potencialmente instáveis.

A missão do CINCSOUTHLANT é a de contribuir para deter agressões contra a OTAN, preservar a paz, segurança e integridade territorial dos estados-membros da Aliança através do Comando Estratégico do Atlântico (SACLANT) na sua Área de Responsabilidade (AOR), em particular a Região Sul do Atlântico, incluindo Portugal.

O CINCSOUTHLANT deve estar preparado para conduzir operações defensivas e ofensivas e apoiar e/ou reforçar inter/intra-regionalmente.

O CINCSOUTHLANT deve contribuir também para a estabilidade além da Área de Responsabilidade da OTAN, promovendo a paz através da cooperação e diálogo.

O CINCSOUTHLANT deve estar preparado para apoiar operações de Artigo V no âmbito da Aliança e planear, conduzir ou apoiar missões para além da AOR da OTAN, conduzidas pelo SACLANT.

A nova estrutura de comando é mais flexível e preconiza um carácter mais amplo dos conceitos de defesa e segurança, reflexo da implementação do novo Conceito Estratégico da OTAN, onde se incluem missões de Defesa Colectiva, Operações de Resposta a Crises, Expansão e Estabilidade e Contra-Proliferação em tempo de paz, crise e conflito.

Ressalta, o alargamento a Leste através do Programa de Parceria para a Paz (*PfP*) e subsequentes propostas de adesão, o reforço da iniciativa do Diálogo com o Mediterrâneo (*Med Dialog*) reconhecendo e envolvendo países desta importante região, a expansão dos limites de actuação da OTAN, o ênfase do conceito "*Joint*" e consequente reforço de multinacionalidade e do conceito CJTF " *Combined Joint Task Force*".

Adicionalmente, a nova estrutura prevê, ainda, a incorporação da Identidade de Defesa e Segurança Europeia (ESDI) no nosso planeamento. Neste contexto (ESDI), o CINCSOUTHLANT está preparado para assumir uma operação da UEO ou comandar a sua força se para tal for designado.

Enquanto a ameaça para o território da Aliança é muito reduzida, os riscos para a segurança dentro da Área de Interesse do SACLANT são mais difíceis de prever e definir. Associando ameaças e riscos ao princípio de Comando Apoiado e Comando Apoiante (*Supported Commander/Supporting Commander*), este Comando Regional teve que adoptar uma forma mais flexível e conjugada de planeamento.

O conceito de defesa regional, o príncipio de Comando Apoiado e Comando Apoiante e a possibilidade de lidar com crises e conflitos localizados, vêm estabelecer a necessidade regional dos HQ se adaptarem à nova mudança e criarem soluções que permitam o rápido desenvolvimento de forças com a melhor combinação das suas capacidades, colocando a força certa no lugar e tempo correcto.

A CJTF, embora não seja uma parte integrante da estrutura fixa de comando militar, proporciona à OTAN uma capacidade primária para se desdobrar rapidamente e controlar forças dentro e além da sua AOR. As *CJTF's* permitem-nos desenvolver estruturas C2 capazes de cobrir o leque completo de missões NATO, em operações conjuntas com os elementos da Aliança e/ou com a participação de nações não-OTAN.

Este nível táctico/operacional de coordenação é da responsabilidade do Comandante Regional que exercerá o Comando e Controlo das Forças Combinadas e/ou Conjuntas dentro e/ou fora da sua região consoante tenha sido designado e aprovado pelos Comandos Superiores. Este Comando está dotado de pessoal capaz de apoiar as áreas funcionais e preparado para contribuir para o levantamento duma CJTF, podendo, com o aumento apropriado em pessoal, assumir o comando de uma operação com forças OTAN e /ou não - OTAN, operando sob a direcção estratégica da ONU, UEO ou OSCE.

A nossa contribuição para a expansão da estabilidade resultante das mudanças existentes, faz com que haja uma cooperação e coordenação

mais íntima ao nível interno e o Comando Regional na Europa Meridional (RHQ SOUTH-Nápoles) no âmbito do Programa de Parceria para a Paz (*PfP*) e do Diálogo com o Mediterrâneo (*Med Dialogue*).

Este HQ inclui elementos das Nações *PfP*, o caso da Bulgária e a Roménia, cujos representantes, entre outras tarefas, auxiliam no planeamento e na execução de actividades e respectivos exercícios. Anualmente, este QG garante treino e desenvolve cursos a *PfP* da classe de sargentos (NCO – *Non Commissioned Officers*), assim como foi alargado a partir de 1998 à classe de oficiais e um seminário prático em segurança marítima OTAN com as marinhas *PfP* que podem vir a operar com as forças OTAN, com vista a melhorar a interoperatibilidade dos *PfP* com a OTAN. Ambas estas actividades estão abertas a observadores do Diálogo de Mediterrâneo.

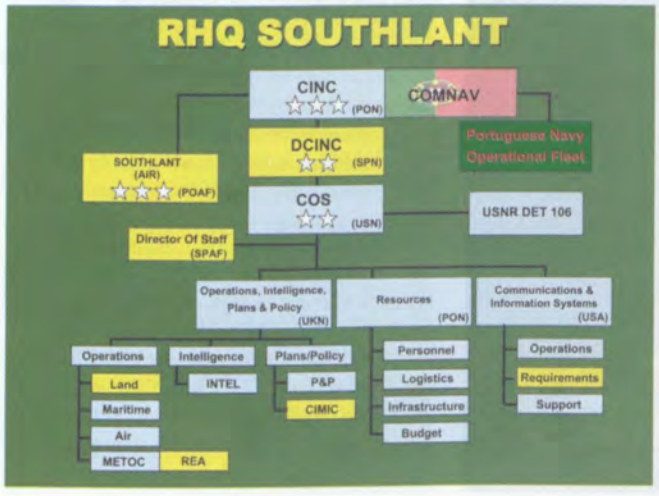
Foto CINCSOUTHLANT

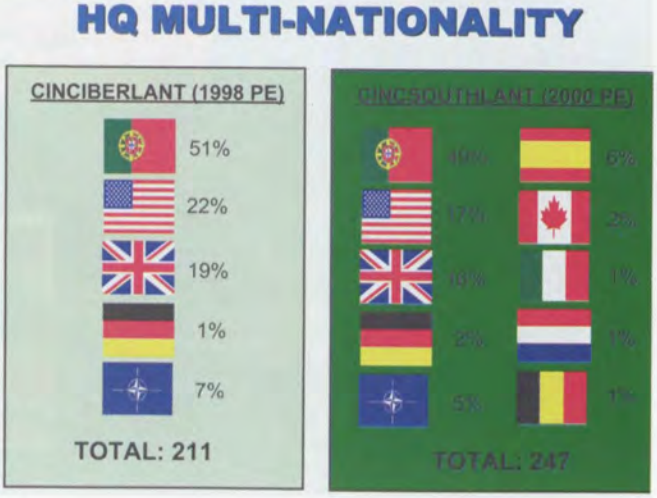
O CINCSOUTHLANT está preparado para assumir uma operação da UEO ou Comandar a sua Força se para tal for designado.

Na reunião de Bruxelas, em 10 e 11 de Janeiro de 1994, com a participação dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Aliança, declararam que, face aos desenvolvimentos positivos para o processo de paz no Médio Oriente, tinha-se aberto o caminho para a OTAN "considerar medidas para promover o diálogo, entendimento e construir a confiança entre os países da região", bem como encorajar "todos os esforços conducentes para fortalecer a segurança e estabilidade na região".

Na sequência do recente programa do IMS (*International Military Staff*), estão a ser conduzidas visitas por equipas de especialistas à Rússia e Ucrânia e ás Nações *Med Dialogue* (Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) com vista à futura clarificação de funcionamento bilateral. O RHQ SOUTHLANT tem participado nestas visitas e, em conjugação com a *Standing Naval Force Atlantic* (STANAVFORLANT), será o principal interlocutor do SACLANT para as actividades do *Med Dialogue* levadas a cabo em coordenação com o Comando Estratégico OTAN na Europa.

O resultado das mudanças, que entraram em vigor nos últimos meses, incluem uma maior representação do Exército, com oficiais do Exército nas Operações, Planos, Informações, Área Geográfica, Logística e a criação e ocupação da secção de Cooperação Civil Militar (CIMIC), de acordo com os Comandos do SACLANT. A ênfase dada à nova estrutura não só encoraja uma melhor aproximação às operações conjuntas, como também permite contribuir de uma forma mais eficaz para uma CJTF, conforme já referido. A entidade aérea, localizada em Monsanto, com a designação SOUTHLANT-(AIR), pro-





As instalações do COMIBERLANT, numa moradia em Sintra (em cima), e as actuais, em Oeiras, (em baixo)

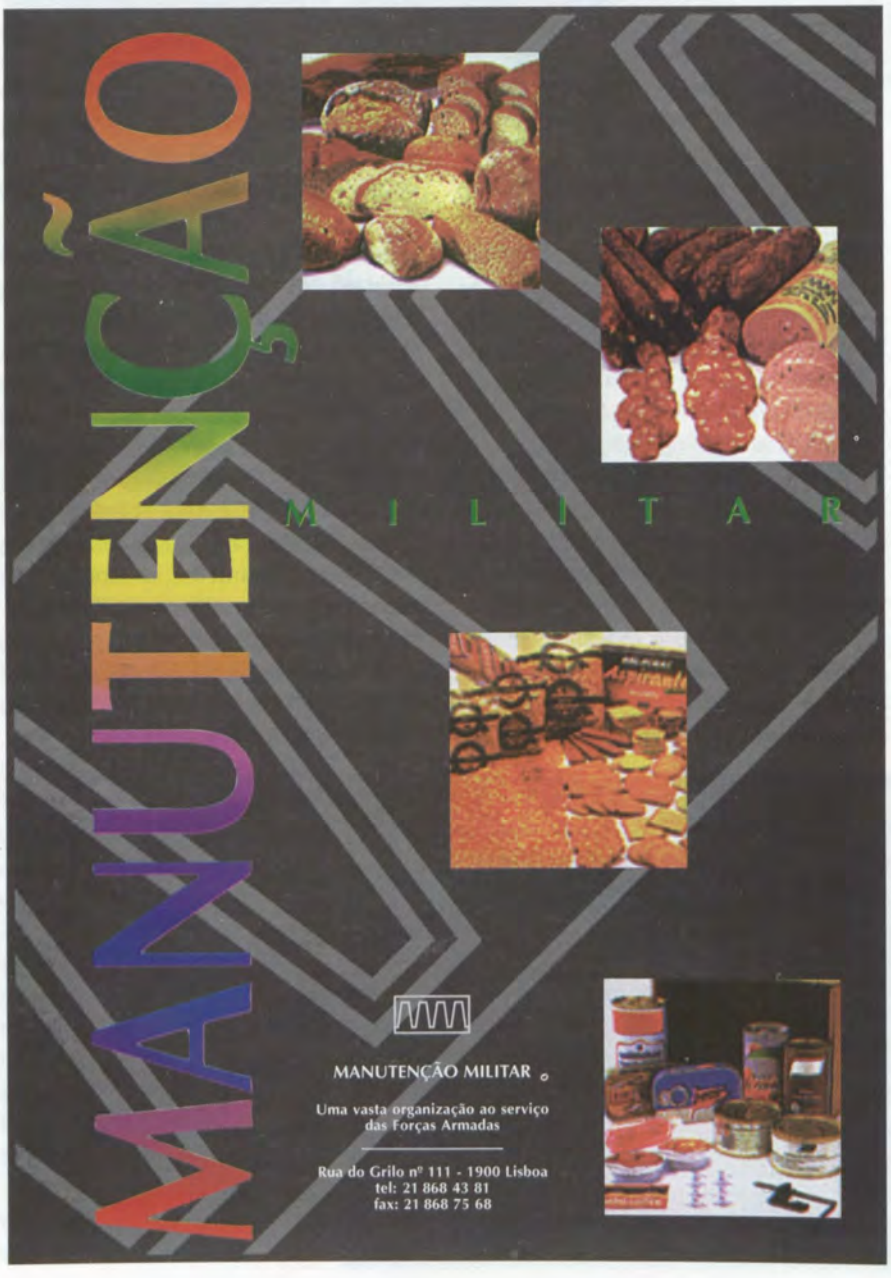
videncia a capacidade necessária de Comando e Controlo para todas as operações aéreas que se executem na parte sul oriental da AOR do SACLANT, tendo em conta os ajustamentos do Sistema Integrado de Defesa Aérea da OTAN (NATINADS). O SOUTHLANT-(AIR) opera como parte deste HQ e incluirá um *Combined Air Operations Center* (CAOC).

Em termos de pessoal, do antecedente a representação era de quatro nações num total de 211, contudo, com o estabelecimento da nova estrutura, o RHQ SOUTHLANT terá 247 elementos de nove nações, com elementos de ligação da França, Alemanha e Polónia.

Melhorias estão em curso no sistema C4I, pois reveste-se de importância futura, a capacidade do *staff* poder trabalhar em tempo a análise de toda a informação disponível e avaliar correcta e militarmente as situações. O recente ênfase em instalar um sistema sofisticado de tecnologia de informação económica e sistemas de comunicações culmina com o desenvolvimento de tarefas e missões futuras.

Num futuro próximo o RHQ SOUTHLANT será responsável pelo Exercício LINKED SEAS 2000, onde se irá exercitar o sistema C4I. Este Exercício, que se realizará de quatro em quatro anos, incluirá a participação de 12 nações OTAN e também nações *PfP* com forças búlgaras, romenas, georgianas e austríacas e ainda pessoal de *staff* da Estónia.

Mantêm-se no horizonte a contribuição deste Comando no processo conducente ao aumento da estabilidade do programa *PfP* e à participação no *Med Dialogue*. JE



Biografia

O Major Carlos Alberto Abecasis Vargas Capa de Brito nasceu em Moçambique, em 1958.

Entrou para a Academia Militar em 1981, concluindo o curso de Infantaria em 1986, ficando colocado na Escola Prática de Infantaria.

Possui entre outras qualificações, os cursos de Sapadores das Armas, Paraquedismo Militar, Operações Aerotransportadas, o *Staff Officer Orientation* e o *MIDEX – Operation Planning*.

Participou na Missão Militar Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Angola, como assessor e instrutor, entre 1991 e 1992.

Participou na operação IFOR, na B-H, como Oficial de Ligação ao G1/G4/G5 da Brigada Multinacional Sarajevo Norte, durante o ano de 1996.

Durante o ano de 1997, desempenhou funções como Oficial de Ligação ao G2/G3/PIO da Brigada Multinacional Norte na Operação SFOR na B-H.

Em 1998, foi colocado no EME/SIPRP e, desde 1999, no RH SOUTHLANT, em Oeiras, na função *Land/Amphibious Plans & Policy*.

Constam da sua folha de serviços diversos louvores e condecorações.

Pormenor do Pórtico da Fachada Oriental

Temas do Museu Militar de Lisboa

O Portal de Teixeira Lopes

Alf RC Fernanda Maria Moreira do Vale

O conjunto monumental do Museu Militar de Lisboa é importante, tanto considerado sob o ponto de vista arquitectónico como pelo lado histórico.

O objecto principal deste artigo é o pórtico da fachada leste do edifício do Museu Militar. Vamos, contudo, tecer algumas considerações históricas sobre o edifício.

Resenha Histórica do Edifício

A origem do monumento, onde hoje se encontra instalado o Museu Militar de Lisboa, remonta ao século XVI, no reinado de D. Manuel I, quando este mandou edificar as *Tercenas das Portas da Cruz,* que, continuadas por D. João III, se destinavam a *depósito de material de guerra e a algumas oficinas, incluindo a de fabricação de pólvora*[1], que foram destruídas por um terrível incêndio em 1726.

D. João V procedeu, então, à sua reconstrução e encarregou o arquitecto francês M. Larre de embelezar o edifício, mas o rei morreu e as obras ficaram quase no princípio. O terramoto de 1755 veio causar graves prejuízos e o rei D. José I, em 1760, determinou a reconstrução dos edifícios, tendo ficado encarregado das obras o Tenente de Artilharia D. José Fernando Del Chagaray, as quais decorreram sem interrupção até ao final.

Em 1895, estando o edifício muito degradado, *tratou-se de criar recursos para proceder a uma reparação que o pusesse ao abrigo de uma destruição completa*[2] .

Assim, iniciou-se por se reconstruir a parte antiga e depois procedeu-se à sua ampliação até ao Largo dos Caminhos de Ferro.

O edifício do Museu Militar de Lisboa foi todo construído em cantaria magnífica e bem lavrada.

Nos fins de 1900, resolveu-se fazer uma *ponte* para o Largo de Santa Apolónia, obra que se concretizou e, dando saída ao pátio dos canhões, construiu-se um pórtico grandioso.

O Museu Militar desenvolveu-se de tal maneira que conta hoje com 34 salas, o que o torna num Museu grandioso e digno de ser visitado por nacionais e estrangeiros.

Foto: Fernando Vieira

Edifício do Museu Militar de Lisboa
Largo de Stª Apolónia

O Pórtico da Fachada Leste

Nos fins de Novembro do ano de 1900, *sendo novamente Ministro da Guerra o Exmo General Luis Augusto Pimentel Pinto e Director-Geral do Serviço de Artilharia o Exmo General Pedro Coutinho da Silveira Ramos, autorizou o mesmo Ministro a criação dos novos recursos, propostos, para com eles se fazer uma frente para o Largo dos Caminhos de Ferro.*

Obra realizada e valorizada pelo pórtico de grandiosas proporções, este foi objecto de um concurso, ao qual concorreram vários *Mestres*, saindo vencedor o escultor Teixeira Lopes.

António Teixeira Lopes, conceituado artista, nasceu em Vila Nova de Gaia, em 1860, e lá morreu em 1942. Era filho do também escultor J. J. Rafael Teixeira Lopes, considerado o melhor discípulo de Soares dos Reis, do Porto, e de Barrias, em Paris.

Teixeira Lopes recebeu algumas recompensas em exposições de arte como o *Grand-Prix* da Exposição de 1900, a primeira medalha no Grémio Artistico (1897), medalha de Honra da S.N.B.A. (1903) e foi distinguido com a Ordem de Santiago. Eleito membro do Instituto, foi professor da Escola do Porto em 1901, sucedendo a Soares dos Reis. *Artista muito operoso, Teixeira Lopes foi seduzido pelos grandes temas histórico-religiosos (...). A sua Arte é estruturada por um profundo conhecimento das técnicas, um virtuosismo e forte sentido plástico*[3].

O pórtico grandioso da sua autoria é todo em mármore nacional com um vão ladeado por colunas coríntias de capitéis ornados de folhas de acanto e

fuste liso. Citando José Augusto França, a arquitrave tem dos lados do frontão *interrompidos e terminados numa voluta que delimita o campo figurativo do tímpano, trabalhado em vulto e apoiado numa cornija que termina a forma do frontão. O frontão não possui qualquer moldura, mas a silharia que desenha o arco de volta perfeita, sobre o qual se inscreve um grande brasão nacional, concheado e coroado, sobre palmas e folhagem de carvalho que uma cabeça de leão aboca*[4].

É encimado por um grupo tendo como principal figura uma mulher que simboliza a pátria guerreira, como ao lado está inscrito numa legenda, segurando na mão direita a espada com a lâmina na vertical na certeza de uma vitória e empunhando na mão esquerda a bandeira nacional desfraldada. A expressão da mulher é de dramatismo, com a boca aberta num clamor e o olhar furibundo. Numa atitude triunfante, essa mulher parece soltar o brado altivo da vitória.

À sua volta crianças nuas, em número de quatro, duas de cada lado, mas em diferentes posições, três saltando e uma deitada no chão, símbolos de amor e de candura, que a glorificam e lhe oferecem palmas e louros.

O portal do Museu Militar de Lisboa é uma lembrança de uma estrutura setecentista com influências de Rodin.

É um digno remate de uma obra de ampliação feita no princípio. JE

[1] Catálogo do Museu Militar, 1930.

[2] Catálogo das Colecções do Museu de Artilharia, Lisboa 1901.

[3] Laranjo, Tânia, *Teixeira Lopes e Diogo Macedo - dois gaienses numa só casa*, in *Jornal de Notícias*, Junho de 1995.

[4] *França, José Augusto.*

A única break com a suavidade da suspensão hidropneumática auto-ajustável dispõe agora do motor Diesel mais avançado do mundo. Com 110 cv às 4000 rpm, o novo motor HDi destaca-se pelo elevado binário a baixos regimes e pelo baixíssimo nível de ruídos e vibrações produzidos. Graças à tecnologia de injecção directa de alta pressão "common rail" que permite o controlo óptimo da mistura de carburante e ar, o motor HDi de 1997 cc. proporciona à nova Xantia Break HDi prestações e consumos sem paralelo entre os mais avançados modelos turbo-diesel. Visite o seu Concessionário ou Agente Citroën e experimente a sensação exclusiva de viajar no espaço de uma Citroën Xantia Break HDi.

Nem a tecnologia mais avançada dispensa um espaço exclusivo.

Citroën prefere TOTAL

CITROËN Xantia BREAK HDi

CADA VEZ MAIS SEGURO DE SI.

CITROËN FINANCE

Mais 32% de binário às 1500 rpm ■ Mais 25% de potência a baixa rotação ■ Redução do consumo em 21%
Menos 22% de emissões poluentes ■ Menos 6% de vibrações ■ Redução do ruído em 50%

A Questã
na União

Coronel Art Valdemar d'Oliveira Patrício

Revisitando a história da Europa constata-se que, salvo por curtos períodos, a guerra foi uma constante neste continente.

Apesar da situação de *Détante* e a Guerra-Fria, terminada com a queda do Muro de Berlim, serem do passado, tem-se vindo a assistir, no território europeu, à proliferação de conflitos que, sendo inadmissíveis no Século XXI, põem em causa o bem-estar, a segurança e a liberdade dos cidadãos europeus à luz da Moral e do Direito.

Na recente situação vivida no Kosovo, os crimes cometidos contra as pessoas e seus bens e as acções da comunidade internacional, obrigada a agir para os parar, atingiram dimensões sem paralelo depois dos tempos da guerra-fria. Este conflito veio mostrar a fraqueza da União Europeia (UE) para fazer face a este tipo de situações, controlando o processo primeira e preferivelmente por via da diplomacia, mas também, se necessário, com recurso a meios militares.

Os actuais processos de informação dão-nos a possibilidade, fácil, de adivinhar os conflitos, quando ainda na sua génese, permitindo a sua prevenção e o seu controlo com determinação, o mais cedo possível. Só esta actuação *exante* conduzirá a resultados de menor violência e de menores custos, não só para os países palco dos conflitos, mas também para a comunidade internacional.

Para a prevenção de conflitos a UE tem ao seu dispor, entre outros, instrumentos políticos, diplomáticos e económicos que devem ser utilizados de uma forma eficaz antes do recurso, último, aos meios militares. É lugar comum dizer-se que a UE, sendo um gigante económico não o é na sua componente política, tendo ainda a sua componente militar uma dimensão pouco importante, apesar dos meios ao seu dispor. Para ter poder, precisa, também, de forças militares credíveis, vontade política e capacidade para as empregar, onde e se necessário, no apoio à sua política global. Sem este instrumento do poder nunca será uma Potência.

O Tratado de Amesterdão, que entrou em vigor em Maio de 1999, prevê o desenvolvimento de uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, com base no seu Artigo 17º, incorporando as chamadas Missões de Petersberg - emprego pela União da Europa Ocidental (UEO) de unidades militares dos seus estados-membros, para o cumprimento de missões humanitárias, de salvamento, de manutenção e de imposição da paz. É importante relembrar que foi também decidido que a Aliança Atlântica (OTAN) continuará a ser a instituição-chave para a defesa colectiva do Ocidente, com base nos Artigos 5º do Tratado de Washington e V do Tratado de Bruxelas, modificado.

© LUSA

O conflito no Kosovo veio mostrar
para fazer face a e

O Tratado de Amsterdão, logicamente, obriga a que a UE disponha de forças

ão Militar Europeia

fraqueza da União Europeia (UE)
te tipo de situações

eficazes, de sistemas de comando, controlo e comunicações perfeitamente integrados, além de sistemas de armas e de apoio, eficientes. Para que tudo isto seja possível, é muito provável que um aumento no orçamento de defesa dos estados-membros se torne necessário.

A criação das condições para que no seio da UE se desenvolva uma credível identidade europeia de defesa requer a ultrapassagem das tradicionais posições dos países neutros; e convém não esquecer que entre as dificuldades a ter em conta estão as situações dos estados que, sendo europeus, não têm vínculos com a UE; a título de exemplo, refiro não só os actuais membros da OTAN não pertencentes à UE, mas também a Rússia, a Ucrânia e todos os restantes países europeus que têm de ser considerados para equacionar o problema de uma forma global. Aliás, estas situações foram acauteladas recentemente em Helsínquia (DEZ99), quando o Conselho Europeu consolidou, na sua declaração final, mecanismos próprios de consulta e cooperação com as diferentes classes de países, face ao seu relacionamento com a UE, mas salvaguardando sempre a necessidade do completo respeito pela autonomia/independência dos órgãos próprios da UE no seu processo de decisão.

Ao preocupar-se com defesa, a UE inicia um novo ciclo da sua história e convém, sumariamente, analisar a situação na Europa naquele campo.

Em termos militares, a UEO é a única organização de defesa puramente europeia. Engloba 28 países com estatutos diversos, sendo 10 membros simultâneos da OTAN e da UE.

A área geográfica que ocupam é significativa (Fig. 1) e os seus interesses tem cada vez mais áreas comuns. Consequentemente, as suas relações de interacção são múltiplas e, sendo cada vez mais frequentes, vão-se tornando imprescindíveis para uma direcção correcta e segura dos destinos da Europa.

A UEO oferece à UE um instrumento operacional que lhe permitirá gerir, de uma forma autónoma, as crises em que tenha de se empenhar, e desenvolver simultaneamente as suas dimensões "segurança e defesa", sendo sempre um instrumento fundamental para o reforço do Pilar Europeu da Aliança Atlântica, no contexto de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa.

Lembra-se a este propósito que o Tratado da União Europeia diz ser a UEO parte essencial no desenvolvimento da UE, por lhe possibilitar uma capacidade operacional nos campos da segurança e da defesa e que a UE deveria intensificar uma cooperação próxima, institucionalizando relações com a UEO, com vista à possível integração daquela organização na UE, caso o Conselho assim o venha a decidir.

Actualmente, a UE conta com a UEO para elaborar e implementar as suas decisões e acções com implicações no campo da defesa.

É esta instituição, puramente europeia, que a Europa tem ao seu dispor para

© LUSA

(...) é muito provável que um aumento no orçamento de defesa dos Estados-membros se torne necessário

continuar, sem perda de ritmo, a apoiar o processo de decisão nesta específica área da defesa e da segurança. As suas relações, não só com a UE mas também com a OTAN, permitem a maximização dos resultados que se procuram e assim considera-se inevitável o seu aproveitamento pela UE, independentemente de durante, o percurso, se assistir às necessárias adaptações, como as resultantes da harmonização, ou não, dos estatutos dos seus diferentes grupos de membros (Fig 2), não coincidentes com os membros da UE.

Em Helsínquia foi decidido que a UE passaria a contribuir para a paz e segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, reconhecendo o primado da responsabilidade do Conselho de Segurança na manutenção da paz e da segurança internacionais (Ponto 26 das conclusões da Presidência). O Conselho Europeu sublinhou também a sua determinação para desenvolver uma capacidade autónoma de decisão, para lançar e conduzir operações militares lideradas pela UE em resposta a crises internacionais (Ponto 27 das conclusões da Presidência).

A análise da Declaração de Helsínquia mostra-nos que, no campo militar, a UE decidiu ter estruturas permanentes idênticas às que presentemente enquadram a UEO; um Comité Militar e um Estado-Maior Militar com as capacidades que lhes são exigidas para o apoio ao processo de decisão ao nível estratégico. Interinamente, entre o extinguir, em termos legais, a UEO e o levantar dessas estruturas a nível da UE, o Secretário-Geral da UE e da UEO/Alto Representante para a Política Europeia de Segurança Comum continua a utilisar plenamente os meios da UEO.

A União da Europa Ocidental (UEO), que tem as suas raízes no tratado de Bruxelas, assinado em 1948 e posteriormente modificado em 1954, surge como Instituição em 6 de Maio de 1955, organizando-se num Quartel-General localizado em Londres e numa Assembleia Parlamentar com sede em Paris. Depois de um letárgio natural devido ao desenvolvimento da OTAN, reaparece após o acordo para o estabelecimento de uma plataforma com vista aos interesses de Segurança na Europa, durante o Conselho de Ministros europeus, em Haia, em 1987. Apesar de algum empenhamento durante os conflitos *Irão-Iraque* e *Golfo* (1987-91), é depois de 1992 que se assiste ao desenvolvimento rápido, coerente e consistente desta instituição. A definição das Missões de Petersberg, a designação de forças para utilização pela UEO, o levantamento da Célula de Planeamento, do Centro de Satélites e finalmente do Estado-Maior Militar e do Comité Militar foram passos firmes e correctos que permitiram à UEO a cimentação de uma identidade própria e de uma capacidade real que pode ser confirmada pela forma como, no passado, decorreu uma sua operação em Mostar e actualmente vem correndo a operação de polícia na Albânia - MAPE *(Multinational Advisory Policy Element)*, a operação de apoio à desminagem da Croácia – WEUDAM *(Western European Union Demining Assistance Mission)* e a missão de vigilância do Kosovo a cargo do seu Centro de Satélites.

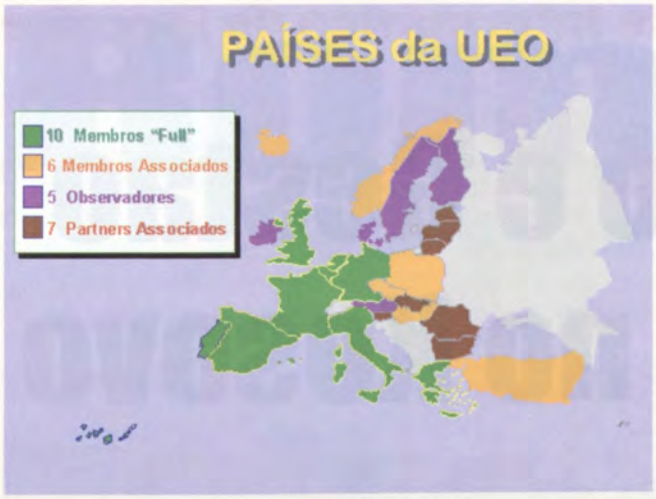


Figura 1

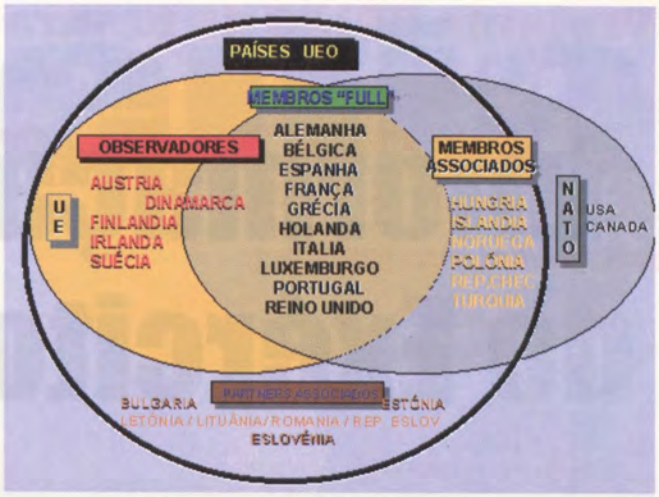


Figura 2

A UEO tem hoje um conjunto vasto de conhecimentos que constituem um legado rico e muito importante a transferir para a UE. Esta transferência facilitar-lhe-á, no futuro, o cumprimento da sua missão: *conduzir eficazmente operações de gestão de crises pelo desenvolvimento de capacidades europeias credíveis, a partir dos meios nacionais e multinacionais existentes, recorrendo, ou não, aos meios e capacidades da OTAN.*

Conduzir, neste sentido, todo este tão difícil quanto complexo processo reduzirá ao mínimo o obrigatório período de adaptação, permitindo à UE uma mais rápida prontidão para enfrentar tão delicado desafio: ***de uma vez para sempre, trazer a paz duradoira ao tão massacrado Território Europeu.***

© LUSA

Em Helsínquia foi decidido que a UE passaria a contribuir para a paz e segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas

Biografia

O Coronel Valdemar José d´Oliveira Patrício nasceu em Santarém, no dia 5 de Dezembro de 1945, e ingressou na Academia Militar em 1965.

Ao longo da sua vida militar prestou serviço na EPA, RAC, CIAAC, GAC/ 1ªBMI, tendo, por último, comandado o Regimento de Guarnição nº 2. Comandou uma Companhia Independente de Artilharia durante a descolonização, em S.Tomé e Príncipe. Prestou também serviço nas 4ª e 3ª Repartições do EME e foi Professor no IAEM. Internacionalmente, serviu no SHAPE e está presentemente a desempenhar funções no Estado-Maior Militar da UEO.

Na sua formação académica salientam-se, no âmbito militar, o curso de Estado-Maior e o curso do Colégio de Defesa NATO. Civilmente, é advogado e tem um curso sobre o Acto Único Europeu.

Possuidor de diversos louvores, tem como condecoração mais significativa o Mérito Militar de 1ª Classe.

CASA BUTULLER
– Miguel Butuller, Lda. –
37 – Rua Barros Queirós – 39
1100 LISBOA - Telef. 21 346 93 50
CASA BUTULLER LISBOA
ESPECIALIZADA EM:
Todos os artigos militares para as Forças Armadas e Militarizadas, assim como:
Bonés, Fardas militares e civis, Botões, Cordões, Dragonas, Galões, Divisas, Charlateiras, Camisas, Emblemas, em metal, Bordados, Plásticos e em alumínio anodizado.
Condecorações, Espadas, Cintos e Fiadores. Bandeiras, Estandartes, Galhardetes, Guiões, Varões e Hastes.
Taças, Medalhas e Troféus, etc..

Projecto RRING do Centro de Informática do Exército

Informação e Gestão do Exército no Kosovo*

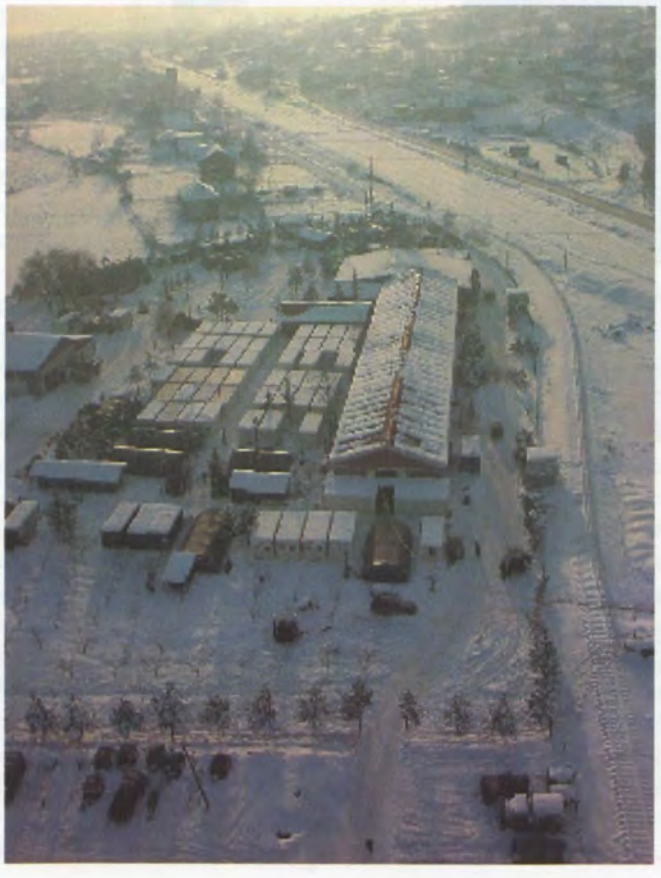
À solicitação desencadeada pelo Agrupamento Charlie (AGR C/KFOR, o Projecto RRING (Redes Regimentais de Informação e Gestão) do Centro de Informática do Exército (CIE) efectuou uma intervenção naquele agrupamento com o objectivo de o dotar de um sistema de correio electrónico.

A equipa de contacto, constituída por dois elementos, esteve presente em Klina entre 27 de Janeiro e 2 de Fevereiro. Instalou um servidor de correio electrónico ligado directamente à rede de dados do Exército, através de um *router* instalado no Kosovo, e efectuou uma revisão das instalações/configurações de todo o parque informático instalado em rede de área local.

Esta acção foi também o corolário de uma estreita colaboração, entre a Direcção do Serviço de Transportes e o CIE, no sentido de integrar a LAN (Local Area Network) do Agr Charlie no "link" Intelsat e consequentemente na rede de dados do Exército.

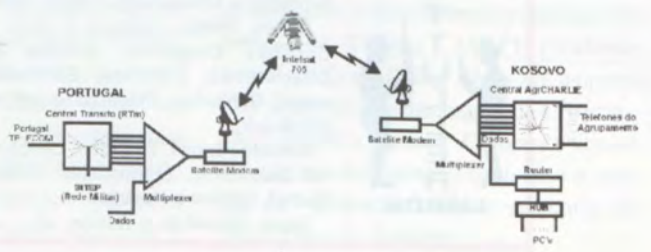
Instalações de um servidor de correio electrónico

Aquartelamento do Agrup. Charlie no Kosovo



Segundo o Comandante do AGR C "... a rede informática tem contribuído para uma maior eficiência dos trabalhos..." a qual foi agora extremamente potenciada com o correio electrónico. De facto, este instrumento de trabalho facilita em muito a ligação à retaguarda permitindo o envio de mapas, relatórios ou qualquer informação sob a forma digital. Finalmente, uma vez que a rede tem *interface* com a Internet e os endereços de correio são pessoais "...deu-se um grande contributo para a elevação da moral e bem-estar dos militares, pela possibilidade de estes poderem enviar e receber *mail* directamente dos seus familiares..." em qualquer parte do Mundo. JE

* Texto e fotos do CIE



Roménia

Foto do autor

Um país à procura da Europa[1]

Major Art Francisco Silva Leandro

Introdução

No dia de Natal do ano de 1989, terminava violenta mente a era do ditador Nicolae Ceausescu, depois de mais de vinte anos no poder, entregue às mãos de um tribunal militar e após uma fuga de helicóptero a partir do telhado de um dos edifícios da capital romena. Essas imagens correram o mundo de tal forma que, ainda hoje, surgem associadas à mudança do regime político naquela República do Mar Negro. Volvidos dez anos, o Povo Romeno ainda não se recompôs do impacto psicológico destes lamentáveis acontecimentos. Todavia, recentemente, o Governo do Presidente Emil Constantinescu anunciou que iria leiloar parte do riquíssimo espólio da família Ceausescu, de modo a incrementar a receita do próximo orçamento de estado. Estes factos atestam a dimensão da mudança, num país, onde o hiato entre 1989 e 1999, constitui um gigantesco grito à surdina de uma Europa perigosamente míope.

A história da Roménia é, em quase todos os aspectos, uma história de sobrevivência. Com a derrota dos Húngaros pelo Império Otomano, na Batalha de Mohács em 1526, a Moldávia e a Walachia ficaram sobre o domínio turco durante três séculos. Por volta do século XVII, a Transilvânia e a Walachia foram temporariamente unificadas pelo Príncipe Michael, após uma vitoriosa guerra contra o Sultão Turco. Todavia, o assassínio do Príncipe, no ano seguinte, possibilitou o retorno dos Turcos e o controlo das áreas conquistadas. Na sequência destes factos, os Romenos viraram-se para a Rússia e para a protecção que esta oferecia através da Igreja Ortodoxa. Em 1812, após uma série de vitórias sobre os Turcos, o sucesso russo na guerra Russo-Turca de 1806-1812 conduziu à recuperação da Bessarabia, que tinha sido uma parte do território da Moldávia. A partir de 1821, depois do conflito com os Gregos, a influência turca passou a ser cada vez mais fraca.

A derrota russa, na Guerra da Crimeia, veio terminar com o protectorado russo e a Bessarábia voltou a ser incluída na Moldávia. Em 1861 os estados da Walachia e da Moldávia foram unificados e reconhecidos pelo Sultão Turco como o principado autónomo da Roménia.

Na sequência da conspiração que retirou o poder ao Príncipe Alexandru Ion I em 1866, Carol I chegou ao poder como Príncipe hereditário do Sultão Turco. Carol I viu-se obrigado a entrar na guerra russo-turca entre 1877-1878 como aliado russo, proclamando, deste modo, a completa independência da Roménia. O congresso de Berlim, de 1878, reconheceu esta proclamação de independência, mas forçou a entrega da província de Bessarábia à Rússia.

Quando começou a I Guerra Mundial, Carol I declarou-se neutro. A sua morte, em 1914, colocou Ferdinand I no trono. Contudo, em 1916 a Roménia quebrou a sua neutralidade e invadiu a Transilvânia húngara. Na sequência dos tratados de Trianon e St Germain, e apesar do não-reconhecimento da Rússia, a Roménia duplicou a sua área territorial. A sua posição na II Guerra Mundial foi, de início, similar à da I Guerra Mundial. Contudo, em Junho de 1941, a Roménia atacou a União Soviética simultaneamente com as forças germânicas, e declarou guerra aos EUA. Em resposta, na Primavera de 1944 o Exército Vermelho recuperou a Bessarábia e a Bukovina. O armistício com a URSS foi assinado em 12 Setembro de 1945, em Moscovo. O tratado de paz com os aliados foi assinado em Paris em Fevereiro de 1947, recuperando a Roménia parte da Transilvânia, mas tendo que, como contrapartida, pagar uma pesadíssima indemnização de guerra à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Nos anos de 1948 e 1949, a Roménia iniciou a adaptação ao modelo soviético, tendo sido acusada, repetidamente, de violação dos direitos humanos na década de 50. Em 1952 e 1965 as novas constituições adaptaram decisivamente o padrão soviético, culminando em 1965 com a subida ao poder de Nicolae Ceausescu. A Roménia foi um membro muito activo do COMECON e do Pacto de Varsóvia. Todavia, em 1963, começou a desenhar um sentido de independência, ao rejeitar os projectos de integração económica dos estados comunistas.

A Roménia, hoje

A Roménia é, hoje, uma república independente do Sudeste da Europa, com fronteira a Norte com a Ucrânia, a Este com a Moldávia, a Sudeste com o Mar Negro, a Sul com a Bulgária e a Sudoeste com a República Federal da Jugoslávia. A Roménia tem cerca de 22 milhões de habitantes de várias origens e de entre as quais se destacam as minorias húngara,[2] alemã, ucraniana, judia, russa, tártara e eslovaca. A religião ortodoxa é a mais professada, existindo também católicos, judeus e muçulmanos. A língua oficial é o romeno, sendo também faladas as línguas húngara, alemã, turca e servo-croata. Entre 1940 e 1980 o comércio externo decorreu numa base de monopólio do Estado. Todavia, em 1993, um profundo programa

Ilustração de Mauro Matias

de liberalização começou a ser implementado e o volume das trocas comerciais atinge hoje[3] cerca de 4 200 milhões de USD[4] por ano. A Rússia e os estados da ex-União Soviética continuam a dominar as suas relações comerciais, tendo a Roménia aumentado significativamente as trocas comerciais com a Alemanha, a Itália, a Suíça, os EUA, o Reino Unido e o Egipto, nos últimos cinco anos. No que respeita às suas relações internacionais, a Roménia é membro das Nações Unidas, da *European Free Trade Association* (EFTA), da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da *Black Sea Economic Cooperation* (BSEC), do Conselho da Europa, é um dos parceiros para a Paz da OTAN e mantém, desde 1993, acordos de cooperação com vista à adesão à União Europeia.

Até 1989, a Roménia foi totalmente dominada pelo Partido Comunista e pelo seu secretário-geral Nicolae Ceausescu. Depois da queda do ditador, foram formados alguns partidos políticos, dos quais se destacam a Frente de Salvação Nacional (NSF), a Frente Democrática de Salvação (DNSF), a Convenção Democrática da Roménia (DCR) e o Partido Nacional de Unidade Romena (RNUP). Em Julho de 1993, o DNSF mudou a sua designação para Partido Social-Democrata da Roménia (SDPR). Em Novembro de 1996, o SDPR perdeu as eleições legislativas a favor do DCR, de Emil Constantinescu. O DCR formou, então, uma coligação com um pequeno partido designado União Social-Democrata (USD). Do ponto de vista político, pode dizer-se que a constituição romena, de 1991, implantou um regime do tipo presidencialista,[5] bicamaralista, onde o Senado dispõe de 143 lugares e a Câmara dos Deputados de 343, dos quais 15 estão reservados para a representação das minorias. Em 1992, Ion Ilescu foi eleito uma segunda vez, mas, em 1996, o actual presidente de origem centro-direita, Emil Constantinescu, subiu ao poder. Contudo, pode verificar-se que os anos 90 foram muitíssimo agitados na Roménia. As inúmeras manifestações contra o estado caótico das condições de vida motivado por uma economia completamente descaracterizada, os frequentes conflitos étnicos entre as várias minorias existentes no país e o controvertido processo de privatização da economia são apenas alguns exemplos das dificuldades porque passou esta república do Mar Negro. Os três empréstimos contraídos junto do Banco Mundial, no valor de 350 milhões

[1] Inspirado numa recente visita de trabalho à Roménia no âmbito da cooperação militar bilateral.

[2] Que inclui cerca de 7% da população e se situa maioritariamente na Transilvânia.

[3] Dados de 1990.

[4] Dólares Americanos.

[5] O presidente é eleito por sufrágio universal directo por um mandato de 4 anos.

Foto do autor

de USD e as medidas aplicadas pelo FMI, vieram ainda agravar mais o descontentamento do povo romeno.

O processo de democratização do país levou também à introdução de profundas reformas no sistema de controlo das suas forças armadas. A adopção do modelo ocidental de controlo político possibilitou que estas estejam hoje totalmente subordinadas ao Ministério da Defesa, orientando a sua actividade pelos princípios da legalidade e da separação de poderes. Apesar da Roménia professar a meta programática da incorporação tecnológica nas suas forças armadas, implicando necessariamente um «downsizing[6]», e apesar das dificuldades orçamentais, não se tem verificado a tendência ocidental para a redução de efectivos. O serviço militar é geral e obrigatório para todos os indivíduos do sexo masculino por um período de 12 meses no Exército e na Força Aérea e de 18 meses na Armada. As Forças Armadas gozam de grande prestígio junto de todas as camadas sociais, e a boa tradição romena recomenda que um jovem não deve contrair matrimónio antes de ter cumprido os seus deveres militares. Em 1990, o efectivo rondava os 226 950 homens, distribuídos do seguinte modo: 129 350 no Exército, 17 500 na Armada e 47 600 na Força Aérea.

Bucareste é, hoje, a capital de um país dominado pela necessidade de afirmação internacional, pelas relações difíceis com quase todos os seus vizinhos[7], por uma história de invasões devastadoras e pela ofegante recusa do seu passado recente. Geograficamente situada no ponto de confluência natural dos Impérios Otomano, Austro-húngaro, e Soviético, englobando os lendários Montes Carpátios, o economicamente decisivo Rio Danúbio, as «temerárias» terras da Transilvânia[8] e tendo como fronteira marítima o Mar Negro, a Roménia parece dormitar sobre uma zona natural de fractura geoestratégica.

À procura da Europa

A par do difícil equilíbrio das suas relações internacionais, a Roménia vive internamente um momento absolutamente decisivo. O crivo do regime jacobino e totalitário de Nicolae e Elena Ceausescu, bem como do domínio do bloco de Leste, deixaram evidentes marcas contra as quais se debate um povo inteiro. A profunda

crise económica, agravada por uma total descapitalização do estado e por um tremenda agonia da iniciativa privada, transformam este povo europeu numa geração, onde apenas a esperança se levanta como um verdadeiro tributo à sua capacidade de sofrimento. A Roménia de hoje procura a todo o custo afastar-se do seu passado mais recente e rumar a Ocidente, designadamente no que se refere à sua integração em espaços dominantes do ponto de vista político e militar. A evidência deste distanciamento do passado e esta tentativa de aproximação a Ocidente é manifesta no seu conceito estratégico[9]. Vejamos pois um excerto:

... Os objectivos da estratégia de segurança romena visam: a garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, a defesa da soberania, da independência, da unidade nacional, a indivisibilidade do estado, de acordo com o espírito da constituição, a consolidação da legalidade e das instituições democráticas, a melhoria do nível de vida da população e a protecção dos interesses romenos no mundo. Estes objectivos são atingíveis por meios políticos, jurídicos, diplomáticos, económicos, sociais e militares, pelas relações públicas, pelas informações e pela cooperação com os estados e com as organizações políticas e económicas no espaço europeu, euro-atlântico e internacional. A estratégia romena, no que respeita à segurança nacional, é baseada numa clara e irrevogável opção pela integração na OTAN e na União Europeia...[10]

Tal como sublinhou Emil Constantinescu, recentemente, a viragem estratégica que está na base da construção da nova sociedade romena não é um projecto de um partido ou de uma facção política. A adesão à União Europeia e à OTAN[11] parece constituir, não objectivos de um governo ou de um partido dominante, mas de toda uma geração que aposta em seguir o modelo democrático e os princípios do liberalismo. Trata-se, na verdade, de uma perspectiva de longo prazo que ultrapassa qualquer interesse político momentâneo. Tal opção implica necessariamente a assunção de riscos, dos quais julgamos que o maior é, sem dúvida, o prolongar das dificuldades económicas, financeiras e sociais que estão a contaminar a sociedade romena. O limiar da pobreza e os efeitos do globalismo, especialmente nas camadas mais jovens da população, podem ser o catalisador de uma outra revolução. O perigo de nova instabilidade social, motivada pelos baixos padrões de vida,[12] parece eminente e com ele estão lançadas as bases que podem fazer retroceder as grandes mudanças operadas após 1989. É neste contexto que julgamos que a Europa tem sobre os seus ombros uma enorme responsabilidade. É preciso compreender os esforços daqueles que genuinamente desejam adoptar a democracia, os valores e o modelo neoliberal que domina a Europa. Todavia, é fundamental fazer mais que isso. Sem um apoio concreto, efectivo e estruturado nas áreas fundamentais da organização do estado, a Roménia corre o risco de perder a oportunidade histórica de ocupar o seu lugar na Europa e a Europa pode fazer perigar, uma vez mais, a estabilidade nos Balcãs, área que se tem mostrado absolutamente decisiva para os interesses do processo de construção europeia.

Síntese final

Os recentes acontecimentos no Kosovo, com o consequente isolamento do governo do Presidente Milosevic, tiveram a maior importância política para o governo romeno. Os históricos laços de amizade entre os dois governos[13] e a interdição do Danúbio, em consequência da destruição das pontes ao longo do território da República Federal da Jugoslávia, representaram um passo à retaguarda no relacionamento com a União Europeia. É que uma boa parte das exportações romenas é feita por via fluvial, utilizando o Danúbio, que é uma das «principais auto-estradas fluviais» em direcção ao centro da Europa. A Europa, simplesmente, ignorou o facto.

Por outro lado, a Roménia encetou um ambicioso programa de cooperação bilateral com diversos países da Europa e da América Central, designadamente com a França, a Alemanha, a Espanha, os EUA, etc. A cooperação bilateral Roménia-Portugal tem vindo a ser incrementada desde 1997, e constitui um tema da maior importância política para ambas as partes. Contudo, se é verdade que este passo representa um inegável esforço de aproximação de ambos os lados, também não é menos verdade que, quer os acordos de cooperação com a União Europeia, quer esta mesma cooperação bilateral, estão muito aquém das expectativas políticas da

Roménia, designadamente, na concretização de projectos de natureza técnica. Fica-nos a sensação que, na verdade, o relacionamento União Europeia – Roménia é ainda embrionário.

A Roménia, é preciso não esquecer, é a república do Leste europeu com maior influência latina, facto que em muito pode vir a contribuir, no futuro, para uma posição privilegiada de Portugal, do ponto de vista político-diplomático. À vista desarmada, este facto pode parecer menor. Todavia, há um fenómeno intrínseco de empatia natural que a Roménia tem vindo a fazer questão de evidenciar e que, mais não seja, na falta de outros, pode e deve ser potenciado, até porque, uma futura adesão da Roménia à União Europeia terá, necessariamente, efeitos directos na economia portuguesa.

Finalmente, e à guisa de epílogo, ficanos a sensação que a imagem que o Ocidente concebeu e comercializou através do cinema, de uma Transilvânia abominável e distante, onde a natureza se retirou para dar lugar à existência do Conde Drácula, não pode mais ser assumida como verdade, sob pena de cometermos um terrível erro político e de ignorarmos uma parte fundamental deste espaço europeu, espaço europeu este, que nos tem permitido viver em paz nos últimos 50 anos.

---

[6] Redução de efectivos.

[7] Os Romenos consideram que só têm dois amigos: o Mar Negro e a República Federal da Jugoslávia.

[8] Onde a partir de factos históricos, designadamente pela aplicação do castigo do «empalamento», nasceu a curiosa lenda do Príncipe Vlaad ou Conde Drácula.

[9] Aprovado pelo Conselho Supremo de Segurança Nacional Romeno em 18 de Junho de 1999, em Bucareste.

[10] Tradução minha.

[11] A última sondagem realizada indica que mais de 80% da população deseja a integração na OTAN.

[12] O salário mínimo nacional é cerca de 20 000$00 e o custo de vida é ligeiramente mais barato que em Portugal.

[13] Referência aos Governos Romeno e Sérvio.

AFOR

1ª missão humanitária da NATO

1º Sargento de Artilharia C. Durão*

Introdução

Maio de 1999; a guerra no Kosovo continua implacável. Os sérvios da Jugoslávia desencadearam um conflito étnico (expressão que significa a morte ou expulsão de um povo do seu território), alegadamente para pôr cobro a uma tentativa de autodeterminação ou independência por parte da etnia muçulmana, que coabita o território. Na verdade, os sérvios sob a capa de protegerem a integridade territorial do que ainda resta da Jugoslávia (repúblicas da Sérvia e Montenegro), alegando não poderem tolerar, nem sustentar, a desagregação física da província autonómica do Kosovo, vêm praticando, desde os inícios dos anos 90, uma campanha de alargamento e expansão territoriais com vista à construção daquilo que se convencionou designar "Grande Sérvia".

Primeiro, foram as tentativas de controlar e conquistar os territórios da Eslovénia (nunca conseguidas) Bósnia-Herzegovina e Croácia, através de uma guerra civil que decorreu entre 1992 e 1995, tendo-se então registado mais de 200 mil mortos. Durante este período, tentativas de "limpeza étnica" dos territórios ocupados foram desenvolvidas por todas as facções, embora maioritariamente por parte dos sérvios, sendo praticadas sobretudo por grupos paramilitares, mais ou menos com a conivência e apoio do governo central de Belgrado.

Falhados os seus intentos por força da assinatura dos acordos de "Dayton", a Sérvia vê-se subitamente privada dos territórios que conquistara às repúblicas vizinhas, entretanto reconhecidas pela comunidade internacional como estados independentes.

Se, por um lado, a Sérvia não alcança os seus intentos, por outro, não desiste das suas campanhas de terror e expulsão das minorias étnicas instaladas no que resta da Jugoslávia. As rivalidades entre muçulmanos (fixados nos Balcãs desde o tempo das invasões otomanas, sec XIV), e os ortodoxos sérvios, são quase ancestrais. Mais do que diferenças políticas, o que sempre esteve em causa foram diferenças culturais e religiosas que a história nem sempre testemunhou de forma pacífica. Isto não representa de todo que a totalidade dos grupos étnicos recentemente envolvidos em conflitos fratricidas entre si se odeiem e não se tolerem minimamente. Pelo contrário, ainda hoje milhares de famílias de ambos os lados se misturam por meio de laços matrimonias demonstrando que, com respeito e tolerância, a coexistência entre todos é, também por aquelas latitudes, possível e desejável.

A Crise no Kosovo

A região do Kosovo foi reconhecida internacionalmente como parte integrante da Sérvia e da Jugoslávia, e, portanto, de um estado independente e soberano. A comunidade internacional desafortunadamente esquecera-se de contemplar o problema da região nas negociações dos acordos de "Dayton". Os albaneses do Kosovo sentem-se traídos e abandonados.

As conflitualidades entre os sérvios do Kosovo e os muçulmanos daquela província autónoma da Jugoslávia, designados de kosovares albaneses ou simplesmente Kosovares, também não são novidade. Todavia, sobretudo a partir de 1998, os sérvios, à semelhança do tipo de guerra que conduziram na Bósnia e Croácia, começam a desencadear uma "limpeza étnica", que dará origem a uma violenta guerra civil. Advogam que o Kosovo é a pátria-mãe de todos os sérvios e que o seu povo está ameaçado, se forem privados daquele território. Os kosovares, 90% da população, respondem terem direitos históricos no Kosovo e é lá que se encontra o berço da sua pátria.

Com tais argumentos, a guerra civil na região torna-se inevitável. Sérvios do Kosovo, com o apoio das autoridades centrais de Belgrado e, fundamentalmente, com o apoio directo do "JNA" (exército nacional jugoslavo), assim como, uma vez mais, de grupos paramilitares, controlam a maior parte do território e conduzem uma expulsão em massa dos kosovares albaneses daquele território.

Os muçulmanos procuram organizar-se num grupo armado e combater os intentos expansionistas dos sérvios. Sem grandes apoios iniciais, é criado o "UCK" (KLA-"Kosovo Liberation Army"), no princípio composto por guerrilheiros kosovares, mas que mais tarde recebeu voluntários albaneses de várias partes do mundo. Tinham, do seu lado, o apoio directo, político e militar da Albânia, cuja população é maioritariamente muçulmana, que faz fronteira com o Kosovo. O Exército de Libertação do Kosovo rapidamente estabelece "santuários" naquele país, razão

Operação "Allied Harbour"

que leva os Sérvios a estabelecer fortes combates junto à fronteira albanesa e a ocuparem limitadas parcelas do país vizinho, sobretudo no Nordeste. Durante o conflito, várias negociações, com vista a um cessar-fogo, tiveram lugar entre as partes, a mais importante das quais a de "Rambouillet", todas infelizmente sem sucesso.

Sem a tão esperada intervenção terrestre da NATO, cujos primeiros militares só chegariam por meados de Junho de 1999, a população de etnia albanesa do Kosovo tenta, principalmente desde meados de 1998, escapar à guerra, procurando em primeira instância fugir para os países limítrofes: Macedónia e Albânia, e daqui, se possível, partir para o exílio em qualquer outro estado europeu.

O Problema dos Refugiados

No primeiro trimestre de 1999, os dois pequenos estados fronteiriços com o Kosovo estão repletos de centenas e centenas de milhares de refugiados Kosovares. Os seus governos, já de si com enormes problemas financeiros e sociais, fazem o melhor que podem para os acolher. Mas a sustentabilidade apresentava limites e o governo macedónio acaba por fechar as fronteiras à entrada de mais expatriados. Apesar da superioridade do nível de vida na Macedónia, comparativamente ao da Albânia, uma circunstância de natureza afectiva e cultural, impelia os Kosovares a preferirem o país de maior debilidade económica. É que praticavam a mesma religião que os albaneses, muçulmana, enquanto os macedónios, como os sérvios, cultivavam a ortodoxa.

Na Albânia, dezenas de organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, mobilizam-se para apoiar os homiziados. As Nações Unidas sob a égide da UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), em colaboração com o governo albanês, coordenam toda a ajuda internacional. A situação afigura-se porém muito difícil. Num pequeno estado de apenas 29000Km2, com pouco mais de três milhões de habitantes e uma economia delapidada por décadas de isolacionismo internacional político e económico, tendo investido uma enorme fatia do seu PIB na defesa de hipotéticos invasores estrangeiros (note-se, a título de exemplo, que neste pequeno estado foram construídos, durante o período do partido comunista no poder, mais de 500 mil "bunkers" colectivos, podendo ainda hoje estes serem vistos por tudo quanto é sítio), sendo até há pouco tempo "assaltado" por convulsões políticas e sociais, a jovem e ainda instável democracia não dispõe dos meios por si só, para assegurar o transporte, a instalação e a sobrevivência dos refugiados. Neste contexto, a Albânia acaba por pedir a intervenção e o auxílio de toda a comunidade internacional, nomeadamente da NATO.

A Resposta da NATO

A Organização do Tratado do Atlântico Norte estabelecera em 1995 um protocolo de cooperação e assistência técnico-militar com a Albânia, tendo o facto servido de base ao pedido para a intervenção militar da NATO naquele país, com vista á resolução da crise. Para a Aliança Atlântica, tal tipo de operação, fundamentalmente humanitária, apresentava-se como inovadora e um verdadeiro desafio.

Criada após a 2ª Guerra Mundial para garantir a segurança do hemisfério ocidental face à expansão da extinta URSS, com a queda do "Muro de Berlim",

a NATO teve de readaptar o seu papel e a sua missão às novas realidades mundiais. A intervenção na Bósnia-Herzegovina, onde ainda hoje desenvolve uma importante função estabilizadora e de pacificação, constituiu um marco na história da Aliança. De facto, aí fez a sua estreia em Operações do tipo imposição ou manutenção da paz, assumindo-se como uma organização militar internacional com a estrutura e a força necessárias para garantir a paz e a estabilidade, em territórios onde os direitos fundamentais dos povos possam estar ameaçados.

AFOR "Albania Force"

Enquanto mantinha tropas na Bósnia, e levantava forças na Macedónia para uma eventual futura intervenção terrestre no Kosovo, a NATO decide enviar tropas para mais um estado europeu, desta vez a Albânia. A grande novidade é que esta força, embora armada, se apresentava pela primeira vez com uma Operação humanitária.

A sua composição seria de nível Corpo de Exército e o Comando da mesma recaía sobre a "AMF"-"Allied Mobile Force", cuja estrutura normal apresenta-se com o escalão de Brigada e que por isso teve de sofrer a necessária adaptação, deslocando-se da Alemanha para a Albânia, onde montou naquele país uma operação denominada "Allied Harbour", e cujas forças, sob comando da AMF, passam a denominar-se por "AFOR" *Albania Force*.

A sua estrutura contemplava um Comando com o Quartel-General na cidade portuária de Durres, 2ª cidade mais importante, e quatro denominadas "Tasks Forces": North - de Comando Italiano; South – Francês; Bravo – Espanhol; Romeo - Belga e Holandês. A AFOR perfazia deste modo um total aproximado de 8000 militares.

Paralelamente, existiam ainda algumas outras forças militares internacionais destacadas para aquele território que, embora em estrita coordenação com a AFOR, não lhe estavam directamente subordinadas. Por exemplo, os Estados Unidos dispunham de duas "Tasks Forces" independentes, uma a norte – "HAWK", e outra baseada em Tirana, a capital, - "SHINING HOPE", que dispunham, dos mais sofisticados meios bélicos, tais como os famosos helicópteros "Apache" e rampas de lançamento de foguetes múltiplos "MLRS", em posição para a eventualidade de serem necessários intervir contra os sérvios.

A principal missão da AFOR consistia em dar, sob coordenação da UNHCR, o apoio tido como necessário aos refugiados kosovares. Especificamente, de entre outras missões e tarefas:

- Organizar os comboios de refugiados dos campos de trânsito junto à fronteira com o Kosovo, normalmente da área da cidade de Kukes, e daí para outro campo, no centro da Albânia (Shkoder), de onde partiam depois para diferentes "Centros Colectivos", como por vezes se chamavam, ou Campos de Refugiados, espalhados por todo o território albanês, principalmente no sul;

1º Sarg Durão numa viagem a Kukes
Logo atrás desta montanha, fica o Kosovo

- Promover, após o restabelecimento da paz no Kosovo, o repatriamento voluntário dos refugiados kosovares;

- Garantir a segurança física dos mesmos, nos campos que lhe estavam sob controlo directo;

- Assegurar a assistência médica e hospitalar aos refugiados que dela necessitassem, dispondo para o efeito de algumas unidades militares hospitalares próprias;

- Estabelecer programas de desminagem e campanhas de sensibilização junto da população em geral e dos refugiados em particular, sobre a perigosidade das minas na região fronteiriça;

- Melhorar infra-estruturas portuárias, viárias e rodoviárias, com a finalidade de permitir melhor circulação dos meios logísticos da NATO, e um mais fácil e cómodo transporte dos refugiados de e para a fronteira da Albânia/Kosovo.

Finalmente, porque de unidades militares se tratam, desempenhava acções de "Force Protection", o que significa dever a AFOR ainda garantir a segurança física de todos os militares envolvidos, dos ele-mentos membros de organizações internacionais e ainda dos refugiados.

Se, por um lado, estas responsabilidades eram bastante abrangentes, por outro, não se visualizavam de fácil concretização, sobretudo no que toca às medidas de "Force protection", visto a totalidade do contigente da AFOR se manifestar de clara insuficiência para tamanhas tarefas, pelo que nem sempre foi possível a todas satisfazer.

Condicionantes da Missão

Uma missão na Albânia apresentava várias particularidades, que afectavam ou condicionavam a missão da AFOR. Na qualidade de "convidada", de um estado independente e soberano, a NATO não podia, por óbvias razões, actuar pura e simplesmente como entendesse. Todo o seu trabalho deveria ser coordenado com as autoridades daquele país. A Albânia ainda se encontra a recuperar de uma série de recentes convulsões político-sociais, pelo que juntamente com outros factores de cariz cultural e religioso, faziam com que o governo tivesse uma enorme dificuldade em controlar a totalidade do seu território. Por exemplo, um pouco por todo o nordeste albanês, não raro se encontravam grupos armados envergando uniformes do UCK, ou bandos de criminosos

armados, que sem quaisquer justificações interpelavam quem lhes apetecia a fim de obterem dinheiro, bens ou o que quer que fosse, sem que as autoridades locais fizessem ou pudessem fazer qualquer coisa. A criminalidade era então assustadora; a cidade albanesa de Shkoder é a cidade da Europa com o maior índice em tal aspecto. Por estas razões, a missão da AFOR, assim como das Nações Unidas e demais organizações internacionais, apresentava-se bastante difícil. Assassínios em plena rua, raptos de mulheres ou crianças para serem traficadas com destino às redes de prostituição europeias, ameaças de morte a refugiados ou mesmo a elementos da comunidade internacional ali em missão, tráfico de armas ou droga por parte da "máfia" albanesa, fazem parte de um cenário que, para quem com ele de perto não conviveu, lhe parecerá inverosímil. O clima de medo e insegurança em certas partes do território eram de tal ordem, mesmo em Durres ou Tirana (não raro se ouviam rajadas de armas automáticas nas ruas), que elementos de diversas organizações internacionais, e mesmo da população em geral, frequentemente clamavam por ver a NATO a patrulhar mais as ruas, a montar a segurança de todos os campos de refugiados, a garantir a segurança e a integridade física de todos os estrangeiros etc., etc. Demasiadas tarefas ou responsabilidades, que lamentavelmente nem sempre a todas a AFOR pôde responder.

De um modo geral, a actuação da NATO na Albânia era desejada e até acarinhada pela população, na medida em que a sua presença representava um sinal de esperança para o futuro e o testemunho de confiança que a comunidade internacional em geral e a NATO em particular depositava na Albânia. Significava, para além da ajuda específica que se estava a dar no apoio aos refugiados kosovares, uma garantia da estabilidade política, económica e social daquele país. Era comum ouvir da população local com quem contactávamos, o pedido para ficarmos após a resolução da crise no Kosovo.

Portugal participou no Estado-Maior da AFOR com um contingente de cinco militares: Tenente-Coronel Infª A. Agostinho (na fase de levantamento da forças), que desempenhou funções na área do "J-3/5/9 CIMIC" - ligação da AFOR com as autoridades albanesas, a UNHCR e outros organismos internacionais; Tenente-Coronel Cavª P. Serra, que trabalhou na Div "J-3/5/9" como Oficial de ligação entre a AFOR e KFOR; Major Engª R. Castro, colocado na célula de engenharia do "J-3/5/9 Div."; Major Infª P. Domingos também com funções na área de "J-3/5/9 CIMIC"; 1ºSargento Artª C. Durão com funções na célula de Informações militares da AFOR "J2".

Se quantitativamente a missão portuguesa não se evidenciou, o mesmo não se poderá afirmar no que respeita à qualidade do trabalho dos seus elementos, na medida em que terminaram a sua missão com um justo reconhecimento por parte das respectivas chefias da AFOR, tendo todos regressado a Portugal, como é apanágio dos nossos militares, com a satisfação do dever cumprido.

Para além dos membros do Exército, o nosso país contava ainda na Albânia, com um pequeno contingente da PSP, ao serviço da UEO (WEO), chefiado pelo Comissário C. Anastácio, que desempenhava funções de monitorização e formação da polícia civil albanesa. Desde sempre, os dois contingentes colaboraram, confraternizaram e trocaram experiências entre si, contribuindo para uma minimização da saudade, sempre normal nestas missões, e para um aumento do moral entre todos. A título de curiosidade note-se que na celebração do dia de Portugal, das Comunidades e de Camões, 10 de Junho, o Comando da AFOR autorizou que os Portugueses na missão da NATO se juntassem com os polícias seus compatriotas em missão na UEO e celebrassem entre si, o Dia da Portugalidade.

Conclusões

Em 30 de Agosto de 1999, após o sucesso do retorno dos refugiados para o Kosovo, consequência directa dos acordos que conduziram à intervenção terrestre da NATO naquele território, a AFOR cessa formalmente as suas funções. No entanto, a Organização do Tratado do Atlântico Norte manter-se-ia naquele país, agora com uma missão, estrutura e responsabilidades diferentes, passando as novas forças a ter a designação de "Common Zone West", com um efectivo aproximado de dois mil militares, e Comando Italiano directamente subordinado à estrutura, Comando e missões da KFOR (Kosovo Force).

A Operação "Allied Harbour" na Albânia veio dar à Aliança Atlântica uma nova capacidade, alargando o seu espectro de emprego, com a possibilidade e a capacidade, já testadas, de actuação em quaisquer crises que venham a surgir, sejam elas de tipo Operação de paz, ou do tipo Operação humanitária. As vantagens são por demais evidentes. Após a guerra-fria, a estrutura militar mais bem preparada em todos os domínios é, sem dúvida a NATO. A utilização articulada dos seus meios, em missões de qualquer natureza e em quaisquer circunstâncias, garantem-lhe ser uma organização militar internacional eficaz, capaz de responder prontamente a qualquer tipo de crise inter-estados que possa surgir no contexto e no espaço europeus.

* Fotografias do autor.

Biografia

Primeiro-Sargento de Artilharia C. Durão:

- Frequentou o de 19º Curso de Formação de Sargentos da ESE.
- Possui entre outros cursos militares, o curso de Informações Militares, Segurança e Comunicação.
- Frequentou o curso de Direito na Universidade Moderna.
- Participou em duas missões consecutivas na SFOR (1998/99), em serviço no "Allied Military Intelligence Battallion" – "AMIB".
- Participou numa missão da AFOR (1999), na Divisão de Informações militares "J2".
- Actualmente desempenha funções na Escola Prática de Artilharia.

Os Uniformes da Guerra Peninsular (1806 – 1813)

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Em conformidade com o número anterior, iremos analisar algumas fontes iconográficas relativas à Guarda Real da Polícia.

Figura 1

Trata-se de uma aguarela do Coronel Ribeiro Artur e as observações a fazer são: no peito da casaca deveria ter oito alamares, conforme a Infantaria, e não seis. O forro deveria ser azul-ferrete e não vermelho, em virtude desta cor só ter sido adoptada em 1811. Quanto ao resto, encontra-se correcto, sendo uma excelente aguarela.

Figura 2

É a reprodução de uma gravura existente no Arquivo Histórico-Militar e que peca precisamente pelos mesmos defeitos da figura anterior. O capacete não deveria ter cimeira nem a chapa longitudinal que se vê logo acima da pala, mas somente a elipse.

Figuras 3, 4 e 5

É um manequim pertença da Guarda Nacional Republicana e ao fazer-se a leitura do artigo referente ao uniforme da G.R.P. e comparando com as fotografias dos manequins, facilmente se verifica que se trata de uma cópia executada com muita fantasia e que a sua confecção foi, certamente, feita a partir de fontes muito pouco fidedignas.

A experiência ensinou-nos que para garantir a sobrevivência é preciso algo mais do que isto.

Há mais de 100 anos que a Indep se dedica à produção e comercialização de uma grande variedade de munições, armamento e outros produtos de defesa. A experiência acumulada ensinou-nos que alguns valores são essenciais para alcançar o prestígio de que beneficiamos actualmente. No exigente sector da indústria de defesa, a confiança nos nossos produtos deve-se não só à sua competitividade mas também à sua elevada fiabilidade. Graças a rigorosos padrões de controlo de qualidade e a um constante esforço de investigação, a Indep encontra-se entre os fabricantes mais conceituados do mundo. Hoje como há um século, é tudo uma questão de segurança.

INDEP
Indústrias de Defesa, S.A.

Moscavide - Tel: 21 944 6546 - Fax: 21 944 4853 - E-mail: indep@indep.pt

Coronel Bastos Moreira

MONUMENTOS DE EVOCAÇÃO MILITAR

Pelo CORONEL BASTOS MOREIRA

Castelo de Alenquer

Foi talvez no século quinto, quando os álanos atacaram os visigodos instalados na Península que foi fundada Alenquer com o seu castelo e lhe foi dado o nome de Alan Cana «Templo dos Alanos».

Passados que foram 150 anos, novamente os visigodos reconquistaram Alenquer e ali se mantiveram por mais cerca de século e meio até se realizar a conquista moura (ano de 714).

Os mouros souberam bem aproveitar os excelentes recursos defensivos locais e edificaram uma fortaleza que foi considerada de difícil conquista, tendo em vista os meios de que naquela época se dispunha.

A praça forte esteve nas mãos dos mouros durante 4 séculos, e, no dia de S. João do ano de 1148, após um cerco que durou dois meses, os cavaleiros portugueses comandados por D. Afonso Henriques expulsaram os mouros de Alenquer e tomaram a fortaleza.

Conta a lenda que na manhã da arrancada e combate decisivos, quando o rei português e o seu séquito se foram banhar ao rio e fazer as suas correrias nos campos marginais, foi notada a presença de um cão «alão», vigilante das muralhas, que se calou e começou a fazer festas quando os cavaleiros se aproximaram.

D. Afonso Henriques, tomando tal atitude como bom presságio, ordenou imediato ataque dizendo: «Alão quér!».

Teriam sido talvez estas palavras, segundo a lenda, a origem do nome actual da povoação.

Travou-se violento e renhido combate, no qual os cristãos realizaram feitos prodigiosos, mas todas as dificuldades foram vencidas e conquistada a praça forte.

Acerca do cão «Alão» é contada ainda uma outra lenda: diz-se que ele todas as noites passava ao longo das muralhas, levando na boca as chaves do castelo para as ir entregar a casa do governador.

Tendo conhecimento do que se passava, os cristãos prenderam a uma oliveira próxima uma formosa cadela, cujos encantos acordaram os instintos amorosos de Alão. Este, atraído ao local onde se encontrava a cadela, foi apanhado pelos cristãos juntamente com as chaves do castelo que transportava.

No brasão do concelho vê-se um cão junto de muralhas e uma cercadura com 14 rosas — tantas quantas as freguesias existentes.

D. Afonso Henriques, mandou reparar as muralhas e repovoar a vila e teve de fazer face a várias tentativas mouras de reconquista, todas sem resultado.

D. Sancho I determinou que fosse construído um paço real o qual doou a sua filha D. Sancha, princesa muito querida na região não só por ali ter residido durante largos períodos como também pelos seus dotes de bondade com os consequentes benefícios para toda a população.

D. Afonso II não concordou com a doação feita por seu pai pois era de opinião que Alenquer fosse considerada um bem da coroa; D. Sancha refugiou-se no castelo e D. Afonso II veio sitiá-lo; as escaramuças prolongaram-se durante quatro meses.

O povo de Alenquer defendeu a causa da sua benfeitora o que obrigou os sitiantes a retirar; porém, o desentendimento continuou com prejuízo para D. Sancha. O papa e outras potências intercederam então para pôr termo a esta luta considerada injusta.

Em 1214 o assunto foi levado para os tribunais e a demanda prolongou-se até depois da morte de D. Afonso II, tendo ficado assente que a vila, com excepção de algumas doações feitas à freiras de Cellas, passaria para a posse da coroa.

O senhorio de Alenquer passou mais tarde, em 1340, para D. Constança, mulher do príncipe D. Pedro I.

D. Constança foi sucedida no senhorio por D. Leonor Teles, mulher de D. Fernando, a qual após a morte do conde de Andeiro e a aclamação do Mestre de Aviz, se refugiou no castelo.

Alenquer foi muitas vezes local de residência real; assim, em 1287, ali estiveram D. Dinis e D. Isabel e em 1374, 1384 e 1435, D. Fernando, D. João I e D. Duarte, respectivamente.

Em 1439 esteve lá instalada a corte, e, em 1496, foi D. Manuel que teve ali a sua residência.

Não se tem a certeza se Alenquer foi ocupada durante as invasões francesas, mas não há dúvida, que sofreu profundos estragos, especialmente em 1810, depois da Batalha do Buçaco, quando as tropas aliadas vieram fixar-se nas linhas de Torres.

A vila que foi a sede do Quartel-General de Massena e, mais tarde, a de algumas unidades militares, veio a assistir a um inconsciente desmantelamento de parte da sua fortaleza para aproveitamento das pedras para outras finalidades.

Torna-se necessário que haja hoje uma geral mentalização no sentido de se conseguir que todos olhem com atenção e respeito para os monumentos militares do nosso País, tal como esta antiga e valente praça da mui nobre e leal vila de Alenquer.

NET 24. ABERTO DE SEGUNDA A DOMINGO, DAS 00:00 ÀS 24:00.

www.montepiogeral.pt. Neste endereço encontra o Net 24, o Balcão virtual do Montepio Geral.

Com um simples código pessoal pode ter acesso às suas contas, onde quer que esteja. Na sua casa, no trabalho ou em qualquer outro lugar onde exista acesso à Internet.

Pelo Net 24 pode efectuar pagamentos, consultar saldos, subscrever fundos, consultar os movimentos dos cartões MG VISA e Multibanco, entre muitas outras operações bancárias, sempre de forma segura, simples e gratuita.

Net 24. Enquanto os outros esperam pelo futuro, pode sempre contar com o Montepio Geral.

Chave24+ Net24

UM DIA TODOS OS BANCOS SERÃO ASSIM.

MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Manuel Ferreira Rodrigues
José M. Amado Mendes

História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos Nossos Dias

Mem Martins, Publicações Europa-América e Associação Industrial Portuense, 1999, 16,5x23,5 cm, 489 págs.

A presente obra, que acaba de ser lançada pelas ***Publicações Europa-América*** e ***AEP*** - *Associação Empresarial de Portugal* (antiga AIP - Associação Industrial Portuense), é uma edição destinada a comemorar os 150 anos de actividade desta última.

Brochura escrita por dois especialistas na matéria, o livro ***História da Indústria Portuguesa – Da Idade Média aos Nossos Dias*** insere-se na colecção *Biblioteca da História*, uma das mais prestigiadas daquela Editora. De facto, nessa colecção só pontificam as obras de maior rigor e de mais fácil acesso por parte do público português, escolar, académico ou generalista.

Com base num conhecimento aprofundado da Economia, da Sociedade e da História de Portugal, são aqui percorridos, pela mão dos seu autores, quase nove séculos de actividade humana e de portugalidade, contidos ao longo de

sete capítulos e, em fim de texto, 49 páginas destinadas a Notas por capítulo, 35 de Bibliografia referida e 23 de Índice Remissivo (Geográfico, Onomástico e Temático).

Faz, pois, todo o sentido este verdadeiro acontecimento editorial e cultural para um olhar crítico e conhecedor sobre o que foi a História da Indústria nacional desde os primeiros tempos da nacionalidade.

Geo-Notícias

Revista semestral de informação e divulgação do IGeoE

Propriedade do Instituto Geográfico do Exército, no formato de 24X29 cm, foi dado à estampa, em Julho do corrente ano, o Nº 1 da revista em título que surge, nas palavras da apresentação do Director do IGeoE, como «mais um meio de comunicação e aproximação entre o Instituto e a sua vasta comunidade de utilizadores».

Ao longo de 20 páginas de texto, incluindo capas e retirações, com primorosa ilustração a cores sobre papel - *couché*, aparecem as várias secções da publicação, de que destacamos, **na prancheta** o artigo "Projecto Censos 2001 - Cartografia ajuda a conhecer população" ; **in loco** "Observatório Astronómico – O Sol nasce mais cedo no IGeoE"; e **produção** "Carta Itinerária de Portugal Continental na escala 1/500 000".

Esta publicação, que promete para breve uma versão em língua inglesa dá, assim, a conhecer uma «Instituição pioneira nas ciências geográficas, possuidora duma história pejada de tradição e riqueza ímpar» que é o **Instituto Geográfico do Exército**, que se afirma «cada vez mais como um instituto de referência no universo cartográfico internacional» - considera o Director em **editorial**.

À nova revista endereça o *Jornal do Exército* votos de longa vida.

Sob o olhar de A. MA Macau Passado e Presente 1907/1911 - 1999

Esta muito oportuna edição do Museu Militar do Porto resultante de uma exposição que esteve patente na "Cidade Invicta", segundo Alexandra Anjos, Técnica Superior daquele Museu, como um catálogo/álbum que "deseja ser um convite a um passeio por Macau. Uma visita no espaço de 100 anos de mudanças do desenho urbanístico da cidade, sujeita não só às condições naturais como à vontade dos homens.

Partindo de uma colecção de fotografias a preto e branco, cada tema aborda com uma planta que permite localizar cada imagem, Sempre que possível foram fotografadas os mesmos locais, num contraponto do tempo.

No prefácio encontramos, entre outros, os valiosos depoimentos dos generais Martins Barrento, Chefe do EME, e Rocha Vieira, ex-governador de Macau.

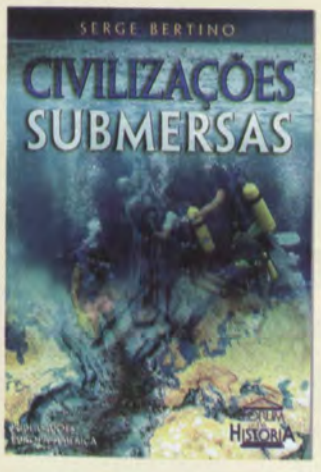
Serge Bertino

Civilizações Submersas

Mem Martins, Publicações Europa-América e Associação Industrial Portuense, 1999, 15,5x23 cm, 208 págs.

Com "Civilizações Submersas", um clássico ímpar nesta área, Serge Bertino ligado a todas as expedições de Jacques Costeau e durante onze anos secretário-geral do Instituto Oceanográfico do Mónaco, abre-nos para o fantástico mundo dos achados do fundo dos oceanos.

Obra fascinante que revela os mistérios ocultos pelos mares donde emerge a história da humanidade, há séculos submersa. É este o poder da Arqueologia Submarina que nas últimas décadas atingiu a dimensão de disciplina científica autónoma.



CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Medicina Dentária e Prótese Dentária

- Médicos Dentistas Especializados
- Instalações Modernas e Máxima Higiene
- Laboratório de Prótese Dentária Próprio

Preços Especiais para a ADME

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Lisboa - Rua Gomes Freire, 183 - 1º - 1150 Lisboa • Telefs.: (01) 353 46 55/70 - Fax: (01) 354 56 40
Sintra - Av. Miguel Bombarda, 27 - 4º B - 2710 Sintra • Tlef.: (01) 924 34 02 (Em frente à estação dos Caminhos de Ferro-CP)
Alverca - E.N. 10 - N.º 8 (Edifício Cinema) - Sala 108 - 2615 Alverca • Tlef.: (01) 957 36 40

A BATALHA DO AMEIXIAL
Adaptação para jogo de guerra
XII - Alterações às regras DBR específicos ao cenário e condição de vitória

Jorge Freitas

Em relação ao conjunto de regras *De Bellis Renationis*, as alterações propostas para o cenário da batalha do Ameixial são as seguintes:

A primeira jogada cabe ao jogador "português". O jogador "espanhol" deve lançar um dado no início da sua jogada, não contando este como Pontos de Iniciativa, podendo apenas mover os elementos de bagagem com um resultado de 4, 5 ou 6 - isto caso os Pontos de Iniciativa, lançados à parte, e as condições da batalha o permitam. Mesmo assim, deve mover a bagagem usando o movimento táctico (e não movimentos de marcha) e como elementos individuais, de modo a simular a dificuldade em fazer passar todo o extenso trem por uma estrada estreita entre elevações (ou seja, a parte da estrada não representada na mesa de jogo). É de recordar o facto da vanguarda desse trem estar já na estrada do Canal (não estando presente na mesa de jogo), escoltado por uma parte da cavalaria espanhola, provocando assim o congestionamento da via e a morosidade da progressão. A ausência de elementos de bagagem no lado português deve-se ao facto de o seu trem ter ficado em Estremoz para não atrasar a marcha do exército.

Quanto ao resto, aplicam-se as condições de vitória estipuladas pelas regras DBR, excepto nos seguintes casos:

a) Cada elemento de bagagem dos espanhóis que consiga sair da mesa **utilizando para isso a estrada** equivale à perda de um elemento do exército português (apenas para a contagem das baixas totais do exército, cuja acumulação pode significar a derrota no jogo; não se procede à retirada de qualquer elemento português da mesa de jogo, nem se adicionam essas "baixas" às perdas de qualquer comando em particular). Os elementos de bagagem espanhola que retirem da mesa em resultado de um movimento de fuga, de recuo ou de debandada (situações impostas pelas regras), ou não utilizando a estrada na ocasião de um movimento voluntário, não podem contar para essas "baixas" acrescidas às perdas totais do exército português.

Um artilheiro do exército de Carlos I acende a mecha numa lanterna antes de dar fogo a uma peça ligeira. A lanterna, aqui empunhada por um muito jovem auxiliar, era indispensável num ofício tão perigoso como o de artilheiro: mantinha o fogo sempre pronto, ao abrigo da chuva e do vento, e minorava o perigo de acidentes com a pólvora. Reconstituição da English Civil War Society. **(Foto do autor)**

b) Regra de aplicação facultativa: se a batalha não chegar a uma situação conclusiva quando se atingir o anoitecer (situação que as regras prevêem para depois das 18H00 na região climática e na estação do ano em que ocorreu a batalha), será atribuída uma vitória marginal ao lado que tenha causado ao adversário o maior número de elementos perdidos, incluindo os elementos de um comando batido ainda presentes na mesa de jogo. Recorde-se que a batalha principiou cerca das 15H00, e que as condições atmosféricas não tiveram qualquer influência no decurso da refrega, pelo que o recurso ao capítulo das regras que trata da simulação dessa eventualidade não é necessário.

Uma palavra final sobre regras, figuras e modelos

Ao longo da série de artigos que agora chega ao fim, foi referido que os modelos e as figuras a utilizar deveriam ser na escala 15mm, pelas razões então enumeradas. Actualmente, já vai sendo possível adquirir no nosso país este equipamento indispensável para a realização dos jogos, pois algumas casas da especialidade têm importado uma boa gama de figuras e modelos. Em alternativa, pode-se sempre recorrer ao contacto directo com os fabricantes, muitos dos quais se especializam na venda directa pelo correio - referências a alguns dos principais fabricantes têm sido feitas ocasionalmente nesta secção. O que ficou escrito a propósito das figuras e modelos também é válido para as regras *De Bellis Renationis*, do «Wargames Research Group».

As figuras e modelos em plástico mole da firma "Revell", referentes à Guerra dos Trinta Anos (1618-48) e na escala 1/72, podem ser usados em substituição das figuras em metal de 15mm, com alguma liberdade artística e sem grande prejuízo histórico. No entanto, há algum tempo que as caixas da "Revell" dedicadas à Guerra dos Trinta Anos escasseiam nas prateleiras das casas da especialidade. Por outro lado, se se utilizar esta opção, há que fazer alterações em relação aos números de figuras por elementos aqui apresentados: subtraia-se uma figura em relação aos totais apresentados por base (elemento), a fim de acomodar as mais volumosas da escala 1/72.

Coord Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Duração do Serviço Efectivo Normal

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 15/2000 de 17 de Janeiro

A Lei do Serviço Militar estabeleceu a duração do serviço efectivo normal em 4 meses e contempla a possibilidade da sua extensão, a título excepcional, até ao limite máximo de 8 meses no Exército, 12 meses na Marinha e Força Aérea sempre que a satisfação das necessidades destes ramos não seja suficientemente assegurada pelos regimes previstos no n.º 2 do artigo 4.º da referida lei.

O carácter de excepção de tal medida e a correlação com as necessidades das adaptações organizativas nas Forças Armadas aconselham a aplicação daquela disposição legal de forma gradual e ajustada, por forma a garantir os recursos humanos estritamente necessários à sua operacionalidade.

Tendo em consideração o nível de adesões anuais verificado no Exército aos regimes de voluntariado e de contrato, nível que se prevê manter-se durante 2000, aponta-se como necessário proceder ao prolongamento do serviço efectivo normal, neste ano, a um número de efectivos que permita alimentar a componente operacional do sistema de forças em complemento daqueles regimes de prestação de serviço militar.

Simultaneamente, os regimes de voluntariado e contrato mostram-se insuficientes para prover as necessidades de oficiais médicos e sargentos enfermeiros nas unidades operacionais e nos centros de classificação e selecção, pelo que se justifica, também quanto a esta especialidade, a extensão do período de serviço efectivo normal.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 22/81, de 19 de Junho, o seguinte:

1.º O período de duração do serviço efectivo normal é prolongado excepcionalmente para os recrutas a incorporar no Exército, no ano de 2000, até ao limite máximo de seis meses.

2.º O prolongamento do serviço efectivo normal estabelecido nos termos do número anterior é de 7,8% do efectivo a incorporar em 2000, só podendo ser excedido se a flutuação do número de praças em regime de voluntariado e de contrato não for suficiente para garantir o efectivo mínimo necessário ao funcionamento do Exército.

O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio de Lemos de Castro Caldas*, em 27 de Dezembro de 1999.

(OE n.º 1-1ª Série, de 31Jan00)

Ministério da Defesa Nacional

Protocolos Estabelecidos pelo MDN e pelo Exército com Empresas de Serviço

1. O protocolo de cooperação MDN com a Telecel, de 16 de Março de 1999, permite a aquisisão de telemóveis até ao valor de 65.000$00, em três modalidades propostas, com a compra de determinados tipos de telemóveis por um preço máximo de 15.000$00. Obriga, no entanto, a fidelidade de rede.

Para telemóveis com preço superior a 65.000$00, o pretendente pagará a diferença entre esse montante e o preço final com respectiva fidelização à rede.

2. Protocolo n.º 146, entre a Seguradora Império e o Exército, permite que se obtenha uma redução de 45 por cento no seguro de automóvel, se existir um outro seguro tipo:

- Vida (mínimo 800$00 por mês, em que recebe um determinado montante por morte ou invalidez).
- Casa multi-riscos.

3. Protocolo do Exército com a SATA (Serviço Aéreo de Transportes dos Açores).

Permite um desconto de sete por cento em todos os voos da SATA.

(Msg do GabCEME, de 28Fev00)

Stretching
Método Eficaz de Treino e Flexibilidade

Coord Coronel Henrique Maurício

O que é a flexibilidade

A flexibilidade, segundo Harre (1976) e Frey (1977), entre outros, é "a capacidade de poder executar movimentos de grande amplitude, por si só ou sob a influência de uma força externa (um companheiro ou uma máquina)".

Essa amplitude é condicionada, nomeadamente, pela forma das superfícies articulares (factor determinante dos diferentes movimentos possíveis numa dada articulação), pela cápsula articular, ligamentos, tendões, para além da extensibilidade e elasticidade musculares (dos músculos envolvidos).

Para além dos aspectos anatomi-fisiológicos referidos, a flexibilidade é influenciada por factores genéticos (por herança e constituição existem indivíduos mais flexíveis do que outros), baseados no sexo (as mulheres são, regra geral, mais flexíveis do que os homens) ou na idade (desde o nascimento até à velhice esta faculdade vai diminuindo).

Métodos de treino da flexibilidade

Os métodos de treino desta capacidade motora podem, em função da forma como são executados, agrupar-se em três categorias:

• **Activos**, assim designados porque o executante, totalmente estabilizado, alcança as posições de amplitude máxima, por si só, sem ter necessidade de aproveitar a inércia do movimento ou de recorrer a um ajudante ou a qualquer aparelho.

• **Passivos**, os que permitem ao executante atingir as posições extremas de amplitude mediante a ajuda de um companheiro ou de um aparelho, as quais seriam impossíveis de alcançar sem essa ajuda.

• **Cinéticos**, mediante os quais as posições limites são atingidas aproveitando a inércia das massas corporais ou de artefactos (é o caso dos movimentos balanceados e com insistências).

Stretching (alongamento)

Dentre os vários métodos de treino da flexibilidade, o **"stretching"** é, sem dúvida, um dos mais eficazes e de mais fácil execução.

A sua prática, regular e sistemática, visa a melhoria da extensibilidade e elasticidade musculares e, dessa forma, a flexibilidade.

Complementarmente ele permite:

• Reduzir as tensões musculares (e assim dominar situações *stressantes*);

• Melhorar a coordenação (na medida em que os movimentos se tornam mais soltos);

• Aumentar a amplitude dos movimentos;

• Prevenir e reduzir as lesões musculares, nomeadamente as distensões (um músculo previamente alongado resiste melhor às lesões);

• Activar a circulação e preparar os músculos para a entrada em actividade (permitindo-lhe responder eficazmente e sem risco de lesões a todas as solicitações);

• Desenvolver a consciência corporal (ao aperfeiçoar as sensações proprioceptivas e cinestésicas favorece uma boa integração do esquema corporal, logo, um melhor conhecimento e domínio do próprio corpo, facilitando a aprendizagem e melhorando a técnica de execução).

• Favorecer pela sua acção de massagem interna, a drenagem das toxinas e dos diversos detritos metabólicos (e dessa forma ajudar a recuperação).

Os exercícios de **"stretching"** podem ser aplicados com bons resultados, em qualquer das fases (preparatória, fundamental e final) da sessão de treino físico.

Também podem ser executados individualmente nas mais diversas situações (de manhã, ao levantar; no local de trabalho; depois de uma prolongada posição de pé ou sentado; quando se assiste à TV; em todas as situações de tensão muscular elevada, etc.

Podem fazer-se sessões completas e exclusivas de **"stretching"** abrangendo os principais grupos musculares, como alongar, apenas, determinado(s) grupo(s) muscular(es), como, por exemplo, alongar os músculos do trem inferior inferior após uma sessão de corrida contínua.

Técnica de execução

Das várias técnicas de execução do **"stretching"** optamos pela conhecida por "estática", a qual pode ser feita sem ajuda (método activo) ou com ajuda de um parceiro (método passivo). Trata-se do alongamento de um dado grupo muscular, sem intervenção activa dos musculos antagonistas, associados a um relaxamento neuro-muscular que passa, sucessivamente, pelas seguintes fases:

- Adopção da posição inicial;
- Distenção suave, lenta e progressiva do referido grupo muscular até à posição extrema;
- Manutenção da posição extrema de alongamento 10" a 30";
- Retorno suave, lento e progressivo à posição inicial. O tempo necessário para regressar à posição inicial deve ser igual ao despendido para atingir o alongamento máximo.

Princípio em que se baseia

O músculo, ao alongar-se, faz accionar os receptores sensitivos situados nas próprias fibras musculares, denominados fusos neuro-musculares, cuja função é a de informarem o Sistema Nervoso Central (SNC) sobre o grau (comprimento e velocidade) do referido alongamento. Se a informação transmitida pelos receptores é alarmante, ou seja, se há um risco iminente de distensão, é imediatamente enviada pelo SNC, uma contra-ordem de contracção por forma a manter a integridade das respectivas fibras musculares.

Tal reflexo denomina-se "reflexo miotático de encurtamento" o qual, como se disse, não é mais do que um mecanismo de defesa da fibra muscular e, em última instância, da própria articulação.

O referido reflexo assume duas formas: a "dinâmica" e a "estática".

O "reflexo dinâmico"desencadeia-se quando o fuso neuro-muscular se alonga intensa e subitamente e mantém-se à medida que o nível da extensão aumenta.

Trata-se de um sinal dinâmico intenso enviado directamente à espinal-medula do nervo sensitivo do seu corno anterior (Fig 1) e que provoca, como se disse, uma contracção reflexa do referido músculo, com a finalidade de o fazer voltar ao comprimento precedente. É por essa razão que os exercícios repetitivos de alongamento não têm qualquer efeito prático.

O "reflexo estático", contrariamente ao dinâmico, continua a actuar durante todo o alongamento e é, de longe, o mais fraco.

Este último é provocado por sinais estáticos que partem, sem cessar, do receptor e provocam a contracção permanente do músculo.

Através do **"stretching"** nós podemos agir no sentido de enfraquecer os referidos reflexos. Assim, se o alongamento é feito de forma lenta, progressiva e contínua, evita-se o desencadeamento brutal do reflexo dinâmico. Uma vez atingido o valor extremo do alongamento, torna-se necessário manter, durante algum tempo, essa posição, enquanto o "reflexo estático" continua a actuar. Ora este reflexo tal como a maior parte dos reflexos espinais, tem tendência a fatigar-se; assim, as impulsões tornam-se cada vez mais fracas, a resistência ao alongamento afrouxa, o músculo distende-se e o alongamento pode continuar. A repetição regular dos exercícios deste género cria, assim, uma habituação progressiva dos tecidos à nova situação, a qual, com o tempo, faz aumentar, como se disse, a sua extensibilidade e elasticidade e, dessa forma, contribuir para uma melhoria da flexibilidade.

Normas gerais pedagógicas

Os exercícios de **"stretching"**, para serem eficazes, devem executar-se de acordo com os seguintes princípios básicos:

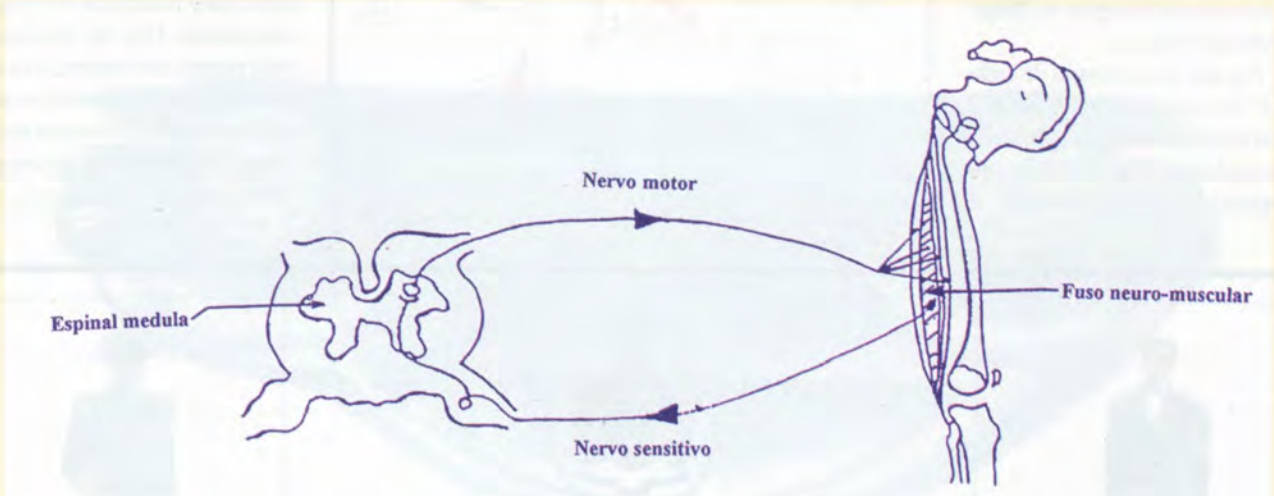


Fig 1: Reflexo miotático de encurtamento

- **Relaxação**

A primeira condição para se iniciar uma sessão de **"stretching"** é estar completamente relaxado, ou seja, liberto de todas as tensões musculares.

Com efeito, o relaxamento muscular facilita o alongamento.

- **Intensidade**

O alongamento deve ser executado de forma moderada e interrompido assim que se tenha a sensação de extensão forçada.

Em circunstância alguma se deve atingir a fase de dor.

- **Progressividade**

O alongamento deve ser progressivo e efectuado por fases sucessivas:

- Iniciar o movimento e prossegui-lo até se obter a sensação de distensão. Nesta

altura, estabilizar a posição até que a sensação de extensão se vá atenuando e desapareça, após o que se deve continuar o alongamento.

• Quando se atingir o estádio (posição extrema) em que não se pode mais neutralizar ou reduzir a sensação de extensão, deve manter-se essa posição durante 10" a 30", após o que se inicia o movimento inverso de retorno à posição inicial

• Duração

Não há uma duração absoluta para os exercícios de **"stretching"**, uma vez que estes se compõem de um número variável de fases necessárias para se atingir a extensão máxima.

Por sua vez, o tempo de cada fase (extensão-neutralização) varia em função de vários factores nomeadamente a sensibilidade proprioceptiva do executante.

• Concentração

Os exercícios de **"stretching"** não se devem executar e repetir de forma mecânica. Deve-se estar atento e concentrado de forma a "sentir" o grupo muscular a alongar. Doutra maneira, não se colhem todos os benefícios do método.

• Respiração

Durante a execução a respiração deve ser o mais natural possível.

Execução

Os quadros I e II ilustram exercícios de alongamento dos principais músculos ou grupos musculares. Uns são efectuados pelo próprio executante, sem ajuda (os chamados exercícios activos), enquanto que outros necessitam da colaboração de um parceiro (exercícios passivos).

OFICIAL DO EXÉRCITO
JAQUETA AZUL

GENERAL DA FORÇA AÉREA
UNIFORME DE GRANDE GALA

ORGINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

ESTABELECIMENTO FABRIL DO EXÉRCITO
ESPECIALIZADO NA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO
DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTO E
MATERIAL DE AQUARTELAMENTO.

FÁBRICAS
Fardamentos militares e civis: Calçado militar e de segurança; Capotas de lona para viaturas; Tendas militares e civis Equipamento individual de combate; Emblemas, símbolos e botões em metal; Mobiliário metálico

CENTROS COMERCIAIS
Lisboa e Porto

QUALIDADE
Centro de Qualidade Própria

DESIGN
Um Gabinete de Design especialmente habilitado a realizar projectos no referente a Fardamentos civis e militares

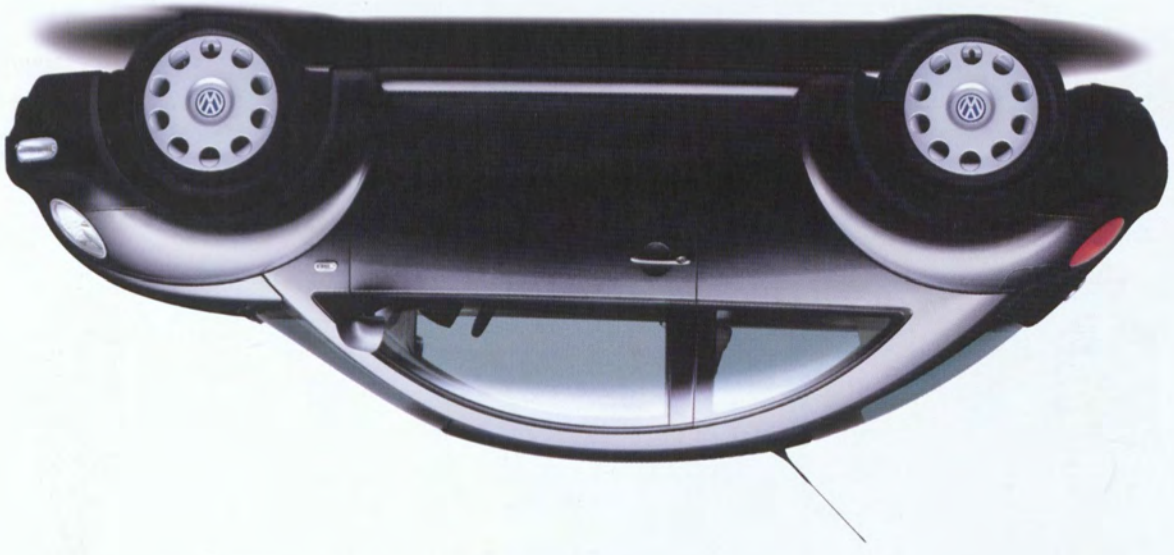
CAMPO DE SANTA CLARA - 1100 LISBOA - PORTUGAL
TELEF.: 21 886 30 06 - 21 886 71 21 / 8 - FAX: 21 887 61 04

OFICIAL GENERAL DA ARMADA
UNIFORME DE GRANDE GALA

OFICIAL SUPERIOR DO EXÉRCITO
GRANDE UNIFORME

DDB Internacional

Agora já não precisa de dar voltas à cabeça para ter um New Beetle!



• Ou ainda não reparou que pode ter um New Beetle 1.6 com um motor de 101 cavalos por apenas 4.305 cts? Nem mais! E devidamente equipado com ar condicionado, airbags frontais e laterais, ABS e EDS, ESP e rádio. Acha que ainda precisa de mais argumentos para fazer do New Beetle o seu novo automóvel? Visite um Concessionário Volkswagen e confirme que o New Beetle é mesmo de dar a volta à cabeça!

New Beetle 1.6 desde 4.305 cts.

New Beetle

Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

— Escudo de azul, um caduceu e meia roda dentada, um sobre o outro, tudo de oiro.
— Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra.
— Correia de vermelho, perfilada de oiro.
— Paquife e virol de azul e de oiro.
— Timbre: Uma abelha de negro, com olhos e ferrão de vermelho, asas e três coticas de oiro no abdómen.
*— Divisa: Num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro maiúsculas, de estilo elzevir «*NOBIS HONOR SERVIRE*».*

Simbologia e alusão das peças:

— O CADUCEU, imagem de natureza dualista na qual se confrontam princípios contrários em equilíbrio, representa o Comércio.
— A RODA DENTADA, engrenagem fundamental do funcionamento da máquina,símbolo do movimento e do permanente devir da criação contínua, representa a Indústria.
— A ABELHA, caracterizada pela sua actividade, previdência e qualidades de organização, simboliza o Trabalho.
— A DIVISA, NOBIS HONOR SERVIRE *reflecte o legítimo orgulho que anima quem trabalha nas OGFE.*

Os esmaltes significam:

— O OIRO, a riqueza gerada em sabedoria.
— O VERMELHO, a energia criadora.
— O AZUL, a lealdade e o zelo postos no servir.
— O NEGRO, a prudência na tomada da decisão.

ISSN 0871-8598
00485
9 770871 859809

Ano XLI - Nº 486 - Junho de 2000

315$ (IVA incluído)

jornal do Exército

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 1491/60

Revisitar o Kippur

António, O Santo

Junho

Recordar Évora... a propósito da Restauração ou... vice-versa

Nenhum português, que um dia tenha passado por Évora e se tenha embrenhado no seu burgo, fica indiferente ao ponto de não querer lá voltar. Cidade que constitui o melhor exemplar de urbe da época áurea de Portugal (séc. XV-XVI), «cerca de vinte séculos deram a configuração a este cativante aglomerado urbano onde o branco domina, quer nas destacadas casas nobres, quer nas moradas baixas, entrelaçados os edifícios na malha urbana de cariz medieval».

Arquivo *JE*

Não vamos, porém, falar da cidade-museu sob o aspecto turístico, ou do centro histórico de Évora incluído na lista de bens culturais do património mundial da UNESCO em 1986.

Recordar Évora, a *Liberalitas Julia* que no ano 60 anterior à era cristã Júlio César glorificou e cujos restos das suas mais antigas fortificações são do tempo da dominação romana; que já no século IV era sede dum bispado e, no domínio visigótico, se engrandeceu ainda mais; que entrou na história portuguesa no século XII, conquistada aos Árabes por D.Afonso Henriques em 1159 e definitivamente reconquistada por Giraldo, o Sem Pavor, em 1165; sede da Ordem de Calatrava em Portugal (Freires de Évora), cujo conjunto, denominado Ordem de Évora (1181), passou a designar-se, cerca de meio século depois, Ordem de Avis, devido à transferência da sede para aquela vila...

Na história nacional, nos séculos que se seguiram, Évora sempre teve parte gloriosa ou sofredora. Ali nasceram filhas de Reis e tiveram assento da sua Corte e morada permanente monarcas dos séculos XV e XVI. Ali também ocorreram alguns muito importantes sucessos da vida nacional. Foi dali que partiu D. Afonso IV para a jornada gloriosa do Salado, depois de nesta cidade ter recebido, no Verão de 1340, a sua filha, a Infanta D. Maria, quando, não obstante estar desavindo com o genro, Afonso XI de Castela, mas vendo os perigos que ameaçavam tanto Portugal como aquele país, «(...) já *cos* esquadrões da gente armada/Os Eborenses campos vão coalhados».

Recordar Évora é percorrer a História de Portugal e lembrar um período de cerca de trinta anos, desde 1640 até ao tratado de 1668 que firmou a paz com Castela, pelo reconhecimento da independência portuguesa e dinastia de Bragança, após um esforço e dificuldades desmesuradas em que se afirmou uma vontade colectiva de retorno à autonomia política.

Recordar Évora é trazer à memória o domínio da cidade que, apesar de resistir, se rendeu às tropas castelhanas de D. João de Áustria, em Maio de 1663. Mas logo se travou a batalha do Ameixial, em 8 de Junho de 1663, uma das mais decisivas vitórias portuguesas na ***Guerra da Restauração***. O exército vitorioso preparou-se então para reconquistar Évora, com importantes reforços vindos de Lisboa. Foi um cerco em forma, mas que durou só oito dias. O governador castelhano capitulou a ***24 de Junho de 1663*** e Évora estava de novo libertada.

Mais tarde, por ocasião das invasões francesas, achando-se falta de munições e com escassa guarnição, Évora não pôde resistir à investida do exército francês. Todavia, como refere o Prof. Dr. Damião Peres, «(...) sempre, exultando ou sofrendo, viveu à sombra daquelas muralhas e torres uma alma portuguesa». *JE*

A.R.

Julho

1 – Batalhão de Adidos
1 – Direcção do Serviço de Finanças
1 – Força Aérea Portuguesa
4 – Escola Prática de Administração Militar
5 – Quartel-General da Guarnição Militar de Lisboa
8 – Dia da Marinha
13 – Dia da Engenharia
13 – Escola Prática de Engenharia
14 – Escola Prática de Serviço de Transportes
21 – Arma de Cavalaria
21 – Regimento de Cavalaria nº 6
21 – BSC/BMI
25 – Dia do Exército
25 – Lar de Veteranos Militares
25 – Regimento de Guarnição nº 1
26 – Chefia de Abonos e Tesouraria

jornal do Exército

sumário

Ano XLI - Nº 486 - Junho de 2000

Adventure Express 00 12

Modernização do Soldado de Infantaria 16

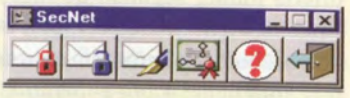
António de Abreu Couceiro 23

Revisitar o Kippur 26

António, O Santo Fernando de Bulhon 33

Memorial 37

Comunicações Seguras em Rede 39



IV Concurso de Fotografia do *JE*-2000 42

Afinal, o *JE* interessa ao Grande Público 46

2 ● Efeméride
4 ● Língua Portuguesa
5 ● Editorial
6 ● Figuras e Factos
40 ● Livros
41 ● Jogos de Guerra
44 ● Modelismo
45 ● Monumentos de Evocação Militar
48 ● Desporto

CAPA

89º Aniversário do IMPE
Desfile na Praça do Império
Foto: Farinho Lopes

PROPRIEDADE
DO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Largo da Graça, 94 1170-165 LISBOA
Telef 21 887 03 55 — Fax 21 888 44 57
INTERNET: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
DIRECTOR
Coronel Tirocinado
Manuel Rio Carvalho

REDACÇÃO
CHEFE
Major F. Marques Fernando
REDACTORES
Capitão António M. S. Ribeiro
Mauro Matias
ORIENTAÇÃO GRÁFICA
Inês Galvão
REVISÃO
Sargento-Ajudante Ventura Cunha
OPERADORES INFORMÁTICOS
Sargento-Ajudante Ceita da Silva
Assistente Administrativa Principal Elisa Pio
Assistente Administrativa Guiomar Brito
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Capitão Joaquim Santos
BIBLIOTECA
Major Alberto Braz

SERVIÇO ADMINISTRATIVO
CHEFE
Major Moura Duarte

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Centro de Audiovisuais do Exército

EXECUÇÃO GRÁFICA
EUROPRESS
Editores e Distribuidores, Lda
Praceta da República, Loja A-1
2675 Póvoa de Santo Adrião
TIRAGEM
6 000 exemplares
DEPÓSITO LEGAL
Nº 1465/82
ISSN 0871/8598

TABELA DE PREÇOS PARA 2000

PREÇO DE CAPA ..... 315$00

ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE
— Portugal Cont. Madeira e Açores ..... 3 100$00
— Países europeus ..... 6 200$00
— Restantes Países ..... 6 600$00

VIA AÉREA
— Macau ..... 7 850$00
— Países europeus ..... 7 500$00
— Restantes Países ..... 11 000$00

NÚMEROS ATRASADOS
— 1960 a 1969 ..... 720$00 — 1970 a 1979 ..... 670$00
— 1980 a 1989 ..... 520$00 — 1990 a 1995 ..... 450$00

Os preços para Portugal Continental, Madeira e Açores incluem IVA à taxa de 5%

NOTA: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente

ENCADERNAÇÕES
Preço da Encadenação do *JE* do ano de 1999 ... 3 627$00 (C/IVA incluído)

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais:

1000/2000	3000/4000	5000/8000	Açores	Madeira
610$00	750$00	880$00	2.155$00	1.770$00

Topónimos das Cidades Capitais dos Distritos (II)

Sargento-Ajudante Ventura Cunha

Coimbra

Ao que parece, foi o rei Afonso III de Leão que, em 878, a conquistou aos Mouros, com cidadãos do Norte (antiga província da Galiza), a repovoou, instalando nela o bispo foragido de *Conimbriga*, povoação que também viria a ser reconquistada. *Conimbriga*, no entanto, não conseguiu libertar-se das incursões inimigas, acabando por ser abandonada pelos seus habitantes, que se transferiram para *Emínio*.

É por esta data que *Emínio* terá tomado o nome da antiga sede episcopal, o que explica o nome da actual cidade.

O nome indígena, em que entra a raiz celta *cun*, com significado de altura, não diferia muito, segundo os filólogos. de *Conenobriga*. Seria, pois, esta evolução do vocábulo, de harmonia com as nossas leis fonéticas: *Conenobriga-Coniumbriga-Conimbria-Colimbria-Coimbria-Coimbra*. Mondego provém, igualmente, do pré-romano *Mond*, *Monda* ou *Munda*.

A expansão da cidade pode-se dizer que é obra dos nossos dias, face aos documentos e estampas antigas de Coimbra (séc. XVI a XIX), que esclarecem-nos. Coimbra deve muito do seu desenvolvimento às ordens religiosas.

Évora

A história desta cidade tem sido escrita muitas vezes; é a história de Portugal, pois nesta cidade se deram ou reflectiram os principais acontecimentos que assinalam a vida do país, do séc. XII ao actual. Giraldo Geraldes, o "Sem Pavor", conquista-a aos Mouros, definitivamente, em 1165-1166, e quando manda entregar as chaves dela, por Álvares Gogominho, a D. Afonso Henriques, que estava em Coimbra, este aceita a oferta. Arma, então, Gogominho, Cavaleiro, e nomeia Giraldo, Alcaide da cidade.

Sabe-se que esta cidade é muito antiga, pois foi importante no tempo dos romanos, dos godos e dos mouros. Os primeiros chamaram-lhe *Liberalitas Julia*, e os últimos *Yeborath*, que deu origem ao topónimo *Évora*. Considera-se Cidade-Museu, encantadora, os visitantes podem apreciar o Templo de Diana, o Arco de D. Isabel I, os restos das muralhas, a Igreja de S. Vicente, etc.

Faro

Não é fácil estabelecer-se um ponto de vista definido desta povoação. Tivesse sido ou não pelos Celtas ou pelos Cartagineses, é *Ossónoba*, cidade de origem acentuadamente pré-romana, que encontramos nos seus pergaminhos. Mais ou menos danificada pelas calamidades políticas, religiosas e geológicas da época, manteve-se até ao domínio dos Árabes: Diz-se que sofreu então enorme destruição, a que não é alheio o grande terramoto de Maio de 881.

Ossónoba, que ainda existia, passou a ser designada por *Santa Maria de Harune* ou apenas por *Harune*, de onde surgiram os vocábulos *Haran*, *Farão* e os nomes *Marim de Faaron* (1250), *Santa Maria de Faaron* (1269), *Farom* (1469), *Farão* (1471) e *Faro* (desde os meados do séc. XVI). *Faro* descende em linha recta da velha *Ossónoba*.

Guarda

A região circunvizinha revela abundantes vestígios de povoamento pré-histórico. Encontram-se muitas edificações castrenses nos arredores da actual cidade, sendo uma das mais conhecidas a de *Tintinolho*. Julga-se que seria a *Guarda-avançada* de uma citânia que existiria onde hoje se levanta a *Guarda*. Nada se sabe do destino desta citânia e dos seus habitantes durante a ocupação romana.

Foi no séc. XII que D. Sancho I mandou povoar a região que era erma e desabitada, mas só em 1229 se fez a instauração definitiva. Admite-se que a antiga diocese foi restabelecida na própria e primitiva sede de Egitânia, onde se mantinha ainda em 1250. O nome *egitaniense* fora dado à Sé da Egitânia e à Sé da Guarda. Por isso os naturais da Guarda se chamam, também, egitanienses.

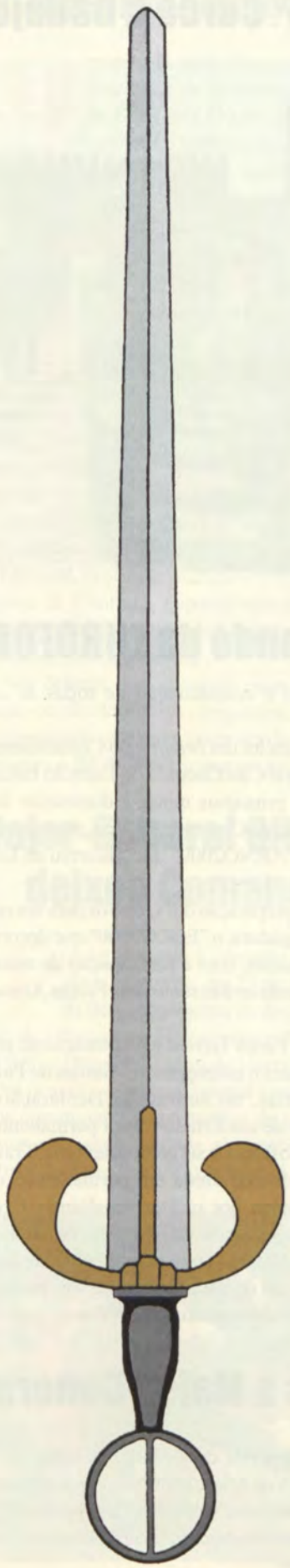
É a cidade portuguesa de maior altitude (1056 m) e uma das mais altas da Europa.

Leiria

Está situada nas duas margens do rio Lis, na base do castelo medieval. Não lhe faltam, porém, os elementos de uma história de relevo, nas ruínas do castelo e nos seus templos, os quais documentam o real do seu passado.

A origem do topónimo *Leiria* tem sido alvo de várias hipóteses. Sugeriu-se que viria da junção dos nomes *Lis* e *Lena*, os dois rios que a banham; de *Leiron*, nome comum grego com o significado de *Lírio* ou *Lis*; de *Leira*, colocação metódica do terreno; de *Léria*, antiga cidade valenciana; de *Laéria*, antropónimo romano; de *Labéria Gala*, sacerdotiza romana que viveu na região vizinha, onde nasceu. *Cirena*, antropónimo, é também o de santa, nascida nos arredores da actual cidade, povoação que, segundo a tradição, veio a ser conhecida por *Leirena* ou *Leiria*.

O ano da fundação foi o de 1135. Em 1137, os Sarracenos cercaram o castelo que retomaram. D. Afonso Henriques, que andava pela Galiza, correu a *Leiria* e retomou-a.



47 Anos

47 anos, quase meio século, é um período temporalmente longo que, no nosso caso, foi extremamente rico e motivador.

Ao ingressarmos, em 1952, na Escola do Exército, vindos do Colégio Militar, a estrutura militar da NATO dá os primeiros passos no nosso país, modernizando as Forças Armadas, quer conceptualmente, quer materialmente.
Levanta-se a grande unidade permanente que foi a 3ª. Divisão (Divisão Nun'Álvares) e cria-se, por necessidade da sua instrução, o Campo Militar de Stª. Margarida.
O treino dos quadros e das tropas é constante, a missão fundamental é a defesa do TN e a capacidade de intervir, se necessário, no TO Europeu.

Em menos de uma década, porém, toda a capacidade militar nacional se centra em África, primeiro em Angola e depois em Moçambique e Guiné, tendo o episódio da Índia servido de preâmbulo demonstrativo da incapacidade política de entender realidades factuais.
Seguem-se treze anos de campanha em África, marcados, não só pela extraordinária e rápida capacidade de adaptação à guerra subversiva de um Exército treinado para a guerra convencional na Europa, mas também pelo valor demonstrado por uma notável geração de portugueses que fizeram a guerra, superando dificuldades de toda a ordem e limitações dificilmente aceitáveis pela maior parte dos Exércitos modernos.

Encerrado este período extraordinário da história militar portuguesa e restituídas ao País, pelas Forças Armadas, a liberdade e a democracia houve que ultrapassar as sequelas que o fim da Guerra e o período pós-revolucionário produziram nas Forças Armadas, reenquadrando-as nas suas funções primordiais e adaptando-as às novas necessidades e interesses do país, sendo marcante o levantamento da Brigada Mista Independente.

Posteriormente, entra-se numa nova fase em que a missão principal das Forças Armadas, embora constitucionalmente referida como a Defesa Militar da República (ou seja do território), passa a centrar-se na execução de acções pontuais ligadas, fundamentalmente, à visibilidade exterior do Estado por apoio à sua política externa e às acções de cooperação militar com os PALOP, paradoxalmente com evidente estrangulamento orçamental e formal minimização do seu posicionamento institucional no País e no Estado, o que ainda decorre.

Servimos o Exército ao longo destes anos em variadas funções, desde o Comando de Tropas em campanha e em tempo de paz, à instrução na Academia Militar, ao comando de Unidades e Estabelecimentos de Ensino e, finalmente, na direcção do *Jornal do Exército*, órgão que julgamos fundamental para a comunicação, em especial para o exterior, do que fazemos, porque fazemos e como fazemos, aspectos hoje essenciais para a aceitação, pela opinião pública, da Instituição Militar.

Senti a confiança de chefes e a consideração de subordinados, o que muito me honra.
Saio realizado.
O Exército, esse, continuará a servir dedicadamente a Pátria como sempre fez.

R.C.

Comemoração da Batalha de Albuera e do 3º Cerco a Badajoz

Presidida pelo General CEME, realizou-se no Regimento de Infantaria nº 8, em Elvas, no dia 14 de Maio, a cerimónia comemorativa da Batalha de Albuera e do 3º Cerco a Badajoz, factos históricos reportados ao ano de 1811.

A cerimónia contou com a presença do Embaixador do Reino Unido, para além de diversas entidades civis, militares e cerca de 150 elementos pertencentes à comunidade britânica.

Do programa da cerimónia constou Guarda de Honra à Alta Entidade, descerramento de lápides, alocuções relativas à Batalha proferidas pelo Major Inf Lemos Pires e Major-General Webster, do Reino Unido, deposição de flores, oração e cerimónia de homenagem aos Mortos.

Conselho Permanente da UEO visitou Comando da EUROFOR

"Não pretendemos criar um Exército único europeu, mas sim dispor de diversas Forças Europeias semelhantes à EUROFOR... O novo modelo de Defesa Europeia será baseado sobretudo em Unidades Multinacionais flexíveis e bem treinadas, sendo a EUROFOR um protótipo perfeito daquilo que se pretende atingir".

© EUROFOR / Palausi

Estas, as afirmações proferidas, em Conferência de Imprensa, pelo Embaixador Fernando Andresen-Guimarães, representando Portugal a quem cabe a Presidência da UEO, e pelo Almirante francês Jean Marie Viriot, Director do *Staff* Militar da UEO, entidades máximas, política e militar, na visita do Conselho Permanente da União da Europa Ocidental (UEO) ao Comando da EUROFOR em Florença, no dia 21 de Março.

Os cerca de 60 visitantes são os Representantes Permanentes dos Governos de 28 países, ao nível de Embaixadores e Delegados Militares, e integram o órgão central da Organização, o Conselho Permanente da UEO, com sede em Bruxelas, responsável pela gestão e coordenação de todas as suas actividades.

O programa da visita inclui um *briefing* do Comandante da EUROFOR, Major-General Ciro Cocozza do Exército Italiano, uma mostra estática dos principais meios à disposição deste Comando e a visita ao Posto de Comando Táctico, em actividade em virtude do exercício "ARNO2000" que decorreu ao longo dessa semana.

Este exercício visou a preparação dos Quadros para um outro exercício de grande envergadura, o "EOLO2000" que decorrerá em Espanha no mês de Junho, com a participação de mais de 10.000 militares, envolvendo os três ramos das Forças Armadas das quatro Nações.

A EUROFOR é uma Força Terrestre Multinacional especialmente vocacionada para o emprego em Missões de Paz ou em Missões Humanitárias, no âmbito da Declaração de Petersberg, sendo dotada de um Estado-Maior permanente de cerca de uma centena de oficiais e sargentos de Itália, França, Espanha e Portugal, incluindo ainda em permanência uma Unidade de Apoio, formada por militares italianos. Criada em 15 de Maio de 1995 por ocasião do Conselho de Ministros da UEO, em Lisboa, foi declarada operacional em 9 de Junho de 1998 em França, no final do exercício EOLO98, passando a constituir uma Força "à disposição da UEO".

Promoções a Major-General

O Conselho Superior de Defesa Nacional, na sua reunião de 18 de Maio, confirmou as promoções a Major-General dos Coronéis Tirocinados Victor Manuel Pinto Ferreira, José Domingos Canatário Serafim e Carlos Alberto Carvalho dos Reis.

Profissionalização das FA discutida em Seminário no ISCSP

Organizado pela Associação Nacional de Contratados do Exército (ANCE) e pelo Núcleo de Sociologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a primeira representando os voluntários e contratados do Exército junto das entidades militares, governamentais e Assembleia da República, decorreu, nos dias 16 e 17 de Março, no Auditório Professor Adriano, daquele Instituto, um seminário sobre a Profissionalização das Forças Armadas.

Iniciativa que teve os apoios do ISCSP, Caixa Geral de Depósitos, Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior do Exército, Instituto do Emprego e Formação Profissional e *Correio da Manhã*, o seu objectivo foi desenvolver diversos temas, tais como "Dos novos equilíbrios geoestratégicos às novas necessidades políticas e operacionais em matéria de defesa nacional", "Serviço Militar em Portugal, Profissionalização e Profissionalismo militar", "O Regime de Contrato. Especialidades, desafios, tendências" e "Concretizando o Regime de Contrato, suas especialidades, suas realidades, novos desafios".

Nos debates que versaram essencialmente sobre a continuação ou não do serviço obrigatório, a reinserção na vida civil dos contratados e a nova proposta de lei em relação aos incentivos para o RV/RC, participaram inúmeras entidades, nomeadamente o Prof. Dr. Óscar Barata, Prof. Dr. Adriano Moreira, Prof. Dr. João Bettencourt da Câmara, Dep. João Amaral (PCP), General Loureiro dos Santos, Major-General Rocha Vieira, Coronel David Martelo e 1º Sargento Lima Coelho (ANS).

Major-General Oliveira Freire deixou Comando da BLI

Por ter passado à situação de reserva por limite de idade, decorreu, em 27 de Abril, no Quartel-General da BLI, a cerimónia de despedida do Major-General Ilídio de Oliveira Freire que comandava, desde 27 de Janeiro de 1998, a Brigada Ligeira de Intervenção.

Na ocasião, o Major-General Freire fez um apelo para que todos continuem a dar o melhor de si próprios, no sentido de manter e dar continuidade ao prestígio alcançado pela BLI, dentro e fora do Território Nacional.

Os Militares Portugueses e a Arte representados em Paris

Decorreu, de 9 a 14 de Março, no Palácio do Comércio da Bolsa e Indústria, em Paris, o *50.ème Salon National de Peinture et de Sculture des Armées*.

Nele participaram entidades oficiais, francesas e estrangeiras, militares e civis, e muitos outros convidados.

Durante a cerimónia de entrega de prémios, foi com grande satisfação que se ouviu o nome de três militares portugueses ligados à arte: o Capitão Ricardo Correia, para receber um prémio de pintura; Coronel José Núncio, a quem foi atribuído o 2º prémio de escultura e o Coronel Mário da Cunha Seixas que arrecadou o 1º prémio de escultura. Os artistas receberam o prémio das mãos do nosso embaixador em França, facto que muito os orgulhou.

Mediante os resultados obtidos, muitos foram os comentários elogiosos por parte de elementos da organização, de entidades convidadas e de elementos do júri de classificação. Ficou a expectativa de poderem participar em exposições desta envergadura no nosso país.

1as Jornadas de Prevenção Rodoviária no Batalhão do Serviço de Transportes

O Batalhão do Serviço de Transportes levou a efeito, na sua Unidade, uma iniciativa a que chamou as "1ªs Jornadas de Prevenção Rodoviária", que decorreram no período de 10 a 19 de Maio de 2000.

A iniciativa contou com a colaboração da PRP (Prevenção Rodoviária Portuguesa) e teve como objectivos sensibilizar e dar noções elementares de segurança rodoviária às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Para que os objectivos fossem atingidos, o BST montou uma sala de aulas, onde, numa primeira fase, as crianças recebiam uma aula teórica, recorrendo a meios audiovisuais que despertaram facilmente o interesse e atenção infantis. Estas aulas teóricas tinham uma duração aproximada de cinquenta minutos, findos os quais havia um intervalo. Neste, os instruendos de palmo e meio eram presenteados com um lanche, para retemperamento de forças e ganho de energia indispensável para a etapa seguinte.

Na fase seguinte, os miúdos tinham à sua espera um circuito citadino, montado no ginásio do BST, pela PRP, onde não faltavam os semáforos, as passadeiras, as rotundas e... até tinha um sinaleiro. Este circuito era percorrido pelos pequenos condutores utilizando "automóveis", movidos a pedais, e bicicletas, tudo à sua medida. Foi, assim, um dia diferente para as cerca de 600 crianças das várias escolas dos Olivais e da Portela que foram passando pelo BST, enquanto durou a iniciativa.

De referir, também, a visita àquela Unidade de vários jornais, quer da imprensa regional, quer da imprensa nacional, bem como de um canal da televisão pública.

A Cerimónia de Encerramento decorreu no dia 19 de Maio e contou com a presença do Tenente-General Governador Militar de Lisboa e demais convidados, nomeadamente o Presidente da Câmara de Loures, os Presidentes das Juntas de Olivais e da Portela, o Director da PRP e representantes do Corpo Docente das escolas envolvidas no projecto.

Foi do consenso geral que estas "1ªs Jornadas de Prevenção Rodoviária", pelo impacto, sucesso e resultados obtidos, é uma experiência a repetir no futuro.

Comemorações do Dia do RI 3

O Regimento de Infantaria Nº 3 que completa, na sua actual designação, sete anos em 30 de Junho, comemorou, em 11 de Maio, o seu "Dia Festivo".

Antecedendo aquela data e cumprindo um programa que se prolongou de 3 a 19 de Maio, foram levadas a efeito várias iniciativas que, integradas na data festiva, tiveram o particular realce de manifestar a interacção não só entre a instituição castrense e forças de segurança como entre estas e a população civil.

Aquela interacção traduziu-se num ***Programa de actividades desportivas e de campo***, realizado no Campo Militar da Herdade do Monte da Cabeça de Ferro, com a participação de alunos dos 11º e 12º anos das Escolas Secundárias D. Manuel I e Diogo Gouveia; num ***Campeonato de Tiro de Pistola de Precisão***, na Carreira de Tiro de 25m do Regimento, envolvendo 26 atiradores em que participaram a Base Aérea nº 11, GNR, PSP, Liga dos Combatentes, Clube de Caçadores do Baixo Alentejo e RI 3; uma ***Corrida na Cidade de Beja***, em que intervieram 64 atletas da Base Aérea nº 11, GNR, PSP, RI 3 e alguns cidadãos a título pessoal; ***Semana de Divulgação dos Regimes de Voluntariado e de Contrato***, na Casa da Cultura, em Beja, com ***Exposições da DR e IGeoE, Fotográfica sobre actividades do Regimento*** e ***Bibliográfica de livros militares antigos***.

As comemorações do Dia do RI 3, depois da divulgação de um trabalho de pesquisa sobre ***Fortificações Militares no Rio Guadiana***, culminaram com uma conferência proferida pelo Comandante do RI 3 no Auditório do Instituto Politécnico de Beja, subordinada ao tema ***Modernização do Exército no quadro da defesa nacional (do serviço militar obrigatório aos regimes de voluntariado e de contrato)***.

Ainda no âmbito das comemorações do Dia do Regimento, realizou-se, em 19 de Maio, um Concerto, em Faro, pela Orquestra Ligeira do Exército.

Nossa Senhora da Saúde, uma Remota Tradição da Cidade de Lisboa

Também conhecida como "Procissão dos Artilheiros", a procissão em honra de Nossa Senhora da Saúde, em pleno coração da cidade de Lisboa, remonta ao século XVI, altura em que, no reinado de D. Sebastião (1569), se declarou uma das mais catastróficas epidemias registadas no País, a *Peste Grande*, que dizimou 60.000 habitantes de Lisboa, onde chegaram a morrer 600 pessoas diariamente.

Em cumprimento de uma promessa de que erigiriam uma capela se os restantes vivos fossem poupados à morte, os artilheiros, aquartelados no Castelo de S. Jorge, assim fizeram e a capela foi construída, tendo resistido à passagem dos séculos, ao terramoto de 1755 e a outros abalos sísmicos. Mas, se ao tempo e aos cataclismos tem resistido o pequeno santuário, já não se dirá o mesmo dos efeitos provocados pelas obras do Metro e pela construção, na década de 80, do centro comercial que lhe fica adjacente.

Júlio de Castilho, o mesmo que escreveu que «sem a tradição não seria a humanidade mais que uma horda silvestre e irracional, nem teria a consciência da sua continuidade, base e estímulo de tudo», já se lhe referiu, no final do século XIX: «A procissão de Nossa Senhora da Saúde é (ainda hoje) espectáculo muito pitoresco ali por aqueles sítios da Mouraria e do Arco do Marquês de Alegrete. Janelas adornadas de colchas, arcos e festões de buxo, espadanas e areia pelo chão, uns coretos, à noite balões de cores, isso tudo são restos preciosos de usanças muito vetustas, que vão a desaparecer assassinadas pelos modernistas».

Há mais de cem anos, o autor de *Lisboa Antiga* já receava não só pela sorte do templo mas também, decerto, pela tradição que o mesmo encerra. Esta última, só interrompida durante a 1ª República e no "25 de Abril", foi, este ano, mais uma vez, cumprida. A Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e S. Sebastião organizou um extenso programa de festividades realizadas de 30 de Abril a 7 de Maio, em louvor de Nossa Senhora da Saúde, de que se destaca, entre outras, um *Auto Mariano*, na Igreja de Stª Cruz do Castelo, celebrações eucarísticas em honra de Sant' Ana,

em louvor de Santa Bárbara, Padroeira dos Artilheiros, e em sufrágio dos Militares das Forças Armadas e Militarizadas; em honra de São Sebastião, pela intenção das famílias da Irmandade e da Mouraria; em honra de Santo António de Lisboa e em sufrágio dos benfeitores da "Fundação Lar de Cegos Nossa Senhora da Saúde". Foi, todavia, no domingo, dia 7 de Maio, que as festividades atingiram o seu auge com a celebração de Missa Campal, no Largo Martim Moniz, presidida pelo Vigário-Geral Castrense, D. Januário Torgal Ferreira, que proferiu uma homilia alusiva ao significado do acto religioso que estava a ser comemorado, e com a Procissão de Nossa Senhora da Saúde que, da parte da tarde, integrando os andores com as imagens de Sant' Ana, Santa Bárbara, São Sebastião, Santo António, S. Jorge e Nossa Senhora da Saúde, percorreu, com a maior dignidade, diversas ruas sobretudo do Bairro da Mouraria, acompanhada por milhares de fiéis de Lisboa e arredores, nela incorporados, e terminou com a Bênção à cidade de Lisboa com o Santo Lenho.

Honraram a tradição, com a sua presença nas cerimónias em louvor de Nossa Senhora da Saúde, a Esposa do Presidente da República, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o 2º Comandante do Governo Militar de Lisboa, em representação do CEME, o Provedor da Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e demais membros da Mesa, Oficiais Generais, Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea, Representantes do CEMA e CEMFA, Comandante Geral da GNR, Director Honorário da Arma de Artilharia, Deputações do Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Instituto de Odivelas, Escola Naval, Academia Militar, Unidades da Marinha, Exército e Força Aérea, Cruz Vermelha Portuguesa, Bombeiros e Bandas dos três ramos, da GNR e da PSP.

Hospital Militar Principal Atendimento Telefónico Centralizado

Desde 1 de Junho do corrente ano, nos dias úteis, no período das 14h00 às 16h00, os utentes do Hospital Militar Principal têm ao seu dispor um serviço de atendimento centralizado (Número Verde **800229299** ou Número **429299** da Rede Militar).

De acesso grátis, esse serviço permite-lhes a obtenção de informação relativa ao funcionamento e apoio do Hospital para além de aconselhamento e encaminhamento de todas as questões pelos mesmos colocadas, de forma a tornar mais eficaz a utilização dos meios e dos recursos disponíveis.

616º Aniversário da Batalha dos Atoleiros

Em 6 de Abril, teve lugar, na vila de Fronteira, a cerimónia comemorativa da passagem do 616º Aniversário da Batalha dos Atoleiros, sob a presidência do Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento, Engº Ricardo Magalhães.

Na presença dos representantes das forças vivas do concelho de Fronteira e do distrito de Portalegre, para além de numerosos populares, o Regimento de Infantaria nº 8 associou-se às comemorações, prestando Homenagem aos Mortos em Combate no Padrão da Batalha, numa cerimónia que, presidida pelo Major-General Canha da Silva, 2º Comandante da Região Militar do Sul, foi realizada por ocasião da formatura geral. Esta, constituída pela Banda de Música da RMS, uma Companhia do RI8, 2 Pelotões da GNR – um de infantaria, outro de cavalaria – e uma Bataria de Artilharia da Escola Prática de Artilharia, sob o comando do Major Inf Sequeira Iglésias.

Esta comemoração reveste-se de particular importância para a infantaria, pois foi o alvorecer desta arma nos combates, mais tarde confirmada em Aljubarrota.

Em 6 de Abril de 1384, Portugal deu mais um passo, rumo à Independência. Após um período de indefinição, de ameaça de guerra permanente, sem rei legítimo e sem organização militar, foi possível criar uma estrutura funcional sob o comando de Nuno Álvares Pereira, que lhe permitiu uma retumbante vitória em Atoleiros.

Activação do Grupo de Aviação Ligeira do Exército

Teve lugar, no dia 1 de Junho, em Tancos, no Comando das Tropas Aerotransportadas, a cerimónia oficial de activação do Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE).

Presidiu à cerimónia o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Martins Barrento, que procedeu à entrega do Guião da nova unidade ao seu primeiro comandante, o Coronel de Cavalaria Matos Gomes.

Esta nova unidade do Exército conta, actualmente, com cerca de 120 militares, incluindo oficiais, sargentos e praças, dos quais nove são pilotos já formados, dois engenheiros aeronáuticos e 24 mecânicos de várias especialidades aeronáuticas e está organizada em:

Comando e Estado-Maior; Esquadrão de Comando e Serviços; Esquadrão de Material Aeronáutico; Esquadrão de Helicópteros de Observação e, futuramente, Esquadrão de Helicópteros Utilitários.

O GALE será dotado, a partir de 2001, com nove helicópteros EC 635, que equiparão o Esquadrão de Helicópteros de Observação, primeira unidade do Exército a possuir aeronaves desde 1952, ano em que a Aeronáutica Militar foi extinta e criada a Força Aérea Portuguesa.

Os EC 635 são fabricados pela firma franco-alemã, EUROCOPTER, têm capacidade para voar por instrumentos em condições meteorológicas adversas e destinam-se a cumprir uma vasta gama de missões de carácter militar: reconhecimento e observação, escolta, ataque, comando e controlo, evacuação sanitária, transporte, além de outras missões em proveito da comunidade civil.

RG 1 participou nas Comemorações do Dia do Estudante

Promovidas pela Associação de Estudantes da Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, da cidade de Angra do Heroísmo, decorreram naquele estabelecimento, em 24 de Março, as comemorações do Dia do Estudante.

O Regimento de Guarnição nº 1, solicitado a participar nas comemorações, procedeu à montagem de uma pequena mostra das suas actividades, materiais e equipamentos e à distribuição de informação relativa às Forças Armadas, em particular ao Exército, nomeadamente no que diz respeito aos ingressos nos Quadros Permanentes e Regimes de Voluntariado e Contrato.

Se, por um lado, esta actividade proporcionou excelentes momentos de convívio, tendo sido evidente a receptividade e o interesse demonstrado pelos alunos e até professores, por outro lado, a ração de combate exposta, a utilização do *stick* de camuflagem e alguns brindes distribuídos, conjuntamente com a informação escrita, mereceram particular atenção por parte dos jovens estudantes.

Comemoração do 89º Aniversário do IMPE

O Instituto Militar dos Pupilos do Exército comemorou, no dia 25 de Maio, o seu 89º aniversário com um programa que se cumpriu na Praça do Império, no Mosteiro dos Jerónimos e nas instalações de S. Domingos de Benfica.

Para um indivíduo, 89 anos é uma idade bonita, desde que vividos com qualidade e dignidade, mas, ao mesmo tempo, indicia o outono da vida, o declínio de uma existência cujo período áureo já vai longe.

Para uma instituição como é os Pupilos do Exército, 89 anos também já é uma idade bonita, mas, ao contrário dos seres orgânicos, o seu corpo não se degrada e é permanentemente vivificado pela juventude e dinamismo dos seus alunos e pela determinação dos seus responsáveis. Os momentos difíceis por que já passou consolidaram ainda mais o seu querer colectivo que projectou o IMPE sempre para mais altas realizações.

Estas comemorações decorreram dentro de uma tradição renovada e intensamente vivida e sentida pelos seus principais protagonistas que são os alunos. Desde os mais pequeninos que experimentaram, pela primeira vez, a emoção do desfile na Praça do Império, em continência ao Governador Militar de Lisboa, General Barroso de Moura, e por entre alas de convidados, familiares e turistas, até aos mais velhos que nos grandes momentos da vida do seu "Pilão" sabem honrar e engrandecer as tradições.

Assim aconteceu na postura demonstrada na Missa de Acção de Graças nos Jerónimos, em que pontificou a actuação do Grupo Coral e Instrumental, na solenidade da formatura e desfile de todo o Batalhão Escolar em continência ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General Martins Barrento, na grandiosidade do Festival Gimnodesportivo com a Classe Especial de Ginástica a prender as atenções, e, por fim, na exposição de trabalhos escolares, um interessante corolário de um ano lectivo a chegar ao seu termo.

Como afirmou o Director do Instituto, Coronel Tirocinado Bastos Moreira, na sua alocução, foi "com alegria" que se festejou "o octogésimo nono aniversário de uma Instituição que, tal como se determinava no decreto de 1911, continua a formar cidadãos úteis e com elevada preparação intelectual e física para a sociedade civil e para as Forças Armadas do nosso País".

O Director vai deixar-nos

Melhor dito, quando este número do *JE* for dado a lume, já o Coronel Tirocinado Rio Carvalho, nosso Director desde 23 de Janeiro de 1991, estará na situação de Reforma, desde 27 de Junho.

O Chefe da Redacção, interpretando o sentir de todos os elementos do *Jornal do Exército*, deseja ao Coronel Rio Carvalho as maiores felicidades na sua nova vida de lazer a que reconhecidamente tem direito, pois o trabalho que desenvolveu ao longo da sua carreira militar foi profícuo, fecundo e deixou marcas (leiam-se os seus editoriais).

Com efeito, como oficial de Infantaria, serviu a Pátria em Angola e Moçambique, foi 2º Comandante da Escola de Formação de Sargentos, comandou o Corpo de Alunos do Colégio Militar, onde havia sido "menino da Luz", e foi Comandante do Regimento de Infantaria de Abrantes.

No Instituto da Defesa Nacional foi assessor, função que acumulou com as de Director deste Jornal.

Por onde passou, como comandante, como chefe, como assessor, como director, evidenciou-se sempre pelo seu elevado sentido de responsabilidade, capacidade de organização e trabalho, poder de comunicação escrita, diplomacia e fino trato. A comprová-lo estão os inúmeros louvores e condecorações que culminaram com a atribuição da medalha de prata de serviços distintos imposta pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, em recente cerimónia de despedida que teve lugar no Gabinete do GenCEME.

Assim, é com pena que o vemos partir, pois a sua maneira de ser proporcionou ao pessoal deste órgão da Imprensa Militar uma vivência de bom trabalho num espírito de verdadeira equipa, o que fez com que a revista *Jornal do Exército*, com a sua direcção, granjeasse a admiração por parte do seu público leitor. Muito obrigado, meu Coronel.

ADVENTURE

Capitão Inf Pedro M. Vale Cruz *

Portugal esteve representado pela segunda vez, na Noruega, pelo Destacamento de Operações Especiais (DOE) do CIOE, no exercício *Adventure Express 00* da AMF(L) *(Allied Comand Europe Mobile Force) (Land)*. Este exercício da OTAN constitui-se como um exigente teste às capacidades operacionais das unidades, nas condições muito adversas do inverno norueguês.

A AMF(L) – Allied Command Europe Mobile Force (Land)

Desde 1960, data em que foi criada a *AMF*, que esta força multinacional possui a capacidade para ser empregue em qualquer área ameaçada do *ACE (Allied Command Europe)*.

Especialmente vocacionada para actuar nas áreas de contingência do *ACE*, concretamente no norte da Noruega, norte da Grécia e sudoeste da Turquia, esta unidade com elevada mobilidade estratégica foi recentemente empregue na Albânia. A operação "Allied Harbour" empenhou desde Abril até Setembro de 1999 grande parte do efectivo da *AMF(L)*, nesta operação humanitária da OTAN.

A *AMF(L)* é uma unidade de escalão brigada, com cerca de 13000 homens de 17 países da OTAN, incluindo já os recém-aderentes Hungria, Polónia e República Checa.

As unidades da *AMF(L)* deverão estar no mínimo a 80% de pessoal e a 90% de material e com máxima prontidão operacional. Como requisitos operacionais mais importantes destacam-se :

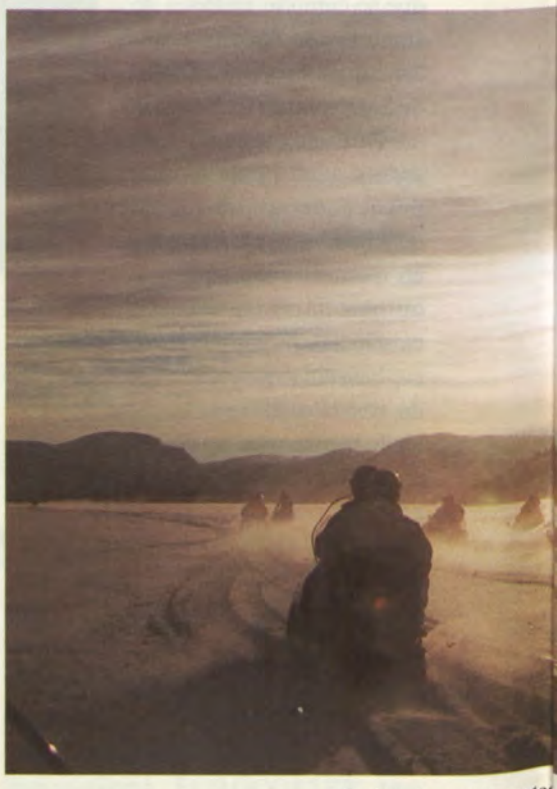
- Sistemas de comunicações simples e fiáveis.
- Conhecimentos da língua inglesa, no mínimo para todos os militares que possam ser comandantes isolados.
- Capacidade imediata de transporte, para qualquer possível área de emprego.
- Nível credível de apoio para sete dias.

Sob o comando do MGen Walter M. Holmes, do Exército Canadiano, a *AMF(L)* pretende evoluir para uma unidade de escalão divisão, o novo conceito de *IRTF(L) (Immediate Reaction Task Force)*.

O DOE/*AMF(L)* integra oficialmente a estrutura da *AMF(L)*, desde 1 de Janeiro de 1997.

O DOE/*AMF(L)* Destacamento de Operações Especiais

Na estrutura da *AMF(L)*, o DOE actua na área das Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção (PRLRA), sendo a única força deste tipo que se apresentou para este exercício. (ver quadro 1)



Treino de movimentos

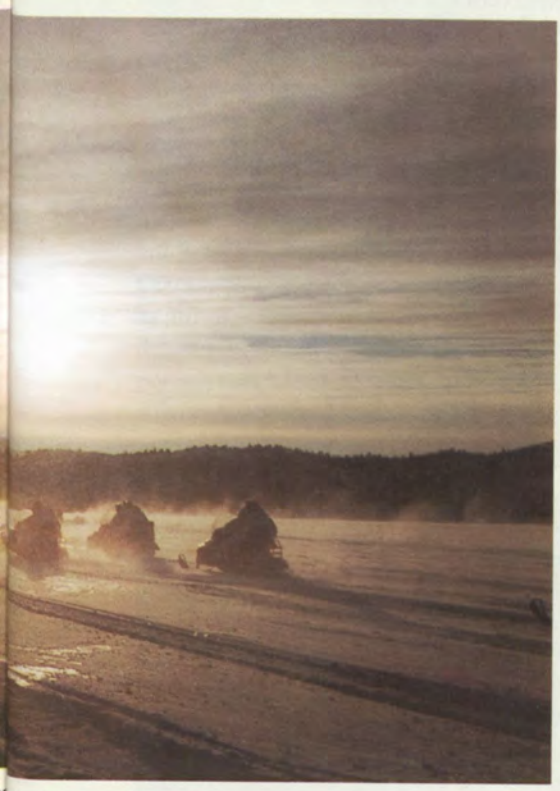
As suas possibilidades gerais são :

- Possuir elevada mobilidade estratégica (ser aerotransportável)
- Operar em condições climatéricas extremas (- 40º a + 40º).
- Operar em terreno montanhoso, desértico e ártico.
- Operar em ambiente NBQ.

Constituição do DOE/*AMF(L)*

- Um núcleo de comando:
- Comandante (Capitão)
- Oficial Operações/ Informações (Tenente)
- Auxiliar de Operações/ Informações (1ºSargento)
- Sargento Pessoal/ Logística (Sargento-Ajudante)
- Auxiliar Pessoal/ Logística (1ºSargento);
- Uma Secção de Apoio
- Uma Equipa de Transporte
- Uma Equipa de Manutenção
- Uma Equipa Sanitária
- Uma Estação Rádio-Base
- Um Pelotão de Elementos de Operações Especiais, a quatro Equipas

EXPRESS OO



com motas de neve

Tiro real em temperaturas negativas

- Transportar um nível de abastecimento para sete dias.
- Possuir interoperabilidade dos equipamentos principais.
- Utilizar procedimentos normalizados.

O PTA (Pré-Treino e Aclimatação)

O PTA foi conduzido em Porsangmoen, a 70º latitude norte, onde está aquartelado o *FIR (Finnmark Regiment)*.

Nesta fase apenas foi empenhado o Pelotão de Elementos de Operações Especiais do DOE, juntamente com o Cmdt, o Sargento - Enfermeiro e um Sargento do Serviço de Material, num total de 27 elementos.

O treino foi enquadrado por quatro instrutores noruegueses (um Capitão e três Tenentes) e decorreu de 3 de Fevereiro a 1 de Março deste ano.

Abordou como aspectos principais, além da aclimatação às temperaturas negativas, os seguintes :

- Uso e manutenção dos equipamentos para climas árticos.
- Primeiros socorros em caso de geladuras, hipotermia, entre outros.
- Abrigos de emergência na neve.

Regresso da 1ª equipa EIOE após 8 dias em missão de reconhecimento

- Sobrevivência em climas árticos.
- Movimentos com esquis, raquetes de neve, motas de neve e rebocado com viatura.
- Técnica individual de combate e de equipa na neve.
- PO na neve.
- Técnicas de PRLRA.
- Protecção contra avalanches.
- Fogos reais com temperaturas negativas.

Os bons resultados obtidos pelos portugueses, quer no Biatlo militar norueguês, quer na prova de esquiador militar norueguês, ilustram bem a eficácia do PTA.

A vontade expressa pelo MGen Kvernmo, Cmdt do *FIR*, em visitar Portugal, é demonstrativa das excelentes relações entre os militares do DOE e os noruegueses.

Também fazendo parte deste PTA, frequentou o curso de " Winter Warfare Course 2000 ", um Sargento do DOE, de 15 de Fevereiro a 4 de Março de 2000, em Dombas, na Noruega.

O ADV EXP00 – Adventure Express 2000

O exercício, propriamente dito, decorreu de 2 a 21 de Março de 2000. Foi conduzido na região de Troms, a 69º30' de latitude norte, bem acima do Círculo Polar Ártico (aproximadamente 66º30').

Nesta fase, o DOE já se encontrava a 41 elementos. Em 21de Fevereiro de 2000 tinha já partido, do porto de Leixões, o navio com o equipamento pesado do Destacamento (viaturas, tendas, etc.), chegando à Noruega, ao porto de Sorreisa, a 4 de Março, com os três elementos do DOE a bordo.

Este exercício visou exercitar o contingente norte da *AMF(L)*, que inclui o DOE, em coordenação com os comandos da OTAN e com os comandos e forças nacionais e sua actuação na área de contingência N – 1, por forma a testar as capacidades operacionais e logísticas das forças, no clima extremo do Norte da Noruega.

Foi conduzido em 4 fases:

- Fase I (01Fev - 05Mar00) : Aviso/ Alerta à *AMF(L)*.
- Fase II (06Mar00 - 12Mar00) : Treino cruzado.
- Fase III (13Mar00 - 17Mar00) : Operação de combate.
- Fase IV (18Mar00 - 21Mar00) : Retirada das forças.

ADV EXP00, associado ao exercício conjunto e combinado "Joint Winter 2000", envolveu cerca de 12000 militares. (ver quadro 2)

O cenário geopolítico do *ADV EXP00* descrevia uma deterioração da situação política entre a "Nortelândia" e a " Sulândia", devido, principalmente, à disputa dos campos petrolíferos da ilha de Senja.

Na fase do treino cruzado, o Destacamento saltou em pára-quedas para um lago gelado, com os militares do contingente alemão. Esta fase foi mais reduzida para o DOE uma vez que as equipas foram infiltradas quatro dias antes das operações de combate.

O DOE, em estreita relação com o G2 (Informações), do QG/*AMF(L)*, executou acções de reconhecimento, vigilância e aquisição de objectivos, na retaguarda do inimigo (IN).

Foi especializada uma equipa em deslocamento com motas de neve, o que aumentou, em muito, o raio de acção das operações.

Para quê exercícios na Noruega?

As unidades da *AMF(L)* devem estar treinadas para combater nas suas áreas de contingência, como o é o Norte da Noruega. Esta região sempre foi de grande importância, quer pelos seus recursos económicos, quer pela sua situação geográfica, com cerca de 200 Km de fronteira com a Rússia.

Este exercício de longa duração, reveste-se de algum risco. O frio, o gelo nas estradas, os fortes ventos, o perigo constante de avalanches, são algumas das contrariedades com que somos confrontados nos climas árticos. O planeamento e

Unidades participantes na *AMF(L)*

Unidades do QG/*AMF(L)*:
- QG/*AMF(L)* (MN).
- Companhia de Comando (US).
- Companhia de Tm (meios filares) (GE).
- Companhia de TM (meios rádio) (UK).
- *FSCC (Fire Support Coordination Centre)* (UK).
- *FASC (Forward Air Support Centre)* (UK)
- Destacamento de Aviação (2x *Black Hawk*) (US).
- Unidade de Polícia Militar (MN).

Unidades de reconhecimento:
- DOE (PO)

Unidades de Helicópteros:
- 2x MI 17 (CZ).
- 2x Puma (UK) (não participaram no exercício por terem de ser empenhados em Moçambique, devido às cheias neste país).

Unidades de Infantaria :
- *233 Mnt BN* (GE).
- *2 Alpini REGT* (IT).
- *2 BN RNLMC* (NL).

Unidades de Engenharia:
- Pelotão Engenharia (IT).
- Companhia de Engenharia (US).

Unidades de Artilharia:
- *13 Arty Bty* (IT).
- Bateria Morteiros (NL).

Outras forças:
- Pelotão *AAA* (US).
- Pelotão *NBQ* (GE).
- Pelotão de Guerra Electrónica (GE).
- Unidade Sanitária (GE).
- Batalhão de Apoio de Serviços (UK).
- Companhias de Apoio de Serviços (GE, IT, NL, UK, US).

a preparação têm de ser minuciosos, seguidos de uma execução onde uma forte liderança é uma condição indispensável. Apesar de tudo, infelizmente, aconteceram dois acidentes que provocaram quatro vítimas mortais, pertencentes aos exércitos norueguês e alemão.

Quando a temperatura efectiva baixa para os – 45ºC, militares e equipamento são sujeitos a um rude teste. É quando a paciência na adversidade, apanágio do Militar de Operações Especiais, se transforma em autoconfiança.

As Equipas de Elementos de Operações Especiais do DOE estiveram infiltradas em território IN entre sete a oito dias, em Posto de Observação (PO) na neve. Comunicaram notícias cruciais para que as informações produzidas auxiliassem a decisão do MGen Cmdt da *AMF(L)*. Foi por isso realçada a prestação do DOE para o êxito das operações.

Rotura de combate

Sendo o nosso país considerado por muitos como de "sol e praias", foram os militares portugueses objecto da curiosidade de jornalistas e demais forças.

Apesar da dificuldade, este exercício demonstra a grande visibilidade do contingente português.

Mesmo em terras da Lapónia, o Exército Português continua a mostrar porque é que deu "novos mundos ao mundo..."!

JE

* **Fotos do autor**

Biografia

O Capitão de Infantaria Pedro Miguel Vale Cruz é o Cmdt do DOE/*AMF(L)*.

Ingressou na Academia Militar em 1988 e em 1994 foi colocado no Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego.

Frequentou o CPC em 1998. Possui os seguintes cursos:

Oficial de tiro – EPI (1993); COIR – CIOE (1993); COE/ QP – CIOE (1994); Montanhismo Militar – CIOE (1995); *Airborne* – EUA (1995); *Special Forces* – EUA (1995); Pára-quedismo Militar – ETAT (1996); Operações Aeroterrestres – ETAT (1996); *FAC* – Alemanha (1997); Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção – CIOE (1998)

CASA BUTULLER

– Miguel Butuller, Lda. –

37 – Rua Barros Queirós – 39
1100 LISBOA - Telef. 21 346 93 50

CASA BUTULLER LISBOA

ESPECIALIZADA EM:

Todos os artigos militares para as Forças Armadas e Militarizadas, assim como:

Bonés, Fardas militares e civis, Botões, Cordões, Dragonas, Galões, Divisas, Charlateiras, Camisas, Emblemas, em metal, Bordados, Plásticos e em alumínio anodizado.

Condecorações, Espadas, Cintos e Fiadores. Bandeiras, Estandartes, Galhardetes, Guiões, Varões e Hastes.

Taças, Medalhas e Troféus, etc..

Working Group 3 "On Soldier Modernisation Plan"

Modernizaç

"Sistema para o Soldado Apeado Holandês"

Capitão Inf Cmd Almeida Luis
e 2º Sarg RC Paulo Sequeira

Desenvolver um futuro Sistema de Soldado de Infantaria Apeado da NATO, através da coordenação de esforços de todos os países-membros, é a finalidade do *Working Group* 3 (WG3) "On Soldier Modernisation Plan". Este Grupo de Trabalho (GT) foi criado no âmbito do *Land Group* 3 (LG3) "On Close Combat Infantry"/NATO Army Armaments Group (NAAG)/ Conference of National Armaments Directors (CNAD)".

Este GT, constituído actualmente por 14 países[1], irá contar, durante o corrente ano, com a participação de Portugal, que se fará representar por um oficial da Escola Prática de Infantaria. Refira-se ainda que esta Unidade já representa Portugal no LG3, desde 1 de Setembro de 1998.

... a tecnologia, a curto, médio e longo prazo, irá permitir a construção de um sistema de soldado modular e integrado

De acordo com as decisões tomadas na última reunião do LG3, que decorreu nos dias 2 e 3 de Março do corrente ano, no QG/NATO, em Bruxelas, este GT poderá evoluir para um *Project Group* (esta foi uma das possibilidades levantadas que poderá permitir a este GT trabalhar sem condicionalismos de tempo, já que, como se sabe, os GT têm um período de vida de dois anos, podendo, em casos excepcionais, ser dilatado por um período de tempo superior, não sendo no, entanto, esta limitação extensiva aos *PGs),* esta alteração irá implicar a criação de novos Termos de Referência.

Seguidamente transcreve-se a proposta dos novos Termos de Referência elaborados pelas delegações presentes na última reunião do WG3, que ocorreu na Dinamarca em Abril do corrente ano e ainda sem a participação portuguesa:

ão do Soldado de Infantaria

Project Group NATO Soldier Modernisation Termos de Referência

A troca de informações tem de ser minimizada e ergonomizada, para retirar algum stresse à acção do soldado

Área de Responsabilidade

Requisitos de modernização para o Soldado NATO, que facilitem a interoperabilidade entre os países-membros e a cooperação com os *PfP* (*Partners for Peace*). Neste âmbito será necessária a coordenação com os *Land Groups* 1,3,6 e 7.

Missão

Assegurar que os "Sistemas Nacionais do Soldado" possam interoperar dentro do nível exigido pelos futuros requisitos operacionais da NATO.

Baseado na actividade desenvolvida pelo WG3, coordenar os vários programas nacionais, normalizar testes e procedimentos de avaliação, assegurar a normalização recomendada ao nível do soldado, através do desenvolvimento de STANAG (*Standardization Agreement*) e explorar o potencial adoptando idênticos subsistemas/módulos/componentes para os vários sistemas nacionais do soldado.

Composição e Organização

Este *Project Group* é composto pelos países-membros da NATO, Parceiros para a Paz e Austrália (como uma continuação do WG3). A adesão deverá incluir, quando possível, especialistas operacionais e técnicos.

O apoio administrativo será fornecido pelo Reino Unido.

Tarefas

- Estabelecer o nível em que a interoperabilidade é exequível (de acordo com o AC/225(LG3)/D/26);
- Facilitar a troca de informação entre os vários programas nacionais;
- Normalizar testes e procedimentos de avaliação;
- Assegurar a normalização recomendada ao nível do soldado através do desenvolvimento de STANAG, em coordenação com os *Land Groups* quando necessário;
- Explorar o potencial adoptando idênticos subsistemas/módulos/componentes para os vários Sistemas Nacionais do Soldado.

Método de Trabalho

- O *Project Group* reunir-se-á duas vezes por ano, sendo pelo menos um dos encontros no QG/NATO em Bruxelas;
- Encontros adicionais serão convocados pelo presidente;
- O *Project Group* informará o LG3 dos seus progressos em cada encontro;
- O *Project Group* apresentará um relatório ao NAAG uma vez por ano (se necessário), especialmente sobre assuntos onde será necessária coordenação;
- O *Project Group* deverá estar preparado para trabalhar com documentação "NATO SECRETO".

Estatuto

O *Project Group* será criado por um período de cinco anos, de acordo com as tarefas e tempo previsto para cumprir os objectivos traçados, nomeadamente a elaboração de documentos de referência e STANAG.

Enquanto se discute o seu futuro, o WG3 continua a sua actividade tendo agendada desde o ano transacto uma demonstração para Junho/Julho de 2000, na Holanda, onde serão apresentados os programas nacionais dos vários países que o constituem. Portugal irá participar pela primeira vez neste WG precisamente durante o período da demonstração, não para mostrar o seu programa nacional, mas como observador[2]. Refira-se a título de curiosidade, que está prevista a cobertura televisiva da demonstração pela TV holandesa e CNN.

Um dos programas que será dado a conhecer nesta demonstração é o do país anfitrião, do qual se apresenta um pequeno extracto:

Sistema para o soldado apeado holandês

Antecedentes[3]

A redescoberta da importância do papel do soldado apeado e respectivo equipamento originou um conjunto de programas nacionais com o propósito de desenvolvimento desse equipamento. Simultaneamente, a NATO começou a pensar em modos de melhorar a eficiência e eficácia do soldado apeado. Em 1992, a NATO publicou um relatório que definiu os parâmetros do futuro Sistema do Soldado Apeado. O tema central deste relatório é de que o soldado apeado, tal como um veículo armado ou uma embarcação naval, deve ser encarado como um sistema. O Grupo de Aconselhamento Industrial NATO acabou, em 1994, um estudo preliminar em que prova que a tecnologia, a curto, médio e longo prazo, irá permitir a construção de um sistema de soldado modular e integrado.

O Exército Real Holandês (RLNA) percebeu que, com vista às alterações das exigências operacionais, a Modernização do Soldado é benéfica no cumprimento dos objectivos da missão. Neste sentido, decidiu iniciar o seu próprio Programa de Modernização do Soldado. Neste artigo serão apresentadas as necessidades para um Sistema de Soldado Holandês, sendo discutidos de seguida os conceitos do soldado como um sistema e a perspectiva da Holanda. Finalmente, serão apresentados alguns projectos.

A Necessidade de Modernização do Soldado na Holanda

Desde o Pacto de Varsóvia que a missão do RLNA se alterou dramaticamente. Por muitos anos, todos os esforços defendiam a Alemanha Ocidental

A NATO identificou cinco áreas de actividade para o sistema do soldado: letalidade, sobrevivência, mobilidade, comando e controlo e sustentabilidade

(RFA) como parte de um intenso conflito, o que já não faz sentido. Na última década, as unidades holandesas têm integrado forças de manutenção de paz multinacionais um pouco por todo o mundo (Camboja, Haiti, Angola e Bósnia). Esta alteração nos parâmetros da operacionalidade tem resultado num conjunto de alterações que afectaram o equipamento do soldado apeado. Antes de mais, o papel do soldado apeado tem-se revelado cada vez mais importante. Apesar de nas operações de manutenção de paz o armamento e os veículos serem foco de atenção, o cerne da missão concentra-se nas acções do soldado apeado em patrulha, vasculhando casas e outros edifícios, analisando as infra-estruturas e a população local e efectuando relatórios diários acerca dessas observações. Numa operação de manutenção de paz, o risco aceitável é praticamente zero. Enquanto que num conflito de elevada intensidade podem aceitar-se números elevados de baixas, numa operação de manutenção de paz qualquer acidente é manchete dos jornais.

O espectro de condições a que o equipamento se pode expor também se alargou bastante. O equipamento de apoio desenvolvido para a zona temperada e relativamente plana do norte da Alemanha irá falhar nas selvas do Camboja ou nos desertos angolanos. Outra razão prende-se com o interesse da Holanda em manter-se a par dos desenvolvimentos internacionais. Hoje em dia, qualquer soldado pode integrar uma força multinacional de manutenção de paz para agir num país desconhecido. Há alguns anos, em conjunto com a Alemanha, formou o *Corps* Alemão/Holandês e estabeleceu com a Inglaterra um MOU (*Memorandum Of Understanding*) relativo a uma cooperação intensiva entre as unidades aeromóveis dos dois países.

Finalmente, a conclusão de que a necessidade de modernização do soldado é inquestionável. As questões actuais incidem no "quando" e "o quê". Para cumprir com as necessidades de um mundo em constante mutação, o conceito do soldado como sistema desenvolveu-se e o Programa de Modernização do Soldado já melhorou a eficácia do Soldado Apeado Holandês. Para apoiar este programa é necessária muita pesquisa e desenvolvimento, para que se encontrem as respostas certas na altura certa.

O Soldado como Sistema

No passado, o equipamento do soldado era considerado como um conjunto de itens individuais. Se um componente tivesse de ser substituído, seleccionava-se uma solução para a substituição do mesmo, sem tomar em consideração o contexto no qual o componente seria usado. Como consequência, acontecia que a solução parcial não se revelava a melhor alternativa no contexto geral, com as respectivas consequências. Neste âmbito, a NATO optou por introduzir o conceito do soldado como um sistema, o que significa que o seu equipamento passa a ser visto como

um sistema modular e integrado, de acordo com as especificações da missão. A selecção de módulos baseia-se na missão, nas condições climatéricas e geográficas previstas e no tipo de ameaça. Uma consideração muito importante é, obviamente, o risco operacional que o comandante pretende correr. Numa operação de manutenção de paz, por exemplo, esse risco deve ser quase zero.

Missão Clima-Terreno-Ameaça

Risco aceitável

Módulos necessários

A ideia de modularidade abrange três objectivos: a capacidade de decomposição de um sistema complexo; de composição de um sistema a partir dos módulos existentes; do entendimento das partes individualmente. A decomposição de um sistema baseia-se na divisão deste em tantos subsistemas quantos forem possíveis. A composição de um sistema baseia-se na construção de um sistema geral, partindo de elementos básicos. A divisão do sistema em componentes ajuda a compreender como este funciona e permite o aumento da sua eficácia. Neste sentido, o sistema será composto por módulos bem projectados e compatíveis.

A NATO identificou cinco áreas de actividade para o sistema do soldado: letalidade, sobrevivência, mobilidade, comando e controlo e sustentabilidade.

A análise do sistema tem de assegurar o equilíbrio entre estas características. Apesar de todas as áreas serem consideradas importantes, o RLNA deu prioridade à sobrevivência. Com base numa análise funcional, as cinco áreas foram divididas em funções:

Letalidade:

- observar o campo de batalha;
- reconhecer um possível alvo;
- identificar e classificar o alvo;
- adquirir o alvo;
- atacar o alvo;
- avaliar os resultados do ataque.

Sobrevivência:

- evitar a detecção;
- iludir o inimigo;
- detectar ameaças;
- preparar posições defensivas;
- garantir protecção (explosões, DEW, munições, fragmentos, NBQ).

Comando e Controlo:

- receber informação;
- processar informação;
- armazenar informação;
- apresentar informação;
- distribuir informação;

Mobilidade:

- orientação;
- navegação;
- deslocamento apeado;
- transporte de carga;
- embarque/desembarque de veículos;

... o uso operacional da Mira Remota deve restringir-se a situações sem pressão, com necessidade de cobertura e com uma área diminuta de detecção do alvo

Sustentabilidade:

- apoiar as funções naturais;
- administrar os primeiros socorros;
- controlar a condição física;
- suportar as exigências do equipamento;
- controlar o *stress*.

O essencial é que o soldado apeado não aja isoladamente, mas sim como parte de uma equipa que tem uma missão para cumprir num determinado ambiente, o que implica que o aumento da eficácia individual tem de contribuir para a eficácia de toda a equipa. Por essa razão, a equipa e o ambiente são factores importantes a considerar. A interacção com estes dois elementos implica que o soldado apeado tenha de estar preparado para receber as inúmeras informações que lhe são transmitidas pelo campo de batalha através dos vários sensores e fontes de informação. A troca de informações tem de ser minimizada e ergonomizada, para retirar algum *stress* à acção do soldado.

A perspectiva militar

Para que um programa complexo como o da Modernização do Soldado seja um sucesso, é necessária uma boa estrutura. Para o *Soldier Modernization Programme* (SMP), seleccionou-se uma aproximação em três fases, nas quais está sempre presente uma interacção contínua entre os utilizadores, os pesquisadores e os parceiros internacionais para assegurar que a inserção tecnológica decorre de modo eficaz. Na primeira fase, efectua-se a análise das tecnologias com base nas exigências operacionais, pelo RLNA ou pelo TNO *(Pesquisa para a Defesa)*.

A análise prende-se com os limites e possibilidades da tecnologia, bem como com a inter-relação entre os vários componentes existentes. Dependendo dos resultados da referida análise pode ser construído um protótipo para demonstração.

Na segunda fase, o novo componente será integrado numa unidade para testagens, com vista ao seu melhoramento.

A terceira fase é a da aprovação do componente, com a respectiva introdução do mesmo nas unidades operacionais.

Esta perspectiva baseada nos componentes difere da partilhada por vários países maiores, os quais irão introduzir um sistema completo.

A interacção com o utilizador é um factor crítico para o sucesso do *SMP*. Neste sentido, os potenciais utilizadores dos

vários ramos das Forças Armadas têm-se reunido regularmente para discutir especificações, necessidades e implementações de novos componentes. Outro factor crucial é a cooperação internacional. Na última década, o orçamento do Governo holandês para a Defesa diminuiu consideravelmente. Consequentemente, os fundos para a pesquisa e o desenvolvimento também diminuíram. Assim, a cooperação internacional tem-se tornado numa preciosa ajuda, na optimização do emprego de florins neste processo. Outra razão importante para a cooperação internacional é a necessidade de interoperabilidade. Cada vez mais unidades se juntam a forças multinacionais, pelo que a interoperabilidade é uma condição "sine qua non" para completar com sucesso as missões.

Alguns meios importantes de suporte para a cooperação internacional são os NATO WG do NAAG, como, por exemplo, o WG3 e o WG4 (Modelamento do Soldado NATO), nos quais a Holanda participa activamente. Foram também estabelecidos contactos bilaterais, como os já mencionados, com a Alemanha e a Inglaterra. A colaboração pode ocorrer em áreas como a pesquisa, o desenvolvimento, testes/ensaios e, até, sob a forma de contratos industriais.

A Perspectiva R&D (Pesquisa e Desenvolvimento)

Para que se execute um programa tão alargado quanto é o da Modernização do Soldado, é necessário antes de mais que se classifiquem as actividades a desenvolver. Com base nesta classificação das prioridades, distribuem-se os recursos disponíveis. Para optimizar o desempenho no programa, identificaram-se três géneros de actividades, os quais não implicam que as actividades decorram sequencialmente. Algumas acções podem ser efectuadas paralelamente, outras interactivamente.

Por exemplo, o desfecho dos testes com um demonstrador da tecnologia pode ter influência na definição do sistema.

Género 1: Análise do sistema e parâmetros ambientais.

A concepção do sistema do soldado implica a consideração de vários aspectos (ameaças específicas; tipo de missão; ambiente físico, electrónico e electro-óptico; condições operacionais). Adicionalmente, a táctica e os meios a utilizar pelos dois lados do conflito são factores igualmente importantes. Com base numa análise cuidadosa de todos os aspectos importantes podem desenvolver-se os sistemas modulares e, de seguida, transformar as estruturas básicas em arquitecturas mais detalhadas no próprio sistema.

Género 2: Desenvolvimento tecnológico e material.

De seguida, e paralelamente, devem ser analisadas todas as possibilidades tecnológicas de aumento da eficácia dos componentes do sistema do soldado e deste como um todo. Este tipo de pesquisa tecnológica permite uma selecção dos componentes mais promissores para uma futura pesquisa e desenvolvimento. É também importante que se considerem as limitações que a própria tecnologia impõe.

Quando possível e necessário, os projectos mais promissores poderão desenvolver-se como protótipos demonstradores da tecnologia. Com esta aproximação faseada, os demonstradores podem, eventualmente, formar um sistema completo.

Género 3: Ambiente experimental e eficácia do sistema.

O ambiente experimental será uma mescla dos testes em laboratório e no terreno. Adicionalmente, a simulação por computador pode ser muito útil no estabelecimento do nível de eficácia dos componentes ou do sistema geral. Actualmente, não existem ferramentas para programar o sistema globalmente. Um dos caminhos a seguir é completar o conjunto de modelos para as peças e desenvolver um protótipo de conjunto que simule a eficácia do sistema do soldado com base nos resultados obtidos com os vários componentes.

Uma parte essencial do programa consiste em determinar a eficácia do sistema no terreno, pela determinação do género de eficácia que se pretende e do meio de quantificação da mesma. A programação implica a necessidade de reunião de informações. No entanto, a falta destas é um problema, pois já durante o programa CRISAT a maioria da informação necessária para modelar o efeito das armas individuais não existia, e eram apenas armas individuais, cuja complexidade é muito menor relativamente ao sistema do soldado.

Projectos actuais

Desde o início do programa, em 1997, desenvolveram-se vários projectos, dos quais daremos apenas pequenas descrições (objectivos, perspectivas e resultados).

Projectos de pesquisa SMP-1 Dia do Soldado

Para que se pudessem orientar os objectivos dos esforços para a Modernização do Soldado, foi necessário descobrir quais os tipos de missão que o Soldado Apeado actual tem de cumprir (teatros de operações, situações individuais, tarefas e actividades, etc.). Assim surgiu o termo Dia do Soldado. O "Dia do Soldado" é uma descrição representativa das actividades do soldado apeado por um período de 36 horas, incluindo os factores humanos e tecnológicos relevantes. O que surge de novo neste projecto é que , não só simula as acções de combate actuais como também as actividades antes e após a batalha. No projecto actual, o Dia do Soldado em caso de ataque inimigo já foi definido. O ataque pode ser parte de uma batalha que dura vários dias. A missão do soldado e da sua equipa divide-se em várias tarefas e subtarefas, que por sua vez se dividem num conjunto de actividades.

Delimitou-se um procedimento para a utilização da informação do Dia do Soldado:

- avaliação do mérito das soluções alternativas para melhorar a eficácia do sistema do soldado;
- identificação de possíveis melhoramentos no equipamento;
- identificação da necessidade de alterações na doutrina ou na organização.

Actualmente estão em fase de desenvolvimento algumas ferramentas para a aplicação do Dia do Soldado.

Estrutura Modular dos Sistemas do Soldado

O objectivo deste projecto é identificar a estrutura modular do sistema do soldado. A ideia de modularidade pretende alcançar três propósitos: a capacidade de decomposição de um sistema complexo; composição do mesmo com os módulos existentes; compreensão do sistema por

partes. A decomposição de um sistema baseia-se na divisão do sistema geral em subsistemas, até onde tal for possível. A composição de um sistema é a acção precisamente oposta. A divisão do sistema em componentes permite entender como este funciona e alcançar consequentemente o maior nível possível de eficácia.

A estrutura modular do sistema do soldado é necessária para que se cumpram os seguintes objectivos:

- identificação das possibilidades de melhoramento do sistema;
- obtenção de sinergia pela combinação de soluções tecnológicas para várias partes do sistema;
- identificação das possibilidades de preparação do sistema para tarefas específicas;
- definição de prioridades para a pesquisa e desenvolvimento;
- desenvolvimento de metodologia para estabelecer a eficácia do sistema ou dos seus componentes;
- obtenção de interoperabilidade entre o D2S2 (o sistema do soldado holandês) e os outros sistemas de soldado.

No projecto actual, os resultados do estudo NATO têm sido o ponto de partida. A definição da estrutura modular do D2S2 é um processo em duas etapas: identificação das funções do sistema, com base nas exigências das cinco áreas de actividade da NATO;

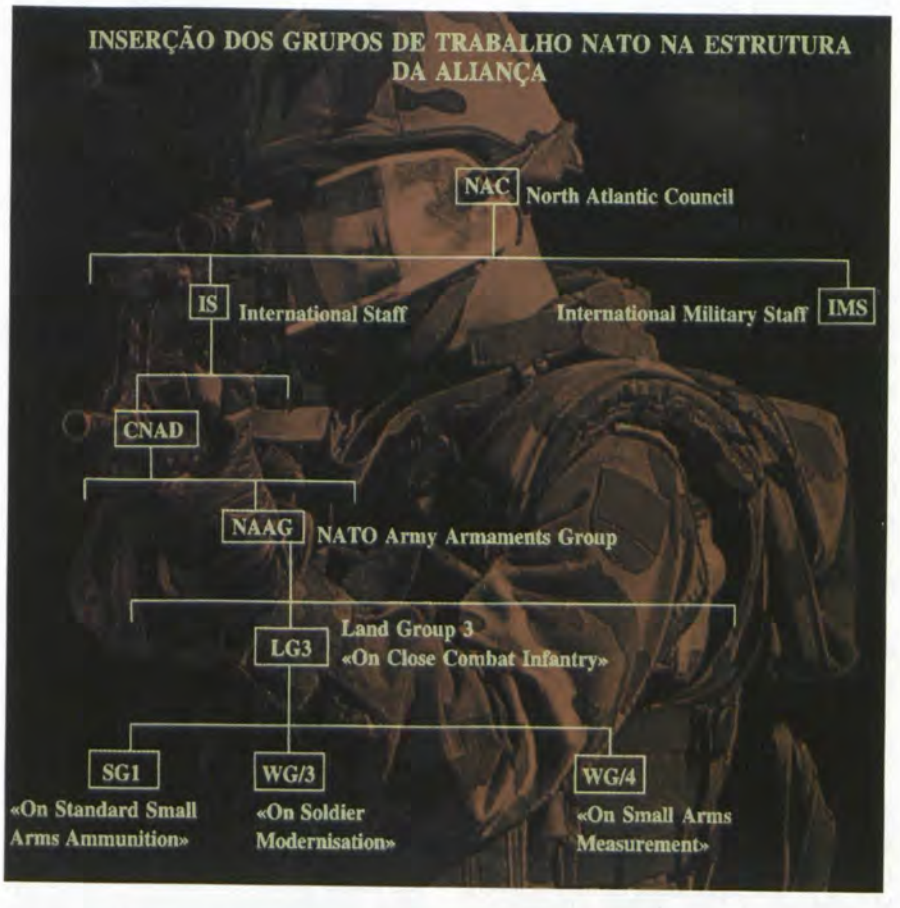
- Após a identificação destas funções, o agrupamento das mesmas num sistema completo.

Projectos de pesquisa SMP-2 Assistente Digital do Soldado (SDA)

O propósito deste projecto é aumentar a capacidade de prevenção do soldado e da equipa, perante diversos perigos, através do equipamento dos soldados individuais com dispositivos electrónicos para a troca de comunicações e posições, chamados SDA (assistentes digitais do soldado). O SDA é um sistema pequeno e transportável de informações, constituído por um receptor GPS e um aparelho de transmissão sem fio (TSF).

As funções básicas do SDA são:

- determinação de posições individuais e a distribuição desta informação pelo grupo, de modo a que toda a equipa esteja informada acerca das posições de cada indivíduo;
- elaboração de relatórios sobre vigilância, táctica ou outras áreas para apresentação digital à missão, através da distribuição automática. Esta função permite aos combatentes a partilha de informação detalhada sem necessidade de contacto directo;
- função de diálogo, que permite aos soldados a comunicação, como a que já existia com os rádios actuais. A comunicação por voz continua a ser essencial na partilha de informações e na transmissão de ordens.



A pesquisa de Defesa TNO desenvolveu o primeiro protótipo do SDA com base nas funções básicas acima mencionadas, a partir dos aparelhos actualmente disponíveis no mercado. Deu-se ênfase ao uso em operações de paz em condições operacionais militares. Por exemplo, o SDA não exige teclado e é operado por uma caneta, o que permite um uso facilitado sob condições NBQ, além de que os menus do programa serão reduzidos tanto quanto possível, para que o acesso às funções do SDA seja o mais rápido possível.

O protótipo SDA foi demonstrado com sucesso. Com um grupo de nove soldados, criou-se um exercício de ataque, no qual o protótipo SDA provou ter potencial para:

- melhorar o conhecimento global da situação por parte do soldado;
- estabelecer uma boa comunicação vocal e gráfica;
- espalhar a equipa, de modo a cobrir uma área maior;
- reduzir a probabilidade de detecção do grupo.

No futuro, o TNO irá desenvolver a funcionalidade do SDA, a implementação de um mapa electrónico e a *interface* com o Sistema de Controlo do Campo de Batalha, de um escalão superior, a integração noutros projectos do Programa de Modernização do Soldado como a Mira Remota, etc. Com base no protótipo DAS, o RLNA irá definir um conjunto de características necessárias para desenvolver um SDA eficaz para o S2D2.

Mira Remota

Com vista ao melhoramento da eficácia do soldado na área da sobrevivência, desenvolveu-se um sistema de

visualização do alvo para a espingarda C7 *Diemaco*. Este permite ao atirador estar a coberto durante a observação, a aquisição dos alvos e o disparo.

O sistema consiste em duas câmaras montadas na arma, com magnificações diferentes (visão global e visão específica). As imagens são transmitidas para um monitor, que pode estar montado no capacete ou na arma, de 6.5 polegadas LCD a cores, que pode ajustar-se a várias posições. Este sistema foi analisado em duas experiências. A primeira consistiu numa comparação entre a Mira Remota e as miras ópticas e em metal (convencionais), tendo decorrido num simulador de tiro. Nesta experiência, determinou-se a precisão no disparo e o tempo levado a fazer pontaria.

Na segunda experiência, no terreno, determinou-se o tempo levado pela Mira Remota para a detecção do alvo, tendo este sido comparado com o tempo levado a olho nu. Aparentemente, a precisão no disparo é a mesma, bem como a precisão da pontaria convencional, mas a Mira Remota precisa de mais tempo para fazer pontaria. A experiência no terreno, em treino de combate, mostra que a detecção de alvos numa área extensa (»100º) com a câmara da arma demora 4 vezes mais a acontecer, comparativamente com a vista desarmada. O olho nu é superior ao monitor. O conceito de passagem imediata da visão global para específica é eficaz, pelo que a detecção lenta dos alvos por parte do sistema pode, em parte, explicar-se pela perda da qualidade de imagem como resultado de uma "mancha" na imagem, devido à acção de deslocamento da câmara, o que se explica pela fraca construção da imagem (80%) e pela pouca capacidade de definição em movimento da câmara (20%).

Concluindo, pode-se afirmar que a Mira Remota aumenta o nível de sobrevivência do soldado e que a precisão do disparo não difere dos sistemas convencionais. No entanto, a letalidade do soldado decresce como resultado do peso relativamente elevado do aparelho montado na arma e do tempo que este leva a fazer pontaria. Assim, o uso operacional da Mira Remota deve restringir-se a situações sem pressão, com necessidade de cobertura e com uma área diminuta de detecção do alvo.

No ambiente nocturno, pensa-se que o potencial deste sistema será superior, pois de noite o soldado depende sempre de dispositivos de observação, enquanto que de dia tal não acontece, pelo que será estudada a inclusão de um dispositivo de visão nocturna.

Género 3

Os projectos descritos anteriormente deixam bem claro que os testes da eficácia dos componentes do sistema do soldado no terreno é uma parte integral do programa, tendo as experiências em laboratório um cariz adicional. Os resultados destes testes são usados na simulação e modelamento em computador. Actualmente, não estão em progresso quaisquer projectos separados sobre o sistema do soldado, mas, como parte do programa regular de pesquisa do TNO, têm-se conseguido alguns desenvolvimentos no modelamento e simulação de partes do sistema do soldado, com ênfase na letalidade e na sobrevivência. A Holanda recebeu, há já algum tempo, da Grã-Bretanha o programa CAEN de simulação de combate, que tem sofrido algumas alterações com vista à adaptação às exigências militares holandesas.

Outros Projectos

Não incluído nos géneros anteriores está o estudo "Análise da Informação do Soldado Apeado, dentro do domínio da Digitalização do Campo de Batalha". Como reacção à digitalização do campo de batalha, há muita informação disponível para equipas ao nível da Divisão ou da Brigada. Ao nível do combatente apeado, as possibilidades de apresentação e avaliação da informação são muito poucas: o monitor é pequeno, a concentração dispersa-se pelos vários aparelhos, etc... Neste estudo tentamos encontrar uma resposta sobre qual é a informação que o soldado realmente necessita para que tenha um entendimento claro da situação que o rodeia no campo de batalha. Como estão as linhas de informação horizontal e vertical? As respostas são muito importantes para, por exemplo, o projecto DAS.

Um projecto com material para análise é o do rádio-mãos livres, para o grupo de infantaria apeada. Com este meio de comunicação, os membros do grupo ficam aptos a criar comunicações-rádio entre si. A voz humana não é o único meio de comunicação no campo de batalha.

Na Holanda, os batalhões irão receber estes rádios até ao fim do ano.

Conclusão

O propósito deste artigo é dar uma ideia sobre o que está a ser feito além-fronteiras, no âmbito da modernização do soldado de Infantaria apeado, através do recurso a um exemplo prático de um programa levado a efeito por um dos países participantes no WG3.

Tempo ainda para transcrever os comentários feitos por um representante da Escola Prática de Infantaria dos EUA, no WG3, numa revista militar holandesa:

"Não é possível afirmar neste ponto de desenvolvimento do sistema do soldado o que vai ao certo mudar no emprego dos soldados. Mas o que é certo é que estes melhoramentos irão aumentar significativamente a eficácia, letalidade e sobrevivência do soldado apeado em combate. Podemos assumir que o Sistema de Soldado NATO será empregue num ponto decisivo de alteração do campo de batalha, em que o soldado executa a sua missão rapidamente e durante pouco tempo."

O Sistema para o Soldado Apeado Holandês persegue estes objectivos.

[1]Áustria, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda, Noruega, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos da América.

[2]"Os primeiros passos nesta área poderão ser dados, após a participação de um oficial português na demonstração do WG/3, agendada para Junho/Julho do corrente, na Holanda.

A informação recolhida neste *meeting* poderá ser o embrião necessário à concretização de um projecto nacional, que aproveite a experiência e ensinamentos colhidos pelos nossos parceiros, adaptados à nossa realidade militar, social e económica, sem divergir dos parâmetros estabelecidos na directiva do General CEME".

[3]Texto extraído do relatório do "NATO FIBUA/MOUT WG", apresentado pelo delegado nacional, Cap Inf Cmd Almeida Luís, relativo ao *Muting de Amerspoort*/Holanda que decorreu entre 20 e 24 de Setembro de 1999.

António de Abreu Couceiro

Soldado que foi da extinta companhia de artilheiros académicos de Coimbra

Álvaro Vilar Moreira

Todos conhecemos da nossa história o período conturbado das lutas entre liberais e absolutistas que, desde a morte de D. João VI (10/3/1826), haviam de identificar-se com as causas dos dois filhos varões do rei, D. Pedro e D. Miguel, este último apoiado pela sua mãe, D. Carlota Joaquina.

Este embate ideológico vai dominar a vida portuguesa durante uma década e meia.

Num ambiente muito sacudido por acção doutrinária, iam-se sucedendo, além das agitações populares, das arruaças, dos motins, dos golpes militares e das rebeliões, as tomadas de posição do povo e dos intelectuais.

O desenrolar dos acontecimentos que se iniciaram, verdadeiramente, quando em 11/7/1828 os Três Estados do Reino proclamaram D. Miguel rei (até então regente, como lugar-tenente de D. Pedro) e deliberaram «reputar e declarar nulo o que o senhor D. Pedro, na qualidade de Rei de Portugal, que não lhe competia, praticou e decretou.», incluindo a Carta Constitucional. Tudo o que se seguiu até à assinatura, pelos generais absolutistas, da Convenção de Évora Monte, em que D. Pedro fazia aos vencidos determinadas concessões e lhes prometia certas garantias, faz parte da História, sendo do conhecimento geral. A 1 de Junho de 1834, D. Miguel embarcava em Sines, para o exílio.

A grande lição militar de 26/5/1834 foi a vitória de um exército fraco em números de homens e apetrechamento, mas comandado por excelentes cabos de guerra, sobre um exército muito mais numeroso e bem armado, mas sempre mal dirigido.

António de Abreu Couceiro deve ter-se integrado nas lutas liberais quando da revolução de 1828, na cidade do Porto, foi constituída uma Junta de Governo. Não tardaram, no entanto, a surgir dificuldades e as tropas tiveram que retirar-se para a Galiza, seguindo depois para Plymouth. Palmela enviou estes soldados emigrados para a ilha Terceira, no intuito de apoiarem a chamada "Regência da Terceira". Foram essas tropas que resistiram, com vigor, ao ataque da esquerda miguelista à ilha Terceira (Outubro de 1828). Daí partem em 27 de Junho de 1832 numa esquadra de sete navios, sob o comando de D. Pedro, os chamados 7500 bravos que desembarcaram no Mindelo.

Nas chamadas Campanhas da Liberdade travaram-se nove batalhas entre os exércitos de D. Pedro e D. Miguel, além de algumas escaramuças e das batalhas navais de 10 e 11 de Agosto nas águas nortenhas (de resultados duvidosos para ambas as partes); e nas águas de S. Vicente (5 de Julho de 1833) a esquadra liberal, sob o comando do Vice-Almirante Carlos Napier, obtém uma importante vitória sobre a esquerda miguelista, vitória essa que possibilita a hegemonia dos liberais no desembarque de Tavira e a marcha sobre Faro onde aclamam a rainha (Defesa da ilha Terceira; Mindelo; Cerco do Porto; Cacilhas; Lisboa – «batalha que termina com o cerco imposto, à cidade, pelos exércitos absolutistas»; Pernes; Almoster e Asseiceira são as principais batalhas terrestres).

Acabada a Campanha foi instituída uma medalha especial para os combatentes, designada por **"Medalha de**

D. Pedro e D. Maria", também conhecida por **"Medalha das Campanhas da Liberdade"**. Essas medalhas tinham de um dos lados o número correspondente ao número das batalhas em que o militar agraciado tinha participado e do outro as efígies de D. Pedro e D. Maria. (ver figura).

A 9 de Novembro de 1863, após o estudo pormenorizado de uma comissão criada pela rainha, para esse efeito, através da ***ordem nº 45 da Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra; em Ordem do Exército publica-se no seu artº 5º com o título «Medalha de D. Pedro e de D. Maria» a relação nº 44 das pessoas, a quem a commissão incumbida de classificar o direito a esta distincção verificou pertencer a cada um a que vae designada.***

Com o algarismo 9:

A Dionysio Lopes, soldado que foi do antigo batalhão de caçadores nº 5, guarda da alfandega municipal de Lisboa.

António de Abreu Couceiro, soldado que foi da extincta companhia de artilheiros academicos de Coimbra.

Seguem-se os agraciados com os restantes números, sendo que aos números 8, 7, 6 e 5 só foi atribuída uma medalha; com o número 4, quatro medalhas; com o número 3, quinze; com o número 2, quarenta e oito e com o número 1 apenas onze medalhas. Num total de 80 medalhas.

No artigo 7º da citada O.S., Sua Magestade El-Rei manda recomendar aos generais comandantes das divisões militares e comandantes gerais das armas especiais que atendam a que os seus subordinados condecorados com a Medalha de D. Pedro e D. Maria usem somente aquela que se acha autorizada pelo decreto da sua instituição.

A Ordem do Exército é assinada por Sá da Bandeira e confirmada, por se encontrar conforme, pelo Chefe da 1ª Direcção, D. António de Mello.

Dados biográficos sobre o Dr António de Abreu Couceiro:

Nasceu em Tentúgal, no ano de 1804, em casa de seus pais, no Rocio do Convento, tendo sido filho do Dr Tomé de Abreu Couceiro e de Maria Rosa de Abreu Couceiro. A família possuía vários bens na freguesia de Tentúgal, colectados, em 1813, em 2800 reis.

Matriculou-se na Universidade de Coimbra no ano de 1822 (Matemática), tendo seguido depois a Faculdade de Direito onde esteve matriculado até 1825, licenciando-se em Direito. Integrou-se nas lutas liberais, como voluntário, tendo sido soldado da Companhia de Artilheiros Academicos de Coimbra. Foi um dos 7500 bravos do Mindelo, tendo sido agraciado, mercê de sua participação nas lutas liberais, com a medalha nº 9 de D. Pedro e D. Maria, também conhecida por Medalha das Campanhas da Liberdade. Casou com D. Brígida Cândida Geraldes e foi morador na cidade do Porto, na Rua da Boavista, freguesia de Cedofeita. Deste casamento nasceu uma filha de nome Clementina Adelaide Geraldes Couceiro. JE

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Medicina Dentária e Prótese Dentária

- Médicos Dentistas Especializados
- Instalações Modernas e Máxima Higiene
- Laboratório de Prótese Dentária Próprio

Preços Especiais para a ADME

CLÍNICA DE SANTA MADALENA

Lisboa - Rua Gomes Freire, 183 - 1º - 1150 Lisboa • Telefs.: (01) 353 46 55/70 - Fax: (01) 354 56 40
Sintra - Av. Miguel Bombarda, 27 - 4º B - 2710 Sintra • Tlef.: (01) 924 34 02 (Em frente à estação dos Caminhos de Ferro-CP)
Alverca - E.N. 10 - N.º 8 (Edifício Cinema) - Sala 108 - 2615 Alverca • Tlef.: (01) 957 36 40

Revisitar

It was as if a hand-to-hand battle of armour had taken place... Coming close you could see

Egyptian and Jewish dead lying side-by-side, soldiers who had jumped from their tanks and died together.

No picture could capture the horror of the scene, none encompass what had happened there.

On our side that night we had lost 300 dead and hundreds more wounded *

15/16 Outubro de 1973, Ariel Sharon, Israeli General, (Leavenworth Papers n.º 21, pg. 62)

Major Art Francisco José B.S. Leandro

Durante os meses de Setembro, ou o mais tardar até meados do mês de Outubro, coincidindo com o sétimo mês do ano eclesiástico judeu e com o primeiro do ano civil, e ainda em simultâneo com o 10º[2] dia do **Tishri**[3], comemora-se em Israel o dia do perdão. É, na verdade, a culminação de dez dias de penitência que se iniciam com o novo ano judeu, de tal modo que o mundo judeu observa este dia com um longo jejum e o característico período de recolhimento e oração. O jejum branco como é designado, é no Ocidente vulgarmente conhecido como *Yom Kippur*[4], não tanto pela sua dimensão de perdão, arrependimento, oração, conciliação ou até mesmo de renovação, mas pela associação desta designação à Quarta Guerra Israelo-Árabe, isto é a Guerra de Outubro.

Às 14h00 de sábado, dia seis de Outubro de 1973, o Egipto e a Síria[5], frustrados com a persistente recusa de devolução, por parte de Israel, dos territórios árabes conquistados durante a Guerra dos Seis Dias, lançaram um ataque conjunto, de surpresa e simultâneo contra as forças judaicas instaladas no Deserto do Sinai e nos Montes Golan. A Guerra do Yom Kippur, não é uma guerra de geração espontânea ou de antecedentes circunstanciais. É, na verdade, o resultado da turbulência da região que designamos por Médio Oriente e que é considerada o centro espacial do mundo islâmico, bem como a charneira entre três continentes, uma vez que possibilita a ligação entre mares e entre corredores aéreos Leste-Oeste. Compreender este conflito sob uma perspectiva política e militar conduz, necessariamente, à compreensão das coordenadas do jogo político internacional e em especial das tensões do sistema dos pactos militares, dos problemas do mundo árabe e dos acontecimentos da história recente da humanidade, ligados ao período sequente à II Guerra Mundial, especialmente no que respeita às relações EUA-URSS.

A Guerra de Outubro foi também no plano doméstico israelita uma fonte de ensinamentos, especialmente no campo politico-militar. Como veremos, a espantosa vitória militar que Israel conseguiu, lutando directamente contra duas nações e indirectamente contra todos os seus inimigos naturais, não foi suficiente para obstar à profunda controvérsia sobre a falta de preparação militar israelita no momento em que o ataque foi desencadeado, nem para pacificar o facto de ter subestimado o adversário. A prova daquilo que se afirma, foi, sem dúvida, a demissão da sua Primeira-Ministra Golda Meir.

Este trabalho, introduzido que foi o pano de fundo do conflito, tem por objectivo fornecer uma dupla perspectiva. Por um lado, estudar o que foi este conflito militar, por outro, posicionar esta sangrenta

o Kippur [1]

guerra israelo-árabe, no contexto das relações Este-Oeste.

Diacronia do conflito

A quarta guerra israelo-árabe deve ser entendida no contexto das relações entre o mundo árabe, no contexto da ordem dos pactos militares e como o fim de um ciclo de confrontações que se iniciou em 1949. Israel é um exemplo vivo do que a determinação e vontade de um povo consegue contra a adversidade e, por vezes, até contra a própria lógica.

Jerusalém, Hebron, Safed e Tiberiades[6] sempre foram consideradas como fazendo parte da região berço da comunidade judaica. Foi, todavia, no séc. XIX que se iniciou a primeira vaga de imigração de judeus provenientes, na sua maioria, da Europa Oriental e que pretendiam a renovação espiritual do povo judeu e o seu regresso a Israel. No princípio do séc. XX, em 1904, surge a segunda vaga de imigração, também em grande parte proveniente da Europa Oriental e que tinham em mente a criação de um estado judaico.

Em 1917, o governo britânico[7] mostrou-se favorável à criação de um Pátria Nacional na Palestina para o povo judeu. Em 1919 dá-se a terceira vaga de imigração do povo judeu. Em 1920 o governo britânico obtém a adjudicação do mandato sobre os territórios a oeste do rio Jordão, chegando-se à conclusão que a *Declaração de Balfour* tinha adquirido significados diferentes para judeus e ingleses. Neste contexto, em 1920 os árabes sentindo-se traídos, iniciam os primeiros ataques a povoações inglesas.

De 1924 a 1938 a imigração continuou. Em 1937, a Grã-Bretanha tenta a divisão da Palestina em três áreas - uma que constituiria um estado árabe, outro um estado judaico e um terceiro que englobaria os lugares sagrados que ficaria sob jurisdição da Coroa Britânica.

Em 1939, através do Livro Branco do Governo Britânico, consegue-se que os árabes aceitem que num prazo de 10 anos se viesse a constituir um estado conjuntamente governado por judeus e árabes e que a imigração sionista fosse restringida. Apesar desta medida, a imigração continuou. O governo britânico chega então à conclusão que não consegue controlar os acontecimentos na Palestina e entrega o problema às Nações Unidas.

Em 1948, as Nações Unidas[8] estabelecem a divisão da Palestina em dois Estados, um Judaico e outro Árabe Palestiniano, passando-se de uma guerra civil judaico-palestiniana, a uma guerra Israelo-árabe, tendo-se atenuado e reatado por diversas vezes: em Novembro de 1956 foi ateada no Suez e em Gaza; em Julho de 1967 no Sinai frente ao Egipto, na Jordânia e na Síria; em 1969/70 no Canal do Suez; e em Outubro de 1973, no Sinai e na nos Montes Golan.

No que respeita ao ano de 1973, o contexto internacional não podia ter sido mais propício, tendo funcionado mesmo como um verdadeiro catalisador do conflito. Vivia-se em pelo choque petrolífero, facto que atraiu ainda mais o interesse dos EUA pela região, uma vez que o Médio Oriente detém as maiores reservas de petróleo do mundo. Estamos no período inicial de implementação dos acordos SALT I e em plena Guerra do Vietname, factos que abriam ainda mais o apetite pelo controlo da região, que alguns designam como charneira do mundo. O sistema de Détente, proporcionava o envolvimento indirecto das superpotências, que não só viram neste conflito um banco de ensaios para a sua mais

[1] Trabalho apresentado no Instituto de Altos Estudos Militares no âmbito do Curso de Estado-Maior 99/01.

[2] Feriado solene.

[3] Mês.

[4] A Quarta Guerra Israelo-árabe é conhecida no mundo muçulmano como a Guerra do Ramadão.

[5] Ajudados por tropas da Jordânia, do Iraque, da Arábia Saudita e de Marrocos.

[6] A Terra Prometida.

[7] Através da declaração de Balfour.

[8] Resolução n.º 181/1948.

recente tecnologia e doutrinas, mas como procuraram alargar (a URSS) e consolidar (os EUA) a sua influência directa na zona. O Egipto, com o apoio da URSS,[9] procurava liderar o mundo árabe e recuperar os territórios perdidos em 1967 e Israel, ao prosseguir com a sua política de colonatos, consolidava a sua influência na zona.

Após o conflito de 1967, a situação existente era de "não-paz". As estratégias indirectas para que Israel abandonasse os territórios ocupados, em virtude da guerra dos 6 dias, faziam-se sentir no plano internacional. Israel resistiu a tais pressões, originando o seu isolamento diplomático[10].

Entre 1972 e 1973, o Egipto efectuou mais de 20 movimentações de grandes unidades, provocando idêntica resposta de Israel, facto que permite compreender uma "certa impreparação" de Israel ao momento do lançamento do ataque do Yom Kippur. A Guerra de Outubro é também o culminar dos movimentos de coesão árabe com o apoio à resistência palestiniana, no sentido de permitir a negociação de uma paz vantajosa e credível. Todavia, Israel sabia que as verdadeiras intenções árabes não coincidiam com objectivos limitados, mas com a própria destruição do Estado Judaico.

O Kippur é uma guerra conduzida sob doutrinas e tecnologias verdadeiramente modernas

As intenções dos grandes blocos e dos vizinhos de Israel

A Guerra do Ramadão foi, essencialmente, um confronto de duas ideologias, pelo reeditar de um ódio antigo, através do qual se confrontaram duas civilizações. Para Israel, a necessidade de conservar as suas fronteiras tornou claro que qualquer derrota teria o preço insuportável: a própria existência do estado judaico.

O Ocidente, identificado com os EUA, estava preocupado com a possível perda do controlo do petróleo, das rotas marítimas e aéreas da região e ainda com a opinião pública interna, uma vez que nos EUA residia um larga comunidade de judeus. Um sucesso árabe, significaria o avanço do expansionismo soviético, com as consequências inerentes para a hegemonia americana no mundo. Até 1967, os EUA evitaram ser os principais fornecedores de equipamento militar ao estado judaico, no sentido de não permitir a polarização do diferendo. Contudo, após o conflito de 1967, e face à recusa do Reino Unido e da França em fornecer mais sistemas de armas, Israel voltou-se completamente para os EUA. O esforço de apoio a Israel durante a Guerra de Outubro foi tal que, certas unidades operacionais nos EUA, viram os seus meios serem desviados e encaminhados para o conflito.

O Mundo Oriental, personalizado pela URSS, procura aproximar-se da nação árabe, fazendo um esforço, particularmente activo, em relação ao Egipto, através do fornecimento de equipamento militar, do endoutrinamento dos seus quadros e do fornecimento de conselheiros ou assessores. Esta aproximação começou 20 anos antes[11], quando o ocidente recusou vender armas ao Egipto, oportunidade que a URSS aproveitou sem demoras. Esta oportunidade foi devidamente explorada por Brezhnev e este comércio bélico acabaria por se alargar a outros países árabes, designadamente à Síria e ao Iraque. Esta situação manteve-se, até que em 1972 o Presidente Sadat expulsa os assessores soviéticos, face à recusa da URSS em fornecer armas tecnologicamente mais avançadas para defrontar Israel. Todavia, a grande dependência da URSS, nunca permitiu o corte total de relações com a URSS.

O Mundo Árabe[12] procurava destruir o mito, mantido desde 1967, de que os árabes não eram lutadores, sobretudo a avaliar pelo desfecho da Guerra dos Seis Dias. O Egipto, nação particularmente orgulhosa, estava determinada a restaurar a dignidade perdida, tendo para isso procurado liderar a reconciliação da nação árabe. Para o Presidente Anwar Sadat, tratava-se mesmo de um problema de credibilidade pessoal. As nações árabes reuniam-se, deste modo, para combater a sua primeira guerra moderna, ameaçando com eficiência a economia do mundo industrializado, através de um corte de petróleo. Este facto, conduz, necessariamente, ao envolvimento da Arábia Saudita, uma vez que sozinha detém cerca de 25% das reservas de petróleo mundial[13].

Os aspectos militares da Guerra de Outubro

A guerra do Kippur é um extraordinário acontecimento bélico, cheio de ensinamentos e de necessidade de estudo em concreto das suas batalhas, como são os casos das Batalhas da Quinta Chinesa e do Vale das Lágrimas. Contudo, vamos procurar reflectir os aspectos mais gerais dos combates, de modo a que se identifiquem ensinamentos válidos para o presente.

A Guerra do Ramadão reedita a estratégia do ponto único de Napoleão, e tem associado o míssil anticarro, como o

	EFECTIVOS	BAIXAS	CARROS DE COMBATE	PERDAS CC	AERONAVES	PERDAS AERONAVES
ISRAEL	275 000	2400	1700	200	432	115
EGIPTO	285 000	100 000	2000	2 300	600	475
SÍRIA	100 000		1200		210	

seu símbolo mais perene. O Kippur é uma guerra conduzida sob doutrinas e tecnologias verdadeiramente modernas. Vamos estudá-la, separando-a em duas partes; inicialmente observaremos a frente do Sinai e depois as operações nos Montes Golan, não perdendo de vista que a ofensiva árabe se desencadeou simultaneamente nas duas frentes.

Frente do SINAI.

Ao longo da margem leste do Canal do Suez, os Israelitas edificaram uma linha defensiva chamada Bar-Lev, com uma extensão de 160 Km. Nessa linha existiam pontos fortes de pelotão (Moazim) ligados a casas-mata. Atrás dessa linha existia a denominada Estrada de Artilharia, com posições de tiro pré-planeadas e onde se situavam os 1º escalões blindados. Existia, ainda, uma outra estrada onde se localizava a reserva, estrada essa que servia de Itinerário Principal de Reabastecimento. Tais estradas permitiam também o deslocamento rápido de reforços. Os Judeus tinham no Sinai a 252ª Divisão Blindada, dispersa ao longo do Canal, e 2 Divisões Blindadas em reserva, sob o comando do General Ariel Sharon.

Junto ao Canal do Suez , o Egipto concentrou a norte: o 2º Exército, constituído por 3 Divisões de Infantaria, três Brigadas Blindadas, 1 Divisão Blindada e uma Divisão Mecanizada; a sul concentrou o 3º Exército, constituído por duas Divisões de Infantaria, 1 Divisão Mecanizada. As forças egípcias escolheram para limite entre os dois Exércitos, o Grande Lago Amargo.

A data do início da batalha tinha sido escolhida, em virtude de se comemorar o dia do perdão (Yom Kippur), que é sagrado para os israelitas. A hora H[14] tinha sido determinada de acordo com a tabela das marés, uma vez que as operações se iniciavam com a travessia do Suez.

O conceito de operação egípcio era o seguinte[15]:

- Atravessar o Canal do Suez e destruir a Linha Bar-lev;
- Estabelecer cabeças de ponte na margem leste, com uma profundidade entre 10 e 15Km;
- Impor ao adversário tantas baixas quantas as possíveis, especialmente em vidas humanas[16], armas e equipamento;

Arquivo *JE*

A falta de preparação militar israelita no momento em que o ataque foi desencadeado e o facto de ter substimado o adversário terão conduzido à demissão da sua primeira-ministra Golda Meir

- Repelir e destruir contra-ataques israelitas;
- Manter a preparação para missões ulteriores, dependentemente da situação[17].

No dia 5 de Setembro, os serviços de informação israelitas detectam movimentos de unidades blindadas no lado egípcio, bem como a evacuação dos conselheiros soviéticos do Egipto. O CEM israelita solicitou autorização para declarar o estado de guerra e iniciar a mobilização para a execução de ataques preventivos à Síria[18]. A 6 de Setembro, unidades de comandos egípcios destruíram os tubos destinados a derramar petróleo no canal para que, após incendiado, constituísse um obstáculo à sua transposição. Removeram também as minas existentes em alguns pontos da margem leste do Canal.

Às 14h00 os egípcios executaram uma preparação de artilharia. Meia hora depois, lançaram o assalto com 8.000 homens em botes de borracha cuja missão era conquistar os pontos fortes e desgastar as margens de areia mais abruptas utilizando jactos de água. São abertos 80 pontos de passagem. Cerca de 4 horas depois, cada divisão em 1º escalão concluiu a abertura de uma cabeça de ponte, com 7 Km de largura.

Integrados nos primeiros escalões iam apontadores de míssil A/C *Sagger* maleta (Alcance 1000m) e atiradores com *RPG*-7 (alcance 200m), com a finalidade de os proteger contra os blindados às curtas e médias distâncias. Levavam ainda mísseis portáteis A/A SA-7(para alvos a baixo altitudes). Mais atrás e para complementar estes sistemas, encontravam-se os SA-6 para alvos a grande altitude, situados ao longo da margem oeste do Canal. Tentavam, assim, obstar à combinação do binómio Avião/Carro de Combate, normalmente utilizado pelos israelitas. A Força Aérea Israelita (FAI) desconhecendo este pormenor, tende obter superioridade aérea local, tendo sofrido pesadas baixas. A FAI suspendeu então os voos na margem ocidental do Canal. Por outro lado, os CC israelitas das unidades que tentaram travar

[9] Brejnev e a sua política africana.

[10] Em 1967, Israel demonstrou a intenção de não acatar a Resolução n.º 242 do Conselho de Segurança da ONU que recomendava a devolução dos territórios ocupados.

[11] 1953.

[12] Pela Síria o Presidente Hafizral-Asad e pela Arábia Saudita o Rei Faysal.

[13] Ver mais detalhes, pg. 15ss da *Revista Military Review*, Agosto de 1974.

[14] 1400h de 6 Outubro de 1973.

[15] Para mais detalhes, *Leavenworth Papers* n.º 21, pg. 20.

[16] Com o claro objectivo de forçar a opinião pública interna de Israel a uma atitude.

[17] Não havia de início uma definição clara do objectivo.

[18] Só foi autorizada a mobilização de 100 000 reservistas.

a formação da testa de ponte, tiveram igual sorte, devido à acção dos *Sagger*.

Ao cair da noite, estavam na margem Leste do canal, 80.000 soldados egípcios, em posições defensivas no interior da linha Bar-Lev. Durante os dias 6, 7, 8 as FAI desencadearam um conjunto de tentativas para inverter a situação, mas a desco-ordenação e a falta de informação levou a que todas saíssem goradas. Em 9 Outubro, a profundidade do ataque egípcio encontrava-se a 8 Km no interior das linhas israelitas, estando as suas forças em posições consolidadas.

A 13 de Outubro, a situação nos Golan era favorável aos israelitas[19], o que fez com que eles começassem a concentrar forças na frente do Sinai. Os israelitas, tendo sabido que as reservas egípcias tinham passado o canal, e tendo detectado um ponto fraco entre o 2º e o 3º Exércitos, concentraram as suas forças, executando uma finta para Norte, à frente do Grande Lago Amargo e atacando com surpresa e ímpeto[20]. A operação foi confiada à divisão comandada pelo Gen Ariel Sharon. À 14ª brigada blindada foi confiada a ocupação de um sector chamado "Quinta Chinesa[21]". A uma brigada pára-quedista foi dada a missão de constituir uma testa de ponte a norte do referido lago, na região de Deversoir, com 5Km de frente e destruir as defesas antiaéreas que se encontravam na margem ocidental do Canal. A Brigada Blindada comandada pelo Gen Avraham Adam, seguida pela Divisão Blindada comandada pelo Gen Magem passaram o canal e envolveram as forças egípcias, cortando as linhas de comunicação com a cidade do Cairo.

Frente dos Montes Golan

No início de Outubro, os israelitas detectaram movimentos de forças sírias, ao longo da linha estabelecida como cessar-fogo desde 1967, nas colinas dos Montes Golan, pelo que deslocaram a 7ª Brigada Blindada para norte[22] da Brigada Barak, que cobria uma frente de 70 Km. Os Israelitas, para além destas duas brigadas, ainda tinham mais 6 outras, mas em reserva.

O Exército Sírio lançou um ataque aerotransportado de escalão batalhão[23] contra o Monte Hebron[24] e desencadeou uma preparação de artilharia às 14h55. Os sírios, dispuseram 3 Divisões de Infantaria em 1º escalão de Norte para Sul: 7ª, 9ª e 5ª, colocando à retaguarda da 7ª, a 3ª Divisão Blindada e à retaguarda da 9ª e da 5ª, a 1ª Divisão Blindada, de modo a exercer o esforço a Sul em direcção à planície dos Golan, com o objectivo de controlar por Norte o Mar da Galileia, tomar Tiberias e rumar a Haifa.

Na falta de um obstáculo natural de valor defensivo, os israelitas criaram uma trincheira anticarro parcialmente cheia de água e montaram num dos picos do Monte Hermon um posto de observação electrónica.

O conceito de operação sírio consistia no desencadear um ataque em escalões sucessivos, tendo as três Divisões de Infantaria a missão de penetrar nas defesas israelitas e as Divisões Blindadas a missão de exploração.

A mobilização relâmpago, os rápidos movimentos por linhas interiores, a extraordinária acção na posição de detenção, junto a Nafahk, foram os factores de sucesso judeu. Os israelitas tinham apenas duas Brigadas na fase do lançamento do ataque, conseguiram prolongar os combates até ao pôr-do-sol, facto que relevou a falta de preparação síria para o combate nocturno. Estes aspectos, impediram aos sírios a exploração do seu sucesso inicial[25].

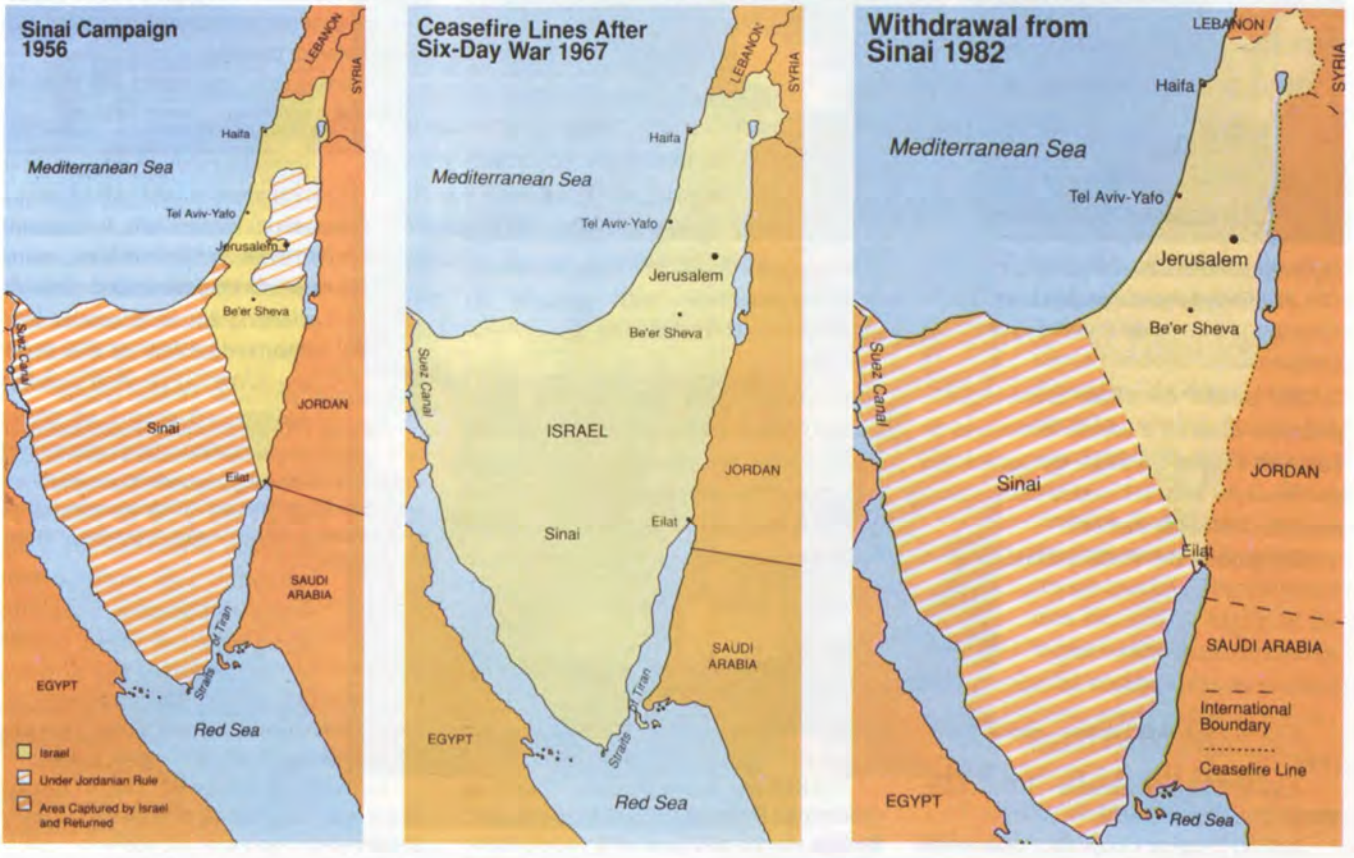
Em 8 de Outubro, os judeus iniciaram a reconquista do terreno, com os sírios no cimo dos Montes Golan, tendo a 10 de Outubro[26] restabelecido a Linha Púrpura e iniciado uma progressão em direcção a Damasco. A 22 de Outubro de 1973, a Síria aceitou o cessar-fogo.

Conclusões

Este conflito israelo-árabe é riquíssimo em ensinamentos, quer de ordem militar, quer de ordem política, quer ainda de ordem social nacional e internacional. Há, contudo, uma lição que pensamos ser uma das mais importantes: os assuntos de defesa em Israel são encarados na perspectiva da existência da própria nação. Para o povo israelita, a guerra é uma atitude quase naturalística, onde a sombra da derrota tem um custo político demasiado elevado.

Do ponto de vista militar, a reedição do princípio da massa aplicado sobre um ponto único[27] e associado ao princípio da ofensiva, tal como fez Napoleão, a manutenção permanente da liberdade de acção[28], a surpresa combinada com manobras de decepção[29], a combinação dos elementos essenciais de combate[30], devidamente coordenados, o comando e controlo centralizado num alto comando israelita, sendo a execução descentralizada e na base no conhecimento pessoal. A rápida capacidade de mobilização[31], com o sequente deslocamento por linhas interiores e a grande capacidade tecnológica para recuperar o material INOP, por acção dos combates[32], certamente também contribuíram para o sucesso judaico. As operações aeromóveis/aerotransportadas[33] proliferaram e conferiram surpresa e oportunidade para dar profundidade ao combate. A economia de forças no combate a duas frentes, evidenciou-se pelo facto de os judeus só terem lançado o contra-ataque do Sinai, depois de estabilizarem a frente dos Golan, mostrando ainda que a ofensiva é a forma decisiva da guerra. A travessia de cursos de água, deve também ser encarada como uma operação militar em si própria. Por outro lado, a interferência directa da política na manobra dos meios militares, traduziu-se num verdadeiro desastre[34]. Finalmente, o carro de combate, devidamente apoiado, provou ser a melhor arma contra o carro de combate. Os Árabes revelaram pela primeira vez serem capazes de combater uma guerra moderna, tal como os Israelitas já o haviam feito na Guerra dos Seis Dias.

Do ponto de vista político-diplomático, os EUA saíram daqui com uma posição reforçada na região vindo a desempenhar um papel importante na mediação subsequente, reforçando os seus laços com Israel e, mais tarde, iniciando laços diplomáticos com o Egipto. A percepção internacional que Israel não tinha fronteiras seguras, conduziu ao reconhecimento internacional dessa necessidade, o que se veio a conseguir mais tarde em Camp David. A indefinição dos objectivos militares, provocou inicialmente alguma confusão na visualização das intenções dos egípcios e na parte final do conflito enfraqueceu a



[19] Ver descrição nos Golan.

[20] O resultado desta acção foi a abertura de uma brecha no dispositivo egípcio.

[21] Para mais detalhes, consultar Boletim do IAEM, n.º 36, 1995, pg. 147.

[22] Esta Brigada estava sediada no Sinai e era uma das unidades mais bem treinadas das forças israelitas.

[23] 1 Batalhão de Comandos.

[24] Cuja missão era isolar os Golan.

[25] Ver referências ao lendário Vale das lágrimas, onde se descreve a acção de detenção em detalhe.

[26] Ver descrição do Sinai.

[27] Operação Gazelle.

[28] Destruição das defesas A/A.

[29] Acção egípcia ao longo do canal no dia do Ramadão.

[30] *Blitzkrieg.*

[31] 24H depois do 1º ataque árabe, a maioria das unidades isrealitas estavam a 90% em pessoal.

[32] 30% do material INOP estava recuperado antes do fim dos combates.

[33] Foram efectuados operações helitransportadas nas retaguardas dos beligerantes.

[34] Sadat proibiu a retirada das tropas egípcias da margem leste do Canal, fazendo com que as suas forças se desgastassem demasiado para deter os contra-ataques israelitas, em vez de aproveitar as condições de terreno favoráveis do lado oeste do Canal.

própria estratégia egípcia. Do lado israelita a responsabilidade política fez cair a sua primeiro-ministro. A vulnerabilidade militar de Israel é um dos factores desta análise política, facto relevante para as negociações que decorrem hoje sob os auspícios do Presidente Clinton.

sistema de informações israelita[35] revelou-se absolutamente vital. A informação estratégica e a vigilância política desempenharam um papel crucial. Este conflito volta a reafirmar Clausewitz, no que respeita ao valor político dos objectivos, essencialmente no que respeita

tenha sido o facto de que este conflito tenha tido reflexos planetários, na forma de perturbação económica, uma vez que todos os mercados mundiais de petróleo foram significativamente afectados[38]. Esta guerra foi travada com o envolvimento directo dos grandes blocos militares e foi por eles resolvida no campo diplomático. O petróleo foi, sem dúvida, a grande arma de pressão diplomática. A maior de todas as conclusões é, sem dúvida, a de que a guerra nada resolve! JE

Arquivo *JE*

A percepção internacional que Israel não tinha fronteiras seguras conduziu ao reconhecimento internacional dessa necessidade, o que se veio a conseguir mais tarde em Camp David (da esquerda para a direita Sadat, Carter e Begin)

Do ponto de vista tecnológico, podemos associar o uso da tecnologia de Leste ao Egipto e à Síria, e a tecnologia do Ocidente a Israel, sendo esta última reconhecidamente superior.

Do ponto de vista estratégico, o ao preço em vidas humanas. Por outro lado, o verdadeiro objectivo estratégico de Sadat parece ter sido o de envolver as superpotências após uma conquista inicial do terreno perdido na guerra dos seis dias[36] [37]. Mas talvez o aspecto mais interessante

* "Era como se uma batalha de corpo-a-corpo entre blindados tivesse tido lugar ... Aproximando-nos podíamos ver Egípcios e Judeus mortos lado a lado, soldados que tinham saltado dos seus tanques e morrido juntos. Nenhuma fotografia poderia captar o horror da arma, nenhuma abrangeria o que ali se houvera passado.

Do nosso lado, nessa noite 300 vidas se perderam e centenas ficaram feridos."

[35] Sobretudo pela importância das informações fornecidas por satélites de reconhecimento.

[36] Tal como prevê o ponto 5 do conceito de operação.

[37] Tal como veio a acontecer através da Resolução n.º 388 que não chegou a ser implementada, permitindo o avanço israelita.

[38] No dia 17 Outubro a Arábia Saudita aumentou 70% o preço do petróleo e reduziu a sua produção em 5%. A 19 Outubro, quando Nixon pediu ao Congresso 2,2 milhões de USD de emergência para ajudar Israel, a Arábia Saudita respondeu com um embargo aos USA.

Referências Bibliográficas

AAVV; Microsoft Encarta - enciclopédia, 1999;

AAVV; *Microsoft Encarta – World Atlas,* 1999;

AAVV, "Análise Geopolítica e Geoestratégica de Israel", IAEM, CEM 95-97, Lisboa;

AAVV, "A Importância e a Dimensão Estratégica do Mediterrâneo Ocidental", IAEM, CEM 96-98, Lisboa;

AFONSO, Carlos Aberto Baía, "A batalha da Quinta Chinesa", Boletim do IAEM, n. 36, IAEM, 1995, Lisboa.

AGUILAR, M., "Guerra del Yom Kippur", *ESSE* de Espanha;

AWWAD, Emad, "L'administratiom Bush et le conflit Israelo-arabe", *Defense Nationale*, Janeiro 1990;

AWWAD, Emad, "L'administratiom Bush et le conflit Israelo-arabe", *Defense Nationale,* Outubro 1989;

BROWER, K, "A Guerra do Yom Kippur", *Military Review*, Edição Brasileira, Março 1974;

CORREIA, Pedro Pezarat, "Papel do Ocidente na Busca da Paz no Médio Oriente", Revista *Nação e Defesa* nº72, *IDN*, 1994, Lisboa;

CREVELD, Van Martin "Military Lessons of the Yom Kippur War: Historical Perspectives", *The Washington Papares, International Relations/Current Affairs, Policy Papers,* 1974

DELCORDE, Raul, "La Sécurité et la stratégie dans le Golfe Arabo-Perse", *passim*

DIAS, Mendes, "A Guerra do Yom Kippur", IAEM, CEM 98-00, Lisboa;

ESG, Etiudes operationneles, "La Guerre du Kippour", *91eme Promotion*, 1979.

FIGUEIREDO, Luís F., "O problema do médio oriente: suas origens e evolução análise das atitudes dos EUA, da Europa e da URSS perante o problema", *CAC*, IAEM, 1969-70.

FERREIRA, Luiz Gonzaga; "Alguns Aspectos da Crise do Médio Oriente"; Revista *Nação e Defesa* Nº47, IDN, 1989, Lisboa;

GAWRYCH, George W, "The 1973 Arab-israeli war: the albatross of decisive victory", *Leavenworth Papers*, n.º 21, 1996

IIC, "Facts about Israel", 1998;

KISSINGER, Henry, "Diplomacia", Gradiva;

ROGER, Crump, "Análise da Guerra de Outubro", *Military Review*, Edição Brasileira, Agosto 1974;

SIMON, Goodenough, "Yom Kippur - 1973", *O Mecanizado*, n.º 16, 1983, BMI.

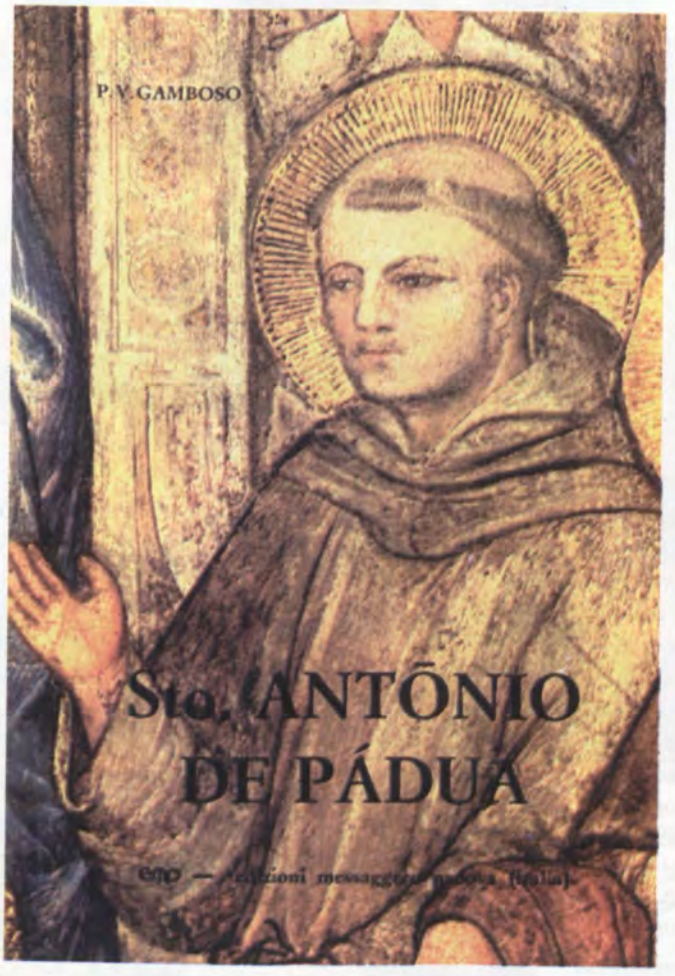
SOUTO, Flávio Acausan, "Yom Kippur: a guerra regional na era atómica", *A Defesa Nacional,* n.º 716, 1984;

VAISSE, Maurice "As relações internacionais desde 1945", Edições 70

WILLMOTT, H, "A Guerra de Yom Kippur", Guerra depois de 1945, Verbo, 3ª edição.

António, O Santo

Fernando de Bulhon



Miguel A. Fradique *

Por tradição popular, no imaginário colectivo português a referência a Santo António de Lisboa está intimamente relacionada a duas facetas distintas, ambas estranhamente distantes da realidade da sua vida terrena: a de milagreiro do amor e a de militar. Embora referenciada, a devoção como santo da Igreja é comparativamente muito reduzida.

Junho é o seu mês, de morte, no ano de 1231. Em Portugal e em seu nome, desde há muito tempo que entidades oficiais e particulares patrocinam neste período casamentos colectivos a casais carenciados, um pouco por todo o país.

Tido como o santo da conciliação e do amor, a brejeirice popular imagina-o junto a fontes de água fresca ajudando belas moçoilas a encher cântaros e a encantar os seus amados. E como tal o veneram, especialmente no mês de Junho, com arraiais, beijos e fogueiras, alcachofras e alegria. As razões para tal terão de ser procuradas num passado longínquo...

Já a sua conotação como militar é mais estranha e imprevisível.

É dificil ver a ligação ao historial militar, de um homem santo que nunca teve contacto directo com a violência, discípulo e dilecto seguidor de Francisco de Assis, o que predicava aos animais e os amava acima de tudo. Donde virá o seu "assentamento de praça" em unidades tão combativas e violentas? "Lutando" desde as guerras de independência pós-castelhana aos embates napoleónicos de Torres Vedras, aos empreendimentos expansionistas e colonialistas no Brasil e noutros territórios de além-mar? Ainda hoje alguns países lhe mantêm patentes militares, sendo general no Brasil, tenente-coronel em Portugal, ou cabo em Macau...

Só a Fé pode explicar esta ligação tão contranatura.

A Fé dos desesperados no campo de batalha, quando tudo falta, se desmorona, e parece irremediavelmente perdido. Quando a proximidade a Deus, como Ser Supremo, é quase tangível. E quando um esforço sobrehumano, um gesto, podem transformar o tímido em herói. Quando este, alçando como bandeira do desespero a imagem do santo, exorta e arrasta atrás de si os companheiros, um momento antes derrotados e desalentados. Então, esse exército de fantasmas subitamente ressuscitados, desorbitados mas decididos, ergue-se do torpor e atemoriza, espaventa e faz recuar agressores mais bem preparados e numerosos! Qual a explicação?

A Mão de Deus!?

A presença da imagem do Santo!?

O milagre!?

Tudo isso, provavelmente. Mas acima de tudo a Fé e a demonstração de que ela tem sempre origem no querer, na determinação e na vontade indomável dos próprios homens.

Mas quem era António, Santo e Doutor da Igreja?

Nascido em berço de oiro na Lisboa de 1195, como Fernando de Bulhão, é para os portugueses Santo António de Lisboa. Morto em Padova, Itália, 36 anos mais tarde, é para o mundo Santo António de Pádua.

Destinado pela família a ser magistrado ou dignitário da Igreja, começa cedo os estudos nesse sentido. Mas um precoce chamamento, que sente divino, leva-o a deixar o palácio paterno aos 15 anos, e a iniciar a contemplação religiosa junto aos cónegos regrantes de Santo Agostinho, no mosteiro de S. Vicente de Fora.

Aqui, adquire sólidas bases de formação intelectual e teológica, que no futuro o levarão a ser considerado um dos mais cultos eclesiásticos do seu tempo. A etapa seguinte é Coimbra, onde intensifica os estudos no Mosteiro de Santa Cruz, da mesma Ordem. Em 1220, com 25 anos, é ordenado sacerdote, vindo depois a tornar-se franciscano no Eremitério de Santo Antão dos Olivais.

E é neste período que a mente de Fernando se ilumina. Afectado pela morte dramática, em Marrocos, de cinco missionários franciscanos que conhecera e admirara meses antes em Coimbra, toma a decisão da sua vida: voltar-se para a Evangelização, lá, onde o perigo era maior. E contra tudo e todos, principalmente o querer da Família, Fernando de Bulhão corta as ligações ao passado e atende o chamamento de Deus para África. Quando obtém as autorizações necessárias, muda o nome para António, e embarca para Marrocos, onde espera divulgar a palavra de Deus e eventualmente derramar também o seu sangue em nome de Cristo.

Mas as coisas não seriam assim tão simples. Atacado pela malária, pouco depois da chegada, e impossibilitado de exercer activamente o apostolado, o agora António não tem oportunidade de converter os infiéis do Islão, pelo que, após grande sofrimento físico e moral, resolve regressar à pátria. E mais uma vez os ventos contrários, do destino e da natureza, obrigam-no a mudar de rumo. Arrastado por forte tempestade no Mediterrâneo, o navio que o transporta afunda, e António, náufrago, arriba às costas da Sicília. Em crise mística, o seu caminho leva-o naturalmente para norte, para Assis, onde encontra finalmente o seu mentor espiritual, Francisco, o pobre. E é no recolhimento do mosteiro de Montepaolo, no grupo restrito de companheiros professando os mesmos ideais e as mesmas penitências, que finalmente António encontra a paz interior e se encontra a si próprio.

Basílica do Santo em Pádua

Até que um dia, numa cerimónia de ordenação na cidade de Forli, pedem-lhe para intervir e pregar. Quando fala, emerge espontaneamente o pregador nato, e aos seus olhos e dos companheiros surge a revelação de todo o seu talento. E inicia a subida do difícil declive que o leva à santidade, num misto de bondade, determinação e sacrifício, revelando um temperamento extraordinário para transmitir a mensagem de Deus.

Esse dom, aliado à cultura teológica e à condição de discípulo predilecto de Francisco de Assis, depressa o tornam conhecido no mundo culto de então. Que, não o esqueçamos, girava em torno das margens de um grande lago chamado Mediterrâneo. A sua voz, presença espiritual e discurso, atraem multidões de cristãos, cansados dos abusos da igreja e da decadência dos chefes heréticos. A todos António confortava e valia, por vezes em situações paradoxais de "milagre" que aumentavam a sua fama de santo e de filho preferido de Deus. E desta época, a lenda refere-nos o saboroso e poético episódio do sermão aos peixes, em Rimini, no Sul de Itália.

Ao chegar a esta cidade numa missão de evangelização, António verifica que todos os templos e praças estão vazios. O povo recebera ordens severas dos

Quadro «O Sermão dos Peixes» (discípulo de G.Tessari – Escola do Santo)

chefes temporais para que ninguém se reunisse em assembleia para ouvir as palavras de Frei António, e para que nenhum apoio fosse dado ao pregador. Sem auditório, mas disposto a pregar e orar, dirige-se à margem adriática e clama por uma nova assistência. A dos peixes, para que ouvissem as palavras de Deus, já que os homens a isso se recusavam. *Venham vocês, peixes, ouvir a palavra de Deus, já que os homens petulantes não se dignam ouvi-la.* E eles compareceram às centenas, cabeças prateadas à tona de água, em postura calma, para escutar as palavras apaixonadas do franciscano. Claro que a curiosidade natural da multidão fez o resto, a que se seguiu o espanto, o entusiasmo, a emoção, o arrependimento. E desde aí, nunca mais as Igrejas de Rimini estiveram vazias...

Além da pregação, as suas responsabilidades foram-se incrementando, associadas à permanente disponibilidade e à descoberta de novas capacidades. Superior dos frades franciscanos para o Norte de Italia e fundador dos estudos de teologia da Ordem, ensinou em Bolonha, Montpellier, Tolosa e Pádua. E, nos momentos livres, em isolamento e meditação, compilou as obras que estiveram na base do título de Doutor da Igreja, que lhe foi concedido pelo Papa Pio XII em 1946.

Até à sua morte em 1231, dez anos após a saida de Portugal, a curta vida de António foi toda ela marcada pela bondade, pela renúncia, pela coragem, pela conciliação, pelo estudo teológico, pela pregação.

E a difusão dos milagres que acompanhavam a sua acção apostólica precedia-o, e invariavelmente desarmava os não-crentes. Milhares de pessoas vinham de longe para ouvi-lo falar, se possível tocar-lhe. E Ele sempre correspondia, num esforço sobre-humano que cada dia mais afectava a sua saúde, debilitada desde África. As lendas falam de curas, de justiça, de afugentação do demónio, de ressuscitação. E onde chegava, levava consigo a bondade, a justiça e a sabedoria, além da consciência das misérias próprias e alheias. E foi carregando em conciliação os pecados do mundo, que António se finou numa sexta feira 13 de Junho de 1231, em Arcella, nos arredores de Pádua.

O Menino Jesus aparece a Santo António

De imediato, os milagres em resposta a pedidos de cidadãos anónimos e desesperados começaram em ritmo alucinante, arrastando à cidade grupos de peregrinos vindos de todo o mundo conhecido. O impacto e pressão popular foram de tal ordem, que num processo diocesano concluído em menos de um ano, em 30 de Maio de 1232 o Papa Gregório IX eleva à dignificação e honra para os altares a Fernando de Bulhon, agora Santo António de Pádua (ou de Lisboa?). E também nesse mesmo ano iniciam-se os projectos de construção nessa cidade de uma majestosa Basílica dedicada ao Santo, o monumento mais importante e imponente da região, ainda hoje um dos mais frequentados e célebres santuários do mundo cristão.

Em 1263, o seu túmulo foi transportado para a Basílica, finalmente pronta. E ao ser aberto o sarcófago, encontraram-se incorruptos o aparelho vocal e a lingua. Afinal, os órgãos que usava para divulgar a palavra de Deus. Expostas em relicários sumptuosos, podem ser observadas em lugar de honra na Basílica do Santo, onde são objecto da adoração e devoção para milhares de peregrinos, fiéis de todo o mundo que ali procuram a consolação, a cura, ou a fé perdida.

António de Lisboa é, pois, para o mundo mais, muito mais, do que simples brejeirice ou representação castrense. E tenho a subtil impressão de que esta sua faceta de santo do mundo não é exactamente a que vinga no imaginário português. As razões para tal não as entendo. Afinal é português um dos maiores santos da Cristandade!...

Porque não realizar em Padova (Pádua), na Basílica do Santo, o cerimonial de casamento de uma dúzia de carenciados casais portugueses? Sempre poderiam pedir, além do amor eterno que afinal vale pelo que vale, a intervenção do santo no entendimento do mundo e na necessidade da espiritualidade que nos foge. E seria certamente a maneira mais eficaz de contribuir, com a difusão televisiva aliada à pompa e circunstância da cerimónia, para um despertar colectivo sobre o ***nosso Santo***.

* **Fotos do autor**

Bibliografia

1. Santo Antonio de Pádua-Messagero di Santo Antonio

2. A Basilica de Sto Antonio-Messagero di Sto Antonio

3. Enc Verbo

Revista Portuguesa de Saúde Militar

No formato de 20x26 cm, e com 66 páginas de texto e ilustrações, acaba de ser publicado o nº 1, correspondente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2000, da ***Revista Portuguesa de Saúde Militar***, órgão dos Serviços de Saúde do Exército, Marinha e Força Aérea.

Sucede a presente publicação à Revista Portuguesa de Medicina Militar e, por isso mesmo, é nova, não só no aspecto gráfico como também, e sobretudo, no conteúdo. De facto, segundo o *Editorial* de apresentação, da autoria do Major-General Médico Joaquim Silveira Sérgio, Director da revista, «a Saúde Militar, e como é do conhecimento, abrange todo um conjunto de profissionais com outros saberes para além dos referentes a Médicos e Enfermeiros. É sobretudo a esses (Veterinários, Farmacêuticos, Psicólogos, Sociólogos e igualmente aos Profissionais das Tecnologias da Saúde) que interessa de modo especial esta publicação. É nesta globalização de saberes que a nova revista tem que ser edificada. É neste cruzar contínuo das diversas vertentes, sem que qualquer delas se agigante às demais, que se deve construir esta revista».

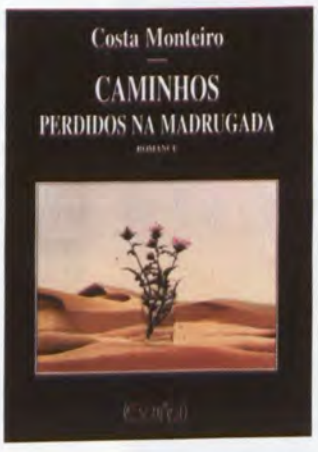
É com esse propósito que é lançado este 1º número da *Revista Portuguesa de Saúde Militar*, inteiramente dedicado ao VI Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar e I Encontro da CPLP, ocorrido em Lisboa em Maio de 1999.

O *Jornal do Exército* saúda a nova publicação e deseja-lhe longa vida em prol dos seus leitores.

Costa Monteiro

Caminhos Perdidos na Madrugada

Lisboa, Editorial Escritor, 1999, 15x21 cm, 185 págs.



O livro *Caminhos Perdidos na Madrugada* é um romance cuja acção se desenrola numa plantação de chá em Moçambique no termo da guerra colonial. Embora se trate de ficção, o enquadramento no tempo e o ambiente estão intimamente relacionados com essa guerra, pelo que avivará certamente memórias àqueles que combateram nas antigas colónias.

Aos leitores este livro descreve com rigor e pormenor a vivência africana naquele período difícil, sendo a sua leitura extremamente agradável.

O Coronel de Cavalaria, aposentado, Fernando da Costa Monteiro Vouga (Costa Monteiro), o autor desta obra, nasceu em Lamego e encontra-se radicado na Madeira. Já tem publicados dois livros de contos intitulados *Travessia*, 1996 e *Santo da Porta*, 1998, editados igualmente pela Editorial Escritor.

Regulamento do "Prémio *Jornal do Exército*"

O *Jornal do Exército* (*JE*) promove anualmente o concurso para o prémio em epígrafe, que se rege pelas seguintes disposições:

1. Finalidade

O concurso visa estimular a reflexão e a criatividade de militares e civis para tratarem assuntos com particular interesse para o Exército, nos múltiplos aspectos de que a Instituição Militar se reveste e que, de alguma forma, enriqueçam o seu património ou contribuam para a sua própria valorização profissional e pessoal.

2. Trabalhos

Ao concurso serão admitidos os trabalhos inéditos que:

2.1 Abordem temas de natureza científica, cultural, histórica ou artística de qualquer forma ligados ao Exército ou às Forças Armadas;

2.2 Possuam nível literário que, no entender da Direcção do *JE*, permita a sua publicação;

2.3 Não excedam 10 páginas de formato A4 dactilografadas a 2 espaços;

2.4 Sejam indicados, pelos seus autores, para concorrerem ao prémio *JE*, ou para tal seleccionados pela Direcção do *Jornal do Exército*.

3. Publicação

Os trabalhos, que satisfaçam às condições dos números anteriores, serão publicados quando tal seja possível, considerando as conveniências decorrentes do estatuto editorial do *JE*.

4. Prémio

O "Prémio *Jornal do Exército*" é pecuniário e compreende três graus: 1º, 2º e 3º classificados, sendo os respectivos valores estipulados, anualmente, por despacho do General Vice-CEME, sob proposta do *JE*.

A sua entrega aos contemplados deverá ser efectuada, em princípio, no dia 11 de Janeiro, dia festivo do *Jornal do Exército*.

5. JÚRI

Para apreciação e classificação dos trabalhos admitidos a concurso, será nomeado, por despacho do General Vice-CEME, um júri que:

5.1 Será composto por:

1 oficial a designar pelo Estado-Maior do Exército;

1 oficial a designar pelo Instituto de Altos Estudos Militares;

1 oficial a designar pelo Serviço Histórico-Militar;

5.2 Será secretariado por um oficial do *JE*;

5.3 Poderá decidir não atribuir qualquer grau do prémio, se entender que a qualidade dos trabalhos assim o exige.

Nota de redacção:

Para o corrente ano de 2000, o prémio a que se refere o nº 4 foi fixado em:

1º Classificado	150.000$00
2º Classificado	100.000$00
3º Classificado	75.000$00

(Ainda sobre o Monumento aos Combatentes no Ultramar - 1961/74)

Memorial

Foto do Autor

Quem for Homem de carne tenha um Sonho;
Tenha um sonho da brancura do leite que bebeu.
Vista-se de quimera e tenha um Sonho com raízes na Terra onde nasceu!
Miguel Torga

Coronel Roberto Ferreira Durão

Jamais deveremos esquecer ou descurar estes pontos:

Este Monumento no qual, finalmente, foram colocados os nomes de todos os que morreram na Guerra do Ultramar, existe para unir os vivos que souberam ter a Dignidade de os querer lembrar e honrar sempre.

Ele consubstancia, portanto, o Amor Pátrio através do testemunho dos vivos, na Homenagem que estes rendem aos mortos (familiares ou não) que cumpriram o seu dever sagrado de portugueses, dando o melhor de si próprios: A Vida.

Ele constitui assim o elo de ligação entre os que partiram (com Honra e Glória), os vivos que os têm sempre presentes e os vindouros, pela transmissão do respeito que eles merecem e que terá de continuar nos anos futuros: Num Portugal sempre porvir!

Ele está, pois, ali como um local que possamos visitar para, em recolhimento, nele meditarmos, quer isoladamente, quer em grupo, unindo-nos sem quaisquer barreiras ou distinções políticas, religiosas ou étnicas, em torno do símbolo da Pátria que ele personifica.

Para que estes pontos plenamente se cumpram é preciso:

Humildade e Dignidade;

Isenção e Pureza;

Sentido profundo e acrisolado das Raízes e dos Ramos que nos unem como Povo e como Nação.

Temos, pois, o dever e o direito de exigir aos que governam e representam este País, que disto nunca se esqueçam:

Naquelas placas estão gravados não só os nomes dos que morreram nessa guerra mas, simbolicamente, o nome de todo o nosso Povo e, portanto, da nossa Pátria: A Terra e Terras que fomos e somos, o Mar que desafiámos, onde lutámos e morremos, mas que respeitamos e amamos e que nos respeita, dignificando e sublimando o nosso esforço e sacrifícios para todo o sempre.

Que, justamente por esta razão, o Monumento terá de ser **sempre** protegido, guardado e respeitado com o maior carinho e amor. Por isso deverá haver, **sempre**, UMA SEGURANÇA ESPECIAL (por parte de militares ou elementos das Forças Públicas) que o mantenha preservado de todas e quaisquer injúrias, sejam elas, provenientes das intempéries do tempo, da natureza, dos animais ou dos homens (estes últimos talvez, infelizmente, os que mais atenção e preocupação nos devem merecer...).

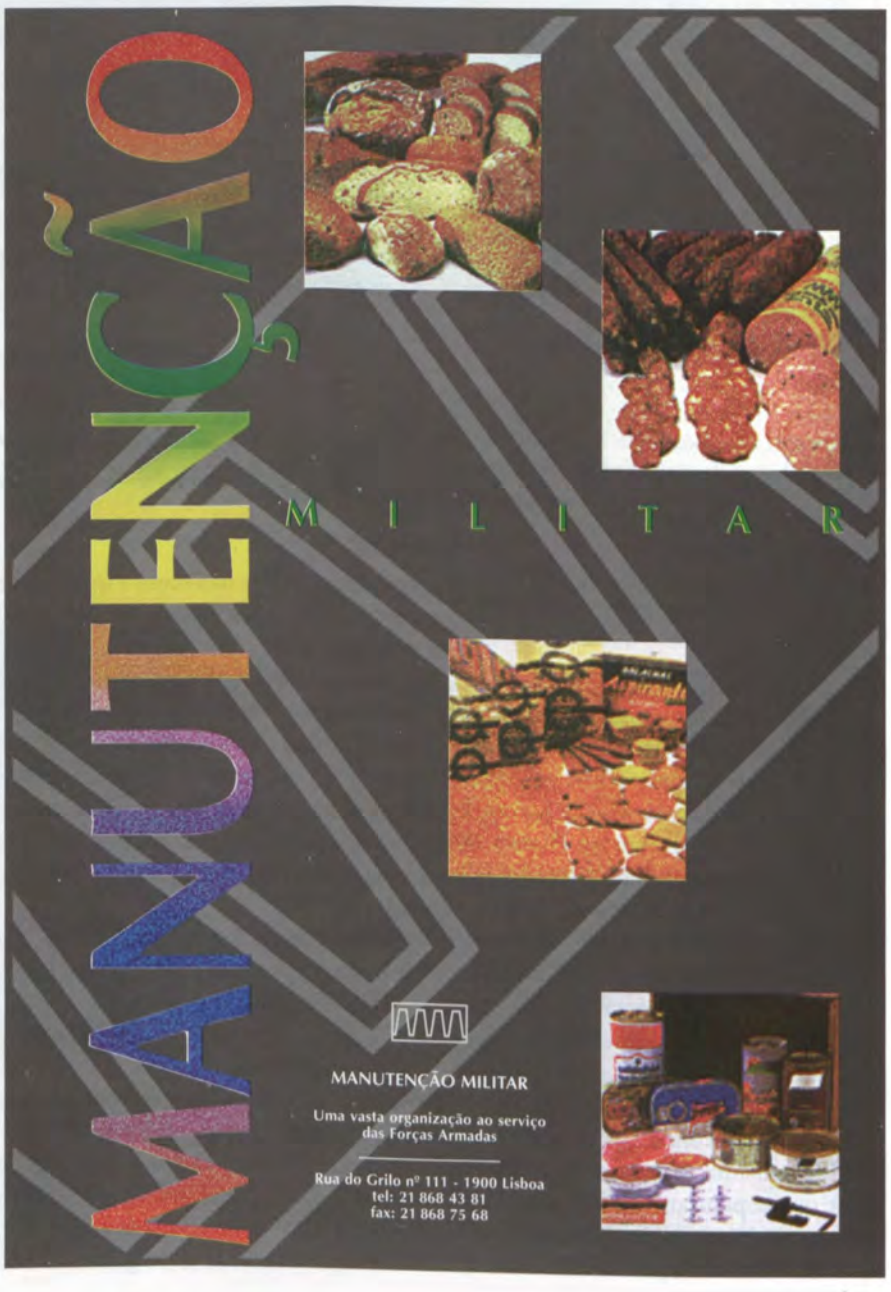
Luís Silva/MDN

A terminar este meu (nosso) simples e legítimo apelo, cito apenas este exemplo verídico:

O Memorial aos mortos do Vietname, em Washington, junto ao Monumento a Lincoln e, perto da Casa Branca, pela sua situação, numa zona nobre, como pela elevação, sobriedade e dignidade com que foi concebido, é algo de extremamente belo, simples e, por isso, grandioso. Tem uma segurança, montada com o maior rigor e permanência. Ninguém, ao entrar ali, pode fumar, comer ou beber. Nos Estados Unidos da América (apesar de muitos defeitos que possam ter) há uma grande preocupação no sentido de se preservar e engrandecer, por todos os meios, uma História bem mais pequena e gloriosa do que a nossa (como nós, infelizmente, por falta talvez de amor e respeito aos nossos valores, nem sempre o sabemos fazer).

O nosso Monumento, ainda que naquele cantinho, meio-escondido, frente ao Forte do Bom Sucesso, merece que todos esses cuidados de segurança e limpeza, com bem mais razão do que no Memorial aos Mortos do Vietname, se verifiquem sempre. A Nação o exige, o nosso Povo o merece. Mas vamos, então, ao tal exemplo, do que lá se passou:

Um dia, um homem ia entrar nesse Memorial com dois pequenos copos de plástico com café. Este facto foi-me narrado por alguém que a ele assistiu. À entrada, foi detido pela sentinela (um militar impecavelmente fardado) que lhe disse, com todo o respeito, qualquer coisa como isto: "É proibido, como ali está escrito, entrar neste local com o que quer que seja de beber ou comer. O senhor deverá, pois, beber lá fora os cafés, e só depois poderá entrar". Respondeu-lhe o homem, com um olhar triste e comovido: "Tem toda a razão! Não me lembrei disso. Mas sabe? Quando me despedi do meu melhor amigo que combateu, a meu lado no Vietname, prometemos que quando nos voltássemos a encontrar na nossa terra, iríamos beber juntos um copo de café, como era aliás nosso hábito, durante a dura guerra que lá travámos, para nos mantermos sempre bem atentos e despertos. Ele está lá dentro. Tem o seu nome gravado numa daquelas placas. Como vivo num Estado muito longe de Washington, só agora me foi possível vir cumprir a promessa que fizemos". Pela primeira vez e, provavelmente, a última, esse guarda, soldado do Exército norte-americano, perfilando-se comovidamente e saudando-o com o maior respeito, deixou entrar no Memorial esse homem com dois minúsculos copos de café, dizendo-lhe com a voz embargada: "Pois vá ... vá lá beber, então, a título excepcional, o café com o seu amigo e, se me permite, eu acompanho-o para beber consigo o outro café, em nome dele." JE



Comunicações Seguras em Rede*

Sendo o Batalhão de Informações e Segurança Militar a unidade do Exército Português com responsabilidades na investigação e desenvolvimento de aplicações criptográficas e com o objectivo de eliminar umas das principais vulnerabilidades na comunicação sobre redes, ***a transmissão segura de dados*** através de redes alargadas não-seguras, candidatou-se a um projecto de Investigação e Desenvolvimento denominado "Aplicação Criptográfica para Comunicações Seguras em Rede" (SECNET) a um convite da Divisão de Planeamento e Programação do EME.

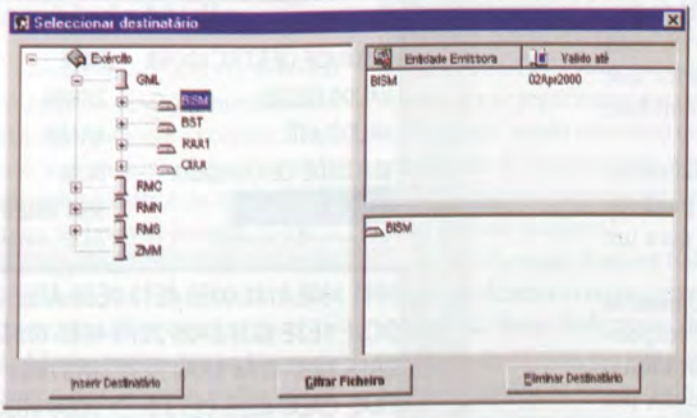
Estas redes (locais, regionais ou alargadas), cada vez mais utilizadas na transferência de dados entre computadores, da qual a Internet é a principal referência, começam a ser uma alternativa aos meios de comunicação tradicionais, tendendo no futuro para uma integração dos serviços de comunicações.

O *SECNET* é uma aplicação que satisfaz os objectivos de segurança, nomeadamente a **confidencialidade** da informação, só tendo acesso quem tiver necessidade de conhecer.

A autenticação e a assinatura digital da informação garantem que esta não foi alterada, de forma propositada ou não, durante a transmissão e garantem, ainda, a *posteriori*, a não repudiação desse conteúdo pelo originador.

O SECNET

A abrangência do projecto e a sua componente de I&D levaram à procura na comunidade científica de uma parceria que fornecesse o apoio técnico e acessoria necessários. A escolha recaiu no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), com o qual o Exército tem desenvolvido vários projectos, para além de que na área da criptografia computacional é uma instituição conceituada.



A aplicação suporta-se de algoritmia de cifra utilizando dois sistemas:

Um sistema de transformações de cifra simétrica para cifrar a informação a fluir entre os correspondentes com uma única chave (chave de sessão de comunicação);

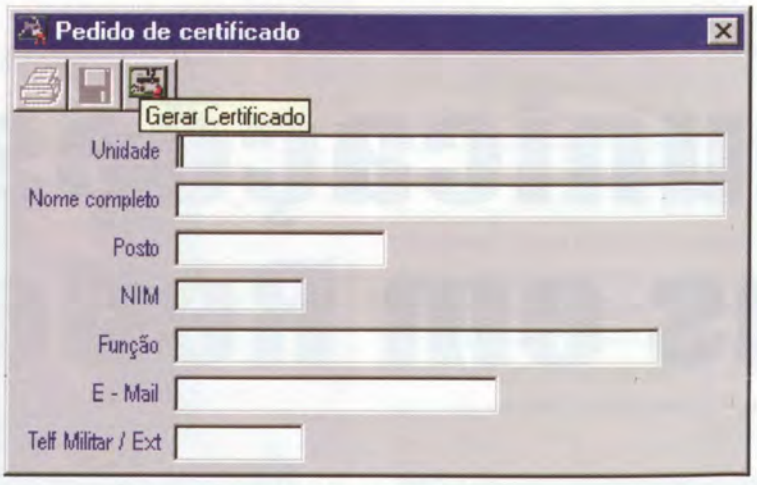
Um sistema de transformações de cifra assimétrica que cifra a chave a utilizar numa sessão de comunicação e outros dados necessários ao protocolo de cifra.

O *SECNET* permite gerar pedidos de certificados de entidades e autenticar os recebidos, guardando-os na sua base de dados local. A certificação será feita por uma entidade CA (*Certifying Authority*) que os publicará no servidor de certificados.

Permite também guardar de forma segura e localmente a parte privada do par de chaves assimétrico, garantindo que mesmo em sistemas não seguros, o acesso à parte privada do par de chaves é exclusivo do seu proprietário.

Um utilizador que pretenda transmitir informação para um outro sistema ligado deve seleccionar o certificado digital da entidade destinatária. Se não o possuir na sua base de dados local (na aplicação *SECNET*), acede ao

servidor de certificados e *carrega* o certificado pretendido para o seu sistema. Cifra, autentica e assina digitalmente a informação, transmitindo-a depois por um meio de comunicação qualquer.



Pedido de certificado

As acções descritas são suportadas por um servidor de certificados digitais que está ligado em rede e acessível aos utilizadores, aplicações e serviços que necessitem desses certificados. O *SECNET,* na sua componente servidor, implementa o suporte para este serviço, a partir do qual disponibiliza os certificados para quem deles tiver necessidade.

O certificado digital é um componente público que possui a identificação única da entidade, aplicação ou serviço e possui entre outros dados a chave pública necessária ao protocolo de cifra assimétrica. Este componente, nos serviços disponíveis pelos Bancos, pagamento de IRS e aquisição de bens via Internet, garante ao utilizador que efectivamente está a aceder à entidade que pretende e não a outra.

Qualquer entidade que necessite comunicar, de forma segura, a partir da aplicação cliente do *SECNET* gera um pedido de certificado digital.

Esse pedido de certificado, depois de sancionado por alguém com responsabilidade hierárquica ou funcional sobre a entidade que fez o pedido, por exemplo o Comandante da U/E/O, é enviado para a Autoridade de Certificação por duas vias. Por canal seguro, a declaração assinada pela entidade. Por rede, o pedido em suporte electrónico.

A Autoridade de Certificação confirma o processo e, se for autêntico, assina digitalmente o pedido de certificado com a sua chave assimétrica privada (não se encontra em rede por segurança de todo o sistema), passando o pedido a certificado digital da entidade requerente, e disponibiliza- o na base de dados de certificados digitais em rede (que apenas possui informação pública). Processo semelhante à emissão de um Bilhete de Identidade pelo Arquivo de Identificação, entidade reconhecida pela comunidade para associar a uma pessoa um cartão, ficando a partir desse momento a existir um documento válido para fazer prova de identidade e nacionalidade.

Qualquer entidade que necessite dele para enviar dados de forma segura, basta *carregá-lo* do servidor de certificados para a sua base de dados local, onde ficará até que o seu prazo de validade expire (tipicamente de 6 meses a 1 ano), altura em que deve solicitar a sua actualização.

Estes processos são automatizados, de forma a que o utilizador apenas interaja com a aplicação cliente, dando dados de confirmação às acções solicitadas quando necessário.

Apresentado de forma sucinta, reconhece-se que ler a utilização da aplicação é deveras mais difícil do que utilizá-la. Porém, é importante que o futuro utilizador tenha conhecimento de algumas das capacidades que esta possui e quais os métodos que tem ao seu dispor para maximizar a componente segurança.

* Texto e Imagem do BISM

Exemplo de um certificado digital

A INTERNET E OS JOGOS DE GUERRA COM MINIATURAS - 1

Páginas de carácter geral; páginas sobre Antiguidade e Idade Média

Jorge Freitas

Com a globalização da informação através da Internet, tornou-se muito mais simples para o adepto das actividades lúdicas de carácter histórico-militar encontrar material auxiliar para o seu passatempo. Além das páginas dedicadas exclusivamente aos jogos de guerra com miniaturas, muitas outras podem servir de referência, qualquer que seja o período histórico (ou mesmo não-histórico, como por exemplo a ficção científica) a que nos dediquemos. É com o objectivo de dar a conhecer algumas das páginas da Internet de maior interesse para o universo dos jogos com miniaturas que se dá início a uma nova série de artigos nesta secção, na qual não se pretende de modo algum esgotar o assunto, mas apenas apontar alguns dos locais mais válidos para procurar informação relativa ao passatempo. Excepto quando indicado, todas as páginas se apresentam em língua inglesa.

Páginas de Carácter Geral

a) "Associação de Jogos de Simulação de Portugal" (endereço: *www.ajsportugal. co.pt*). O nome diz tudo. Visita imprescindível para os jogadores nacionais.

b) "Wargamers Ring" (*www. marinersgames.com/webring/wargames. htm*). Directório sobre páginas dedicadas a jogos de guerra, mas não exclusivamente com miniaturas.

c) "Ed's Hobby Hovel" (*http://tetrad.stanford.edu/*). Directório semelhante ao anterior, embora não tão extenso, mas exclusivamente dedicado aos jogos com miniaturas.

d) "The Miniatures Page" (*www.theminiaturespage.com*). Inteiramente dedicada aos jogos com miniaturas, nas vertentes histórica, fantasia e ficção científica.

Antiguidade e Idade Média

a) "Society of Ancients" (*www.soa.org.uk*). Já referida algumas vezes nesta secção, é uma associação internacional sediada em Inglaterra. Publica em cada bimestre o boletim *Slingshot* (distribuído gratuitamente aos sócios), cujo conteúdo equilibra o histórico com o lúdico, sob a temática da Antiguidade até à Baixa Idade Média. A página na Internet permite aceder a alguns artigos seleccionados da *Slingshot*, bem como ao fórum "Guardroom", e a muitas outras informações relacionadas com a associação. Na secção dedicada às classificações dos diversos torneios de Antiguidade e Idade Média, realizados ao longo do ano, figuram as tabelas classificativas do Campeonato Português realizado pela Associação de Jogos de Simulação de Portugal. De realçar também as imagens de jogos realizados e de apresentação das gamas de figuras e miniaturas de diversos fabricantes, bem como os "links" para outras páginas relacionadas com temáticas histórico-militares e lúdicas.

b) "Página de Richard Bodley-Scott" (*www.byzant.demon.co.uk*). Um dos "pais" das regras *De Bellis Multitudinis* (o outro é o veterano Phil Barker) e das mais recentes *De Bellis Renationis*,

Cena de um jogo de guerra de Antiguidade. O próprio jogo é antigo, pois foi disputado nos idos de oitenta ainda com as regras da 6ª edição do WRG (hoje em dia ultrapassadas em popularidade pelas DBM). Foto de Eduardo Santos.

publicadas pelo "Wargames Research Group". Não admira, portanto, que a sua página seja essencial para quem queira estar a par da evolução das citadas regras e das últimas modificações oficiais às mesmas, bem como para quem queira participar com sugestões e adendas. Mas o "site" não se esgota neste âmbito. Outros pontos fortes da página de Bodley-Scott são as ligações a locais da Internet de elevado interesse histórico: a viagem pelos castelos do País de Gales, excelente sob vários aspectos (endereço directo: *www.castlewales.com*); a secção dedicada ao povo e à cultura da Trácia Antiga (*www.geocities.com/Athens/Aegean/9659/thrace.htm*); e o Atlas Histórico da Antiguidade (*www.geocities.com/Athens/Acropolis/6200/regions.html*).

c) "De Bellis Multitudinis" (*http://yourname.co.nz/wwebz/dbm.html*). Como o nome indica, trata-se de uma página exclusivamente dedicada às regras DBM.

d) "Página dos Exércitos Medievais DBA" (*www.umiacs.umd.edu/~kuijt/dba.html*). A *De Bellis Antiquitatis*, igualmente da autoria dos já referidos Phil Barker e Richard Bodley-Scott, antecedeu a DBM. Semelhante a estas regras na concepção, difere apenas por se jogar numa escala de representação de tropas mais condensada, sendo o número de elementos por exército de doze, no máximo. É uma excelente introdução ao mecanismo das regras DBM. A página merece a visita daqueles que pretendem iniciar-se no período medieval.

e) "Warhammer Ancient Battles". Apenas uma entre as várias páginas dedicadas às novas regras "inspiradas" pela Games Workshop. Esta firma dedicou-se durante muitos anos ao universo medieval-fantástico, e a sua incursão recente pelo caminho dos períodos históricos foi saudado por alguns e muito criticado por outros, que viram nisso uma "heresia". Vale a pena visitar este "site", quanto mais não seja para admirar os dotes artísticos do autor, que apresenta algumas das figuras da sua colecção. Endereço: *http://members.cts.com/funtv/j/jjartist/WarhammerAncientBattles.htm*.

f) "Big Joe Duke's Homepage", página repleta de fotografias que são verdadeiras fontes de inspiração para a pintura de figuras e modelos (*www.zebra.net/~jduke/*). JE

IV Concurso de Fotografia do *JE* - 2000

Fotografia do Coronel Conde Falcão
1º Prémio **ex aequo**

"Preparativos" do Sargento-Mor Serrano Rosa
1º Prémio **ex aequo**

O concurso de fotografia do *Jornal do Exército* veio para ficar. Iniciada em 1997, esta saudável competição tem revelado não só aspectos invulgares da actividade e património do Exército, como também a (inesperada para alguns) sensibilidade artística dos militares e civis que o servem. A qualidade dos trabalhos apresentados nesta IV edição conduziu o júri a tomar uma decisão inovadora: a atribuição de um primeiro prémio *ex aequo* e uma menção honrosa, não havendo 2º e 3º lugares. É caso para dizer, milénio novo, atitudes novas. O ano 2000 será um marco nesta competição.

Ressalve-se que, durante a apreciação dos trabalhos, o júri apenas identifica os concorrentes através de um pseudónimo inscrito no verso das fotografias. Assim, a verdadeira identidade dos participantes só é revelada após a decisão do júri.

"Poder de Fogo"
do Primeiro-Sargento Martins Nobre
Menção Honrosa

É com agrado, e sem desprestígio para os demais concorrentes, que registamos, nesta IV edição, a colaboração do Sargento-Mor Serrano Rosa, já bem conhecido entre os militares em geral e os pára-quedistas em particular, que conquistou o 1º lugar *ex aequo* com a fotografia "Preparativos". Também em primeiro lugar ficou a fotografia (sem título) do Coronel Conde Falcão. A ambos será atribuído o prémio de 50 000$00. Foi ainda concedida uma menção honrosa, constituída por uma assinatura do *JE*, por um ano, ao Primeiro-Sargento Martins Nobre, pela sua fotografia "Poder de Fogo".

Ao *JE* cabe felicitar todos os participantes pela qualidade dos trabalhos presentes a concurso. Congratula-se este *Jornal* com o facto de o objectivo principal do concurso, a obtenção de imagens para capa, ter sido não só cumprido como superado. JE

A experiência ensinou-nos que para garantir a sobrevivência é preciso algo mais do que isto.

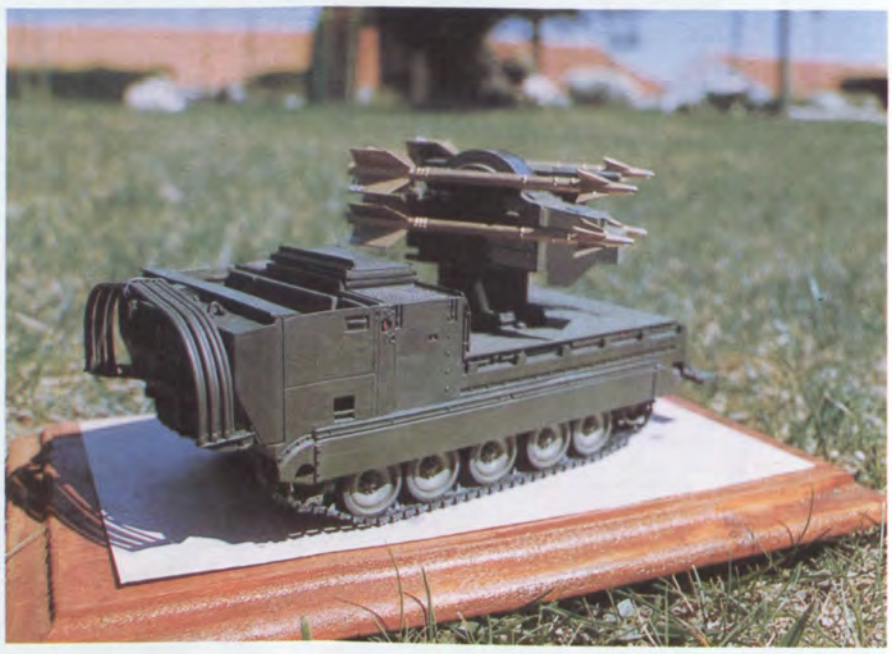
Há mais de 100 anos que a Indep se dedica à produção e comercialização de uma grande variedade de munições, armamento e outros produtos de defesa. A experiência acumulada ensinou-nos que alguns valores são essenciais para alcançar o prestígio de que beneficiamos actualmente. No exigente sector da indústria de defesa, a confiança nos nossos produtos deve-se não só à sua competitividade mas também à sua elevada fiabilidade. Graças a rigorosos padrões de controlo de qualidade e a um constante esforço de investigação, a Indep encontra-se entre os fabricantes mais conceituados do mundo. Hoje como há um século, é tudo uma questão de segurança.

INDEP
Indústrias de Defesa, S.A.

Moscavide - Tel: 21 944 6546 - Fax: 21 944 4853 - E-mail: indep@indep.pt

Viatura Blindada de Lançamento de Mísseis Antiaéreos *Chaparra*/M730A1 12,3 TON. M/1990

Luís Costa



Para a construção de um modelo reduzido desta viatura blindada, existem no mercado nacional dois *Kits*, um na escala 1/87, da marca austríaca *Rocco*, e outro na escala 1/35 da marca *AFV Club*. O primeiro, tendo em atenção a sua diminuta escala, é bastante perfeito. Entre as peças que tem para montagem, o suporte para metralhadora não deverá ser utilizado porque as viaturas do Exército Português não têm este suporte. Depois de montado e pintado, estamos perante uma excelente miniatura nesta pequena escala.

Na escala 1/35, a *AFV Club* apresenta-nos, talvez, um dos melhores modelos até hoje concebidos pelas diversas empresas de *kits* em plástico injectado. Bastante detalhado, reproduz fielmente a Viatura Blindada M730A1. Os pormenores da torre de lançamento dos mísseis são excelentes, com um nível de realismo muito grande. O vidro da torre terá de ser colado com muito cuidado, recorrendo-se a uma cola específica para vidros, por exemplo da marca *Revell*, a "Contacta Liquid Special" que não danifica a transparência do vidro.

As viaturas utilizadas no Exército Português estão pintadas num tom de verde-escuro, o qual pode ser representado por um dos tons de verdes das tintas da *Tamiya*, *Humbroll* ou ou de outra marca existente no mercado nacional. Como referimos no artigo anterior, as matrículas e os símbolos das viaturas estão pintados a cor preta, e os mísseis de instrução a cor dourada.

Na fotografia que publicamos, pode-se ver uma miniatura desta viatura na escala 1/35, que foi construída pelo nosso modelista Luís Ferreira, utilizando o *kit* da *AFV Club*. Esta miniatura representa a viatura que equipou durante diversos anos o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais e que mais tarde foi transferida para o Regimento de Artilharia Antiaérea nº 1, em Queluz.

Coronel Bastos Moreira

MONUMENTOS DE EVOCAÇÃO MILITAR

FORTALEZA DE S.JOÃO DA FOZ (PORTO)

Coronel BASTOS MOREIRA

Esta fortaleza fica situada junto à barra do Douro em local que podemos considerar de visita obrigatória a quem viaje até à capital do Norte.

Dos arquivos consta ter vindo ao Porto, no ano de 1570, o artífice João Gomes da Silva, que estava incumbido de fortificar as costas do reino a fim de tratar da construção de uma fortaleza naquela cidade.

Consta também que, em 1571, uma ordem régia enviada ao capitão da fortaleza Francisco Sá determinou a aquisição de arcabuzes, pólvora, chumbo, munições e mais artigos para a defesa. Estes factos passam-se durante a regência de D. Catarina, viúva de D. João III.

Como nenhum dos filhos deste soberano lhe sobreviveu, a coroa passou para seu neto D. Sebastião, que contava apenas 3 anos.

A regência foi primeiramente exercida por D. Catarina e depois pelo Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, que mais tarde foi aclamado rei de Portugal.

No local onde o forte se encontra implantado existia um hospício e uma capela pertencentes ao convento beneditino de Sto. Tirso que era donatário do couto de S. João Baptista da Foz do Douro.

Esta circunstância originou conflitos entre os proprietários e a Câmara Municipal, do que resultou a paragem das obras iniciadas.

Receoso de que os patriotas portugueses, na sua vontade de independência, recebessem auxílio através da costa, Filipe III determinou que as obras continuassem; todavia elas só ficaram totalmente concluídas em 1648 já com D. João IV a reinar.

De documentação existente no Arquivo do Gabinete de História da cidade, consta:

1601 – Arrematação dos consertos na Fortaleza de S. João da Foz, por António Costa.

1604 – Carta mercê de capitania da Fortaleza de S. João da Foz, a favor de D. Francisco de Sá e Menezes, conde de Penaguião.

1638 – Notícia de novas reparações efectuadas.

1643 – Alvará fazendo mercê do posto de Capitão do Castelo de S. João da Foz ao sargento-mor Luís Pinto de Matos.

1646 – Carta régia mandando acrescentar mais soldados à guarnição do castelo, ficando ao todo 40.

1648 – Carta régia mandando avaliar e pagar umas casetas e hortas anexas ao castelo pertencentes aos Frades Bentos e que se torna necessário demolir para se concluir os elementos de fortificação. A Câmara foi incumbida de fiscalizar as obras.

Após a Guerra da Restauração, alguns privilégios concedidos aos titulares de Penaguião e seus sucessores, Marquezes de Fontes e de Abrantes, consistiram na obrigação dos navios que demandavam a barra pagarem elevado imposto ao governador.

A entrada na barra só se poderia fazer após autorização dada por bandeiras içadas no forte; também na bateria sul eram feitos sinais destinados ao serviço de pilotagem.

Os impostos a pagar eram função da bandeira e da tonelagem dos navios e o seu montante rondava os dois mil reis.

A guarnição da fortaleza compunha-se, em 1681, de 50 soldados de Infantaria e de 14 artilheiros, passando em 1696 a ser constituída pelo Terço de Infantaria a expensas da Câmara Municipal.

O Terço veio a ser transformado em Regimento por D. João V em 1708, com um efectivo de 600 homens, o qual em 1735 foi ampliado para 1200 infantes.

Por desdobramento em 1763 do Regimento inicial ficaram a existir dois Regimentos: o no. 18 e o no. 6.

O 18 teve acções importantes em campanha contra as forças francesas de Junot, Soult e Massena (Buçaco, Fuentes de Onõro, Tolosa e Redinha); nas lutas liberais (combate de Ponte de Ferreira e Cerco do Porto); na guerra de 1914-18 na Flandres, onde morreram os dois filhos do próprio comandante (Coronel Pinheiro) ambos com o posto de Tenente.

Foi dissolvido em 1934.

A planta da fortaleza é de forma irregular sendo rodeada por um fosso profundo.

Uma ponte levadiça dava acesso à porta arqueada encimada pelo escudo real.

O conjunto fortificado dispõe de quatro basteões colocados nos ângulos, e no interior encontrava-se a residência do governador, a capela dos beneditinos e as restantes instalações.

No período das lutas liberais estiveram lá encarcerados o notável político José Passos, irmão de Passos Manuel, e o Duque da Terceira figura ilustre de militar assim referido pelo historiador Damião Peres: "O Duque era talvez a figura mais respeitada e considerada da causa liberal; possuía o prestígio das vitórias militares, a dedicação leal e ilimitada ao trono da filha de D. Pedro IV, carácter bondoso e extremada delicadeza. Os seus serviços e dotes morais pareciam, de antemão, assegurar-lhe o êxito da missão; no entanto, ao chegar ao Porto esperava-o a reclusão no Castelo da Foz".

Também lá estiveram reclusos os viscondes de Campanhã e Valongo, o conde de Santa-Maria e o visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás da Silva Teles.

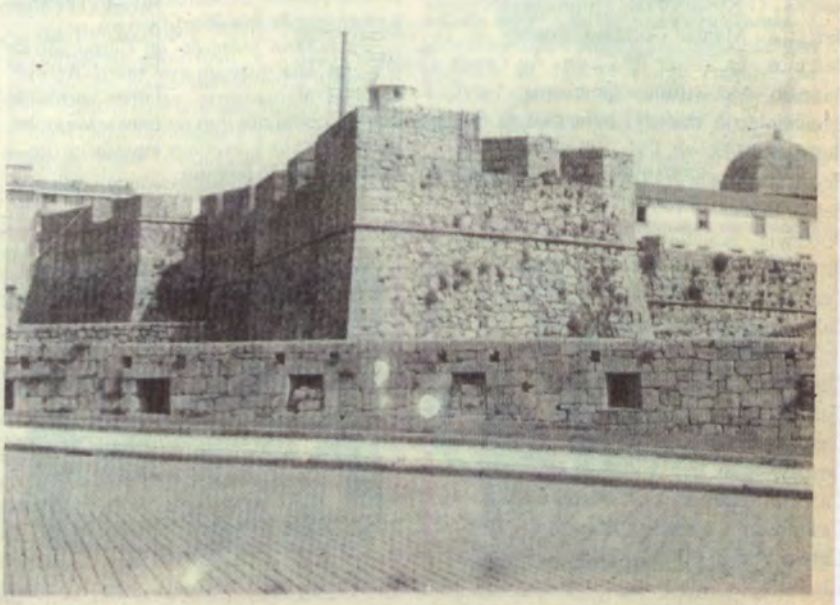
No tempo de Pombal o Forte também serviu de prisão ao Secretário de Estado, José Seabra da Silva.

O sargento-mor Raimundo Pereira arvorou na fortaleza a bandeira nacional ao som de salvas de artilharia proclamando o rei D. João IV.

A fim de ser colocado numa das paredes, foi executada uma lápide com a indicação das Batalhas em que o Regimento 18 se distinguiu na África e na Flandres.

Durante bastante tempo esteve lá instalada uma estação de TSF do Serviço de Telecomunicações Militares; pensou-se também na sua utilização para a instalação de um museu militar.

O notável escritor Camilo Castelo Branco situou a acção de uma das novelas, junto do Forte.



Afinal, o *JE* Gra

Numa experiência, sem precedentes, para levar o *Jornal do Exército* junto do público em geral, e entregue às Edições Atena Lda. a responsabilidade da distribuição de 10% da tiragem mensal deste periódico da imprensa militar, é com satisfação que registamos que, dos 600 exemplares distribuídos para venda nos vários pontos do País, conforme lista anexa, aqueles foram vendidos na totalidade.

Para os que, porventura incrédulos, diriam que o *JE* só interessa aos militares ou então a alguns "saudosistas" que passaram pelas fileiras, aí está a confirmação do contrário, a comprovar que a temática do *Jornal do Exército* também pode dizer algo àqueles que fazem dos militares uma outra leitura.

Abrantes - Carlos Alberto D. de Matos - Av. das Forças Armadas
Afurada - Tabaco & Cia - Com. Tabaco - Prac. José Caldas
Albufeira - Fernão Emanuel S. Alves - Centro Com. Modelo Loja
Alcabideche - Distri. Lojas P.V.06 - En. nº 9
Alcobaça - Joaquim Martins Ferreira - Pc. 25 de Abril, 23
Alfragide - Puma Soc. Rep. Sa Lja 1 - Centro Comercial Jumbo
Algés - Eurolojas papelarias Ld 4 - Rua Gen. Humberto Delgado
Almada - J&M Páscoa - Act. Hot. Lda. - Av. D. Nuno Álvares
Almada - Tabaqueando - Papelarias - Estação Ferroviária do Pragal
Amadora - Ruivinho Tab. Pap. Lda. - Estação da Amadora
Angra do Heroísmo - Tabacaria Angra IV - R. Recreio dos Artistas
Ardegães - Inforsoft Des. Software Ld. - Maia Shopping Loja 250
Aveiro - Loja da Estação Rev. e Tab. - Lg. da Estação, 10
Aveiro - O Kiosk - Prac. Humberto Delgado
Barcelos - Manuel Correia Carones - Av. D. Nuno Álvares
Barcelos - Quiosque Rita Lda - Av. Comb. Grande Guerra
Barreiro - Vaz Rufino e Quaresma - Est. C. Ferro Barreiro
Batalha - José Manuel Matos Guerra - Lg. Mestre M. Fernandes
Beja - C. E. D. - R. Cabo Verde, 10
Beja - Tabacaria 2000 - R. de Angola, 10
Beja - Tabacaria 77 - R. de Mértola, 5
Bobadela - Angela Maria Vicente - Praceta Maria Lamas
Braga - Ecohumus - Prod. Exp. Comer. - Minho Center, Loja 30
Cacilhas - M. Fernanda V. S. Fernandes - Lg. Alfredo Dinis Est.
Caldas da Rainha - Estounoir - Dist. Art. de Pap. - Av. 1º Maio, 8 R/C Dtº
Caminha - Manuel João Gonc. Gomes - Pc. Cons. Silva Torres, 9
Cascais - Artur de Matos Cabral Lda. - Outeiro Cucos Lt. 25
Cascais - Havaneza de Cascais Lda. - Av. Marginal, 6
Cascais - Tab. Pap. Cidadela - Av. 25 de Abril, 528
Cascais - Tabicópia Tab. Cent. Cópias - Av. Gaspar C. Real Lt. 11
Castelo Branco - Maria Alice Gonçalves - Av. Pedro Álvares Cabral
Castro Verde - António Diogo Colaço - Pc. da República, 7
Chaves - Juviduque Rep. Imp. Exporta - R. da Capela Lt. 18
Coimbra - Celeste Lopes Pratas - Av. Fernão de Magalhães
Coimbra - Dina Eva Figueira Dias - Av. Vale das Flores
Coimbra - Germana Lopes Rodrigues - Gare C. P.
Coimbra - Isabel Geraldo E. Paula - Bazar Hospital Novo
Coimbra - Maria Manuela Abrantes - Av. João Deus Ramos, 146
Covilhã - João Pinheiro Fonseca - R. Visconde da Corisca
Covilhã - Tabacaria C.C.E. - Prac. Duarte Simões
Entroncamento - Maria M. S. H. F. Marques - R. 1º Maio Lt -9/10, R/C
Ericeira - João António B.G. Oliveira - Pc. República, 9-B
Espinho - Pap. Liv. Papagaio Lda - R. 19, 387
Espinho - Soc. Café e Bilhares Esp. - R. 8, 603
Esposende - Baz. Serra Matos Viana Lda - R. 1º Dezembro, 48
Esposende - Irmãos Matos Serra Lda - Lg. Rodrigues Sampaio, 10
Évora - Joaquim G. Lopes Silva - Praça do Geraldo nº 72
Évora - O Charuto, Lda - Pc. Geraldo Lj 2
Évora - Tabacaria Génesis Lda - R. João de Deus, 150
Faro - Quiosque Avenida - Av. da República, 5
Faro - Quiosque Chave Estádio - Lg. S. Luís, 10
Faro - Victor M. F. Viegas Pedro - Livraria Bambi-Galerias
Fátima - A. Reis & Reis Lda - R. Jacinta Marto Blc. 2
Figueira da Foz - Felisa Ruiz Perez Costa - R. Bernardo Lopes, 115
Fogueteiro - Paulo e Deldina - Pap. Lda. - Qta. Nova do Rio Judeu
Foz do Douro - Teixeira e Sucessores Lda – Av. Brasil, 803
Funchal - Justino Gonçalves Alho - Galerias S. Lourenço
Funchal - Manuel Alberto R. N. Pereir. - Centro Comercial Anadia
Funchal - Papelaria Tabacaria Monum - C. C. Monumental Lido Lj. 13
Guarda - Quiosque da Estação - Est. Caminho Ferro, 15
Guarda - Quiosque Moinho - Lg. Frei Pedro, 20
Guimarães - Multipáginas - Guimarães Shopping L. 248
Horta - Faial- Açores - José Furtado Cardoso Lda - R. Conselheiro Medeiro
Lagos - Quiosque Popular - Portas de Portugal
Leiria - Americana - Pap. Liv. Equi. SA. - C. Com. Maringa Lj. 37
Leiria - Guida Maria Fonseca - Av. Marquês Pombal
Leiria - Tabacaria Marques Lda. - Lg. 5 de Outubro, 40
Linda-a-Velha - Guimarães Neto e Ca. Lda. - Av. 25 de Abril, 10

interessa ao
nde Público!

Lisboa - António Teixeira - Atrium do Saldanha
Lisboa - Bloom Sociedade Represent. - Edf. Monumental, Lj 21
Lisboa - Cardigos Costa - Com. Art. - C. Com. Vasco da Gama
Lisboa - Distri - Venda - Tv. Inglesinhos, 36-42
Lisboa - Ferreira e Nunes Lda - Est. CP do Rossio
Lisboa - Gabi - Bordados e Tabacos - Av. António Augusto
Lisboa - H S Tabacaria, Lda – Av. João Crisóstomo
Lisboa - José Augusto Ribeiro - R. Prof. C.A. Mota Pinto
Lisboa - Livraria Bertrand - C. Com. Amoreiras
Lisboa - Liv. Barata - Av. Roma, 11-A
Lisboa - Loja Benfica - Comércio - C. Comercial Colombo
Lisboa - Luciana M. Gomes Monteiro - Est. Sta. Apolónia
Lisboa - Maria Clotilde Martins - Estrada de Benfica
Lisboa - Pap. Tab. Sampaio, Lda - R. Prof. Reinaldo Santos
Lisboa - Paulo & Deldina Lda - C. Com. Arm. Chiado, 408
Lisboa - Presse Linha Comércio - C. Comercial Vasco da Gama
Lisboa - Puma Soc. Rep. Sa. Lja 2 - C. Com. Carrefour Lj 23
Lisboa - Puma Soc. Repres. S.A. - Av. Roma, 48 B-C
Lisboa - Tab. Diagonal Lda - C. Comercial Fonte Nova
Lisboa - Tema Soc. Div. Lojas Lda - Av. Liberdade, 9
Lisboa - Top. Soc. Exploração - R. Cidade de Bolama, 23
Loulé - António Ventura Batista - Av. 25 de Abril Edif.
Loures - Rebelo & Cardinho Lda - C. Com. Pingo Doce
Lumiar - Top Soc de Expl. Lojas Lda - C. Comercial Lumiar Lj 10
Machico - Maria Gorete S. M. Ribeiro - Edifício Perestrelo
Madalena - Pico - Tabacaria Anabela Lda - R. Padre Manuel Medeiros
Matosinhos - Tab. Café Lua - R. Afonso Cordeiro, 9
Mem Martins - Maria Rosa Reis - Lg. da Estação, 10
Mimosa - Act. Hotel. da Mimosa Lda. - Estr. da Mimosa, 10
Miramar - J. Pacheco e Batista Lda - R. Pe. António Vieira, 75
Monte Estoril - Carlos João A. Alebre - Av. do Lago, 4
Nazaré - João Guilherme F. Vieira - Prac. Sousa Oliveira
Oeiras - João Paulo S.A.S. Pinto - Galerias Alto da Barra
Oeiras - Luís Alonso & Costa Lda. - Qta. Palmeiras Lt. 91-C
Oeiras - Presse Linha - Com. Pub. - Oeiras Parque Lj. 1053 Av.
Oeiras - Tab. Fernanda Delgado - En. Nacional 6/5 nº 120
Oeiras - Tabacaria Armarex Lda. - R. do Liceu Sasoc. Lj. 2
Oliveira de Frades - Casa Albuquerque Com. - R. Dr. António J.
Paços de Ferreira - Pap. Quiosque Rectângulo – Av. Dr. Ten. Leon Meire.
Pedrouços - Albino Rocha da Silva - R. D. Afonso Henriques
Pedrouços - M. F. Gonçalves & Gonçal. Lda - R. Fernando Namora, 116
Pedrouços - Maia - Manuel Carvalho Cordeiro - R. Gonçalo M. Maia, 223
Pedrouços - Maria Fernandes - R. Gen. Humberto Delgado
Penafiel - Ana Luisa M. S. do Fundo - Centro Com. Feira Nova
Peniche - Mário de Sá Bandeira - Av. 25 de Abril, 94
Pombal - Augusto da Conceição - R. Dr. António Fortunato
Ponta Delgada - Albano e Garcia Lda - Estrada de S. Gonçalo
Ponta Delgada - Albano e Garcia Lda - R. da Juventude nº 3
Ponta Delgada - J & P Lda - R. Diário dos Açores
Ponte de Sor Codex - Casa Regional - Av. da Liberdade nº 14
Portela - Mulembeira II Papelaria - Centro Comercial Portela
Portimão - J. E. B. Pap. Tabacaria Lda. - Prisunic Lj. 5 Piso 0
Porto - Alberto Ferreira & - Estação da Trindade
Porto - Bazar do Lago Lda - R. S. João Brito Blc. E
Porto - Café Velasques - Pc. Velasques, 301
Porto - Liv. Bertrand So. Com. - Av. Boavista, 267
Porto - Patatica Soc. Tab. Qui. Lda - R. Gonçalo Sampaio, 159
Porto - Petroantas - Comb. Ser. Lda - Av. Comb. Grande Guerra
Porto - Rosa Maria E. Santos Lda - R. Eugénio de Castro, 230
Porto - Silvina Vieira Dias Ramos - Estação CP S. Bento
Porto - Tab. Bom Dia - Pc. Velasques, 143
Porto - Tabaco & Cia - Com. Tabaco e Sav. – Pr. Bom Sucesso, 23
Porto - Torcato Pereira Meireles - Estação Campanhã
Póvoa de Varzim - Casa Luís & Fernandes Lda - Av. Mouzinho de Albuquerque
S. João da Madeira - Tabacaria Glória Lda - R. da Liberdade, 11
Sacavém - António José C. Almeida - Pc. da República, 10
Santa Catarina - António Pires Alves - R. do Aeroporto Tabacaria Santa Catarina
Santarém - Talismã - Papelaria Lda. - Av. Alexandre Herculano
Santo Tirso - Quiosque O Maneta Lda. - R. Sousa Trepa, 67
Setúbal - Bica Bica - Pc. Brasil, 12
Setúbal - Pentajogos Com. Rep. Lda - R. Azeda Baixo, 15
Sintra - João Paulo C. Ruivinho - Av. Miguel Bombarda
Sra. da Hora - Matosinhos - Abrunhosa & Rodrigues Lda - Norte Shopping Lj 1446
Tavira - Rita Encarnação Marques - Pc. da República, 5
Tomar - Maria M. B. Gomes Rodrigues - Al. 1 de Março 10
Torres Vedras - J. Guimarães Pinheiro Lda. - Pc. da República, 11
Tróia - Pedro Maria Alves - Cais Ferry- Boat
Viana do Castelo - Gonfilarte - Gal Arte Pub - Pc. da República, 37
Vila Franca de Xira - Tab. Magazine - M. J. Inácio - R. da Praia, 6
Vila Nova de Gaia - Rodrigues e Assunção Lda - Gaiashopping, Loja 210
Vila Real - Tab. Bragança - R. António de Azevedo, 26
Vilamoura - Cremilde Lizete F. M. - Centro Com. da Marina
Viseu - César Augusto de A. Alves - R. do Comércio, 15
Viseu - Eduardo M. F. D. Carvalho - Central Camionagem Lj. 6
Viseu - Rebelo e Almeida Lda. - Av. Bélgica Iper. Pris.

JE

Os Militares na Educação Física e no Desporto
Coronel Emil Zatopek, a locomotiva humana

Coord Coronel Henrique Maurício

Em 1998 participámos em Praga, Republica Checa, no Simpósio sobre "O Desporto no seio das Forças Armadas na alvorada do Sec. XXI" organizado pela Comissão Permanente dos Desportos do CISM (*Conseil International du Sport Militaire*) em colaboração com a Delegação Checa do mesmo organismo, e que teve o alto patrocínio do Comité Olímpico Internacional (COI). Do que se passou na referida reunião, nomeadamente do teor das brilhantes intervenções que nela tiveram lugar, darei conta aos nossos leitores num dos próximos artigos do *JE*. Por agora, limito-me a referir um encontro que tive na capital checa com um dos mais brilhantes atletas de meio-fundo e fundo, recentemente eleito um dos maiores desportistas do Século XX, nada mais nada menos do que o famoso Emil Zatopek, a célebre "locomotiva humana", um dos convidados de honra no referido encontro.

Ninguém diria, vendo Emil Zatopek correr, que ele ia directo para os primeiros lugares, fosse nos 5000, nos 10 000 metros ou na maratona. O atleta checoslovaco era o exemplo de falta de elegância e aprumo na corrida; o seu corpo parecia atravessar convulsões consecutivas, como se estivesse a ser torturado por demónios, como se sofresse qualquer dor desconhecida por cada passada que dava. Com o rosto contorcido, os ombros curvados, a mão pousada sobre o coração, como se sentisse as últimas batidas da vida, Zatopek era uma figura digna de se ver durante a corrida. Um observador chegou a descrevê-lo assim: "Em cada passada que dá, é como se tivesse um escorpião em cada pé".

Chamaram-lhe, como se disse, "a locomotiva humana", e na altura de vê-lo receber as medalhas das suas imensas vitórias ninguém dava então demasiada importância à sua forma de correr.

Antes de se tornar famoso no atletismo mundial, Zatopek, como oficial do Exército da Checoslováquia, já sobressaía nas provas internacionais militares em que participava, nomeadamente nas organizadas pelo "Conseil des Sports des Forces Allieés (CSFA)" antecessora do actual CISM, treinando à noite, fora das horas de serviço, calçando botas de combate, como carga de treino suplementar, e usando uma lanterna de mão.

Refira-se, como curiosidade, que quando se realizaram os I Jogos Interaliados, em 1946, no célebre estádio olímpico de Berlim, o nosso *Zatopek*, apesar de ter chegado ao estádio minutos antes, de moto, todo afogueado devido ao atraso, correu e venceu a prova de 5000 metros no tempo (espantoso, para a época) de 14´32.

Com efeito, a II Guerra Mundial não lhe permitiu aparecer mais cedo no mundo do atletismo internacional, e só nos Jogos Olímpicos de 1948, em Londres, então já com 26 anos, é que teve oportunidade para mostrar a sua categoria. Embora não fosse considerado favorito, venceu os 10000 metros, surpreendendo os que apostavam nos atletas finlandeses, liderados pelo recordista mundial Viljo Heino. Foi uma corrida notável: Heino começou na frente e Zatopek nos últimos lugares. A meio da corrida, porém, o checo começou uma recuperação espectacular, tornando-se desde logo o favorito das bancadas.

Correndo como se cada passada fosse a última, Zatopek ultrapassou Heino e ganhou com quase uma volta de avanço sobre o finlandês. Bateu o recorde olímpico em quase 12 segundos e tornou-se no primeiro checoslovaco a ganhar uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos. Alguns dias mais tarde, Zatopek voltou à pista para correr os 5000 metros e foi segundo classificado.

Mas foi nas Olimpíadas seguintes, em Helsínquia, 1952, que a "locomotiva humana" entrou verdadeiramente para a história do desporto mundial, conseguindo um feito raro: venceu os 5000 metros, os 10000 metros e a maratona. Impressionante! Começou por defender o seu título nos 10 mil, batendo o seu próprio recorde olímpico por 42 segundos; depois, nos 5 mil, voltou a vencer e a bater o recorde olímpico; finalmente, venceu a maratona, mais uma vez um recorde olímpico, agora

batido em... seis minutos! Mais tarde diria ter sido a corrida mais fácil da sua carreira.

Uma carreira que continuou recheada de feitos notáveis: 20 recordes mundiais em distâncias entre os 5 000 e os 30000 metros; em 1951, tornou-se o primeiro homem a correr 20 quilómetros numa hora (20,052m). Foi depois um treinador de sucesso, muito pretendido, da Indonésia ao Egipto, e um herói para toda a gente excepto... para o sistema comunista durante a famosa Primavera de Praga: nessa altura, ele e a sua mulher, Dana, estiveram nas linhas da frente, apoiando a luta pela liberdade. Quando os tanques soviéticos dominaram Praga, Zatopek pagou por isso, sendo saneado do Exército e proibido de viajar até aos Jogos de 1972. Só com o termo da Guerra-Fria lhe foi feita justiça: o Ministério da Defesa pediu-lhe desculpas públicas e reintegrou-o no Exército com o posto de Coronel.

Hoje, aos 78 anos, na situação de reforma, vive com a mulher, Dana (também ela campeã olímpica de dardo em 1948 e, curiosamente, nascida no mesmo dia e ano do marido), nos arredores de Praga.

Na conversa que com ele mantivemos, mostrou-se um admirador do Carlos Lopes e da Rosa Mota, para além do vinho do Porto, e, com modéstia, disse-nos que face à forma como foi ultrapassada a sua melhor marca nos 5 000 metros, mesmo com as modernas técnicas de treino, dificilmente voltaria a ser campeão olímpico.

Competições Desportivas Integradas no Dia do Comando de Instrução

No período de 11 de Abril a 11 de Maio, tiveram lugar na Amadora, sede do Comando de Instrução do Exército, várias competições desportivas integradas nas cerimónias comemorativas do dia daquele Comando funcional (13Mai), as quais forneceram os seguintes resultados e classificações:

Torneio Interno de Futsal

I Escalão

Saiu vencedora a equipa do Batalhão de Comando e Serviços (BCS) que derrotou na final o Centro de Audiovisuais do Exército (CAVE) por 6-5.

II Escalão

Saiu vencedora a equipa da Direcção de Instrução (DI), classificando-se em 2º lugar a do CAVE

Torneio Interno de Ténis de Mesa

O Torneio, disputado por 12 participantes, foi ganho pelo Ten Galvão que venceu na final, por 2-0, o Ten-Cor Mário Sousa.

Saúda-se o regresso ao seio do Exército de uma modalidade que até finais dos anos 60 era bastante praticada no ramo, ao ponto de existirem, na altura, em todas as salas de convívio, nomeadamente das praças.

Esperamos, sinceramente, que o Comando de Instrução seja o núcleo de reactivação e propaganda da modalidade e da sua difusão por outras U/E/O do Exército.

II Corrida da Instrução

No dia 9 de Maio, teve lugar a II Corrida da Instrução disputada por 65 atletas masculinos e 13 femininos entre militares e civis de várias Unidades do GML, Subunidades do Cmd Instr do Exe e da EP/GNR, com as seguintes classificações:

Prova masculina

- Distância: 5500 m
- número de participantes: 65
- Classificação individual: 1º-1ºCb V. Santos (EPC); 2º-SAj C. Mateus (EPI); 3º-Sold M. Lourenço (CMEFD)
- Classificações colectivas: 1ª-EPI; 2ª-RAA1; 3ª-ESE.

Prova Feminina

- Distância: 3700 m
- número de participantes: 13
- Classificação individual: 1º-2ºFur V. Geadas (EPI); 2º-1ºSarg L. Teixeira (EMEL); 3º-Ten M. Pimentel (HMB)
- Classificações colectivas: 1ª-EPI; 2ª-BA; 3ª-Cmd Instr Exe.

VII Campeonato Nacional de Remo *Indoor*

Brilhante comportamento dos atletas do IMPE

Disputou-se, em 5 de Fevereiro, o VII Campeonato Nacional de Remo *Indoor*, em Caminha, com a presença de 40 atletas do IMPE, repartidos por diversos escalões (infantis, iniciados, juvenis, seniores femininos e seniores masculinos).

O IMPE, com tradições no remo, em Portugal, que remontam a algumas décadas, obteve resultados que dignificaram o Instituto e o Exército, num evento que contou com a presença de mais de 500 atletas de todo o país.

São de realçar as seguintes classificações:

Infantis:

1º lugar - Aluno Hugo Rodrigues (Campeão Nacional)

8º lugar - Aluno João Almeida

Iniciados:

8º lugar - Aluno Miguel Costa

Femininos Universitários (Prova de 1000m):

3º lugar - Aluna Rute Rodrigues

5º lugar - Aluna Ana Mendes

6º lugar - Aluna Ana Pardal

7º lugar - Aluna Ana Henriques

8º lugar - Aluna Inês Infante

Masculinos Universitários (Prova de 1000m):

5º lugar - Aluno Nuno André

7º lugar - Aluno Rodrigo Correia

8º lugar - Aluno Daniel Carvalho

10º lugar - Aluno Marco Valadares

Masculinos Promoção (Prova de 1000m)

3º lugar - Capitão AM Paulo Pereira

9º lugar - Aluno Nelson Santos JE

OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

ESTABELECIMENTO FABRIL DO EXÉRCITO
ESPECIALIZADO NA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO
DE FARDAMENTOS, EQUIPAMENTO E
MATERIAL DE AQUARTELAMENTO.

FÁBRICAS

Fardamentos militares e civis: Calçado militar e de segurança; Capotas de lona para viaturas; Tendas militares e civis Equipamento individual de combate; Emblemas, símbolos e botões em metal; Mobiliário metálico

CENTROS COMERCIAIS

Lisboa e Porto

QUALIDADE

Centro de Qualidade Própria

DESIGN

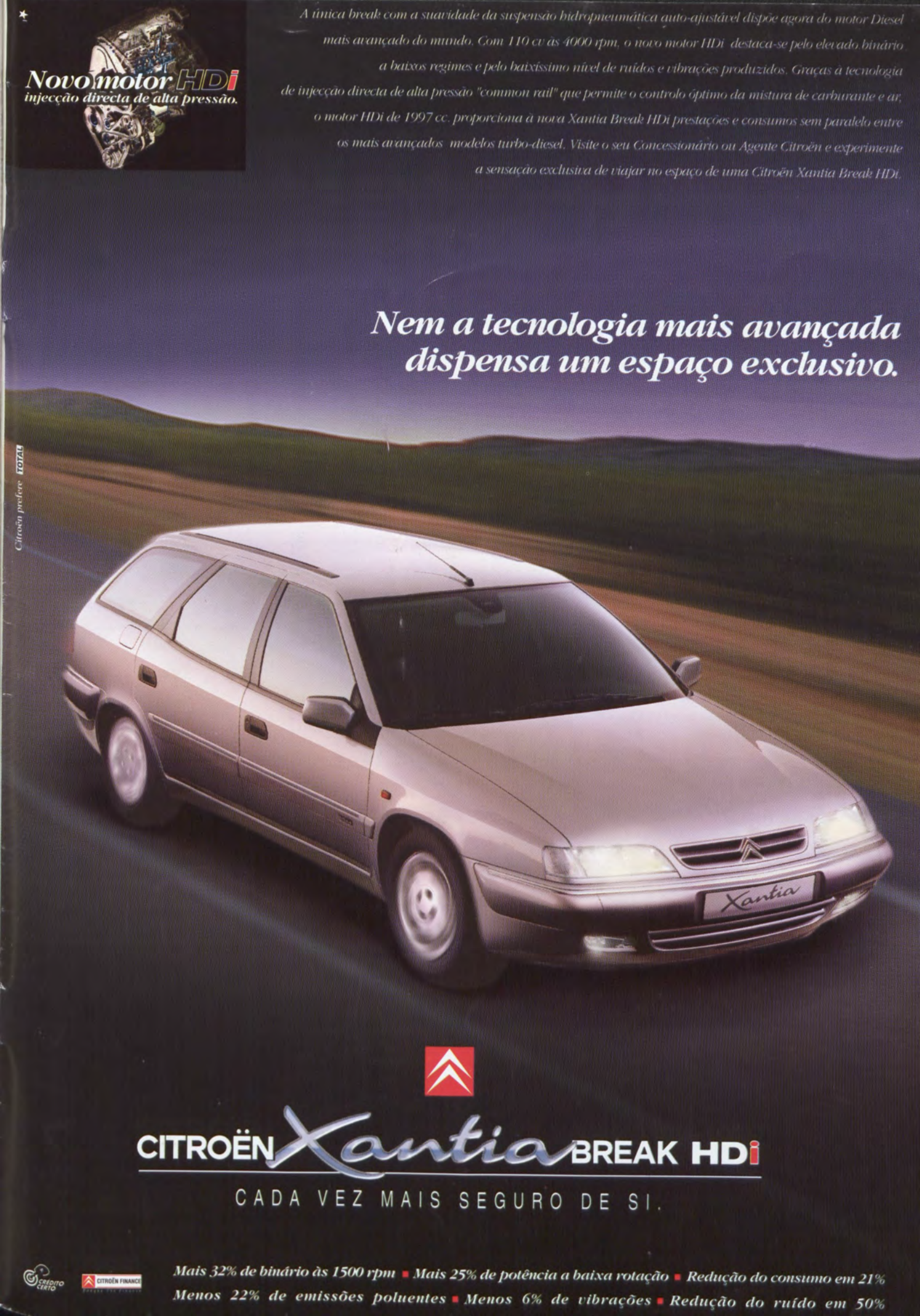
Um Gabinete de Design especialmente habilitado a realizar projectos no referente a Fardamentos civis e militares

CAMPO DE SANTA CLARA - 1100 LISBOA - PORTUGAL
TELEF.: 21 886 30 06 - 21 886 71 21 / 8 - FAX: 21 887 61 04

A única break com a suavidade da suspensão hidropneumática auto-ajustável dispõe agora do motor Diesel mais avançado do mundo. Com 110 cv às 4000 rpm, o novo motor HDi destaca-se pelo elevado binário a baixos regimes e pelo baixíssimo nível de ruídos e vibrações produzidos. Graças à tecnologia de injecção directa de alta pressão "common rail" que permite o controlo óptimo da mistura de carburante e ar, o motor HDi de 1997 cc. proporciona à nova Xantia Break HDi prestações e consumos sem paralelo entre os mais avançados modelos turbo-diesel. Visite o seu Concessionário ou Agente Citroën e experimente a sensação exclusiva de viajar no espaço de uma Citroën Xantia Break HDi.

Nem a tecnologia mais avançada dispensa um espaço exclusivo.

Citroën prefere TOTAL



CITROËN Xantia BREAK HDi

CADA VEZ MAIS SEGURO DE SI.

CRÉDITO CERTO

CITROËN FINANCE

Mais 32% de binário às 1500 rpm ■ Mais 25% de potência a baixa rotação ■ Redução do consumo em 21%
Menos 22% de emissões poluentes ■ Menos 6% de vibrações ■ Redução do ruído em 50%

Grupo de Aviação Ligeira do Exército

— *Escudo de vermelho, um leão alado de prata;*
— *Elmo militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra.*
— *Correia de vermelho, perfilada de ouro.*
— *Paquife e virol de vermelho e de prata.*
— *Timbre: o leão do escudo.*
— *Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir «*SOBRE A TERRA ESPALHANDO A SUA FAMA*».*

Simbologia e alusão das peças:

— *O VERMELHO do campo recorda o das armas do Exército.*
— *O LEÃO ALADO representa a componente deste ramo das forças armadas vocacionado para se deslocar no espaço.*
— *A Divisa «*SOBRE A TERRA ESPALHANDO A SUA FAMA*» caracteriza as missões militares e de serviço público que a unidade de aviação do Exército pode cumprir e que quer significar a capacidade dos meios aéreos ao serviço do Exército para actuarem em largos espaços em proveito de militares e civis.*

Os esmaltes significam:

— *A PRATA : a riqueza e humildade.*
— *O VERMELHO : generosidade e audácia.*

ISSN 0871-8598
00486